


## SUMÁRIO


COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL ..... 2

PRESIDÊNCIA ..... 10

- Coordenadoria de Magistrados ..... 15
- Conselho Gestor ..... 24
- CEIJ ..... 33
- CEPEVID ..... 51
- Assessoria de Planejamento ..... 91
- Assessoria de Precatórios ..... 108
- Auditoria Interna ..... 111
- Casa Militar ..... 118
- Núcleo de Comunicação Institucional ..... 122
  - Assessoria de Imprensa ..... 129
  - Assessoria de Cerimonial ..... 134
- Ouvidoria dos Servidores ..... 147
- Ouvidoria Judicial ..... 150

1º VICE-PRESIDÊNCIA ..... 152

2º VICE-PRESIDÊNCIA ..... 166

3º VICE-PRESIDÊNCIA ..... 167

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA ..... 168

ACADEMIA JUDICIAL ..... 244

DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA ..... 249

- Secretaria Estatística das Instâncias Recursais ..... 261
- Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual ..... 261
- Diretoria de Recursos e Incidentes ..... 289
- Diretoria de Documentação e Informações ..... 291

DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA ..... 309

- Assessoria Especial ..... 309
- Assessoria de Modernização Judiciária ..... 310
- Secretaria de Gestão Socioambiental ..... 313
- Secretaria Executiva ..... 320
- Diretoria de Engenharia e Arquitetura ..... 322
- Diretoria de Tecnologia da Informação ..... 333
- Diretoria de Infraestrutura ..... 352
- Diretoria de Material e Patrimônio ..... 378
- Diretoria de Orçamento e Finanças ..... 391
- Diretoria de Recursos Humanos ..... 400
- Diretoria de Saúde ..... 410



www.tjsc.jus.br | tjcenai@tjsc.jus.br

Produção: Assessoria de Planejamento - TJSC - Rua Álvaro Millen da Silveira, 208 - Centro - Florianópolis/SC
CEP 88020-901 - tel.: (48) 3287-1000 - fax.: (48) 3287-1967


Copyright© TJSC. Janeiro de 2014 - Florianópolis - Santa Catarina

## DESEMBARGADORES

Pedro Manoel Abreu
Cláudio Barreto Dutra
Newton Trisotto
Luiz Cézar Medeiros – Corregedor-Geral da Justiça
Eládio Torret Rocha
Nelson Juliano Schaefer Martins – Presidente
Sérgio Roberto Baasch Luz
Antonio do Rêgo Monteiro Rocha
Fernando Carioni
José Antônio Torres Marques – 1º Vice-Presidente
Rui Francisco Barreiros Fortes
Marcus Túlio Sartorato
Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu
Salete Silva Sommariva
Ricardo Orofino da Luz Fontes – Vice-Corregedor-Geral da Justiça
Salim Schead dos Santos
Maria do Rocio Luz Santa Ritta
Cid José Goulart Júnior
Jaime Ramos
Alexandre d'Ivanenko
Lédio Rosa de Andrade
Moacyr de Moraes Lima Filho
Jorge Henrique Schaefer Martins
Marli Mosimann Vargas
Sérgio Izidoro Heil
José Carlos Carstens Köhler
João Henrique Blasi
Jorge Luiz de Borba
Rejane Andersen
Joel Dias Figueira Júnior
Cláudio Valdyr Helfenstein – 3º Vice-Presidente
Rodrigo Cunha
Jânio de Souza Machado
Soraya Nunes Lins
Sônia Maria Schmitz – 2º Vice-Presidente
Henry Goy Petry Júnior
Raulino Jacó Brüning
Roberto Lucas Pacheco
Jairo Fernandes Gonçalves

José Inácio Schaefer
João Batista Góes Ulysséa
Ronei Danielli
Luiz Fernando Boller
Paulo Roberto Sartorato
Túlio José Moura Pinheiro
Carlos Alberto Civinski
Ronaldo Moritz Martins da Silva
Ricardo José Roesler
Robson Luz Varella
Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço
Sérgio Antônio Rizelo
Denise Volpato
Getúlio Corrêa
Sebastião César Evangelista
Domingos Paludo
Ernani Guetten de Almeida
Carlos Adilson Silva
Rogério Mariano do Nascimento
Edemar Gruber
Stanley da Silva Braga
Altamiro de Oliveira

**JUÍZES DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU**

Paulo Henrique Moritz Martins da Silva
Newton Varella Júnior
Saul Steil
Gilberto Gomes de Oliveira
Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tridapalli
Odson Cardoso Filho
José Everaldo Silva
Volnei Celso Tomazini
Leopoldo Augusto Brüggemann
Júlio César Knoll
Janice Goulart Garcia Ubialli
Cláudia Lambert de Faria
Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto
Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer
Jorge Luis Costa Beber
Guilherme Nunes Born

Eduardo Mattos Gallo Júnior
Luiz Zanelato
Dinart Francisco Machado
Gerson Cherem II
Rosane Portella Wolff
Denise de Souza Luiz Francoski
Artur Jenichen Filho
Paulo Ricardo Bruschi
Luiz Cesar Schweitzer
Rubens Schulz
Júlio César Machado Ferreira de Melo
Luiz Antônio Zanini Fornerolli
Hildemar Meneguzzi de Carvalho
Luiz Felipe Siegert Schuch

**CONSELHOS (BIÊNIO 2014/2016)**

**CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS**
Des. Nelson Juliano Schaefer Martins – Presidente
Des. Torres Marques – 1º Vice-Presidente
Des. Luiz Cézar Medeiros – Corregedor-Geral da Justiça
Desa. Sônia Maria Schmitz – 2ª Vice-Presidente
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein – 3º Vice-Presidente
Des. Ricardo Fontes – Vice-Corregedor-Geral da Justiça
Des. Pedro Manoel Abreu – Diretor Executivo da Academia Judicial
Des. Fernando Carioni
Des. Cesar Abreu – representante do Grupo de Câmaras de Direito Público
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta – representante do Grupo de Câmaras de Direito Civil
Des. Jaime Ramos
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho – Presidente do Conselho de Administração do Sistema de Gestão Centralizada de Depósitos sob Aviso à Disposição do Poder Judiciário
Des. Jorge Schaefer Martins – Presidente do Conselho Gestor de Tecnologia da Informação - CGINFO
Des. João Henrique Blasi
Des. Roberto Lucas Pacheco – representante da Seção Criminal
Des. José Inacio Schaefer – representante do Grupo de Câmaras de Direito Comercial
Des. Carlos Alberto Civinski – Presidente do Conselho do Fundo de Reaparelhamento da Justiça - FRJ
Des. Ricardo Roesler
Juiz de Direito de 2º Grau Odson Cardoso Filho – Presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses
Juiz de Direito Paulo Marcos de Farias

**CONSELHO DA MAGISTRATURA**

Des. Nelson Schaefer Martins – Presidente
Des Torres Marques – 1º Vice-Presidente
Des Luiz Cézar Medeiros – Corregedor-Geral da Justiça
Desa Sônia Maria Schmitz – 2ª Vice-Presidente
Des Cláudio Valdyr Helfenstein – 3º Vice-Presidente
Des Ricardo Fontes – Vice-Corregedor-Geral da Justiça
Des. Lédio Rosa de Andrade
Des. Jorge Luiz de Borba
Desa. Rejane Andersen
Des. Raulino Jacó Brüning
Des. Jairo Fernandes Gonçalves
Des. Carlos Adilson Silva

**CONSELHO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA – FRJ**
Des. Carlos Alberto Civinski – Presidente
Dr. Fábio de Souza Trajano, Procurador de Justiça – Representante do MPSC
Dr. Fernando Luz da Gama Lobo D'eça, Advogado – Representante da OAB/SC
Ricardo Lentz, Diretor de Orçamento e Finanças – Servidor

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS** – Portaria n. 30/14 - GP
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho – Presidente
Des. Ernani Guetten de Almeida – Vice-Presidente
Juiz Marcelo Pizolati – Coordenador de Magistrados
Cleverson Oliveira – Diretor-Geral Administrativo
Ricardo Lentz – Diretor de Orçamento e Finanças

**CONSELHO GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGINFO**
Des. Jorge Henrique Schaefer Martins – Presidente
Juiz de Direito de Segundo Grau Dinart Francisco Machado – Coordenador
Juiz André Alexandre Happke
Juiz Paulo Roberto Froes Toniazzo
Juiz João Alexandre Dobrowolski Neto
Juiz Fernando Rodrigo Busarello

**CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**
Des. Nelson Juliano Schaefer Martins – Presidente
Des. José Antonio Torres Marques – 1º Vice-Presidente
Des. Luiz César de Medeiros – Corregedor-Geral da Justiça
Des. Salim Schead dos Santos – Presidente do Núcleo de Conciliação do 2º Grau

Des. Jaime Ramos – Coordenador Estadual do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

Juíza de Direito de Segundo Grau Janice Goulart Garcia Ubialli – Subcoordenadora dos Juizados Especiais

Juíza de Direito de Segundo Grau Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer – Subcoordenadora dos Programas Alternativos de Solução de Conflitos

Juiz de Direito Marcelo Pizolati – Coordenador de Magistrados

Juíza de Direito Cleusa Maria Cardoso – Presidente da 4ª Turma de Recursos

Juiz de Direito Juliano Serpa – Juiz Agrário

Juiz de Direito Marcelo Carlin – Coordenador Pedagógico da Academia Judicial

Juíza de Direito Brigitte Remor de Souza May – Representante da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude

Juiz de Direito Edison Zimmer

Juiz de Direito Antônio Augusto Baggio e Ubaldo

Procurador de Justiça Durval da Silva Amorim – Representante da Procuradoria-Geral da Justiça

Dra. Ângela Regina da Cunha Leal – Representante da OAB/SC

**CONSELHO GESTOR DE ENGENHARIA – CGENG, CRIADO PELA RESOLUÇÃO N. 2/2012-TJ**

Des. Antônio do Rêgo Monteiro Rocha – Presidente

Juiz de Direito de Segundo Grau Guilherme Nunes Born – Coordenador

Juiz de Direito Silvio José Franco

Juiz de Direito Antônio Zoldan da Veiga

Cleverson Oliveira – Diretor-Geral Administrativo

Herlei José Cantú – Diretor de Engenharia e Arquitetura

João Anfilóquio Machado Junior – Coordenador da Assessoria de Planejamento

Cassiano Reis – Assessor de Planejamento

**COMITÊ GESTOR DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS - CGDA - PORTARIA N. 456/14-GP**

Desa. Sônia Maria Schmitz – 2ª Vice-Presidente

Des. Paulo Roberto Camargo Costa

Des. Roberto Lucas Pacheco

Juiz André Alexandre Happpke

**DIRIGENTES (BIÊNIO 2014/2016)**

**PRESIDÊNCIA**

Des. Nelson J. Schaefer Martins

**PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA**

Des. José Antônio Torres Marques

**SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA**

Desa. Sônia Maria Schmitz

**TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA**
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein

**CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**
Des. Luiz Cézar Medeiros

**VICE-CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**
Des. Ricardo Orofino da Luz Fontes

**COORDENADORIA DE MAGISTRADOS**
Juiz de Direito Marcelo Pizolati

**JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA**
Juiz de Direito André Alexandre Happke
Juiz de Direito Silvio José Franco
Juiz de Direito Vitoraldo Bridi

**CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA**
Julie Cecconi Mazon

**CASA MILITAR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**
Coronel PM Atair Derner Filho

**COORDENADOR ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE**
Des. Sérgio Izidoro Heil

**COORDENADORA DE EXECUÇÃO PENAL E DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER**
Desa. Salete Silva Sommariva

**SECRETÁRIO-GERAL DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**
Alberto Pizzolatti Remor

**COORDENADOR DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO**
João Anfilóquio Machado Júnior

**COORDENADOR DO NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL**
Des. Ricardo Roesler

**ASSESSOR DE IMPRENSA**

Ângelo Lima Medeiros

**ASSESSORA DE CERIMONIAL**
Luiz Henrique Bottega

**OUVIDORIA JUDICIAL**
Des. Salim Schead dos Santos – ouvidor judicial
Marlon José Müller – coordenador

**OUVIDORA DOS SERVIDORES**
Rodrigo de Aguiar Damiani

**COORDENADOR DA AUDITORIA INTERNA**
Jozelito Neves Cunha

**DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA**
Cleverson Oliveira

**DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA**
Ronei Vilmar Baron

**DIRETORIA DE CADASTRO E DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL**
João Batista dos Santos

**DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES**
Ricardo Albino França

**DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**
Herlei José Cantú

**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA**
Rafael Giorgio Ferri

**DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**
Etor José Zorzi

**DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**
Ricardo Lentz

**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**
Raphael Jaques de Souza

**DIRETORIA DE RECURSOS E INCIDENTES**

Boris Leonel Kruger

**DIRETORIA DE SAÚDE**

Renato Grillo Flach

**DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Ricardo Rosa Figueira

## PRESIDÊNCIA

Em observância ao disposto no artigo 90, inciso XXIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias, e como gestor do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, apresento o Relatório Anual de Atividades de 2015, com o objetivo de conferir publicidade às ações desenvolvidas nesse exercício.

Como se observará a seguir, as principais medidas implementadas em 2015 por este Gabinete foram categorizadas por tema no intuito de facilitar a leitura, porque todas elas, movidas pelo objetivo comum de aprimorar o atendimento aos jurisdicionados e de adequar a Justiça estadual às atuais necessidades, estão em maior ou menor grau interconectadas.

Ressalto, por oportuno, que os órgãos diretamente vinculados ao Gabinete da Presidência e as Diretorias-Gerais Administrativa e Judiciária apresentarão exposições detalhadas de suas atividades em documentos complementares ao presente.

### 1. INVESTIMENTOS NA AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA

- Instalado Posto de Atendimento e Conciliação – PAC na Faculdade Metropolitana de Blumenau – FAMEBLU (Convênio n. 077/2015)
- Instalado Juizado Especial Cível da comarca de Palhoça
- Instalada a 2ª Vara Criminal e do CEJUSC da comarca de Jaraguá do Sul
- Instalado o 2º Juizado Especial Cível do Fórum Universitário e do CEJUSC da comarca de Blumenau
- Concluídas e entregues as novas instalações do Salão do Júri da comarca de Blumenau
- Instalado o CEJUSC da comarca de Concórdia
- Instalada a 2ª Vara e do CEJUSC na comarca de Pomerode
- Concluídas e entregues as novas instalações ampliadas do Fórum da comarca de Pomerode
- Instalado o CEJUSC da Uniplac na comarca de Lages
- Instalado Juizado Especial Cível e Criminal na comarca de Concórdia
- Inaugurada a Unidade Judiciária de Cooperação do Sul da Ilha da comarca da Capital
- Instalada a 5ª Vara Criminal da comarca da Capital
- Instalada a Vara da Família, Infância e Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões da comarca de Gaspar

### 2. MEDIDAS IMPLEMENTADAS EM BUSCA DA EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO

- Para agilizar a operacionalização da digitalização de acervos, foi instituído grupo de trabalho para categorizar processos e documentos, o qual está vinculado ao Programa de Digitalização de Acervos da Assessoria de Modernização Judiciária (Resolução GP n. 23/2015)
- Implantação da audiência de apresentação na Região Metropolitana de Florianópolis, com a condução célere dos presos em flagrante à presença do juiz competente, para apreciação da manutenção do flagrante, sua conversão em preventiva ou concessão imediata da liberdade provisória (Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2015)
- Regulamento sobre a destinação dos autos dos processos judiciais físicos digitalizados para tramitação eletrônica (Resolução Conjunta GP/CGJ n. 9/2015)
- Disciplina do arquivamento e do desarquivamento, em meio físico, de processos judiciais findos (Resolução Conjunta GP/CGJ n. 4/2015)

### 3. ATENÇÃO AOS MAGISTRADOS E AOS SERVIDORES

- Realização de reuniões com os magistrados das comarcas e visitas institucionais a todas as regiões do território catarinense, em manutenção permanente do canal de diálogo entre o primeiro grau de jurisdição e a Administração do Poder Judiciário
- Disciplinamento da concessão de elogio funcional a magistrados e servidores do Poder Judiciário (Resolução GP n. 2/2015)
- Nova regulamentação, mais moderna, do procedimento de seleção, contratação, avaliação e desligamento dos estagiários no âmbito do Poder Judiciário estadual (Resolução GP n. 5/2015)
- Manutenção do compromisso com a capacitação dos servidores e dos magistrados por meio de empenho de valor expressivo investido no Programa de Bolsas de Estudo para Cursos de Pós-Graduação para os servidores (Resolução GP n. 6/2015) e no Programa de Aprimoramento dos Magistrados (Resolução GP n. 11/2015) do Poder Judiciário catarinense
- Instituição do Programa de Gestão da Criatividade (Resolução GP n. 8/2015) no intuito de fomentar a "apresentação de ideias e projetos para melhoria dos serviços internos e externos da máquina administrativa e judiciária, para a otimização do atendimento e para a satisfação das necessidades dos usuários da Justiça".
- Nova regulamentação sobre o instituto da substituição no âmbito do Poder Judiciário estadual (Resolução Conjunta GP/CGJ n. 3/2015)
- Reajuste no valor das diárias concedidas a magistrados e servidores para adequá-lo em face da escalada da inflação (Resolução GP n. 13/2015). Do mesmo modo, reajuste no montante do auxílio-alimentação (Resolução GP n. 24/2015)

## 4. PROJETOS SOCIAIS E INTERINSTITUCIONAIS

- Termo de Cooperação entre o Poder Judiciário estadual, a Associação Brasileira de Constitucionalistas Democratas e a Escola Superior de Estudos Jurídicos da Universidade de Bolonha – Itália, para intercâmbio de conhecimentos e experiências para formação de magistrados e servidores (Termo de Cooperação n. 215/2015)
- Convênio entre o Poder Judiciário estadual e a Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina para fornecer subsídios técnicos aos magistrados nas ações que busquem compelir o Estado de Santa Catarina ao fornecimento de medicamentos (Convênio n. 174/2015)
- Assinatura de Termos de Cooperação Técnica para fornecimento de *know-how* no tocante à gestão do pagamento de precatórios (Sistema de Precatórios/Cálculos, Sistema de Lista Unificada, Sistema de Contas Especiais e Sistema de Requisição Eletrônica) para o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (Termo de Cooperação n. 135/2015), para o Tribunal de Justiça do Paraná (Termo de Cooperação n. 128/2015), e para o Tribunal de Justiça do Maranhão (Termo de Cooperação n. 076/2015)
- Assinatura de Termo de Parceria com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, o Ministério Público estadual e o Município de Laguna para implementar nessa municipalidade uma "central de penas e medidas alternativas e monitoramento da aplicação de penas alternativas" (Termo de Cooperação n. 125/2015)
- Assinatura de acordo com o Tribunal Regional Eleitoral para interligação das redes de comunicação de dados (Convênio n. 092/2015)
- Adesão do Poder Judiciário estadual à plataforma tecnológica "consumidor.gov.br", no intuito de incentivar e aperfeiçoar os métodos autocompositivos de solução dos conflitos voltados à prevenção e redução dos litígios judicializados (Convênio n. 080/2015)
- Acordo assinado com a Unyleya Editora e Cursos S/A para facilitar o acesso de magistrados, servidores e seus dependentes aos cursos oferecidos, na modalidade educação a distância,

mediante desconto nas mensalidades (Convênio n. 057/2015)

- Acordo firmado com o PROCON de Jaraguá do Sul para instalação de Posto de Atendimento Avançado – PAC naquela comarca (Convênio n. 024/2015)

## 5. MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMÁTICA

- Regulamento da utilização da internet móvel no Poder Judiciário catarinense (Resolução GP n. 3/2015)
- Implementação do sistema de teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário catarinense, o que, segundo os dados preliminares colhidos, aumentou a produtividade e facilitou a vida funcional de servidores com dificuldade de deslocamento à sede da jurisdição (Resolução TJ n. 14/2015)
- Regramento da certificação digital (Resolução GP n. 25/2015)
- Regramento da utilização do sistema de videoconferência para realização de audiências no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina (Resolução Conjunta GP/CGJ n. 5/2015)
- Disciplina da emissão de certidões de indisponibilidade dos serviços oferecidos por meio do sítio do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina na rede mundial de computadores para a prática de atos processuais ou indispensáveis a sua realização (Resolução GP n. 32/2015)
- Instituído Sistema de Processos Administrativos – SPA - para a tramitação de processos administrativos em meio eletrônico no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Resolução Conjunta GP/CGJ n. 7/2015)

## 6. ADOÇÃO DE INSTRUMENTOS MODERNOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

- Criação de comissão de gestão socioambiental para promover o uso sustentável dos recursos naturais e dos bens públicos, mitigando o impacto ambiental das atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário catarinense (Resolução GP n. 28/2015)
- Com vistas à execução orçamentária razoável e responsável, foram implantadas medidas excepcionais de contenção de gastos em face do cenário econômico-financeiro nacional desfavorável (Resolução GP n. 36/2015)
- Em atenção à orientação do Conselho Nacional de Justiça de democratizar a gestão do orçamento do Poder Judiciário estadual, foram instituídos os Comitês Orçamentários de Primeiro e de Segundo Graus no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Resolução GP n. 14/2015)
- Criação do Conselho de Planejamento e Gestão Estratégica – CPLAN, para dar mais efetividade na elaboração dos planos e metas estratégicas do Poder Judiciário catarinense (Resolução TJ n. 11/2015)
- Em resposta às calamidades naturais que assolaram algumas regiões do Estado no segundo semestre de 2015, foram publicadas resoluções com medidas de urgência e de cunho processual (Resoluções GP n. 39/2015, 40/2015, 41/2015, 43/2015 e 44/2015)
- Regulamentação dos procedimentos do Sistema de Gestão Centralizada de Depósitos sob Aviso à Disposição do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Resoluções GP n. 42/2015 e 49/2015)
- Normatização do processo eletivo de magistrados estaduais para compor o Tribunal Regional Eleitoral (Resolução TJ n. 22/2015)
- Regramento das atribuições e atividades do Procurador do Estado em atuação no Tribunal de Justiça catarinense (Resolução GP n. 27/2015)
- Criação de Divisão de Telecomunicações no âmbito da Diretoria de Tecnologia da Informação (Resolução GP n. 38/2015)

- Instituído o novo manual de auditoria interna (Resolução GP n. 47/2015)
- Novo regramento, mais moderno, sobre a solicitação e a emissão de passagens aéreas no âmbito do Poder Judiciário estadual (Resolução GP n. 49/2015)

## 7. SOLENIDADES E EVENTOS REALIZADOS

### Janeiro

30 – Posse dos novos Juízes Substitutos

### Março

4 – Posse do Desembargador Edemar Gruber

27 – Instalação do Juizado Especial Cível da comarca de Palhoça

30 – Posse do Juiz de Direito de Segundo Grau Luiz Zanini Fornerolli

### Junho

30 – Inauguração da Sala de Videoaudiência da comarca de Itajaí

### Julho

7 – Instalação da 2ª Vara Criminal e do CEJUSC da comarca de Jaraguá do Sul

10 – Posse dos Desembargadores Stanley da Silva Braga e Altamiro de Oliveira

17 – Instalação do 2º Juizado Especial Cível do Fórum Universitário e do CEJUSC da comarca de Blumenau

17 – Entrega das novas instalações reformadas do Salão do Júri da comarca de Blumenau

29 – Instalação do CEJUSC da comarca de Concórdia

### Agosto

3 – Abertura da segunda etapa da campanha “Justiça pela Paz em Casa”

21 – Posse dos Juízes de Segundo Grau Luiz Felipe Sieger Schuch e Hildemar Meneguzzi

24 – Solenidade de Assinatura do Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica para implantação do Projeto Audiência de Custódia no Estado de Santa Catarina e de Homenagem ao Presidente do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Ricardo Lewandowski.

### Setembro

10 – Instalação da 2ª Vara e do CEJUSC na comarca de Pomerode

10 – Conclusão e entrega das instalações reformadas e ampliadas do Fórum da comarca de Pomerode

17 – Instalação do CEJUSC da Uniplac na comarca de Lages

18 – Instalação do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Concórdia

25 – Inauguração da Unidade Judiciária de Cooperação do Sul da Ilha da comarca da Capital

30 – Instalação da 5ª Vara Criminal da comarca da Capital

### Outubro

7 – Comemoração dos 124 anos de instalação do Tribunal de Justiça, com lançamento de vídeos institucionais e nova edição do Livro das Comarcas

**Novembro**

23 – Abertura da Semana Nacional e Estadual da Conciliação no Terminal Rodoviário Rita Maria

**Dezembro**

1º – Instalação da Vara da Família, Infância e Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões da comarca de Gaspar

16 – Lançamento Oficial da funcionalidade “consumidor.gov.br” no sítio do Tribunal de Justiça

As inúmeras ações compiladas neste relatório atestam que a Administração do Poder Judiciário estadual prossegue na busca do aprimoramento contínuo e da excelência dos serviços prestados à sociedade, visando à eficácia na utilização dos recursos públicos e ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, de acordo com as metas e os objetivos descritos no Plano Plurianual, e com as prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e consignadas na Lei Orçamentária Anual, em atendimento aos limites da Lei Complementar n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e com o Plano de Gestão Estratégica para o Biênio 2014/2015, apresentado no início do exercício de 2014.

Embora se reconheça que ainda há muito a fazer, também muito se avançou, e todas as relevantes realizações só foram possíveis graças ao trabalho incansável dos Senhores Desembargadores, Magistrados, Servidores e Colaboradores, a quem dirijo os meus sinceros agradecimentos.

## COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

A Coordenadoria de Magistrados constitui órgão auxiliar da Presidência, disciplinado pelas Resoluções n. 22/2009-TJ e 23/2009-TJ.

Dentre suas atribuições, destacam-se:

1) o acompanhamento dos processos administrativos de interesse dos Magistrados e da Presidência;
2) a supervisão das atividades administrativas do Gabinete da Presidência;
3) a delegação de competência para a prática de atos administrativos de interesse da magistratura catarinense afetos ao Presidente do Tribunal;
4) confecção da folha de pagamento dos Magistrados;
5) elaboração da pauta administrativa do Tribunal Pleno, com todos os atos pertinentes à movimentação na carreira da Magistratura.

Além disso, o Juiz Coordenador de Magistrados, em relação ao primeiro grau, tem competência para proferir decisões acerca das seguintes matérias:

a) licenças para tratamento de saúde própria, por motivo de doença em pessoa da família, para repouso à gestante, paternidade, gala, nojo, prêmio;
b) lotação e relotação dos juízes substitutos, designações de substituição, composição das Turmas de Recursos e Direção do Foro;
c) concessão de isenção do imposto de renda, de abono de permanência, de ajuda de custo aos empossados, de averbação de tempo de serviço e inclusão de dependentes para fins de imposto de renda e previdenciários;
d) marcação, suspensão e autorização de gozo de férias, licença-prêmio e trânsito;
e) pagamento de auxílio funeral, gratificação dos instrutores e antecipação de 1/3 (um terço) constitucional de férias;
f) elaborar certidões e declarações de interesse dos magistrados;
g) questões administrativas relativas aos seus servidores.

As atividades da Coordenadoria englobam, ainda, processamento e decisões sobre pedidos de afastamento de magistrados, requerimentos para participação em cursos de aperfeiçoamento no país e no exterior, compensação por folgas decorrentes de plantão, consultas a respeito de substituição legal nas Comarcas, elaboração de escala de férias, prestação de informações e dados de produtividade dos magistrados ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho da Magistratura, recuperação de valores pagos a maior, encaminhamento de pleitos de criação e instalação de novas varas/comarcas, atendimento a familiares de magistrados falecidos, bem assim confecção de escala de plantão no âmbito do Tribunal.

Também devem ser mencionados o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de movimentação na carreira da magistratura e concessão das folgas de plantão.

Oportuno destacar, no decorrer deste ano, dentre outros números:

a) 15.084 ligações recebidas e 10.305 ligações efetuadas, totalizando 25.989 atendimentos via telefone;
b) 54.950 correspondências eletrônicas enviadas e recebidas;
c) 1.772 portarias de designações, férias, licença-prêmio e demais licenças de Magistrados;
d) 173 atos de movimentação (promoções, remoções, permutas, opções e aposentadorias).

O Juiz Coordenador de Magistrados participou, ainda, como membro efetivo no Conselho da Conta Única e Conselho Gestor dos Juizados Especiais e Comissão de Gestão Socioambiental, bem como membro convidado do Conselho de Gestão e Modernização do Poder Judiciário, colaborando na elaboração de anteprojetos de lei e atos normativos voltados ao aperfeiçoamento do Judiciário catarinense.

Destarte, a Coordenadoria de Magistrados não mediu esforços para administrar a escassez de juízes substitutos no atual quadro da carreira da magistratura, sobretudo por meio de cumulação de unidades, nos termos da Resolução n. 34/2011-TJ.

No mais, quanto aos processos administrativos analisados por esta Coordenadoria, relacionam-se a seguir os de interesses pessoais de Magistrados ativos, inativos e pensionistas.

## PROCESSOS

| | | |
|---|---|---|
| 1 | Academia Judicial/Gratificação de Instrutor | 77 |
| 2 | Abono de permanência | 13 |
| 3 | Aposentadoria | 8 |
| 4 | Auxílio funeral | 11 |
| 5 | Autorização para freqüência de curso no Brasil | 1 |
| 6 | Averbação de tempo de serviço | 40 |
| 7 | Devolução de valores | 112 |
| 8 | Diligência do Tribunal de Contas do Estado | 2 |
| 9 | Inclusão de dependente | 24 |
| 10 | Exclusão de dependente | 11 |
| 11 | Isenção do IR e IPREVE | 19 |
| 12 | Licenças de saúde própria e em pessoa da família | 117 |
| 13 | Licença gala | 10 |
| 14 | Licença maternidade | 9 |
| 15 | Licença nojo | 21 |
| 16 | Licença paternidade | 15 |
| 17 | Licença prêmio | 76 |
| 18 | Ressarcimento despesas/diárias/celular/combustível | 66 |
| 19 | Auxílio Saúde | 8 |

Foram prestados pela Coordenadoria de Magistrados também outros serviços importantes, compreendendo além da atualização e elaboração do Quadro de Antiguidade, a alimentação dos sistemas (Scua/Mumpsb), folhas de pagamento dos magistrados, e a confecção, encaminhamento e publicação de diversos atos, tais como:

| | | |
|---|---|---|
| 1 | Atos (nomeação/vitaliciamento/promoção/remoção/opção/permuta/aposentadoria) | 173 |
| 2 | Apostila de proventos | 12 |
| 3 | Certidões para ativos/inativos/pensionistas | 116 |
| 4 | Declarações para magistrados/dependentes | 29 |
| 5 | Despachos e Pareceres | 607 |
| 6 | Comunicados | 953 |
| 7 | Ligações telefônicas | |
| | Recebidas | 15.084 |
| | Efetuadas | 10.905 |
| 8 | Ofícios | 223 |
| 9 | Plantão Judicial de 2º Grau | 30 |

| | | |
|---|---|---|
| 10 | Portarias expedidas | |
| | Concessão de saldo para compensação de plantão | 12 |
| | Gozo de compensação de Plantão | 64 |
| | Designações de magistrados | 745 |
| | Férias (marcação/suspensão/transferência) | 703 |
| | Licença gala | 10 |
| | Licença maternidade | 9 |
| | Licença nojo | 21 |
| | Licença paternidade | 15 |
| | Licença-prêmio (concessão/marcação/gozo/transferência) | 76 |
| | Licença de saúde própria e em pessoa da família | 117 |
| 11 | Relatórios diversos | 135 |

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO GABINETE DA PRESIDÊNCIA – COORDENADORIA DE MAGISTRADOS –, DURANTE O ANO DE 2015, NO TOCANTE À MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA CATARINENSE.**

**I – PRENCHIMENTO DE CARGO DE DESEMBARGADOR, DESTINADO À CARREIRA DA MAGISTRATURA:**

1. Edemar Gruber
2. Stanley da Silva Braga
3. Altamiro de Oliveira

**II – PRENCHIMENTO DE CARGO DE DESEMBARGADOR PELO 5º CONSTITUCIONAL:**

Não houve.

**III - MAGISTRADOS REMOVIDOS PARA O CARGO DE JUIZ DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU:**

1. Luiz Antônio Zanini Fornerolli
2. Hildemar Meneguzzi de Carvalho
3. Luiz Felipe Siegert Schuch

**IV – MAGISTRADOS PROMOVIDOS NO PRIMEIRO GRAU**

**POR MERECIMENTO**

1. Viviana Gazaniga Maia, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Biguaçu para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Palhoça.
2. Rodrigo Coelho Rodrigues, do cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Tijucas para o cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da comarca de Balneário Camboriú.
3. Leandro Katscharowski Aguiar, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Jaraguá do Sul para o cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da comarca de Joinville.
4. Simone Faria Locks, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Timbó para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da comarca de Blumenau.
5. Fúlvio Borges Filho, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Rio do Sul para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da mesma Comarca.

6. Marlon Negri, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de São Francisco do Sul para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Jaraguá do Sul.
7. Letícia Pavei Cachoeira, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Lauro Müller para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Araranguá.
8. Lenoar Bendini Madalena, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Trombudo Central para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Ituporanga.
9. Raphael Mendes Barbosa, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Campo Belo do Sul para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Trombudo Central.
10. Evandro Volmar Rizzo, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Sombrio para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da mesma Comarca.
11. Klauss Corrêa de Souza, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Capivari de Baixo para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Braço do Norte.
12. Rafael Goulart Sardá, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Coronel Freitas para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Videira.
13. Marcus Alexsander Dexheimer, do cargo de Juiz Substituto, lotado na 39ª Circunscrição, com sede na comarca de Videira, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Descanso.
14. João Carlos Franco, do cargo de Juiz Substituto, lotado na 27ª Circunscrição, com sede na comarca de Canoinhas, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de São Domingos.
15. Mônica Fracari, do cargo de Juiz Substituto, lotado na 21ª Circunscrição, com sede na comarca de Timbó, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Abelardo Luz.
16. Giovana Maria Caron Bósio, do cargo de Juiz Substituto, lotado na 30ª Circunscrição, com sede na comarca de Chapecó, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Cunha Porã.
17. Ana Cristina de Oliveira Agustini, do cargo de Juiz Substituto, lotado na 13ª Circunscrição, com sede na comarca de Curitibanos, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Campo Belo do Sul.
18. Luciano Fernandes da Silva, do cargo de Juiz Substituto, lotado na 16ª Circunscrição, com sede na comarca de Jaraguá do Sul, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Dionísio Cerqueira.
19. Daniel Lisboa Mendonça, do cargo de Juiz Substituto, lotado na ª Circunscrição, com sede na comarca de Concórdia, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Coronel Freitas.

**POR ANTIGUIDADE**

1. Ederson Tortelli, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Concórdia para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Chapecó.
2. Rafael Brüning, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da da comarca de Santo Amaro da Imperatriz para o cargo de 2º Juiz Especial da comarca da Capital.
3. Rafael Maas dos Anjos, do cargo de Juiz de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Jaraguá do Sul para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara de Direito Bancário da comarca de Joinville.
4. Edison Zimmer, do cargo de Juiz de Direito dara da Fazenda Pública, Acidentes de Trabalho e Registros Públicos da comarca de Rio do Sul para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Família, Órfãos, Sucessões e Infância e Juventude da mesma Comarca.
5. Cândida Inês Zoellner Brugnoli, do cargo de Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública da comarca de Jaraguá do Sul para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da mesma Comarca.
6. Fernando Seara Hickel, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de São Francisco do Sul para o cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da comarca de Joinville.

7. Antônio Carlos Ângelo, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Capivari de Baixo para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Imbituba.
8. Fernando Cordioli Garcia, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Sombrio para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Ibirama.
9. Welton Rubenich, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Jaguaruna para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Biguaçu.
10. Kledson Gewehr, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Quilombo para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Concórdia.
11. Pablo Vinícius Araldi, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Braço do Norte para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Sombrio.
12. Maria de Lourdes Simas Porto, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Imaruí para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Santo Amaro da Imperatriz.
13. Márcio Preis, do cargo de Juiz Substituto, lotado na 38ª Circunscrição, com sede na comarca de Joaçaba, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Pinhalzinho.
14. Fernanda Pereira Nunes, do cargo de Juiz Substituto, lotada na 15ª Circunscrição, com sede na comarca de Joinville, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Anita Garibaldi.
15. Flávia Maeli da Silva Baldissera, do cargo de Juiz Substituto, lotada na 26ª Circunscrição, com sede na comarca de Tijucas, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Garuva.
16. Luiz Carlos Vailati Júnior, do cargo de Juiz Substituto, lotado na 23ª Circunscrição, com sede na comarca de Itajaí, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Lauro Müller.
17. Gustavo Schlupp Winter, do cargo de Juiz Substituto, lotado na 15ª Circunscrição, com sede na comarca de Joinville, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Jaguaruna.
18. Rachel Bressan Garcia Mateus, do cargo de Juiz Substituto, lotada na 8ª Circunscrição, com sede na comarca de Laguna, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Capivari de Baixo.
19. Cintia Ranzi Arnt, do cargo de Juiz Substituto, lotada na 2ª Circunscrição, com sede na comarca de São José, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Imaruí.

## V - MAGISTRADOS REMOVIDOS NO PRIMEIRO GRAU

### POR MERECIMENTO

1. Marco Augusto Ghisi Machado, do cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da comarca de Joinville para o cargo de Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da comarca de Palhoça.
2. Fábio Nilo Bagattoli, do cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Criciúma para o cargo de 4º Juiz Especial da comarca da Capital.
3. Renato Guilherme Gomes Cunha, do cargo de Juiz de Direito da Vara da Família, Órfãos, Sucessões e Infância e Juventude da comarca de Rio do Sul para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Tijucas.
4. Ruy Fernando Falk, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Campos Novos para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Timbó.
5. André Milani, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Caçador para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Concórdia.
6. Klauss Corrêa de Souza, do cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Braço do Norte para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Capivari de Baixo.

7. Cristina Lerch Lunardi, do cargo de Juiz Substituto, lotada na 19ª Circunscrição, com sede na comarca de Rio do Sul para a 19ª Circunscrição, com sede na comarca da Capital.

**POR ANTIGUIDADE**

1. Edenildo da Silva, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara de Direito Bancário da comarca de Joinville para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Jaraguá do Sul.
2. Fernando Machado Carboni, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Videira para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Braço do Norte.
3. Bernardo Augusto Ern, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Canoinhas para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Pomerode.
4. Rafael Steffen da Luz Fontes, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Abelardo Luz para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Presidente Getúlio.
5. Vanessa Bonetti Haupenthal, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Dionísio Cerqueira para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Quilombo.

**VI – FORAM APRECIADOS E DEFERIDOS OS PEDIDOS DE OPÇÃO DOS SEGUINTES MAGISTRADOS:**

1. Luiz César Schweitzer, do cargo de Juiz de Direito de Segundo Grau da Câmara Especial Regional de Chapecó para o Tribunal de Justiça.
2. Júlio César Machado Ferreira de Melo, do cargo de Juiz de Direito de Segundo Grau da Câmara Especial Regional de Chapecó para o Tribunal de Justiça.
3. Alaíde Maria Nolli, do cargo de Juiz de Direito do 1º Juizado Especial Cível da comarca de Balneário Camboriú para o 2º Juizado Especial Cível da mesma Comarca.
4. Patrícia Nolli, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Balneário Camboriú para o 1º Juizado Especial Cível da mesma Comarca.
5. Eduardo Camargo, do cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da comarca de Balneário Camboriú para a 2ª Vara Cível da mesma Comarca.
6. Hélio do Valle Pereira, do cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da comarca da Capital para a 1ª Vara da Fazenda Pública da mesma Comarca.
7. Laudenir Fernando Petroncini, do cargo de Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais da comarca da Capital para a 3ª Vara da Fazenda Pública da mesma Comarca.
8. Luís Francisco Delpizzo Miranda, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca da Capital para a Vara de Execuções Penais da mesma Comarca.
9. Fernando Vieira Luiz, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Capital para a 2ª Vara Criminal da mesma Comarca.
10. Álvaro Luiz Pereira de Andrade, do cargo de Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da comarca de Blumenau para o 2º Juizado Especial Cível da mesma Comarca.
11. Vitoraldo Bridi, do cargo de Juiz de Direito do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca da Capital para a 2ª Vara Cível da mesma Comarca.
12. Janine Stiehler Martins, do cargo de 2º Juiz Especial da comarca de Capital para o Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da mesma Comarca.
13. Edison Zimmer, do cargo de Juiz de Direito da Vara da Família, Órfãos, Sucessões e Infância e Juventude da comarca de Rio do Sul para a Vara da Fazenda Pública, Acidentes de Trabalho e Registros Públicos da mesma Comarca.

14. Fúlvio Borges Filho, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Rio do Sul para a 1ª Vara Cível da mesma Comarca.
15. Edenildo da Silva, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Jaraguá do Sul para o Juizado Especial Cível da mesma Comarca.
16. Mônica Elias de Lucca, do cargo de Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da comarca de Joinville para a 2ª Vara da Família da mesma Comarca.
17. Jaime Pedro Bunn, do cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca da Capital para a Vara de Execuções Contra a Fazenda Pública e Precatórios da mesma Comarca.
18. Ana Paula Amaro da Silveira, do cargo de 8º Juiz Especial da comarca da Capital para a 4ª Vara Cível da mesma Comarca.
19. Cândida Inês Zoellner Brugnoli, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Jaraguá do Sul para a Vara da Fazenda Pública da mesma Comarca.
20. Humberto Goulart da Silveira, do cargo de 4º Juiz Especial da comarca de Capital para a 3ª Vara Cível da mesma Comarca.
21. Leandro Katscharowski Aguiar, do cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da comarca de Joinville para a 7ª Vara Cível da mesma Comarca.
22. Marcelo Pons Meirelles, do cargo de 9º Juiz Especial da comarca da Capital para a 5ª Vara Criminal da mesma Comarca.
23. Evandro Volmar Rizzo, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Sombrio para a 2ª Vara da mesma Comarca.
24. Lizandra Pinto de Souza, do cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Concórdia para a 2ª Vara Cível da mesma Comarca.
25. Frederico Andrade Siegel, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Videira para a 2ª Vara Cível da mesma Comarca.
26. Roque Lopedote, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Concórdia para o Juizado Especial Cível e Criminal da mesma Comarca.
27. Kledson Gewehr, do cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Concórdia para a 1ª Vara Cível da mesma Comarca.
28. Marlon Negri, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Jaraguá do Sul para a 1ª Vara Cível da mesma Comarca.
29. Rafael Germer Condé, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Gaspar para a Vara da Família, Infância, Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões da mesma Comarca.
30. Reny Baptista Neto, do cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Campos Novos para a 1ª Vara Cível da mesma Comarca.
31. Gustavo Schwingel, do cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de São Francisco do Sul para a 2ª Vara Cível da mesma Comarca.

**VII – FORAM APRECIADOS E DEFERIDOS OS PEDIDOS DE PERMUTA DOS SEGUINTES MAGISTRADOS:**

1. Maria Augusta Tridapalli e Karina Muller Queiroz de Souza, titulares, respectivamente, dos cargos de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Porto Belo e da 2ª Vara da comarca de São João Batista.
2. André Alexandre Happke e Celso Henrique de Castro Baptista Vallim, titulares, respectivamente, dos cargos de Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da comarca da Capital e da 2ª Vara da Fazenda Pública e Vara Regional de Execução Fiscal da comarca de Chapecó.

3. André Alexandre Happke e Márcio Rocha Cardoso, titulares, respectivamente, dos cargos de Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública e Vara Regional de Execução Fiscal e do 1º Juizado Especial Cível da comarca de Chapecó.

**VIII - DIREÇÃO DE FORO**

Foram apreciadas e deferidas **33** indicações para as funções de Diretor do Foro das Comarcas com mais de uma Vara.

**IX – INDICAÇÃO PARA TURMAS DE RECURSOS**

Foram apreciadas e deferidas **18** indicações para composição das Turmas de Recursos.

**X - APOSENTADORIA**

Foram apreciados e deferidos os Processos de aposentadoria dos seguintes Desembargadores:

1. José Trindade dos Santos
2. José Gaspar Rubick
3. Carlos Prudêncio
4. Vanderlei Romer

oram apreciados e deferidos os Processos de aposentadoria dos seguintes Juízes de primeiro grau:

1. Maria Teresa Visalli da Costa Silva
2. Sérgio Ramos
3. Roberto Ramos Alvim
4. Viviane Eigen

**XI - DESAPOSENTAÇÃO**

Foi homologado o pedido de desaposentação formulado pelo Juiz de Direito José Guilherme de Souza.

**XII - CERTIDÕES E DECLARAÇÕES FUNCIONAIS FORNECIDAS**

Foram fornecidas **116** certidões e **29** declarações funcionais de interesse dos magistrados.

**XIII – CERTIDÃO DE MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA**

Foram elaboradas **5** certidões referentes à movimentação na carreira da magistratura.

**XIV - EDITAIS**

Foram abertos, assinados e publicados **61** editais para provimento de cargos vagos na carreira da magistratura de Primeiro e de Segundo Grau.

**XV - PAUTAS ADMINISTRATIVAS DO TRIBUNAL PLENO**

Foram elaboradas **20** pautas administrativas do Tribunal Pleno e **3** aditamentos.

**XVI – NOMEAÇÃO DE JUÍZES SUBSTITUTOS**

Foram nomeados e empossados **15** Juízes Substitutos.

## XVII - EFETIVAÇÃO

Foram apreciados e deferidos **58** processos de efetivação de magistrados.

## XVIII - PREENCHIMENTO DE CARGOS VAGOS NO TRE

Preenchimento de **1 cargo de Juiz Efetivo**, categoria Jurista

Preenchimento de **1 cargo de Juiz Suplente**, categoria Jurista

Preenchimento de **1 cargo de Juiz Efetivo**, categoria Juiz de Direito

Preenchimento de **2 cargos de Juiz Suplente**, categoria Juiz de Direito

Preenchimento de **1 cargo de Juiz Efetivo**, categoria Desembargador

## CONSELHO GESTOR E DA COORDENADORIA ESTADUAL DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

| DESEMBARGADOR | PROCESSOS DISTRIBUÍDOS 2015 | PROCESSOS JULGADOS |
|---|---|---|
| Nelson Schaefer Martins | - | - |
| José Antônio Torres Marques | 01 | 01 |
| Luiz Cézar Medeiros | - | - |
| Jaime Ramos | 24 | 24 |
| Salim Schead dos Santos | - | - |
| **JUIZ DE DIREITO** | | |
| Cínthia B. da da S. B. Schaefer | 31 | 29 |
| Janice Goulart Garcia Ubialli | 06 | 04 |
| Marcelo Pizolati | 01 | 01 |
| Ana Lia Barbosa M. V. L. Carneiro | - | - |
| Cleusa Maria Cardoso | - | - |
| Rafael Sandi | 01 | 01 |
| Juliano Serpa | - | - |
| Edison Zimmer | 02 | 02 |
| Antônio Augusto Baggio e Ubaldo | 02 | 02 |
| Marcelo Carlin | 01 | 01 |
| Brigitte Remor de Souza May | - | - |
| **APRESENTAÇÕES EM MESA** | **15** | **15** |
| **TOTAL** | **84** | **80** |

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

**JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - Varas especializadas (*) / Varas Autônomas - JAN/2015 a NOV/2015**

TOTAL DE PROCESSOS - todos (principais, execução de sentença, incidentes processuais e ações incidentais) menos RECURSOS

| Comarca | Vara | Entrados por distribuição | Média mensal de Entrados | Por Evolução para Ação Penal | Reabertos | Sentenciados | Média mensal de Senten ciados | Arquivados definitiva-mente | Remetidos para outro tribunal | Em grau de recurso | Arquivados administra-tivamente | Suspensos | Em andamento em abr/2015 | Pendente de julgamento |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Balneário Camboriú | 1º Juizado Especial Cível | 2.130 | 193,6 | 0 | 976 | 2.580 | 234,5 | 2.895 | 116 | 856 | 2 | 7 | 4.619 | 3.315 |
| Balneário Camboriú | 2º Juizado Especial Cível | 1.736 | 157,8 | 0 | 385 | 2.144 | 194,9 | 1.179 | 102 | 303 | 0 | 3 | 2.043 | 1.297 |
| Balneário Camboriú | Juizado Especial Criminal | 1.796 | 163,3 | 80 | 46 | 546 | 49,6 | 139 | 134 | 13 | 0 | 30 | 3.404 | 2.297 |
| Blumenau | 1º Juizado Especial Cível | 3.125 | 284,1 | 0 | 854 | 3.758 | 341,6 | 3.397 | 579 | 438 | 90 | 44 | 7.132 | 4.897 |
| Blumenau | 2º Juizado Especial Cível | 939 | 85,4 | 0 | 4 | 530 | 48,2 | 149 | 216 | 5 | 12 | 3 | 3.807 | 3.417 |
| Blumenau | Juizado Especial Criminal | 2.577 | 234,3 | 245 | 154 | 1.731 | 157,4 | 2.333 | 426 | 8 | 0 | 114 | 3.108 | 1.535 |
| Brusque | Juizado Especial Cível e Criminal | 2.979 | 270,8 | 66 | 1.776 | 3.723 | 338,5 | 2.995 | 165 | 106 | 0 | 156 | 7.027 | 4.643 |
| Capital | Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher | 1.535 | 139,5 | 160 | 135 | 606 | 55,1 | 2.224 | 6 | 44 | 18 | 206 | 3.215 | 2.750 |
| Capital - Continente | Juizado Especial Cível | 1.605 | 145,9 | 0 | 199 | 1.846 | 167,8 | 1.876 | 1 | 182 | 4 | 11 | 2.819 | 1.949 |
| Capital - Continente | Juizado Especial Criminal | 1.018 | 92,5 | 22 | 130 | 949 | 86,3 | 1.493 | 6 | 9 | 0 | 13 | 1.464 | 1.061 |
| Capital - Eduardo Luz | 1º Juizado Especial Cível | 2.380 | 216,4 | 0 | 27.563 | 14.932 | 1.357,5 | 3.197 | 4 | 521 | 2 | 459 | 31.174 | 17.223 |
| Capital - Eduardo Luz | 2º Juizado Especial Cível | 1.912 | 173,8 | 0 | 428 | 2.013 | 183,0 | 4.905 | 6 | 338 | 27 | 242 | 2.859 | 2.078 |
| Capital - Eduardo Luz | Juizado Especial Criminal | 2.443 | 222,1 | 141 | 275 | 1.948 | 177,1 | 2.391 | 6 | 17 | 0 | 36 | 4.839 | 2.879 |
| Capital - Norte da Ilha | Juizado Especial Cível e Criminal da Trindade | 2.491 | 226,5 | 111 | 1.733 | 3.284 | 298,5 | 4.830 | 79 | 556 | 6 | 1.934 | 4.622 | 2.616 |
| Capital - Norte da Ilha | Juizado Especial da Fazenda Pública | 10.149 | 922,6 | 0 | 629 | 5.639 | 512,6 | 8.039 | 10 | 2.575 | 0 | 0 | 17.304 | 11.340 |
| Capital - Norte da Ilha | Juizado Especial de Santo Antônio de Lisboa | 3.377 | 307,0 | 125 | 7.701 | 9.343 | 849,4 | 10.365 | 2 | 184 | 4 | 93 | 5.818 | 4.084 |
| Chapecó | 1º Juizado Especial Cível | 2.056 | 186,9 | 0 | 429 | 1.487 | 135,2 | 2.398 | 229 | 216 | 135 | 118 | 6.844 | 4.306 |
| Chapecó | 2º Juizado Especial Cível | 2.077 | 188,8 | 0 | 143 | 1.172 | 106,5 | 325 | 223 | 40 | 1 | 61 | 4.182 | 3.022 |
| Chapecó | Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica | 3.022 | 274,7 | 490 | 412 | 2.375 | 215,9 | 1.451 | 548 | 95 | 4 | 347 | 4.381 | 2.609 |
| Concórdia | Juizado Especial Cível e Criminal | 2.294 | 208,5 | 139 | 1.343 | 1.971 | 179,2 | 2.234 | 161 | 100 | 0 | 307 | 4.773 | 3.232 |
| Criciúma | Juizado Especial Cível | 3.159 | 287,2 | 0 | 5.953 | 7.028 | 638,9 | 2.815 | 294 | 1.262 | 0 | 62 | 8.191 | 2.124 |
| Itajaí | Juizado Especial Cível | 2.452 | 222,9 | 0 | 1.936 | 3.298 | 299,8 | 3.409 | 258 | 336 | 141 | 38 | 5.452 | 3.655 |
| Jaraguá do Sul | Juizado Especial Cível | 2.999 | 272,6 | 55 | 564 | 2.864 | 260,4 | 2.240 | 365 | 196 | 5 | 227 | 5.304 | 3.524 |
| Joaçaba | Juizado Especial Cível | 854 | 77,6 | 0 | 152 | 1.006 | 91,5 | 2.509 | 174 | 98 | 3 | 26 | 743 | 501 |
| Joinville | 1º Juizado Especial Cível - Foro Central | 2.173 | 197,5 | 0 | 806 | 2.794 | 254,0 | 2.535 | 249 | 292 | 1 | 36 | 3.407 | 2.386 |
| Joinville | 2º Juizado Especial Cível - Univille | 1.825 | 165,9 | 0 | 383 | 2.045 | 185,9 | 1.998 | 276 | 193 | 1 | 178 | 1.562 | 1.022 |
| Joinville | 3º Juizado Especial Cível - Sociesc (Boa Vista) | 1.834 | 166,7 | 0 | 876 | 2.901 | 263,7 | 2.586 | 180 | 530 | 1 | 44 | 2.173 | 1.492 |
| Joinville | Juizado Especial Criminal e Delitos de Trânsito | 6.230 | 566,4 | 427 | 433 | 2.109 | 191,7 | 2.093 | 3.400 | 176 | 0 | 321 | 5.240 | 4.009 |
| Lages | Juizado Especial | 2.994 | 272,2 | 0 | 289 | 3.393 | 308,5 | 4.915 | 232 | 371 | 9 | 3 | 3.181 | 2.214 |
| Palhoça - abr/15 a nov/15 | Juizado Especial Cível | 1.550 | 172,2 | 0 | 968 | 8.851 | 983,4 | 1.639 | 125 | 76 | 1 | 28 | 6.511 | 2.782 |
| Rio do Sul | Juizado Especial Cível e Criminal | 3.368 | 306,2 | 30 | 297 | 2.820 | 256,4 | 3.138 | 310 | 162 | 0 | 50 | 4.687 | 3.084 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| São José | Juizado Especial Cível | 3.281 | 298,3 | 0 | 10.643 | 14.745 | 1.340,5 | 6.580 | 358 | 239 | 0 | 792 | 17.555 | 7.929 |
| São José | Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica | 2.822 | 256,5 | 474 | 280 | 1.840 | 167,3 | 1.870 | 293 | 100 | 207 | 154 | 3.549 | 2.522 |
| Tubarão | Juizado Especial Cível | 1.782 | 162,0 | 0 | 630 | 3.053 | 277,5 | 4.682 | 237 | 216 | 0 | 134 | 2.890 | 2.400 |
| Tubarão | Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica | 2.002 | 182,0 | 325 | 173 | 1.629 | 148,1 | 1.867 | 413 | 33 | 7 | 183 | 2.506 | 1.767 |

* Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Jaraguá do Sul perdeu a competência Criminal em Mar/2015.

** Vara do Juizado Especial Cível de Palhoça foi instalada em 27/03/2015. Período analisado: Abr/15 a Nov/15.

Fonte: Saj/Estatística / Divisão Judiciária da Corregedoria-Geral da Justiça – TJSC

**JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - Varas especializadas (*) / Secretarias Adjuntas (Informais) - JAN/2015 A NOV/2015**

**Classes: 278 - Termo Circunstanciado; 436 - Procedimento do Juizado Especial Cível; 10944 - Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo**

| COMARCA | VARA | Entrados por distribuição | Média mensal de Entrados | Por Evolução para Ação Penal | Rea bertos | Senten ciados | Média mensal de Sentenciados | Arquiva dos definitivamente | Remetidos para outro tribunal | Em grau de recurso | Arquivados administra tivamente | Suspensos | Em andamento em abr/15 | Pendente de julgamento |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Abelardo Luz | Vara Única | 398 | 36,2 | 24 | 101 | 262 | 23,8 | 524 | 2 | 30 | 6 | 12 | 819 | 600 |
| Anchieta | Vara Única | 233 | 21,2 | 18 | 128 | 372 | 33,8 | 354 | 3 | 29 | 0 | 18 | 194 | 122 |
| Anita Garibaldi | Vara Única | 405 | 36,8 | 10 | 28 | 465 | 42,3 | 439 | 0 | 17 | 6 | 1 | 262 | 137 |
| Araquari | Vara Única | 540 | 49,1 | 2 | 15 | 353 | 32,1 | 44 | 1 | 7 | 0 | 5 | 1.641 | 860 |
| Araranguá | 2ª Vara Criminal | 837 | 76,1 | 97 | 13 | 659 | 59,9 | 997 | 0 | 3 | 0 | 47 | 1.469 | 1.114 |
| Araranguá | 1ª Vara Criminal | 27 | 2,5 | 0 | 5 | 8 | 0,7 | 8 | 0 | 0 | 0 | 3 | 14 | 12 |
| Araranguá | 1ª Vara Cível | 13 | 1,2 | 0 | 13 | 51 | 4,6 | 54 | 0 | 10 | 0 | 0 | 106 | 32 |
| Araranguá | 2ª Vara Cível | 16 | 1,5 | 0 | 16 | 27 | 2,5 | 47 | 0 | 20 | 0 | 0 | 87 | 31 |
| Araranguá | 3ª Vara Cível | 819 | 74,5 | 0 | 476 | 1.052 | 95,6 | 951 | 1 | 55 | 0 | 7 | 1.914 | 1.083 |
| Armazém | Vara Única | 376 | 34,2 | 57 | 26 | 384 | 34,9 | 461 | 0 | 16 | 0 | 65 | 613 | 449 |
| Ascurra | Vara Única | 336 | 30,5 | 19 | 24 | 462 | 42,0 | 507 | 0 | 107 | 14 | 118 | 1.549 | 1.204 |
| Balneário Piçarras | 2ª Vara | 398 | 36,2 | 8 | 129 | 276 | 25,1 | 323 | 4 | 2 | 0 | 6 | 667 | 385 |
| Balneário Piçarras | 1ª Vara | 413 | 37,5 | 0 | 61 | 508 | 46,2 | 883 | 0 | 63 | 1 | 3 | 910 | 611 |
| Barra Velha | 2ª Vara | 262 | 23,8 | 49 | 16 | 105 | 9,5 | 129 | 2 | 2 | 0 | 1 | 485 | 405 |
| Barra Velha | 1ª Vara | 247 | 22,5 | 0 | 81 | 224 | 20,4 | 227 | 4 | 29 | 0 | 1 | 525 | 334 |
| Biguaçu | Unidade Judiciária de Cooperação | 979 | 89,0 | 59 | 231 | 4.447 | 404,3 | 4.393 | 6 | 198 | 5 | 31 | 1.424 | 1.000 |
| Blumenau | 1º Juizado Especial Cível | 2.184 | 198,5 | 0 | 386 | 2.879 | 261,7 | 2.519 | 4 | 425 | 16 | 23 | 3.517 | 1.966 |
| Blumenau | 2º Juizado Especial Cível | 638 | 58,0 | 0 | 1 | 371 | 33,7 | 121 | 1 | 5 | 0 | 0 | 2.705 | 2.461 |
| Blumenau | Juizado Especial Criminal | 1.751 | 159,2 | 242 | 120 | 1.658 | 150,7 | 2.079 | 7 | 7 | 0 | 104 | 2.464 | 971 |
| Bom Retiro | Vara Única | 241 | 21,9 | 41 | 28 | 204 | 18,5 | 141 | 4 | 4 | 0 | 15 | 522 | 344 |
| Braço do Norte | 1ª Vara Cível | 20 | 1,8 | 0 | 4 | 3 | 0,3 | 3 | 0 | 2 | 0 | 0 | 43 | 40 |
| Braço do Norte | Vara Criminal | 949 | 86,3 | 32 | 95 | 768 | 69,8 | 990 | 1 | 52 | 5 | 14 | 2.679 | 1.803 |
| Brusque | Juizado Especial Cível e Criminal | 2.200 | 200,0 | 65 | 1.467 | 3.159 | 287,2 | 2.524 | 5 | 99 | 0 | 50 | 4.278 | 2.460 |
| Camboriú | 2ª Vara Cível | 792 | 72,0 | 0 | 76 | 1.177 | 107,0 | 1.347 | 2 | 96 | 0 | 19 | 589 | 407 |
| Camboriú | Vara Criminal | 430 | 39,1 | 49 | 46 | 385 | 35,0 | 383 | 0 | 0 | 0 | 39 | 871 | 515 |
| Campo Belo do Sul | Vara Única | 197 | 17,9 | 10 | 19 | 180 | 16,4 | 185 | 0 | 1 | 10 | 11 | 142 | 88 |
| Campo Erê | Vara Única | 425 | 38,6 | 39 | 72 | 467 | 42,5 | 496 | 4 | 14 | 1 | 24 | 316 | 203 |
| Campos Novos | Vara Criminal | 442 | 40,2 | 16 | 62 | 228 | 20,7 | 291 | 3 | 3 | 0 | 87 | 691 | 533 |
| Campos Novos | 2ª Vara Cível | 517 | 47,0 | 0 | 184 | 554 | 50,4 | 521 | 2 | 40 | 12 | 9 | 468 | 274 |
| Canoinhas | Vara Criminal | 494 | 44,9 | 74 | 31 | 271 | 24,6 | 271 | 5 | 1 | 0 | 33 | 868 | 648 |
| Canoinhas | 2ª Vara Cível | 554 | 50,4 | 0 | 406 | 440 | 40,0 | 1.000 | 0 | 106 | 1 | 14 | 646 | 428 |
| Capinzal | 2ª Vara | 251 | 22,8 | 37 | 35 | 205 | 18,6 | 179 | 2 | 1 | 0 | 18 | 424 | 292 |
| Capinzal | 1ª Vara | 408 | 37,1 | 0 | 61 | 354 | 32,2 | 435 | 0 | 20 | 2 | 11 | 421 | 264 |
| Capivari de Baixo | Vara Única | 282 | 25,6 | 14 | 22 | 136 | 12,4 | 388 | 0 | 6 | 0 | 0 | 876 | 648 |
| Catanduvas | Vara Única | 310 | 28,2 | 23 | 38 | 299 | 27,2 | 249 | 5 | 16 | 3 | 16 | 363 | 225 |
| Caçador | 2ª Vara Cível | 497 | 45,2 | 0 | 121 | 478 | 43,5 | 775 | 1 | 70 | 1 | 2 | 900 | 591 |
| Caçador | Vara Criminal | 804 | 73,1 | 62 | 62 | 329 | 29,9 | 426 | 3 | 6 | 0 | 40 | 1.172 | 912 |
| Coronel Freitas | Vara Única | 307 | 27,9 | 16 | 66 | 256 | 23,3 | 307 | 0 | 8 | 0 | 8 | 255 | 175 |
| Correia Pinto | Vara Única | 330 | 30,0 | 46 | 41 | 322 | 29,3 | 343 | 0 | 19 | 10 | 25 | 609 | 406 |
| Cunha Porã | Vara Única | 261 | 23,7 | 16 | 52 | 224 | 20,4 | 238 | 0 | 25 | 2 | 12 | 274 | 178 |
| Curitibanos | Vara Criminal | 535 | 48,6 | 16 | 24 | 433 | 39,4 | 432 | 2 | 10 | 0 | 0 | 424 | 288 |
| Curitibanos | 1ª Vara Cível | 798 | 72,5 | 0 | 449 | 538 | 48,9 | 881 | 1 | 102 | 172 | 115 | 587 | 461 |
| Curitibanos | 2ª Vara Cível | 78 | 7,1 | 0 | 3 | 0 | 0,0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 84 | 81 |
| Descanso | Vara Única | 319 | 29,0 | 5 | 170 | 402 | 36,5 | 235 | 2 | 3 | 2 | 11 | 392 | 199 |
| Dionísio Cerqueira | Vara Única | 655 | 59,5 | 28 | 643 | 485 | 44,1 | 743 | 2 | 82 | 1 | 46 | 1.209 | 875 |
| Forquilhinha | Vara Única | 358 | 32,5 | 17 | 56 | 293 | 26,6 | 361 | 1 | 36 | 2 | 8 | 197 | 131 |
| Fraiburgo | 2ª Vara | 791 | 71,9 | 42 | 17 | 329 | 29,9 | 672 | 3 | 1 | 0 | 31 | 1.042 | 847 |
| Fraiburgo | 1ª Vara | 570 | 51,8 | 0 | 35 | 732 | 66,5 | 980 | 1 | 10 | 1 | 1 | 452 | 346 |
| Garopaba | Vara Única | 559 | 50,8 | 26 | 382 | 741 | 67,4 | 782 | 4 | 19 | 1 | 7 | 1.233 | 1.045 |
| Garuva | Vara Única | 272 | 24,7 | 4 | 38 | 218 | 19,8 | 178 | 0 | 6 | 0 | 2 | 320 | 174 |
| Gaspar | Vara Criminal | 263 | 23,9 | 57 | 5 | 288 | 26,2 | 139 | 1 | 2 | 0 | 6 | 721 | 444 |
| Gaspar | 2ª Vara Cível | 215 | 19,5 | 0 | 216 | 636 | 57,8 | 678 | 1 | 41 | 0 | 62 | 128 | 106 |
| Gaspar | 1ª Vara Cível | 211 | 19,2 | 0 | 406 | 291 | 26,5 | 195 | 1 | 26 | 0 | 359 | 1.243 | 990 |
| Guaramirim | 2ª Vara | 309 | 28,1 | 60 | 24 | 158 | 14,4 | 197 | 0 | 1 | 0 | 12 | 837 | 559 |
| Guaramirim | 1ª Vara | 307 | 27,9 | 0 | 89 | 499 | 45,4 | 776 | 1 | 36 | 0 | 7 | 1.124 | 764 |
| Herval do Oeste | Vara Única | 477 | 43,4 | 8 | 13 | 260 | 23,6 | 179 | 2 | 11 | 0 | 6 | 910 | 629 |
| Ibirama | 1ª Vara | 172 | 15,6 | 0 | 110 | 247 | 22,5 | 518 | 0 | 7 | 0 | 53 | 211 | 164 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ibirama | 2ª Vara | 163 | 14,8 | 10 | 31 | 162 | 14,7 | 167 | 0 | 7 | 0 | 9 | 267 | 199 |
| Imaruí | Vara Única | 242 | 22,0 | 19 | 66 | 218 | 19,8 | 472 | 1 | 19 | 0 | 30 | 200 | 147 |
| Imbituba | 1ª Vara | 393 | 35,7 | 0 | 1.201 | 1.330 | 120,9 | 898 | 1 | 42 | 5 | 1 | 1.523 | 705 |
| Imbituba | 2ª Vara | 625 | 56,8 | 58 | 26 | 480 | 43,6 | 815 | 6 | 2 | 0 | 18 | 1.631 | 1.352 |
| Indaial | Vara Criminal | 437 | 39,7 | 31 | 0 | 380 | 34,5 | 2 | 0 | 3 | 0 | 1 | 1.423 | 776 |
| Indaial | 2ª Vara Cível | 405 | 36,8 | 0 | 26 | 212 | 19,3 | 50 | 2 | 11 | 3 | 8 | 1.532 | 767 |
| Ipumirim | Vara Única | 185 | 16,8 | 13 | 59 | 284 | 25,8 | 195 | 0 | 15 | 0 | 5 | 259 | 128 |
| Itaiópolis | Vara Única | 514 | 46,7 | 14 | 97 | 310 | 28,2 | 411 | 4 | 55 | 6 | 24 | 393 | 295 |
| Itapema | 2ª Vara Cível | 1.145 | 104,1 | 0 | 516 | 1.620 | 147,3 | 1.523 | 2 | 39 | 0 | 31 | 945 | 791 |
| Itapema | Vara Criminal | 602 | 54,7 | 25 | 34 | 151 | 13,7 | 700 | 1 | 3 | 0 | 47 | 511 | 438 |
| Itapiranga | Vara Única | 478 | 43,5 | 10 | 179 | 556 | 50,5 | 537 | 0 | 45 | 0 | 60 | 238 | 126 |
| Itapoá | Vara Única | 597 | 54,3 | 14 | 54 | 2.275 | 206,8 | 254 | 3 | 39 | 4 | 10 | 2.817 | 575 |
| Ituporanga | 2ª Vara | 501 | 45,5 | 34 | 38 | 603 | 54,8 | 669 | 0 | 8 | 0 | 21 | 445 | 268 |
| Ituporanga | 1ª Vara | 311 | 28,3 | 0 | 89 | 261 | 23,7 | 349 | 0 | 23 | 2 | 0 | 385 | 338 |
| Itá | Vara Única | 146 | 13,3 | 8 | 147 | 278 | 25,3 | 307 | 0 | 24 | 0 | 10 | 95 | 69 |
| Içara | 2ª Vara | 755 | 68,6 | 5 | 14 | 174 | 15,8 | 382 | 2 | 25 | 0 | 17 | 1.450 | 1.188 |
| Içara | 1ª Vara | 486 | 44,2 | 0 | 389 | 630 | 57,3 | 542 | 1 | 47 | 1 | 13 | 972 | 559 |
| Jaguaruna | Vara Única | 664 | 60,4 | 30 | 84 | 409 | 37,2 | 286 | 3 | 12 | 0 | 8 | 1.597 | 1.197 |
| Laguna | Vara Criminal | 554 | 50,4 | 66 | 45 | 240 | 21,8 | 415 | 12 | 3 | 0 | 17 | 592 | 536 |
| Laguna | 2ª Vara Cível | 564 | 51,3 | 0 | 168 | 1.542 | 140,2 | 958 | 0 | 136 | 1 | 208 | 3.102 | 2.802 |
| Lauro Müller | Vara Única | 589 | 53,5 | 20 | 126 | 523 | 47,5 | 654 | 1 | 55 | 0 | 20 | 457 | 313 |
| Lebon Régis | Vara Única | 191 | 17,4 | 20 | 15 | 171 | 15,5 | 161 | 1 | 6 | 0 | 19 | 266 | 161 |
| Mafra | Vara Criminal | 451 | 41,0 | 53 | 43 | 206 | 18,7 | 304 | 0 | 10 | 0 | 68 | 689 | 473 |
| Mafra | 2ª Vara Cível | 428 | 38,9 | 0 | 177 | 673 | 61,2 | 851 | 0 | 172 | 0 | 7 | 356 | 225 |
| Maravilha | 1ª Vara | 225 | 20,5 | 0 | 53 | 112 | 10,2 | 147 | 1 | 7 | 2 | 1 | 362 | 329 |
| Maravilha | 2ª Vara | 289 | 26,3 | 46 | 23 | 249 | 22,6 | 278 | 2 | 5 | 0 | 11 | 304 | 193 |
| Meleiro | Vara Única | 152 | 13,8 | 37 | 42 | 158 | 14,4 | 226 | 3 | 6 | 0 | 14 | 110 | 77 |
| Modelo | Vara Única | 267 | 24,3 | 4 | 61 | 349 | 31,7 | 368 | 1 | 25 | 1 | 5 | 162 | 78 |
| Mondaí | Vara Única | 536 | 48,7 | 19 | 418 | 610 | 55,5 | 918 | 0 | 13 | 6 | 510 | 821 | 492 |
| Navegantes | Vara Criminal | 707 | 64,3 | 78 | 8 | 317 | 28,8 | 196 | 1 | 2 | 0 | 18 | 1.571 | 1.074 |
| Navegantes | 2ª Vara Cível | 852 | 77,5 | 0 | 52 | 744 | 67,6 | 571 | 2 | 67 | 0 | 3 | 2.043 | 1.325 |
| Orleans | 2ª Vara | 161 | 14,6 | 24 | 10 | 147 | 13,4 | 172 | 1 | 2 | 0 | 13 | 380 | 247 |
| Orleans | 1ª Vara | 444 | 40,4 | 0 | 169 | 296 | 26,9 | 516 | 0 | 30 | 3 | 16 | 771 | 559 |
| Otacílio Costa | Vara Única | 292 | 26,5 | 22 | 42 | 405 | 36,8 | 411 | 1 | 45 | 1 | 17 | 372 | 280 |
| Palmitos | Vara Única | 435 | 39,5 | 22 | 123 | 507 | 46,1 | 614 | 0 | 36 | 0 | 12 | 301 | 190 |
| Papanduva | Vara Única | 558 | 50,7 | 8 | 83 | 685 | 62,3 | 975 | 0 | 18 | 1 | 7 | 711 | 468 |
| Pinhalzinho | Vara Única | 354 | 32,2 | 46 | 126 | 284 | 25,8 | 400 | 1 | 8 | 2 | 11 | 561 | 381 |
| Pomerode | 2ª Vara | 70 | 6,4 | 1 | 5 | 77 | 7,0 | 89 | 0 | 0 | 0 | 0 | 423 | 335 |
| Pomerode | 1ª Vara | 548 | 49,8 | 5 | 36 | 828 | 75,3 | 887 | 2 | 27 | 1 | 6 | 383 | 202 |
| Ponte Serrada | Vara Única | 302 | 27,5 | 15 | 78 | 264 | 24,0 | 186 | 1 | 9 | 0 | 14 | 350 | 195 |
| Porto Belo | 1ª Vara | 593 | 53,9 | 0 | 170 | 729 | 66,3 | 430 | 1 | 50 | 1 | 146 | 839 | 471 |
| Porto Belo | 2ª Vara | 351 | 31,9 | 16 | 9 | 156 | 14,2 | 149 | 1 | 1 | 0 | 3 | 609 | 382 |
| Porto União | Vara Criminal | 569 | 51,7 | 66 | 45 | 703 | 63,9 | 573 | 0 | 4 | 0 | 53 | 628 | 318 |
| Porto União | 2ª Vara Cível | 403 | 36,6 | 0 | 202 | 527 | 47,9 | 610 | 1 | 102 | 0 | 5 | 656 | 380 |
| Presidente Getúlio | Vara Única | 388 | 35,3 | 17 | 40 | 584 | 53,1 | 448 | 3 | 36 | 0 | 21 | 592 | 340 |
| Quilombo | Vara Única | 276 | 25,1 | 12 | 21 | 315 | 28,6 | 215 | 0 | 20 | 0 | 4 | 373 | 161 |
| Rio Negrinho | 2ª Vara | 309 | 28,1 | 52 | 30 | 294 | 26,7 | 201 | 0 | 16 | 2 | 17 | 623 | 293 |
| Rio Negrinho | 1ª Vara | 118 | 10,7 | 0 | 38 | 100 | 9,1 | 149 | 1 | 11 | 0 | 4 | 162 | 122 |
| Rio do Campo | Vara Única | 196 | 17,8 | 17 | 68 | 202 | 18,4 | 234 | 2 | 51 | 1 | 12 | 157 | 97 |
| Rio do Oeste | Vara Única | 311 | 28,3 | 16 | 33 | 330 | 30,0 | 283 | 0 | 30 | 2 | 9 | 233 | 148 |
| Santa Cecília | Vara Única | 284 | 25,8 | 21 | 26 | 460 | 41,8 | 476 | 0 | 5 | 0 | 8 | 463 | 311 |
| Santa Rosa do Sul | Vara Única | 523 | 47,5 | 19 | 26 | 497 | 45,2 | 224 | 0 | 19 | 2 | 5 | 1.179 | 750 |
| Santo Amaro da Imperatriz | 2ª Vara | 350 | 31,8 | 1 | 14 | 70 | 6,4 | 86 | 2 | 0 | 0 | 2 | 1.049 | 935 |
| Santo Amaro da Imperatriz | 1ª Vara | 278 | 25,3 | 0 | 906 | 1.054 | 95,8 | 1.206 | 2 | 38 | 1 | 101 | 470 | 357 |
| Seara | Vara Única | 332 | 30,2 | 11 | 298 | 599 | 54,5 | 516 | 0 | 6 | 0 | 16 | 449 | 255 |
| Sombrio | 2ª Vara | 326 | 29,6 | 107 | 9 | 420 | 38,2 | 319 | 2 | 3 | 2 | 12 | 673 | 326 |
| Sombrio | 1ª Vara | 563 | 51,2 | 0 | 186 | 491 | 44,6 | 581 | 2 | 32 | 0 | 1 | 662 | 493 |
| São Bento do Sul | 3ª Vara | 664 | 60,4 | 150 | 54 | 627 | 57,0 | 341 | 3 | 14 | 0 | 53 | 987 | 408 |
| São Bento do Sul | 2ª Vara | 595 | 54,1 | 0 | 150 | 622 | 56,5 | 684 | 0 | 75 | 1 | 17 | 349 | 257 |
| São Carlos | Vara Única | 151 | 13,7 | 11 | 18 | 126 | 11,5 | 123 | 2 | 7 | 0 | 14 | 147 | 108 |
| São Domingos | Vara Única | 316 | 28,7 | 13 | 95 | 383 | 34,8 | 485 | 1 | 11 | 39 | 14 | 191 | 126 |
| São Francisco do Sul | 2ª Vara Cível | 3.189 | 289,9 | 0 | 24 | 1.629 | 148,1 | 210 | 0 | 21 | 1 | 0 | 6.419 | 4.600 |
| São Francisco do Sul | Vara Criminal | 468 | 42,5 | 6 | 14 | 203 | 18,5 | 690 | 0 | 2 | 0 | 25 | 1.118 | 830 |
| São Joaquim | 1ª Vara | 364 | 33,1 | 0 | 140 | 268 | 24,4 | 231 | 0 | 13 | 4 | 19 | 531 | 410 |
| São Joaquim | 2ª Vara | 184 | 16,7 | 34 | 12 | 152 | 13,8 | 187 | 0 | 1 | 0 | 9 | 196 | 140 |
| São José do Cedro | Vara Única | 540 | 49,1 | 14 | 797 | 1.212 | 110,2 | 1.160 | 0 | 39 | 0 | 37 | 515 | 302 |
| São João Batista | 1ª Vara | 577 | 52,5 | 0 | 982 | 397 | 36,1 | 1.135 | 0 | 75 | 2 | 15 | 1.160 | 578 |
| São João Batista | 2ª Vara | 258 | 23,5 | 25 | 9 | 140 | 12,7 | 90 | 0 | 1 | 0 | 10 | 438 | 302 |
| São Lourenço do Oeste | Vara Única | 676 | 61,5 | 4 | 138 | 644 | 58,5 | 691 | 1 | 29 | 0 | 20 | 838 | 518 |
| São Miguel do Oeste | Vara Criminal | 799 | 72,6 | 68 | 32 | 672 | 61,1 | 785 | 6 | 10 | 0 | 22 | 962 | 664 |
| São Miguel do Oeste | 2ª Vara Cível | 854 | 77,6 | 0 | 524 | 721 | 65,5 | 1.095 | 2 | 180 | 5 | 4 | 1.308 | 1.229 |
| Taió | Vara Única | 360 | 32,7 | 18 | 39 | 378 | 34,4 | 431 | 1 | 37 | 0 | 6 | 383 | 226 |
| Tangará | Vara Única | 449 | 40,8 | 22 | 45 | 368 | 33,5 | 526 | 11 | 10 | 2 | 52 | 316 | 208 |
| Tijucas | Vara Criminal | 108 | 9,8 | 9 | 13 | 75 | 6,8 | 63 | 3 | 4 | 0 | 7 | 300 | 175 |
| Tijucas | 2ª Vara Cível | 576 | 52,4 | 0 | 365 | 1.184 | 107,6 | 375 | 1 | 14 | 8 | 1 | 1.488 | 513 |
| Timbó | 2ª Vara Cível | 474 | 43,1 | 0 | 76 | 476 | 43,3 | 712 | 0 | 62 | 0 | 12 | 1.188 | 841 |
| Timbó | Vara Criminal | 435 | 39,5 | 33 | 12 | 412 | 37,5 | 289 | 1 | 1 | 0 | 10 | 550 | 276 |
| Trombudo Central | 2ª Vara | 180 | 16,4 | 24 | 24 | 272 | 24,7 | 229 | 0 | 10 | 0 | 13 | 286 | 147 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Trombudo Central | 1ª Vara | 308 | 28,0 | 0 | 82 | 351 | 31,9 | 372 | 0 | 49 | 1 | 10 | 139 | 77 |
| Turvo | Vara Única | 449 | 40,8 | 21 | 888 | 1.106 | 100,5 | 983 | 0 | 11 | 1 | 10 | 833 | 430 |
| Urubici | Vara Única | 478 | 43,5 | 4 | 122 | 454 | 41,3 | 448 | 5 | 18 | 2 | 9 | 433 | 281 |
| Urussanga | 1ª Vara | 357 | 32,5 | 0 | 937 | 1.055 | 95,9 | 1.198 | 0 | 61 | 1 | 12 | 550 | 357 |
| Urussanga | 2ª Vara | 194 | 17,6 | 26 | 28 | 133 | 12,1 | 503 | 0 | 4 | 0 | 36 | 351 | 264 |
| Videira | 2ª Vara Cível | 952 | 86,5 | 0 | 185 | 1.491 | 135,5 | 1.698 | 4 | 60 | 0 | 170 | 1.708 | 1.342 |
| Videira | Vara Criminal | 510 | 46,4 | 81 | 48 | 491 | 44,6 | 466 | 2 | 10 | 0 | 112 | 476 | 311 |
| Xanxerê | Vara Criminal | 682 | 62,0 | 54 | 23 | 479 | 43,5 | 682 | 6 | 5 | 0 | 29 | 705 | 374 |
| Xanxerê | 2ª Vara Cível | 540 | 49,1 | 0 | 156 | 554 | 50,4 | 646 | 0 | 36 | 0 | 28 | 1.177 | 930 |
| Xaxim | 2ª Vara | 358 | 32,5 | 70 | 42 | 336 | 30,5 | 333 | 1 | 5 | 0 | 23 | 360 | 209 |
| Xaxim | 1ª Vara | 282 | 25,6 | 0 | 100 | 360 | 32,7 | 390 | 12 | 55 | 1 | 14 | 185 | 142 |

Fonte: Saj/Estatística / Divisão Judiciária da Corregedoria-Geral da Justiça – TJSC

**JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS – Varas especializadas (*) / Acordos em Varas Autônomas - JAN/2015 A NOV/2015**

**SENTENÇAS PROFERIDAS - Período de Janeiro/2015 a Novembro/2015**

| Comarcas | Vara | Iniciados (ingressos) | Encerrados (arquivados) | Sentenças proferidas (total) | % de acordo (**) | sem acordo com mérito | Com acordo |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Balneário Camboriú | Juizado Especial Cível | 3.866 | 4.074 | 4.724 | 20% | 2.268 | 583 |
| Blumenau | Juizado Especial Cível | 4.064 | 3.546 | 4.288 | 29% | 1.980 | 817 |
| Brusque | Juizado Especial Cível | 2.979 | 2.995 | 3.723 | 24% | 1.034 | 319 |
| Capital - Continente | Juizado Especial Cível | 1.605 | 1.876 | 1.846 | 32% | 621 | 290 |
| Capital - Norte da Ilha | Juizado Especial Cível | 5.868 | 15.195 | 12.627 | 25% | 1.230 | 407 |
| Chapecó | Juizado Especial Cível | 4.133 | 2.723 | 2.659 | 45% | 632 | 516 |
| Concórdia | Juizado Especial Cível | 2.294 | 2.234 | 1.971 | 54% | 376 | 442 |
| Criciúma | Juizado Especial Cível | 3.159 | 2.815 | 7.028 | 9% | 5.082 | 515 |
| Itajaí | Juizado Especial Cível | 2.452 | 3.409 | 3.298 | 31% | 906 | 410 |
| Jaraguá do Sul | Juizado Especial Cível | 2.999 | 2.240 | 2.864 | 45% | 951 | 769 |
| Joaçaba | Juizado Especial Cível | 854 | 2.509 | 1.006 | 46% | 232 | 194 |
| Joinville | Juizado Especial Cível | 5.832 | 7.119 | 7.740 | 39% | 2.155 | 1.368 |
| Lages | Juizado Especial | 2.994 | 4.915 | 3.393 | 44% | 660 | 522 |
| Palhoça - abr/15 a nov/15 | Juizado Especial Cível | 1.550 | 1.639 | 8.851 | 28% | 915 | 351 |
| Rio do Sul | Juizado Especial Cível | 3.368 | 3.138 | 2.820 | 47% | 424 | 379 |
| São José | Juizado Especial Cível | 3.281 | 6.580 | 14.745 | 19% | 3.516 | 833 |
| Tubarão | Juizado Especial Cível | 1.782 | 4.682 | 3.053 | 38% | 543 | 339 |
| **TOTAL** | | **53.080** | **71.689** | **86.636** | **27,8%** | **23.525** | **9.054** |

(*) Varas criadas por lei

(**) Para a obtenção do percentual de acordos foram levadas em consideração apenas as sentenças em que a possibilidade de acordo é admissível.

**PROGRAMA JUSTIÇA PRESENTE -** PARTIDAS ACOMPANHADAS

| CAMPEONATO | NÚMERO DE PARTIDAS | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|
| Catarinense | 92 | 13 ocorrências em 11 partidas |
| Copa Sul Americana | 3 | |
| Copa do Brasil | 14 | |
| Brasileiro – Série A | 76 | |
| Brasileiro – Série B | 19 | |
| **Total** | **204** | |

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

| PROGRAMA JUIZADOS DOS AEROPORTOS - PETIÇÕES RECEBIDAS E DISTRIBUÍDAS ÀS COMARCAS DO ESTADO<br>(1º de janeiro a 10 de dezembro/2015) TOTAL: 16 COMARCAS | |
|---|---|
| **COMARCAS** | **Nº DE PETIÇÕES** |
| Camboriú | 02 |
| Biguaçu | 01 |
| Blumenau | 04 |
| Capital – Norte da Ilha / Fórum Central / Continente | 13 |
| Chapecó | 01 |
| Criciúma | 01 |
| Itajaí | 01 |
| Jaguaruna | 02 |
| Joinville | 01 |
| Lages | 02 |
| Quilombo | 01 |
| Rio do Sul | 01 |
| São José | 01 |
| São José | 05 |
| Tubarão | 02 |
| Laguna | 01 |
| **TOTAL DE PETIÇÕES RECEBIDAS/DISTRIBUÍDAS** | **47** |

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

**CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA – CEJUSC**

**18 COMARCAS ( ) = *data de instalação***

Araquari (28-10-2015), Armazém (5-8-2014), Ascurra (29-9-2014), Barra Velha (31-10-2013), Blumenau – Unidade na Universidade Regional de Blumenau – FURB (15-7-2015), Brusque – Unidade no Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE (10-9-2015), Campo Erê (17-9-2014), Catanduvas (10-11-2015), Concórdia (29-7-2015), Cunha Porã (4-11-2014), Ibirama (7-10-2014), Itapoá (28-10-2015), Jaraguá do Sul (26-11-2012), Joinville – Unidade na Faculdade SOCIESC – Sociedade Educacional de Santa Catarina (15-4-2014), Lages (17-9-2015), Palmitos (9-11-2015), Pomerode (10-9-2015) e Tubarão (16-12-2014).

| PRÉ-PROCESSUAL | Reclamações | Sessões | Acordos |
|---|---|---|---|
| Conciliação | 2.245 | 1.053 | 571 (25,43%) |
| Mediação | 1.603 | 1.043 | 425 (26,51%) |
| *TOTAL* | *3.848* | *2.096* | *996 (25,88%)* |

| PROCESSUAL | Processos | Audiências | Acordos |
|---|---|---|---|
| Conciliação | 3.238 | 2.676 | 1.114 (34,40%) |
| Mediação | 298 | 240 | 115 (38,59) |
| **TOTAL** | **3.536** | **2.916** | **1.229 (34,75)** |

Fonte: Dados fornecidos pelas comarcas

**SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR – SMF** - ATIVIDADES / Janeiro – Novembro/2015

SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO FAMILIAR EM FUNCIONAMENTO: 72

SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO FAMILIAR EM FUNCIONAMENTO NOS FÓRUNS e com registro próprio de dados (41)

| COMARCA | INSTALAÇÃO/INÍCIO FUNCIONAMENTO | Nº DE CASOS ATENDIDOS | NÚMERO DE ACORDOS | PERCENTUAL DE ACORDOS |
|---|---|---|---|---|
| Abelardo Luz | 01/03/2002 | 556 | 483 | **87%** |
| Anchieta | 01/03/2005 | 79 | 57 | **72%** |
| Brusque | 23/03/2011 | 6 | 2 | **33%** |
| Capital – Eduardo Luz | 21/09/2001 | 148 | 62 | **42%** |
| Capital – Santo Antônio | 18/11/2013 | 115 | 59 | **51%** |
| Descanso | 21/08/2007 | 105 | 72 | **68%** |
| Forquilhinha | 01/10/2010 | 13 | 7 | **54%** |
| Gaspar | 01/05/2015 | 11 | 10 | **90%** |
| Ipumirim | 04/09/2012 | 8 | 8 | **100%** |
| Itajaí | 01/03/2003 | 82 | 37 | **45%** |
| Itapema | 07/05/2010 | 30 | 22 | **73%** |
| Jaguaruna | 07/03/2014 | 62 | 21 | **34%** |
| Joinville – Fórum | 02/09/2002 | 398 | 239 | **60%** |
| Laguna | 06/06/2012 | 89 | 50 | **56%** |
| Lauro Müller | 10/08/2010 | 8 | 2 | **25%** |
| Lebon Régis | 01/02/2010 | 39 | 12 | **31%** |
| Mafra | 27/08/2009 | 19 | 11 | **58%** |
| Modelo | 10/04/2008 | 91 | 52 | **57%** |
| Mondaí | 10/04/2008 | 5 | 5 | **100%** |
| Otacílio Costa | 23/10/2014 | 29 | 19 | **65%** |
| Palhoça | 29/08/2012 | 233 | 78 | **33%** |
| Pinhalzinho | 20/07/2010 | 45 | 30 | **67%** |
| Ponte Serrada | 14/02/2011 | 257 | 102 | **40%** |
| Porto Belo | 01/02/2010 | 33 | 26 | **79%** |
| Quilombo | 07/02/2012 | 73 | 61 | **83%** |
| Rio do Oeste | 01/06/2011 | 4 | 4 | **100%** |
| Rio do Sul | 11/09/2012 | 95 | 75 | **79%** |
| Rio Negrinho | 18/03/2013 | 39 | 17 | **43%** |
| Santa Cecília | 01/08/2010 | 8 | 8 | **100%** |
| Santa Rosa do Sul | 09/04/2014 | 35 | 20 | **57%** |
| São Bento do Sul | 03/04/2013 | 41 | 26 | **63%** |
| São Domingos | 01/02/2008 | 49 | 34 | **69%** |
| São Francisco do Sul | 25/03/2013 | 27 | 9 | **33%** |
| São José | 30/08/2004 | 20 | 13 | **65%** |
| São Lourenço do Oeste | 28/02/2007 | 128 | 62 | **48%** |
| Seara | 18/11/2011 | 33 | 30 | **91%** |
| Sombrio | 25/11/2013 | 33 | 12 | **36%** |
| Tangará | 20/07/2011 | 17 | 15 | **88%** |
| Turvo | 16/05/2011 | 2 | 2 | **100%** |
| Xanxerê | 22/06/2009 | 246 | 187 | **76%** |
| Xaxim | 20/01/2012 | 3 | 3 | **100%** |
| **TOTAL** | | **3.314** | **2.018** | **61%** |

Mediação Familiar funcionando em Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania e com dados inclusos na estatística dos Cejusc (14): Armazém, Ascurra, Barra Velha, Brusque/Unifebe, Campo Erê, Catanduvas, Concórdia, Cunha Porã, Ituporanga, Jaraguá do Sul, Lages/Uniplac, Meleiro, Palmitos e Tubarão.

| |
|---|
| Mediação Familiar funcionando em Casas da Cidadania (CC) e com dados inclusos na estatística das CC (3): Balneário Camboriú, Guabiruba, Orleans. |
| Comarcas com dados do SMF compilados com os demais processos (5): Araranguá, Canoinhas, Garopaba, Ituporanga, Jaraguá do SuL/Centro Universitário. |
| Convênios para funcionamento da Mediação Familiar em Postos de Atendimento e Conciliação (9):<br><br>1) Capital/Unisul Trajano – Convênio 161/2013; 2) Chapecó/Unochapecó – Convênio 117/2013; 3) Chapecó/Unoesc - 13/2014;<br><br>4) Itapiranga/FAI – Convênio 25/2014; 5) Joinville/ACE – Convênio 150/2012; 6) Lages/ Facvest – Convênio 178/2012;<br><br>7) Palhoça/Unisul Pedra Branca – Convênio 161/2013; 8) São Lourenço do Oeste/Unochapecó – Convênio 13/2014;<br><br>9) Xaxim/Celer – Convênio 8/2012. |

Fonte: Dados fornecidos pelas comarcas

| CASA DA CIDADANIA (CC) e FÓRUM MUNICIPAL – CASA DA CIDADANIA (FM – CC) | |
|---|---|
| **Serviços em andamento: 85** | |
| Número de procedimentos instaurados | 7.420 |
| Número de conciliações positivas | 4.231 |
| Percentual de acordo alcançado | 57% |
| Número de pessoas atendidas | 26.438 |

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

e Divisão Judiciária da Corregedoria-Geral da Justiça – TJSC

| MUTIRÃO DA SEMANA NACIONAL E ESTADUAL DA CONCILIAÇÃO – 23 a 27 de NOVEMBRO | |
|---|---|
| **MUTIRÃO EXTRAPROCESSUAL NA CAPITAL** | |
| **AUDIÊNCIAS** | **TOTAL** |
| Audiências de sessões realizadas | 1.113 |
| Número de acordos homologados | 848 |
| Percentual de acordos | 76% |
| Número aproximado de pessoas atendidas | 1.320 |
| Valores homologados | R$ 2.823.695,73 |
| **MUTIRÃO NACIONAL E ESTADUAL – 27 COMARCAS PARTICIPANTES (38 unidades)** | |
| Audiências de Conciliação realizadas (fase de conhecimento + fase de execução) | 3.851 |
| Número de acordos homologados | 2.445 |
| Percentual de acordos | 63,50% |
| Valores homologados (fase de conhecimento + fase de execução) | R$ 6.760.712,61 |

Fonte: Dados fornecidos pelas comarcas participantes do evento

| POSTOS DE ATENDIMENTO E CONCILIAÇÃO – PAC<br>POSTO AVANÇADO DE CONCILIAÇÃO EXTRAPROCESSUAL – PACE | |
|---|---|
| Serviços em funcionamento | 11 |
| Convênios firmados | 04 |

| | |
|---|---|
| Sessões de conciliação pré-processuais agendadas (questões cíveis) | 358 |
| Acordos realizados (questões cíveis) | 191 |
| Percentual de acordos | 53,35 % |
| Sessões de mediação familiar agendadas | 281 |
| Acordos realizados (mediação familiar) | 198 |
| Percentual de acordos (mediação familiar) | 70,46 % |
| **Total de atendimentos** | **639** |

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

| **CAPACITAÇÕES REALIZADAS EM PARCERIA COM A ACADEMIA JUDICIAL** | |
|---|---|
| **CAPACITAÇÃO** | **NÚMERO DE PARTICIPANTES** |
| Formação de Supervisores em Mediação e Conciliação | 39 |
| Capacitação em Competências da Mediação Judicial | 215 |
| Formação de Conciliadores | 101 |
| Formação de Conciliadores dos Juizados Especiais | 38 |
| Capacitação de Mediadores Familiares | 46 |
| Formação de Base em Mediação Familiar | 83 |
| Capacitação de Juízes Leigos | 57 |
| V Encontro Estadual do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos<br><br>XII Fórum Estadual de Juizados Especiais de Santa Catarina – Fejesc<br><br>XIV Encontro Estadual de Turmas de Recursos<br><br>I Fórum Estadual dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania<br><br>Data: 12 e 13/11/2015<br><br>Local: Capital | 240 |

Fonte: Dados fornecidos pela Academia Judicial e pela Secretaria do Conselho Gestor

| **ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE MEDIAÇÃO JUDICIAL - Atividades / Abril – Novembro/2015** |
|---|
| **Comarcas com o Programa de Estágio Supervisionado em fase de conclusão (3):**<br><br>**– Capital-Continente – São João Batista – São José** |
| Comarcas com o Programa de Estágio Supervisionado em andamento (12): Campo Erê, Capital – Continente – Estácio de Sá, Concórdia, Descanso, Dionísio Cerqueira, Itapoá, Joinville, Lauro Müller, Lebon Régis, Pomerode, Rio do Sul, Xanxerê. |
| Comarcas com o Programa de Estágio Supervisionado com previsão de implantação (5): Armazém, Jaraguá do Sul, Pinhalzinho, Quilombo, Santa Rosa do Sul. |
| ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE MEDIAÇÃO JUDICIAL EM FASE DE CONCLUSÃO (3) |

| COMARCA | INSTALAÇÃO/INÍCIO FUNCIONAMENTO | Nº DE CASOS ATENDIDOS | NÚMERO DE ACORDOS | PERCENTUAL DE ACORDOS |
|---|---|---|---|---|
| Capital – Continente | 08-09-2015 | 17 | 11 | 64% |
| São João Batista | 28-04-2015 | 49 | 11 | 26% |
| São José | 23-11-2015 | 11 | 04 | 36% |
| **TOTAL** | | | | |

*Comarcas com dados anuais do Estágio Supervisionado de Mediação Judicial indisponíveis: Campo Erê, Capital – Continente – Estácio de Sá, Concórdia, Descanso, Dionísio Cerqueira, Joinville, Lauro Müller, Lebon Régis, Pomerode, Rio do Sul, São José, Xanxerê.

## COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE – CEIJ

### APRESENTAÇÃO

O presente relatório contém informações acerca das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Santa Catarina - CEIJ no decorrer de 2015.

Instituída pela Resolução n. 63/2011-TJ, a CEIJ é constituída por um colegiado de 14 juízes que se reúnem periodicamente. Tem como missão propor e implementar políticas públicas afetas à justiça da infância e da juventude na esfera do Poder Judiciário, servindo como órgão de apoio e integração intra e extra institucional, na busca de promover a melhoria da prestação jurisdicional.

Os trabalhos realizados ao longo do ano tiveram como foco de atuação as áreas protetiva e socioeducativa da política de atendimento à infância e juventude. As diretrizes foram traçadas nas reuniões dos membros da CEIJ e objetivaram responder qualitativa e quantitativamente as demandas apresentadas.

Dentre as ações empreendidas, destaca-se parcerias importantes como a estabelecida com a Associação dos Magistrados Catarinenses - AMC e a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC para implantação do Projeto Novos Caminhos, cujo objetivo é proporcionar aos adolescentes, quando desligados do sistema de acolhimento em razão da maioridade, a perspectiva de uma vida adulta com qualidade, assegurando sua autossuficiência, empoderamento e dignidade. Neste ano o Projeto culminou com a formatura coletiva de 150 adolescentes que tiveram a oportunidade de vir à capital receber os certificados de participação nos cursos e vivenciar momentos de atividades recreativas, culturais e de confraternização. Para muitos deles o evento significou a oportunidade de ter o primeiro contato com o mar.

Outras parcerias relevantes foram estabelecidas com diversas instituições que compõem o Sistema de Garantias do Direito da Criança e do Adolescente, alcançando-se resultados exitosos como a ampliação do Projeto de Justiça Restaurativa, o conveniamento para a construção e implantação do Núcleo de Atendimento Integrado ao Adolescente em Conflito com a Lei (NAI) e a realização de dois importantes eventos como o *Seminário Internacional Justiça Restaurativa em Debate: Fundamentos e Experiências* e do *Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Técnicos do Poder Judiciário e Ministério Público*.

Com estas conquistas, a Coordenadoria, cuja criação e implantação representou a realização de um sonho acalentado havia muito pelos magistrados e servidores que atuam na área da infância e da juventude, completa seu quarto ano de existência na certeza de estar buscando constantemente o aprimoramento para tornar-se referência no desenvolvimento de ações que garantam a efetividade do sistema de justiça da infância e da juventude no âmbito do Judiciário catarinense.

### 1. COMPOSIÇÃO

1.1. Coordenador

Desembargador Sérgio Izidoro Heil

1.2. Juízes de Direito membros do Colegiado

Ademir Wolff

Álvaro Luiz Pereira de Andrade

Ana Cristina Borba Alves

Brigitte Remor de Souza May

Crystian Krautchychyn

Giancarlo Bremer Nones

Joana Ribeiro Zimmer
Márcio Rene Rocha
Miriam Regina Garcia Cavalcanti
Mônica Elias de Lucca Pasold
Naiara Brancher
Nayana Scherer
Ricardo Alexandre Fiuza
Samuel Andreis
1.3. Secretária
Lilian da Silva Domingues
1.4. Equipe técnica
Cristine Pereira Tuon Sposito
Danubia Rocha Vieira
1.5. Equipe de apoio administrativo
Iara Klock Campos
Maria Francisca Coelho de Souza Martins da Silva
Raphaela de Ávila Martins (estagiária)

## 2. PROJETOS

### Projeto Justiça Restaurativa

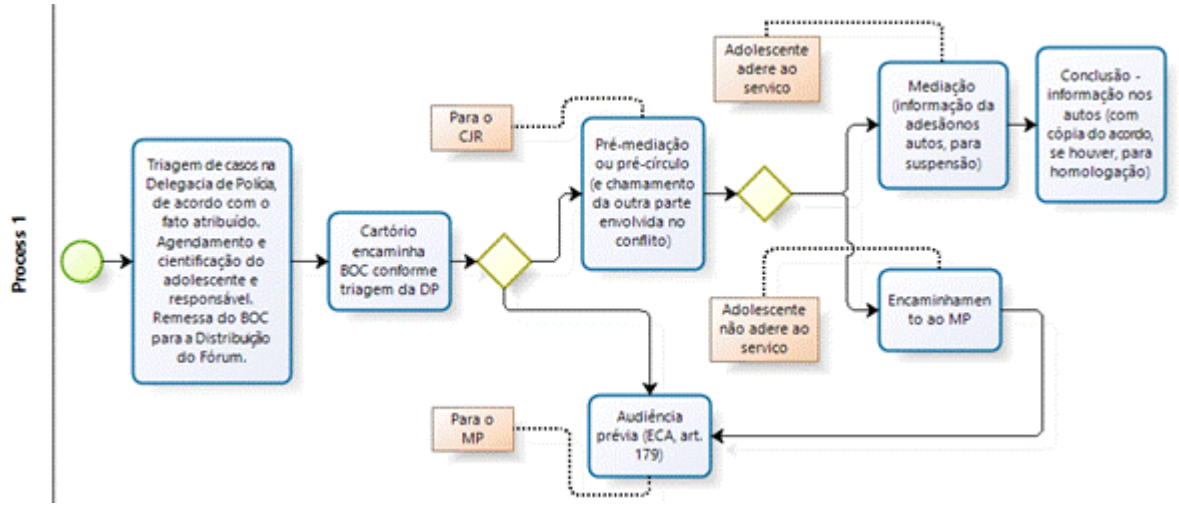
2.1.1. Descrição:

A Justiça Restaurativa vem encontrando espaço no cenário judicial, sendo executada por meio de diversas ações no ambiente, incentivada pelo Conselho Nacional de Justiça e pela Associação dos Magistrados Brasileiros. Recentemente a implementação de práticas de Justiça Restaurativa foi apontada entre as oito metas nacionais do judiciário para 2016.

O Centro de Justiça Restaurativa - CJR é projeto piloto instituído na Vara da Infância e da Juventude da comarca da Capital desde o ano de 2011 e conta com as parecerias do Ministério Público, da Secretaria da Segurança Pública e da Universidade Federal de Santa Catarina.

A proposta tem como escopo o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei por meio de práticas restaurativas, priorizando a excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas socioeducativas. Para tanto, os casos são encaminhados da Delegacia de Polícia diretamente ao CJR, não havendo contato com o Promotor de Justiça ou Autoridade Judiciária. Pode também ocorrer a busca espontânea pelo serviço ou encaminhamento a partir de um processo já existente, a pedido das partes.

### Fluxograma Geral de Operacionalização




Em 2015, o projeto contemplou o atendimento de 50 adolescentes. A maioria dos atendidos pelo serviço tem entre 15 e 16 anos de idade; são do sexo masculino; deixaram os estudos nos anos finais do ensino fundamental; residem em comunidades da periferia e na companhia de apenas um dos pais. O maior índice de encaminhamentos se refere a situações de ameaça e lesão corporal leve, geralmente decorrentes de conflito no ambiente familiar e/ou entre gerações. Destaca-se que todos os casos que concluíram a mediação tiveram seus processos arquivados.

No decorrer do ano, o CJR teve sua equipe ampliada, com a inserção de 5 estagiários das áreas de Direito, Psicologia e Serviço Social.

Além do desenvolvimento de práticas restaurativas no âmbito da Justiça da Infância e da Juventude, pretende-se a ampliação do alcance do projeto a outras comarcas, bem como escolas e comunidades.

Para tanto, a CEIJ em conjunto com a Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina, a Universidade Federal de Santa Catarina, o Instituto Padre Vilson Groh, o Ministério Público de Santa Catarina e a Embaixada do Canadá, realizou o seminário internacional "Justiça Restaurativa em debate: fundamentos e experiências", nos dias 11 a 13 de novembro, em Florianópolis. O evento possibilitou o compartilhamento de experiências e a consolidação de parcerias para o desenvolvimento de estratégias de instalação e divulgação da Justiça Restaurativa no Estado de Santa Catarina. O seminário foi composto por mesas de debates e oficinas, reunindo palestrantes do Canadá, EUA e Brasil.

Viabilizou-se, ainda, uma telessala nas dependências do TJSC para recepção da teleconferência com o Prof. Howard Zehr, palestrante reconhecido mundialmente como um dos pioneiros da Justiça Restaurativa. Tal evento foi transmitido de Brasília, no dia 20 de novembro; promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros -AMB em alusão aos 10 anos de Justiça Restaurativa no Brasil.

No mês de dezembro, em parceria com a Academia Judicial, realizou-se o Curso de Facilitadores em Justiça Restaurativa. A capacitação abordou conteúdos teóricos e práticos, totalizando 48 horas/aula e possibilitou a formação de 26 facilitadores em Justiça Restaurativa.

2.1.2. Atividades relacionadas:

- assessoria técnica e operacional às equipes de mediadores;
- realização de quatro reuniões com a equipe do CJR para planejamento e acompanhamento das atividades desenvolvidas (31/03, 13/07, 16/07 e 29/07);
- participação em duas reuniões do Projeto de Resolução da implementação da Justiça Restaurativa (10/04 e 14/04);
- participação em onze reuniões de planejamento do Seminário Internacional Justiça Restaurativa em Debate: Fundamentos e Experiências, sendo cinco com a participação dos parceiros (15/04,

29/05, 15/06, 30/06 e 09/11) e 6 (seis) com a participação do grupo de trabalho (05/05, 19/05 e 22/05, 24/08, 28/09, 28/10);

- visita ao Centro Social Marista Mont Serrat para organização do Seminário Internacional Justiça Restaurativa em Debate: Fundamentos e Experiências (01/06);
- participação em três reuniões com a equipe do CJR para supervisão dos estagiários (09/07, 11/09 e 23/10);
- participação no grupo de estudos Formação-Ação em Justiça Restaurativa (14/10, 21/10, 26/10, 05/11, 09/11);
- organização de cursos e realização de aulas e palestras voltados ao tema;
- articulação com a Universidade Federal de Santa Catarina visando o estabelecimento de parceria para ampliação do alcance e dos serviços oferecidos no âmbito do projeto.

2.1.3. Notícias relacionadas:

- *Ministra-conselheira da Embaixada do Canadá conhece Justiça Restaurativa do TJSC (13/02)* http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/ministra-conselheira-da-embaixada-do-canada-conhece-justica-restaurativa-do-tjsc



- *Ministro Lewandowski reitera parceria no projeto Justiça Restaurativa (12/05)* http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79342-ministro-lewandowski-reitera-parceria-com-o-projeto-de-justica-restaurativa
- *Curso de Justiça Restaurativa atrai magistrados de todo o país (22/07)* http://www.amb.com.br/novo/?p=22715
- *Com participação de SC, magistrados em Brasília firmam Carta da Justiça Restaurativa (28/07)* http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/com-participacao-de-sc-magistrados-em-brasilia-firmam-carta-da-justica-restaurativa




- *TJ e parceiros promovem Seminário Internacional sobre Justiça Restaurativa na Capital - Evento será de 11 a 13 de novembro (29/10)* http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/tj-e-parceiros-promovem-seminario-internacional-sobre-justica-restaurativa-na-capital
- *Especialistas internacionais apontam justiça restaurativa como opção mais humanizada (13/11)* http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/especialistas-internacionais-apontam-justica-restaurativa-como-opcao-mais-humanizada
- *Evento do PJSC debate sobre Justiça Restaurativa* https://www.youtube.com/watch?v=uo33yEeG_vQ



Seminário Internacional Justiça Restaurativa em Debate: Fundamentos e Experiências



Seminário Internacional Justiça Restaurativa em Debate: Fundamentos e Experiências

- *Teleconferência com Howard Zehr reúne entidades pioneiras em Justiça Restaurativa no Brasil (20/11)* http://www.amb.com.br/novo/?p=25426
- *Poder Judiciário já definiu suas metas para 2016 nas esferas nacional e estadual (27/11)* https://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/poder-judiciario-ja-definiu-suas-metas-para-2016-nas-esferas-nacional-e-estadual

## Programa Novos Caminhos

2.1.4. Descrição:

Fruto da parceria entre este Tribunal de Justiça, a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC e a Associação de Magistrados Catarinenses - AMC, o Programa Novos Caminhos tem como finalidade qualificar e profissionalizar adolescentes com idade a partir de 14 anos e que se encontram ou passaram por situação de acolhimento.

A formação profissional é oferecida em duas etapas pelo Sistema FIESC, através do Instituto Euvaldo Lodi - IEL, do Serviço Social da Indústria - SESI e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI.

Na primeira etapa do programa são realizados cursos do IEL, SESI e SENAI em 24 encontros de 4h presenciais.

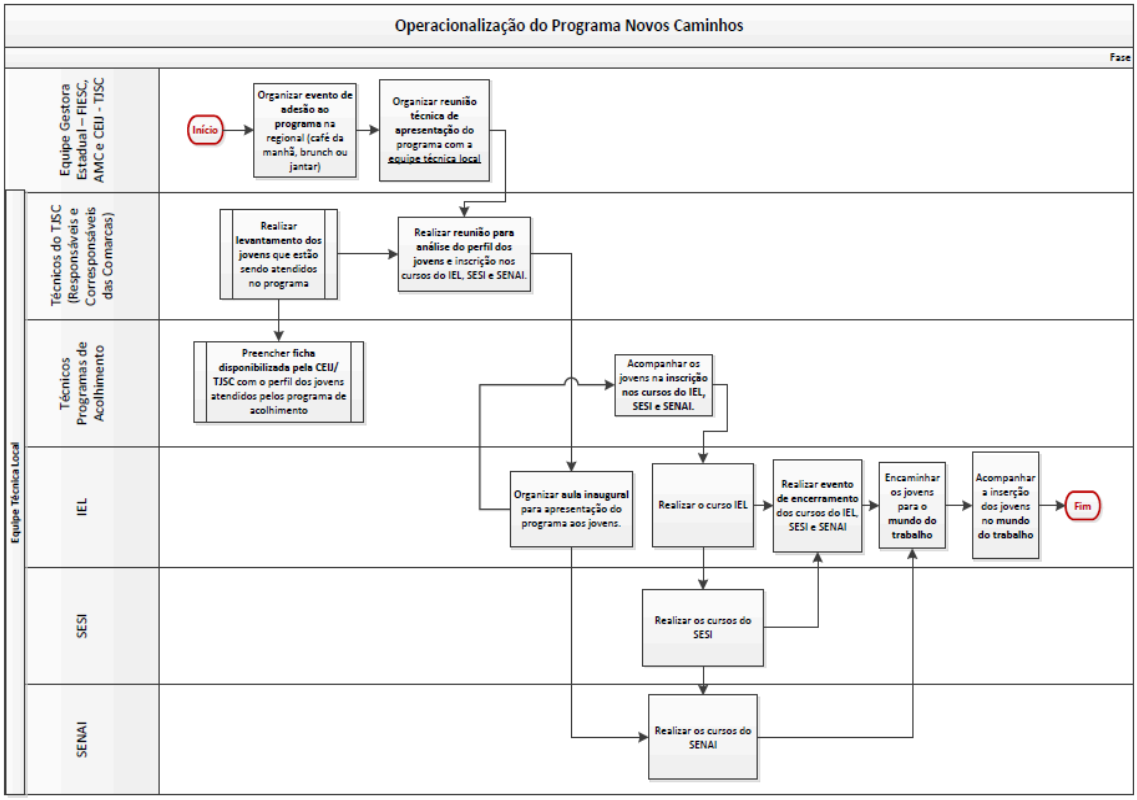
Na segunda etapa do programa os adolescentes poderão realizar cursos de Qualificação Profissional, Técnicos e Aprendizagem Industrial do SENAI e Educação de Adolescentes e Adultos - EJA do SESI.

O adolescente é convidado a conhecer o Programa através do que se denomina aula inaugural e após, é encaminhado à uma de suas etapas. Poderá participar concomitantemente das duas etapas, desde que concilie as atividades dos cursos com seus demais compromissos. Ao término dos cursos, recebe certificação.

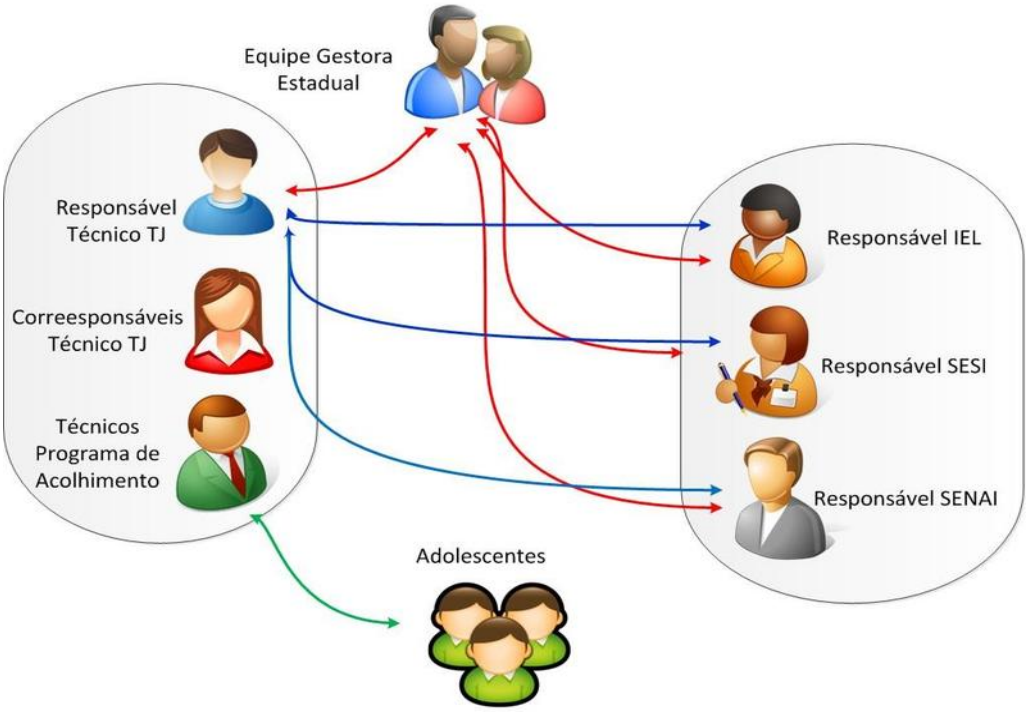
Durante o processo de capacitação e qualificação, o jovem recebe acompanhamento individualizado de modo a oportunizar, ao seu tempo, a inserção no mundo do trabalho e consequentemente sua autonomia.

Para a efetivação do Programa são realizadas videoconferências e reuniões técnicas entre todos os responsáveis pela execução. Estabeleceu-se ainda, um fluxograma geral de operacionalização e um fluxo de comunicação entre os interlocutores.

### Fluxograma Geral de Operacionalização




### Fluxo de Comunicação



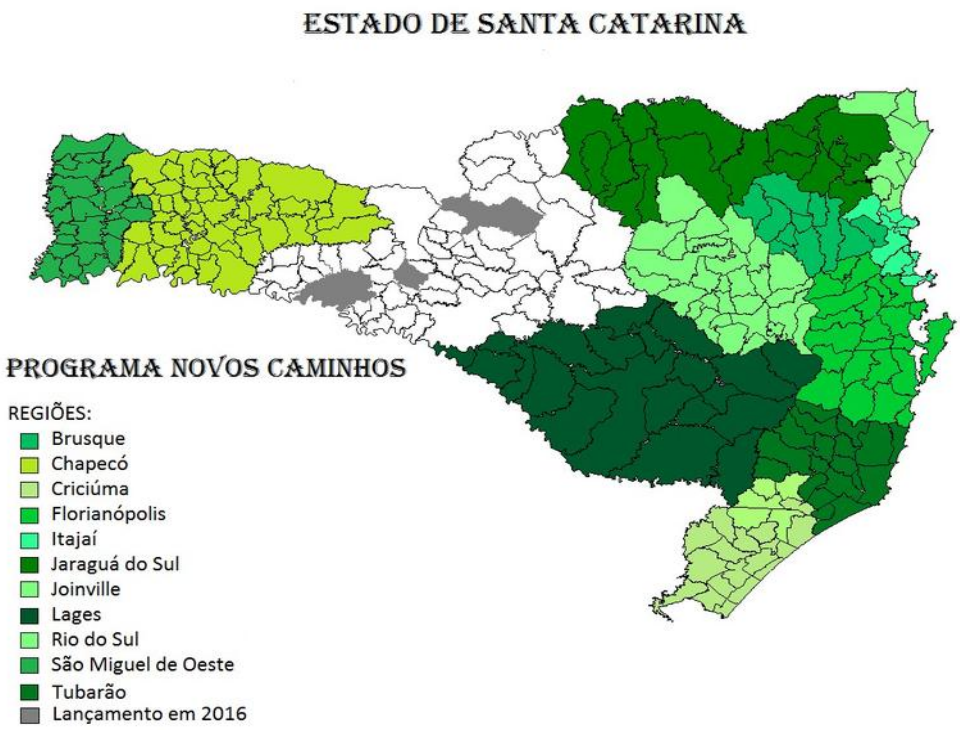

As ações iniciaram-se no ano de 2013, através de projeto piloto na comarca de Chapecó. No decorrer de 2014, o Programa foi implantado nas comarcas de Blumenau, São Miguel do Oeste, Itajaí, Florianópolis, Jaraguá do Sul, Criciúma, e Joinville, denominadas comarcas polos.

Em 2015 o programa expandiu-se para mais 4 comarcas polos: Tubarão, Brusque, Lages e Rio do Sul totalizando o atendimento em 94 das 111 comarcas do estado. Até o presente momento, 426 adolescentes foram incluídos no Programa, deste universo, 39 foram inseridos no mundo do trabalho. Para a entrega dos certificados de participação e confraternização, realizou-se um encontro único em Florianópolis no qual estiveram presentes 150 jovens.

Neste ano, foi elaborado Termo Aditivo ao Termo de Cooperação n. 175/2013, que estabeleceu o Programa Novos Caminhos, para a inclusão da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Santa Catarina no mencionado programa, o qual encontra-se em andamento.

No decorrer do próximo ano, prevê-se a ampliação do Programa para outras 3 comarcas polos (Joaçaba, Caçador e Concórdia), visando a meta de atender todos os adolescentes em serviços de acolhimento do estado.

**Mapa demonstrativo das regiões atendidas pelo Programa Novos Caminhos em 2015 e previsão de expansão para 2016**




2.1.5. Atividades relacionadas:

- participação em três reuniões com a coordenação estadual do Programa para avaliação e encaminhamentos necessários à execução (19/02, 17/03 e 10/09);
- organização e participação em seis reuniões técnicas com os responsáveis e corresponsáveis pela execução direta do Programa, realizadas nas comarcas polo de Lages, Tubarão, Rio do Sul e Grande Florianópolis (04/03, 11/06, 16/06, 15/07, 24/07, 14/10);
- organização de quatro solenidades de assinatura do termo de convênio do “Novos Caminhos” (Lages 04/03, Tubarão 29/04, Rio do Sul 16/06 e Brusque 24/07), com participação nas três primeiras comarcas;
- organização de nove aulas inaugurais para apresentação do Programa (Xaxim 15/04, Joinville 22/04, Florianópolis 23/04, Lages 27/04, Jaraguá do Sul 29/04, Itajaí 06/05, Blumenau 07/05, São Miguel do Oeste 03/06 e Tubarão 06/07) com participação em duas duas destas aulas (22/04 e 23/04);
- participação e organização de 4 (quatro) videoconferências com todos os responsáveis pela execução do Programa, para definição de ações e metas (25/03, 25/06, 27/08 e 09/11);
- participação e organização da confraternização e solenidade de entrega de certificados aos adolescentes (28/11);
- planejamento e acompanhamento das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa pelos responsáveis e corresponsáveis técnicos do Poder Judiciário;
- elaboração de documentos de expediente.

2.1.6. Notícias relacionadas:

- *Des. Sérgio Heil participa do lançamento do projeto Novos Caminhos na comarca de Lages (04/03)* http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/des-sergio-heil-participa-do-lancamento-do-projeto-novos-caminhos-na-comarca-de-lages

- *Lançamento programa Novos Caminhos em Lages (04/03)* http://fiesc.com.br/noticias/jovens-de-abrigos-da-regiao-serrana-participarao-do-programa-novos-caminhos
  http://fiesc.com.br/noticias/fiesc-tjsc-e-amc-lancam-programa-novos-caminhos-em-lages
- *Programa promove qualificação profissional para adolescentes em casas de acolhimento de Santa Catarina (07/04)* http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2015/04/programa-promove-qualificacao-profissional-para-adolescentes-em-casas-de-acolhimento-de-santa-catarina-4734349.html
- *Jovens do programa Novos Caminhos conhecem oportunidades de formação (23/04)*
  http://fiesc.com.br/noticias/jovens-do-projeto-novos-caminhos-conhecem-oportunidades-de-formacao
- *Lançamento programa Novos Caminhos em Tubarão (29/04)*
  http://fiesc.com.br/noticias/jovens-acolhidos-do-litoral-sul-tem-apoio-para-buscar-mercado-de-trabalho
- *Programa Novos Caminhos chega a municípios da região de Tubarão, no sul do Estado (30/04)*
  http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/programa-novos-caminhos-chega-a-municipios-da-regiao-de-tubarao-no-sul-do-estado
- *Itajaí e Blumenau promovem aula inaugural do Novos Caminhos (Aula Inaugural Itajaí) (08/05)*
  http://fiesc.com.br/noticias/itajai-e-blumenau-promovem-aula-inaugural-do-novos-caminhos
- *São Miguel do Oeste inicia nova turma do programa Novos Caminhos - Este será o segundo grupo beneficiado pelo projeto da FIESC em parceria com o TJ/SC e a AMC (Aula Inaugural São Miguel do Oeste) (03/06)*
  http://fiesc.com.br/noticias/sao-miguel-do-oeste-inicia-nova-turma-do-programa-novos-caminhos
- *Lançamento programa Novos Caminhos em Rio do Sul (18/06)*
  http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/casas-de-acolhimento-do-alto-vale-do-itajai-aderem-ao-programa-novos-caminhos
- *Casas de Acolhimento do Alto Vale do Itajaí aderem ao Programa Novos Caminhos (18/06)*
  http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/casas-de-acolhimento-do-alto-vale-do-itajai-aderem-ao-programa-novos-caminhos
- *Brusque adere ao programa Novos Caminhos (Lançamento programa Novos Caminhos em Brusque) (24/06)*
  http://fiesc.com.br/noticias/brusque-adere-ao-programa-novos-caminhos
- *Judiciário de SC, em parceria com Fiesc, implanta programa Novos Caminhos em Brusque (26/06)*
  http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/judiciario-de-sc-em-parceria-com-fiesc-implanta-programa-novos-caminhos-em-brusque
- *Nos Sul, jovens do programa Novos Caminhos conhecem oportunidades de formação (Aula Inaugural em Capivari de Baixo) (07/07)*
  http://fiesc.com.br/noticias/no-sul-jovens-do-novos-caminhos-conhecem-oportunidades-de-formacao
- *Novos Caminhos é apresentado em seminário educacional na Alesc - Programa criado pela FIESC, em parceria com o TJ-SC e a AMC, já está implementado em 13 regiões do Estado (08/10)*
  http://fiesc.com.br/noticia/novos-caminhos-e-apresentado-em-seminario-educacional-na-alesc
- *Programa Novos Caminhos divulga resultados da iniciativa no Estado (24/08)*
  http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/programa-novos-caminhos-divulga-resultados-da-iniciativa-no-estado

- *Programa Novos Caminhos é destaque no Justiça Legal desta semana (10/09)* http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/programa-novos-caminhos-e-destaque-no-justica-legal-desta-semana
- *Em dois anos, Programa Novos Caminhos atendeu 426 jovens SC (28/11)* http://fiesc.com.br/noticia/em-dois-anos-programa-novos-caminhos-atendeu-426-jovens-em-sc
- *Programa Novos Caminhos forma 150 estudantes em dia de festa na praia do Campeche* http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/programa-novos-caminhos-forma-150-estudantes-em-dia-de-festa-na-praia-do-campeche



Aula inaugural em Lages




Confraternização Programa Novos Caminhos - Campeche (28/11)



Confraternização Programa Novos Caminhos - Campeche (28/11)



Confraternização Programa Novos Caminhos - Campeche (28/11)

## 3. AÇÕES DESENVOLVIDAS COM PARCEIROS EXTERNOS

### Planejamento para implantação do Núcleo de Atendimento Integrado ao Adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional (NAI)

3.1.1. Descrição:

Desde 2011 a CEIJ tem se empenhado na proposta de implantação de estrutura semelhante ao que hoje se convencionou chamar Núcleo de Atendimento Integrado ao Adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional (NAI), com o objetivo de agilizar, humanizar e dar maior efetividade à justiça juvenil, tanto na área de apuração da prática de atos infracionais, quanto na aplicação e execução das medidas socioeducativas.

O programa reúne, em um mesmo espaço físico, o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as secretarias de Estado da Segurança Pública e de Justiça e Cidadania, além das secretarias municipais de Assistência Social, Saúde e Educação.

No corrente ano, as tratativas para o processo de conveniamento do NAI da Capital foi finalizado, ficando pendente apenas sua formalização para o início das obras, cuja previsão de término é em agosto de 2016.

No mês de junho deste ano, o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Nelson Martins, em conjunto com o Desembargador Coordenador, Sérgio Izidoro Heil, receberam comitiva de Chapecó interessada em implantar o projeto naquele município. Posteriormente, foram encaminhadas as minutas do Termo de Adesão para a instalação do NAI aos respectivos partícipes para aprovação. No momento, aguarda-se a manifestação do Governador deste Estado, bem como do Defensor Público Geral.

3.1.2. Atividades relacionadas:

- participação em uma reunião com representantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP, para tratar das providências a cerca do processo de conveniamento do NAI da Capital (20/01);
- participação em uma reunião com o Presidente deste Tribunal de Justiça e o vice prefeito de Chapecó, o qual veio buscar apoio para a formalização do Termo de Adesão (09/06);
- articulação interinstitucional;
- elaboração de documentos.

3.1.3. Notícia relacionada:

*Presidente do TJ e vice-prefeito de Chapecó debatem projeto para adolescentes*
http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/presidente-do-tj-e-vice-prefeito-de-chapeco-debatem-projeto-para-adolescentes

## 4. CURSOS E SEMINÁRIOS ORGANIZADOS

4.1. Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Técnicos do Poder Judiciário e do Ministério Público de Santa Catarina

Local: Auditório Tribunal Pleno - Florianópolis

Data: 3 e 4 de setembro

4.1.1. Notícias relacionadas:

- *Avanços nos 25 anos do ECA serão tema de palestra de abertura em evento no TJ (02/09)*
  http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/avancos-nos-25-anos-do-eca-serao-tema-de-palestra-de-abertura-em-evento-no-tj
- *Vídeo Fórum Estadual alusivo aos 25 anos do ECA* https://www.youtube.com/watch?v=V6LGbdasZMg
- *TJ promove seminário alusivo aos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente*
  http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/tj-promove-seminario-alusivo-aos-25-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente

4.2. Seminário Internacional Justiça Restaurativa em Debate: Fundamentos e

Experiências

Local: Centro Educacional Marista Lúcia Mayvorne - Florianópolis

Data: 11 a 13 de novembro

4.3. Curso de Capacitação para Servidores Abordarem a Criança e o Adolescente no cumprimento de Atos Judicias - 5 Turmas

Local: Academia Judicial - Florianópolis

Data: 16 de novembro a 2 de dezembro

4.4. Teleconferência do Professor Howard Zehr: 10 anos de Justiça Restaurativa no Brasil

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina - Florianópolis

Data: 20 de novembro

4.5. Curso facilitadores em Justiça Restaurativa

Local: Academia Judicial - Florianópolis

Data: 1º Módulo - 2 a 4 de dezembro

2º Modulo - 16 a 18 de dezembro

## 5. PALESTRAS MINISTRADAS EM EVENTOS

Curso: Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura.

Palestra sobre Justiça Restaurativa

Data: 16 de janeiro

Local: Academia Judicial - Florianópolis

## 6. PARTICIPAÇÃO EM CURSOS E EVENTOS

6.1. Participação no V Encontro do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude. O encontro visou o debate, aprofundamento e uniformização de temas referentes ao papel dos magistrados da Infância, o relacionamento com diversos segmentos da sociedade, bem como o funcionamento das coordenadorias

Data: 20 de março

Local: Palácio da Justiça - São Paulo

6.1.1 Noticia relacionada:

- *Des. Sérgio Heil participa do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude (24/03)* http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/des-sergio-heil-participa-do-colegio-de-coordenadores-da-infancia-e-da-juventude

6.2. Curso de Oratória para atualização de conteúdo e capacitação na habilidade de falar em público para o Poder Judiciário de Santa Catarina

Data: Turma 1 - 25, 26 e 27 de março

Turma 2 - 23, 24 e 25 de junho

Local: Academia Judicial - Florianópolis

6.3 Encontro de co-construção de agenda para fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de Florianópolis, com o objetivo de levantar as principais problemáticas do SGDCA do município, e propor, por meio de um processo de co-criação, sugestões concretas de respostas a esses problemas

Data: 16 de abril

Local: ESAG/UDESC - Florianópolis

6.4. Curso de Cerimonial, Protocolo e Administração de Eventos

Data: 27, 28 e 29 de abril

Local: Academia Judicial - Florianópolis

6.5. Evento "Convite à adesão na Rede Juventudes e o Mundo do Trabalho"

Data: 16 de junho

Local: Plenarinho da ALESC - Florianópolis

6.6. I Encontro Estadual da Implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI)

Data: 17 e 18 de junho

Local: Auditório do Ministério Público e Unidades Socioeducativas de São José e Florianópolis

6.7. Curso Justiça Restaurativa

Data: 22, 23 e 24 de julho

Local: Auditório do TRE - Brasília/DF

6.8.Programa de Formação para os Núcleos de Preparação para Adoção e Apadrinhamento Efetivo de todo o território nacional

Data: 28 de julho

Local: Auditório Ana Paula Croasara Resende - Brasília/DF

6.9. 2º Ciclo de Workshop sobre a elaboração de Projetos Básicos para aperfeiçoamento na aquisição de materiais e serviços quando da necessidade de licitação

Data: 21, 23 e 28 de setembro

Local: Unidade da Presidente Coutinho do TJSC - Florianópolis

6.10. 9º Primavera dos Museus: Museus e Memórias Indígenas, iniciativa do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). O tema central foi a noção de territorialidade sob a ótica do povo Guarani foi o tema central da palestra

Data: 25 de setembro

Local: Tribunal Pleno - Florianópolis

6.10.1. Notícia relacionada

- *Primavera dos Museus traz palestra com professor indígena e coral infantil da aldeia* http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/primavera-dos-museus-traz-palestra-com-professor-indigena-e-coral-infantil-da-aldeia

6.11. 12º Encontro de Grupos de Estudo e Apoio à Adoção

Data: 01 e 02 de outubro

Local: Hotel Rieger - Balneário Camboriú

6.12. Formatura Centro de Atendimento Socioeducativo de São José

Data: 06/10

Local: CASE - São José

6.12.1. Notícia relacionada:

- *Jovens que cumprem medidas socioeducativas formam-se em curso promovido pela Fiesc* http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/jovens-que-cumprem-medidas-socioeducativas-formam-se-em-curso-promovido-pela-fiesc

6.13. I Seminário Estadual de Práticas Exitosas na Área da Criança e do Adolescente, com o objetivo de estabelecer um diálogo para troca de experiências e reflexão sobre avanços, dificuldades e desafios da criança e do adolescente; propor debate e difusão das práticas exitosas

Data: 8 de outubro

Local: Assembleia Legislativa - Florianópolis

6.14. 3º Seminário Estadual do Projeto Direito de Ser Idoso: o direito de envelhecer com saúde, com o objetivo de capacitar os técnicos para atender adequadamente ao idoso, por meio da divulgação dos direitos e particularidades da população destacada

Data: 26 de outubro

Local: Tribunal Pleno - Florianópolis

6.15. Curso de Desenvolvimento de Negociação Avançada - buscou desenvolver as habilidades de negociação de servidores que atuam representando o Poder Judiciário em situações que prescindem de licitação, tais como convênios e contratações por inexigibilidade

Data: 26 e 27 de outubro

Local: Academia Judicial - Florianópolis

6.16. I Simpósio Internacional sobre a Primeira Infância (SC): A ciência dos detalhes na organização da vida cotidiana do bebê. M. Pikler, a precursora desta linha de trabalho, entendia que a criança deveria ser criada livremente, de forma autônoma, para descobrir os movimentos por si só, desenvolver a sua motricidade

Data: 6 e 7 de novembro

Local: Hotel Maria do Mar - Florianópolis

6.17. 7º Encontro do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude. No encontro foram abordados temas como: a regionalização da Justiça Infantojuvenil, a implementação da Justiça Restaurativa nas questões de Infância e Juventude e o panorama do Cadastro Nacional de Adoção

Data: 13 de novembro

Local: Belo Horizonte - MG

6.17.1. Notícia relacionada:

- *TJSC participa do 7º Encontro do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude (13/11)* http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/tjsc-participa-do-7º-encontro-do-colegio-de-coordenadores-da-infancia-e-da-juventude

6.18. Capacitação para servidores na abordagem de crianças e adolescentes no cumprimento de atos judiciais

Data: 16 a 18 de novembro

Local: Academia Judicial - Florianópolis

## 7. ATIVIDADES DIVERSAS

7.1. **Visitas Técnicas:**

7.1.1. Visitas técnicas ao Instituto Padre Vilson, juntamente com a ministra-conselheira da Embaixada do Canadá, Katerine Asselin, e com o Juiz-Corregedor do Núcleo V, Dr. Alexandre Karazawa Takashima (13/02 e 18/02)

7.1.2. Visita à Ação Social Salto do Maruim / Centro de Eduacação Infantil Frei Antônio (CEIFA) visando conhecer o trabalho desenvolvido, identificar as demandas emergenciais e prestar apoio (31/08)

7.1.3. Visita ao Hospital Infantil Joana de Gusmão em conjunto com o Secretário de Estado da Saúde e representantes da Vara da Infância e Juventude e do Ministério Público para tratar da interrupção do fornecimento de medicações para tratamento da fibrose cística (18/12)

7.2. **Reuniões:**

7.2.1. Participação em reunião para apresentação do Novo Portal do Poder Judiciário de Santa Catarina (30/01)

7.2.2. Participação em reunião com a ministra-conselheira da Embaixada do Canadá, Katerine Asselin, para apresentação do projeto Justiça Restaurativa (13/02)

7.2.3. Participação em reunião com o Des. Vice-Corregedor Ricardo Orofino da Luz Fontes e Juízes-Corregedores Alexandre Karazawa Takashima e Luiz Henrique Bonatelli para tratar sobre o Provimento n°

11/2014, o qual dispõe sobre o reconhecimento voluntário de paternidade socioafetiva perante os oficiais de registro civil no âmbito do Estado de Santa Catarina (20/02)

7.2.4. Participação em duas reuniões com a Academia Judicial para definição de capacitação para servidores na abordagem de crianças e adolescentes no cumprimento de atos judiciail (26/02 e 06/04)

Participação em reunião descentralizada para eleição do magistrado representante da região do Planalto Sul no Colegiado da CEIJ (04/03)

7.2.5.1. Notícia relacionada:

- *Ceij anuncia posição contrária à proposta de redução da maioridade penal para 16 anos (01/04)* http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/ceij-anuncia-posicao-contraria-a-proposta-de-reducao-da-maioridade-penal-para-16-anos

7.2.5. Participação em reunião promovida pela Assessoria de Planejamento - ASPLAN, para apresentação do trabalho de definição dos indicadores do novo mapa estratégico do PJSC 2015-2020 e das primeiras orientações em relação à elaboração do PPA 2016-2019 (09/03 e 11/06)

7.2.6. Participação em reunião com o Tribunal de Contas do Estado - TCE para apresentação da auditoria que avaliará a atuação dos atores envolvidos no atendimento socioeducativo em meio aberto, abrangendo as Varas da Infância e da Juventude de Blumenau e Florianópolis (11/03)

7.2.7. Participação em reunião para definição de parceria com a UFSC referente ao projeto Justiça Restaurativa (11/03)

7.2.8. Reunião com a FIESC para tratar do Fundo da Infância e Adolescência - FIA (13/03)

7.2.9. Participação em reunião para apresentar a matriz de planejamento referente à Auditoria Operacional nas medidas socioeducativas em meio aberto nos municípios de Florianópolis e Blumenau (17/03)

7.2.10. Participação em reunião sobre a regulamentação da gestão de vagas do CASE (26/03)

7.2.11. Participação em reunião com a ASPLAN sobre o Planejamento Estratégico (26/03)

7.2.12. Participação em reunião ordinária do Colegiado da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (27/03)

7.2.13. Participação em reunião da Coordenação Estadual do Programa Novos Caminhos (04/05)

7.2.14. Participação em reunião acerca do gerenciamento de vagas nas unidades de execução de medidas socioeducativas em meio fechado (06/05)

7.2.15. Participação em 3 (três) reuniões da Rede Juventudes e o Mundo do Trabalho, para diálogo sobre a qualificação dos jovens e as vagas de trabalho (06/05, 20/05 e 12/06)

7.2.16. Participação em reunião com a FIESC para tratar sobre a possibilidade de projeto de Oficinas Profissionalizantes para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (08/05)

7.2.17. Participação em reunião para elaboração de Resolução Conjunta acerca da distribuição de vagas do sistema socioeducativo, traslados de adolescentes e termo de cooperação técnica (14/05)

7.2.18. Participação em reunião com a magistrada Vânia Petermann para tratar do Projeto Justiça Restaurativa (21/05)

7.2.19. Participação em reunião com a Academia Judicial para tratar do cronograma dos eventos a serem realizados, em 2015, pela CEIJ (27/05)

7.2.20. Participação em reunião com representante da UFSC e com a magistrada Brigitte Remor para definição de curso de capacitação sobre Justiça Restaurativa (02/06)

7.2.21. Realização de 2 (duas) reuniões entre a equipe da CEIJ para elaboração de proposta orçamentária da Coordenadoria para o Plano Plurianual - 2015-2020 (18/06 e 22/06)

7.2.22. Participação em reunião com representantes da Corregedoria-Geral da Justiça - CGJ, Juízes das Comarcas Sedes de CASES e CASEPES, Ministério Público e Departamento de Administração Socioeducativa - DEASE para tratar de assuntos referentes administração das vagas do Sistema Socioeducativo. (19/06)

7.2.23. Participação em reunião com representantes do Ministério Público de Santa Catarina, da Corregedoria-Geral de Justiça, da Vara da Infância e Juventude da capital, da Secretaria Municipal da Assistência Social, da Polícia Civil e dos Conselhos Tutelares da capital, para tratar sobre a situação dos adolescentes apreendidos na 6ª DP da Capital (19/06 e 17/07)

7.2.24. Reunião com equipe da ASPLAN para discutir meta relacionada ao Projeto de Justiça Restaurativa (21/07)

7.2.25. Participação em reunião para tratar sobre o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (05/10)

7.2.26. Realização de 05 (cinco) de planejamento interno da CEIJ (20/10, 03/11, 04/11, 23/11 e 09/12)

7.2.27. Participação em reunião para apresentação do Novo Portal do Poder Judiciário de Santa Catarina (28/10)

7.2.28. Participação em reunião com a Comissão Permanente do FIA para tratar sobre a divulgação de arrecadação (07/12)

7.2.29. Notícia relacionada:

- *Campanha será lançada para reforçar doações do IR em benefício de jovens vulneráveis* https://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/campanha-sera-lancada-para-reforcar-doacoes-do-ir-em-beneficio-de-jovens-vulneraveis

## COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL E DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – CEPEVID

## 1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO NÚCLEO DA EXECUÇÃO PENAL

## 2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO NÚCLEO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

### 2.1 Justiça pela Paz em Casa 1ª etapa – Ações nos Estádios



Fonte: Cepevid




Fonte: Cepevid

**2.2 Bancada Feminina realizada no dia 19/08/2015, participação do Núcleo de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, parceiros da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) em diversos projetos, na solenidade para troca de coordenação da Alesc.**



Fonte: Cepevid

**2.3 Campanha Justiça pela Paz em Casa – 2ª etapa – Solenidade de Abertura**




Fonte: Cepevid

## 2.4 Ação nos estádios de futebol




Fonte: Cepevid

## 2.5 Campanha Justiça pela Paz em Casa – 3ª Etapa

## 2.6 Cerimônia de premiação do concurso “Dê um Basta na Violência”.



Fonte: Cepevid



Fonte: Cepevid

**2.7 Ações nas Comarcas**

**2.8 O Centro Educativo Itaiópolis propõe aos seus alunos aulas expositivas e dialogadas sobre o tema da violência doméstica contra a mulher e o estudo da Lei Maria da Penha, através de pesquisas de dados, gráficos e redações.**



Fonte: Cepevid

## 3. REUNIÕES E COMPROMISSOS ADMINISTRATIVOS DA CEPEVID:

### JANEIRO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 30/01/2015 | Florianópolis | Reunião do Núcleo de Comunicação Institucional para o novo portal do Poder Judiciário, na sala da Asplan. Definição do conteúdo da página da Cepevid. |

### FEVEREIRO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 26/02/2015 | Florianópolis | Reunião Asplan – estruturação do Cepevid |

### MARÇO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 09/03/2015 | Florianópolis | Reunião Asplan. Treinamento, gerenciamento e projetos. |
| 18/03/2015 | Florianópolis | Reunião com a Asplan para tratar da estruturação da Cepevid. |
| 24/03/2015 | Florianópolis | Reunião Asplan sobre o planejamento estratégico da Cepevid |

### ABRIL

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 07/04/2015 | Florianópolis | Reunião Asplan sobre estruturação. |
| 10/04/2015 | Florianópolis | Prazo de entrega do material para revisão do conteúdo da página da Cepevid |
| 10/04/2015 | Florianópolis | Prazo para entrega do PPA e seus valores. |

| | | |
|---|---|---|
| 17/04/2015 | Florianópolis | Reunião no Gabinete da Desa. Salete para reestruturação do Cepevid. |

### MAIO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 14/05/2015 | Florianópolis | Reunião com a Asplan. |
| 20/05/2015 | Florianópolis | Reunião com a Asplan sobre a capacitação dos servidores sobre projetos. |
| 28/05/2015 | Florianópolis | Reunião com a Asplan sobre capacitação. |

### JUNHO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 11/06/2015 | Florianópolis | Reunião com a Asplan sobre o orçamento do PPA. |
| 11/06/2015 | Florianópolis | Reunião com a Asplan sobre o cronograma do Sistema de projetos. |

### AGOSTO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 19/08/2015 | Florianópolis | Evento da Alesc com troca da Coordenadoria da Bancada Feminina e Cerimônia com a Desembargadora e Assessoras da Cepevid. |
| 28/08/2015 | Florianópolis | Reunião com a Asplan sobre a PPA. |

### SETEMBRO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 03/09/2015 | Florianópolis | Reunião com a Asplan sobre os projetos e relatórios. |
| 16/09/2015 | Florianópolis | Reunião com a Asplan;<br>Reunião SISPROJET para treinamento de funcionários da Cepevid. |

### OUTUBRO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 01/10/2015 | Florianópolis | Palestra com a Desembargadora na Acadepol para psicólogos. |
| 08/10/2015 | Florianópolis | Palestra com a Desembargadora na Acadepol. |
| 28/10/2015 | Florianópolis | Reunião sobre o Novo Portal do Poder Judiciário, no Tribunal do Pleno. |

## 3.1. Reuniões e compromissos do Núcleo de Execução Penal:

### JANEIRO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 13/01/2015 | Florianópolis | Reunião do Núcleo de Execução com Secretaria de Justiça e Cidadania e CGJ para tratar do remanejamento dos presos das unidades prisionais do sul. |
| 21/01/2015 | Florianópolis | Reunião dos Juízes do grupo de execução. |
| 21/01/2015 | Florianópolis | Reunião com Secretário de Justiça e Cidadania. |

| | | |
|---|---|---|
| 28/01/2015 | Florianópolis | Reunião sobre Monitoramento eletrônico com tenente-coronel Edir. |

## FEVEREIRO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 26/02/2015 | Florianópolis | Reunião com servidores de carreira para tratar do mutirão carcerário feminino. |

## ABRIL

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 13/04/2015 | Florianópolis | Penitenciária de São Pedro de Alcântara – Formatura dos presos no Pronatec. |
| 23/04/2015 | Brasília | Reunião com Comissão Europeia para tratar da APAC. |
| 24/04/2015 | Itajaí | Reunião para apresentação do relatório final do mutirão carcerário feminino à Comissão da mulher encarcerada com a Secretaria de Justiça e Cidadania. |

## MAIO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 14/05/2015 | Florianópolis | Reunião com a Comissão da mulher encarcerada. |
| 21/05/2015 | Blumenau | Visita ao Complexo Penitenciário de Blumenau. |

## JUNHO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 20/06/2015 | Chapecó | Viagem para diagnóstico na 3ª Vara Criminal. |
| 29/06/2015 | Paraná | Visita à APAC de Barracão e ao Fórum da Comarca. |

## JULHO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 01/07/2015 | Chapecó | Reunião no hotel com a Desa. Salete para tratar dos assuntos dos trabalhos efetuados durante a semana. |
| 08/07/2015 | Florianópolis | Reuniões sobre os presídios.<br>Reunião da Dra. Gabriela Bernadete, juíza de Biguaçu, no município de Biguaçu;<br>Reunião com a Dra. Alexandra Lorenzi e Silva;<br>Reunião com a Pastoral Carcerária.<br>Todas as reuniões realizadas no Gabinete da Desa. Salete. |
| 14/07/2015 | Florianópolis | Reunião com a Secretaria de Justiça e Cidadania. |
| 27/07/2015 | Biguaçu | Visita ao Presídio Regional de Biguaçu. |

## AGOSTO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 24/08/2015 | Florianópolis | Implementação do Projeto Audiência de Custódia. |

## SETEMBRO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|

| | | |
|---|---|---|
| 03/09/2015 | Florianópolis | Reunião com o subcoordenador do Núcleo de Execução Penal, no Gabinete da Desembargadora. |
| 03/09/2015 | Florianópolis | Reunião para definição da implantação da APAC. |
| 08/09/2015 | Florianópolis | Reunião com SJC sobre interdição do presídio da Capital e do Presídio de Criciúma. |

### OUTUBRO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 13/10/2015 | Florianópolis | Ação solidária ao Dia das Crianças, entrega das Cartilhas "Criança Educada Mundo Colorido" aos filhos das detentas no Presídio Feminino da Capital. |
| 20/10/2015 | Florianópolis | Reunião sobre Construção do Complexo Prisional de São José, no Salão Nobre da Presidência. |
| 20/10/2015 | Florianópolis | Reunião sobre a Audiência de Custódia, no Salão Nobre da Presidência. |

### NOVEMBRO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 05/11/2015 | São José | Reunião com a DEAP sobre a Construção da Central de Triagem. |
| 10/11/2015 | Florianópolis | Reunião sobre a relocação de vagas no Sistema Prisional Catarinense, com o Dr. Luis Francisco (Capital), Dra. Alexandra (São José) e Dra. Alexandra (Araranguá) |

## 3.2. Reuniões e compromissos do Núcleo de Violência Doméstica e Familiar:

### JANEIRO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 12/01/2015 | Florianópolis | Reunião do Núcleo da Violência Doméstica com Desa. Salete e Doutora Sônia para tratar do Mutirão da Mulher em março e da Central Rosa. |
| 16/01/2015 | Florianópolis | Participação da Dra. Sônia de evento na Academia Judicial, onde apresentou as atividades do Núcleo da Violência aos futuros juízes. |
| 28/01/2015 | Florianópolis | Reunião para implantar a Central Rosa, na Asplan. |
| 29/01/2015 | Florianópolis | Reunião preparatória do evento de lançamento da Central Rosa e encerramento do mês da mulher, na sala de reunião do 7º andar, torre I. |

### FEVEREIRO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 12/02/2015 | Florianópolis | Reunião para tratar das ações do mês da mulher. |
| 18/02/2015 | Florianópolis | Reunião Alesc – Bancada Feminina – sobre o mês da mulher. |
| 19/02/2015 | Florianópolis | Reunião interna sobre o planejamento das atividades do mês da mulher. |

### MARÇO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|

| | | |
|---|---|---|
| 02/03/2015 | Florianópolis | Reunião do Núcleo de Violência – Comissão Provisória de Formação do Comitê Estadual contra o Tráfico de Pessoas em SC, na Alesc. |
| 26/03/2015 | Florianópolis | Evento de encerramento do Mutirão da Mulher em março. |
| 31/03/2015 | Florianópolis | Reunião com a Bancada Feminina da Alesc – Observatório da mulher. |

## ABRIL

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 01/04/2015 | Florianópolis | Reunião no Gabinete da Desa. Salete sobre o projeto do Observatório da Mulher. |
| 29/04/2015 | Florianópolis | Sessão de Plenário da Alesc para votação do veto ao Projeto de Lei Observatório da mulher |

## MAIO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 06/05/2015 | Florianópolis | Reunião com o Governo do Estado e a Bancada Feminina da Alesc no Centro Administrativo. |
| 21/05/2015 | Florianópolis | Reunião com a Coordenadoria Estadual da mulher sobre a Casa da Mulher Brasileira. |
| 27/05/2015 | Florianópolis | Reunião com a Secretaria Municipal de Educação sobre o projeto “Justiça Direito de Todos”. |

## JUNHO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 02/06/2015 | Florianópolis | Reunião com Des. Luiz César Medeiros – corregedoria – sobre a Campanha pela Paz em Casa. |
| 10/06/2015 | Florianópolis | Reunião com a Coordenadoria Municipal da Mulher para tratar do ato de encerramento da 2ª etapa da campanha. |
| 18/06/2015 | Florianópolis | Reunião com Academia Judicial e Cerimonial para tratar da cerimônia de abertura – Justiça pela Paz em Casa 2ª etapa. |
| 19/06/2015 | Mato Grosso do Sul | Visita à casa da Mulher Brasileira com a Bancada Feminina da Alesc, em Campo Grande. |
| 24/06/2015 | Florianópolis | Encontro Regional dos juízes da circunscrição da Capital, no Tribunal de Justiça, com competência na Lei Maria da Penha. |
| 26/06/2015 | Florianópolis | Palestra da Desa. coordenadora no Fórum pelo fim da Violência contra a Mulher, no centro de eventos Plínio de Nez. |
| 27/06/2015 | Florianópolis | Palestra da Maria da Penha e ciclo de debates com participação da Desa. Salete e do Juiz da Vara de Violência de Chapecó na mesa redonda. |
| 30/06/2015 | Dionísio Cerqueira | Encontro na Câmara de vereadores de Dionísio Cerqueira com a participação dos juízes da Violência Doméstica da circunscrição. |
| 30/06/2015 | Chapecó | Encontro Regional com magistrados com competência na Lei Maria da Penha. |

## JULHO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 10/07/2015 | Florianópolis | Reunião preparatória para o Ato Público da 2ª etapa da campanha. |
| 13/07/2015 | Florianópolis | Reunião com a Secretaria Estadual de Educação e a Desa. Salete na Campanha Justiça pela Paz sobre o concurso Dê um Basta na Violência conta a Mulher. |
| 15/07/2015 | Tubarão | Encontro Regional em Tubarão com os magistrados das comarcas com competência na Lei Maria da Penha. |
| 16/07/2015 | Criciúma | Encontro Regional em Criciúma com os magistrados das comarcas com competência na Lei Maria da Penha. |
| 17/07/2015 | Florianópolis | Reunião com a Secretaria Estadual e Municipal de Educação sobre o concurso Dê um Basta na Violência. |
| 17/07/2015 | Florianópolis | Reunião para tratar da publicidade da campanha Justiça pela Paz em Casa. |

## AGOSTO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 03/08/2015 a 07/08/2015 | Florianópolis | Abertura do evento da Campanha Justiça pela Paz em casa. |
| 03/08/2015 | Florianópolis | Reunião com representantes da OAB-SC de Chapecó e deputados sobre a adesão ao programa da Violência Doméstica. |
| 07/08/2015 | Florianópolis | Encerramento da campanha Justiça pela Paz em Casa. |
| 19/08/2015 | Florianópolis | Reunião com a Coordenadoria Geral da Central de Penas e Medidas Alternativas para apresentação do Projeto para tratamento do agressor. |
| 19/08/2015 | Florianópolis | Reunião com a Secretaria Estadual de Educação sobre a aprovação do regulamento do I Concurso Cultural. |
| 27/08/2015 | Florianópolis | Reunião com a equipe multidisciplinar sobre o projeto Tratamento de Vítima e Agressor. |

## SETEMBRO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 08/09/2015 | Florianópolis | Reunião sobre o concurso nas escolas “Dê em Basta na Violência contra a Mulher”, com apresentação do material. |
| 17/08/2015 | Joinville | Palestra na Câmara de Vereadores de Joinville. |
| 21/08/2015 | Florianópolis | Reunião com magistrado e equipe de trabalho da Vara de Violência Doméstica da Capital. |
| 22/09/2015 | Florianópolis | Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra Mulher do Campo e Floresta. |

## OUTUBRO

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 01/10/2015 | Florianópolis | Reunião do grupo de trabalho sobre o projeto “Ágora” com as assistentes sociais. |
| 02/10/2015 | Florianópolis | Reunião com Juíza da Vara da Violência Doméstica da Capital. |

| | | |
|---|---|---|
| 06/10/2015 | Florianópolis | Reunião com a Escola Donícia, em Saco Grande – Roda de conversa sobre violência doméstica com psicólogo do CREMV. |
| 08/10/2015 | Florianópolis | 2° Reunião para organização da campanha 16 Dias de Ativismo, no CREMV. |
| 13/10/2015 | Florianópolis | Reunião sobre PLP. 2.0 – Apresentação do Aplicativo, na Sala de videoconferência. |
| 20/10/2015 | Florianópolis | Reunião com Dra. Patrícia sobre o PLP. 2.0, Grupo Reflexivo e Capacitação Mulheres Vítimas de Violência. |
| 22/10/2015 | Florianópolis | Minicurso "Intervenção com homens autores de violência, relato e experiência", na UFSC. |
| 23/10/2015 | Florianópolis | Reunião no Juizado da Capital sobre o PLP. 2.0, e Capacitação das Mulheres Vítimas de Violência no IFSC com a Dra. Janine e Dra. Helen, juíza e promotora da vara. |
| 26/10/2015 | Florianópolis | Comissão Julgadora do I Concurso Cultural "Dê um Basta na Violência Doméstica". |

**NOVEMBRO**

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 06/11/2015 | Florianópolis | Reunião sobre o Projeto "Ágora", no HS, com o CODIM, CEDIM e delegacia de polícia. |
| 19/11/2015 | Florianópolis | Reunião: Fórum de Enfrentamento. |
| 25/11/2015 | Florianópolis | Solenidade de premiação do I Concurso Cultural "Dê um Basta na Violência contra a mulher", no Pleno do TJ. |
| 06/11/2015 | Florianópolis | Palestra com a Desembargadora no Congresso da IBDFAM sobre "Como a violência doméstica contra a mulher afeta as famílias?", na ESMESC. |

**DEZEMBRO**

| DATA | LOCAL | MOTIVO |
|---|---|---|
| 03/12/2015 | Florianópolis | Reunião com a Coordenadoria Judicial para tratar de capacitação para a equipe multidisciplinar do Projeto Ágora. |
| 09/12/2015 | São José | Reunião no Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para tratar do Projeto Ágora. |
| 09/12/2015 | São José | Palestra com a Desembargadora na FETAESC. |

## 4. PROJETOS EM ANDAMENTO

### 4.1. Núcleo da Execução Penal

### 4.2 Mutirão Carcerário Feminino

O Projeto "Mutirão Carcerário Feminino", de iniciativa do Núcleo de Execução Penal da CEPEVID – Coordenadoria da Execução Penal e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher foi desenvolvido pelos Juízes Pedro Walicoski Carvalho e Rodrigo Coelho Rodrigues, acompanhados das assessoras técnicas da Cepevid, sob a coordenação geral da Desa. Salete Silva Sommariva, Coordenadora da Cepevid.

Durante o período de 02 a 06 e 09 a 13 de Março, os presídios femininos e as alas femininas das unidades do estado (onde se encontram aproximadamente 955 mulheres encarceradas) receberam a visita dos Juízes do Núcleo da Execução Penal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, na oportunidade foram

entregues, além do atestado de pena a cumprir, cartilhas educativas e de orientação. Todo material gráfico que foi entregue nas unidades prisionais foi desenvolvido e elaborado pelo Setor Gráfico do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

O objetivo do trabalho consistiu, ainda, na verificação acerca das condições de aprisionamento, consoante às determinações e recomendações do Conselho Nacional de Justiça levadas a termo no II Encontro Nacional de Encarceramento Feminino, abrangendo: as instalações da unidade em si e das respectivas celas; os procedimentos de revista íntima; a atenção às pacientes com doenças mentais; o modelo adotado para aplicação das penas restritivas de direito; o tratamento conferido aos filhos, às gestantes, às lactantes, às estrangeiras; bem como a constatação acerca dos suprimentos de medicamentos, higiene e limpeza, dentre outros aspectos.

Nesse contexto, em todas as unidades prisionais inspecionadas pelo grupo de trabalho as mulheres encarceradas efetuaram diversos questionamentos aos magistrados, relacionados ao fornecimento do material de higiene (absorvente íntimo, papel higiênico, sabonete, escova e pasta de dente), bem como à amamentação e alimentação, ao tratamento pessoal de agentes penitenciários, à assistência judiciária, médica e odontológica, à realização de exames laboratoriais (papanicolau, tuberculose e HIV), às atividades intelectuais, artísticas, profissionais e desportivas, educação e incentivo à leitura, ao trabalho, à formação profissionalizante e à visita dos familiares, cônjuge ou companheiro.

Esse projeto contou com a participação de representantes de órgãos e entidades que manifestaram expressa adesão ao projeto e vestiram as camisetas “Justiça pela Paz”, a saber: Ministério Público e Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, Departamento de Administração Prisional (DEAP) e conselhos da comunidade das respectivas comarcas. Tais representantes estiveram presentes na maioria das visitas. As camisetas foram confeccionadas pelos detentos do Presídio Masculino da Capital, unidos na campanha adotada pela Ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia - “Paz - Nossa Justa Causa”.

No período designado para a primeira semana do Mutirão Carcerário Feminino, a equipe visitou as seguintes unidades prisionais:

| DATA | COMARCA | Nº DE MULHERES |
|---|---|---|
| 02/03/2015 | Videira | 8 |
| 02/03/2015 | Porto União | 9 |
| 02/03/2015 | Caçador | 39 |
| 03/03/2015 | Mafra | 28 |
| 03/03/2015 | Joinville | 56 |
| 04/03/2015 | Florianópolis | 111 |
| 04/03/2015 | Tijucas | 52 |
| 05/03/2015 | Blumenau | 93 |
| 05/03/2015 | Jaraguá do Sul | 43 |
| 06/03/2015 | Itajaí | 132 |
| | **TOTAL** | **571** |

Na segunda semana foram visitadas as unidades abaixo nominadas, conforme se insere:

| DATA | COMARCA | Nº DE MULHERES |
|---|---|---|
| 09/03/2015 | Chapecó | 68 |
| 09/03/2015 | Concórdia | 18 |
| 10/03/2015 | Joaçaba | 15 |
| 10/03/2015 | Lages | 54 |
| 11/03/2015 | Criciúma | 85 |
| 11/03/2015 | Araranguá | 42 |

| | | |
|---|---|---|
| 12/03/2015 | Tubarão | 70 |
| 13/03/2015 | Rio do Sul | 32 |
| | **TOTAL** | **384** |

### 4.3 Acompanhamento da construção do Complexo Prisional do Médio Vale (Blumenau)

Foi realizada visita no terreno do Complexo Prisional do Médio Vale, na comarca de Blumenau, com acompanhamento do Des. Jorge Luiz de Borba, da Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, dos Juízes do Núcleo da Execução Penal da Cepevid Pedro Walicoski Carvalho e Rodrigo Coelho Rodrigues, bem como de representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania e Departamento de Administração Prisional - DEAP. Na oportunidade, conforme informado pelos engenheiros responsáveis pela obra, foi possível verificar as instalações do estabelecimento prisional. No local já existiam algumas celas modulares que farão parte da referida obra.

Segundo previsões e conforme informado pela Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, a entrega da obra está prevista para o período de janeiro de 2016.

### 4.4 Criação da Comissão de Atenção aos Direitos da Mulher Presa e Egressa do Estado de Santa Catarina

A criação da comissão foi motivada em razão dos dados constantes no relatório final do Mutirão Carcerário Feminino, realizado 2 a 6 e de 9 a 13 de março de 2015. Tendo em vista que se constaram alguns problemas na gestão de recursos humanos em algumas unidades prisionais visitadas. A criação desta comissão possibilitou a extinção de unidades prisionais mistas em Santa Catarina.

### 4.5 Participação na entrega dos certificados aos internos do Cope – Complexo Penitenciário do Estado

O Complexo Penitenciário do Estado (Cope), em São Pedro de Alcântara, realizou durante o ano de 2015, cerimônias de formatura de cursos, com duração de 220 horas/aula, ministrados pelo Senai, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Os reeducandos receberam o Certificado de Formação reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). Conforme convite recebido do Deap, a Cepevid acompanhou cerimônia de entrega dos certificados de conclusão de cursos do Pronatec. Detalhes

O formando André Villain emocionou familiares, servidores e autoridades ao discursar para as mais de 50 pessoas presentes na cerimônia. “Não fomos tratados apenas como pessoas normais, fomos tratados com um carinho a mais. Mais que técnicas de panificação, aprendemos que temos valor como ser humano e que podemos mudar”. André lembrou das mudanças que estão ocorrendo na Penitenciária e finalizou emocionado: “Está filmado, fotografado e vocês estão vendo com os próprios olhos, São Pedro de Alcântara está devolvendo bons frutos à sociedade”.

Faz-se necessário ressaltar a importância de oferecer oportunidades como essas como um desafio para devolver à sociedade cidadãos para reinserção social. Pois as desigualdades sociais e a má distribuição de renda alimentam as altas taxas de delinquência e criminalidade em nosso país. Por isso, o sistema prisional brasileiro está no limite. Esta é uma tarefa urgente a ser encarada pelos governos, pelas empresas e pela sociedade. Uma vez que este cenário precisa mudar e depende, basicamente, de ações do Estado em conjunto com a iniciativa privada. O que ocorre atualmente é a vontade política de governos, empresas e sociedade em enfrentar a violência e a criminalidade por meio da inclusão social pelo trabalho.

A Cepevid participou das formaturas dentro daquela unidade prisional neste ano de 2015 e ficou emocionada com a experiência, pois é muito gratificante ver o resultado desse trabalho e do esforço de todas as entidades envolvidas.

Quem encerrou a solenidade foi o diretor do Complexo, Edemir Alexandre Camargo Neto, que abriu espaço para que familiares dos reeducandos tivessem acesso ao microfone. Os discursos comoveram presos, familiares, servidores e autoridades que aplaudiram de pé ao final da cerimônia.

### 4.6 Visita ao presídio regional de Biguaçu

Após reunião realizada com a Juíza Gabriela Sailon Benedet no Gabinete da Desa. Salete Silva Sommariva – Coordenadora da Cepevid, foi realizada visita no presídio regional de Biguaçu, com o intuito de fomentar acerca da construção de uma nova unidade prisional naquela comarca. Tal visita contou com a presença da Juíza Gabriela Sailon Benedet, do promotor de justiça, do gestor da unidade prisional daquela comarca e representantes da Cepevid.

### 4.7 Visita à Apac – Associação de Proteção e Assistência ao Condenado da Comarca de Barracão

Em 29 de junho de 2015, fomos à comarca de Barracão visitar a APAC daquela comarca e fomos recebidos com muito carinho pela Dra. Branca Bernardi, Juíza Diretora do Foro daquela comarca, eis que o interesse em implantar o método APAC em Santa Catarina está próximo de acontecer, em virtude da aprovação da Lei n. 16.539/2014, a qual autoriza o Estado a firmar convênio com entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC.

### 4.8 Reunião para implantação do método Apac – Associação de Proteção e Assistência ao Condenado no Estado de Santa Catarina

Tendo em vista a aprovação do Projeto de Lei de iniciativa do Presidente do Tribunal de Justiça quando governador, foram realizadas reuniões diversas, nas quais tivemos contamos com a presença da Secretária de Estado de Justiça e Cidadania, do Secretário Adjunto de Justiça e Cidadania Leandro Soares de Lima, do Juiz da VEP da Capital, Luiz Francisco Delpizzo Miranda, do Diretor do Deap, Edemir Alexandre Camargo, da Dra. Branca Bernardi responsável pela implantação da APAC de Barracão e com a equipe da Pastoral Carcerária.

Na sequência, foi marcada uma reunião em que fomos recebidos pelo Secretário da Administração do Estado Sr. João Mattos e pelo Gestor de Patrimônio do Estado, Túlio Tavares, no dia 24/11/2015, para que a Desa. Salete Silva Sommariva – Coordenadora da Cepevid, acompanhada do Secretário Adjunto de Justiça e Cidadania, pudessem explicar a importância de implantar a APAC em nosso Estado. Naquela oportunidade explicou-se que o objetivo da APAC é o de promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena. Uma vez que seu propósito é evitar a reincidência no crime e oferecer alternativas para o condenado se recuperar, eis que os índices de recuperação são altos, pois a reincidência gira em torno de 10 %, e o custo do recuperando é de 1/3 a menos do sistema convencional.

### 4.9 Inspeção realizada pelo Ministério da Justiça nas unidades prisionais de Tubarão, Laguna e Cope

A convite do Ministério da Justiça esta Coordenadoria acompanhou a inspeção dos presídios feminino e masculino da comarca de Tubarão, bem como da UPA de Laguna e do Complexo Penitenciário do Estado.

### 4.10 Reunião com a prefeita de São José e visita aos terrenos oferecidos pela prefeitura municipal para a construção do Centro de Triagem de São José

A Cepevid realizou reunião com a Prefeita e o procurador do município de São José que contou com a presença do magistrado Marcelo Pizolati representando o Presidente deste Tribunal de Justiça. Na qual, restou definido que seria realizada uma visita aos terrenos oferecidos pelo município para a construção do Centro de Triagem de São José.

Tal visita foi realizada no dia 28/11/2015 e contou com a presença do Des. Jorge Luiz de Borba, a prefeita de São José e comitiva, a OAB de Florianópolis e equipe da Cepevid entre outros que acompanharam a visita

Posteriormente, a Cepevid a convite da Secretaria de Justiça e Cidadania participou de reunião com o Secretário de Estado da Casa Civil – Sr. Moacir Serpa, a fim de tratar do início da construção da Central de Triagem da comarca de São José.

### 4.11 Reuniões e visitas para parceria no monitoramento eletrônico com a Justiça Federal e Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania

Tendo em vista a parceria realizada entre a Justiça Federal, o Departamento de Administração Prisional – Deap e Tribunal de Justiça de Santa Catarina coube à Cepevid a tarefa de confeccionar os folders e o material de divulgação relativo ao monitoramento eletrônico. No entanto, até o momento tal projeto se encontra aguardando o devido processo de licitação.

### 4.12 Reuniões e visitas após a interdição da COT – Central de Observação e Triagem

Diante da reunião realizada no gabinete da Desa. Salete Silva Sommariva que contou com a presença do Juiz da VEP da Capital e do Des. Jorge Luiz de Borba, foi realizada visita ao COPE – Complexo Penitenciário do Estado e à Colônia Penal de Palhoça para acompanhar o DEAP na contagem de camas, no intuito de verificar a possibilidade de relocação de vagas da grande Florianópolis, para posterior encaminhamento de relatório à Corregedoria Geral da Justiça.

### 4.13 Planejamento com a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania para tratar da situação do Sistema Prisional Catarinense

Apresentação para a Desa. Salete Silva Sommariva – Coordenadora da Cepevid, do planejamento dos trabalhos que serão desenvolvidos pela Secretaria de Justiça e Cidadania durante o ano de 2015, bem como quais as unidades prisionais que serão construídas no mesmo período.

### 4.14 Projeto “Criança Educada Mundo Colorido”

A desa. Salete Sommariva, titular da Cepevid, esteve na tarde de 13/10 no Presídio Feminino da Capital para proceder a distribuição de um *kit* composto de livrinho para colorir e estojo de giz de cera para cerca de 40 crianças, filhas de detentas que ali cumprem sua pena. A cartilha “Criança Educada, Mundo Colorido” foi idealizada pela Cepevid e editada e impressa pela Divisão de Artes Gráficas (DAG) do Tribunal de Justiça.

As crianças foram convidadas a participar de uma festa em homenagem ao Dia das Crianças, comemorado em 12 de outubro, organizada pela Cepevid, Departamento de Administração Prisional (Deap) e Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania.

Muito mais do que oferecer um presente, um pedaço de bolo ou refrigerante, a idéia foi aproximar as crianças das mães, bem como as detentas de suas próprias mães, já que são as avós que, na maioria das vezes, trazem os netos. “A importância deste momento é fazer com que as presas não se sintam sós, que saibam que alguém se preocupa com elas, que existe uma família que se importa e está ali a fim de apoiá-las, para futuramente serem reinseridas na sociedade”, destacou a desembargadora.

A assessora especial da Presidência do Tribunal de Justiça Wania Kamienski vestiu-se de palhaço para fazer a alegria da criançada que, timidamente, pegava seus brindes e retornava para o colo da mãe. O lanche foi todo preparado pela cozinha do presídio.

Para as detentas, a festa foi “uma oportunidade a mais” de estar com os filhos, já que esses encontros acontecem apenas nos dias de visita, uma vez por semana. “Nós nunca temos esta integração com nossos filhos e família, é muito bom poder oferecer e viver isso com nossos filhos”, disse uma das detentas, que preferiu não ser identificada. Algumas crianças não puderam comparecer em razão de compromisso de trabalho daqueles que detêm a guarda.

Além da desembargadora, também estavam presentes na festa o diretor do Deap, Edemir Alexandre Camargo, e a gerente do presídio, Bianca Calil Petri Guimarães.

Tal projeto será expandido para todas as comarcas do Estado de Santa Catarina futuramente.

## 5. NÚCLEO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA À MULHER

### 5.1 Central Rosa

A Central Rosa é uma central de atendimento à mulher em situação de qualquer tipo de violência, bem como, aos profissionais da rede de atendimento à mulher.

O objetivo principal desta central de atendimento é a prestação de informações, apoio e orientações sobre as situações de qualquer tipo de violência contra a mulher, além de recebimento de reclamações, denúncias e sugestões sobre o atendimento prestado no seu município, visando o funcionamento adequado, digno e célere da rede de atendimento.

Os objetivos específicos são: Prestar informações sobre a Lei Maria da Penha; orientar acerca de procedimentos a serem tomados em situações de violência doméstica; receber denúncias, reclamações e sugestões sobre o atendimento prestado na rede; dar encaminhamento às denúncias, reclamações e sugestões recebidas visando o funcionamento adequado, digno e célere da rede de atendimento à mulher em situação de violência; registrar os dados referentes aos atendimentos realizados, os quais serão de base à criação e aperfeiçoamento de políticas públicas fomentadas pela Cepevid.

### 5.2 Concurso “Dê um Basta na Violência”

O projeto visa o enfrentamento à violência contra a mulher por meio da discussão do tema no âmbito escolar, com a participação dos estudantes do ensino Fundamental II e Médio do município de Florianópolis no concurso de desenhos e vídeos, que acontecerá sob a orientação dos professores e respectivas unidades escolares.

O concurso objetivou, ainda, promover a cidadania e iniciativas de valor social e a discussão do tema na sociedade. A escolha do vídeo e desenhos vencedores ocorreu mediante votação, e foi divulgada em página de rede social e na página do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. O evento de premiação, realizado no dia 25 de novembro de

2015, no Pleno do Tribunal de Justiça, contou com a participação de autoridades representando os órgãos do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Secretaria Estadual de Educação, Coordenadoria Estadual da Mulher, Bancada Feminina da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, Conselho

Estadual dos Direitos da Mulher, Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Florianópolis, Fundação Nova Vida, para a referida solenidade.

Os estudantes Cinthya do Prado, da Escola Básica Donícia Maria Costa, do bairro Saco Grande, sob a orientação da professora Thais Filó; Patrick Rosa dos Santos e Kethelin Fernandes Magalhães, da Escola de Ensino Médio Antônio Paschoal Apóstolo, do Rio Vermelho, sob a orientação do professor Vagner Boni, foram os vencedores do concurso cultural nas modalidades Desenho e Vídeo, respectivamente.

Por fim, após avaliação, considera-se que o projeto-piloto alcançou os objetivos propostos e o concurso poderá ser expandido para outras comarcas no ano letivo de 2016, conforme acordado em reunião com o Secretário Estadual de Educação.

### 5.3 Grupo Reflexivo para Homens Autores de Violência Doméstica – ÁGORA

A Lei Maria da Penha prevê em seu artigo 35 que sejam criados pela União, Estados e Municípios, centros e serviços para realizar atividades reflexivas, educativas e pedagógicas voltadas para os agressores.

Trata-se de um projeto-piloto a ser implementado nas Varas dos Juizados de Violência Doméstica da Capital e da Comarca de São José, escolhidas em virtude de serem especializadas na Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, além de possuírem em seu quadro, servidores efetivos com formação multidisciplinar e atuação exclusivas nas referidas Unidades Judiciárias.

Objetiva desenvolver mecanismos para dar efetividade ao cumprimento das medidas protetivas de urgência, prevista no art. 45 da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e no art. 152 da Lei n. 7.210/84 (Lei de Execução Penal), que faculta ao Juiz determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação".

Os resultados esperados seriam a responsabilização do homem pela violência cometida, em paralelo com a desconstrução de estereótipos de gênero e a conscientização de que a violência contra as mulheres, além de grave crime, é uma violação epidêmica de direitos humanos. Este trabalho é importante, pois oferece condições para que os homens que cometem violências repensem seus papéis nas relações de gênero e, consequentemente, adotem atitudes e comportamentos não discriminatórios em seus relacionamentos familiares e afetivos.

Dessa forma, o trabalho se somaria a ações educativas e preventivas que buscam coibir o problema em duas frentes – evitando que o agressor volte a cometer violências, em sentido mais imediato, e mudando mentalidades, para resultados no médio prazo.

Nesse sentido, a abordagem da desigualdade de gênero, que contemple as relações desiguais de poder no âmbito familiar e das relações social, é elemento fundamental para diferenciar o trabalho pedagógico e de responsabilização de uma ação com caráter assistencial ou de 'tratamento' do agressor, uma vez que a minimização da gravidade da violência cometida teria efeito contrário ao esperado.

### 5.4 Campanha "Justiça pela Paz em Casa"




A campanha "Justiça pela Paz em casa" visa o enfrentamento à violência contra a mulher pela promoção da paz em casa, por meio de atendimento prioritário aos processos criminais em que as mulheres figurem como vítimas, além da efetivação de ações e campanhas de conscientização.

Trata-se de campanha continuada, idealizada pela Ministra Cármen Lúcia (vice-presidente do Supremo Tribunal Federal), programada para ocorrer em ciclos, a cada 3 (três) meses, ou seja, 3 (três) campanhas ao longo de um ano.

Pretende-se, ainda, ter um diagnóstico geral da situação das varas com competência na área da violência doméstica e familiar contra a mulher, além de uma aproximação maior dos juízes de 1º grau com a Cepevid.

Ao final do evento, com a antecipação dos julgamentos de processos crimes em que as mulheres figuram como vítimas, pretende-se dar uma resposta mais célere as mulheres que buscam o amparo da Justiça.

Além disso, pretende-se despertar a conscientização dos magistrados e sociedade civil acerca da violência contra a mulher em nosso Estado, por meio da divulgação da campanha.

Os objetivos específicos são: Dar celeridade aos processos crimes cujas vítimas sejam mulheres; diagnosticar a situação geral das varas com competência da violência doméstica e familiar contra a mulher; promover aproximação da Cepevid com os juízes com competência na violência doméstica e familiar contra a mulher; conscientizar magistrados e sociedade civil acerca da importância do enfrentamento à contra a mulher em nosso Estado, por meio da divulgação da Campanha Nacional.

### 5.4.1 Mutirão Mulher em Março (1ª Etapa)




Em reunião ocorrida no dia 27 de novembro de 2014, na sede do Supremo Tribunal Federal (STF) – da qual participaram a Desa. Salete Silva Sommariva e a Juíza Sônia Maria Mazzetto Moroso Terres –, a Ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do STF, sugeriu aos tribunais de justiça estaduais que realizassem ações de enfrentamento à violência contra a mulher durante a semana de 9 a 13 de março de 2015.

A Cepevid expediu Ofício Circular n. 1/2015, solicitando aos juízes criminais que conferissem prioridade aos processos criminais em que a mulher figure como vítima, mediante a realização de audiências, julgamentos e sessões do Tribunal do Júri.

Aos juízes com competência na área da Violência Doméstica sugeriu-se que promovessem nas suas respectivas comarcas, durante o período do mutirão, ou seja, durante o mês de março, ações de conscientização e de enfrentamento à violência contra a mulher, tais como: palestras, desenvolvimento de projetos, distribuição de materiais relativos ao tema, fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, entrevistas nas rádios, entre outras ações que julguem pertinentes ao tema.

Diante da previsão de realização do evento de encerramento do Mês da Mulher em 26 de março de 2015, solicitou-se aos juízes que encaminhassem os formulários com os dados estatísticos referentes aos processos pautados, julgados, audiências realizadas e atividades realizadas nas comarcas até o dia 23 de março de 2015, de modo que fosse possível sua divulgação no referido evento.

### 5.4.2 Justiça pela Paz em Casa – 2ª etapa

A segunda etapa da Campanha tomou início com o mês de agosto, também contando com eventos realizados nos estádios de futebol, como ocorreu na 1ª etapa, além disso, optou-se pela realização 2ª etapa, mediante a adesão voluntária dos juízes de direito e substitutos.

Para promover a 2ª etapa foram distribuídos 500 (quinhentos) cartazes e 5.000 (cinco mil) adesivos no tamanho de 10 cm x 10 cm, elaborado pela Divisão de Artes Gráficas e as seguintes cartilhas: Cartilha Dê um Basta na Violência: Trata-se de uma cartilha informativa sobre a Lei Maria da Penha, em formato de história em quadrinhos; Cartilha Violência Doméstica: Perguntas e Respostas: Trata-se de uma cartilha com perguntas e respostas mais relevantes sobre a violência doméstica.

5.4.3 Encontros Regionais

A Desa. Coordenadora Salete Silva Sommariva realizou reunião com os magistrados da violência doméstica de diversas comarcas com o objetivo de aproximar a Coordenadoria do primeiro grau e conhecer os problemas estruturais das unidades com competência na matéria.

Diferentemente da etapa anterior, a adesão das Comarcas totalizou em 44 (quarenta e quatro) associado a 2 (duas) Câmaras Criminais.

5.4.4 Visita à Casa da Mulher Brasileira

Em 18 e 19 de junho de 2015, em Campo Grande – MS, a Desa. Salete Silva Sommariva acompanhada das Deputadas que compõem a Bancada Feminina da Alesc, Coordenadora Estadual da Mulher e assessoras, foram conhecer a estrutura e funcionamento dos serviços e programas de atendimento à mulher, integrados à Casa da Mulher Brasileira, assim como conhecer as boas práticas desenvolvidas nos estados do Espírito Santo, Roraima e Brasília, para serem aplicadas neste Estado, tendo em vista a previsão da instalação da referida Casa neste Estado, no ano de 2015.

5.4.5 Justiça pela Paz em Casa – 3ª Etapa

A 3ª etapa da campanha teve início com a premiação do concurso “Dê um Basta na Violência”, realizado pelo Tribunal de Justiça em parceria com a Defensoria Pública, Ministério Público, Secretarias Estadual e Municipal de Educação, Bancada Feminina da Alesc, dentre outros.

O concurso alcançou os alunos da rede básica de ensino, bem como alunos do ensino médio de escolas públicas e particulares, propondo aos alunos que disseminassem seu entendimento em relação à Lei Maria da Penha, além de buscar a conscientização dos mesmos quanto à violência doméstica e familiar contra à mulher.

A premiação ocorreu no Auditório do Pleno do Tribunal de Justiça, no dia 25 de novembro de 2015, pouco antes do início oficial da Campanha, prevista para o dia 30 de novembro de 2015, e, nos mesmos moldes da 1ª e 2ª etapas da Campanha, sugeriu-se aos juízes e desembargadores, que atuem na área especializada da violência doméstica, promoverem palestras e reuniões de conscientização e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, distribuindo materiais e reforçando a articulação com os demais órgãos envolvidos, bem como dar prioridade nos processos e recursos que envolvam tais formas de crime.

**5.6 Projeto de Capacitação de Magistrados e Servidores – Academia Judicial**

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência contra a mulher é muito mais grave do que se suspeitava, pois atinge as mulheres de todas as idades e prejudica o desenvolvimento das crianças, que podem desenvolver distúrbios de comportamento e emocionais.

Ainda segundo a OMS, vários estudos apontam que a violência contra a mulher gera custos sociais e econômicos, com enormes custos, com efeito em cascata para a toda a sociedade. Até porque, muitas vezes, a mulher fica incapacitada de exercer suas atividades para o trabalho, devido à violência física sofrida, além de distúrbios psicológicos, depressão, crise do pânico, entre outros.

Além disso, em recente estudo realizado pela CPMI da Violência contra a Mulher, verificou-se que o estado de Santa Catarina possui 5 cidades entre as 100 mais violentas do país: Lages, Mafra, Criciúma, Balneário Camboriú e Chapecó.

Diante da gravidade da situação, é necessário que o Poder Judiciário promova a capacitação de seus magistrados e servidores atuantes na área, de modo que a prestação jurisdicional seja mais eficiente e eficaz.

Outrossim, há necessidade de sensibilizar os magistrados e servidores no sentido de que, no âmbito da violência doméstica, é preciso atuar em redes de proteção e atendimento, em todas as esferas de Poder e com a participação da sociedade em geral.

O projeto implementado em parceria com a Academia Judicial consiste em capacitação de magistrados e servidores, por meio de vídeos aulas disponíveis abrangendo a temática da Violência doméstica e familiar contra a mulher, além de 1 (um) encontro presencial para tratar do referido tema.

### 5.7 Projeto de Capacitação das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica em Parceria com o Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC.

Fomentado pelo IFSC em parceria com o Tribunal de Justiça/SC intermediado pela Coordenadoria de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, tem por objeto a conjugação de esforços entre os partícipes, visualizando a efetivação dos direitos das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Para isso, será oferecido um curso de capacitação dessas mulheres, inicialmente contando com um grupo de 20 participantes, objetivando promover o apoderamento das mesmas, por meio de acesso ao mercado de trabalho.

O referido projeto está vinculado ao Projeto Pedagógico de Curso – FIC de Agente de Alimentação escolar – Pronatec/Mulheres Mil, do Governo Federal, além disso, visa cumprir com a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher nos termos da Lei Maria da Penha e da Convenção Interamericana para Prevenir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

Atualmente, o Projeto de Capacitação está em fase de estruturação e desenvolvimento das atividades a serem oferecidas.

## 6. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS COM INÍCIO EM 2015 RELACIONADOS À CEPEVID

### 6.1. Núcleo da Execução Penal:

| NÚMERO | ASSUNTO |
|---|---|
| 576038-2015.0 | Relatório da reunião realizada no dia 23/04/2015 pela Comissão de atenção aos direitos da mulher presa e egressa do estado de Santa Catarina. |
| 573290-2015.5 | Ofício nº 108/2015/DCAPI/MAS – HABEAS CORPUS nº 2015.006577-/ (autos de origem: 005.14.060213-0) – Impetrante: Mary Marques de Oliveira – Cumprimento de pena em vaga destinada ao regime semiaberto. |
| 568422-2015.6 | Projeto de implantação da videoconferência na comarca de Itajaí. |
| 568195-2015.2 | Pedido de Providências visando a realização do mutirão carcerário feminino. |
| 567432-2015.8 | Pedido de Providências – Denúncia quanto às condições de presos na Penitenciária da Capital. |
| 567160-2015.4 | Pedido de Providências transferência de presos da comarca de Mafra para a comarca de Joinville. |

| | |
|---|---|
| 567159-2015.0 | Ofício nº 601/2014/DCAPI/SCA/MAS – HABEAS CORPUS nº 2014.085574-5 (Autos de origem: 041.13.000779-0) – Impetrante: Juliane Schlichting – Cumprimento de pena em vaga destinada ao regime semiaberto. |
| 586966-2015.8 | Pedido de Providências – Inspeção nas Unidades Prisionais de SC, realizada nos dias 13 e 14 de agosto de 2015 – Ofício circular nº 010/2015/CNPCP/DEPEN-MJ. |
| 586414-2015.3 | Pedido de Providências – Requerente: ADV Jefferson Damin Monteiro – Permuta do apenado Moisés Vicente Melo para o Presídio Regional de Jaraguá do Sul. |
| 572944-2015.0 | Instalação da Central de Medidas e Penas alternativas na comarca de Araranguá. |
| 569648-2015.8 | Projeto – Apresentação e convite de adesão ao projeto audiência de custódia. |
| 006458-2015 | Diagnóstico processual da 3ª Vara Criminal da Comarca de Chapecó e inspeção nos estabelecimentos prisionais de Tubarão, Criciúma e Lages. |
| 007540-2015 | Dados das Centrais de Penas e Medidas Alternativas do Estado de Santa Catarina relativos ao ano de 2015. |
| 004813-2014 | O juiz titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Joinville solicita autorização para que 10 (dez) servidores lotados na Comarca efetuem a digitalização do acervo de processos físicos da Unidade. |
| 003196-2014 | O juiz titular da Vara de Execuções Penais da Comarca de Itajaí solicita força-tarefa para a digitalização do acervo da Unidade. |
| 003317-2015 | Virtualização do acervo de processos de execuções penais vinculados à 2º Vara Criminal de Tubarão, nos moldes de Chapecó, Lages e Curitibanos. |
| 004679-2015 | Digitalização – 3ª Vara Criminal da comarca de Blumenau. |
| 567159-2015.0 | Ofício nº 601/2014/DCAPI/SCA/MAS – HABEAS CORPUS nº 2014.085574-5 (Autos de origem: 041.13.000779-0) – Impetrante: Juliane Schlichting – Cumprimento de pena em vaga destinada ao regime semiaberto. |
| 567160-2015.4 | Pedido de Providências transferência de presos da comarca de Mafra para a comarca de Joinville. (apensado 562490-2014.8). |
| 567432-2015.8 | Pedido de Providências – Denúncia quanto às condições de presos na Penitenciária da Capital. |
| 567914-2015.1 | Proposta de reorganização do quadro lotacional prisional da Região Sul Catarinense. |
| 568195-2015.2 | Pedido de Providências visando a realização do Mutirão Carcerário Feminino. |
| 568422-2015.6 | Projeto de implantação da videoconferência na comarca de Itajaí. |
| 568825-2015.6 | Pedido de doação de 150 Cartilhas do Em pregador para serem repassadas pela gerência de apoio e orientação do egresso. |
| 569648-2015.8 | Projeto – Apresentação e convite de adesão ao projeto audiência de custódia. |
| 570341-2015.7 | Formação do Comitê Estadual contra o tráfico de pessoas em Santa Catarina. |
| 571599-2015.7 | Ofício n. 1.114/2014/SRJ/Ministério da Justiça – Projeto Cartilha Câmara de Monitoramento Local/Brasil Mais Seguro. |
| 572944-2015.0 | Instalação da Central de Medidas e Penas alternativas na comarca de Araranguá. |
| 573290-2015.5 | Ofício nº 108/2015/DCAPI/MAS – HABEAS CORPUS nº 2015.006577-2 (autos de origem: 005.14.060213-0) – Impetrante: Mary Marques de Oliveira – Cumprimento de pena em vaga destinada ao regime semiaberto. |
| 574254-2015.4 | Pedido de Providências visando o recambiamento de apenado – Autos n.0015415-68.2014.8.24.0008. |
| 576038-2015.0 | Relatório da reunião realizada no dia 23/04/2015 pela Comissão de atenção aos direitos da mulher presa e egressa do estado de Santa Catarina. |

| | |
|---|---|
| 586414-2015.3 | Pedido de Providências – Requerente: ADV Jefferson Damin Monteiro – Permuta do apenado Moisés Vicente Melo para o Presídio Regional de Jaraguá do Sul. |
| 586966-2015.8 | Pedido de Providências – Inspeção nas Unidades Prisionais de SC, realizada nos dias 13 e 14 de agosto de 2015 – Ofício circular nº 010/2015/CNPCP/DEPEN-MJ. |
| 588285-2015.0 | Pedido de Providências: sistema de cogestão no Presídio Regional Masculino de Tubarão. |
| 588853-2015.0 | Pedido de Providências: Denúncia de Superlotação na Unidade Prisional Avançada de Videira. |
| 006458-2015 | Diagnóstico processual da 3ª Vara Criminal da Comarca de Chapecó e inspeção nos estabelecimentos prisionais de Tubarão, Criciúma e Lages. |
| 007540-2015 | Dados encaminhados pelas Centrais de Penas e Medidas Alternativas do Estado de Santa Catarina relativos ao ano de 2015. |
| 012231/2015 | Vara Criminal da Comarca de Tijucas - Força Tarefa para Digitalização de Acervo |
| 015459/2015 | Cálculo de liquidação de penas – Resolução n. 113/CNJ. |
| 015461/2015 | Ausência de estabelecimento adequado para cumprimento de pena em regime semiaberto – HC. |
| 015462/2015 | Constatação de relocação de presos no sistema prisional da Grande Florianópolis. |

## 6.2. Núcleo da Violência Doméstica:

| NÚMERO | ASSUNTO |
|---|---|
| 577501-2015.9 | Evento – Abertura da Campanha “Justiça pela Paz em Casa” - 2ª etapa – Período de 03 a 07 de agosto de 2015. |
| 574606-2015.0 | Pedido de Providências – Inscrição dos Projetos “Central Rosa” e “Justiça Direito de Todos” no INOVARE. |
| 574605-2015.1 | Pedido de Providências – Solicitação de Cartilhas “Dê um Basta na Violência” - Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para mulheres. |
| 574374-2015.5 | Instalação da Casa da Mulher Brasileira em Florianópolis – Acompanhamento. |
| 574339-2015.7 | Resposta ao Questionário sobre Feminicídio. |
| 574157-2015.2 | Pedido de Providências – Agressão Física – Desrespeito quando do atendimento na delegacia da mulher de Joinville. |
| 573895-2015.4 | Pedido de Providências – Visita de representantes da Cepevid à casa da mulher brasileira no estado de Mato Grosso. |
| 573566-2015.1 | Pedido de Informações sobre serviços de atendimento psicológico à mulher em situação de violência na comarca de Camboriú. |
| 573567-2015.0 | Pedido de Providências – Apoio à aprovação e implantação do projeto “Observatório da Violência contra a mulher” no âmbito do estado de Santa Catarina. |
| 571783-2015.3 | Pedido de Providências – Solicitação de cartilhas: “Dê um Basta na Violência” e “Perguntas e Respostas sobre Violência Doméstica”. |
| 571666-2015.7 | Pedido de Providências – Indicação de representante da Cepevid para participar da reunião de preparação da FONAVID/2015. |
| 570341-2015.7 | Ofício nº 0117/15/GP – Convite – Reunião da Comissão Provisória de Formação do Comitê Estadual contra o Tráfico de pessoas em Santa Catarina. |
| 569827-2015.8 | Pedido de Providências – Formalização de uma pauta para as Comemorações do Dia Internacional da Mulher. |
| 569617-2015.8 | Pedido de Providências – Solicitação de cartilhas “Dê em Basta na Violência”. |
| 568824-2015.8 | Evento – Convite para participação de atividade alusiva ao Dia Internacional da Mulher (08/03/2015), a ser realizada em 06/03/2015. |
| 568121-2015.9 | Pedido de Providências – Aquisição de Camisetas para o mutirão da mulher em março (MMM). |

| | |
|---|---|
| 567586-2015.3 | Pedido de Providências – Realização de evento de encerramento do “Mês da Mulher” e lançamento da Central Rosa. |
| 567423-2015.9 | Doméstica nos moldes da Coordenadoria dos Juizados Especiais e Programas alternativos de solução de conflitos. |
| 567351-2015.8 | Pedido de Informações – Manifestação nº 066/2015. |
| 566876-2015.0 | Projeto “Central das Rosas” - Criação de um novo leiaute para a página do núcleo da violência doméstica e familiar contra a mulher. |
| 581794-2015.3 | Pedido de Providências – Pagamento de evento para o dia 03/08/2015 – Contratação direta – Grupo Teatral “Boneco de pano”. |
| 581677-2015.7 | Pedido de Providências – Campanha “Justiça pela paz em casa” - Iluminação diferenciada na Ponte Hercílio Luz. |
| 005878-2015 | Abertura da 2ª etapa da campanha “Justiça pela Paz em Casa”. |
| 005879-2015 | Campanha Jogos de Futebol – 2ª etapa da campanha “Justiça pela Paz em casa”. |
| 005880-2015 | Encontros regionais – 2ª etapa da campanha “Justiça pela Paz em casa”. |
| 005881-2015 | Ato público – 2ª etapa da campanha “Justiça pela Paz em casa”. |
| 006213-2015 | Autorização para aquisição de camisetas, duas faixas para a ação nos estábulos de futebol e aluguel para a Campanha Justiça pela Paz em Casa (2ª edição). |
| 008464-2015 | Concurso “Dê um Basta na Violência”. |
| 009818-2015 | Indicação de magistrados para participação no VII FONAVID – Fórum Nacional de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. |
| 009960-2015 | Criação de Grupo Reflexivo para Homens Agressores e Vítimas de Violência Doméstica. |
| 005878-2015 | Abertura da 2ª etapa da campanha “Justiça pela paz em casa”. |
| 005879-2015 | Campanha Jogos de Futebol – 2ª etapa da campanha “Justiça pela Paz em casa”. |
| 005881-2015 | Ato público – 2ª etapa da campanha “Justiça pela Paz em casa”. |
| 009960-2015 | Criação de Grupo Reflexivo para Homens Agressores e Vítimas de Violência Doméstica. |

## 7. PARECERES PROFERIDOS PELA CEPEVID

### 7.1. Execução Penal

| NÚMERO | ASSUNTO |
|---|---|
| 425620-2011.4 | Resolução nº. 35/2011 – Dispõe sobre as Diretrizes a serem adotadas em atenção aos Pacientes Judiciários e a Execução da Medida de Segurança. |
| 434848-2011.6 | Participação no Evento VII CONEPA – Congresso Nacional de Alternativas Penais. Decisão para arquivamento. |
| 457378-2012.1 | Projeto APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – Pastoral Carcerária. |
| 495692-2013.3 | Projeto de capacitação para detentos “Começar de Novo”. |
| 549564-2014.4 | Pedido de Providências para Fechamento da Cadeia Pública de Itapiranga. |

| | |
|---|---|
| 553005-2014.9 | Pedido de Providências – DEAP – Departamento de Administração Prisional do Estado de Santa Catarina – Concessão de trabalho externo aos detentos da comarca de Itajaí. Decisão para arquivamento. |
| 560454-2014.0 | Indicação de Coordenador do GMF – Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Estado de Santa Catarina. Cumprido o objetivo – Arquivado. |
| 004813/2014(apenso aos autos n.s 3196/2014, 3317/2015 e 4679/2015). | Viabilidade de Digitalização e categorização dos processos das comarcas de Blumenau, Joinville, Itajaí e Tubarão. |

## 7.2. Violência Doméstica

| AUTOS Nº | ASSUNTO |
|---|---|
| 574606-2015.0 | Pedido de Providências – Inscrição dos projetos “Central Rosa” e “Justiça Direito de Todos” no Innovare. |
| 584262-2015.0 | Campanha Institucional – “ElesPorElas” (HeForShe) – da ONU Mulheres Solicitação de Apoio na Divulgação. |
| 562405-2014.3 | Pedido de providências – solicitação de estudos para implantação do dispositivo “Botão do Pânico” no município de Itajaí – Ofício 810/2014. |
| 571666-2015.7 | Pedido de providências – Indicação de representante da Cepevid para participar da reunião de preparação do Fonavid /2015. |
| 573895-2015.4 | Pedido de providências – visita de representantes da Cepevid à Casa da Mulher Brasileira no estado do Mato Grosso. |
| 565759-2014.8 | Mutirão Mulher em Março. Instituiu a Campanha “Justiça pela Paz em Casa”. |
| 500134-2013.0 | Solicitação de exclusão e indicação de magistrados para compor o Núcleo Operacional da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Cepevid. |
| 573566-2015.1 | Pedido de informações sobre serviços de atendimento psicológico à mulher em situação de violência na comarca de Camboriú. |
| 582415-2015.0 | Projeto – Solicita apoio / Participação da Cepevid (Núcleo da Violência Doméstica) no 3º Seminário Regional de Relações de Gênero, a realizar-se no dia 28/10/2015. |
| 562703-2014.6 | Pedido de providências – Criação do folder “perguntas e respostas sobre a violência doméstica”. |
| 571666-2015.7 | Pedido de Providências – Indicação de Representantes da Cepevid para participar da reunião de preparação da Fonavid/2015. |
| 009818/2015 | Indicação de magistrados para participação no VII FONAVID - Fórum Nacional de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. |
| 551100-2014.3 | Indicação de representantes para IX Jornada da Lei Maria da Penha. |
| 573566-2015.1 | Pedido de informações sobre serviços de atendimento psicológico à mulher em situação de violência na comarca de Camboriú. |
| 009818/2015 | Indicação de magistrados para participação no VII FONAVID - Fórum Nacional de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. |
| 565579-2014.8 | Pedido de acompanhamento de servidora – Palestra “A efetividade da Lei Maria da Penha e a sua repercussão na lei do Feminicídio”. (Criciúma) |
| 7577501-2015.9 | Pedido de compra de camisetas e faixas para a promoção da 2ª etapa da Campanha Justiça pela Paz em Casa, ação nos estádios de futebol. |

| | |
|---|---|
| 560911-2014.9 | Evento de encerramento Mutirão da Mulher em Março “Justiça pela Paz em Casa” 1ª Etapa – Decisão autorizando à contratação da Cia. Do Grito para apresentação cultural no dia 26/03/2015. |
| 559006-2014.0 | Proposta de curso de capacitação aos magistrados e servidores no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. |
| 566876-2015.0 | Criação de um novo leiaute para a página do núcleo da violência doméstica e familiar contra a mulher. |
| 499421-2013.0 | Termo de Cooperação n. 03/2012/FUNAD/SENAD. |
| 012556/2015 | Convite para Palestra sobre “Violência Doméstica e Familiar” contra a mulher no dia 25 de novembro de 2015. |
| 7688/2015 | Proposta de Projeto “Abrace uma vítima”. |
| 012392/2015 | Proposta de Projeto “Protocolo de Atenção às Vítimas de Violência Sexual da Comarca de Palmitos – SC”. |
| 009960/2015 | Criação do Grupo Reflexivo para Homens Agressores e Vítimas de Violência Doméstica. |
| 577501-2015.9 | Elaboração de questionário pela Cepevid para diagnóstico das Varas com competência em Violência Doméstica – 2ª etapa da Campanha “Justiça pela Paz em Casa”. |
| 553991-2014.9 | Estudo para Implantação do Projeto “Justiça em Estações Terapêuticas e Preventivas do Mato Grosso”. |

## 8. DESPACHOS PROFERIDOS PELA CEPEVID

### 8.1. Execução Penal

| AUTOS Nº | ASSUNTO |
|---|---|
| 368274-2010.9 | Processo CGJ Nº 1203/2009 – Consulta Projeto Começar de Novo – CNJ. |
| 368275-2010.3 | Projeto Começar de Novo – Resolução n. 96/2009 do CNJ. |
| 391002-2010.4 | Monitoramento Eletrônico. |
| 404506-2011.8 | Programa de atenção ao paciente judiciário portador de sofrimento mental (PAI-PJ) modelo do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Despacho. |
| 416103-2011.3 | Projeto Começar de Novo – Resolução n. 96/2009 do CNJ. |
| 401754-2011.4 | Projeto sobre Medidas de Segurança – Despacho arquivamento. |
| 425620-2011.4 | Resolução nº. 35/2011 – Dispõe sobre as Diretrizes a serem adotadas em atenção aos Pacientes Judiciários e a Execução da Medida de Segurança. |
| 434848-2011.6 | Participação no Evento CONEPA – Congresso Nacional de Alternativas Penais, da assessora Maria da Graça V. Da Silva e do Juiz de Direito Luiz Flávio Del'Antonio a realizar-se nos dias 19 a 21/10/2011. |
| 436975-2011.0 | Projeto Começar de Novo – Resolução n. 96/2009 do CNJ. |
| 457378-2012.1 | Projeto APAC – Pastoral Carcerária. |
| 483650-2012-2 | Mutirão Carcerário da Comarca de Lages – Período de 26 a 30/11/2012 – Arquivado. |
| 498858-2013.2 | Mutirão Carcerário da Comarca de Rio do Sul – Período de 22 a 26/04/2013 – Cumprido/Arquivado (Despacho em 29/04/2015) |
| 500125-2015.0 | Construção do Novo Complexo Penitenciário do Médio Vale. |
| 507678-2013.1 | Mutirão Carcerário da Comarca de Itajaí – Período de 17 a 21/06/2013 – Cumprido/Arquivado (Despacho em 25/03/2015) |
| 513116-2013.2 | Pedido de Informações acerca da atuação do Conselho da Comunidade |
| 514857-2013.0 | Projeto Começar de Novo – Solicitação de Selo Projeto Malharia Social do Presídio Feminino de Florianópolis – |

| | |
|---|---|
| 519755-2013.4 | Mutirão Carcerário da Comarca de Jaraguá do Sul – Período de 14 a 18/10/2013 – Cumprido/Arquivado (Despacho em 25/03/2015) |
| 522790-2013.9 | Mutirão Carcerário da Comarca de Mafra – Período de 18 a 22/11/2013 – Cumprido/Arquivado (Despacho em 25/03/2015) |
| 525720-2013.4 | Evento – Inscrição de Magistrados para o V FONAVID no período de 27 a 29/11/2013 Despacho arquivamento. |
| 513116-2013.2 | Pedido de Informações Acerca da Atuação do Conselho da Comunidade no Estado de Santa Catarina. |
| 519755-2013.4 | Mutirão Carcerário da comarca de Jaraguá do Sul. |
| 534612-2014.6 | Pedido de providências – Coordenadora Técnica Operacional da Central de Penas e Medidas Alternativas do Estado de Santa Catarina – Espaço Físico da Central de Medidas e Penas Alternativas da comarca de Blumenau. |
| 534612-2014.6 | Pedido de Providências/Espaço Físico da Central de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Blumenau - Arquivado (Despacho em 25/03/2015). |
| 539674-2014.3 | Pedido de informações e de sugestões – Protocolo Operativo de Intenções n. 01/2014 – Novos Critérios de Implantação para Centrais de Penas e Medidas Alternativas. |
| 540807-2014.5 | Pedido de Providências – Solicita-se Manifestação do Deap sobre a transferência do apenado Marcos de Oliveira p/Penitenciária Industrial de Joinville. |
| 544454-2014.3 | Mutirão Carcerário da Comarca de Indaial – Período de 02 a 06/6/2014 – Cumprido/Arquivado (Despacho em 13/07/2015) |
| 547696-2014.8 | Mutirão Carcerário da Comarca de Blumenau – Período de 15 a 19/9/2014 e de 22 a 26/09/2014 – Arquivado |
| 547817-2014.0 | Criação da Comissão para Assuntos Prisionais do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. |
| 548802-2014.8 | Pedido de Providências – Juíza de Direito Alexandra Lorenzi da Silva – Fornecimento de Moletons e Cobertores aos reeducandos, Superlotação do Cope – Complexo Penitenciário do Estado e Retificação da Portaria n. 005/2014/GAB/VEP – Comarca de São José. Cumprido -Decisão arquivamento. |
| 549564-2014.4 | Pedido de Providências – Fechamento da Cadeia Pública de Itapiranga |
| 553005-2014.9 | Pedido de Providências – DEAP – Departamento de Administração Prisional do Estado de Santa Catarina – Concessão de trabalho externo aos detentos da comarca de Itajaí. Decisão para arquivamento. |
| 553007-2014.5 | Pedido de Providências – Ampliação da Penitenciária de São Cristóvão e Digitalização dos Processos de Execução Penal da Comarca de Curitibanos – Despacho em 02/09/2015. |
| 553468-2014.2 | Relatório Inspeção CNJ – Providências p cumprimento de determinação acerca do reconhecimento de presos da Lei Maria da Penha da Casa do Abrigado da Capital para estabelecimento penal adequado – 08/09/2015. |
| 557883-2014.3 | Pedido de providências – Cumprimento de decisão do HC n. 2014.049463-3 Paciente Neusa de Souza (Despacho em 02/06/2015). |
| 560454-2014.0 | Pedido de Providências – Indicação de Coordenador do GMF de Santa Catarina – Cumprido/Arquivado (Despacho em 13/07/2015). |
| 567159-2015.0 | Ofício n. 601/2014 /DCAP/SCA/MAS – Habeas Corpus n. 2014/085574/5/Cumprimento de Pena _ Despacho 08/09/2015. |
| 567432-2015.8 | Pedido de Providências – Denúncia quanto às condições de presos na Penitenciária da Capital. Arquivado. Despacho em 18/03/2015. |
| 567914-2015.1 | Proposta de reorganização do quadro lotacional prisional da região sul catarinense. Arquivado – despacho 20/04/2015. |

| | |
|---|---|
| 568825-2015.6 | Pedido de Doação de 150 Cartilhas do Empregador para serem repassadas pela gerência de apoio e orientação ao egresso. Arquivado – Despacho em 14/04/2015. |
| 573290-2015.5 | Ofício n. 108/2015 – Habeas Corpus n. 2015.006577-2/Cumprimento de Pena. |
| 574254-2015.4 | Pedido de Providências – Recambiamento de Apenado. Cumprido o objeto, decisão arquivamento. |
| Carta enviada pelo apenado | Encaminhado a correspondência recebida do apenado André Candiotto Silveira ao Juízo de Direito da comarca de Curitibanos para análise e providências que entender necessárias. |
| 553468-2014.2567159 | Relatório Inspeção CNJ – Providências p cumprimento de determinação acerca do reconhecimento de presos da Lei Maria da Penha da Casa do Abrigado da Capital para estabelecimento penal adequado – 08/09/2015. |
| 575717-2015.7 | Workshop Nacional do GMF's (Grupo de Monitoramento e Fiscalização). |
| 090046-74.2015.8.24.0072 Tijucas | Despacho solicitando cópia da Decisão Judicial de fls. 267-280 dos autos em epígrafe. |
| Recebido Malote Digital | Ciência da Internação do paciente Moisés Brasil Giordani no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico – HCTP. |
| Recebido Malote Digital | Ciência do parecer exarado pela Corregedoria-Geral da Justiça nos autos n. 000013-77.2015.8.24.0600. |
| 513113-2013.8 | Mutirão Carcerário de Criciúma – Nome dos servidores 25/03/2015 |
| Recebido Malote Digital/23/9/15 | Ciência do parecer exarado pela Corregedoria-Geral da Justiça nos autos 0001503-37.2015. |
| Recebido Malote Digital/14/09/15 | Ciência do parecer exarado pela Corregedoria-Geral da Justiça nos autos n. 0000616-53.2015.8.24.0600. |
| Recebido Malote Digital 15/09/2015 | Ciência do parecer exarado pela Corregedoria-Geral da Justiça nos autos n. 0011875-16.2013.8.24.0600 (fls. 173/179). |
| Recebido Malote Digital 16/09/2015 | Ciência do parecer exarado pela Corregedoria-Geral da Justiça nos autos n. 0000616-53.2015.8.24.0600. |
| Recebido Malote Digital 22/09/2015 | Ciência do parecer exarado pela Corregedoria-Geral da Justiça nos autos n. 0900046-74.2015.8.24.0072. |
| Recebido alote Digital22/09/15 | Ciência da Portaria n. 009/2015/GAB/VEP – encaminhada pela Dra. Alexandra Lorenzi da Silva. |
| Recebido Malote Digital 28/09/2015 | Ciência do parecer exarado pela Corregedoria-Geral da Justiça nos autos n. 0000547-21.2015.8.24.0600. |
| Recebido Malote Digital 28/09/2015 | Ciência do parecer exarado pela Corregedoria-Geral da Justiça nos autos n. 0000342-89.2015.8.24.0600. |
| Recebido Malote Digital 22/09/2015 | Ciência do parecer exarado pela Corregedoria-Geral da Justiça nos autos n. 00010270-98.2014.8.24.0600 (fls. 35/37) e n. 2100/2014 (CGJ). |
| Recebido Malote Digital 28/09/2015 | Ciência do parecer exarado pela Corregedoria-Geral da Justiça nos autos n. 001167-33.2015.8.24.0600 (fls. 52/55). |
| Recebido Malote Digital 05/10/2015 | Ciência do parecer exarado pela Corregedoria-Geral da Justiça nos autos n. 0001554-48.2015.8.24.0600 (fls. 9/12). |
| Recebido Malote Digital 06/10/2015 | Ciência do parecer exarado pela Corregedoria-Geral da Justiça nos autos n. 0001508-59.2015.8.24.0600 (fls. 3/8). |
| Recebido Malote Digital 22/10/2015 | Ciência da Portaria n. 02/2015 encaminhada pelo Juiz da Vara de Execuções Penais da Capital em 09 de setembro de 2015. |
| Recebido Malote Digital 04/11/2015 | Ciência do parecer exarado pela Corregedoria-Geral da Justiça nos autos n. 0001508-59.2015.8.24.0600 (fls. 16/19). |
| Recebido Malote Digital 13/11/2015 | Ciência do ofício encaminhado pelo Sr. Rafael Garbelotto Mendes – Perito Médico Legista do IML de Criciúma/Decisão do Juiz de Direito da VEP de Criciúma. |

### 8.2. Violência Doméstica

| AUTOS Nº | ASSUNTO |
|---|---|
| 568824-2015.8 | Solicitação de Cartilhas “Dê um basta na violência”. (3 Despachos) |
| 562703-2014.6 | Pedido de Providências – Criação do Folder “Perguntas e Respostas sobre a Violência Doméstica”. |
| 563437-2014.7 | Relatório CPMI da Violência contra a Mulher: Cumprimento da recomendação de criação de novas varas de juizados da violência doméstica contra a mulher. |
| 568824-2015.8 | Evento – Convite para participação de atividade alusiva ao dia internacional da mulher (08/03/2015), a ser realizada em 06/03/2015. |
| 561556-2014.9 | Pedido de Informações sobre processos judiciais de violência contra a mulher. |
| 573895-2015.4 | Pedido de providências – Visita de representantes da Cepevid à Casa da Mulher Brasileira no Estado de Mato Grosso do Sul. |
| 574339-2015.7 | Resposta ao Questionário sobre Feminicídio. |
| 574606-2015.0 | Solicitação de Cartilhas “Dê um basta na violência” |
| 577501-2015.9 | Encontro Regional com Magistrados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Diagnóstico das Varas de Juizado da Violência Doméstica contra a Mulher. |
| 574606-2015.0 | Pedido de Providências – Inscrição dos projetos “Central Rosa” e “Justiça Direito de Todos” no Innovare. |
| 568121-2015.9 | Pedidos de providências – Camisetas para o Mutirão Mulher em março (MMM). |

## 9. ATAS DE REUNIÃO

### 9.1. Núcleo de Execução Penal

| AUTOS Nº | ASSUNTO | DATA |
|---|---|---|
| Planejamento Anual | Reunião com os juízes do Núcleo de Execução Penal para tratar acerca do Planejamento/2015. | 21/01/2015 15:30h |
| | Reunião com Secretária de Justiça e Cidadania – Planejamento/2015 para tratar de assuntos diversos. | 21/01/2015 17:00h |
| 391002/2010.4 (apenso aos autos ns. 564014-2014.8, 555565-2014.5, 547301-2014.2, 550011-2014.7 e 559014-2014.0) | Reunião com o Coronel Edir de Souza – Monitoramento Eletrônico | 28/01/2015 15:00h |
| 568195-2015.2 | Reunião com a Assessoria de Relações Públicas e Academia Judicial para tratar da abertura do Mutirão Carcerário Feminino. | 29/01/2015 16:30h |
| 567914-2015.1 | Reunião redimensionamento de vagas no Fórum da comarca de Criciúma. | 20/02/2015 10:00h |
| 568195-2015.2 | Reunião no HS do Tribunal de Justiça, com os secretários do Mutirão Carcerário Feminino das comarcas que participarão do Mutirão Carcerário Feminino – entrega de kits e definição dos trabalhos. | 26/02/2015 |
| | Reunião Asplan – Reestruturação da Cepevid | 19/02/2015 10:00h |
| 500125/2013.0 | Ata de visita das obras do Complexo Penitenciário do Médio Vale – Blumenau. | 21/05/2015 |

| | | |
|---|---|---|
| 500125/2013.0<br>533769-2014.0<br>553007/2014.5 | Reunião com Secretária de Justiça e Cidadania – previsão de entrega das unidades prisionais que estão sendo construídas. | 13/07/2015 |
| 391002/2010.4 (apenso aos autos ns. 564014-2014.8, 555565-2014.5, 547301-2014.2, 550011-2014.7 e 559014-2014.0) | Reunião para implantação do Projeto Monitoramento Eletrônico no Âmbito da Justiça Federal em SC. | 14/07/2015 |
| 368274-2010.9 apenso aos autos 368275-2010.7<br>374170-2010.2<br>405421-2011.0<br>416103-2011.3<br>436975-2011.0<br>376852-2010.0 | Reunião das Ações do Projeto Começar de Novo | 14/07/2015 |
| | Reunião com Secretária de Justiça e Cidadania – Planejamento/2015. | 03/09/2015 |
| 533769-2014.0 | Apresentação de proposta de novo local para construção do Centro de Triagem da comarca de São José | 20/10/2015 |
| 569648-2015.8 | Reunião acerca da viabilidade de ampliação do Projeto Audiência de Custódia para as comarcas de Palhoça, Santo Amaro e São José. | 20/10/2015 |
| 015462/2015 | Reunião para verificar a possibilidade de relocação de vagas do Sistema Prisional Catarinense (Juiz da VEP da Capital). | 10/11/2015 |
| 457378-2012.1 | Reunião para tratar acerca da implantação da APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados em Santa Catarina. | 16/11/2015 |
| 569648-2015.8 | Reunião para tratar acerca das audiências de presos provisórios não realizadas. | 16/11/2015 |
| 457378-2012.1 | Reunião com o Secretário de Estado de Administração, Diretor de Gestão Patrimonial e Secretário Adjunto de Estado de Justiça e Cidadania, com a finalidade de implantação da APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados em Santa Catarina, conforme Lei n. 16.539 de 23 de dezembro de2014. | 23/11/2015 |

## 9.2. Núcleo de Violência Doméstica

| AUTOS Nº | ASSUNTO | DATA |
|---|---|---|
| 577501-2015.9 | Reunião de organização do ato público a ser realizado em função da 2ª etapa da Campanha Justiça pela Paz em Casa. | 26/05/2015<br>27/05/2015 |
| 573895-2015.4 | Reunião com as Deputadas da Bancada Feminina da Alesc e Cepevid. | 06/05/2015 |
| 005881-2015 | Reunião com a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Mulher para discutir como será o evento público de encerramento da campanha “Justiça pela Paz em Casa”. | 10/06/2015 |
| 565579-2014.8 | Ações para o enfrentamento da violência contra a Mulher. | 12/02/2015 |
| 009960-2015 | Tratamento ao agressor. | 27/08/2015 |
| 573567-2015.0 | Apoio ao Projeto de Lei n. 122/2013, que trata do Observatório da Violência contra a Mulher – SC. | 31/03/2015 |

| | | |
|---|---|---|
| 565579-2014.8 | Mutirão Mulher em Março. | 12/02/2015 31/03/2015 |
| 005881-2015 | Ato público de encerramento da semana da Campanha "Justiça pela Paz em casa". | 08/06/2015 |

## 10. OFÍCIOS E OFÍCIOS-CIRCULARES EXPEDIDOS

NÚCLEO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA MUTIRÃO MULHER EM MARÇO (1ª ETAPA DA CAMPANHA "JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA").

### 10.1 Ofícios expedidos Mutirão Feminino

| OFÍCIO Nº | ASSUNTO | DATA |
|---|---|---|
| 04/CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ata de reunião realizada em 21/01/2015 com o Secretário de Justiça e Cidadania em exercício. | 26/01/15 |
| 05/CEPEVID-GP | Ofício encaminhado à Juíza de Direito da Vara de Execução Penal da comarca de Araranguá informando acerca da realização do Mutirão Carcerário Feminino, no período de 02 a 06 e 09 a 13 de março de 2015, em adesão à Campanha da Ministra Carmem Lúcia "Justiça pela Paz em Casa". | 18/02/2015 |
| 06/CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Tijucas, informando acerca da realização do Mutirão Carcerário Feminino, no período de 02 a 06 e 09 a 13 de março de 2015, em adesão à Campanha da Ministra Carmem Lúcia "Justiça pela Paz em Casa". | 18/02/2015 |
| 07/CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Juiz de Direito da Vara de Execução Penal da comarca de Itajaí, informando acerca da realização do Mutirão Carcerário Feminino, no período de 02 a 06 e 09 a 13 de março de 2015, em adesão à Campanha da Ministra Carmem Lúcia "Justiça pela Paz em Casa". | 18/02/2015 |
| 08/CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Jaraguá do Sul, informando acerca da realização do Mutirão Carcerário Feminino, no período de 02 a 06 e 09 a 13 de março de 2015, em adesão à Campanha da Ministra Carmem Lúcia "Justiça pela Paz em Casa". | 18/02/2015 |
| 09/CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Mafra, informando acerca da realização do Mutirão Carcerário Feminino, no período de 02 a 06 e 09 a 13 de março de 2015, em adesão à Campanha da Ministra Carmem Lúcia "Justiça pela Paz em Casa". | 18/02/2015 |
| 10/CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Porto União, informando acerca da realização do Mutirão Carcerário Feminino, no período de 02 a 06 e 09 a 13 de março de 2015, em adesão à Campanha da Ministra Carmem Lúcia "Justiça pela Paz em Casa". | 18/02/2015 |
| 11/CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Juiz de Direito da Vara de Execução Penal da comarca de Caçador, informando acerca da realização do Mutirão Carcerário Feminino, no período de 02 a 06 e 09 a 13 de março de 2015, em adesão à Campanha da Ministra Carmem Lúcia "Justiça pela Paz em Casa". | 18/02/2015 |
| 12/CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Juiz de Direito da Vara de Execução Penal da comarca de Videira, informando acerca da realização do Mutirão Carcerário Feminino, no período de 02 a 06 e 09 a 13 de março de 2015, em adesão à Campanha da Ministra Carmem Lúcia "Justiça pela Paz em Casa". | 18/02/2015 |

| | | |
|---|---|---|
| 13/2015 - CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Chapecó, informando acerca da realização do Mutirão Carcerário Feminino, no período de 02 a 06 e 09 a 13 de março de 2015, em adesão à Campanha da Ministra Carmem Lúcia "Justiça pela Paz em Casa". | 18/02/2015 |
| 14/2015 – CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Concórdia, informando acerca da realização do Mutirão Carcerário Feminino, no período de 02 a 06 e 09 a 13 de março de 2015, em adesão à Campanha da Ministra Carmem Lúcia "Justiça pela Paz em Casa". | 18/02/2015 |
| 15/2015 - CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Joaçaba, informando acerca da realização do Mutirão Carcerário Feminino, no período de 02 a 06 e 09 a 13 de março de 2015, em adesão à Campanha da Ministra Carmem Lúcia "Justiça pela Paz em Casa". | 18/02/2015 |
| 16/2015 - CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Rio do Sul, informando acerca da realização do Mutirão Carcerário Feminino, no período de 02 a 06 e 09 a 13 de março de 2015, em adesão à Campanha da Ministra Carmem Lúcia "Justiça pela Paz em Casa". | 18/02/2015 |
| 17/2015 – CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Juiz de Direito da 1ª Vara Crime da comarca de Lages, informando acerca da realização do Mutirão Carcerário Feminino, no período de 02 a 06 e 09 a 13 de março de 2015, em adesão à Campanha da Ministra Carmem Lúcia "Justiça pela Paz em Casa". | 18/02/2015 |
| 18/2015 - CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Juiz de Direito da 2ª Vara Crime da comarca de Lages, informando acerca da realização do Mutirão Carcerário Feminino, no período de 02 a 06 e 09 a 13 de março de 2015, em adesão à Campanha da Ministra Carmem Lúcia "Justiça pela Paz em Casa". | 18/02/2015 |
| 19/2015 - CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Juiz de Direito da Vara de Execução Penal da comarca de Criciúma, informando acerca da realização do Mutirão Carcerário Feminino, no período de 02 a 06 e 09 a 13 de março de 2015, em adesão à Campanha da Ministra Carmem Lúcia "Justiça pela Paz em Casa". | 18/02/2015 |
| 20/2015 – CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Juiz de Direito da 2ª Vara Crime da comarca de Tubarão, informando acerca da realização do Mutirão Carcerário Feminino, no período de 02 a 06 e 09 a 13 de março de 2015, em adesão à Campanha da Ministra Carmem Lúcia "Justiça pela Paz em Casa". | 18/02/2015 |
| 21/2015 - CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Juiz de Direito da Vara de Execução Penal da comarca de Joinville, informando acerca da realização do Mutirão Carcerário Feminino, no período de 02 a 06 e 09 a 13 de março de 2015, em adesão à Campanha da Ministra Carmem Lúcia "Justiça pela Paz em Casa". | 18/02/2015 |
| 22/2015 – CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Juiz de Direito da Vara de Execução Penal da comarca da Capital Criciúma, informando acerca da realização do Mutirão Carcerário Feminino, no período de 02 a 06 e 09 a 13 de março de 2015, em adesão à Campanha da Ministra Carmem Lúcia "Justiça pela Paz em Casa". | 18/02/2015 |
| 25/2015 - CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Juiz de Direito da 3ª Vara Crime da comarca de Blumenau, informando acerca da realização do Mutirão Carcerário Feminino, no período de 02 a 06 e 09 a 13 de março de 2015, em adesão à Campanha da Ministra Carmem Lúcia "Justiça pela Paz em Casa". | 18/02/2015 |

| | | |
|---|---|---|
| 28/2015 - CEPEVID-GP | Ofício encaminhado à Ministra Cármen Lúcia enviando um kit com as camisetas e as atividades que serão desenvolvidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina durante o mês de março, em adesão à Campanha “Justiça pela Paz. em Casa”. | 27/02/2015 |
| 48/2015 - CEPEVID-GP | Ofício encaminhado à Secretária de Estado de Justiça e Cidadania, enviando exemplares da Cartilha Câmara de Monitoramento Local, cumprindo determinação que o Ministério da Justiça/Brasília formulou para disseminar seu conteúdo (Autos n. 571599-2015.7). | 24/09/2015 |
| 49/2015 - CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Secretário de Segurança Pública de SC, enviando exemplares da Cartilha Câmara de Monitoramento Local, cumprindo determinação que o Ministério da Justiça/Brasília formulou para disseminar seu conteúdo (Autos n. 571599-2015.7 ). | 24/09/2015 |
| 50/2015 - CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Diretor do Deap – Diretor do Departamento de Administração Prisional de SC, enviando exemplares da Cartilha Câmara de Monitoramento Local, cumprindo determinação que o Ministério da Justiça/Brasília formulou para disseminar seu conteúdo (Autos n. 571599-2015.7). | 24/09/2015 |
| 51/2015 - CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Procurador -Geral da Justiça de SC, enviando exemplares da Cartilha Câmara de Monitoramento Local, cumprindo determinação que o Ministério da Justiça/Brasília formulou para disseminar seu conteúdo (Autos n. 571599-2015.7). | 24/09/2015 |
| 52/2015 - CEPEVID-GP | Ofício encaminhado à Defensoria Pública de SC, enviando exemplares da Cartilha Câmara de Monitoramento Local, cumprindo determinação que o Ministério da Justiça/Brasília formulou para disseminar seu conteúdo (Autos n. 571599-2015.7). | 24/09/2015 |
| 01/CEPEVID-GP (Ofício Circular) | Mutirão Mulher em Março – Dirigido aos Juízes de Direito e Substitutos. | 19/01/15 |
| 03/CEPEVID-GP (Ofício Circular) | Entrega do material e divulgação do Mutirão Mulher em Março – Dirigido ao Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. | 02/03/15 |
| 04/CEPEVID-GP (Ofício Circular) | Agradecimento pela adesão aos projetos “Mutirão Mulher em Março” e “Mutirão Carcerário Feminino”- Dirigido ao Juiz de Direito e Substituto com competência na área criminal, violência doméstica e familiar contra a mulher e na execução penal. | 17/03/15 |
| 2/CEPEVID-GP (Ofício) | Convite para palestrar no evento de encerramento das atividades de enfrentamento à violência contra a mulher no mês de março – Dirigido ao Ministra Cármen Lúcia. | 21/01/15 |
| 3/CEPEVID-GP (Ofício) | Reunião Preparatória para o evento de encerramento do mês da Mulher e Lançamento da Central Rosa – Dirigido ao Des. Nelson Schaefer Martins. | 26/01/15 |
| 32/CEPEVID-GP (Ofício) | Solicitação de autorização para que a juíza Amini Haddad Campos palestre no evento de encerramento do Mês da Mulher e de lançamento da Central Rosa, em Florianópolis/SC – Dirigido ao Des. Paulo da Cunha. | 09/03/15 |
| 34/CEPEVID-GP (Ofício) | Agradecimento pela participação no evento de encerramento Mês da Mulher e de lançamento da Central Rosa, realizado em Florianópolis, SC – Dirigido à Juíza Auxiliar da CGJ do Mato Grosso Amini Haddad Campos. | 06/04/15 |
| 124/CEPEVID-GP (Ofício) | Solicitação de providências – Mutirão Mulher em Março (MMM) – Dirigido ao Des. Nelson Schaefer Martins. | 16/12/15 |
| 32/CEPEVID-GP (Ofício) | Solicitação de autorização para que a juíza Amini Haddad Campos palestre no evento de encerramento do Mês da Mulher e de lançamento da Central Rosa, em Florianópolis/SC – Dirigido ao Des. Paulo da Cunha. | 09/03/15 |

## 10.2 Ofícios referentes à 2ª etapa da Campanha pela Paz em Casa

| OFÍCIOS Nº | ASSUNTO | DATA |
|---|---|---|
| 39/2015 - CEPEVID-GP | Cerimônia de abertura e palestra para a rede municipal de ensino – Dirigido ao Secretário Estadual de Educação Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. | 01/06/15 |
| 40/2015 - CEPEVID-GP | Apoio à "Campanha Justiça Pela Paz em Casa" - Dirigido ao Juiz de Direito de Segundo Grau Odson Cardoso Filho. | 03/06/15 |
| 43/2015 - CEPEVID-GP | Iluminação Especial - "Campanha Justiça Pela Paz em Casa" - Dirigido ao Des. Nelson Schaefer Martins. | 06/06/15 |
| 06/CEPEVID- GP (Ofício Circular) | "Campanha Justiça Pela Paz em Casa" (3 a 7.8.15) | 27/05/15 |
| 07/CEPEVID- GP (Ofício Circular) | "Campanha Justiça Pela Paz em Casa" (3 a 7.8.15) | 29/05/15 |

## 10.3 Ofícios via e-mail referentes à 2ª etapa da Campanha pela Paz em Casa

| | ASSUNTO |
|---|---|
| Desa. Salete Silva Sommariva – 30/07/15 | Agradece convite e informa representação. |
| Transporte – 31/07/15 | Solicita veículo oficial e motorista para palestra. |
| Diane Dobner – 24/07/15 | Solicitação de materiais. |
| CEPEVID – 04/08/15 | Projeto Violência contra a Mulher – Comarca Meleiro. |
| Presidência CEPEVID – 25/06/15 | Reuniões Regionais da 2ª etapa da Campanha "Justiça pela Paz em Casa". |
| Nidiara Aline Viapiana – 17/07/15 | Dia do Ato público – Falta de atividades para o dia. (03/08/15) |
| Transporte – 10/08/15 | Transporte de Faixa da Campanha Justiça pela Paz em Casa para comarca de Biguaçu. |
| CEPEVID – 11/08/15 | Fotografias relativas a palestras da 2ª etapa da Campanha "Justiça pela Paz em Casa" feitas pela Desa. Salete Silva Sommariva. |
| Lívia Francio Rocha Cobalchini – 12/08/15 | Solicitação de cartilhas sobre a Violência Doméstica. |
| Presidência CEPEVID – 01/07/15 | Mapeamento dos processos que foram julgados na segunda semana da Campanha "Justiça pela Paz em Casa". |
| Diretoria Geral Administrativa – 13/08/15 | Processo Administrativo n. 581677-2015.7 – Cientificação. |
| Gilmar Nicolau Lang – 21/08/15 | Solicitação de material (cartilhas, cartaz e camisetas). |
| CEPEVID – 24/08/15 | Lista de inscritos – Evento de Abertura realizado no dia 03/08/15. |
| CEPEVID – 01/07/15 | Convite – Solenidade de Abertura da 2ª etapa da Campanha Justiça pela Paz em Casa. |
| Comarca de Capinzal | Solicitação de material da Campanha "Justiça pela Paz em Casa" (cartilhas e folders). |
| Giovana Maria Caron Bósio – 30/06/15 | Solicitação de material da Campanha "Justiça pela Paz em Casa" (cartilhas e cartazes). |
| Presidência CEPEVID – 16/06/15 | Procedimento Administrativo n. 577501-2015 – Projeto Campanha "Justiça pela Paz em Casa", 2ª edição. |
| Andrêa Aparecida Cardoso Meurer – 01/07/15 | Solicitação de material da Campanha "Justiça pela Paz em Casa" (cartilhas e cartazes). |
| Anna Finke Suszek – 02/07/15 | Solicitação de material da Campanha "Justiça pela Paz em Casa" (cartilhas e cartazes). |

| | |
|---|---|
| Bruna Canella Becker Búrigo – Juíza de Direito – 26/06/15 | Solicitação de material da Campanha “Justiça pela Paz em Casa” (cartilhas e cartazes). |
| Leila Mara da Silva – Juíza de Direito – 02/07/15 | Solicitação de material da Campanha “Justiça pela Paz em Casa” (cartazes). |
| Carlos Eduardo Duarte – Presidente da Cia do Grito – 10/06/15 | Consulta sobre orçamento para apresentação artística no evento marcado para 03/08/15. |
| Presidência CEPEVID – 01/07/15 | Estratégias Campanha Violência contra a Mulher – Comarca de Itaiópolis. |
| Presidência CEPEVID – 06/07/15 | Solicitação de material da Campanha “Justiça pela Paz em Casa” (cartilhas e folders). |
| CEPEVID – 07/07/15 | Reunião – Preparação do Ato Público – 2ª etapa da Campanha “Justiça pela Paz em Casa”. |
| Marina Benvenutti – 08/07/15 | Solicitação de material da Campanha “Justiça pela Paz em Casa” (Cartilhas e folders). |
| CEPEVID – 08/07/15 | Solicitação de Apoio – Concurso de enfrentamento à violência contra a mulher. |
| CEPEVID – 05/06/15 | Reserva do salão do Júri para reunião dia 01/07/15. |
| CEPEVID – 05/06/15 | Solicitação de Serviços – Identidade Visual – 2ª etapa da Campanha Nacional “Justiça pela Paz em Casa” - Cepevid. (identidade visual aprovada) |
| CEPEVID – 27/05/15 | Solicitação de Serviços – Identidade Visual – 2ª etapa da Campanha Nacional “Justiça pela Paz em Casa” - Cepevid. |
| Michele de Souza Gomes Hugill – 25/05/15 | Solicitação de serviços 140/2015. |
| Michele de Souza Gomes Hugill – 08/06/15 | Solicitação de serviços 162/2015. |
| Michele de Souza Gomes Hugill – 09/06/15 | Solicitação de serviços 165/2015. |
| Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres – 12/06/15 | Concurso de vídeos Projovem. |
| CEPEVID – 03/07/15 | Encontro Regional de Lages para o dia 10/07/15. |
| Central de Penas e Medidas Alternativas de Criciúma – 08/07/15 | Solicitação de materiais (cartilhas e folders) para Encontro sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulheres no Fórum de Criciúma, dia 28/07/15. |
| CEPEVID – 08/07/15 | Solicitação de Apoio – Concurso de enfrentamento à violência contra a mulher. |
| CEPEVID – 13/07/15 | Solicitação que as artes relativas às faixas da Campanha “Justiça pela Paz em Casa” sejam enviadas à empresa que as confeccionará “Ação Fixa”. |
| CEPEVID – 13/07/15 | Convite Encerramento – 2ª etapa da campanha Justiça pela Paz em Casa. |
| CEPEVID – 14/07/15 | Encontros Regionais Tubarão e Criciúma – Campanha “Justiça pela Paz em Casa” |
| CEPEVID – 14/07/15 | Reunião acerca da publicidade da campanha “Justiça pela Paz em casa”, no dia 17/07/15. |
| CEPEVID – 17/06/15 | Reserva de sala para reunião 7º andar – dia 17/06/15. |
| Núcleo de Educação e Prevenção – 14/07/15 | Reunião na SED, dia 17/07/15. |
| CEPEVID – 13/07/15 | Solicitação de Serviços – Adesivo e Crachás – 2ª etapa da Campanha Justiça pela Paz em Casa |

| | |
|---|---|
| CEPEVID – 03/07/15 | Solicitação de Serviços 213/2015. |
| CEPEVID – 16/07/15 | Solicitação de Iluminação diferenciada na Ponte Hercílio Luz. |
| CEPEVID – 17/07/15 | Solicitação de material (Cartilhas Violência Doméstica e Dê um Basta na Violência). |
| CEPEVID – 20/07/15 | Solicitação de material (cartilhas e cartazes Violência Doméstica e Dê um Basta na Violência). |
| CEPEVID – 21/07/15 | Processo Administrativo n. 581794-2015.3 – contratação de grupo teatral - decisão |
| CEPEVID – 24/07/15 | Solicitação de materiais – Campanha "Justiça pela Paz em Casa" - 2ª etapa. |
| CEPEVID – 24/07/15 | Solicitação de materiais – campanha "Justiça pela Paz em Casa" - 2ª etapa, para Vara Criminal de Biguaçu. |
| Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – 24/07/15 | Participação do CEDIM/SC – Campanha Justiça pela Paz em Casa. |
| CEPEVID – 24/07/15 | Encaminhamento das estatísticas sobre violência contra a mulher em SC para o jornal. |
| CEPEVID – 27/07/15 | Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a Justiça pela Paz em Casa. (Estatísticas e resenha encaminhadas aos jornais catarinenses) |
| CEPEVID – 13/07/15 | Ação campanha "Justiça pela Paz em Casa" na Comarca de Rio Negrinho. |
| CEPEVID – 13/07/15 | Reportagem "União entre Poderes" - Fabiano Kutach. (Rio Negrinho) |
| Campanha Nacional Justiça pela Paz em Casa – 14/05/15 | Reunião 12/05 campanha Justiça pela Paz em Casa. |
| CEPEVID – 18/05/15 | Convite: Audiência Cepevid – Tribunal de Justiça – 27/05/15. |
| CEPEVID – 19/05/15 | Abertura da Campanha "Justiça pela Paz em Casa" que será realizado no Plenário da Alesc no dia 03/08/15. E solicitação de agendamento de uma reunião para apresentação da Campanha e definir detalhes. |
| CEPEVID – 19/05/15 | Orientação sobre a 2ª etapa da campanha "Justiça pela Paz em Casa". |
| CEPEVID – 20/05/15 | Reserva sala de reuniões do HS – 26/05/15. |
| CEPEVID – 20/05/15 | Convite – Reunião 26/05/15 – 2ª etapa da campanha "Justiça pela Paz em Casa". |
| CEPEVID – 22/05/15 | Confirmação da reserva do Plenarinho da Assembleia Legislativa para o dia 03/08/15. |
| CEPEVID – 25/05/15 | Reunião dia 26/05 – Solicitação de Projetor. |
| CEPEVID – 25/05/15 | Coordenadoria Estadual da Mulher (curriculum da coordenadora estadual da mulher, Célia Fernandes). |
| CEPEVID – 22/05/15 | Solicitação encadernação relatório campanha Justiça pela Paz em Casa. |
| Michele de Souza Gomes Hugill – 25/05/15 | Solicitação de Serviços 141/2015. |
| CEPEVID – 25/05/15 | Reunião dia 26/05 – Solicitação de Projetor. (Confirmação) |
| CEPEVID – 25/05/15 | Relatório final – Mutirão Mulher em Março. |
| CEPEVID – 28/05/15 | Solicitação de Serviços – Identidade Visual – 2ª etapa da campanha nacional "Justiça pela Paz em Casa" |
| CEPEVID – 28/05/15 | Criação de Grupo de E-mail – campanha Justiça pela Paz em Casa. |
| CEPEVID – 29/05/15 | Ata da Reunião – 27/05/15. |
| CEPEVID – 03/06/15 | Roteiro de viagens relativo à campanha "Justiça pela Paz em Casa". |
| CEPEVID – 01/06/15 | Cronograma dos encontros regionais e das palestras relativos a campanha "Justiça pela Paz em Casa". |

| | |
|---|---|
| Júlia Regina Farias de Mendonça Fileti – Assessora Jurídica – 15/06/15 | Confirmação de recebimento da cópia da decisão proferida nos autos n. 577501-2015.9 e demais documentos para conhecimento. |
| CEPEVID – 15/06/15 | Cópia da decisão proferida nos autos n. 577501-2015.9 e demais documentos para conhecimento. |
| CEPEVID – 16/06/15 | Convite para palestrar na cerimônia de abertura da campanha "Justiça pela Paz em Casa". |
| CEPEVID – 16/06/15 | Ofício Circular n. 6-15; cronograma de visitas as regiões. |
| CEPEVID – 16/06/15 | Solicita disponibilização de iluminação diferenciada na Ponte Hercílio Luz para campanha "Justiça pela Paz em Casa". |
| CEPEVID – 16/06/15 | Convite para participar da 2ª edição da campanha "Justiça pela Paz em Casa". |
| Campanha Nacional Justiça pela Paz em Casa – 20/05/15 | Encaminhamento do modelo de formulário elaborado após a reunião de 12/05/15. |
| Rosi Meire da Silva – 17/06/15 | Orçamento para a peça Boneca de Pano – Urgente. |
| Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres – 15/06/15 | Encaminhamentos da Planta do Terreno para construção da Casa da Mulher Brasileira. |
| Cerimonial TJSC – 19/06/15 | Reserva do Auditório do Tribunal Pleno – 03/08/15 |
| CEPEVID – 15/06/15 | Reuniões Regionais da 2ª etapa da Campanha "Justiça pela Paz em Casa". |
| CEPEVID – 16/06/15 | Retificação da data da reunião para o dia 30/06/15. |
| CEPEVID – 01/07/15 | Convite – Solenidade de Abertura da 2ª etapa da Campanha Justiça pela Paz em Casa, no dia 03/08/15. |
| CEPEVID – 26/06/15 | Solicitação de materiais – Campanha "Justiça pela Paz em Casa" – 2ª etapa. |

## 10.4 Ofícios Expedidos – Núcleo da Execução Penal

| | |
|---|---|
| CEPEVID 15/01/2015 | Convite para reunião em 21/01/2015 com o Secretário de Justiça e Cidadania e.e. Sr. Leandro Soares Lima. |
| CEPEVID 16/01/2015 | Encaminha cópia da Lei n. 16.539 de 23/12/2014 (publicada no Diário Oficial de Santa Catarina n. 19.972 de 31/12/2014). |
| CEPEVID 22/01/2015 | Convite para participar de reunião no dia 26/01/2015 às 15h no gabinete da Desa. Salete Silva Sommariva para tratar acerca do Monitoramento Eletrônico. |
| CEPEVID 20/02/2015 | Encaminhado e-mail para Dra. Alessandra Meneghetti para que informe o nome do secretário da Comarca de Araranguá do Mutirão Carcerário. |
| CEPEVID 23/02/2015 | Encaminhado e-mail para os juízes das comarcas que participarão do Mutirão Carcerário Feminino. |
| CEPEVID 24/02/2015 | Encaminhado e-mail para as comarcas que participarão do Mutirão Carcerário Feminino. |
| CEPEVID 25/02/2015 | Encaminhado e-mail para as comarcas que participarão do Mutirão Carcerário Feminino. |
| CEPEVID 26/02/2015 | Mutirão Carcerário Feminino |
| CEPEVID 27/02/2015 | Mutirão Carcerário Feminino |
| CEPEVID 27/02/2015 | Encaminhado Ofício n. 756/2014 – CNJ – Audiência de Custódia |
| CEPEVID 02/03/2015 | Mutirão Carcerário Feminino |
| CEPEVID 04/03/2015 | Solicita informações acerca da visita na UPA de Joaçaba marcada para o dia 10/03/2015 às 15h. |

| | |
|---|---|
| CEPEVID 09/04/2015 | Prorrogação do Contrato n. 082/2014 – Locação de Imóvel para abrigar a Central de Penas e Medidas Alternativas na Capital |
| CEPEVID 15/04/2015 | Encaminhado Ofício n. 99/2014/Aquisição de bomba d'água e gerador, conforme determinado no Mutirão Carcerário realizado naquela comarca de Rio do Sul |
| CEPEVID 13/05/2015 | Solicita-se acerca de financiamento na Embaixada da União Européia em Brasília para captar recursos especialmente a implantação do Projeto APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados |
| CEPEVID 18/05/2015 | Concessão de trabalho externo aos detentos da comarca de Itajaí. |
| CEPEVID 18/05/2015 | Encaminha cópia do Relatório Final do Mutirão Carcerário Feminino |
| CEPEVID 19/05/2015 | Convite para visita à construção do complexo penitenciário do Médio Vale (Blumenau) em 21/05/2015 às 10:30h. |
| CEPEVID 26/05/2015 | Comunicação da data da visita à APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Barracão/PR |
| CEPEVID 16/06/2015 | Convite para reunião no Gabinete da Desa. Salete Silva Sommariva na data de 08/07/2015 às 15h para tratar de assuntos relacionados ao Presídio Regional de Biguaçu |
| CEPEVID 19/06/2015 | Solicita informações acerca do apenado Rodrigo de Oliveira Teixeira – recolhido no Complexo Penitenciário de Canhanduba. |
| CEPEVID 19/06/2015 | Solicita informações acerca do apenado Thomas do Nascimento – recolhido no Complexo Penitenciário do Estado - COPE |
| CEPEVID 02/07/2015 | Encaminha ao Diretor de Planejamento, Organizações e Sistemas o PPA – Plano Plurianual referente às despesas relacionadas ao Núcleo de Execução Penal. |
| CEPEVID 06/07/2015 | Monitoramento Eletrônico |
| CEPEVID 06/07/2015 | Encaminha Relatório de Constatacão de Processos da 3ª Vara Criminal de Chapecó |
| CEPEVID 07/07/2015 | Convite para reunião no Gabinete da Desa. Salete Silva Sommariva na data de 08/07/2015 às 15h para tratar de assuntos relacionados ao COPE e Colônia Penal Agrícola de Palhoça. |
| CEPEVID 10/07/2015 | Consulta acerca de reunião com o Secretário de Estado da Fazenda. |
| CEPEVID 15/07/2015 | Encaminha Ofício Circular n. 010/2015/CNPCP/MJ que trata da inspeção prisional a ser realizada no período de 13 e 14 de agosto de 2015 no estado de SC. |
| CEPEVID 16/07/2015 | Encaminhado ofício ao Diretor Geral do Deap para desenvolvimento do novo plano operativo estadual de saúde no sistema prisional de SC. |
| CEPEVID 20/07/2015 | Encaminha Relatório de Constatacão de Processos da 3ª Vara Criminal de Chapecó. |
| CEPEVID 21/07/2015 | Solicita informações acerca do detento A. J. A. C. Transferido deste estado em 08/05/2015. |
| CEPEVID 22/07/2015 | Acompanhamento do HC n. 2014.006577-2 – paciente J. S. M. |
| CEPEVID 22/07/2015 | Encaminha informações acerca do Monitoramento Eletrônico no Estado de SC. |
| CEPEVID 23/07/2015 | Encaminha parecer exarado nos autos n. 422328-2011.4, sobre o Encontro Nacional do Encarceramento Feminino. |
| CEPEVID 29/07/2015 | Encaminha cópia digitalizada do Mutirão Carcerário de Tijucas ao Sr. Promotor de Justiça daquela comarca Luiz Mauro Cordeiro. |
| CEPEVID – 31/07/2015 | Monitoramento Eletrônico. |
| CEPEVID 04/08/2015 | Encaminha ofício do Conselho Italiano que trata de inspeção no estado de SC sobre garantias para o cumprimento de pena de Henrique Pizzolato. |
| CEPEVID 06/08/2015 | Encaminha briefing para elaboração do cartaz e folder de divulgação do Monitoramento Eletrônico no estado de SC. |

| | |
|---|---|
| CEPEVID 10/08/2015 | Encaminha informações acerca da coordenação do Projeto Monitoramento Eletrônico no âmbito da Secretaria de Justiça e Cidadania. |
| CEPEVID 18/08/2015 | Encaminha provimento que regulamenta o Monitoramento Eletrônico no TJSC. |
| CEPEVID 28/08/2015 | Reserva de Sala de Reunião. |
| CEPEVID 28/08/2015 | Encaminha informações acerca do procedimento de criação do conselho da comunidade da comarca de Rio Negrinho. |
| CEPEVID 31/08/2015 | Encaminha ofício sugerindo data para reunião. |
| CEPEVID 04/09/2015 | Reserva de Sala de Reunião. |
| CEPEVID 17/09/2015 | Solicitação informações acerca da atual situação da Cadeia Pública de Itapiranga. |
| CEPEVID – 23/09/2015 | Solicita informações acerca da conclusão do Complexo do Médio Vale (Blumenau). |
| CEPEVID 28/09/2015 | Encaminha ofício sugerindo data para reunião. |
| CEPEVID 30/09/2015 | Reserva de Sala de Reunião. |
| CEPEVID 04/10/2015 | Reserva de Sala de Reunião. |
| CEPEVID 05/10/2015 | Encaminha ofício sugerindo data para reunião. |
| CEPEVID 06/10/2015 | Encaminha elaboração do briefing do livrinho para colorir do Projeto “Criança Educada, Mundo Colorido”. |
| CEPEVID 09/10/2015 | Convite para participar da Comemoração do Dia da Criança e do Lançamento do Projeto “Criança Educada Mundo Colorido” no Presídio Feminino da Capital no dia 13/10/2015. |
| CEPEVID 15/10/2015 | Solicita informações acerca da detenta Maristela Terezinha Brunetto. |
| CEPEVID 16/10/2015 | Reunião para tratar acerca da Central de Triagem de São José com a Prefeita da comarca. |
| CEPEVID 16/10/2015 | Reunião para tratar da expansão do Projeto Audiência de Custódia no salão nobre da Presidência. |
| CEPEVID 23/10/2015 | Reunião para tratar da expansão do Projeto Audiência de Custódia no salão nobre da Presidência no dia 05/11/2015 às 10h. (cancelada) |
| CEPEVID 23/10/2015 | Convite para acompanhar a visita ao terreno para construção da Central de Triagem de São José em 28/10/2015 às 10h. |
| CEPEVID 26/10/2015 | Encaminha material de divulgação digital (folder e cartaz) do Monitoramento Eletrônico. |
| CEPEVID 27/10/2015 | Encaminha cópia da ata de Reunião realizada no Salão Nobre da Presidência – Solicitado. |
| CEPEVID 04/11/2015 | Cancelamento de reunião de 05/11/2015 (Expansão Audiência de Custódia). |
| CEPEVID 06/11/2015 | Convite para reunião para tratar acerca da relocação de vagas no sistema prisional da grande Florianópolis no Gabinete da Desa. Salete Silva Sommariva, no dia 10/11/2015 às 17:00h. |
| CEPEVID 06/11/2015 | Reunião com o Secretário de Estado da Casa Civil – Sr. Nelson Antonio Serpa, em 09/11/2015. |
| CEPEVID 12/11/2015 | Reserva da Sala de Reunião |
| CEPEVID 13/11/2015 | Encaminha informações solicitadas. |
| CEPEVID – 13/11/2015 | Convite para reunião com a presença da juíza da comarca de Barracão/PR e autoridades eclesiásticas para tratar acerca da implantação do Projeto APAC – Associaçãop de Proteção e Assistência aos condenados em SC. |
| CEPEVID – 16/11/2015 | Encaminhado Ofício 2126/2015/DMF, com a finalidade de autorizar a transferência de presos regularmente inscritos e habilitados para as provas do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio. |

| | |
|---|---|
| CEPEVID – 16/11/2015 | Solicita informação acerca da existência de presídios mistos no estado de SC. |
| CEPEVID – 20/11/15 | Encaminha cópia da ata de reunião da APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados no dia 16/11/2015 às 16h. |

### 10.5 Ofícios outros

| OFÍCIOS N. | ASSUNTO | DATA |
|---|---|---|
| 42/2015 - CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Secretário Adjunto de Justiça e Cidadania, reiterando a solicitação de informações acerca do desenvolvimento da confecção do novo plano operativo estadual de saúde, no sistema prisional de Santa Catarina (Autos n. 383596-2010.0). | 13/07/2015 |
| 44/2015 – CEPEVID-GP | Ofício encaminhado ao Presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça para implantação do Projeto Audiência de Custódia no Estado de Santa catarina, apresentado pelo Dr. Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para indicar representante que integrará o grupo de estudos. | 14/07/2015 |
| 47/2015 - CEPEVID-GP | Ofício encaminhado à Secretária de Estado de Justiça e Cidadania, convidando para participar da visita à Penitenciária da Capital (Autos n. 457378-2012.1). | 14/09/2015 |
| 35/2015 - CEPEVID-GP | Casa da Mulher Brasileira em Florianópolis e Coordenadoria Estadual da Mulher – Dirigido ao Governador do Estado João Raimundo Colombo. | 22/04/15 |
| 02/CEPEVID-GP (Ofício Circular) | Apresentação e Convite para adesão ao Projeto "Justiça Direito de Todos", com coleta de assinaturas – Dirigido aos Presidentes das Associações de Magistrados. | 26/01/15 |
| 1/CEPEVID-GP (Ofício) | Solicitação de apoio à pauta de assuntos inerentes à Cepevid- Dirigido ao Des. Nelson Schaefer Martins. | 14/01/15 |
| 29/CEPEVID-GP (Ofício) | Solicitação de liberação de Tridígito de Utilidade Pública – Dirigido ao Controle de Qualidade Superintendência Controle de Obrigações/SCO Agência Nacional de Telecomunicações. | 04/03/15 |
| 37/CEPEVID-GP (Ofício) | Comunicação da DPE-SC que deixará de atuar no Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher – Dirigido a Juíza Substituta do Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher Ana Luiza Schmidt Ramos Morais da Rosa. | 27/05/15 |
| 35/CEPEVID-GP (Ofício) | Monitoramento eletrônico para vítimas da Lei Maria da Penha – dirigido ao Secretário Adjunto Leandro Antônio Soares de Lima. | 08/05/15 |
| 08/CEPEVID- GP (Ofício Circular) | 3ª etapa da campanha da Justiça pela Paz em Casa | 11/11/15 |
| 09/CEPEVID- GP (Ofício Circular) | 3ª etapa da campanha da Justiça pela Paz em Casa | 11/11/15 |
| 10/CEPEVID-GP (Ofício Circular) | Apoio à campanha "ElesPorElas" (HeForShe) da Agência Nacional das Nações Unidas ONU Mulheres – Cientificação de decisão proferida nos autos supramencionados. | 04/12/15 |

## 11. RELATÓRIOS

### 11.1 Primeira Etapa da Campanha Justiça pela Paz em Casa

O relatório de conclusão da 1ª etapa da campanha Justiça pela Paz em Casa possui 137 páginas contendo:

a) Os projetos envolvidos na Campanha, como: Mutirão Mulher em Março, Central Rosa, Realização de Evento de Encerramento do "Mês da Mulher" e Lançamento da Central Rosa, sob a responsabilidade do Núcleo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. E o Mutirão Carcerário Feminino sob a responsabilidade do Núcleo de Execução Penal.

b) As ações, palestras e campanhas de conscientização.

O relatório indica os objetivos, identidade visual, material de divulgação e de apoio, as reuniões referentes às ações realizadas, de cada projeto. Apresenta ainda o resultado estatístico do julgamento de processos, além das campanhas realizadas nas Comarcas do Estado.

### 11.2 Segunda Etapa da Campanha Justiça pela Paz em Casa

A exemplo da 1ª etapa, a 2ª etapa da campanha concentrou seus esforços no julgamento de processos relativos à busca pela paz em casa, ressaltando a necessidade de dar prioridade aos processos criminais em que as mulheres sejam vítimas.

Além disso, foram realizadas palestras e acompanhamentos nas comarcas de Santa Catarina, com o objetivo de conscientizar e esclarecer pontos importantes em relação à violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como encontros regionais com algumas comarcas da circunscrição com o objetivo de aproximar os magistrados e servidores que atuam na área e, também, com o escopo de conhecer a estrutura e funcionamento das varas dos juizados da violência doméstica contra a mulher.

Por fim, realizaram-se ações dirigidas às escolas com o objetivo de diagnosticar as carências e identificar medidas que possam supri-las.

### 11.3 Terceira Etapa da Campanha Justiça pela Paz em Casa

Na reunião ocorrida no dia 8 de outubro de 2015, a Ministra Cármen Lúcia, Vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, sugeriu aos Tribunais de Justiça que realizassem a 3ª semana da campanha Justiça pela Paz em Casa, no período de 30 de novembro e 4 de dezembro de 2015. Promovendo ações de conscientização e de enfrentamento à violência contra a mulher, tais como: palestras, desenvolvimento de projetos, distribuição de materiais relativos ao tema, fortalecimento da rede de atendimento, entre outras ações que forem julgadas pertinentes ao tema.

Foi solicitado que, dentro do possível, seja priorizado o andamento dos processos-crime relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher durante o período mencionado, mediante designação de audiências, bem como julgamentos de processos conclusos e a realização de sessões do Tribunal do Júri, dentre outras ações sociais de conscientização e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

As comarcas que confirmaram participação na 3ª etapa foram: São Miguel do Oeste, Rio Negrinho, Curitibanos, Florianópolis (Tribunal do Júri e Juizado Especial), Jaraguá do Sul e Itaiópolis.

## 12. RESOLUÇÃO

Resolução Conjunta GP/CGJ n. 1/2015: a qual instituiu o Mutirão Mulher em Março.

## ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

### Planejamento estratégico

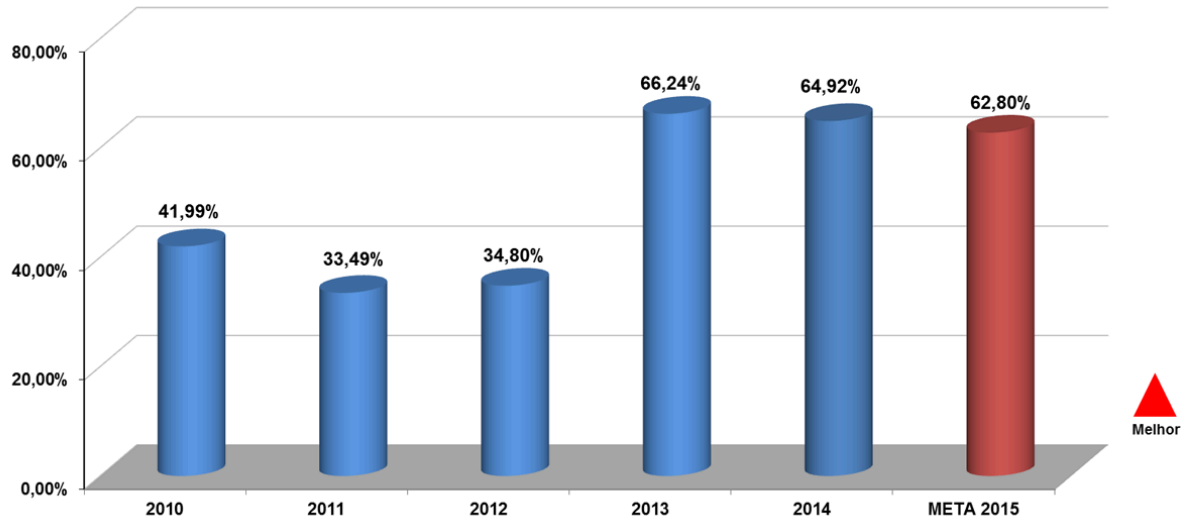
O Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina para o período de 2015 a 2020 (PE/PJSC/2015-2020), alinhado ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Nacional instituído pela Resolução CNJ n. 198, consta da Resolução TJ n. 28 (ESTADO DE SANTA CATARINA. Poder Judiciário, Tribunal de Justiça - TJSC. O inteiro teor das Resoluções editadas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina que são mencionadas neste documento estão disponíveis no Portal da Internet, no endereço eletrônico <http://app.tjsc.jus.br/buscatextual/index.jsp?cdSistema=1>), de 19 de novembro de 2014 e está representado pelo Mapa Estratégico que segue.




### Atuais indicadores estratégicos do PJSC

Perspectiva Cidadãos – CI

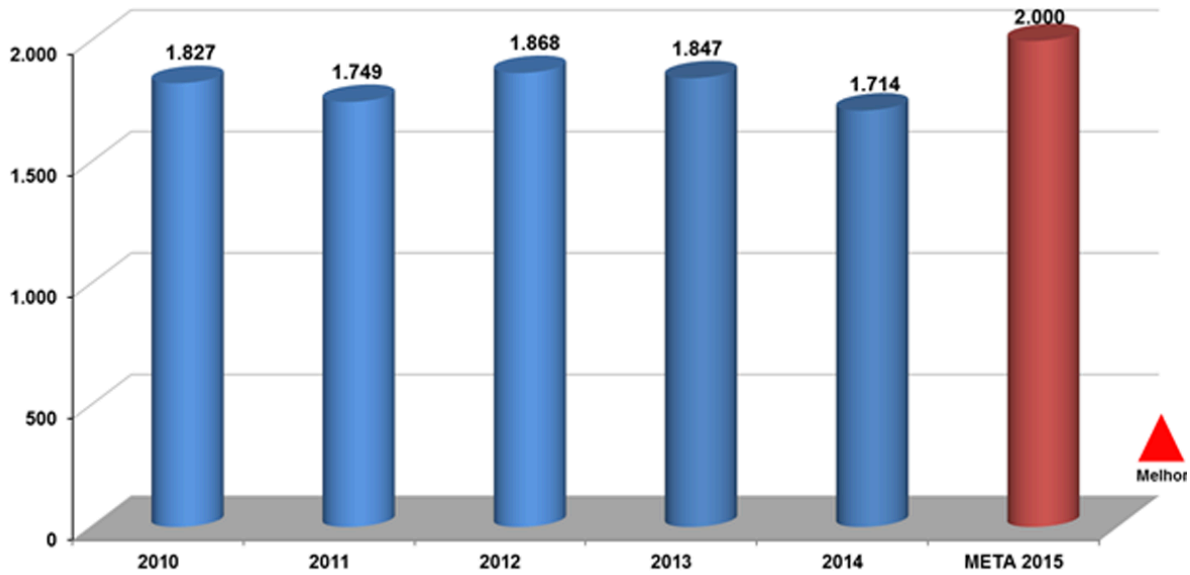
- CI 1 – **Garantir a humanização do atendimento e buscar satisfação dos cidadãos**
  - *CI 1.1 – Índice de satisfação do usuário*



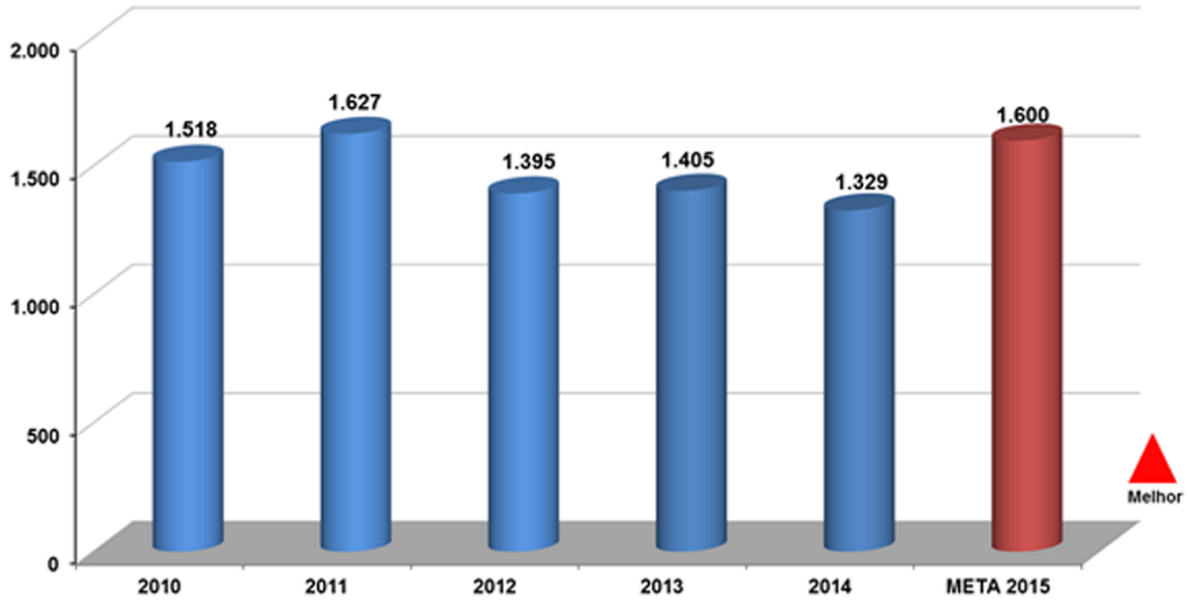

- CI 2 – **Aprimorar a comunicação institucional**
  - *CI 2.1 – Índice de matérias institucionais positivas*

Perspectiva Serviços – SE

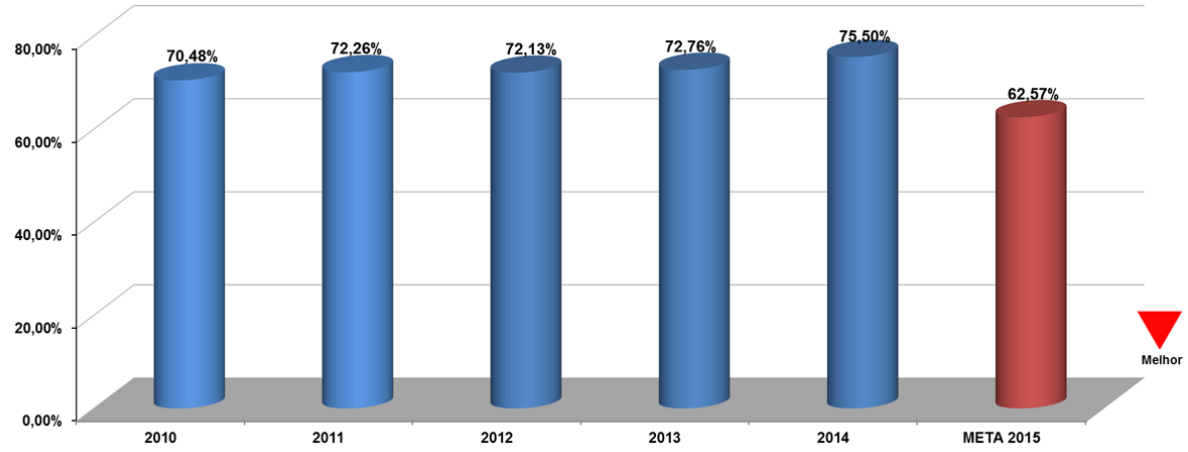
- SE 1 – **Tornar a atividade jurisdicional célere e efetiva**
  - *SE 1.1 – Tempo de tramitação dos processos baixados de primeiro grau*
  - *SE 1.2 – Tempo de tramitação dos processos baixados de segundo grau*
  - *SE 1.3 – Tempo da sentença nos processos de conhecimento de primeiro grau*
  - *SE 1.4 – Tempo da decisão terminativa de processo de segundo grau*
  - *SE 1.5 – Produtividade de juízes de primeiro grau*



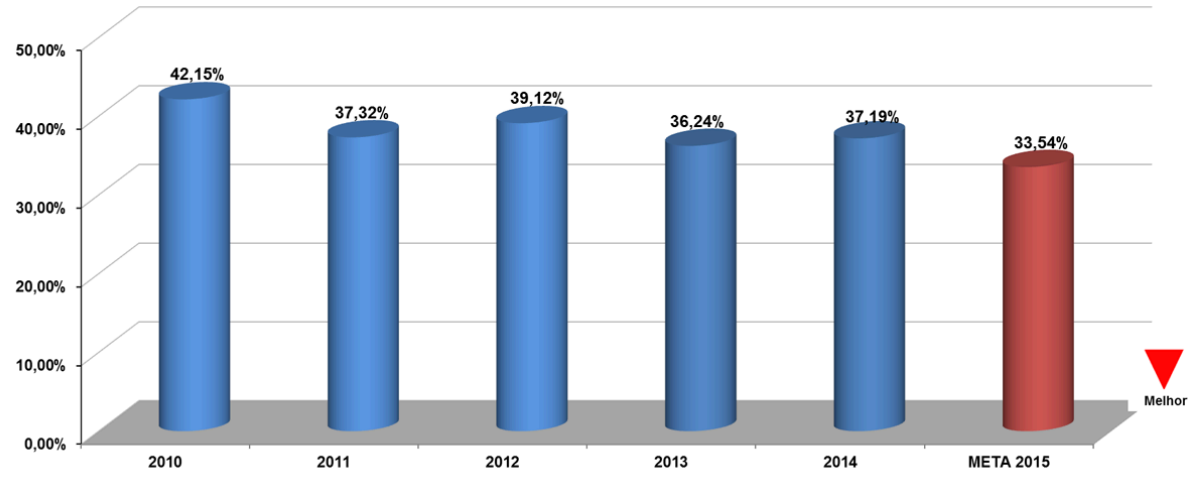

  - *SE 1.6 – Produtividade de desembargadores e juízes de segundo grau*




- *SE 1.7 – Índice de atendimento à demanda do primeiro grau*
- *SE 1.8 – Índice de atendimento à demanda do segundo grau*
- *SE 1.9 – Taxa de congestionamento no primeiro grau*




- *SE 1.10 – Taxa de congestionamento no segundo grau*



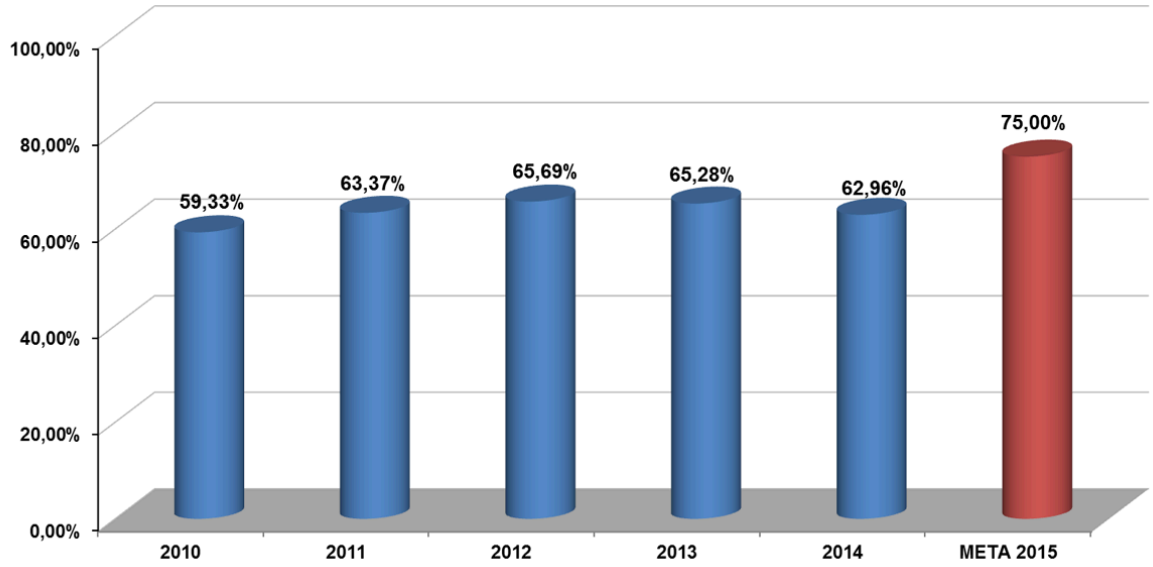

- SE 2 – **Aprimorar práticas autocompositivas**

- *SE 2.1 – Percentual de acordos realizados pelo sistema não adversarial*
- *SE 2.2 – Percentual de conflitos, na área cível, resolvidos por acordo*

- SE 3 – **Promover a cidadania e iniciativas de valor social**
  - *SE 3.1 – Tempo para resolução de ações de maior impacto social*
  - *SE 3.2 – Número de pessoas beneficiadas por serviços ou projetos sociojurídicos*

Perspectiva Pessoas e Recursos – PR

- PR 1 – **Desenvolver permanentemente conhecimentos, habilidades e atitudes**
  - *PR 1.1 – Percentual de colaboradores capacitados*
  - *PR 1.2 – Índice de efetividade da capacitação*
  - *PR 1.3 – Índice de satisfação dos colaboradores com relação às oportunidades de desenvolvimento profissional*
- PR 2 – **Fomentar ações para a melhoria da saúde e do clima organizacional**
  - *PR 2.1 – Índice de satisfação dos colaboradores*




  - *PR 2.2 – Percentual de dias de afastamento por motivo de saúde própria*
  - *PR 2.3 – Percentual de colaboradores afastados por motivo de saúde própria*
- PR 3 – **Assegurar soluções adequadas de tecnologia da informação e comunicação**
  - *PR 3.1 – Número de dias em que prazos processuais foram prorrogados em função da indisponibilidade do sistema*
  - *PR 3.2 – Índice de satisfação dos colaboradores em relação aos serviços de TIC*
- PR 4 – **Garantir infraestrutura adequada à prestação de serviços**
  - *PR 4.1 – Nota do plano de obras*

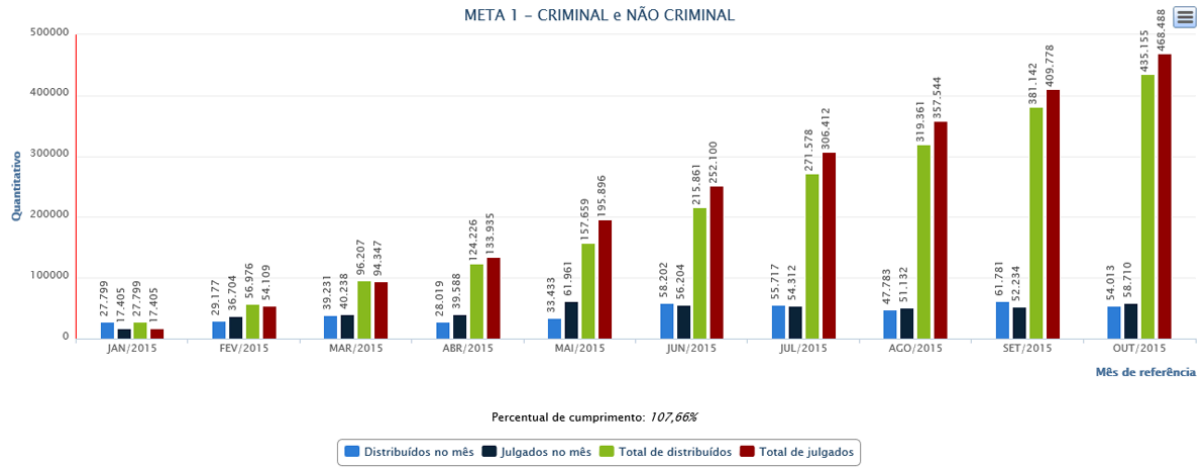
Perspectiva Gestão – GE

- GE 1 – **Disseminar a cultura do planejamento com ênfase no alinhamento estratégico assegurando a gestão participativa**
  - *GE 1.1 – Índice de unidades com planos de ação implementados*
- GE 2 – **Otimizar a aplicação dos recursos, estabelecendo prioridades para a execução da estratégia**
  - *GE 2.1 – Eficiência das contratações*
  - *GE 2.2 – Índice de efetividade dos projetos estratégicos*
- GE 3 – **Implementar a gestão por desempenho e assegurar a melhoria contínua dos processos de trabalho**
  - *GE 3.1 – Percentual de gestores capacitados em Gestão por Processos, considerando o total de unidades (varas, gabinete, seção etc)*
  - *GE 3.2 – Percentual de gestores utilizando a ferramenta*
- GE 4 – **Aperfeiçoar a comunicação interna**
  - *GE 4.1 – Índice de satisfação dos colaboradores em relação à comunicação interna*
- GE 5 – **Concretizar a gestão do conhecimento**
  - *GE 5.1 – Percentual de pessoal capacitado em Gestão do Conhecimento*

## Metas nacionais do Poder Judiciário 2015 e resultados

### Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos

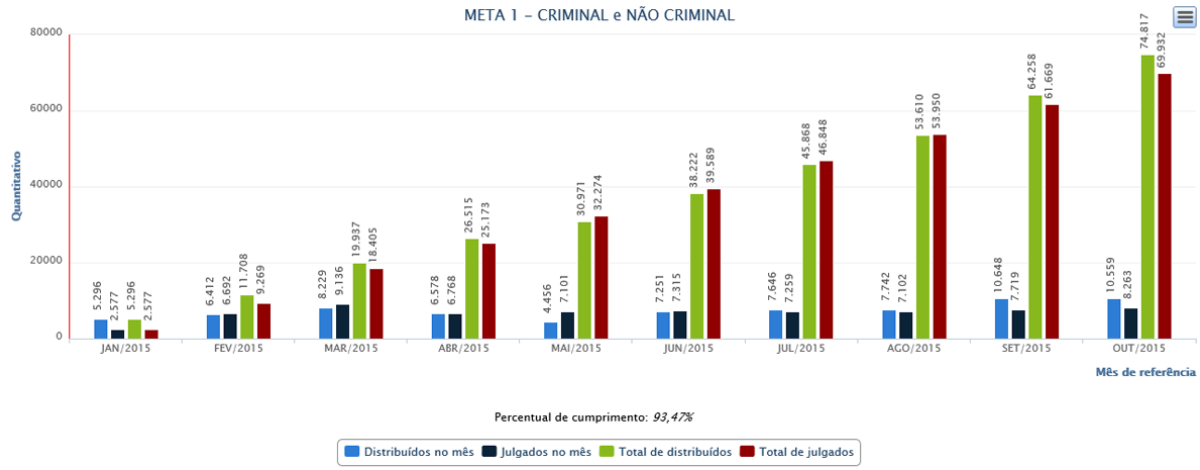
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.




**Instâncias**: 1º Grau comum , Turma de Uniformização, Juizados Especiais Cíveis, Juizados Especiais Criminais, Juizados Especiais da Fazenda Pública, Turmas Recursais Cíveis, Turmas Recursais Criminais, Turmas Recursais da Fazenda Pública

**Período de referência**: Em 2015

Relatório gerado às 13:41:5 do dia 23 de novembro de 2015



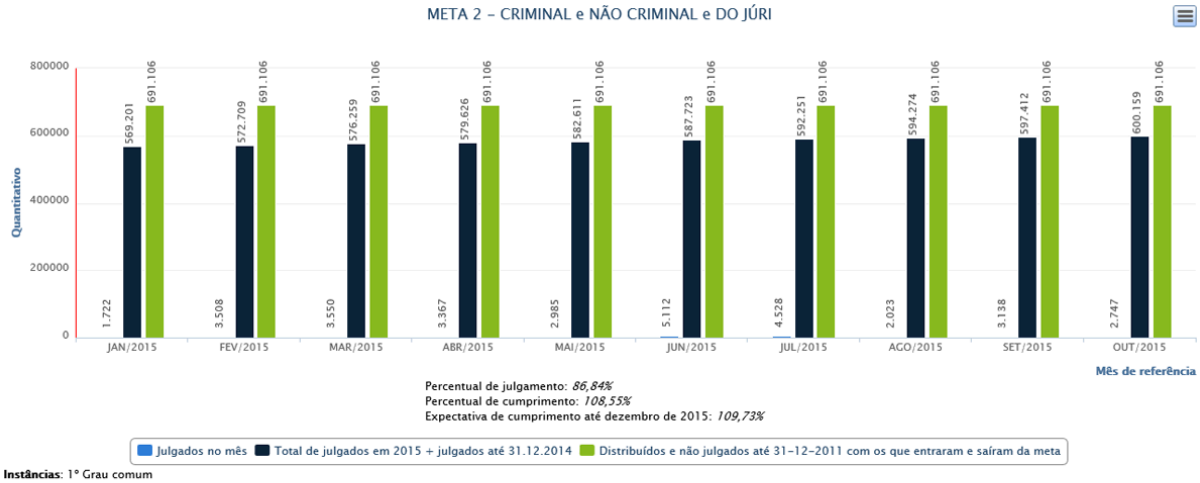

**Instâncias**: 2° Grau

**Período de referência**: Em 2015

Relatório gerado às 16:48:34 do dia 26 de novembro de 2015

## Meta 2 – Julgar processos mais antigos

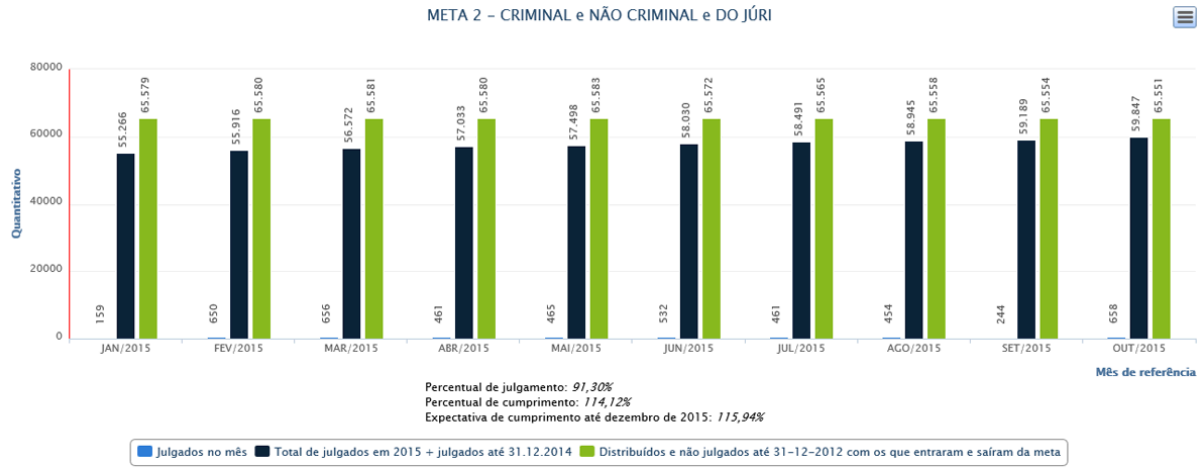
Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no primeiro grau, e até 31/12/2012, no segundo grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos juizados especiais e nas turmas recursais estaduais.




**Instâncias**: 1° Grau comum

**Período de referência**: Até 31-12-2011

Relatório gerado às 13:57:59 do dia 23 de novembro de 2015




**Instâncias**: 2° Grau

**Período de referência**: Até 31-12-2012

Relatório gerado às 16:51:33 do dia 26 de novembro de 2015

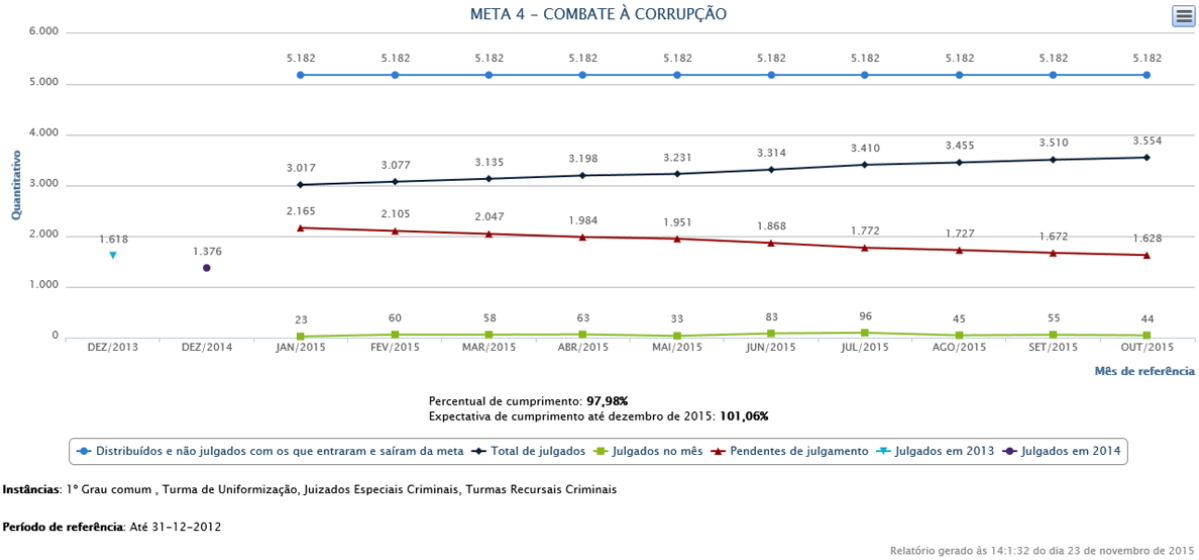
## Meta 3 – Aumentar os casos solucionados por conciliação

Impulsionar os trabalhos dos CEJUSCs e garantir aos Estados que já o possuem que, conforme previsto na Resolução CNJ n. 125/2010, homologuem acordos pré-processuais e conciliações em número superior à média das sentenças homologatórias nas unidades jurisdicionais correlatas. Aos que não o possuem, a meta é a implantação de número maior do que os já existentes.

| | Quantidade de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC instalados pelo Tribunal até 31 de dezembro de 2014 | Quantidade de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC instalados pelo Tribunal no mês de referência | Quantidade de CEJUSC instalados pelo Tribunal que, no período entre janeiro e o mês de referência, homologaram acordos pré-processuais e conciliações em número superior à média das sentenças homologatórias nas unidades jurisdicionais correlatas |
|---|---|---|---|
| | P3.7 | P3.8 | P3.9 |
| JAN | 9 | 0 | O TJSC ainda não dispõe de sistema adequado para informar este dado. |
| FEV | | 0 | O TJSC ainda não dispõe de sistema adequado para informar este dado. |
| MAR | | 0 | O TJSC ainda não dispõe de sistema adequado para informar este dado. |
| ABR | | 0 | O TJSC ainda não dispõe de sistema adequado para informar este dado. |
| MAI | | 0 | O TJSC ainda não dispõe de sistema adequado para informar este dado. |
| JUN | | 0 | O TJSC ainda não dispõe de sistema adequado para informar este dado. |
| JUL | | 1 | O TJSC ainda não dispõe de sistema adequado para informar este dado. |
| AGO | | 2 | O TJSC ainda não dispõe de sistema adequado para informar este dado. |
| SET | | 3 | O TJSC ainda não dispõe de sistema adequado para informar este dado. |
| OUT | | 3 | O TJSC ainda não dispõe de sistema adequado para informar este dado. |
| NOV | | 8 | O TJSC ainda não dispõe de sistema adequado para informar este dado. |
| DEZ | | 1 | O TJSC ainda não dispõe de sistema adequado para informar este dado. |

## Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa

Identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2012.

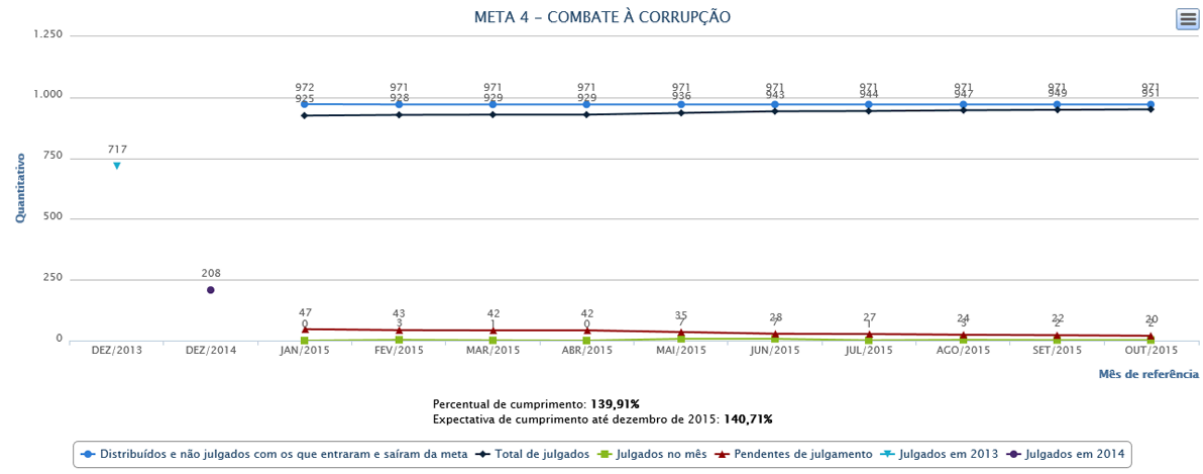



Percentual de cumprimento: **97,98%**
Expectativa de cumprimento até dezembro de 2015: **101,06%**

**Instâncias**: 1º Grau comum , Turma de Uniformização, Juizados Especiais Criminais, Turmas Recursais Criminais

**Período de referência**: Até 31-12-2012

Relatório gerado às 14:1:32 do dia 23 de novembro de 2015



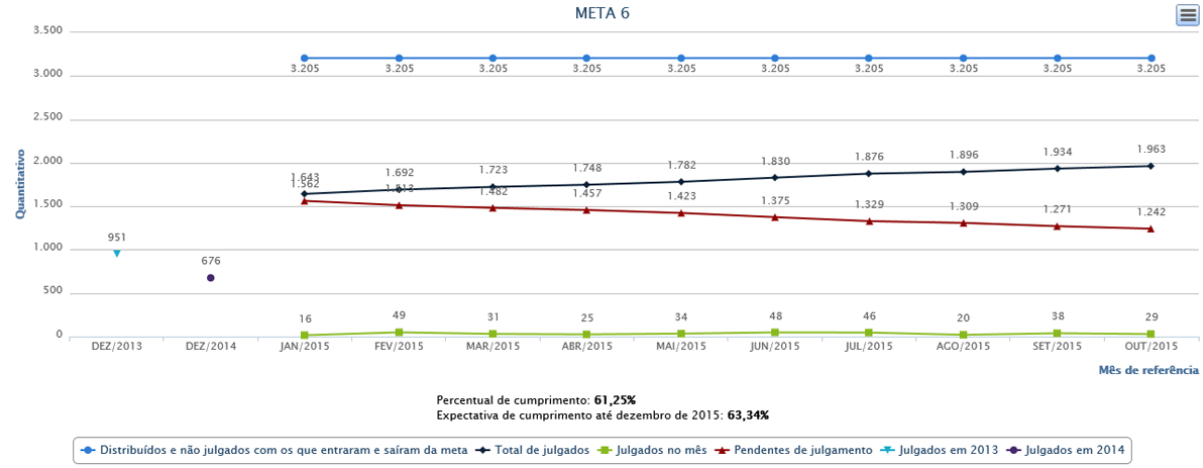

**Instâncias**: 2° Grau

**Período de referência**: Até 31-12-2012

Relatório gerado às 16:53:55 do dia 26 de novembro de 2015

## Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas

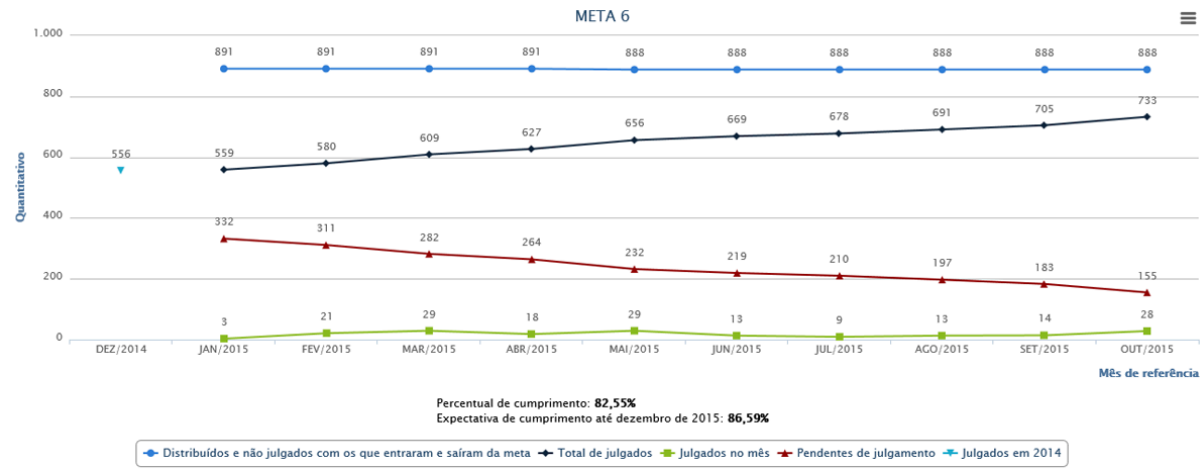
Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no primeiro grau, e até 31/12/2013, no segundo grau.




**Instâncias**: 1° Grau comum

**Período de referência**: Até 31-12-2012

Relatório gerado às 14:4:18 do dia 23 de novembro de 2015




**Instâncias**: 2° Grau

**Período de referência**: Até 31-12-2013

Relatório gerado às 16:56:12 do dia 26 de novembro de 2015

## Meta 7 – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos

Nos Tribunais de Justiça Estaduais, gestão estratégica das ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas.

## GERAR RELATÓRIO

| META 7 de 2015 | | |
|---|---|---|
| Mês de referência | % de cumprimento | Cumprimento da meta (acima de 90%) |
| SET/2015 | 78,79% | NÃO |

*Relatório gerado às 14:05:58 do dia 23 de Novembro de 2015.*

**Metas nacionais do Poder Judiciário propostas para 2016, definidas no 9º Encontro Nacional (Brasília/DF, 24 e 25 de novembro de 2015)**

**Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos**

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

**Meta 2 – Julgar processos mais antigos**

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012 no primeiro grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013 no segundo grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013 nos juizados especiais e turmas recursais.

**Meta 3 – Aumentar os casos solucionados por conciliação**

Aumentar o número de casos resolvidos por conciliação em relação ao ano anterior e aumentar o número de CEJUSCs.

**Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa**

Identificar e julgar até 31/12/2016, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2013.

**Meta 5 – Impulsionar processos à execução**

Identificar o número e a situação dos processos de execução até 31/12/2016.

**Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas**

Identificar e julgar, até 31/12/2016, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no primeiro grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no segundo grau.

**Meta 7 – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos**

Gerir estrategicamente as ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas

**Meta 8 – Implementar práticas de Justiça Restaurativa**

Implementar projeto com equipe capacitada para oferecer práticas de Justiça Restaurativa, implantando ou qualificando pelo menos uma unidade para esse fim, até 31/12/2016.

**Meta Específica 1 – Despesas**

Diminuir o valor da despesa por processo baixado em relação ao ano anterior, até 31/12/2016.

**Meta Específica 2 – Gestão por competências**

Mapear 100% das competências das funções da justiça de primeiro e segundo graus, até 31/12/2016, para subsidiar a implantação da gestão por competências.

**Gestão por projetos**

Metodologia

Com vistas à disponibilização de ferramentas aptas a auxiliar a gestão mais eficiente dos recursos públicos, a Assessoria de Planejamento – ASPLAN desenvolveu metodologia de gerenciamento de projetos própria para o Poder Judiciário catarinense, elaborada com base na experiência adquirida em gestão de projetos, na bibliografia, em especial no Guia PMBOK, e na experiência de outros órgãos públicos e da própria instituição.

Nesse sentido, a ASPLAN ficou responsável pelo gerenciamento dos projetos estratégicos do PJSC, assim designados pela Presidência do TJSC, bem como pela disseminação da ferramenta junto a outros setores da instituição.

É importante destacar que, ao adotar uma metodologia de gestão, a ASPLAN preza pela simplicidade e pelo respeito à cultura organizacional e tem como premissa o bom uso dos recursos públicos.

Projetos Estratégicos

Durante os anos de 2014 e 2015, a Assessoria de Planejamento atuou diretamente nos projetos estratégicos, assim denominados aqueles sob a responsabilidade direta do Gabinete da Presidência e que requerem envolvimento das diversas diretorias deste Tribunal.

Em linhas gerais, tem-se que a fase de iniciação dos projetos estratégicos compreende a identificação da necessidade, a autuação de processo administrativo e a aprovação do projeto pelo Patrocinador. A fase de planejamento é caracterizada pela verificação de disponibilidade de recursos (orçamentários e de pessoal), elaboração de cronograma e definição de responsáveis. A fase de execução reveste-se como o momento em que cada área efetivamente realiza as ações planejadas. A fase de controle acontece concomitantemente à fase de execução, por meio de reuniões semanais de acompanhamento de projetos, de interação/comunicação permanente entre as áreas e de documentação da execução de atividades e alterações. Por fim, a fase de encerramento ocorre quando o projeto é concluído e entra em operação. Nesta fase, além de se analisar a execução do escopo proposto para o projeto em sua completude, documentam-se as lições aprendidas, buscando a melhoria contínua da execução e do gerenciamento dos projetos e encerra-se o processo administrativo.

Abaixo, elencam-se os projetos estratégicos gerenciados pela ASPLAN no período de 2014 e 2015 e suas respectivas situações.

Projetos estratégicos encerrados em 2015:

- Instalação do Juizado Especial Cível da comarca de Palhoça;
- Instalação da 2ª Vara Criminal da comarca de Jaraguá do Sul;
- Instalação do 2°Juizado Especial Cível da comarca de Blumenau;
- Instalação da 2ª Vara da comarca de Pomerode;
- Instalação do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Concórdia;
- Instalação da Vara da Família, Infância, Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões da comarca de Gaspar;
- Inauguração da Unidade Judiciária de Cooperação – Juizado Especial Cível do Sul da Ilha – Capital;
- Instalação do CEJUSC de Lages;
- Instalação do CEJUSC de Brusque;

- Instalação do CEJUSC de Pomerode;
- Instalação do CEJUSC de Itapoá;
- Instalação do CEJUSC de Catanduvas;
- Instalação do CEJUSC de Palmitos;
- Reabertura do restaurante do TJSC;
- Ocupação do Fórum Fazendário de Joinville;
- Ocupação de imóvel para a comarca de Imbituba;
- Realização de reunião para apresentação do PPA 2016-2019;
- Implantação do Centro de Atendimento e Informações de São Miguel do Oeste.

Projetos estratégicos em andamento:

- Ocupação do novo prédio da Almirante Lamego;
- Reforma global do prédio do Arquivo Central;
- Ocupação do novo prédio do Arquivo Central;
- Ocupação do Fórum de Xanxerê;
- Implantação do controle de acesso em Blumenau;
- Instalação do CEJUSC na comarca de Tubarão;
- Instalação do CEJUSC na comarca de Meleiro;
- Instalação do CEJUSC na comarca de São Lourenço do Oeste;
- Instalação do CEJUSC na comarca de São Miguel do Oeste;
- Instalação do CEJUSC na comarca de Criciúma;
- Instalação do CEJUSC na comarca de Fraiburgo;
- Instalação do CEJUSC na comarca de Joinville;
- Instalação do CEJUSC na comarca de Rio do Sul;
- Instalação do CEJUSC na comarca de Xaxim.

Para o próximo ano, necessário se faz dar continuidade às práticas de gerenciamento de projetos estratégicos, zelando, ainda, por melhorias na metodologia.

Projetos Tático-Operacionais

Os projetos tático-operacionais são assim denominados por serem gerenciados no âmbito das diversas diretorias deste Tribunal, mas também impactam os resultados estratégicos.

Objetivando apoiar o gerenciamento desses projetos, a ASPLAN realizou o mapeamento do processo de trabalho de gerenciamento de projetos, disponibilizado no site institucional, que contempla as etapas e ações inerentes à atuação do gerente de projetos. No mesmo sentido, foram disponibilizados modelos personalizados ao PJSC.

A intenção é disponibilizar esse material aos diretores, assessores técnicos e demais gerentes de projetos, de forma a servir de guia para que cada área seja bem-sucedida nas fases de iniciação, planejamento, execução e encerramento dos projetos tático-operacionais.

Com relação à fase de controle, e com vistas ao aprimoramento da metodologia proposta, a Assessoria de Planejamento pretende promover reuniões periódicas entre gerentes de projetos e de corpo diretivo.

Capacitação em Gerenciamento de Projetos

Com o objetivo de disseminar a metodologia de gerenciamento de projetos e capacitar diretores, assessores técnicos e demais gerentes de projetos, por solicitação da ASPLAN, a Academia Judicial promoveu, em 2014 e 2015, 1 turma do Curso de Gerenciamento de Projetos e 2 turmas do Curso de MS Project 2010, que resultaram na capacitação de mais de 70 servidores.

Ademais, foram realizadas capacitações com instrutores da ASPLAN, a pedido de outras unidades, que contaram com a participação de representantes da Diretoria de Material e Patrimônio, da Diretoria de Orçamento e Finanças, da Diretoria de Recursos Humanos, da Diretoria de Infraestrutura, da Corregedoria-Geral da Justiça e da Coordenadoria de Execução Penal e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o que resultou na apresentação da metodologia e de suas ferramentas a mais de 50 servidores da instituição.

**Gestão de processos de trabalho e apoio à Gestão**

As atividades mais relevantes com atribuições direcionadas à Gestão de Processos de Trabalho e ao apoio à gestão das unidades estão apresentadas na tabela a seguir. Ainda, na busca da significação das referidas atividades, são apresentados os objetivos de cada uma delas.

Das atividades listadas, subdivididas nos temas Gestão de Processos de Trabalho, Gestão de Pessoas por Competências e Apoio à Gestão, percebe-se que têm, como foco principal, a melhoria do desempenho das unidades do Poder Judiciário de Santa Catarina – PJSC. Tal percepção é justificada pelo entendimento dos seus assessores quanto à necessidade de fomento à gestão das unidades do PJSC, corroborada pelas constatações e orientações do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (CNJ-Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas <http://cnj.jus.br/noticias/cnj/80851-comissao-do-cnj-discute-projetos-para-melhorar-eficiencia-de-tribunais>, bem como por estudos de especialistas em Poder Judiciário (Ministro STJ Mauro Campbell Marques <http://www.conjur.com.br/2015-nov-15/entrevista-mauro-campbell-marques-presidente-comissao-desburocratizacao>; Juiz Ali Mazloum http://www.conjur.com.br/2015-mai-03/entrevista-ali-mazloum-juiz-federal-criminal-sao-paulo>; Lenio Luiz Streck <http://www.conjur.com.br/2013-ago-08/senso-incomum-juiz-nao-gestor-nem-gerente-juiz-julgar-bem>; Desembargador TRF1 Vladimir Passos de Freitas <http://www.conjur.com.br/2015-nov-08/segunda-leitura-lideranca-gestao-judiciario-partir-estudo-trf>; Desembargador TJRO Marcos Alaor Diniz Grangeia – A crise de Gestão do Poder Judiciário: o problema, as consequências e possíveis caminhos para a solução; Associação dos Magistrados do Brasil: Pesquisa da AMB aponta má gestão como culpada pela morosidade da Justiça; Associação dos Magistrados do Brasil: Artigo: Gestão no Poder Judiciário e novos paradigmas; Presidente da Escola Nacional da Magistratura Roberto Portugal Bacelar: A gestão é tudo no Judiciário; Faculdade Raimundo Marinho. Artigo: A nova gestão pública;IDESP-Instituto de desenvolvimento econômico de SP. Pesquisa: Ineficiência administrativa como causa da morosidade da Justiça; Revista Carta Capital. Judiciário brasileiro: caro e ineficiente).

**Atividades desenvolvidas**

| DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE | OBJETIVO |
|---|---|
| **Gestão por Processos de Trabalho** | |

| | |
|---|---|
| Conclusão do desenvolvimento da metodologia de Gestão de Processos de Trabalho do PJSC, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) | Implantar a metodologia de Gestão de Processos de Trabalho do PJSC, disponibilizando um referencial para a realização da melhoria contínua na gestão do dia a dia |
| Realização do mapeamento, diagnóstico, identificação de oportunidades de melhorias, definição de indicadores táticos e operacionais, estabelecimento de planos de ação, e o acompanhamento dos resultados, fomentando ciclos de melhoria contínua dos processos de trabalho de:<br>- Nomeação de Comissionados (do macroprocesso de Gestão do Capital Humano);<br>- Elaboração de Projetos Básicos e Planejamento do Atendimento das Demandas de Contratações (ambos do macroprocesso de Gestão de Bens Serviços e Convênios);<br>- Nomeação de Cargos Efetivos (do macroprocesso de Gestão do Capital Humano) | Melhorar o desempenho dos referidos processos de trabalho, direcionando-os ao incremento de seus resultados de acordo com as necessidades de seus clientes |
| Mapeamento e análise dos processos de trabalho:<br>- Planejamento de licitações;<br>- Locação, Ocupação, Desocupação e Devolução de imóveis da justiça de 1º grau;<br>- Reconhecimento de Demanda de Chamados Técnicos;<br>- Depósitos judiciais em atenção à Lei 151/2015; e<br>- Alinhamento do Plano de Gestão | Estruturar os referidos processos de trabalho e estabelecimento de padrão de execução das atividades |
| Realização de oficinas de sensibilização dos participantes a cada novo mapeamento | Contextualizar os participantes dos mapeamentos ao projeto, bem como o compartilhamento e disseminação da metodologia de Gestão de Processos de Trabalho do PJSC, motivando-os para implementar ações de melhoria nos processos de trabalho |
| Monitoramento dos indicadores táticos e operacionais, e da implementação de melhorias nos processos de trabalho de:<br>- Execução de Despesas;<br>- Reconhecimento de Demandas técnicas;<br>- Correspondências Processos e Malotes;<br>- Arquivamento de Processos;<br>- Nomeação de Efetivos;<br>- Nomeação de Comissionados;<br>- Licitação; e<br>- Elaboração de Projetos Básicos | Acompanhar o desempenho dos referidos processos de trabalho, motivando-os para a melhoria dos seus resultados |
| Estabelecimento de um núcleo institucional especializado na Gestão dos Processos de Trabalho do PJSC | Estabelecimento de Escritório de Processos, com o propósito de realizar a coordenação, normatização e execução das atividades relativas à Gestão de Processos de Trabalho |
| Criação do Portal dos Processos de Trabalho (acessível na página de Gestão Estratégica do site do PJSC).<br>Neste espaço, também foi disponibilizada a metodologia de Gestão de Processos, com o Marco Metodológico, Convenção de Linguagem, os modelos padronizados de documentos e a Cadeia de Valor do PJSC, bem como as diretrizes e a Cadeia de Valor do Escritório de Processos | Divulgar a Cadeia de Valor do PJSC, os processos de trabalho que estão submetidos à melhoria contínua, a metodologia e as diretrizes do Escritório de Processos |

| | |
|---|---|
| **Gestão de Pessoas por Competências** | |
| Participação no mapeamento das competências gerenciais | Identificar as competências gerenciais essenciais dos gestores do PJSC, potencializando, futuramente, a elaboração de um plano de desenvolvimento de magistrados e servidores com a função de chefia, bem como a implementação de uma política de Recursos Humanos orientada pela meritocracia, em consonância com as orientações do CNJ |
| Elaboração das competências organizacionais, em conjunto com corpo de gestores do PJSC | Definir as competências organizacionais do PJSC, possibilitando o desenvolvimento de seus magistrados e servidores nos seguintes aspectos:<br>- Excelência nas relações com o cidadão;<br>- Intervenção propositiva para a resolução de conflitos;<br>- Consciência pública, social e ambiental;<br>- Conhecimento multidisciplinar;<br>- Inovação e desenvolvimento da gestão do Judiciário |
| **Apoio à Gestão** | |
| Apoiar a gestão da DEA, desenvolvendo, em conjunto com a Assessoria Técnica da DEA, o projeto de Adequação das atividades administrativas e técnicas da Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA, frente ao novo modelo organizacional | Estabelecer, em conjunto com os gestores, plano de ações visando à melhoria na prestação de serviços (planejamento, acompanhamento e controle de demandas; comunicação; e pessoas) |
| Proposição de critérios técnicos e de processo de trabalho para a avaliação de pedidos de alterações de estruturas funcionais da Secretaria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina | Possibilitar que a Administração, quando analisar demandas de alteração organizacional e funcional, tenha informações técnicas relevantes para apoiar a decisão |
| Análise das solicitações de reestruturação das Diretorias de Engenharia e Arquitetura, Saúde, e Conselho Gestor do Sistema dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos, e CEPEVID. | Analisar as solicitações segundo critérios técnicos, tendo por referencial os processos de trabalho estabelecidos nas unidades. |
| Realização de *benchmarking* com o setor de Engenharia do Banco do Brasil – BB | Conhecer a estrutura e procedimentos do BB, visando identificar práticas que possam incrementar o processo de contratação de empresas e serviços de engenharia e arquitetura pelo PJSC |
| Colaboração com a DEA para a elaboração do Plano de obras do PJSC, disciplinado pela Resolução 114/2010-CNJ | Estabelecer, em consonância com as orientações do CNJ, o Plano de Obras do PJSC, o qual apoiou ainda a elaboração do Plano Plurianual de Investimentos – PPA - 2016-2019 |
| Colaborar com a Secretaria de Gestão Socioambiental para a elaboração do Plano de Logística Sustentável | Estabelecer, em consonância com as orientações do CNJ, o Plano de Logística Sustentável do PJSC |

| | |
|---|---|
| Colaborar com a DMP para a elaboração do Planejamento Institucional de Licitações | Estabelecer o Plano de Licitações do PJSC, fomentando o planejamento as atividades relativas às contratações, tanto na DMP como nas unidades requisitantes |
| Colaborar com a realização de diagnóstico de oportunidades de melhorias para a gestão na Asplan, utilizando o método MCDA | Estabelecer um modelo de avaliação do desempenho para apoiar a gestão da Asplan |

**Projeto "Estudos das Demandas Judiciais"**

Para transformar a deficiência estrutural e diante da "*necessidade de se estabelecer procedimento único e de se arrolar critérios de avaliação permanente para sustentar posterior revisão e ajustes na estrutura judiciária*" foi editada a Resolução TJ n. 28, de 6 de outubro de 2010, a partir do que é desenvolvido o projeto de "Estudos das demandas judiciais do Estado de Santa Catarina – Cenários" (ou somente Projeto Cenários), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que produz a cada ano, desde 2007, relatório comparativo do movimento forense de cada subseção, região, circunscrição, comarca, com ênfase na distribuição de processos judiciais, bem como a projeção de demandas futuras (atualmente até o ano de 2022).

De modo conciso, o Projeto Cenários, por meio de análise de diversas variáveis socioeconômicas e processuais, busca estabelecer posicionamento das unidades judiciárias que, de forma premente, necessitam da intervenção da Administração na identificação das necessidades de cada unidade jurisdicional e, principalmente, indicação de instalação de unidades jurisdicionais, independentemente de provocação da parte interessada.

Identificadas as comarcas que se destacam pelo ingresso de novas demandas judiciais (série histórica e projeções), são confrontados os dados relacionados às naturezas processuais, a fim de balizar as decisões quanto a instalação de nova unidade judiciária. A análise pontual de cada vara e natureza processual da comarca é realizada por meio de reunião específica de grupo interdisciplinar, que possibilite observar detalhadamente outras variáveis que influenciem na projeção do crescimento da demanda.

A última edição do relatório – exercícios 2014/2015: ano-base 2013 (ESTADO DE SANTA CATARINA. Poder Judiciário. Assessoria de Planejamento: "*Estudo das demandas judiciais 2014: ano-base 2013*", Florianópolis, 2014. Disponível no endereço: http://www.tjsc.jus.br/web/gestao-estrategica/gestao-do-conhecimento/estudo-das-demandas-judiciais) – consta do processo administrativo n. 549380-2014.3, foi exibida ao Excelentíssimo Senhor Presidente e submetida, respectivamente, para exame e aprovação do Conselho de Gestão, de Modernização Judiciária e de Políticas Públicas e Institucionais e do Tribunal Pleno.

Com a utilização de informações contidas no relatório, durante o ano de 2015 foram instaladas 6 (seis) novas unidades judiciárias de primeiro grau – por ordem alfabética de comarcas: Blumenau (2º Juizado Especial Cível), Concórdia (Juizado Especial Cível e Criminal), Gaspar (Vara da Família, Infância, Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões), Jaraguá do Sul (2ª vara criminal), Palhoça (Juizado Especial Cível) e Pomerode (2ª vara).

A instalação das ditas unidades judiciárias seguiu a metodologia explicitada alhures, no item "Gestão por Projetos".

**Plano Plurianual 2016-2019**

Na Constituição Federal (art. 165) consta a determinação para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabeleçam planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais.

O PPA deve expor, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 120, § 1º da Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989 [CE/1989]).

Vale esclarecer:

**Plano Plurianual (PPA):** é lei de iniciativa do Poder Executivo, editada a cada 4 (quatro) anos, e deve ser encaminhado até 4 (quatro) meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro (art. 35, I, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias [ADCT], CE/1989). O ano de 2015 é o primeiro ano do mandato do Governador do Estado eleito em 2014. O exercício financeiro se encerra no dia 31 de dezembro de cada ano. Por isso, o prazo para envio do projeto de lei, pelo Governador do Estado para a Assembléia Legislativa se encerra em 31 de agosto.

**Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):** o projeto de lei deve ser elaborado anualmente pelo Poder Executivo e precisa ser encaminhado para a Assembléia Legislativa até 8 (oito) meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (art. 35, II, ADCT, CE/1989), ou seja, até o dia 15 de abril de cada ano. O projeto da LDO deve ter como base o PPA e indicar as políticas e respectivas prioridades para o exercício seguinte.

**Lei Orçamentária Anual (LOA):** com base na LDO o Poder Executivo elabora a proposta orçamentária para o ano seguinte. A Constituição Estadual (art. 35, III, CE/1989) determina que o Governador do Estado é obrigado a encaminhar o projeto de lei orçamentária para a Assembléia Legislativa até 3 (três) meses antes do encerramento do exercício financeiro (até 30 de setembro de cada ano). A LOA tem como principais objetivos estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro.

A proposta de PPA 2016-2019 foi elaborada com base em diretrizes oriundas do novo mapa estratégico e o alinhamento do planejamento estratégico do PJSC com o planejamento estratégico do Poder Judiciário nacional, de que trata a Resolução TJ n. 28, de 19 de novembro de 2014, e da manifestação de necessidades encaminhadas por todas as Direções de Foros.



Para comunicar o conteúdo da proposta de PPA 2016-2019, foi realizado *workshop* na Capital, nos dias 9 e 10 de julho de 2015, com a participação de cerca de 250 magistrados e servidores do primeiro e do

segundo graus.

## ASSESSORIA DE PRECATÓRIOS

### 1. ATRIBUIÇÕES

A Assessoria de Precatórios, vinculada ao Gabinete da Presidência, tem suas atribuições fixadas pela Resolução n. 10/2013-GP:

I. verificar mensalmente o cadastro dos índices de atualização utilizados no Sistema de Precatórios;
II. cadastrar no Sistema de Precatórios os novos processos que dão entrada no protocolo do Tribunal de Justiça, movidos contra o Estado de Santa Catarina, o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina — IPREV, o Departamento de Estradas de Rodagem — DER, o Instituto Nacional de Seguridade Social — INSS — e as Prefeituras;
III. expedir editais para publicação das decisões proferidas pelo Desembargador Presidente do TJ;
IV. comunicar aos órgãos devedores a inclusão dos precatórios em orçamento;
V. comunicar aos Juízes a inclusão do precatório em orçamento;
VI. comunicar aos Juízes os pagamentos dos precatórios;
VII. comunicar aos credores o pagamento do precatório;
VIII. dar cumprimento às decisões proferidas pelo Desembargador Presidente no tocante aos Precatórios;
IX. realizar os procedimentos necessários ao pagamento dos beneficiários;
X. prestar informações ao Presidente sobre o repasse dos recursos financeiros ao Tribunal de Justiça, pelos órgãos devedores, para a devida liberação aos destinatários;
XI. prestar informações às partes e seus representantes sobre o andamento dos precatórios;
XII. controlar o ingresso de valores destinados à quitação dos precatórios inseridos no Regime Especial de Pagamentos — Art. 97 ADCT - observando na distribuição dos valores, a lista unificada abrangendo o Tribunal de Justiça de Santa Catarina o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
XIII. noticiar ao Presidente do Tribunal de Justiça, qualquer atraso no repasse das parcelas anuais ou mensais das Entidades optantes do Regime citado no parágrafo anterior. (Artigo 33 da Resolução 115 do Conselho Nacional de Justiça);
XIV. controlar o ingresso de valores destinados à quitação dos precatórios inseridos no Regime Geral, observando na destinação dos valores, o cumprimento da ordem cronológica.
XV. atualizar mensalmente a Lista Unificada de Precatórios (TJSC, TRT e TRF) e a Lista de Precatórios do Regime Geral (TJSC);
XVI. anotar as prioridades por doença e idade aos credores beneficiados, atualizando-as mensalmente;
XVII. auxiliar o Comitê Gestor de Precatórios na elucidação das questões de sua competência.

### 2. FATOS RELEVANTES

A Assessoria trabalha com todo o acervo de precatórios no formato digital, somado a isso, está em pleno funcionamento a Requisição Eletrônica de Precatórios. Essa nova ferramenta propiciou aos Juízos requisitantes encaminhar os precatórios de forma virtual e instantânea. Esse procedimento além de agilizar a chegada das requisições neste Tribunal, dispensa a retirada de cópias do processo originário, pois as peças que acompanham o precatório são anexos digitais.

A economia de tempo e papel fica evidente com o novo procedimento, são milhares de folhas que deixarão de ser impressas/fotocopiadas.

Apesar de estar em uso desde o final do ano passado, este ano o sistema foi seguidamente aprimorado, dentre as alterações significativas está a possibilidade de remessa das requisições em bloco.

O Setor de Distribuição/Protocolo Administrativo deixou de realizar o trabalho de cadastramento/distribuição, pulando uma etapa burocrática do fluxo e liberando servidores para atuação em outras demandas.

O Conselho Nacional de Justiça reconhece o bom trabalho e organização do setor, tanto que o Servidor coordenador da Assessoria de Precatórios continua participando de Inspeções realizadas pelo Brasil a convite daquele órgão.

## 3. DADOS ESTATÍSTICOS

A tramitação dos processos foi intensa, ingressaram 4.046 novos precatórios e foram arquivados no mesmo período outros 2.161. As movimentações processuais destas requisições geraram a expedição de 12.959 Ofícios, emissão de 6.823 certidões e 8.832 decisões proferidas.

Em se tratando da liquidação dos precatórios, o setor conseguiu realizar o pagamento de 3.039 beneficiários, para que isso acontecesse, 3.513 alvarás foram expedidos (incluídos aqueles de transferência de valores para TRT e TRF), alcançando um montante liberado de **R$ 171.746.708,98 (cento e setenta e um milhões, setecentos e quarenta e seis mil, setecentos e oito reais e noventa e oito centavos)**.

A Presidência tem sido rigorosa quanto aos inadimplentes, tanto que neste ano, foram emitidas 16 ordens de bloqueio via BACENJUD, acarretando o sequestro de R$ 31.294.997,77 dos cofres públicos. Essa postura gera um efeito positivo em relação aos demais devedores, que buscam manter os repasses em dia.

A evolução dos pagamentos na ordem cronológica continua em evidente ascensão, podemos utilizar como exemplo a lista de precatórios do Estado de Santa Catarina, onde o avanço será capaz de liquidar cerca de quatro anos de atraso (precatórios de 2008/2012) após o repasse integral da parcela deste ano.

## 4.SISTEMAS

Assessoria de Precatórios utiliza os seguintes Sistemas:

a) SAJ5/Precatórios – Sistema de movimentação processual, idêntico ao utilizado na Justiça de Primeiro Grau, nele são cadastrados os dados das partes, expedidos certidões, ofícios, despachos e publicações, tudo disponível para consulta em nossa página na internet (consulta processual – precatórios – andamento). Os novos precatórios ingressam virtualmente, sem necessidade de manuseio de papel, a movimentação é por filas e fluxos, o que agiliza o processamento das decisões.

b) Sistema de Precatórios/cálculos – Esse sistema organiza os valores que cada um dos beneficiários possui, atualizando-os automaticamente mês a mês. Uma vez cadastrado o Precatório, basta a atualização do índice mensal para que todos os precatórios sejam atualizados. Controla, ainda, as prioridades deferidas e a ordem cronológica. Esta preparado para quitar parcialmente o valor, observando as prioridades concedidas. Tudo fica também disponível para consulta em nossa página (Precatórios – Consulta a lista da ordem cronológica);

c) LUP – Lista Unificada de Precatórios – Neste sistema, controlasse a lista unificada das Entidades que se encontram no Regime Especial do Art. 97 ADCT. Compreendem os precatórios do TJSC, TRT 12ª Região e TRF 4ª Região. A destinação dos repasses realizados pelos Entes devedores obedece à ordem unificada, que também se encontra disponível para consulta em nossa página na internet (precatórios – Consulta a lista da ordem cronológica);

d) Sistema de Contas Especiais – Iniciamos a utilização desse Sistema em novembro de 2012, após a escolha de Instituição Financeira para administrar os depósitos de precatórios (art. 8º da Resolução 115 do Conselho Nacional de Justiça), nele as Entidades podem gerar os boletos diretamente na internet (Precatórios – gerar boleto de pagamento), os recursos ingressam no Sistema e são automaticamente distribuídos entre os precatórios atingidos pelo repasse, observando para tanto, a Lista Unificada dos precatórios. Há uma interligação deste Sistema com os demais, aproveitando-se as informações disponíveis. Se a Entidade faz destinações específicas do repasse (§ 8º do art. 97 ADCT – ex: 50% ordem, 50% acordos), os recursos são igualitariamente distribuídos para os precatórios de ambas as ordens. Os repasses são remunerados pelos índices da caderneta de poupança. A liberação dos valores é feita por TED/ordem bancária diretamente aos beneficiários, já deduzidas as retenções. O Sistema armazena as informações do Imposto de Renda possibilitando preenchimento da DIRF anual, etc.

Dos Sistemas aqui utilizados, já realizamos a cessão de uso do "Sistema de Precatórios/cálculos" para diversos Tribunais da Federação, dos quais podemos citar: TJPA, TJMS, TJGO, TJCE, TJBA, TJPE, TJPB, TJTO, TJAM, TJAL, TJMA, TJES, TJPR e TJMG.

Os Sistemas estão em constante aperfeiçoamento e neste ano ganharam a companhia da Requisição de Precatório Eletrônica que possibilita o envio do Precatório via "Portal Web".

## 5. TRANSPARÊNCIA

As principais informações sobre os precatórios e sua tramitação podem ser acessadas por qualquer pessoa no endereço eletrônico: http://www.tjsc.jus.br/assessoria-de-precatorios.

Dentre os dados disponíveis estão a composição da Assessoria de Precatórios, procedimentos para pagamento, lista de ordem cronológica, legislação e dúvidas frequentes.

A página foi reformulada nos moldes do que aconteceu com a página inicial de nosso Tribunal, fato que aumentou ainda mais a transparência desejada por todos os beneficiários e Entes devedores.

# AUDITORIA INTERNA

## 1. APRESENTAÇÃO

A Resolução nº 19/2003-TJ instituiu o Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário, com fundamento no artigo 74 da Constituição Federal, artigos 62 e 83, inciso III, da Constituição Estadual, e artigo 119 da Lei Complementar nº 202/2000, alterada pela Lei Complementar nº 246/2003.

A Resolução mencionada estabeleceu em seu artigo 3º que o Sistema de Controle Interno, composto pelo Órgão Central, que é representado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, pelo Núcleo Técnico e pelas Unidades Administrativas.

O Núcleo Técnico, formado pela Auditoria Interna, está vinculado à Presidência do Tribunal de Justiça.

Assim, dentre os diversos trabalhos desenvolvidos, ressaltamos o cumprimento do Plano Anual de Auditoria e as atividades decorrentes de normativos oriundos do Tribunal de Contas e do Conselho Nacional de Justiça, bem como a busca permanente pelo aprimoramento dos controles internos nas unidades administrativas do Poder Judiciário.

## 2. QUANTITATIVO DOS DOCUMENTOS DE AUDITORIA PRODUZIDOS EM 2015

Durante o exercício de 2015 foram realizados os seguintes trabalhos:

| ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE ( * ) |
|---|---|
| Informação | 20 |
| Relatório | 124 |
| Parecer | 1.390 |
| Ofícios Expedidos Diversos | 22 |
| Ofícios Expedidos – FRJ | 354 |
| **TOTAL** | **1.910** |

## 3. ÁREAS DE ATUAÇÃO E OBJETOS DE ANÁLISE

### 3.1. Diretoria de Recursos Humanos

- Processos de aposentadoria de servidores;
- Processos de aposentadoria de magistrados;
- Processos de revisão de aposentadoria;
- Processos de nomeação e de exoneração de servidores;
- Processos de nomeação de Magistrados;
- Auditoria nos pagamentos - folha de pagamento (exercício findo, rubricas 458 e 641);
- Recolhimentos do INSS/GFIP;
- Auditoria nos controles internos da Divisão de Remuneração e Benefícios.

### 3.2. Compras, Licitações, Contratos e Gestão de Bens

- Análise dos editais cujos valores estimados correspondem a uma concorrência;
- Auditoria de processos licitatórios para contratação de serviços terceirizados;
- Auditoria nos pagamentos mensais dos contratos de terceirização;
- Análise dos processos de liberação de verbas trabalhistas contingenciadas com base nas Resoluções nºs 98/2009 e 183/2013, do CNJ;
- Análise de reequilíbrio de dissídio coletivo – processos de terceirização;

- Análise dos pedidos de ressarcimento de desconto de faltas – processos de terceirização;
- Análise nos procedimentos relativos à execução e pagamento dos contratos de terceirização de serviços com mão de obra continuada.

**3.3. Obras e Serviços de Engenharia**

- Análise nos pagamentos de parcelas contratuais e cronograma físico-financeiro;
- Análise dos aditivos de contrato;
- Análise dos editais e dos processos de licitação;
- Fiscalização da execução, com visita in loco, das obras dos Fóruns de Pomerode e de Navegantes;
- Fiscalização, in loco, da obra do Arquivo Central.

**3.4. Contábil, Orçamentária e Financeira**

- Análise dos balancetes mensais e dos balanços anuais;
- Análise dos relatórios de gestão fiscal;
- Elaboração dos relatórios, bimestrais, de controle interno encaminhados ao Tribunal de Contas;
- Acompanhamento da regularidade fiscal do Tribunal de Justiça e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ, junto ao Tesouro Nacional, INSS, Receita Federal, Governos Estadual e Municipal e demais Órgãos de proteção ao crédito;
- Fiscalização dos recursos destinados ao IPREV;
- Análise de procedimentos de depreciação, amortização e reavaliação de bens;
- Análise nos processos de prestação de contas de adiantamentos.

**3.5. Auditoria de Sistemas e de Bens de Informática**

- Análise dos processos de licitação da área de TI, com valores equivalentes a concorrência;
- Análise nos procedimentos determinados pelas IN 04/2008 e 182/2013;
- Auditoria na execução do contrato 87/2013 – Suporte Técnico e Manutenção do SAJ;
- Auditoria na distribuição dos equipamentos de informática.

**3.6. Auditoria Judicial – Fiscalização nos recolhimentos do FRJ**

- Auditorias virtuais em Cartórios Judiciais – Contadorias – FRJ;
- Auditoria nas Comarcas de Balneário Camboriú, de Joinville e de Mafra;
- Auditoria virtual nas Comarcas da Capital, de Palhoça e de São José;
- Fiscalização virtual no recolhimento das custas iniciais para processos sem concessão de Justiça gratuita ou dispensa/isenção legal de recolhimento.

**3.7. Diretoria de Documentação e Informações**

- Auditoria nos controles Internos

**3.8. Diretoria de Saúde**

- Auditoria nos controles internos

- Auditoria nas compras e distribuição de materiais odontológicos, bem como no atendimento de pacientes na Divisão de Saúde Oral.

### 3.9. Diretoria de Infraestrutura

- Auditoria nos controles internos.

### 3.10. Auditoria em Cartórios Extrajudiciais – FRJ

- Fiscalização nas cobranças dos valores destinados ao Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ conforme demonstrativo a seguir;
- Análise, com emissão de pareceres, dos recursos apresentados pelos serventuários notificados;
- Reanálise dos processos referente à quitação de valores;
- Notificação e acompanhamento dos pagamentos e quitações provenientes das fiscalizações realizadas;
- Encaminhamento dos valores a serem inscritos em Dívida Ativa;
- Sugestão de exclusão de serventias desativadas do sistema de geração de boletos.

### 3.11 - Demonstrativo das fiscalizações realizadas por comarca

| COMARCA | REALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO | VALOR NOTIFICADO |
|---|---|---|
| SÃO JOAQUIM | 6 a 10/04/2015 e de 5 a 06/05/2015 | 131.355,49 |
| POMERODE | 11 a 22/05/2015 | 18.958,08 |
| JARAGUÁ DO SUL | 11 a 22/05/2015 | 10.129,69 |
| CAPITAL | 15 a 26/06/2015 | 75.113,61 |
| BIGUAÇU | 6 a 17/07/2015 | 27.722,84 |
| PALHOÇA | 8 a 10/06/2015 e de 20 a 23/07/2015 | 28.246,64 |
| CRICIÚMA | 3 a 21/08/2015 | 98.401,93 |
| ARARANGUÁ | 21/09 a 02/10/2015 | 28.830,98 |
| SOMBRIO | 21/09 a 02/10/2015 | 22.377,80 |
| GAROPABA | 21/09 a 02/10/2015 e de 8 a 09/10/2015 | 5.583,03 |
| DESCANSO | 9 a 20/11/2015 | 11.404,41 |
| MONDAÍ | 9 a 20/11/2015 | 26.644,25 |
| PALMITOS | 9 a 20/11/2015 | 26.346,04 |
| XANXERÊ | 9 a 20/11/2015 | 22.680,68 |
| SÃO CARLOS | 9 a 20/11/2015 | 11.684,50 |
| MODELO | 9 a 20/11/2015 | 8.283,06 |
| **TOTAL** | | **553.763,03** |

De acordo com o demonstrativo, foram realizadas fiscalizações em 16 comarcas (76 serventias), resultando em notificações que somam a quantia de R$ 553.763,03.

## 4. OCORRÊNCIAS RELEVANTES

A seguir apresentamos as recomendações relevantes, em pareceres e relatórios:

### 4.1. Diretoria de Saúde

4.1.1. Controle Interno Geral

Deficiência nos controles internos no âmbito da Diretoria de Saúde, pois não dispõe de dados adequados, sistemas de informações e indicadores que permitam o pleno exercício das atribuições de monitoramento, acompanhamento e avaliação das atividades para atingir os objetivos estratégicos traçados pelo Tribunal de Justiça. Devido a esses fatores, infere-se que as deficiências no processo de gerenciamento dificultam a tomada de decisão, a identificação e correção tempestiva de problemas. Inexistência de fluxogramas dos principais processos, no sentido de avaliar a suficiência das informações quanto à profundidade e detalhamento, de modo que permita o conhecimento necessário dos controles internos existentes para garantir, com razoável segurança, que sejam atingidos os seus objetivos.

Recomendação: recomendar à Diretoria de Saúde que, juntamente com a Assessoria Técnica, promova grupo de estudo sobre a implantação de um sistema de controle interno formalizado, segundo modelo predefinido, com abrangência sobre todos os setores que operacionalizam as ações de promoção, prevenção e vigilância em saúde, voltadas à saúde de magistrados e servidores, com o objetivo de alinhamento das diretrizes do Poder Judiciário, sendo observado a Resolução nº 207/2015, do CNJ.

4.1.2. Controle Interno da Divisão de Saúde Oral

- Achados: a) servidores exonerados, que já não têm direito ao atendimento; b) matrículas não condizentes com o nome anotado; c) estagiário atendido, quando na realidade já havia terminado o contrato; d) pacientes, da lista de dependentes, sem a respectiva matrícula do titular.

**4.2. Processos de Pagamento e Contratos de Terceirizados**

4.2.1. Processos de pagamentos

Falta de comprovantes de depósitos e folhas de pagamentos dos prestadores de serviços, bem como anexação equivocada de documentos, decorrente da ausência de comprovação de conferência de documentos trabalhistas, ante a falha de controle interno.

4.2.2. Auditoria de conformidade nos Contratos de Licitação para a Contratação de Serviços Terceirizados

Ausência de pesquisa de preços de mercado; preferência pelo pregão presencial ao pregão eletrônico, sem a devida justificativa; valores idênticos de propostas entre as empresas concorrentes e a vencedora.

**4.3. Fiscalização do recolhimento das custas judiciais**

Fiscalização nos recolhimentos dos valores do Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ, Judicial, que resultou na expedição, pela Corregedoria-Geral da Justiça, das Circulares 56 e 57/2015.

Recuperação de valores decorrentes da auditoria especial (inspeção) na Comarca de Mafra.

**4.4. Fiscalização no recolhimento do FRJ – extrajudiciais**

4.4.1 – Notificações relevantes, decorrentes da fiscalização nos recolhimentos do FRJ, nos cartórios extrajudiciais de: Escrivania de Paz de Bom Jardim da Serra/São Joaquim, Escrivania de Paz de Santo Antônio de Lisboa/Capital, Ofício de Registo de Imóveis de Palhoça e 1º e 2º Tabelionatos de Notas e Protesto de Títulos de Criciúma.

**4.5. Diretoria de Recursos Humanos**

4.5.1. Achado: faltou anexar o processo 61203/94, que trata de averbação de tempo de serviço.

- Providências/Recomendação: encaminhado à DRH para providências em 19/12/2014. Cumprido em 15/01/2015.

4.5.2. Achado: faltou atualizar os documentos pertinentes, conforme concessão da aposentadoria publicada em 16/12/2014;

- Providências/Recomendação: encaminhado à DRH para providências em 21/01/2015. Cumprido em 03/02/2015.

4.5.3. Achado: data de ingresso no serviço público equivocada.

- Providências/Recomendação: encaminhado à DRH para as devidas providências em 20/02/2015 e, novamente em 27/02/2015. Cumprido em 03/03/2015.

4.5.4. Achado: faltou anexar o Processo nº 509856-2013.4, que trata da alteração da promoção.

- Providências/recomendação: à DRH para providências, em 17/03/2015. Cumprido em 24/03/2015.

4.5.5. Achado: diante da concessão de bolsa de estudo, falta declaração de que cumpriu os requisitos, conforme previsto no art. 21da Resolução 02/04-GP.

- Providências/recomendação: solicitado à DRH em 25/03/2015. Cumprido em 01/04/2015.

4.5.6. Achado: data de ingresso no serviço público equivocada. Providências/recomendação: encaminhado à DRH para as devidas providências em 26/03/2015. Cumprido em 30/03/2015.

4.5.7. Achado: o nome constante no ato de aposentadoria é diverso do que consta no documento de identidade, em desacordo com o estabelecido no Decreto nº 3.337/2010.

- Providências/recomendação: encaminhado à DRH para as devidas providências em 17/04/2005. Cumprido em 04/05/2015.

4.5.8. Achado: datas de ingresso no cargo e na carreira equivocadas.

- Providências/recomendação: Encaminhado à DRH para as devidas providências em 21/05/2015. Cumprido em 21/05/2015.

4.5.9. Achado: faltou anexar os Processos de Incorporação/VPNI/Averbação de Tempo de Serviço; Declaração de IR, devidamente assinada e demais documentos necessários à aposentadoria.

- Providências/recomendação: encaminhado à DRH para as devidas providências em 22/06/2015. Cumprido em 07/10/2015, porém a Declaração de IR não foi devidamente assinada, e a data de Ingresso no serviço público está equivocada.

4.5.10. Achado: datas de ingresso no serviço público, no cargo/carreira equivocadas.

- Providências/recomendação: encaminhado à DRH para as devidas providências em 25/06/2015. Cumprido em 29/06/2015.

4.5.11. Achado: não preencheu os requisitos do art. 3º da EC 47/2005, 15 anos no Cargo/Carreira.

- Providências/recomendação: à DRH para providências em 30/06/2015. Convocada para reassumir o cargo.

4.5.12. Achado: instauração de Processo Disciplinar sem o devido registro no histórico funcional de decisão final.

- Providências/recomendação: solicitado à DRH providências em 17/07/2015. E-mail em 23/07/2015, com documento do registro da decisão pelo arquivamento dos autos.

4.5.13. Folha de Pagamento – na reavaliação do processo nº 426654-2011.4, que trata de auditoria em sistema de folha de pagamento, foram consignadas recomendações, visando o aprimoramento do processamento mensal da folha, bem como avaliação da despesa. A implementação das sugestões está sendo avaliada pelas unidades envolvidas nas atividades de uso e de manutenção do sistema.

4.5.14. Fiscalização nos recolhimentos ao IPREV – recomendou-se à DRH solicitar ao IPREV o encaminhamento dos dados relativos as pensões (nome do pensionista e do instituidor, CPF etc.), e efetuar análise dos dados, visando verificar se todos os pensionistas relacionados tiveram instituidor, funcionário ou magistrado, do Poder Judiciário.

### 4.6. Diretoria de Material e Patrimônio - DMP

4.6.1. Inventário dos bens de consumo e permanente – recomendou-se encaminhar o processo à Diretoria de Orçamento e Finanças para que seja procedido os registros contábeis, e depois fosse remetido à Diretoria de Material e Patrimônio para esclarecimentos.

4.6.2. Regularização de Obras em Andamento – recomendou-se à DMP a identificação da situação de cada obra registrada como "Obras em Andamento" relacionadas nos anexos, e realizar as providências necessárias para a incorporação, nas contas próprias, das obras que já foram concluídas, repassando à Diretoria de Orçamento e Finanças as informações para os devidos registros na contabilidade. Em seguida, a fim de cumprir as normas contábeis, a DMP deve iniciar a depreciação mensal dos referidos bens. A DGA estabeleceu o prazo de 90 dias para a regularização.

4.6.3. Ata de Registro de Preços – Solicitação de alteração de preço em função da empresa ter optado pelo simples nacional. Recomendação: Esta situação, por si só, não deve buscar a recuperação de eventual perda em um determinado contrato sem antes considerar todas as operações e tributações devidas pela empresa em todas as suas atividades. O processo retornou à DMP para análise.

4.6.4. Publicação de Dispensa de licitação – recomendou-se, via e-mail, alertar a Diretoria de Material e Patrimônio e a Diretoria-Geral Administrativa quanto a necessidade de observação dos prazos previstos no art. 26 da Lei nº 8666/93, principalmente nos casos em que a contratação é emergencial. A recomendação está sendo avaliada pelas respectivas Diretorias.

**4.7. Diretoria de Orçamento e Finanças**

4.7.1. Quanto às Demonstrações financeiras do Fundo de Investimento FTJ, recomendou-se:

a) Solicitar aos gestores do Fundo de Investimento informação a respeito da baixa variação da cota no mês de junho/14 e em outras operações em que a rentabilidade não atingiu 100% do CDI;

b) Incluir na prestação de contas trimestral as análises da rentabilidade do Fundo FTJ e das movimentações realizadas no período (aplicações, resgates, depósitos e saques, valores de compra e de venda de títulos, rendimento das operações compromissadas etc). Estas análises podem ser juntadas ao Parecer dos Auditores Independentes e as Demonstrações Financeiras para avaliação global da gestão do Fundo quando da Assembleia Geral Ordinária.

4.7.2. Prestação de Contas de fornecimento de vale transporte - recomendou-se providências administrativas, visando a regularização de recursos antecipados. A recomendação foi aceita e as prestações de contas foram regularizadas, inclusive com devolução de parte dos recursos antecipados.

4.7.3. Fiscalização nos recolhimentos ao IPREV - recomendou-se à DOF solicitar ao IPREV a remessa dos demonstrativos mensais da insuficiência financeira, desde janeiro/2015 para avaliação dos gastos.

**4.8. Diretoria de Documentação e Informações – DDI**

4.8.1. Avaliação de Controles Internos – recomendou-se a DDI encaminhar a esta Auditoria o relatório de análise da fatura da EBCT, no primeiro mês que utilizar a balança, a fim de aferir os pesos dos malotes, avaliá-lo e juntá-lo ao respectivo processo; informar o resultado do inventário geral da Divisão de Arquivo.

**4.9. Diretoria de Infraestrutura – DIE**

4.9.1. Na avaliação dos Controles Internos foi recomendado: avaliar os gastos com montagem e desmontagem de equipamentos em salas de reuniões; rever localização da CPU do computador que armazena os vídeos do monitoramento dos elevadores, guardando-se cópia dos vídeos em servidor de rede; instalar câmera de vídeo no elevador privativo da Torre I; examinar a fatura da EBCT para aferição dos pesos dos malotes; providências para que a verificação das cobranças de correspondências emitidas, mesmo que por amostragem, seja realizada por intermédio de consultas ao SAJ, entre outros.

### 4.10. Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA

4.10.1. Fiscalização nas obras de Navegantes e Pomerode

**Achado 1** – verificou-se que a empresa responsável pela obra de Pomerode, apesar de ter apresentado no momento da licitação, declaração de que subcontrataria os serviços de instalações elétricas, optou por ela mesma realizar o serviço.

Recomendação: sendo assim, a DEA deverá exigir o termo de qualificação técnica correspondente.

**Achado 2** – confrontando as exigências contidas na Lei Complementar nº 163/2008, do Município de Pomerode, e Lei Complementar nº 56/2008, do Município de Navegantes, verificou-se em ambas as obras que não havia cópia do projeto aprovado, bem como não havia, na obra de Pomerode, a placa, conforme o exigido pelo CREA.

Recomendação: sanar o apontado e que doravante seja observado os termos da legislação municipal do local de realização da obra.

**Achado 3** – Observado que o rodapé junto a forra de algumas portas, por exemplo na sala de audiências, não estava de acordo com as boas práticas.

Recomendação: solicitar à empresa que refaça o serviço de encaixe do rodapé nos locais onde o acabamento não ficou de acordo com as boas práticas.

**Achado 4** – Observado que a limpeza, tanto na obra de Pomerode quanto na de Navegantes, estava aquém do desejado.

Recomendação: manter a obra limpa.

## 5. CONCLUSÃO

As atividades da Auditoria Interna ao longo de 2015 contribuíram para o aperfeiçoamento nos procedimentos desenvolvidos pelas diversas unidades, bem como na ação preventiva de atos irregulares/ineficazes. Com isso, proporcionou à Administração deste Tribunal mais segurança para com os órgãos de controle externo, TCE e CNJ, o que pode ser comprovado pelo ínfimo número de diligências e pela melhoria nos procedimentos internos decorrentes da ação de controle.

## CASA MILITAR

Embora as atividades da Casa Militar estejam ligadas diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça, as suas atuações vão muito além do Gabinete. Age de forma contínua e ininterrupta em todo o Estado, prestando informações, orientações e suporte técnico às Comarcas e seus diretores. Integra, desde 2014, por intermédio da Resolução nº 7/GP de 19 de março, o Conselho de Segurança Institucional, órgão que passou a aglutinar as estratégias de segurança nas áreas de prevenção, reação e investigação, estabelecendo uma atuação conjunta entre a Casa Militar e outro setores.

As atividades desenvolvidas no ano foram relacionadas abaixo e sofreram aprimoramento ao longo do período, sempre no sentido de melhor atender a comunidade judiciária, especialmente aos Desembargadores, Magistrados e Servidores.

Ações que visam promover a segurança pessoal e/ou das instalações são cada vez mais a prioridade. Investimentos em tecnologia buscam majorar os sistemas já existentes, enquanto outros projetos e ferramentas são criados e adaptados à rotina das unidades e das pessoas. É a prevenção protegendo a vida e o bem público.

### 1. Guarda das seguintes unidades na Grande Florianópolis

- Tribunal de Justiça
- Fórum da Capital
- Fórum Norte da Ilha
- Fórum Eduardo Luz
- Fórum do Continente (Estreito)
- Vara da Infância e Juventude
- Almoxarifado e Gráfica
- Fórum de Santo Antônio de Lisboa

### 2. Guarda em Fóruns do interior

Em 2008 a Casa Militar passou a efetuar contratação de policiais militares inativos, conforme as prescrições da Lei Complementar nº 380 de 03 de maio de 2007. Com essa atuação, foi possível oferecer melhores condições de segurança aos Fóruns do interior do Estado, área especialmente carente de policiais militares do corpo ativo. Hoje, 102 (cento e dois) Fóruns contam com o serviço. Além da presença policial, todas as unidades do Poder Judiciário contam com vigilância privada 24 horas.

### 3. Segurança das Câmaras Criminais, Tribunais de Júri e Unidade de Apuração de Crimes Praticados por Organizações Criminosas

Todas as sessões das Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça e dos Tribunais de Júri da capital recebem policiamento presencial do efetivo da Casa Militar, proporcionando segurança e tranquilidade para o bom andamento dos trabalhos. A previsão é realizada com antecedência, conforme calendário encaminhado. Da mesma forma, atua-se nas audiências da Unidade de Apuração de Crimes Praticados por Organizações Criminosas.

Em 2015, um dos julgamentos do Tribunal de Júri recebeu maior atenção e preocupação no planejamento, pois tinha como réu o conhecido traficante de Florianópolis `Neném da Costeira´. A repercussão e os efeitos sobre a segurança do magistrado, servidores e jurados envolvidos, impuseram a necessidade da aplicação de um sistema especial de segurança.

**4. Julgamento especial da 1ª Câmara Criminal**

Nos dias 3 e 4 de dezembro transcorreu o julgamento do maior processo da história do judiciário catarinense. A 1ª Câmara Criminal, presidida pela Desembargadora Marli Mosimann Vargas, transferiu a sessão para o Pleno da Corte, em razão da amplitude dos trabalhos – apelações de 78 réus – e o envolvimento de diversos advogados.

A segurança, dentre outras questões, foi um tema considerado de relevância e recebeu atenção especial, pois o processo tratava de réus supostamente envolvidos com facções criminosas do Estado, agentes de vários atentados entre os anos de 2012 e 2013.

Por todas essas características, um sistema de segurança amplo e proporcional foi planejado e executado, dando origem à Ordem de Serviço n.03/2015/ Casa Militar.

**5. Aquisição de armamento e munição para Magistrados**

Além da instrução específica ministrada aos Magistrados, a Casa Militar orienta a aquisição de armas, providência a documentação e acompanha sua tramitação na Policia Federal (SINARM) ou no Exército Brasileiro (SIGMA), nos casos de armas de calibre permitido e restrito respectivamente. Propicia, ainda, informações técnicas quanto à arma e à munição ideal, conforme as características pessoais do adquirente e a modalidade desejada de aplicação do equipamento.

**6. Gerenciamento e recolhimento de armas dos Fóruns**

O programa de recolhimento de armas desvinculadas de processo dos Fóruns em todo o Estado é uma das atividades imprescindíveis à segurança orgânica, gerando efeitos positivos no ambiente de trabalho e, por consequência, nas atividades jurisdicionais.

Além do armamento recolhido, há também o envio para destruição de munições e produtos congêneres, tais como cartuchos, chumbo e pólvora.

A atuação da Casa Militar nesse evento, além de repassar orientações específicas referentes às armas em geral, estimula a ligação entre os Diretores de Fórum e Chefes de Secretarias com as 9 Unidades Militares do Exército, o que demanda contatos formais com os Comandantes e oficiais do Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados -SFPC daquelas Unidades, órgão receptor e destruidor das armas.

O translado das armas e produtos, além da sua conferência nos Fóruns e no Exército, é realizado por intermédio de escolta, com segurança armada da Casa Militar.

Neste ano de 2015 foram recolhidas armas e produtos de 140 Fóruns (de forma repetida em algumas unidades), conforme o quadro abaixo. Desde a implantação desse serviço em 2006, já foram recolhidas um número superior a 35 mil armas.

| | |
|---|---|
| **ARMAS** | **5.963** |
| **MUNIÇÕES/PRODUTOS** | **57.282** |

**7. Acompanhamento e orientação na elaboração dos projetos de segurança**

A Casa Militar promove e acompanha, através de técnicos especializados e parceria com outras diretorias, a elaboração de Projetos de CFTV, controles de acesso aos prédios e outros meios de proteção física nos Fóruns do Estado.

Participa da avaliação final dos projetos de construção e reforma dos Fóruns, auxiliando na percepção de melhorias ainda possíveis de serem executadas e que terão reflexo na segurança do ambiente.

Integra, ainda, o grupo de trabalho responsável em elaborar e implantar um modelo piloto de Fórum, com todos os recursos de acessibilidade e segurança.

**8.Serviço de proteção a Magistrados**

Uma das atividades intrínsecas à Casa Militar é a proteção pessoal do Presidente do TJSC, Desembargadores e Magistrados de Santa Catarina. Em 2014 esta atividade foi intensificada e compartilhada com a criação do Conselho de Segurança Institucional. Em 2015 a parceria foi mantida nos atendimentos àqueles em situação de risco.

Mantemos um Núcleo de Atividades Especiais composto por policiais militares da Casa Militar com o fito específico de proteger e resguardar a vida dos Magistrados sob ameaça ou risco.

Da sua gênese até hoje, foram desenvolvidos diversos trabalhos de proteção e apoio operacional à segurança pessoal de Magistrados e familiares. Deixamos de constar o número de atuações por ano neste relatório, por considerar essa informação de caráter sigiloso, embora possamos afirmar que já foram mais de 500 dias empregados em atividades de segurança pessoal e/ou intervenções de apoio a emergências.

Eventos de grande porte e importância que contaram com a participação de autoridades do Poder Judiciário brasileiro, como, por exemplo, a visita oficial do Presidente do STF Ministro Ricardo Lewandowski ao TJSC para a assinatura do termo de adesão ao projeto de implantação das audiências de custódia, em agosto deste ano, e a abertura do encontro de Magistrados federais, em setembro, receberam o apoio operacional da Casa Militar.

**9.Participação nos eventos da Corregedoria-Geral da Justiça**

A Casa Militar participa, quando requisitada, da segurança dos eventos da Corregedoria-Geral da Justiça, além das diligências ordinárias e extraordinárias nos estabelecimentos penais.

**10. Implementação do sistema de CFTV no Tribunal de Justiça**

Manutenção da aplicação do sistema do CFTV na Torre II e estacionamento como ferramenta fundamental do sistema de segurança aplicado à área física do TJ.

O projeto de ampliação do equipamento à Torre I já está em fase de licitação e aguarda-se para o próximo ano.

**11. Elaboração e divulgação impressa ou eletrônica de orientações relacionadas à segurança**

Mantivemos a distribuição dos manuais e cartilhas de segurança elaborados. Encaminhamos aos Desembargadores e Magistrados orientações e notas preventivas relacionadas à segurança e a tomada de decisão diante às diversas situações do dia a dia.

**12. Plano de Emergência do TJSC**

Em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar, iniciou-se neste ano os trabalhos para se firmar um convênio que levarão o Tribunal de Justiça, em primeiro momento, a possuir um Plano de Emergência para aplicação em eventos graves de crise, que porventura imponham a necessidade de combates primários de incêndio e abandono de edificação. Em segunda fase, o Plano será estendido a todas as unidades do PJ.

**13. Participações em eventos diversos**

Além das atividades executadas já descritas, outras contam com a participação da Casa Militar de forma ordinária, como os Mutirões de Conciliação e Mutirões Carcerários.

### 14. Controle de acesso a pessoas portando arma de fogo

Todos os Fóruns mantêm os meios logísticos necessários e empregam o controle de acesso de pessoas armadas, conforme estabelecem as Resoluções nº 26/2011-GP e nº 22/2011-GP. Todavia, a presença de portas detectoras de metal e balcões de cadastramento para controle de acesso ainda não são uma realidade em grande parte das unidades.

## NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A visão da comunicação como política institucional estratégica ensejou o desenvolvimento de inúmeras ações no ano de 2015 pelo Núcleo de Comunicação Institucional (NCI).

Dois projetos, considerados essenciais para a administração e iniciados em 2014, foram executados em 2015: a confecção de novo vídeo institucional do PJSC e a contratação de empresa especializada para produção de material para web, webtv e webradio.

A produção de novo vídeo institucional foi executado (Contrato n. 226/2014) e o seu lançamento oficial ocorreu na Sessão do Pleno alusiva aos 124 anos do TJSC, em 14/10/2015. Na oportunidade foram apresentados três vídeos: Histórico, com duração aproximada de 10 minutos; Promocional, com duração aproximada de de oito minutos; e Educativo, com duração aproximada de 12 minutos. Cada vídeo foi produzido com conteúdo e público-alvo específicos, senão vejamos:

- **Histórico**: história da instituição, desde sua fundação até os dias atuais; cidadãos e jurisdicionados interessados em dados históricos do PJSC;




Foto Vídeo Histórico

- **Promocional**: pioneirismo do PJSC e as inovações ocorridas, tanto em sua estrutura administrativa e judicial, como no seu funcionamento (novas tecnologias, processo eletrônico, infraestrutura); cidadãos, profissionais que atuam na área jurídica e servidores; e




Foto Vídeo Promocional

- **Educativo**: estrutura administrativa e judicial, composição do Poder Judiciário e o funcionamento do TJSC e Comarcas; estudantes de segundo grau e acadêmicos do curso de Direito em fases iniciais.




Foto Vídeo Educativo

Já a contratação de empresa especializada para produção de material para web, webtv e webradio foi firmada em 7/5/2015 (Contrato n. 061/2015) e vem sendo executada conforme as orientações deste Núcleo.

No total já foram produzidos 72 vídeos com matérias de interesse da sociedade, tais como eventos do Tribunal de Justiça, instalação de varas, projetos desenvolvidos, datas comemorativas, campanhas de incentivo à adoção e de esclarecimento sobre autorização de viagens para crianças e adolescentes, entre outros.




Foto Canaltjsc no Youtube




Foto Campanha Incentivo à Adoção

Importante destacar a participação do NCI na grade da TV Justiça, por meio do “Jornal da Justiça”, quadro “Conexão Justiça”, do Supremo Tribunal Federal, com produção de três matérias: Judicialização do direito

à saúde, transmitida em 17/8/2015; Casas de Acolhimento, veiculada em 9/10/2015; e Natal Solidário, exibida em 4/12/2015.

O NCI ainda atuou diretamente na supervisão dos serviços gráficos executados pela Divisão de Artes Gráficas (DAG), conforme função definida pela Resolução n. 16/2014-GP de "supervisionar a produção e zelar pela qualidade de material impresso de promoção ou divulgação da imagem e das políticas públicas institucionais no âmbito do Poder Judiciário".

No ano de 2015 foram supervisionadas 478 serviços gráficos.

Dentre as atividades realizadas, a de maior importância foi o desenvolvimento do projeto do Novo Portal do PJSC, iniciado em 2011 e retomado em 2014.

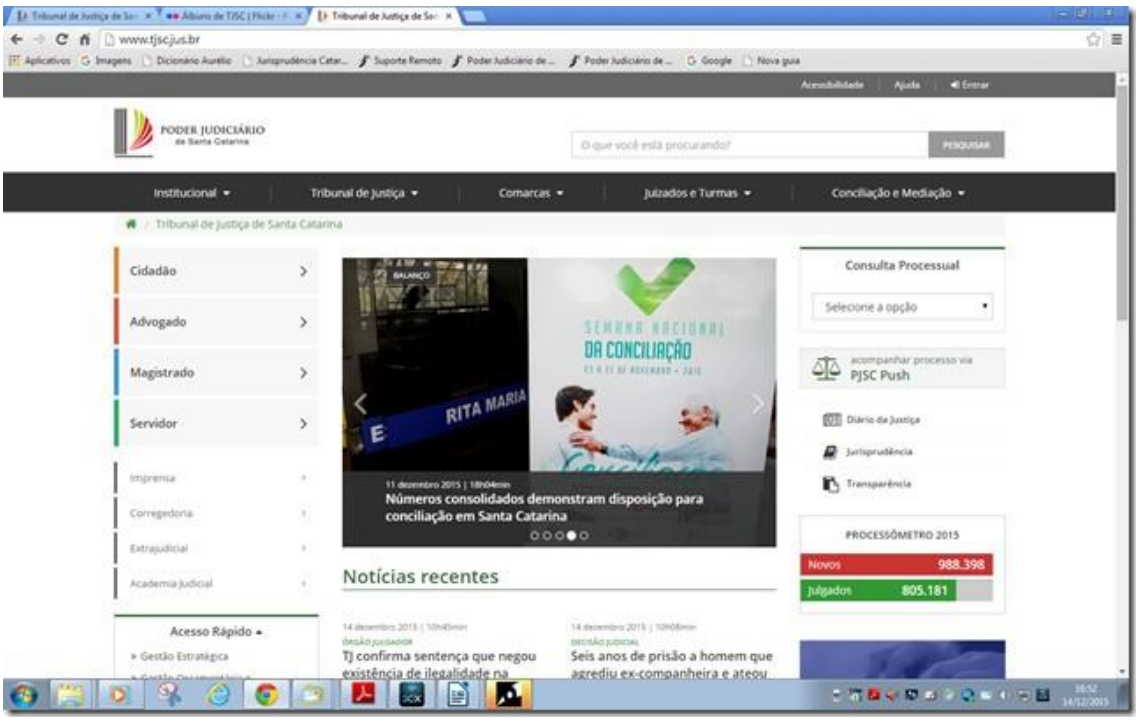


Foto Home do Portal do TJSC

A execução tecnológica do projeto esteve sob o comando da DTI, por meio da Divisão de Gestão do Conhecimento e da Seção de Administração do Portal Web, e contou com a parceria da Diretoria de Documentação e Informações – DDI, por meio da Divisão de Documentação e da Seção de Revisão para gestão dos conteúdos.

Reuniões periódicas foram realizadas pelo Grupo de Trabalho, formado por servidores do NCI, Assessoria de Planejamento – Asplan, Corregedoria-Geral da Justiça – CGJ, Centro de Estudos Jurídicos – Academia Judicial e DTI, e também reuniões apenas entre o NCI e a DTI para alinhamento das estratégias do projeto e encaminhamento das atividades.

Especialmente entre os meses de dezembro e fevereiro de 2015, o Núcleo de Comunicação Institucional coordenou reuniões com os setores do Tribunal de Justiça para apresentação do projeto e entrega dos conteúdos a serem revisados. Ao todo foram trinta setores cientificados do projeto e capacitados para a execução dos trabalhos de atualização dos conteúdos de suas responsabilidades.

O projeto do Novo Portal contemplou a aquisição de uma ferramenta mais moderna, que serviu de plataforma para o novo site e conta com três excelentes serviços: acesso personificado por meio de perfis, avançado sistema de busca e atualização compartilhada de conteúdos.

Previamente ao lançamento do Novo Portal do PJSC, foi estabelecido um Plano de Comunicação, visando mitigar os focos de resistência e insatisfação, naturais na implantação de novos sistemas e procedimentos.

Considerando que o esforço em comunicação na fase pré-lançamento de um novo produto/serviço é inversamente proporcional à resistência dos usuários e à necessidade posterior de suporte, a Diretoria de Tecnologia da Informação e o Núcleo de Comunicação Institucional estabeleceram cinco formatos para ampla divulgação do projeto:

- Apresentação presencial do projeto nas Comarcas e Tribunal;
- Matérias textuais, por meio de notícias no site do PJSC;
- Vídeos disponibilizados na Sala de Imprensa/Youtube;
- Manual de uso do Novo Portal, acessível no site; e
- Tour guiado no novo Portal.

O NCI entende que o novo portal do PJSC tornou o acesso às informações e aos serviços prestados pelo Judiciário catarinense mais célere e mais eficiente, além de contribuir, significativamente, para o desempenho das funções de seus servidores e a aproximação da Corte com a sociedade.

Prova disso é o número expressivo de correspondências eletrônicas recebidas pelo NCI, cujo formulário de contato foi disponibilizado em cada página do Novo Portal por meio do link “Fale Conosco sobre esta página”. Até a presente data, ou seja, após 30 dias do lançamento do Novo Portal, foram recebidas e devidamente respondidas 418 correspondências eletrônicas. Entre elas constam elogios, dúvidas e críticas, as quais, após análise da DTI e NCI, servem de base para o aperfeiçoamento do Portal.

Paralelamente, as redes sociais Flickr e Youtube foram fortalecidas com a publicação constante de fotos e vídeos sobre eventos e ações desenvolvidas pelo PJSC.

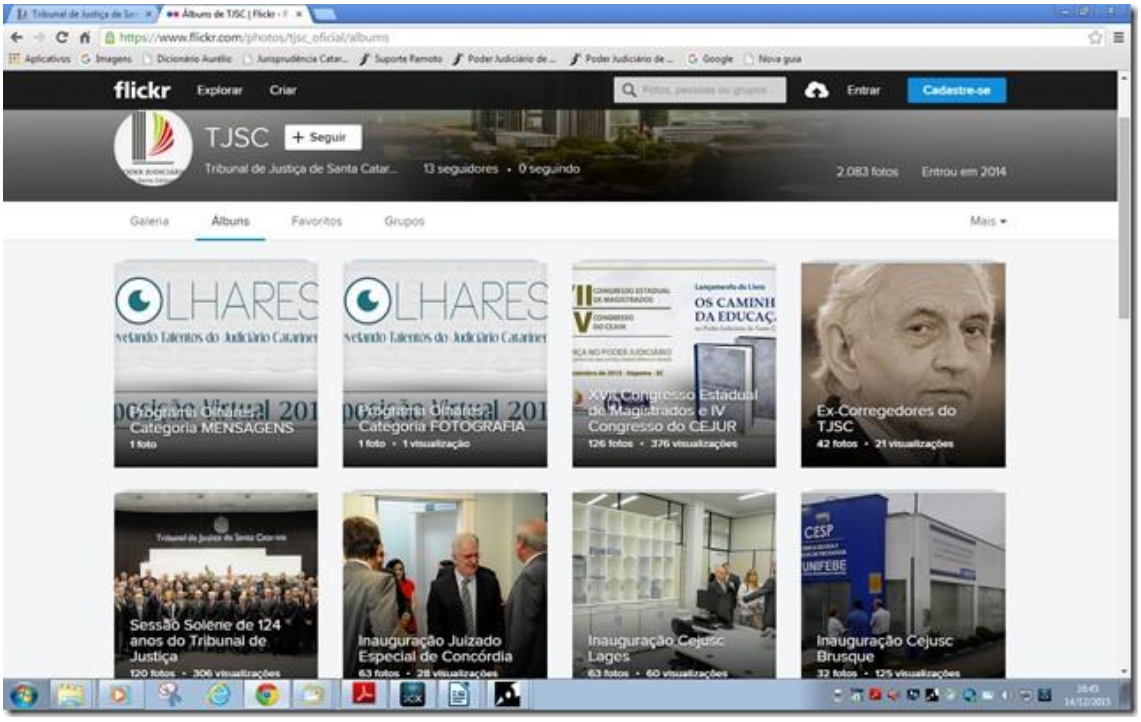


Foto Flickr




Foto Canaltjsc no Youtube

No primeiro semestre de 2015, no mês de abril, o NCI solicitou junto ao Centro de Estudos Jurídicos – Academia Judicial a oferta do Curso de Cerimonial, Protocolo e Administração de Eventos, cujo público-alvo foram os servidores do Tribunal de Justiça, integrantes dos seguintes setores: Núcleo de Comunicação Institucional; Academia Judicial; Assessoria de Planejamento; Coordenadorias (Cepevid, Ceij, Ceja); Núcleos da Corregedoria-Geral da Justiça; Diretoria de Recursos Humanos; Presidência e Vice-Presidência. Ao todo, 24 servidores receberam capacitação.

Já no segundo semestre de 2015, o NCI, em parceria com a Diretoria de Documentação e Informações, iniciou novo projeto, denominado, Memórias da Justiça no Estado de Santa Catarina, cujo objetivo principal é a produção de vídeos a respeito da história da Justiça no Estado, a partir do relato de ex-presidentes do Tribunal de Justiça e servidores destacados da administração, bem como de livro sobre os fatos marcantes da instituição.

Em 2015, o NCI teve atuação nos seguintes eventos:

1. Greve dos servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina, de 9/4 a 26/5/2015, com a atuação do Desembargador Ricardo Roesler, Coordenador-Geral do NCI, como porta-voz da Presidência do Tribunal de Justiça;
2. Lançamento da Campanha “Drogas. Não dá mais pra aceitar.”, do Governo do Estado de Santa Catarina, no dia 25/8/2015, com a participação do Desembargador Ricardo Roesler, Coordenador-Geral do NCI;
3. Rádio Justiça, do Supremo Tribunal Federal, no dia 26/8/2015, com a participação do Desembargador Ricardo Roesler, Coordenador-Geral do NCI, como entrevistado, discorrendo sobre o tema “Combate às drogas”;
4. Rádio CBN Diário, no dia 26/8/2015, com a participação do Desembargador Ricardo Roesler, Coordenador-Geral do NCI, como entrevistado, esclarecendo sobre a proposição do TJSC de criação de vara especializada em demandas na área da saúde;
5. TV Band Santa Catarina, no dia 26/8/2015, com a participação do Desembargador Ricardo Roesler, Coordenador-Geral do NCI, como entrevistado, explanando sobre o tema “Súmula Vinculante”;

6. Sessão da Comissão da Verdade, da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no dia 26/8/2015, com a participação do Desembargador Ricardo Roesler, Coordenador-Geral do NCI, como membro, para análise do Relatório Final da Comissão;
7. Seminário sobre Probidade Administrativa, promovido pela Escola de Gestão Pública Municipal, nos dias 15 e 16/10/2015, no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, com a participação do Desembargador Ricardo Roesler, Coordenador-Geral do NCI, como painelista do 2º Painel, com o tema “Indisponibilidade de bens e o afastamento provisório do agente público: acertos e desacertos”; e
8. Julgamento histórico do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Processo n. 2014.091769-8, nos dias 3 e 4/12/2015, com a participação do Desembargador Ricardo Roesler, Coordenador-Geral do NCI, em coletiva aos jornalistas na Sala de Imprensa do TJSC.

Por fim, é necessário ressaltar que, apesar das diversas ações empreendidas pelo NCI neste ano, muito ainda pode e deve ser projetado para o futuro. No entanto, é indispensável a consolidação e a valorização do trabalho desenvolvido pelo setor, de modo que seu papel seja disseminado e perenizado perante a instituição e que servidores e colaboradores percebam no NCI um importante aliado na melhoria da comunicação e da imagem do Poder Judiciário de Santa Catarina.

## ASSESSORIA DE IMPRENSA

A Assessoria de Imprensa do TJ, durante o ano de 2015, produziu e distribuiu entre os diversos órgãos de comunicação do Estado 1.619 informes oficiais, assim divididos: 1.300 releases (matérias jornalísticas) e 319 notas enviadas a colunas em páginas dedicadas ao Judiciário nas mídias estadual e nacional. Neste ano, em média, registraram-se 6,47 informes produzidos em cada dia útil, com aproveitamento estimado em 70% de todo o material enviado às redações ou captados diretamente em nosso site de notícias.

A média de acessos diários em nosso campo de notícias na internet/intranet, aliás, suplantou a marca anterior de 5 mil/dia, o que no total ultrapassa 1,5 milhão de acessos no ano - números obtidos principalmente após as últimas alterações promovidas em nosso site, entre elas a criação da Sala de Imprensa Virtual, com crescente valorização da informação em área de destaque e utilização de recursos de ilustração, aliadas ao comprometimento e profissionalismo de nossa enxuta equipe de trabalho. Muito disso pode ser creditado também à reestruturação da área iniciada na atual gestão, com a posse do desembargador Ricardo Roesler na coordenadoria do Núcleo de Comunicação Institucional (NCI) do Tribunal de Justiça. Vários avanços foram por ele e sua equipe registrados, com destaque para a implantação das Salas de Imprensa, em espaços físico e virtual, e outras atribuições agregadas, dispostas em relatório próprio por aquele Núcleo.

Além disso, a Assessoria de Imprensa do TJSC realizou trabalho cotidiano de atendimento – por telefone ou mesmo pessoalmente – tanto ao público interno como aos jornalistas interessados em obter informações do Judiciário estadual. Em razão desta interface entre instituição e órgãos de comunicação, facilitamos entrevistas e reportagens com o presidente do TJ e demais integrantes desta Corte a emissoras de rádio e televisão, inclusive representantes da mídia nacional. A Assessoria de Imprensa, no campo do jornalismo impresso, também providenciou o encaminhamento de dezenas de artigos de magistrados de 1º e 2º grau para publicação em jornais estaduais.

A elaboração diária da Resenha Eletrônica Informativa foi outro trabalho desenvolvido pela assessoria neste período, sempre com o objetivo de fornecer subsídios aos magistrados e servidores sobre fatos pertinentes ao Judiciário e a suas diversas interpretações pelos órgãos de comunicação do Estado e do país, disponibilizando tais informações via computador para toda a rede do Judiciário estadual, com alcance de 6 mil terminais em todas as 111 comarcas de Santa Catarina. A assessoria manteve e administrou espaço nas páginas da intranet e internet, oferecendo aos públicos interno e externo informações atualizadas sobre decisões e acontecimentos do mundo judiciário na seção “Notícias do TJ”. Tivemos ainda, ao longo do ano, a publicação de 16 novas edições do boletim eletrônico Veredicto, todas disponibilizadas na página do TJ - intranet/internet. O Veredicto é um produto realizado inteiramente pelos profissionais lotados na Assessoria de Imprensa, com base em projeto gráfico elaborado pela Gráfica do TJ.

Em 2015, o Poder Judiciário de Santa Catarina também manteve – pelo décimo ano consecutivo - seu espaço na disputada grade da TV Justiça, emissora de TV a cabo do Supremo Tribunal Federal (STF) com alcance nacional, em que veiculou 44 programas inéditos e 44 reprises do Justiça Legal (JL), no total de 2.640 minutos de exibição. No Estado, por meio de convênios, o JL foi veiculado também pela TV Câmara de Florianópolis e TV Legislativa de Blumenau. Com supervisão da Assessoria de Imprensa do TJ e produção da Primer TV – contratada por meio do devido processo licitatório -, o JL ocupou espaço na mídia por 10.560 minutos ao longo de 2015. Ainda neste meio, a assessoria deu continuidade aos trabalhos de apoio à Rádio Justiça, mediante a produção de boletins e a marcação de entrevistas com magistrados catarinenses, para veiculação naquela emissora e aproveitamento no espaço dedicado ao Judiciário no programa Voz do Brasil. A Rádio Justiça, emissora administrada pelo STF, pode ser sintonizada no Estado por meio da internet.

Em conjunto com esse importante projeto, a assessoria continuou em ação no trabalho cotidiano de cobertura de eventos do TJ (Presidência, Corregedoria-Geral de Justiça, Academia Judicial, Coordenadoria de Juizados Especiais etc.) e de instituições afins (universidades, Procuradoria-Geral de Justiça, OAB/SC etc.), na Capital e no interior do Estado; no trabalho de acompanhamento de sessões dos órgãos julgadores do TJ; e no atendimento aos magistrados (1º e 2º grau) e a servidores (notadamente diretores) para divulgação de realizações e projetos localizados.

Em 2015, em parceria com a Academia Judicial, a Assessoria de Imprensa viabilizou a realização de novas turmas do curso de Midia Training para magistrados. Esse projeto, iniciado em outubro de 2012, já alcançou sua 12ª turma, com cerca de 100 juízes beneficiados. Houve ainda uma reestruturação nos quadros da Assessoria, com a saída de alguns profissionais por aposentadoria e exoneração voluntária e a chegada de novos colegas, efetivos ou estagiários, com a incorporação de acadêmicas das áreas de jornalismo, publicidade e *design* gráfico.

Pelo conjunto de atividades desenvolvidas neste ano e sua inegável repercussão nos meios de comunicação em geral, a Assessoria de Imprensa considera ter contribuído para a divulgação dos principais atos do Poder Judiciário, aproximando-o da população e, assim, cumprindo uma das metas da atual gestão, qual seja, garantir a transparência de suas realizações. Avanços e conquistas obtidos com o apoio do Núcleo de Comunicação Institucional (NCI) do Tribunal de Justiça, reestruturado e sob a competente coordenação do desembargador Ricardo Roesler e do Gabinete da Presidência do TJ.

## INFORMES OFICIAIS (RELEASES E NOTAS) – EVOLUÇÃO ANUAL

**1998**
261 informes oficiais = 196 notas + 65 releases.
Média produção/dia útil* = 1,04

**1999**
175 informes oficiais = 110 notas + 65 releases.
Média produção/dia útil* = 0,70

**2000**
333 informes oficiais = 151 notas + 182 releases.
Média produção/dia útil* = 1,33

**2001**
141 informes oficiais = 51 notas + 90 releases.
Média produção/dia útil* = 0,56

**2002**
345 informes oficiais = 102 notas + 243 releases.
Média produção/dia útil* = 1,38

**2003**
611 informes oficiais = 325 notas + 286 releases.
Média produção/dia útil* = 2,44

**2004**
775 informes oficiais = 492 notas + 283 releases.
Média produção/dia útil* = 3,10

**2005**
768 informes oficiais = 479 notas + 289 releases.
Média produção/dia útil* = 3,07

**2006**

1.585 informes oficiais = 893 notas + 692 releases.
Média produção/dia útil* = 6,34

**2007**
1.949 informes oficiais = 1.062 notas + 887 releases.
Média produção/dia útil* = 7,80

**2008**
2067 informes oficiais = 1.091 notas + 976 releases.
Média produção/dia útil*= 8,26

**2009**
1905 informes oficiais = 1.002 notas + 903 releases.
Média produção/dia útil*= 7,62

**2010**
2605 informes oficiais= 505 notas + 2.100 releases.
Média produção/dia útil*= 10,42

**2011**
2.435 informes oficiais = 350 notas + 2.085 releases.
Média produção/dia útil*= 9,74

**2012**
2.188 informes oficiais = 338 notas + 1.850 releases.
Média produção/dia útil*= 8,75

**2013**
2.182 informes oficiais = 283 notas + 1.899 releases.
Média produção/dia útil*= 8,72

**2014**
1.878 informes oficiais = 376 notas + 1.502 releases.
Média de produção/dia útil*= 7,49

**2015**
1.619 informes oficiais = 319 notas + 1.300 releases.
Média produção/dia útil*= 6,47

_____
**250 dias/ano*

## PROGRAMA DE TV JUSTIÇA LEGAL

**2001**
Contrato de prestação de serviço
Programa semanal de 15 minutos
Veiculação em sistema a cabo
Convênio com a TV Assembleia Legislativa
Duração: agosto, setembro, outubro, novembro
Número de programas: 16
Tempo de exposição: 240 minutos

**2002**
Contrato de prestação de serviço
Programa semanal de 15 minutos
Veiculação em sistema a cabo
Convênio com a TV Assembleia Legislativa
Duração: outubro, novembro, dezembro
Número de programas: 12
Tempo de exposição: 180 minutos

**2003**
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Convênio com o SBT-SC
Duração: abril/dezembro
Número de programas: 39
Tempo de exposição: 1.170 minutos

**2004**
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Contrato com o SBT-SC
Duração: junho/dezembro
Número de programas: 27
Tempo de exposição: 810 minutos

**2005**
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Contrato com o SBT-SC
Duração: março/dezembro
Número de programas: 44
Tempo de exposição: 1.320 minutos

**2006**
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara
Número de programas: 135 (76 inéditos + 59 reprises)
Tempo de exposição: 4.050 minutos

**2007**
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/SBT/TV Justiça/TV Câmara
Número de programas: 416 (208 inéditos + 208 reprises)
Tempo de exposição: 12.480 minutos

**2008**
Licitação - modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara
Número de programas: 328 (148 inéditos + 180 reprises)
Tempo de exposição: 9.840 minutos

**2009**
Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara Fpolis/TV Câmara São José
Número de programas: 391 (163 inéditos + 228 reprises)
Tempo de exposição: 11.730 minutos

**2010**

Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação apenas em TV a cabo
Convênios com TV Justiça/TV Câmara Fpolis/TV Câmara São José
Número de programas: 354 (118 inéditos + 236 reprises)
Tempo de Exposição: 10.620 minutos

**2011**
Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com SBT/TV Justiça/ TV Câmara Fpolis/São José/Blumenau/TV Floripa
Número de programas: 564 (228 inéditos + 336 reprises)
Tempo de exposição: 16.920 minutos

**2012**
Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto* e fechado
Contrato com SBT/TV Justiça/ TV Câmara Fpolis/São José/Blumenau/TV Floripa
Número de programas: 557 (189 inéditos + 368 reprises)
Tempo de exposição: 16.710 minutos
** O contrato para exibição em TV aberta, celebrado com o SBT, foi suspenso por decisão liminar da Justiça. Cinco programas haviam sido veiculados até então. Não há decisão final sobre o assunto.*

**2013**
Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação apenas em canal fechado
Convênio com TV Justiça/TV Câmara Fpolis/São José/Blumenau
Número de programas: 505 (203 inéditos + 302 reprises)
Tempo de exposição: 15.150 minutos

**2014**
Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação apenas em canal fechado
Convênio com TV Justiça/TV Câmara Fpolis/São José/Blumenau
Número de programas: 505 (203 inéditos + 302 reprises)
Tempo de exposição: 15.150 minutos

**2015**
Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação apenas em canal fechado
Convênio com TV Justiça/TV Câmara Fpolis e Blumenau
Número de programas: 352 (132 inéditos + 220 reprises)
Tempo de exposição: 10.560 minutos

## ASSESSORIA DE CERIMONIAL

### 1. INTRODUÇÃO

A Assessoria de Cerimonial está regulamentada pela Resolução 16/2014-GP e integra o Núcleo de Comunicação Institucional, subordinado ao Gabinete da Presidência.

De acordo com a Resolução 16/2014-GP, a Assessoria de Cerimonial é o órgão competente para:

- preparar supervisionar e coordenar eventos para os públicos interno e externo;
- expedir correspondências da Presidência que lhe sejam pertinentes;
- diligenciar a confecção e providenciar a distribuição dos convites para eventos oficiais e receber as confirmações dos convidados;
- manter contato com órgãos congêneres, visando ao intercâmbio de informações;
- acompanhar cerimônias e eventos realizados pelo Poder Judiciário sob a responsabilidade da Presidência desta Corte;
- organizar eventos no espaço cultural do Tribunal de Justiça;
- recepcionar autoridades em visita protocolar ao Tribunal de Justiça e realizar o registro fotográfico das visitas quando solicitado pelo Presidente do Tribunal de Justiça;
- recepcionar estudantes de Direito em visita ao Tribunal de Justiça; e
- exercer outras atividades inerentes às suas finalidades.

### 2. ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Os eventos institucionais organizados pelo Cerimonial são:

- inauguração de Fóruns e Casas da Cidadania;
- reinauguração de Fóruns;
- abertura de mutirões;
- instalação de varas e outras unidades jurisdicionais;
- posses de Desembargadores, Juízes de Direito de Segundo Grau e Juízes Substitutos;
- assinatura de convênios;
- almoço do Ático em dias de sessão do Tribunal Pleno;
- almoços e jantares oficiais;
- solenidades alusivas às comemorações de instalação deste Tribunal de Justiça e de comarcas;

Em 2015 foram organizados e conduzidos os eventos listados no quadro a seguir.

| JANEIRO | |
|---|---|
| DIA | EVENTO |
| 30 | Posse dos 14 Juízes Substitutos |




Posse dos 14 Juízes Substitutos

| MARÇO | |
|---|---|
| **DIA** | **EVENTO** |
| 04 | Posse do Juiz de Segundo Grau Edemar Gruber no cargo de Desembargador |
| 26 | Encerramento do Mês da Mulher e o lançamento da “Central Rosa” |
| 27 | Instalação do Juizado Especial Cível da comarca de Palhoça |
| 30 | Posse do Juiz de Direito Luiz Zanini Fornerolli no cargo de Juiz de Segundo Grau |



Posse do Juiz de Segundo Grau Edemar Gruber no cargo de Desembargador



Encerramento do Mês da Mulher e o lançamento da “Central Rosa”




Instalação do Juizado Especial Cível da comarca de Palhoça





Posse do Juiz de Direito Luiz Zanini Fornerolli no cargo de Juiz de Segundo Grau

| MAIO | |
|---|---|
| **DIA** | **EVENTO** |
| 27 a 29 | XXXVII FONAJE – Fórum Nacional de Juizados Especiais |









XXXVII FONAJE – Fórum Nacional de Juizados Especiais

| JUNHO | |
|---|---|
| **DIA** | **EVENTO** |
| 10 | Workshop: "O Novo Código de Processo Civil e a Verticalização: aplicação da sistemática dos recursos repetitivos e da repercussão geral pelos juízes de primeiro grau e pelos órgãos julgadores dos Tribunais" |
| 30 | Solenidade de Inauguração da Sala de Videoaudiência do Fórum da Comarca de Itajaí |




Workshop: "O Novo Código de Processo Civil e a Verticalização: aplicação da sistemática dos recursos repetitivos e da repercussão geral pelos juízes de primeiro grau e pelos órgãos julgadores dos Tribunais"




Solenidade de Inauguração da Sala de Videoaudiência do Fórum da Comarca de Itajaí

| JULHO | |
|---|---|
| **DIA** | **EVENTO** |
| 07 | Solenidade de instalação da 2ª Vara Criminal e CEJUSC, da Comarca de Jaraguá do Sul |
| 10 | Sessão solene de posse dos Juízes de Direito de Segundo Grau Stanley da Silva Braga e Altamiro de Oliveira no cargo de Desembargador |
| 17 | Instalação do 2º juizado Especial Cível do Fórum Universitário e do CEJUSC e entrega das instalações reformadas do Salão do Júri Doutor Aristeu Rui de Gouvea Schiefler da comarca de Blumenau |
| 29 | Instalação do CEJUSC da comarca de Concórdia, com participação do Ministro do Superior Tribunal de Justiça Marco Aurélio Gastaldi Buzzi |




Solenidade de instalação da 2ª Vara Criminal e CEJUSC, da Comarca de Jaraguá do Sul




Sessão solene de posse dos Juízes de Direito de Segundo Grau Stanley da Silva Braga e Altamiro de Oliveira no cargo de Desembargador



Instalação do CEJUSC da comarca de Concórdia, com participação do Ministro do Superior Tribunal de Justiça Marco Aurélio Gastaldi Buzzi

| AGOSTO | |
|---|---|
| **DIA** | **EVENTO** |
| 3 | Abertura da segunda etapa da campanha "Justiça pela paz em casa" |
| 21 | Posse dos Juízes de Direito Luiz Felipe Sieger Schuch e Hildemar Meneguzzi de Carvalho no cargo de Juiz de Direito de Segundo Grau |
| 24 | Solenidade de Assinatura do Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica para implantação do Projeto Audiência de Custódia no Estado de Santa Catarina e de Homenagem ao Presidente do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Conselho Nacional de Justiça Ministro Ricardo Lewandowski. |




Abertura da segunda etapa da campanha "Justiça pela paz em casa"




Posse dos Juízes de Direito Luiz Felipe Sieger Schuch e Hildemar Meneguzzi de Carvalho no cargo de Juiz de Direito de Segundo Grau






Solenidade de Assinatura do Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica para implantação do Projeto Audiência de Custódia no Estado de Santa Catarina e de Homenagem ao Presidente do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Conselho Nacional de Justiça Ministro Ricardo Lewandowski

| SETEMBRO | |
|---|---|
| **DIA** | **EVENTO** |
| 10 | Instalação da 2ª Vara e do CEJUSC e entrega das instalações reformadas e ampliadas do Fórum Desembargador Osny Caetano da Silva da comarca de Pomerode |
| 10 | Instalação do CEJUSC da comarca de Brusque |
| 17 | Instalação de uma unidade do CEJUSC na Uniplac, na comarca de Lages |
| 18 | Instalação do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Concórdia |
| 25 | Apresentação do Coral das Crianças Indígenas com a presença dos Caciques das Aldeias do Morro dos Cavalos e de Biguaçu e a palestra de Marcos Karai Moreira “A visão Guarani sobre os territórios” |
| 29 | Inauguração da Unidade Judiciária de Cooperação do Sul da Ilha da comarca da Capital |
| 30 | Instalação da 5ª Vara Criminal da comarca da Capital |




Instalação da 2ª Vara e do CEJUSC e entrega das instalações reformadas e ampliadas do Fórum Desembargador Osny Caetano da Silva da comarca de Pomerode




Instalação do CEJUSC da comarca de Brusque





Instalação de uma unidade do CEJUSC na Uniplac, na comarca de Lages




Instalação do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Concórdia




Apresentação do Coral das Crianças Indígenas com a presença dos Caciques das Aldeias do Morro dos Cavalos e de Biguaçu e a palestra de Marcos Karai Moreira “A visão Guarani sobre os territórios”




Inauguração da Unidade Judiciária de Cooperação do Sul da Ilha da comarca da Capital

| OUTUBRO | |
|---|---|
| **DIA** | **EVENTO** |
| 7 | Comemoração do aniversário de 124 anos de instalação do Tribunal de Justiça, lançamento dos vídeos institucionais e a 3ª edição do Livro das Comarcas, com homenagem aos ex-Presidentes da Corte |









Comemoração do aniversário de 124 anos de instalação do Tribunal de Justiça, lançamento dos vídeos institucionais e a 3ª edição do Livro das Comarcas, com homenagem aos ex-Presidentes da Corte

| NOVEMBRO | |
|---|---|
| **DIA** | **EVENTO** |
| 20 | Benção especial na presença da relíquia sagrada da Santa Catarina de Alexandria na Capela Ecumênica do Tribunal de Justiça |
| 23 | Abertura da Semana Nacional e Estadual da Conciliação no Terminal Rodoviário Rita Maria |
| 25 | Entrega da premiação do 1º concurso cultural “Dê um basta na violência contra a mulher” |





Benção especial na presença da relíquia sagrada da Santa Catarina de Alexandria na Capela Ecumênica do Tribunal de Justiça



Abertura da Semana Nacional e Estadual da Conciliação no Terminal Rodoviário Rita Maria



Entrega da premiação do 1º concurso cultural “Dê um basta na violência contra a mulher”

| DEZEMBRO | |
|---|---|
| **DIA** | **EVENTO** |
| 01 | Instalação da Vara da Família, Infância e Juventude, Idoso, órfão e Sucessões da comarca de Gaspar |
| 07 | Entrega dos presentes da campanha do Natal Solidário na Creche Chico Mendes |
| 16 | Lançamento Oficial do Canal CONSUMIDOR.GOV.BR no Portal do TJSC e, na sequência, a apresentação do Programa de Cooperação para enfrentamento adequado das demandas afetas aos Juizados Criminais. |



Entrega dos presentes da campanha do Natal Solidário na Creche Chico Mendes

## 3. EVENTOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES NO TJSC

A Assessoria de Cerimonial, quando solicitado pela Presidência, também é encarregada de atuar em parceria ou intermediar o uso de espaço do TJSC cedido a outra instituição, oferecendo os serviços e atuando de forma colaborativa na preparação, organização e condução do evento, além de fiscalizar e zelar pelo patrimônio do PJSC.

Em 2015 este setor atuou desta forma nos eventos a seguir.

| DATA | EVENTO | INSTITUIÇÃO |
|---|---|---|
| 18/8 | Projeto "Idoso em foco 2015", em parceria com o Serviço Social do Comércio | SESC |
| 20 /8 | Audiência Pública, com tema: O Plano Estadual de Educação | Comissão de Educação, Cultura e Desporto da ALESC |
| 4/9 | Solenidade de posse da Juíza Ana Cristina Ferro Blasi como Juíza Efetiva, Categoria Jurista. | Tribunal Regional Eleitoral |
| 23/10 | Palestra sobre a prevenção contra o câncer | Banco do Brasil |

## 4. CAMPANHA NATAL SOLIDÁRIO

Também é realizada uma campanha de cunho filantrópico, o Natal Solidário, anualmente. A campanha consiste na adoção por servidores e magistrados de cartinhas de crianças com idade entre 1 e 6 anos para distribuição de brinquedos e roupas. Neste ano foi adotada a Creche Chico Mendes, da comunidade de mesmo nome, localizada no município da Florianópolis, que atende 115 crianças.

## 5. VISITA DE ESTUDANTES

No decorrer do ano, a Assessoria de Cerimonial prosseguiu com o seu programa de visita mediada aos alunos das instituições de ensino superior do curso de Direito.

As visitas são realizadas nas terças e quintas-feiras. Consistem em visitação ao Museu do Poder Judiciário, em palestra (opcional) proferida por Secretários de Câmaras e encaminhamento para as sessões de julgamento.

Neste ano foram agendadas 68 visitas, somando um total de 2.672 acadêmicos, e foram ministradas 37 palestras.

Seguem abaixo dados relativos ao agendamento de visitas de 2015:

| DATA | UNIVERSIDADE | CIDADE | NÚMERO DE ALUNOS |
|---|---|---|---|
| 24/3 | Ufsc | Florianópolis | 73 |
| 31/3 | Furb | Blumenau | 40 |
| 7/4 | Unisul | Florianópolis e Palhoça | 50 |
| 14/4 | Unesc | Criciúma | 50 |
| 14/4 | Univali | São José | 13 |
| 23/4 | Uniasselvi | Indaial | 12 |
| 28/4 | Unidavi | Taió | 46 |
| 28/4 | Unidavi | Kobrasol | 30 |
| 5/5 | Furb | Blumenau | 24 |
| 5/5 | Univali | São José | 9 |
| 5/5 | Faculdade Sinergia | Navegantes | 32 |
| 7/5 | Cesusc | Florianópolis | 47 |
| 12/5 | Univile | Joinville | 40 |
| 12/5 | Cesusc | Florianópolis | 40 |
| 12/5 | Uniarp | Caçador | 37 |

| DATA | UNIVERSIDADE | CIDADE | NÚMERO DE ALUNOS |
|---|---|---|---|
| 14/5 | Unesc | Criciúma | 50 |
| 14/5 | Unisul | Palhoça | 50 |
| 19/5 | Unibave | Orleans e Cocal do Sul | 50 |
| 21/5 | Esucri | Criciúma | 60 |
| 26/5 | Unidavi | Rio do Sul | 60 |
| 28/5 | Unifebe | Brusque | 31 |
| 28/5 | Unisociesc | Joinville | 27 |
| 28/5 | Univali | São José | 30 |
| 2/6 | Fameg | Guaramirim | 23 |
| 2/6 | Centro Universitário Católica de SC | Jaraguá do Sul | 40 |
| 9/6 | Univali | São José | 30 |
| 9/6 | Unesc | Criciúma | 50 |
| 11/6 | Unoesc | Xanxerê | 50 |
| 18/6 | Univali | Balneário Camboriú | 80 |
| 23/6 | Faculdade Avantis | Balneário Camboriú | 15 |
| 25/6 | Unoesc | Videira | 25 |
| 25/6 | Facvest | Lages | 34 |
| 30/6 | Universidade do Contestado | Concórdia | 17 |
| 11/8 | Faculdade Cenecista | Joinville | 29 |
| 18/8 | Ufsc | Florianópolis | 68 |
| 25/8 | Faculdade Avantis | Balneário Camboriú | 20 |
| 25/8 | Furb | Blumenau | 44 |
| 1/9 | Univali | São José | 30 |
| 3/9 | Unisociesc | Joinville | 49 |
| 3/9 | Univali | São José | 30 |
| 8/9 | Faculdade Cenecista | Joinville | 51 |
| 10/9 | Unisul | Palhoça | 51 |
| 15/9 | Unesc | Criciúma | 50 |
| 15/9 | Furb | Blumenau | 39 |
| 17/9 | Unochapecó | Chapecó | 40 |
| 22/9 | Unisul | Florianópolis | 72 |
| 24/9 | Univille | São Bento do Sul | 33 |
| 24/9 | Esucri | Criciúma | 36 |
| 24/9 | Univali | Itajaí | 45 |
| 1/10 | Unoesc | Pinhalzinho | 25 |
| 6/10 | Univali | São José | 11 |
| 6/10 | Furb | Blumenau | 48 |
| 6/10 | Uniarp | Caçador | 25 |
| 8/10 | Univali | Tijucas | 30 |
| 8/10 | Uniasselvi | Blumenau | 33 |
| 13/10 | Univille | Joinville | 45 |
| 13/10 | Cesusc | Florianópolis | 71 |
| 20/10 | Unesc | Criciúma | 19 |
| 20/10 | Cesusc | Florianópolis | 67 |
| 22/10 | Fameg | Guaramirim | 88 |
| 29/10 | Unifebe | Brusque | 47 |
| 29/10 | Unisul | Palhoça | 25 |
| 3/11 | Unibave | Orleans | 27 |
| 10/11 | Universidade Católica | Jaraguá do Sul | 31 |
| 12/11 | Faculdade Sinergia | Navegantes | 32 |

| DATA | UNIVERSIDADE | CIDADE | NÚMERO DE ALUNOS |
|---|---|---|---|
| 24/11 | Faculdade Guilherme Guimbala | Joinville | 64 |
| 26/11 | Univali | Itajaí | 39 |
| 1/12 | Unidavi | Rio do Sul | 43 |

## 6. OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

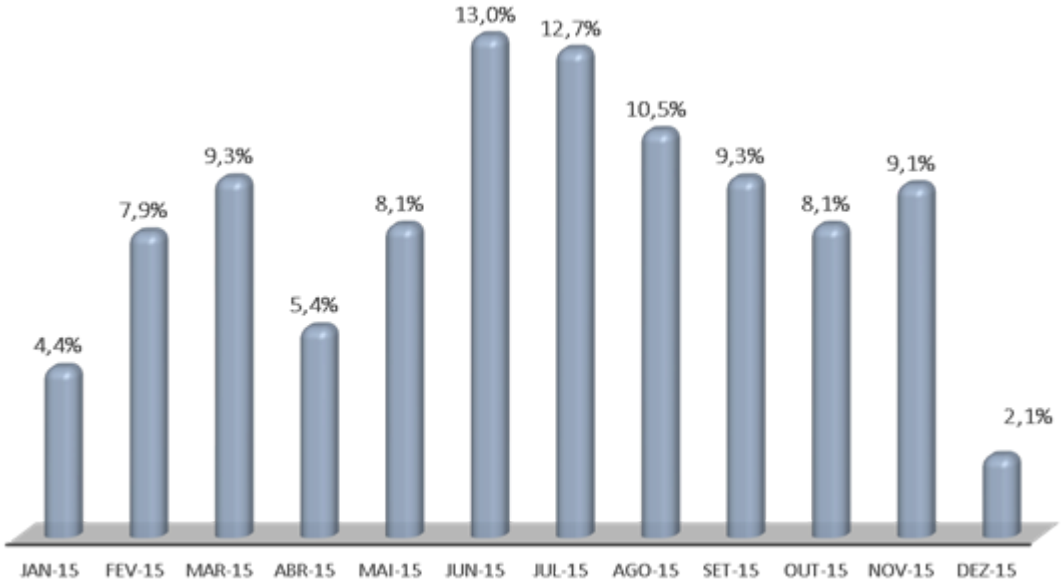
Além das atribuições supracitadas, a Assessoria de Cerimonial confecciona as agendas de viagem do Presidente. Trata-se de livreto com informações necessárias ao Presidente quando em viagem oficial, tais como dados históricos e econômicos sobre a cidade/comarca a ser visitada, condições meteorológicas, cronograma da viagem, telefones de autoridades locais, endereços de hotéis e restaurantes, relação da comitiva e respectivos telefones. A produção da agenda engloba os serviços de pesquisa de dados, editoração, impressão e montagem, todos executados no próprio setor; e providencia a confecção de placas de homenagens.

## OUVIDORIA DOS SERVIDORES

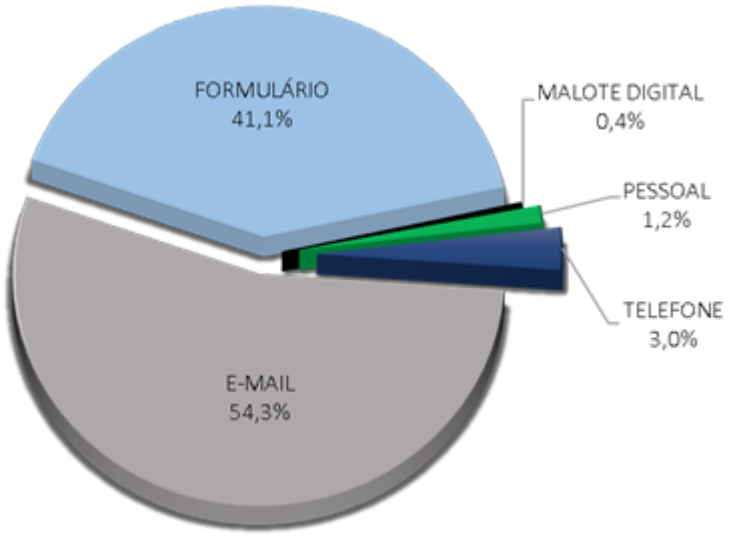
Relatório Estatístico Anual – 2015 da Ouvidoria dos Servidores. Os dados deste relatório foram coletados no período de 7 de janeiro a 14 de dezembro de 2015.

## TOTAL DE DEMANDAS: 569

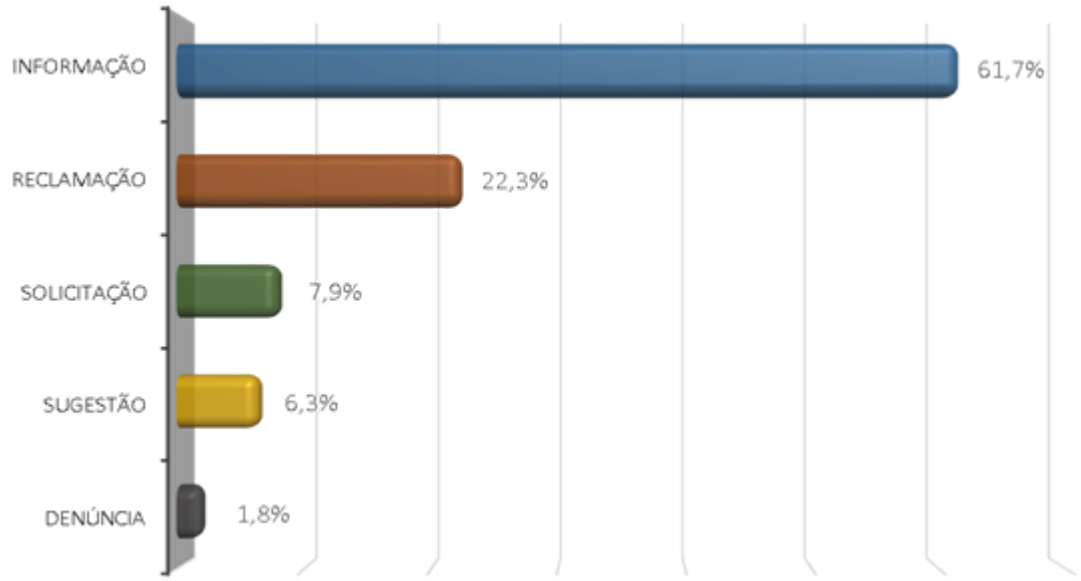
### 1. DEMANDAS POR MÊS



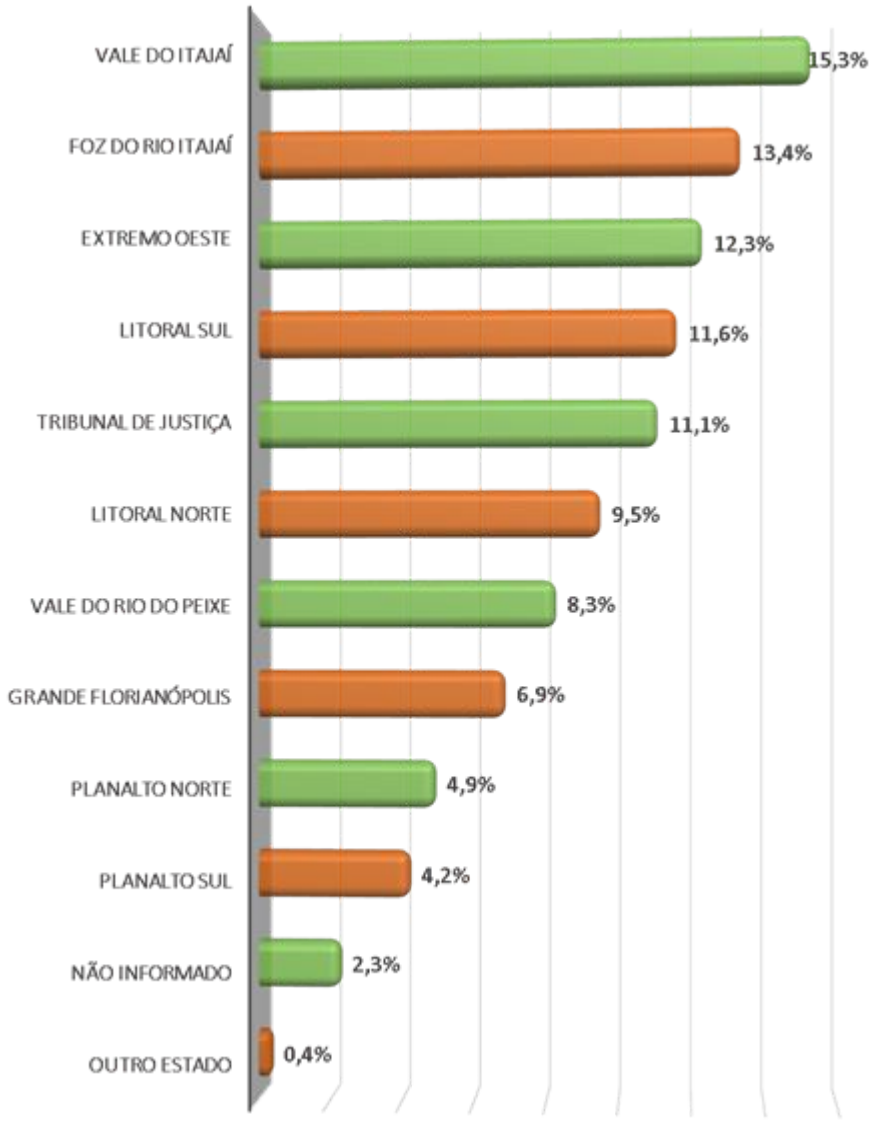

### 2. CANAL DE ATENDIMENTO




### 3. TIPO DE DEMANDA



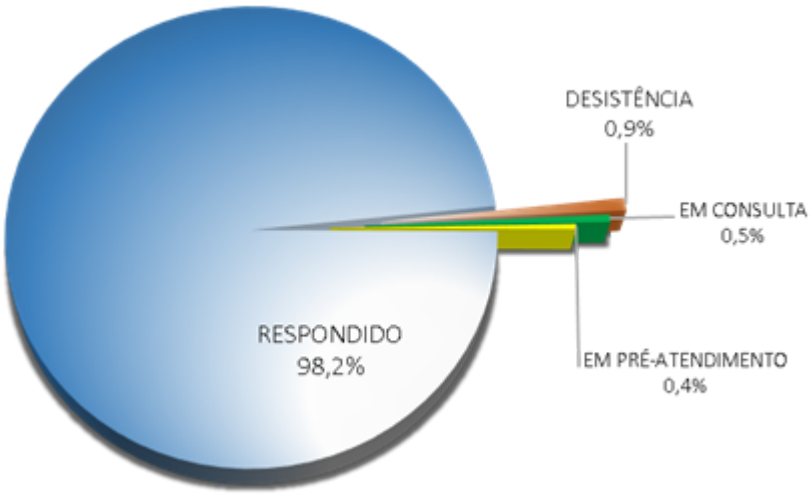

## 4. DEMANDAS POR REGIÃO




## 5. PERFIL DOS DEMANDANTES




## 6. CONDIÇÃO DOS ATENDIMENTOS




O inteiro teor das demandas está em relatório próprio, arquivado na Ouvidoria dos Servidores para consulta.

## OUVIDORIA JUDICIAL

Em atendimento ao disposto no artigo 2º, inciso VII, da Resolução n. 12/06-TJ e no artigo 9º, inciso V da Resolução n. 103/2010 do CNJ, apresenta-se o relatório estatístico da Ouvidoria Judicial do Poder Judiciário de Santa Catarina, relativo ao ano de 2015.

A Ouvidoria Judicial possui cinco meios de recebimento de demandas, são eles: atendimento telefônico, endereço eletrônico (e-mail), correspondência, formulário eletrônico disponível no portal e atendimento presencial.

No ano de 2015 registrou-se a entrada de 2.123 demandas advindas de todos os meios de comunicação com a Ouvidoria Judicial, sendo que o formulário eletrônico e o endereço de e-mail foram os canais mais utilizados pelos demandantes, respondendo o primeiro por 53% do total de contatos e o segundo por 31%, conforme se observa nos gráficos abaixo:

### 1. FORMAS DE RECEBIMENTO DAS DEMANDAS

| | |
|---|---|
| Pessoalmente | **50** |
| Correio Eletrônico (e-mail) | **667** |
| Telefone | **282** |
| Correspondência | **6** |
| Formulário eletrônico disponível no portal | **1.118** |

### 2. ESPÉCIES DE DEMANDAS RECEBIDAS

Quanto às espécies de demandas recebidas, assim como se constatou no ano de 2014, as reclamações responderam por 49% das manifestações do público externo, seguidas pelos pedidos de informações, que somaram 41%. Os elogios e agradecimentos tiveram 2% e as sugestões 1% do total das manifestações.

As demandas recebidas foram classificadas também pelos assuntos a que se referem, sendo tal classificação útil para identificação dos principais pontos de inquietação da sociedade no âmbito do judiciário catarinense.

Observa-se pelos dados estatísticos, que as reclamações atinentes à morosidade judicial e as informações sobre o andamento processual são os temas que mais foram citados pelos demandantes.

### 2.1. NÚMEROS TOTAIS

| | |
|---|---|
| **RECLAMAÇÕES** | **1.045** |
| Morosidade na tramitação processual | 801 |
| Atendimento prestado pelos servidores/pessoal e telefônico | 66 |
| Comportamento/Conduta de magistrados e servidores | 35 |
| Serviço de peticionamento eletrônico - indisponibilidade/instabilidade | 78 |
| Cartórios Extrajudiciais | 38 |
| Processo digital | 12 |
| Consulta processual/indisponibilidade | 7 |
| Não afetas ao PJSC | 8 |
| **SUGESTÕES** | **24** |
| **ELOGIOS OU AGRADECIMENTOS** | **53** |
| **INFORMAÇÕES** | **871** |

| | |
|---|---|
| Andamento processual | 518 |
| Concurso público | 49 |
| Serviço de peticionamento eletrônico | 28 |
| Expediente do Poder Judiciário de SC | 7 |
| Contatos telefônicos | 20 |
| Cartórios Extrajudiciais | 16 |
| Processo digital | 9 |
| Pedidos de Informações com base na Lei n. 12.527/2011 | 62 |
| Outras informações de caráter geral | 162 |
| **OUTRAS DEMANDAS NÃO AFETAS AO PJSC** | **130** |
| **TOTAL** | **2.123** |

## 3. CATEGORIA DOS USUÁRIOS QUE SE UTILIZARAM DA OUVIDORIA JUDICIAL

## 4. RESULTADOS OBTIDOS – DEMANDAS RESPONDIDAS E PENDENTES

## 1ª VICE-PRESIDÊNCIA

A 1ª Vice-Presidência, conforme atribuições definidas pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça e pelo Ato Regimental nº 48/01-TJ, alterado pelo Ato Regimental nº 54/02-TJ, possui incumbência, dentre outras, de despachar os pedidos de suspensão de liminares e de sentenças em mandados de segurança, ação popular e ação civil pública, resolvendo os incidentes suscitados. O 1º Vice-Presidente também integra o Conselho da Magistratura e o Conselho Gestor do Sistema dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos, competindo-lhe, ainda, a presidência das seguintes Comissões Permanentes: Divisão e Organização Judiciárias; Regimento Interno; Jurisprudência; Concurso para Ingresso na Magistratura, inclusive Juiz Auditor da Justiça Militar; Concurso para Ingresso e Remoção na Atividade Notarial e de Registro; Concurso para Advogado de Ofício do Judiciário e da Justiça Militar, bem como os demais concursos para ingresso no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário.

Informações relativas ao período compreendido entre 7/1/2015 a 18/12/2015.

### 1. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINARES E DE SENTENÇAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO

**1.1** Total de Feitos: **31**

### 2. AGRAVOS E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS NOS PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO

**2.1** Total de Feitos: **27**

### 3. JULGAMENTOS DE MÉRITO NO CONSELHO DA MAGISTRATURA

**3.1** Total de Feitos: **13**

### 4. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

**4.1** Total de Feitos: **3.213**

### 5. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

**5.1** Total de Feitos: **221**

### 6. PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

**6.1** Total de Feitos: **2**

### 7. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

**7.1** Total de Feitos: **68**

**7.1.1** Informações ao CNJ: **17**

**7.1.2** Informações em Mandado de Segurança: **31**

**7.1.3** Informações à Procuradoria Geral do Estado: **14**

**7.1.4** Informações à Advocacia-Geral da União: **4**

**7.1.5** Informações ao Conselho da Magistratura: **1**

**7.1.6** Informações ao Ministério Público de Santa Catarina: **1**

**8. DESPACHOS E DECISÕES DIVERSAS**

**8.1** Total: **1.551**

**9. COMISSÃO PERMANENTE DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS – Portarias n. 38/14-GP, n. 224/2015-GP e n. 399/2015-GP.**

- Desembargador José Antônio Torres Marques – Presidente
- Desembargador Domingos Paludo – Titular
- Desembargador Stanley da Silva Braga – Titular
- Juiz de Direito de Segundo Grau Rodolfo C. R. S. Tridapalli – Titular
- Juiz de Direito de Segundo Grau Paulo Henrique Moritz Martins – Titular
- Juiz de Direito de Segundo Grau Guilherme Nunes Born – Titular

Representantes da Associação dos Magistrados Catarinenses:

- Juiz Márcio Umberto Bragaglia – Titular
- Juiz Rafael Sandi – Suplente

Secretário da Comissão: Bruno Hernandez Galasso

**10. Total de Processos para Exame na 1ª Vice-Presidência: 31**

**10.1** Conclusos à Presidência: **17**

**10.2** Feitos em tramitação na 1ª Vice-Presidência: **3** (dois arquivados e um sobrestado)

**10.3** Feitos distribuídos aos integrantes da CPDOJESC: **5**

**10.4** Diligências a outros órgãos administrativos: **6**

**10.5** Reuniões: **8**

**10.5.1 Processo n. 517681-2013.6** – Requerentes: Juízes da comarca de Gaspar; Assunto: Designação de Juiz Cooperador e Modificação do Código de Divisão e Organização Judiciárias; Relator: Des. Ronei Danielli; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Exmo. Des. Ronei Danielli, no sentido de encaminhar os autos à Corregedoria-Geral da Justiça, à Assessoria de Planejamento – ASPLAN, e colher, por fim, a manifestação dos magistrados da comarca de Blumenau (28/4/2014); remessa do feito à ASPLAN no dia 15/8/2014.

**10.5.2 Processo n. 379462-2010.8** – Requerente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Assunto: Proposta de integração da comarca de Abelardo Luz com a comarca de São Domingos; Relator: Juiz de Direito de 2º Grau Rodolfo C. R. S. Tridapalli; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto apresentado pelo Relator, Dr. Rodolfo C. R. S. Tridapalli, no sentido de manter o município de Ipuaçu sob a jurisdição da comarca de Abelardo Luz, em virtude da ausência de benefícios de ordem funcional e operacional em relação aos custos da descentralização territorial da unidade judiciária; feito arquivado administrativamente na 1ª Vice-Presidência no dia 31/3/2015.

**10.5.3 Processo n. 477366-2012.7/484102-2012.6** – Requerente: CEPEVID – Núcleo Operacional de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Assunto: Alteração da competência da Vara da Infância e Juventude da comarca de Lages; Relator: Dr. Marlon Negri; Decisão: a Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão ordinária realizada nesta data,

decidiu, à unanimidade, acolher o voto apresentado pelo Relator, Exmo. Juiz de Direito Marlon Negri, no sentido de aprovar a alteração da denominação da Unidade Judiciária Avançada de Cooperação instalada no campus da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac – para Unidade Judiciária de Cooperação (UJC), da comarca de Lages, e de adequar sua competência para que fique adstrita aos feitos cíveis e de família ajuizados pelo Núcleo de Prática Forense da Uniplac, excluídas as demandas contra a Fazenda Pública do Estado e do Município, ações que envolvam acidentes de trabalho e registros públicos, causas relacionadas à infância e juventude, inventários, partilhas e usucapião; e aprovar o deslocamento da competência para processamento, julgamento e execução dos processos relativos aos órfãos, às sucessões – inclusive entre maiores e capazes -, aos ausentes e aos interditos (arts. 97 e 98, I, a, ambos da Lei 5.624/79) da Vara da Infância e Juventude para a Vara da Família, consoante minuta anexa ao voto; remessa do feito à Presidência no dia 23/2/2015.

**10.5.4 Processo n. 538559-2014.8** – Requerente: Des. Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu; Assunto: Proposta de uniformização de procedimento administrativo disciplinar dos notários e registradores; Relator: Des. Carlos Adilson Silva; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, no sentido de converter o julgamento em diligência, para a remessa dos autos à Secretaria Técnica de Elaboração Normativa para revisão do projeto e, se for o caso, adequação à boa técnica normativa; remessa do feito à Secretaria Técnica de Elaboração Normativa no dia 25/8/2015.

**10.5.5 Processo n. 414296-2011.9** – Requerente: Juiz de Direito da Vara da Justiça Militar; Assunto: Estudo acerca da regularização da Vara da Justiça Militar; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, por maioria de votos, acolher a manifestação apresentada pelo Relator, Exmo. Des. Domingos Paludo, no sentido de extinguir a Auditoria da Justiça Militar Estadual e de distribuir os feitos que lá tramitam, bem como aqueles de competência da Justiça Militar, à Unidade de Inquéritos e Apuração de Crimes Praticados por Organizações Criminosas, que terá competência para todo o território Estadual para apuração dos crimes militares praticados por militares estaduais, com a denominação de Quinta Vara Criminal da Capital; remessa do feito à Secretaria Técnica de Elaboração Normativa no dia 9/2/2015.

**10.5.6 Processo n. 311078-2008-8** – Requerente: Juíza de Direito da Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude da comarca de Tubarão; Assunto: Pedido de estabelecimento de competência para a Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude, da comarca de Tubarão, dos feitos que envolvam idosos; Relator: Juiz de Direito de 2º Grau Rodolfo C. R. S. Tridapalli; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Dr. Rodolfo C. R. S. Tridapalli, no sentido de deferir o pedido inaugural para acrescer a competência do Juízo da Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude da comarca de Tubarão para processar e julgar as ações relativas às medidas protetivas do Estatuto do Idoso; remessa do feito à Presidência no dia 1/7/2015.

**10.5.7 Processo n. 553456-2014.9** – Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Santa Catarina; Assunto: Proposta de alteração das Resoluções ns. 18/2010 e 8/2012 do TJSC, para modificar a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública e possibilitar a execução da remuneração fixada aos defensores dativos; Relator: Des. Domingos Paludo; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto apresentado pelo Relator, Des. Domingos Paludo, no sentido de rejeitar o pedido de alteração das Resoluções ns. 9/2011, 18/2010 e 8/2012 do TJSC; remessa do feito à Presidência no dia 26/5/2015.

**10.5.8 Processo n. 555082-2014.3** – Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça; Assunto: Pedido de redefinição das competências da Vara de Sucessões e Registros Públicos da comarca da Capital; Movimentação: remessa do feito à ASPLAN no dia 25/8/2014.

**10.5.9 Processo n. 483076-2012.8** – Requerente: Assessoria de Custas da Corregedoria-Geral da Justiça; Assunto: Projeto de lei que visa modificar os itens IV e V do número 11 e as 2ª e 3ª notas da Tabela I –

Atos do Tabelião, da Lei Complementar n. 219/01, que dispõe sobre o valor dos emolumentos nos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, na forma da Lei Federal n. 10.069/00; Relator: Des. Stanley da Silva Braga; Movimentação: remessa do feito ao relator, Des. Stanley da Silva Braga, no dia 20/7/2015.

**10.5.10 Processo n. 319125-2008.7** – Requerente: Conselho Nacional de Justiça; Assunto: Regulamentação da eleição e da remuneração dos Juízes de Paz; Relator: Juiz de Direito de 2º Grau Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Dr. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, no sentido de suspender o processo para que aguarde o trâmite do Projeto de Lei que cuida da matéria objeto do feito; sobrestamento administrativo do feito no Gabinete da 1ª Vice-Presidência no dia 27/7/2015.

**10.5.11 Processo n. 553580-2014.8** – Requerente: Gabinete da Presidência; Assunto: Estudo acerca de conflitos de jurisdição; Relator: Dr. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Dr. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, no sentido de aprovar a proposta de resolução (fls. 99/107) e de sua remessa ao Tribunal Pleno; remessa do feito à Presidência no dia 23/2/2015.

**10.5.12 Processo n. 567608-2015.8** – Requerente: Assessoria de Planejamento e Organização e Sistemas - ASPLAN; Assunto: Criação de cinco cargos de juiz de entrância final e cinco cargos de juiz de entrância especial, derivados da transformação de dez cargos de juiz de entrância inicial; Relator: Des. Carlos Adilson Silva; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Des. Carlos Adilson Silva, no sentido de aprovar a transformação de dez varas e cargos de Juiz de Direito de entrância inicial, sem especificação de comarca, criados pelo art. 2º, III, da LC n. 516/2010, em cinco varas de entrância especial e respectivos cargos de Juiz de Direito, sem especificação de comarca, e cinco varas de entrância final e respectivos cargos de Juiz de Direito, sem especificação de comarca; remessa do feito à Presidência no dia 23/2/2015.

**10.5.13 Processo n. 773/2014 (SPA)** – Requerente: Governador do Estado de Santa Catarina; Assunto: Modificação da denominação do Fundo Especial da Defensoria Dativa, previsto nas leis complementares n. 188/99 e 391/07, para Fundo da Defensoria Pública; Relator: Juiz de Direito de 2º Grau Rodolfo C. R. S. Tridapalli; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Dr. Rodolfo C. R. S. Tridapalli, no sentido de aprovar a modificação da denominação do Fundo da Defensoria Dativa para Fundo da Defensoria Pública; remessa do feito à Presidência no dia 12/5/2015.

**10.5.14 Processo n. 568380-2015.7** – Requerente: Gabinete da Presidência - ASPLAN; Assunto: Proposta de criação de nova unidade jurisdicional no Juizado Especial da comarca de Blumenau; Relator: Des. Domingos Paludo; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Des. Domingos Paludo, no sentido de que seja criado e implantado o 2º Juizado Especial Cível da comarca de Blumenau; remessa do feito à Presidência no dia 24/2/2015.

**10.5.15 Processo n. 568378-2015.5** – Requerente: Gabinete da Presidência - ASPLAN; Assunto: Proposta de criação de nova unidade jurisdicional no Juizado Especial da comarca de Palhoça, Relator: Des. Domingos Paludo; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Des. Domingos Paludo, no sentido de criar e implantar o Juizado Especial Cível da comarca de Palhoça, bem como de transformar a 3ª Vara Cível em Vara da Fazenda Pública, Acidentes de Trabalho e Registros Públicos de Palhoça; remessa do feito à Presidência no dia 24/2/2015.

**10.5.16 Processo n. 568379-2015.3** – Requerente: Gabinete da Presidência – ASPLAN; Assunto: Proposta de criação de nova unidade jurisdicional da comarca de Jaraguá do Sul; Relator: Juiz de Direito de 2º Grau Paulo Henrique Moritz Martins da Silva; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização

Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Dr. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, no sentido de aprovar o projeto de resolução e de sua remessa ao Tribunal Pleno; remessa do feito à Presidência no dia 23/2/2015.

**10.5.17 Processo n. 571124-2015.0** – Requerente: Gabinete da 1ª Vice-Presidência; Assunto: Pedido de modificação da competência dos Juizados Especiais da comarca de Joinville; Movimentação: feito remetido ao relator, Juiz de Direito de 2º Grau Rodolfo C. R. S. Tridapalli, no dia 28/7/2015.

**10.5.18 Processo n. 570068-2015.0** – Requerente: Gabinete da Presidência – ASPLAN; Assunto: Proposta de instalação do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Concórdia; Relator: Dr. Rafael Sandi; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Dr. Rafael Sandi, no sentido de aprovar a minuta de resolução proposta pela Secretaria Técnica de Elaboração Normativa, vinculada à Diretoria-Geral Judiciária, que disciplina a instalação do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Concórdia, redefine as competências das demais unidades judiciais e dá outras providências; remessa do feito à Presidência no dia 1/8/2015.

**10.5.19 Processo n. 569952-2015.5** – Requerente: Gabinete da Presidência – ASPLAN; Assunto: Proposta de implantação de nova vara na comarca de Pomerode; Relator: Des. Domingos Paludo; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Des. Domingos Paludo, no sentido de aprovar a implantação de uma Segunda Vara da comarca de Pomerode, transformando a atual Vara Única em Primeira Vara, bem como de ser efetivada a correspondente elevação de entrância; remessa do feito à Presidência no dia 26/5/2015.

**10.5.20 Processo n. 578200-2015.7** – Requerente: Conselho Nacional de Justiça; Assunto: Atribuição de competência para duas varas cíveis da comarca da Capital para processar e julgar os conflitos decorrentes da lei de arbitragem; Relator: Des. Domingos Paludo; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Des. Domingos Paludo, no sentido de especializar, a partir desta data, com compensação, a 4ª Vara Cível da comarca da Capital para o processamento e julgamento dos feitos decorrentes da Lei de Arbitragem, na qual já tramita único processo referente à matéria, evitando-se assim a redistribuição deste feito; remessa do feito à Presidência no dia 1/7/2015.

**10.5.21 Processo n. 573498-2015.3** – Requerente: Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias; Assunto: Estudo sobre criação e implantação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública em todas as comarcas do Estado; Relator: Des. Stanley da Silva Braga; Movimentação: remetido ao relator, Des. Stanley da Silva Braga, no dia 20/7/2015.

**10.5.22 Processo n. 582690-2015.0** – Requerente: Assessoria de Planejamento - ASPLAN; Assunto: Instalação de nova vara na comarca de Gaspar; Relator: Des. Stanley da Silva Braga; Decisão: a Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão ordinária realizada nesta data, decidiu, à unanimidade, acolher o voto apresentado pelo Relator, Exmo. Des. Stanley da Silva Braga, no sentido de aprovar a criação e instalação da 4ª Vara da Comarca de Gaspar, conforme proposta de minuta e parecer de fls. 86/88 e 89/91, respectivamente; remessa do feito à Presidência no dia 31/8/2015.

**10.5.23 Processo n. 469858-2012.4** – Requerente: Associação dos Magistrados Catarinenses - AMC; Assunto: Criação de 34 cargos de juiz especial; remessa do feito à Presidência no dia 11/9/2015.

**10.5.24 Processo n. 586691-2015.0** – Requerente: Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias; Assunto: Projeto de revisão das leis que definem os valores dos emolumentos para prática de atos de serviços de notas e registros do Estado de Santa Catarina; Relator: Des. Domingos Paludo; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, no sentido de acolher a preliminar de incompetência dessa comissão para analisar a matéria, arguida pelo Relator, Des. Domingos Paludo, e determinar a remessa do feito à Vice-Corregedoria-Geral da Justiça; feito remetido ao Vice-Corregedor-Geral da Justiça no dia 30/9/2015.

**10.5.25 Processo n. 538342-2014.0** – Requerente: Juiz de Direito da comarca de Rio do Sul; Relator: Des. Carlos Adilson Silva; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Des. Carlos Adilson, no sentido de aprovar a alteração da denominação da 3ª Vara Cível da comarca de Rio do Sul para Vara da Fazenda Pública, Acidentes de Trabalho e Registros Públicos, em consonância com a competência da referida unidade jurisdicional, previamente definida no art. 5º da Resolução n. 36/2010 – TJ, e com denominação semelhante, remetendo-se a proposta de fls. 11 ao Tribunal Pleno para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei Complementar n. 339/2006; feito remetido à Presidência no dia 30/3/2015.

**10.5.26 Processo n. 00566-2014 (SPA)** – Requerente: Juiz de Direito da comarca de Içara; Decisão: Conversão do julgamento em diligência com a remessa do feito à Corregedoria-Geral da Justiça; remessa do feito à Corregedoria-Geral da Justiça em 14/10/2015.

**10.2.27 Processo n. 589015-2015.2** – Requerente: 3º Ofício de registro de Imóveis da comarca de Lages; Assunto: Proposta de extinção do 4º Registro de Imóveis da comarca de Lages; Relator: Dr. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva; Movimentação: remetido ao relator no dia 19/10/2015; julgado no dia 30/11/2015, remetido à Presidência no dia 30/11/2015; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão ordinária realizada nesta data, decidiu, à unanimidade, acolher o voto do Relator, Excelentíssimo Juiz de Direito de Segundo Grau Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, no sentido de aprovar a minuta e determinar a sua remessa ao Tribunal Pleno; feito remetido à Presidência no dia 30/11/2015.

**10.2.28 Processo n. 589534-2015.0** – Requerente: SIREDOC; Assunto: Pedido de elaboração de projeto de lei que reorganize o serviço extrajudicial com a agregação do serviço de protesto de títulos às escrivanias de paz localizadas em município que não sejam sedes de comarcas; Relator: Dr. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva; Movimentação: remetido ao relator no dia 27/10/2015.

**10.2.29 Processo n. 589653-2015.3** – Requerente: CPDOJ; Assunto: Projeto de lei que regulariza a criação das serventias extrajudiciais ainda não instaladas. Relator: Dr. Tridapalli Movimentação: remetido ao relator no dia 28/10/2015.

**10.2.30 Processo n. 13723/2015 (SPA)** – Requerente: ASPLAN – Assessoria de Planejamento; Assunto: Pedido de criação e instalação de Vara da Família, Infância, Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões na comarca de Xanxerê; Relator: Dr. Rafael Sandi; Movimentação: Cópia do processo digitalizado remetido ao relator no dia 24/11/2015; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão ordinária realizada nesta data, decidiu, à unanimidade, acolher o voto do Relator, Excelentíssimo Juiz de Direito Rafael Sandi, no sentido de aprovar a instalação da Vara da Família, Infância, Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões da comarca de Xanxerê, conforme minuta de resolução proposta pela Secretaria Técnica de Elaboração Normativa, vinculada à Diretoria-Geral Judiciária, remessa do feito à Presidência no dia 30/11/2015.

**10.2.31 Processo n. 14280/2015 (SPA)** – Requerente: ASPLAN – Assessoria de Planejamento; Assunto: Pedido de criação e instalação de Vara da Família, Infância, Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões na comarca de Caçador; Relator: Dr. Rafael Sandi; Movimentação: Cópia do processo digitalizado remetido ao relator no dia 26/11/2015; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão ordinária realizada nesta data, decidiu, à unanimidade, acolher o voto do Relator, Excelentíssimo Juiz de Direito Rafael Sandi, no sentido de aprovar a instalação da Vara da Família, Infância, Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões da comarca de Caçador, conforme minuta de resolução proposta pela Secretaria Técnica de Elaboração Normativa, vinculada à Diretoria-Geral Judiciária, remessa do feito à Presidência no dia 30/11/2015.

## 11. COMISSÃO PERMANENTE DE REGIMENTO INTERNO – Portarias n. 40/2014-GP e n. 141/2015-GP

- Desembargador José Antônio Torres Marques – Presidente

- Desembargador Alexandre d'Ivanenko – Titular
- Desembargador João Henrique Blasi – Titular
- Desembargador Salim Schead dos Santos – Titular
- Juíza de Direito de Segundo Grau Janice Goulart Garcia Ubialli – Titular

Secretário da Comissão: Maurício Martins Nalepa

**11.1** Total de processos distribuídos na comissão: **10**

**11.1.1** Conclusos à Presidência: **3**

**11.1.2** Feitos em tramitação na 1ª Vice-Presidência: **0**

**11.1.3** Procedimentos encerrados e remetidos a outras unidades administrativas ou para o relator: **7**

**11.2** Reuniões: **5**

**11.2.1 Processo n. 224179-2005.0** – Proposta de Reforma do Regimento Interno do TJSC. Decisão: Os membros da comissão decidiram, à unanimidade, aprovar o projeto do Novo Regimento Interno, com as inovações introduzidas pelo Novo Código de Processo Civil; feito remetido à Presidência no dia 31/8/2015.

**11.2.2 Processo SPA n. 224/2014** – Proposta de alteração do Regimento Interno para proporcionar a participação dos magistrados de 1º Grau na eleição de cargos diretivos do TJSC. Decisão: Os membros da Comissão decidiram, à unanimidade, indeferir o pedido de reconsideração; feito remetido à Presidência no dia 7/7/2015.

**11.2.3 Processo n. 540959-2014.4 e 565963-2014.9** – Levantamento da quantidade de recursos em tramitação no TJSC, no ano de 2014, referentes às matérias de família, idosos, infância e juventude, inclusive atos infracionais, sucessões, tutela, curatela e ausência, internação compulsória, saúde, educação pública e privada e previdência social e acidentária, previdência privada. Decisão: Os membros da Comissão decidiram, depois de compilar e sopesar as manifestações encaminhadas pelos Excelentíssimos Desembargadores, à unanimidade, opinar (i) pela rejeição da proposta apresentada pelo Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça para a especialização plena de todas as Câmaras Isoladas com competência cível e de ressurgimento da Seção Civil ou de criação das Seções de Direito Privado e de Direito Público, e (ii) pela implementação da revisão das competências atribuídas às Câmaras de Direito Público e de Direito Civil, a fim de que passe a ocorrer em razão da matéria ou em função da pessoa, conforme proposto pelos respectivos Grupos; feito remetido à Presidência no dia 10/8/2015.

**11.2.4 Processo n. 559646-2014.7** – Estudo para a cobrança de preparo no agravo regimental (art. 195 do RITJSC). Decisão: Os membros da Comissão decidiram, à unanimidade, aprovar a minuta de Ato Regimental que altera o art. 195, §2º, do RITJSC; feito remetido à Secretaria Técnica de Elaboração Normativa no dia 8/7/2015.

**11.2.5 Processo n. 569609-2015.7** – Proposta de regulamentação da escolha de desembargadores e juízes de direito para compor o Tribunal Regional Eleitoral. Decisão: A Comissão Permanente de Regimento Interno, ao apreciar o processo em epígrafe, decidiu, à unanimidade, acolher o voto apresentado pelo Relator e aprovar a minuta de Ato Regimental que altera a redação do caput do art. 148 do Regimento Interno; feito remetido à Secretaria Técnica de Elaboração Normativa no dia 30/6/2015.

**11.2.6 Processo n. 566094-2015.7** – Proposta de criação da 5ª Câmara de Direito Público, criação de três cargos de desembargador e um cargo de juiz de direito de 2º grau. Decisão: Os membros da Comissão decidiram, à unanimidade, aprovar o voto do Relator, Desembargador Alexandre d'Ivanenko, para a ampliação do número de membros do Tribunal de Justiça, com sua implementação condicionada à

conveniência da administração e à existência de disponibilidade financeira e orçamentária, consistente: i) na criação de 28 (vinte e oito) cargos de desembargador, observada a proporção reservada ao quinto constitucional; ii) na extinção de dezoito cargos de juiz de direito de segundo grau, na medida da vacância; iii) na criação da 5ª Câmara de Direito Público e da 5ª Câmara Criminal; iv) na definição do número de quatro desembargadores em cada câmara isolada; v) na manutenção de doze cargos de juízes de direito de segundo grau para atuação no plantão judiciário, nas Câmaras Especiais, nos programas de enfrentamento e demais atividades próprias; feito remetido ao Gabinete da Presidência em 6/8/2015.

**11.2.7 Processo n. 570249-2015.6** – Proposta de alteração do Ato Regimental que disciplina o preenchimento da vaga de Juiz de Direito de 2º Grau com lotação na Câmara Especial Regional de Chapecó - CERC. Decisão: Os membros da Comissão decidiram, à unanimidade, aprovar a proposta de alteração regimental que disciplina a opção dos Juízes de Direito de Segundo Grau para o preenchimento da vaga na sede do Tribunal de Justiça e na Câmara Especial Regional de Chapecó, nos termos do voto da relatora, Juíza de Direito de 2º Grau Janice Goulart Garcia Ubialli; feito remetido à Secretaria Técnica de Elaboração Normativa em 28/5/2015.

**11.2.8 Processo n. 569045-2015.5** – Proposta de alteração do Ato Regimental n. 12/1991; Decisão: Os membros da Comissão decidiram, à unanimidade, aprovar, nos termos do voto do Relator, Excelentíssimo Desembargador Salim Schead dos Santos, com os acréscimos do Excelentíssimo Senhor Desembargador Alexandre d'Ivanenko, a proposta de ampliação do quadro de elegíveis para os cargos de direção do Tribunal de Justiça e de regulamentação do processo eleitoral; feito remetido à Secretaria Técnica de Elaboração Normativa em 3/8/2015.

**11.2.9 Processo n. 580004-2015.8 e 567761-2015.0** – Proposta de alteração do Ato Regimental 101/2010, que trata da composição dos membros eletivos do Órgão Especial; Decisão: Os membros da Comissão decidiram, à unanimidade, após o voto do eminente Desembargador João Henrique Blasi, determinar a reunião de ambos os procedimentos (autos n. 580004-2015.8 e 567761-2015.0), sob a sua relatoria, e suspender o julgamento para aprofundamento dos estudos quanto à necessidade de manter-se, na composição das vagas eletivas, a origem dos cargos (quinto constitucional); feito remetido ao relator, Des. João Henrique Blasi, em 10/8/2015.

**11.2.10 Processo n. 581796-2015.0** – Proposta de alteração da Resolução n. 02/2007 – TJ, que trata da forma de votação da lista tríplice para preenchimento do cargo de juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral, categoria jurista; Decisão: Os membros da Comissão decidiram, à unanimidade, aprovar, nos termos do voto da Relatora, Excelentíssima Juíza de Direito de 2º Grau Janice Goulart Garcia Ubialli, a proposta de alteração da Resolução n. 02/07-TJ; feito remetido à Secretaria Técnica de Elaboração Normativa em 6/8/2015.

## 12. COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA – Portaria n. 39/2014-GP

- Desembargador José Antônio Torres Marques – Presidente
- Desembargador Luiz Fernando Boller – Titular
- Juiz de Direito de Segundo Grau Leopoldo Augusto Brüggemann – Titular

Secretária da Comissão: Liana Seganfredo

Assessor Especial: Liana Rigon Dorneles

**12.1** Total de processos para exame: **3**

**12.1.1 Processo Administrativo n. 453870-2012.6** – Registro da revista Jurisprudência Catarinense, na versão eletrônica, como repositório autorizado do STJ e do STF.

**12.1.2 SPA 3778/2015** – Resolução n. 9/2015 – Revista de Jurisprudência e Anuário das Turmas de Recursos.

**12.1.3 Processo n. 581573-2015.8** – Ofício n. 31/2015 – Solicita a ampliação da representatividade da Associação dos Magistrados Catarinenses nos Conselhos e Comissões Instituídos pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

**12.2** Reuniões: **3**

**12.2.1** Lançamento da revista Jurisprudência Catarinense n. 128 em 12/3/2015 e confecção de sua versão eletrônica (e-book), com disponibilização no sítio do Tribunal de Justiça.

**12.2.2** Definição dos destinatários da revista Jurisprudência Catarinense na versão capa simples: Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, bibliotecas dos Tribunais de Justiça dos Estados, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, Procuradoria-Geral do Estado, Seção Judiciária Federal de Santa Catarina, Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Tribunal de Contas do Estado, Assembleia Legislativa do Estado, Academia Judicial, Defensoria Pública do Estado, Associação dos Magistrados de cada Estado da Federação, Ministério Público dos Estados, Seção da Ordem dos Advogados do Brasil dos Estados, bibliotecas das universidades federais do país que possuam curso de Direito e bibliotecas das universidades públicas e privadas do Estado de Santa Catarina que possuam curso de Direito.

**12.2.3** Definição dos destinatários da revista Jurisprudência Catarinense na versão capa dura: Biblioteca do Tribunal de Justiça, Desembargadores e Juízes de Direito de Segundo Grau do Tribunal de Justiça que manifestarem interesse em recebê-la, com a inscrição personalizada de seu nome na capa.

**12.2.4** Deliberação de que caberá às Diretorias do Tribunal de Justiça consultar as universidades interessadas em receber os exemplares da JC e promover o envio a todos os destinatários acima elencados.

**12.2.5** Aprovação e publicação da Resolução n. 9/2015-TJ, que define as atribuições da Comissão Permanente de Jurisprudência, dispõe sobre a elaboração da Revista Jurisprudência Catarinense, do Anuário das Turmas de Recursos do Sistema de Juizados Especiais do Estado de Santa Catarina, do Informativo da Jurisprudência e dá outras providências.

**12.2.6** Manutenção do Informativo da Jurisprudência Catarinense, que passou a ser publicado até o décimo dia do mês subsequente ao que corresponda, conforme o disposto no art. 8º da Resolução TJ n. 9/2015.

**12.2.7** Lançamento do volume n. 129 da revista Jurisprudência Catarinense em 23/7/2015, com a confecção de sua versão eletrônica (E-Book) e disponibilização no sítio deste Tribunal de Justiça.

**12.2.8** Deferimento do registro da versão eletrônica da revista Jurisprudência Catarinense como repositório autorizado de jurisprudência do STJ, nos autos do processo administrativo n. 453870-2012.6.

**12.2.9** Registrado o interesse de 16 (dezesseis) universidades em receber os exemplares da revista Jurisprudência Catarinense em meio físico, razão pela qual o envio será feito somente a essas entidades.

**12.2.10** Manutenção da tiragem de 300 exemplares da revista Jurisprudência Catarinense e de 500 exemplares do Anuário das Turmas de Recursos.

**12.2.11** Definição de que os exemplares do próximo volume do Anuário serão enviados aos Juízes de Direito dos Juizados Especiais e das Turmas de Recursos e Uniformização, assim como será realizada pesquisa de interesse quanto ao recebimento do periódico pelos Desembargadores e Juízes de Direito de 2º Grau.

**12.2.12** Deliberação de que os exemplares excedentes da JC e do Anuário serão enviados às secretarias dos Órgãos Julgadores deste Tribunal, a fim de que os Presidentes deliberem sobre a distribuição aos acadêmicos de direito em visita institucional.

**12.2.13** Aprovação da distribuição dos volumes da JC e do Anuário aos servidores do Poder Judiciário, mediante requerimento e desde que haja disponibilidade.

**12.2.14** Seleção dos julgados e ementas a serem inseridos no Anuário das Turmas de Recurso do ano de 2015 pelos membros da Comissão, formatação do periódico com a formulação dos índices, diagramação realizada pela Divisão de Artes Gráficas e início da impressão e acabamento, com previsão de lançamento do periódico até o final do mês de outubro de 2015, nos termos da Resolução TJ n. 9/2015.

**12.2.15** Seleção dos julgados pela Comissão para inserção na revista Jurisprudência Catarinense n. 130; início da formatação e formulação de índices, com prazo de entrega à Divisão de Artes Gráficas até o final do mês de outubro, para a diagramação e publicação até o final do mês de dezembro de 2015.

**12.2.16** Seleção dos julgados pela Comissão para inserção na revista Jurisprudência Catarinense n. 130. Formatação do periódico com a formulação dos índices. Diagramação, impressão e acabamento realizados pela Divisão de Artes Gráficas.

**12.2.17** Excluída a doação de exemplares da JC e Anuário para terceiros.

**12.2.18** Lançamento da JC N. 130.

## 13. COMISSÃO DE CONCURSOS

### 13.1 Comissão para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Santa Catarina – Resolução n. 20/2012-TJ (Concurso para provimento de cargo de Juiz Substituto do Estado de Santa Catarina – Edital n. 3/2013)

**Comissão Central**

- Desembargador Torres Marques – Presidente
- Desembargador Jorge Luiz de Borba – Titular

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Santa Catarina:

- Doutor Orlando Celso da Silva Neto – OAB/SC – Titular
- Doutor Flaviano Vetter Tauscheck – OAB/SC – Suplente

Secretária da Comissão: Claudia Maysa Farias Santos

**13.1.1** Atos Administrativos

**13.1.1.1 Edital n. 001/2015** – tornou pública, após a conclusão do Curso de Formação, a lista com as notas atribuídas aos candidatos que participaram da Academia Judicial, após a homologação pela Comissão do Concurso.

**13.1.1.2 Processo Administrativo n. 573271-2015.9** – Requerente: Fernando Curi; Pedido: Fornecimento das anotações feitas pelos examinadores quanto ao seu desempenho na prova oral e também daquelas derivadas do ajuste da nota determinado judicialmente; Decisão: Indeferimento; Pedido de reconsideração formulado e indeferido em duas oportunidades.

### 13.2 Comissão para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Santa Catarina – Resolução n. 20/2012-TJ (Concurso para provimento de cargo de Juiz Substituto do Estado de Santa Catarina – Edital n. 10/2015)

Concurso que se encontra na Segunda Etapa, aplicação das provas discursiva e as de sentenças cível e penal ocorrida nos dias 10, 11 e 12 de outubro de 2015.

**Comissão Central**

- Desembargador Torres Marques – Presidente
- Desembargador Ronaldo Moritz Martins da Silva – titular
- Desembargador Túlio Pinheiro – Suplente
- Desembargadora Marli Mosimann Vargas - Suplente

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Santa Catarina:

- Doutora Sandra Krieger Gonçalves – OAB/SC – Titular
- Doutor Leonardo Reis de Oliveira – OAB/SC – Suplente

Secretária da Comissão: Claudia Maysa Farias Santos

**Comissão Examinadora da Segunda Etapa (Portaria n. 6/2015)**

- Desembargador Luiz Fernando Boller – Presidente
- Juiz de Direito de Segundo Grau Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto – Titular
- Juíza de Direito de Segundo Grau Cláudia Lambert de Faria – Titular
- Juiz de Direito Stephan Klaus Radloff – Titular
- Juiz de Direito Luiz Neri Oliveira de Souza – Titular
- Juiz de Direito Alexandre Karazawa Takaschima - Titular

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Santa Catarina:

- Doutor Marcos Andrey de Sousa – OAB/SC – Titular

**13.2.1** Atos Administrativos

**13.2.1.1 Edital n. 10/2015** – tornou pública a abertura das inscrições para o concurso público para ingresso na carreira da magistratura, para o provimento de 14 cargos de Juiz Substituto, bem como formação de cadastro de reserva.

**13.2.1.2 Edital n. 14/2015** – publicação do resultado dos pedidos de isenção do valor da inscrição, após o julgamento dos recursos interpostos contra o indeferimento.

**13.2.1.3 Edital n. 19/2015** – publicação da relação dos candidatos que tiveram a inscrição preliminar deferida.

**13.2.1.4 Edital n. 21/2015** – tornou público que a Comissão do Concurso, reunida em sessão realizada no dia 29 de junho do corrente ano, julgou os recursos interpostos e deferiu as inscrições preliminares de 4 (quatro) candidatos.

**13.2.1.5 Edital n. 22/2015** – divulgação da relação final dos candidatos que tiveram a inscrição preliminar deferida, bem como os locais e horários de realização da prova objetiva seletiva do certame.

**13.2.1.6 Edital n. 24/2015** – publicação do cumprimento das decisões judiciais proferidas em mandados de segurança que asseguraram a participação quatro candidatos no concurso público.

**13.2.1.7 Edital n. 25/2015** – divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva seletiva, bem como do prazo de vista da prova, da folha de respostas e para a interposição dos recursos contra os gabaritos oficiais.

**13.2.1.8 Edital n. 32/2015** – data de julgamento dos recursos interpostos pelos candidatos contra as questões e o gabarito da prova objetiva seletiva.

**13.2.1.9 Edital n. 34/2015** – publicação do resultado do julgamento dos recursos interpostos contra as questões e o gabarito da prova objetiva.

**13.2.1.10 Edital n. 35/2015** – tornou pública a relação com os nomes dos candidatos habilitados na prova objetiva seletiva, bem como o prazo para interposição dos recursos contra esse resultado.

**13.2.1.11 Edital n. 38/2015** – divulgação da data de julgamento dos recursos interpostos pelos candidatos contra o resultado da prova objetiva.

**13.2.1.12 Edital n. 39/2015** – divulgação do resultado do julgamento dos recursos interpostos contra a prova objetiva.

**13.2.1.13 Edital n. 40/2015** – publicação da relação dos candidatos convocados para a segunda etapa do concurso público, bem como da data das provas e do local onde serão realizadas.

**13.2.1.14 Edital n. 46/2015** – divulgação do local onde a Comissão Examinadora ficou reunida durante a realização das provas da segunda etapa, com a finalidade de dirimir as dúvidas suscitadas pelos candidatos.

**13.2.1.15 Edital n. 48/2015** – homologação de pedido de desistência da participação no concurso.

**13.2.1.16 Edital n. 49/2015** – publicação da data da sessão de identificação das provas discursivas e divulgação das notas dos candidatos.

**13.2.1.17 Edital n. 50/2015** – divulgação da eliminação dos candidatos do certame.

**13.2.1.18 Edital n. 51/2015** – publicação da lista de notas dos candidatos que realizaram a prova escrita discursiva e relação dos candidatos excluídos do certame por desistência.

**13.2.1.19 Comunicado** – esclarecimento sobre a sessão de julgamento dos recursos interpostos contra a pontuação da prova escrita discursiva.

**13.2.2** Reuniões das Comissões: **11**

**13.3 Concurso de Ingresso, por Provimento ou Remoção, na Atividade Notarial e de Registro no Estado de Santa Catarina (deflagrado pelo Edital n. 346/2011 e alterado pelo Edital 176/2012)**

**Comissão do Concurso**

- Desembargador José Antônio Torres Marques – Presidente
- Juiz de Direito de Segundo Grau Gerson Cherem II – Titular
- Juiz de Direito Carlos Roberto da Silva – Titular
- Juiz de Direito Luís Francisco Delpizzo Miranda – Titular

Representante do Ministério Público

- Procurador de Justiça Ivens José Thives de Carvalho – Titular

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Santa Catarina:

- Doutor Marcos Andrey de Sousa – OAB/SC – Titular

Registrador

- Doutor Miguel Ângelo Zanini Ortale – Titular

Tabeliã

- Doutora Adelaide da Silva Jardim – Titular

Secretária da Comissão: Claudia Maysa Farias Santos

**13.3.1** Atos Administrativos

**13.3.1.1 Edital n. 2/2015** – Divulgação da nota de títulos;

**13.3.1.2** Portaria 1/2015 – Nomeação de membro suplente para a Comissão do Concurso;

**13.3.1.3 Edital n. 4/2015** – Divulgação da nota de títulos de candidatos que retornaram ao certame por decisão judicial;

**13.3.1.4 Edital n. 5/2015** – Divulgação da nota de títulos de candidatos que retornaram ao certame por decisão judicial.

**13.3.1.5 Edital n. 6/2015** – Divulgação da nota de títulos de candidatos que retornaram ao certame por decisão judicial.

**13.3.1.6 Edital n. 7/2015** – Divulgação da nota de títulos de candidatos que retornaram ao certame por decisão judicial.

**13.3.1.7 Edital n. 8/2015** – Divulgação da nota de títulos de candidatos que retornaram ao certame por decisão judicial.

**13.3.1.8 Edital n. 11/2015** – Divulgação da nota de títulos de candidatos que retornaram ao certame por decisão judicial.

**13.3.1.9 Edital n. 13/2015** – Cumprimento de decisão do Conselho Nacional de Justiça que determinou a exclusão de candidata do concurso.

**13.3.1.10 Edital n. 16/2015** – Divulgação da nota de títulos de candidatos que retornaram ao certame por decisão judicial.

**13.3.1.11 Edital n. 17/2015** – Convocação para a sessão pública de julgamento de recursos.

**13.3.1.12 Edital n. 18/2015** – Cancelamento da sessão pública de julgamento de recursos.

**13.3.1.13 Edital n. 20/2015** – Convocação para a sessão pública de julgamento de recursos.

**13.3.1.14 Edital n. 23/2015** – Resultado do julgamento dos recursos realizado em sessão pública.

**13.3.1.15 Edital n. 26/2015** – Convocação para a sessão pública de proclamação e divulgação da classificação final dos candidatos aprovados no certame.

**13.3.1.16 Edital n. 27/2015** – Adiamento da sessão pública de proclamação e divulgação da classificação final dos candidatos aprovados no certame.

**13.3.1.17 Edital n. 28/2015** – Divulgação da nota de títulos de candidatos que retornaram ao certame por decisão judicial.

**13.3.1.18 Edital n. 29/2015** – Transferência da sessão pública de proclamação e divulgação da classificação final dos candidatos aprovados no certame.

**13.3.1.19 Edital n. 30/2015** – Cumprimento de decisão do Supremo Tribunal Federal que determinou a reintegração de candidata ao concurso.

**13.3.1.20 Edital n. 31/2015** – Proclamação e divulgação da classificação final dos candidatos aprovados no certame.

**13.3.1.21 Edital n. 33/2015** – Divulgação do período de consulta dos dados das serventias ofertadas no concurso.

**13.3.1.22 Edital n. 37/2015** – Convocação para a audiência de escolha das serventias e aditamento do Anexo I do Edital n. 227/2012.

**13.3.1.23 Edital n. 41/2015** – Exclusão de candidatos do concurso que concorriam no critério de remoção.

**13.3.1.24 Edital n. 42/2015** – Exclusão e reclassificação de candidatos em cumprimento a decisões judiciais.

**13.3.1.25 Edital n. 43/2015** – Reclassificação de candidato em cumprimento a decisão judicial.

**13.3.1.26 Edital n. 44/2015** – Reclassificação de candidato em cumprimento a decisão judicial.

**13.3.1.27 Edital n. 45/2015** – Reclassificação de candidato em cumprimento a decisão judicial.

**13.3.1.28 Edital n. 47/2015** – Aditamento do Anexo I do Edital n. 227/2012, em cumprimento à decisão judicial.

**13.3.2** Reuniões da Comissão: **3**

**13.4 Concurso para Provimento do Cargo de Analista Jurídico do Quadro do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Edital 193/2011).**

- Desembargador José Antônio Torres Marques – Presidente

  Secretária da Comissão: Claudia Maysa Farias Santos

**13.4.1** Atos Administrativos

**13.4.1.1 Edital 3/2015** – Reclassificação de candidato em cumprimento a decisão judicial.

**13.4.1.2 Edital 9/2015** – Reclassificação de candidato em cumprimento a decisão judicial.

**13.4.1.3 Edital 15/2015** – Reclassificação de candidatos em cumprimento a decisões judiciais.

**13.4.1.4 Edital 36/2015** – Reclassificação e reserva de vagas de candidatos em cumprimento a decisões judiciais.

**13.4.1.5 Edital 52/2015** – Reclassificação de candidato em cumprimento à decisão judicial.

**13.4.1.6 Edital 53/2015** – Reclassificação de candidato em cumprimento à decisão judicial.

**13.5 Concurso para preenchimento de 32 (trinta e duas) vagas, mais formação de cadastro de reserva, do quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Edital n. 34/2014)**

Prestação dos serviços de planejamento, organização e execução do concurso pela Fundação Getúlio Vargas, através do Contrato n. 158/2014, ficando a cargo da 1ª Vice-Presidência a fiscalização dos trabalhos efetuados.

Concurso encerrado e homologado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, na decisão de 20 de abril de 2015, publicada no Diário da Justiça de 22 de abril de 2015, p. 6.

**Comissão do Concurso**

- Desembargador José Antônio Torres Marques – Presidente
- Diretor-Geral Administrativo Cleverson Oliveira – Titular
- Diretor de Recursos Humanos Raphael Jaques de Souza – Titular
- Servidor Anderson Luís Dutra Mota – Suplente
- Servidor Marcus Pacheco Lupiano – Suplente

  Secretária da Comissão: Claudia Maysa Farias Santos

**13.5.1** Ato Administrativo

**Edital n. 34/2014** – Abertura das inscrições.

**13.5.2.** Reuniões da Comissão: **15**

## 2ª VICE-PRESIDÊNCIA

| RELATÓRIO ESTATÍSTICO DOS PROCESSOS DA 2ª VICE-PRESIDÊNCIA - 2015 | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MÊS | PENDENTES (1) | SUSPENSOS (2) | RECEBIDOS | RESP ENTRADOS | RE ENTRADOS | RESP ADMITIDOS | RESP NEGADOS | RE ADMITIDOS | RE NEGADOS | DECISÕES DIVERSAS | TOTAL DECISÕES (3) |
| JAN | 992 | 1.553 | 323 | 221 | 62 | 44 | 124 | 8 | 35 | 282 | 493 |
| FEV | 1.008 | 1.656 | 536 | 357 | 86 | 101 | 198 | 9 | 69 | 357 | 734 |
| MAR | 860 | 1.711 | 676 | 437 | 89 | 95 | 238 | 14 | 83 | 442 | 872 |
| ABR | 838 | 1.693 | 529 | 294 | 88 | 131 | 334 | 13 | 81 | 427 | 986 |
| MAI | 945 | 1.724 | 670 | 411 | 110 | 91 | 187 | 29 | 56 | 315 | 678 |
| JUN | 831 | 1.709 | 703 | 398 | 126 | 97 | 240 | 16 | 62 | 395 | 810 |
| JUL | 997 | 1.782 | 706 | 446 | 128 | 124 | 285 | 29 | 97 | 483 | 1.018 |
| AGO | 927 | 1.915 | 771 | 534 | 159 | 121 | 280 | 8 | 80 | 538 | 1.027 |
| SET | 978 | 2.008 | 658 | 439 | 110 | 134 | 278 | 9 | 84 | 362 | 867 |
| OUT | 945 | 2.117 | 623 | 428 | 99 | 128 | 241 | 20 | 99 | 426 | 914 |
| NOV | 1.117 | 2.202 | 663 | 467 | 103 | 125 | 227 | 4 | 54 | 153 | 563 |
| DEZ | 826 | 2.320 | 406 | 296 | 68 | 137 | 183 | 11 | 48 | 363 | 742 |
| **TOTAL** | **826** | **2.320** | **7.264** | **4.728** | **1.228** | **1.328** | **2.815** | **170** | **848** | **4.543** | **9.704** |

RE – RECURSO EXTRAORDINÁRIO
RESP – RECURSO ESPECIAL

(1) Números que correspondem à quantidade de recursos pendentes.
(2) Números que correspondem à quantidade que permanecem sobrestados no período por determinação legal.
(2) Soma das colunas correspondentes a recursos especiais e extraordinários negados e admitidos e decisões diversas.

Fonte: Sistema de Automação do Judiciário / Segundo Grau – SAJ GGS

# 3ª VICE-PRESIDÊNCIA

| MÊS | PENDENTES | SUSPENSOS | RECEBIDOS | RESP ENTRADOS | REXT ENTRADOS | RESP ADMITIDO | RESP NEGADO | REXT ADMITIDO | REXT NEGADO | OUTROS DESPACHOS | DESPACHOS DO MÊS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| JAN/15 | 3.838 | 10.138 | 1.282 | 1.043 | 47 | 96 | 765 | 0 | 32 | 509 | 1.402 |
| FEV/15 | 2.736 | 10.006 | 999 | 703 | 64 | 113 | 1001 | 0 | 40 | 1.214 | 2.368 |
| MAR/15 | 3.570 | 10.379 | 1.530 | 1.227 | 87 | 36 | 456 | 0 | 14 | 436 | 942 |
| ABR/15 | 2.658 | 10.386 | 1.969 | 982 | 48 | 139 | 1.439 | 0 | 77 | 1.531 | 3.186 |
| MAI/15 | 2.549 | 10.324 | 1.812 | 1.314 | 54 | 134 | 1.288 | 1 | 60 | 1.022 | 2.505 |
| JUN/15 | 2.561 | 9.670 | 2.228 | 1.263 | 38 | 121 | 1.033 | 2 | 38 | 1.453 | 2.647 |
| JUL/15 | 2.735 | 9.454 | 2.327 | 1.523 | 98 | 168 | 1.285 | 13 | 149 | 1.300 | 2.915 |
| AGO/15 | 2.486 | 9.456 | 1.542 | 1.147 | 41 | 132 | 1.237 | 14 | 56 | 713 | 2.152 |
| SET/15 | 2.532 | 9.523 | 1.760 | 1.166 | 69 | 93 | 1.089 | 2 | 34 | 801 | 2.019 |
| OUT/15 | 2.424 | 9.641 | 1.466 | 1.023 | 91 | 103 | 1.083 | 3 | 54 | 596 | 1.839 |
| NOV/15 | 2.856 | 9.189 | 2.618 | 1.392 | 115 | 85 | 991 | 3 | 94 | 1.349 | 2.522 |
| DEZ/15 | 2.340 | 9.306 | 987 | 791 | 72 | 55 | 1.070 | 0 | 77 | 617 | 1.819 |
| TOTAIS | **2.340** | **9.306** | **20.520** | **13.574** | **824** | **1.275** | **12.737** | **38** | **725** | **11.541** | **23.316** |

**PERÍODO: 01/01/2015 A 31/12/2015**

# CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

## 1. APRESENTAÇÃO

O relatório estatístico da Corregedoria-Geral da Justiça tem por finalidade apresentar as principais informações estatísticas, bem como os projetos e atividades desenvolvidas ao longo do exercício de 2015.

O documento contempla dados da produtividade da Justiça de primeiro grau e das ações desenvolvidas administrativamente por este Órgão, que buscou, ao longo desta gestão, o fortalecimento do seu papel de orientação e apoio aos magistrados, servidores, notários e oficiais do registro público, em favor da socidade catarinense.

Aproveitamos a oportunidade para, novamente, reconhecer a dedicação e o esforço de todos os colaboradores que tornaram possível a concretização dos objetivos estabelecidos, na busca de um Judiciário mais eficiente, célere e humanizado.

## 2. NÚCLEOS ESPECIALIZADOS

### 2.1 NÚCLEO I: Orientação Institucional

Durante o ano de 2015 tramitaram no Núcleo I da Corregedoria-Geral da Justiça 653 procedimentos administrativos disciplinares, dos quais 295 eram remanescentes do ano anterior e 358 foram distribuídos no transcurso deste ano. Desses 653 procedimentos administrativos disciplinares, 614 foram arquivados e apenas 39 permanecem em trâmite.

Foram instaurados 2 processos administrativos disciplinares contra servidores e realizada 1 proposta de instauração de processo administrativo disciplinar contra magistrado, bem como apreciados 15 procedimentos de vitaliciamento de juízes substitutos.

Outrossim, foram prestados vários atendimentos a magistrados, servidores e jurisdicionados, que contabilizam: 4.910 por telefone, 5.530 por correspondência eletrônica e 420 pessoalmente.

### 2.2 NÚCLEO II: Planejamento, Projetos e Revisão do Código de Normas

#### 1) Atividades desenvolvidas durante o ano de 2015

O Núcleo II da CGJ atuou no desenvolvimento de projetos e iniciativas de alta relevância na atividade jurisdicional de primeiro grau.

Considerando os objetivos estratégicos definidos nesta gestão, foram realizadas várias conclusões de trabalhos, entre as quais merecem destaque:

- Orientação – o Núcleo II editou 6 e atualizou 8 orientações internas, as quais são essenciais ao bom desempenho do trabalho nas unidades jurisdicionais, que trataram de temas, como a conversão e custódia de papel moeda, a distribuição automática de iniciais etc.
- Apoio – temos o Sistema Aprimorar, que é uma ferramenta de estímulo à gestão da unidade, por meio da autoavaliação apoiada em indicadores comparativos de resultados com as melhores unidades de mesma equivalência e um banco de boas práticas; o Sistema FCDL, que possibilita a consulta, inclusão, suspensão e exclusão de registro de inadimplência, evitando a remessa de ofícios ao referido órgão; e o Assistente Virtual, que foi criado para otimizar o trabalho cartorário,

ao realizar de forma automática vários procedimentos no SAJ, o que promove agilidade e libera o servidor para a execução de atividades mais complexas.

- Serviços – oferecidos à sociedade, destaca-se a atuação do Programa Permanente de Julgamento Prioritário e do CGJ Apoia, que refletiram em incremento na entrega jurisdicional, e o Programa DNA em Audiência (PRODNASC), já consagrado como um Projeto que promove justiça social, ao assegurar a realização de exame de DNA nas ações em que a parte não dispõe de recursos para fazê-lo.
- Procedimentos internos – criou-se o Sistema de Atendimento da Corregedoria-Geral, ferramenta concebida para a reunião de todas as demandas encaminhadas pelos usuários dos serviços prestados por este órgão (magistrados, servidores, advogados e partes). O referido sistema concentra base de dados para consulta pelos usuários sobre todas as demandas respondidas. Também merece destaque o trabalho desempenhado no desenho de fluxos automatizados para cada especialização. Nesse ponto, já foram definidos fluxos específicos para as Divisões de Tramitação Remota.

Além dos projetos acima enumerados, o núcleo trabalhou nas seguintes demandas:

- Editadas 4 Resoluções Conjuntas, 3 Provimentos, 29 Circulares e 30 Comunicados Eletrônicos.
- Movimentados 13 processos físicos.
- Exarados 33 pareceres, 37 despachos, 139 deliberações em reuniões virtuais e 230 decisões no SAJ.
- Movimentados 158 processos no SPA.
- 77 atendimentos no Sistema da Central de Atendimento.
- Participação do Juiz Corregedor e dos Assessores Correicionais em várias reuniões, palestras, apresentações de soluções de tecnologia e Workshops, com entes internos e externos.
- Remetidos 1.830 kits do Projeto Prodnasc para as unidades jurisdicionais com competência para a realização de audiência com coleta de material genético.
- Respondidas 2.330 correspondências, via correio eletrônico, relativas às demandas relacionadas ao núcleo, como dúvidas SAJ/PG, sistemas auxiliares (BACENJUD, INFOJUD etc.) e demais projetos e programas institucionais.
- Atendimentos por telefone, com orientações ou informações relacionadas aos Sistemas Auxiliares: CCS, Prodnasc, Infojud entre outros.

**2) Projetos e estudos desenvolvidos pelo Núcleo II**

**Revisão Permanente do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça**

Com a conclusão do Projeto de Revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ), aprovado por meio do Provimento n. 10/2013, o Núcleo II realiza permanente atualização do Código de Normas com inclusão de informações dos demais Núcleos e Setores da CGJ.

A equipe que realizou a revisão do Código de Normas foi readequada e participa ativamente das alterações do conteúdo deste, mantendo diálogo permanente com todos os entes internos e externos, com o fito de proporcionar o debate no tocante à atualização normativa das questões relacionadas ao Código de Normas.

No ano de 2015 foram editados quatro provimentos que alteraram a redação do CNCGJ na matéria Judicial (3/2015; 6/2015; 7/2015 e 12/2015).

**Programa de Julgamento Prioritário (PPJP)**

O PPJP objetiva viabilizar o julgamento dos processos de conhecimento conclusos para sentença no acervo da Justiça de Primeiro Grau distribuídos há mais de 5 (cinco) anos, por meio da captação e distribuição aos magistrados sentenciantes, convidados por critérios objetivos de produtividade e quantidade de acervo, em lotes de 40 processos, com o compromisso do cedente de julgar pelo menos 20 processos do acervo mais antigo.

No ano de 2015 foram julgados 479 processos pelos sentenciantes e 220 processos pelos cedentes na fase dez/14 a mar/15, e 659 pelos sentenciantes e 320 processos pelos cedentes na fase abr/15 a jul/15. Na fase de ago/15 a nov/15 foram concentrados os esforços no CGJ Apoia.

**CGJ Apoia**

O CGJ Apoia é um programa de apoio concentrado ao acervo de processos conclusos para sentença das unidades com maior número de feitos nestas condições, criteriosamente selecionadas pela Corregedoria, com acompanhamento da entrega e do julgamento. Foram selecionadas na fase de Ago/15 a Nov/15 as Comarcas de Araquari, Bom Retiro, Brusque e Laguna, com o julgamento de 323 processos em Laguna, 40 processos em Bom Retiro, 160 processos em Brusque e 159 processos em Araquari, o que totaliza o julgamento de 682 processos.

**Projetos em andamento**

O Núcleo II conduz vários projetos relacionados à atividade judicial de primeiro grau, os quais repercutem na atualização de questões normativas, na criação e desenvolvimento de sistemas de apoio, na confecção de modelos de documentos do SAJ, no enfrentamento dos problemas relacionados à rotina cartorária e de gabinete no primeiro grau, na definição de procedimentos, validação de implementações de melhoria de sistema etc.

**Criação de novos indicadores no Sistema Aprimorar**

O Sistema Aprimorar tem por objetivo a disponibilização, às unidades judiciárias de primeiro grau, de uma ferramenta informatizada que auxilie magistrados e servidores na elaboração de um plano de gestão, tomando por base informações estatísticas extraídas do Sistema de Automação da Justiça – SAJ (indicadores de desempenho) e apoiadas em um conjunto de práticas bem-sucedidas.

Objetivando incluir a análise e comparação de novas fases de procedimento ao sistema, iniciou-se a discussão para a criação de novos indicadores para a fase de cumprimento de sentença e para os processos de execução.

**Centrais de mandados compartilhadas**

O projeto de compartilhamento das centrais de mandado buscou automatizar o envio de mandados entre comarcas, via sistema, sem a intervenção do magistrado da comarca que vai cumprir a ordem. O seu regramento já é estabelecido pela Resolução CM n. 14/2014.

Implementado o projeto nos foros de Biguaçu, Capital/Foro Central, Estreito/Continente, Norte da Ilha, Palhoça e São José e nas regiões de Balneário Camboriú e Itajaí, abrangendo os foros de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Barra Velha, Camboriú, Itajaí, Itapema e Navegantes, com cronograma de expansão às demais comarcas em execução.

**Plantão judiciário eletrônico**

Trata-se da implemantação do fluxo processual em meio eletrônico para atendimento durante o plantão jurisdicional, cuja fase piloto foi realizada na Comarca de São José.

O projeto está em execução nas Comarcas da Capital, São José, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Balneário Camboriú, Camboriú, Itajaí, Balneário Piçarras, Joinville, Garuva e Itapoá, e nas demais unidades depende de aquisição de hardware (notebooks e modens 3G) pela DTI.

**Serasajud**

O Serasajud é um Sistema desenvolvido pela Serasa para o envio de ordens de inclusão de restrição de crédito, levantamento temporário ou definitivo de restrição nos cadastros, solicitação de informações cadastrais e outros tipos de determinações judiciais, bem como para o acesso às respostas da referida entidade.

O projeto está pendente de assinatura de Termo de Cooperação Técnica para disponibilização e divulgação a todas as unidades jurisdicionais.

**Distribuição automática das petições iniciais e intermediárias**

Trata-se de funcionalidade que permitirá a realização do procedimento de distribuição processual de forma automatizada. Após a inserção das informações pelo usuário, o processo é encaminhado para uma fila específica, a ser visualizada pelo gabinete.

Até o presente momento foi implementada somente a distribuição automática das iniciais. A das petições intermediárias está aguardando a execução.

**Publicação automática das comunicações e dos atos processuais**

Trata-se de importante ferramenta de auxílio na comunicação dos atos expedidos pelo juízo, pois fará com que todo o procedimento de preparação para publicação seja automatizado, sem intervenção humana.

A publicação automática de intimações via DJE está aguardando implementação.

**Videoconferência**

Focado no interesse em instituir ferramenta de comunicação que possibilite a realização de reuniões on line, para evitar custos com diárias e deslocamentos e aprocimar ainda mais a Corregedoria-Geral das unidades de primeiro grau, está sendo implementado sistema de videoconferência, com o uso do software nativo da Microsoft Lync.

A implementação terá custo reduzido, pois usará todos os dispositivos fornecidos nas salas de audiências das comarcas e já foram realizados testes em algumas unidades.

**Conta corrente de custas**

O Sistema de Conta Corrente de Custas visa promover a integração dos Sistemas SAJ/PG e tem por objetivo computar os débitos e os créditos de custas/despesas processuais pelo CPF/CNPJ da parte. Por meio desses registros, o Poder Judiciário poderá averiguar se em determinado CPF/CNPJ existem custas/despesas a recolher, a devolver, a compensar, com a informação dos processos e respectivas contas correntes. Estudos e definições já foram concluídos. O desenvolvimento da funcionalidade depende da assinatura de contrato de manutenção evolutiva com a empresa Softplan.

**Central de atendimento**

No intuito de promover solução apta a documentar todos os pedidos de atendimento solicitados à Corregedoria, evitando o uso do e-mail, criou-se o sistema da Central de Atendimento.

Implementado por meio da Portaria n. 32/2015, o sistema está em funcionamento desde o dia 8 de outubro de 2015. O projeto está em fase de validação e análise da nova versão evolutiva.

**Reuniões Semanais SAJ-PG. Definições de atribuições, padronização de procedimentos, perfis de usuários e homologação de inovações**

Por ocasião do Projeto de Implantação do Processo Eletrônico (IPE), nasceu a necessidade de definições no sistema SAJ-PG, relacionadas as suas funcionalidades, perfil de usuários, autorizações de perfis, homologação de novas funcionalidades e encaminhamento de inovações para melhoria do sistema.

Realização de reuniões semanais (terça-feira) com integrantes da DTI, do CGINFO e representante das Tabelas Unificadas para solucionar problemas de procedimentos e configurações no sistema SAJ-PG (processo digital), bem como definir atribuições, realizar novas configurações, criar documentos e modelos para uso nas comarcas.

**Custas na web**

É uma solução criada para possibilitar que as partes realizem o recolhimento de custas processuais junto ao portal de serviços e-SAJ. A funcionalidade já foi desenvolvida, mas aguarda a manutenção evolutiva do Portal de Serviços e-SAJ.

## 2.3. NÚCLEO III: Correicional e Instrução Disciplinar

Com o objetivo de orientar, fiscalizar e controlar as atividades forenses, o Núcleo III desta Corregedoria, em parceria com a Assessoria Técnica Correicional e sob o comando direto da Juíza Corregedora e do Corregedor-Geral da Justiça realizou correições, no decorrer deste ano, em 125 varas e juizados especiais e em 2 unidades judiciárias de 69 Comarcas do Estado, conforme calendário estabelecido por meio da Circular n. 6/2015.

Além disso, foram feitas 23 correições presenciais em setores administrativos, tudo isso como atividade de apoio e orientação. Assim, das correições realizadas, 79 foram presenciais e 71 foram virtuais, o que totalizou 150 unidades.

Por meio de correições presenciais, com visitas às unidades, realizou-se um diagnóstico minucioso da situação das unidades (cartório e gabinete) e dos setores administrativos dos fóruns. Detectados os problemas existentes, foram repassadas orientações aos magistrados e servidores, bem como sugeridas soluções para o aprimoramento e uniformização dos trabalhos forenses.

As correições realizadas pelo modo exclusivamente virtual, por sua vez, permitiram a análise dos dados estatísticos das unidades judiciárias, às quais também foram repassadas orientações para correções das irregularidades verificadas.

As unidades correicionadas no ano em curso constam a seguir:

**CORREIÇÕES PRESENCIAIS**

| COMARCA | UNIDADE | INÍCIO DA CORREIÇÃO |
|---|---|---|

| | | |
|---|---|---|
| **Itapoá** | Vara Única | 16 a 20 de março de 2015 |
| | Setores Administrativos | |
| **Araquari** | Vara Única | |
| | Setores Administrativos | |
| **Navegantes** | 1ª Vara Cível | 16 a 20 de março de 2015 |
| | Setores Administrativos | |
| | Vara Criminal | |
| **Dionísio Cerqueira** | Vara Única | 6 a 10 de abril de 2015 |
| | Setores Administrativos | |
| **São José do Cedro** | Vara Única | |
| | Setores Administrativos | |
| **Anchieta** | Vara Única | |
| | Setores Administrativos | |
| **Maravilha** | 1ª Vara | |
| | 2ª Vara | |
| | Setores Administrativos | |
| **Joinville** | 1ª Vara Criminal | 8 a 12 de junho de 2015 |
| | 2ª Vara Criminal | |
| | 3ª Vara Criminal | |
| | 4ª Vara Criminal | |
| **Tijucas** | Vara Criminal | 22 a 26 de junho de 2015 |
| **Itapema** | 1ª Vara Cível | |
| | 2ª Vara Cível | |
| | Vara Criminal | |
| | Setores Administrativos | |
| **Camboriú** | Vara Criminal | |
| **São José** | Juizado Especial Cível | |
| | Vara de Direito Bancário | |
| **Indaial** | 1ª Vara Cível | 8 a 9 de julho de 2015 |
| **Araranguá** | Setores Administrativos | 20 a 24 de julho de 2015 |
| **Braço do Norte** | 1ª Vara Cível | |
| **Tubarão** | 2ª Vara Cível | |
| **Capinzal** | 1ª Vara | 10 a 14 de agosto de 2015 |
| | 2ª Vara | |
| | Setores Administrativos | |
| **Joaçaba** | 1ª Vara Cível | |
| | 2ª Vara Cível | |
| | Vara Criminal | |
| | Setores Administrativos | |
| **Fraiburgo** | 1ª Vara | |
| | 2ª Vara | |
| | Setores Administrativos | |
| **Chapecó** | 1º Juizado Especial Cível | 1º a 4 de setembro de 2015 |
| | 2º Juizado Especial Cível | |
| **São Carlos** | Vara Única | |
| | Setores Administrativos | |
| **Taió** | Vara Única | 21 a 25 de setembro de 2015 |
| | Setores Administrativos | |
| **Rio do Oeste** | Vara Única | |
| | Setores Administrativos | |
| **Trombudo Central** | 1ª Vara | |

| | | |
|---|---|---|
| **Bom Retiro** | Vara Única | 5 a 9 de outubro de 2015 |
| | Setores Administrativos | |
| **São Joaquim** | 1ª Vara | |
| | 2ª Vara | |
| | Setores Administrativos | |
| **Urubici** | Vara Única | |
| | Setores Administrativos | |
| **Lages** | Juizado Especial Cível | |
| **Forquilhinha** | Vara Única | 19 a 23 de outubro de 2015 |
| | Setores Administrativos | |
| **Lauro Müller** | Vara Única | |
| | Setores Administrativos | |
| **Urussanga** | 1ª Vara | |
| | 2ª Vara | |
| | Setores Administrativos | |
| **Capital – Foro do Norte da Ilha** | Juizado Especial Cível e Criminal de Santo Antônio de Lisboa | 3 a 18 de novembro de 2015 |
| **Capital – Foro Eduardo Luz** | 1º Juizado Especial Cível | |
| | 2º Juizado Especial Cível | |
| **Capital – Foro Central** | Unidade de Apuração de Crimes Praticados por Organizações Criminosas da Região Metropolitana de Florianópolis | |
| | Vara de Precatórias, Recuperações Judiciais e Falências | |
| | Vara de Execuções contra a Fazenda Pública e Precatórios | |
| **Capital – Foro Continente** | 1ª Vara Cível | 3 a 18 de novembro de 2015 |
| | 2ª Vara Cível | |
| | Juizado Especial Cível | |
| | Setores Administrativos | |
| **Guaramirim** | 1ª Vara | 24 a 27 de novembro de 2015 |
| | 2ª Vara | |
| | Setores Administrativos | |

## CORREIÇÕES VIRTUAIS

| COMARCA | UNIDADE | INÍCIO DA CORREIÇÃO |
|---|---|---|
| **Abelardo Luz** | Vara Única | 20 de abril de 2015 |
| **Ascurra** | Vara Única | |
| **Balneário Camboriú** | Vara Regional de Direito Bancário | |
| | 1º Juizado Especial Cível | |
| **Balneário Piçarras** | 2ª Vara | |
| **Barra Velha** | 1ª Vara | |
| **Biguaçu** | 1ª Vara Cível | |
| | 2ª Vara Cível | |
| | Vara Criminal | |
| | Unidade Judiciária de Cooperação | |

| | | |
|---|---|---|
| **Braço do Norte** | 2ª Vara Cível | 27 de abril de 2015 |
| | Vara Criminal | |
| **Caçador** | 1ª Vara Cível | |
| | 2ª Vara Cível | |
| **Capital – Foro Central** | Vara de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais | |
| **Capital – Foro do Norte da Ilha** | Juizado Especial Cível e Criminal da Trindade | |
| **Chapecó** | 3ª Vara Cível | |
| **Concórdia** | 1ª Vara Cível (e Juizado Especial) | |
| | 2ª Vara Cível | |
| | Vara Criminal | |
| | Vara da Família, Orfãos, Sucessões e Infância e Juventude | 25 de maio de 2015 |
| **Coronel Freitas** | Vara Única | |
| **Correia Pinto** | Vara Única | 3 de agosto 2015 |
| **Criciúma** | 1ª Vara Cível | |
| | 2ª Vara Cível | |
| | 3ª Vara Cível | |
| | Juizado Especial Cível | |
| **Ibirama** | 2ª Vara | 25 de maio de 2015 |
| **Imaruí** | Vara Única | |
| **Itajaí** | 1ª Vara Cível | 6 de julho de 2015 |
| | Vara Regional de Direito Bancário | |
| | Vara da Infância e Juventude e Anexos | |
| | Vara da Família | |
| **Ituporanga** | 1ª Vara | |
| | 2ª Vara | |
| **Joinville** | 7ª Vara Cível | 6 de julho de 2015 |
| | 1ª Vara de Direito Bancário | |
| | 2ª Vara de Direito Bancário | |
| | 1º Juizado Especial Cível | |
| | 2º Juizado Especial Cível | 4 de maio de 2015 |
| | 3º Juizado Especial Cível | |
| **Modelo** | Vara Única | |
| **Palhoça** | Vara da Família, Infância e Juventude, Órfãos e Sucessões | |
| | 1ª Vara Cível | |
| | 2ª Vara Cível | |
| | 3ª Vara Cível | |
| | 1ª Vara Criminal | |
| | 2ª Vara Criminal | |
| **Papanduva** | Vara Única | |

| | | |
|---|---|---|
| **Pinhalzinho** | Vara Única | 5 de outubro de 2015 |
| **Pomerode** | 1ª Vara | |
| | 2ª Vara | |
| **Ponte Serrada** | Vara Única | |
| **Porto Belo** | 1ª Vara | |
| | 2ª Vara | |
| **Presidente Getúlio** | Vara Única | |
| **Quilombo** | Vara Única | |
| **Rio do Sul** | 1ª Vara Cível | |
| | 2ª Vara Cível | |
| | Vara da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos | |
| **Santa Cecília** | Vara Única | 30 de março de 2015 |
| **Santo Amaro da Imperatriz** | 1ª Vara | |
| | 2ª Vara | |
| **São José** | 1ª Vara Cível | |
| | Vara da Fazenda Pública, Exec. Fiscais, Ac. Trab. e Registros Públicos | |
| | 3ª Vara Cível | |
| **São Lourenço do Oeste** | Vara Única | 24 de Agosto de 2015 |
| **Seara** | Vara Única | |
| **Sombrio** | 1ª Vara | |
| | 2ª Vara | |
| **Xaxim** | 1ª Vara | |
| | 2ª Vara | |

**Estatística Geral - Correições**

A Meta de Nivelamento 3 da Corregedoria Nacional de Justiça, instituída no ano de 2014, determina às Corregedorias dos Tribunais a realização de correições em pelo menos 34% das unidades jurisdicionais estaduais a cada ano, ainda que por amostragem, e 100% das comarcas a cada três anos.

Os quadros abaixo demonstram que a Meta vem sendo atendida e mesmo ultrapassada, conforme segue:

| | | |
|---|---|---|
| 1 - Total de varas do Estado | 369 | 100% |
| 2 - Total correicionado em 2015, excluídas as correições em setores administrativos (23) e as unidades que tiveram correição em 2014 e também em 2015 (7). | 120 | 32,52% |
| 3 - Total correicionado em 2015, incluídas as unidades que tiveram correição em 2014 e também em 2015 (7). | 127 | 34,41% |
| 4 - Total correicionado com setores administrativos | 143 | 38,75% |
| 5 – Total correicionado em 2015, incluídos os setores administrativos e as varas correicionadas em 2014 e também em 2015. | 150 | 40,65% |
| 6 – Total de correições de 2014 e 2015, excluídos os setores administrativos e as unidades que tiveram correição em 2014 e também em 2015. | 262 | 71% |
| 7 - Total de correições de 2014 e 2015, excluídos os setores administrativos e incluídas as unidades que tiveram correição em 2014 e também em 2015. | 269 | 72,89% |

Observação:
a) Em 2015, o Estado conta com 360 varas instaladas, e uma a instalar na comarca de Gaspar, num total de 361 varas, mais 8 unidades judiciárias de cooperação, o que totaliza 369, e para os cálculos percentuais da Meta 3 esse último número é que será considerado, ou seja, incluída a nova unidade em Gaspar.
b) No tocante aos setores administrativos, foram 8 correições em 2014 e 23 em 2015. Como não se tratam de varas, não são computadas no percentual da Meta 3, mas se constituem em valioso trabalho de orientação e apoio à atividade-meio nos fóruns judiciais, com reflexo na atividade-fim, exercida nos gabinetes e cartórios. Em razão disso, no quadro acima, foram apresentados percentuais distintos, com e sem os dados das correições em setores administrativos.
c) O percentual de 71% é considerado em relação ao número atual de varas, juizados e unidades de cooperação.

| TOTAL DE COMARCAS DO ESTADO | 111 | 100% |
|---|---|---|
| Total de comarcas correicionadas em 2014 e 2015 | 88 | 79,27% |

Os relatórios de correição estão disponíveis aos interessados no sítio eletrônico desta Corregedoria, conforme determina a Meta 4 da Corregedoria Nacional de Justiça, no seguinte endereço:

http://cgj.tjsc.jus.br/transparencia/docs/relatorios_inspecao/jud2015.htm.

Ademais, além da estatística apurada, destaca-se a conclusão de processos eletrônicos (Classes: Correição Extraordinária, Correição Ordinária e Inspeção), distribuídos entre os anos de 2013 e 2014, e os processos de acompanhamento de gabinetes e de cartórios, conforme segue:

| | |
|---|---|
| Processos de 2013 concluídos em 2015 | 18 |
| Processos de 2014 concluídos em 2015 | 138 |
| Processos de acompanhamento concluídos em 2015 | 9 |
| TOTAL DE PROCESSOS CONCLUÍDOS EM 2015 | 165 |

## Projetos

### Projeto “Mês do Ajuste Estatístico”

Observa-se, no dia a dia forense, que alimentação equivocada do sistema, principalmente de algumas movimentações processuais, impacta negativamente na estatística das unidades judiciárias e ocasiona índices incoerentes e que não refletem a realidade processual.

Instituiu-se na Corregedoria o projeto do Mês do Ajuste Estatístico na Justiça de Primeiro Grau, que é o período durante o qual todas as unidades judiciárias do Estado farão a revisão e o ajuste das movimentações equivocadas, de modo a adequar no sistema o acervo efetivamente ativo.

De acordo com o Provimento n. 12/2005, o projeto será aplicado nos meses de maio e outubro de todos os anos e será acompanhado pelo Núcleo III, que ficará à disposição das unidades para apoio e orientação.

## Atividades

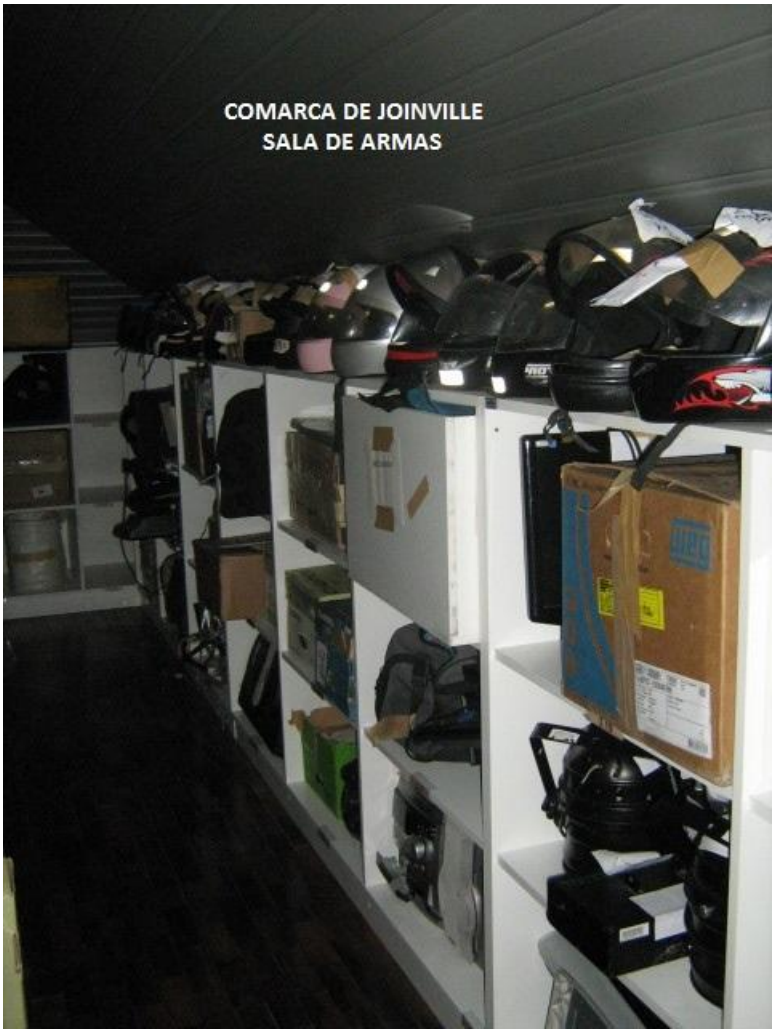
### 1) Regularização de cadastro e destinação de apreensões criminais

Em correições judiciais realizadas pela Corregedoria, observou-se que a quantidade de bens e objetos apreendidos em alguns fóruns era incompatível com o acervo de processos em andamento nas unidades jurisdicionais com competência na área criminal e da Infância e Juventude, o que ocasionou problemas estruturais e de segurança nos prédios.

A partir dessa constatação e, também, de ações de destaque colhidas em diversas comarcas, nos relatórios correicionais passou a constar determinação para o levantamento e destinação de bens apreendidos vinculados a processos já arquivados ou àqueles em andamento, e para que a sua manutenção seja dispensável à prova dos autos.

Nos casos necessários, instaurou-se processo de acompanhamento e em muitas comarcas já se observa visível melhora.


COMARCA DE JOINVILLE
Biblioteca - antiga sala de bens


COMARCA DE JOINVILLE
SALA DE ARMAS




**2) Acompanhamento de cartórios, gabinetes e setores administrativos**

Em relatórios de correições realizadas pela Corregedoria, em procedimentos encaminhados pelo Núcleo I e, ainda, em relatórios de inspeção realizada pela Corregedoria Nacional de Justiça foi apontada quantidade significativa de processos sem movimentação em unidades judiciárias de primeiro grau.

Visando a regularização desses acervos foram instaurados procedimentos de acompanhamento, com a extração dos relatórios iniciais e a abertura de prazo aos magistrados e aos chefes de cartório para apresentação de planos de trabalho, seguida de verificações mensais ou bimestrais a fim de apurar o percentual de cumprimento do plano. Nessa espécie de procedimento, além da atividade correicional, objetiva-se apoiar e orientar as unidades acerca da importância da análise periódica dos dados estatísticos, disponíveis nos diversos sistemas informatizados (SAJ5, SAJ Estatística, entre outros).

Esses procedimentos são finalizados quando atingido o cumprimento de pencentual satisfatório das metas propostas no plano de trabalho. Havendo necessidade de outras medidas de apoio, poderá ser solicitada a designação de juiz cooperador e a atuação do programa de enfrentamento de acervos.

No âmbito da própria Corregedoria, também pode ser avaliada a inclusão de unidades no programa Apoia, desenvolvido pelo Núcleo II.

Na Corregedoria foram deflagrados, ainda, processos de acompanhamento de setores administrativos de alguns fóruns, como Distribuição e Central de Mandados, a fim de verificar situações específicas apuradas durante as correições.

**3) Provimento n. 36/2014, do Conselho Nacional da Justiça**

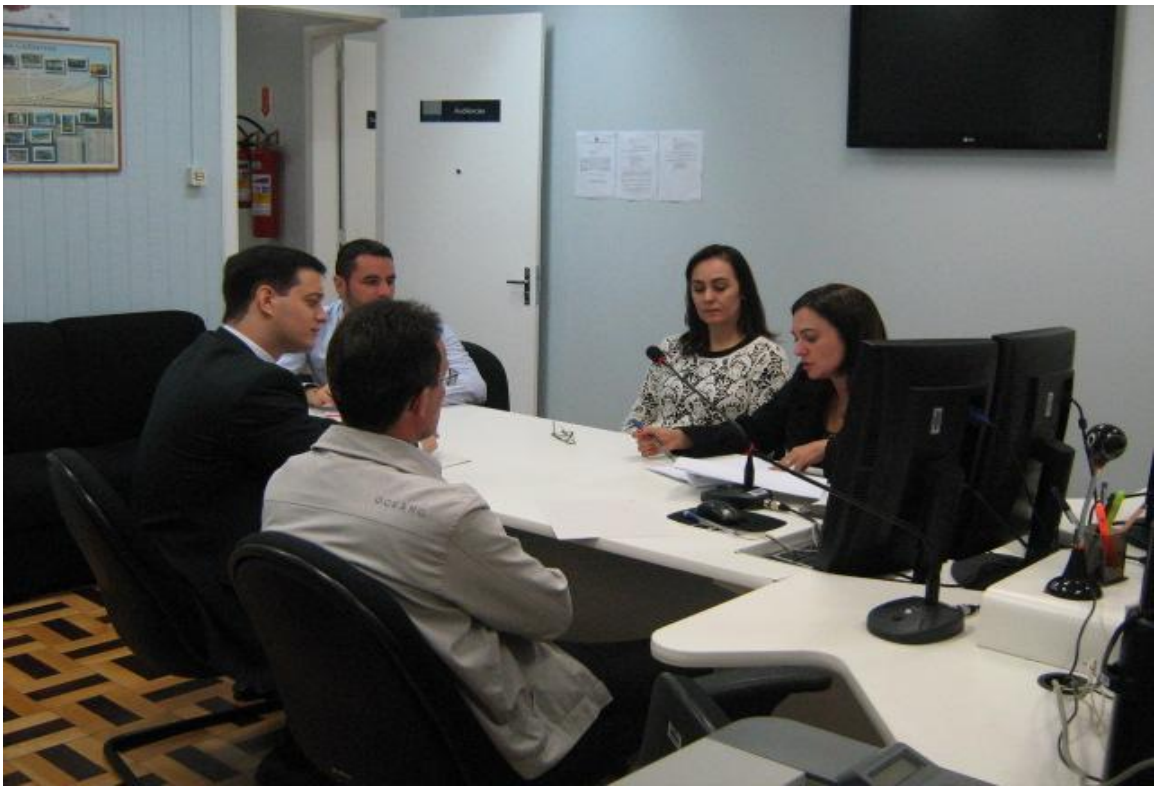
O Provimento n. 36/2014 do CNJ determinou, dentre outras providências, a fiscalização, por meio de inspeções ou correições, do tempo de tramitação dos processos de adoção e dos de destituição do poder familiar, notadamente daqueles em andamento há mais de 12 meses.

Com a edição da Circular n. 147/2014 desta Corregedoria, nas correições judiciais adotou-se o procedimento de remessa de correspondência eletrônica aos magistrados, contendo a relação dos processos na situação acima especificada (correição virtual) ou entrega pessoal de termo, também com a listagem de processos (correição presencial), com a abertura de prazo de cinco dias para justificativa do tempo de tramitação.

Comparados os números das unidades no primeiro procedimento geral com os atuais, houve expressiva redução de incidências, decorrente principalmente da regularização de classes processuais, para o que houve orientação específica.

Imagens fotográficas coletadas durante as correições presenciais

A seguir, alguns registros fotográficos das unidades correicionadas no decorrer deste ano:



São José do Cedro – Vara Única



Indaial – 1ª Vara Cível



Capinzal – 2ª Vara Cível



Comarca de Taió - visita à Sala de Armas



Comarca de São Joaquim – apresentação do Projeto Aprimorar

## 2.4 NÚCLEO IV: Serventias Extrajudiciais

**1) Considerações iniciais**

O ano de 2015 representou a consolidação do novo momento administrativo do Núcleo IV, calcado na organização dos trabalhos do setor, no cumprimento das metas estabelecidas e na preparação do núcleo para o desenvolvimento de suas atividades nos anos vindouros.

Trabalhou-se fortemente no aperfeiçoamento e desenvolvimento de ferramentas eletrônicas criadas com o objetivo de aperfeiçoar os métodos de trabalho e auxiliar o desenvolvimento das atividades de orientação e fiscalização.

O trabalho concentrado no enfrentamento dos processos fez com que o número de procedimentos chegasse a um patamar mais equilibrado, reduzindo-se de maneira concreta o acervo de questões pendentes de análise pelo Núcleo.

No âmbito interno, o ano propiciou ao Núcleo IV aperfeiçoar a capacidade de sua equipe de trabalho – nos moldes do ano de 2014, toda a assessoria foi envolvida nas mais diversas atividades, de modo a permitir um maior compartilhamento de informações e a constante ampliação do conhecimento técnico exigido para o exercício dessa atividade.

**2) Atividades Desenvolvidas**

- Acompanhamento e controle dos projetos que envolvem a tecnologia da informação aplicada aos serviços notariais e de registro, como o Selo Digital de Fiscalização, Central de Protestos, Central de Registo Civil, Censec, Central de Registro de Imóveis e Novo Sistema de Ressarcimento Eletrônico de Atos Gratuitos etc. Nessa atividade, acompanha-se a implantação e o andamento dos processos virtuais que tratam dos mencionados sistemas, realiza-se o contato com as partes envolvidas e expedem-se orientações e comunicados nesse particular, ou seja, todas as tarefas necessárias para garantir-se não apenas a implantação mas também o bom funcionamento das ferramentas aplicadas aos serviços notariais e de registro.
- Atualização semanal dos itens de constatação do Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais (SCI), ferramenta por meio da qual se realiza a atividade correicional presencial nas serventias extrajudiciais. Tal atividade é executada com base na retroalimentação efetuada pelos assessores correicionais lotados no Núcleo IV, os quais, no decorrer da atividade fiscalizatória, propõem melhorias nos itens de observação e na própria automação da ferramenta, em verdadeira atividade de construção permanente do sistema.
- Avaliação dos relatórios prévios de Inspeção Virtual antes da geração dos relatórios com numeração definitiva, procedimento realizado em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação. O objetivo é verificar a correta geração dos relatórios, para que possam ser enviados para os delegatários dos serviços de notas e de registros.
- Avaliação das regras atuais e criação de outras no sistema de inspeção virtual, com base nas alterações legislativas e normativas relacionadas à atividade notarial e de registro.
- Resposta de questionamentos referentes à implantação do novo Sistema de Ressarcimento Eletrônico de Atos Gratuitos.
- Análise e encaminhamento dos documentos recebidos via Malote Digital pela Unidade Organizacional “Assessoria Extrajudicial”.
- Resposta de questionamentos referentes à implantação do Selo Digital de Fiscalização, vinculados ao procedimento eletrônico de consumo de selos e demais assuntos que envolvem o acompanhamento técnico do projeto.
- Análise de processos e elaboração de minutas de despacho, parecer e decisão em processos relacionados aos sistemas eletrônicos dos serviços notariais e de registro.

- Distribuição de processos na ferramenta SAJ/5 CGJ. Diariamente é executada no Núcleo IV a atividade de checagem e acompanhamento dos processos virtuais alocados no Sistema SAJ. Ato contínuo, faz-se uma análise qualitativa do feito e efetua-se a distribuição para a equipe de assessores correicionais. Da mesma forma, trabalha-se com o encaminhamento dos processos assinados pelo Juiz Corregedor e a remessa ao local adequado.
- Correção de minutas de expedientes elaboradas pela assessoria extrajudicial do Núcleo IV. As minutas de despachos, decisões e pareceres desenvolvidas pela equipe do Núcleo IV são alocadas para uma fila específica, nesse local. Antes da remessa ao gabinete do magistrado, faz-se uma análise minuciosa e o primeiro crivo de correção da proposta. Após a aprovação ou a realização dos ajustes necessários, os processos são conclusos ao gabinete para a análise final.
- Controle da meta semanal de processos. O Vice-Corregedor-Geral da Justiça fixou uma meta semanal de produtividade nos processos do Núcleo para cada um dos assessores correicionais – atualmente a tarefa consiste em impulsionar 8 (oito) processos por semana. Assim, desenvolveu-se um formulário eletrônico de controle de produtividade e ao final de cada semana são divulgados os resultados para os componentes da equipe, com o número de processos baixados e a quantidade de entradas.
- Análise de Prestação de Contas de Interino. Nesse procedimento, avaliam-se as prestações de contas encaminhadas pelos interinos das serventias extrajudiciais, e por aqueles que exercem a delegação em caráter precário em serventia pendente de oferecimento em concurso, quando instado a fazê-lo por pedido de auxílio dos Juízes Diretores dos Foros das comarcas.
- Análise de Prestação de Contas de Interventores. Nesse procedimento, avaliam-se as prestações de contas encaminhadas pelos interventores das serventias extrajudiciais, que são particulares nomeados pela Corregedoria-Geral da Justiça para responder pelo expediente da serventia enquanto perdurar processo administrativo contra o titular.
- Respostas a consultas do S@E – Sistema de Atendimento Extrajudicial, relacionadas às prestações de contas dos interinos e interventores.
- Atendimento Telefônico aos jurisdicionados, servidores e delegatários, em consultas relacionadas às prestações de contas dos interinos e interventores.
- Análise de procedimentos e elaboração de minutas de despachos, pareceres e decisões em procedimentos administrativos relacionados às prestações de contas dos interinos e interventores.
- Gerenciamento da caixa de e-mail interino@tjsc.jus.br e arquivamento das decisões remetidas para esse correio eletrônico.
- Elaboração e atualização de Manuais de Prestação de Contas Interino/Interventor/Direção do Foro.
- Elaboração de minutas de atos normativos relacionados às prestações de contas dos interinos e interventores.
- Lançamento da 2ª Edição do Manual de Transmissão de Acervos.
- Lançamento do projeto ExtraFácil, ferramenta de gestão do conhecimento que centraliza os documentos e conteúdos afetos à atividade do Núcleo IV, cuja consulta fica disponível a qualquer interessado;
- Gerenciamento e elaboração de quesitos do projeto ExtraFácil, o que envolve a análise da legislação atinente à matéria extrajudicial, somada à avaliação das soluções de consultas respondidas pela assessoria extrajudicial do Núcleo IV.
- Elaboração de minutas de despachos, pareceres, decisões, circulares e provimentos de processos eletrônicos afetos à realidade do Núcleo IV.

- Realização de correições presenciais nas serventias notariais e de registro, atividade que consiste na avaliação do cumprimento da legislação atinente à matéria pelos delegatários dos serviços notariais e de registro e por seus prepostos.
- Solução de consultas recebidas pela assessoria extrajudicial do Núcleo IV por meio do Sistema de Atendimento do Extrajudicial, que podem se de questionamentos formulados por delegatários dos serviços notariais e de registros, servidores do Poder Judiciário, ou ainda de requerimentos ou de reclamações formuladas por qualquer interessado.
- Gerenciamento do Sistema de Atendimento Extrajudicial (S@E), que é um canal aberto para comunicação entre os juízes de direito ou diretores do foro, servidores do Poder Judiciário e delegatários dos serviços notariais e de registro e a Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, com a finalidade de auxiliar nas questões complexas atinentes à matéria extrajudicial. É, também, mais uma alternativa para que os delegatários complementem seus estudos sobre as atividades por si desenvolvidas. O S@E permite, ademais, que os usuários formulem reclamações à Direção do Foro ou consultas específicas sobre o selo de fiscalização, emolumentos e taxa do FRJ. A principal tarefa vinculada à atividade é a distribuição dos expedientes na assessoria extrajudicial e o envio das respostas elaboradas.
- Prestação de informações referentes ao cadastro das serventias extrajudiciais do Estado de Santa Catarina, elaboração de minutas de pareceres com sugestões para a solução dos casos relacionados com a matéria, remetendo-as ao crivo do Juiz Corregedor.
- Prestação de informações referentes ao cadastro das serventias extrajudiciais do Estado de Santa Catarina nas consultas pelo Juiz Corregedor, pelos Juízes de Direito, servidores e Órgãos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, advogados e pelo público em geral.
- Atendimento e prestação de informações a outros setores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina nas demandas e solicitações do Conselho Nacional de Justiça referentes ao cadastro de serventias extrajudiciais do Estado.
- Participação na análise das propostas recebidas na esfera extrajudicial, relativas ao cadastro dos serviços extrajudiciais, visando às alterações e inovações legislativas do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
- Participação da edição, revisão e aprimoramento dos atos normativos relacionados ao cadastro do extrajudicial.
- Gerenciamento do projeto da Corregedoria-Geral da Justiça concernente ao cadastro de serventias extrajudiciais.
- Atualização do sistema de cadastro das serventias extrajudiciais do Estado de Santa Catarina.
- Gerenciamento do acesso às informações das serventias extrajudiciais do Estado de Santa Catarina no Sistema Justiça Aberta no site do Conselho Nacional de Justiça.
- Controle do cadastro de vacância das serventias para concurso e, quando solicitados, elaboração de relatórios das serventias vagas e providas para encaminhamento ao Conselho Nacional da Justiça – CNJ, à Comissão de Concurso do TJSC, à Diretoria de Recursos Humanos do TJSC, à Presidência e à 1ª Vice-Presidência do TJSC.
- Controle do cadastro das serventias extrajudiciais na ocorrência de novas posses e transmissões de acervo em razão de término de concurso notarial e registral, de intervenções, e de novas designações.
- Atendimento telefônico e fornecimento de orientações referentes aocadastro do extrajudicial.
- Leitura e resposta de e-mails relacionados com o cadastro, o histórico disciplinar, e os eventos referentes às serventias extrajudiciais. No período de 7 de janeiro a 12 de novembro de 2015

foram enviados/respondidos 1.918 e-mails relativos a dúvidas e questionamentos sobre o Sistema de Cadastro do Extrajudicial e o Sistema Justiça Aberta, do CNJ.

- Elaboração dos relatórios anuais das atividades desenvolvidas pelo Núcleo IV.
- Avaliação do reajuste do Selo de Fiscalização e da Ajuda de Custo (art. 8º, § 3º, e art. 14, § 2º, da LCe n. 175/1998), com remessa de minuta de resolução à apreciação do Conselho da Magistratura.
- Implementação do valor reajustado referente à ajuda de custo no Sistema do Selo e análise das serventias inseridas pelo critério do inciso III do art. 14 da LCe n. 175/1998.
- Conferência da ajuda de custo paga às serventias deficitárias, o que envolve a análise dos critérios da LCe n. 175/1998, art. 14, incisos I, II e III, no sentido de se verificar se determinada serventia faz, ou não, jus ao percebimento da sobredita ajuda.
- Conferência dos atos praticados pelos delegatários mediante a gratuidade para posterior pagamento, na sistemática de ressarcimento eletrônico de atos gratuitos. Nessa atividade, confere-se a pertinência dos pedidos de reembolso formulados pelos delegatários dos serviços notariais e de registro, notadamente se foram feitos de acordo com o que prescreve a legislação e as orientações do Núcleo IV.
- Conferência dos atos praticados diante da gratuidade pelos juízes de paz para posterior pagamento, procedimento semelhante ao da conferência do ressarcimento dos atos gratuitos praticados pelas serventias extrajudiciais e acima descrito (LCe n. 532/2011).
- Cancelamento, redisponibilização, anulação e prestação de informações relativas ao trâmite da aquisição e uso do Selo Digital.
- Elaboração de informações, minutas de despachos, pareceres e decisões nos processos que aportaram no Setor de Selo de Fiscalização e que têm por objeto o consumo e a utilização do selo de fiscalização nos atos da serventia.
- Confecção de certidão com a relação dos serviços de protesto do Estado, por comarca, a pedido de interessados, normalmente para fins de licitação.
- Controle dos casamentos coletivos ocorridos no Estado.
- Fornecimento de informações aos setores da Corregedoria referentes ao ressarcimento dos atos gratuitos e ajuda de custo, com elaboração de relatórios e demais expedientes necessários.
- Respostas a consultas efetuadas por meio do Sistema de Atendimento Extrajudicial (S@E), relativas ao consumo e à utilização do selo de fiscalização e ao ressarcimento de atos gratuitos e à ajuda de custo.
- Atendimento de ligações telefônicas referentes às matérias em que envolvido o Setor de Selo.
- Pesquisa e fornecimento de informações concernentes aos selos físicos de fiscalização para delegados de polícia, peritos, advogados e usuários em geral.
- Elaboração de minutas de provimentos, circulares, comunicações internas, orientações e comunicados referentes às atribuições do Setor de Selo.
- Adequação e constante atualização, em parceria com setores técnicos, do sítio virtual “Portal do Extrajudicial – extrajudicial.tjsc.jus.br”.
- Ampliação das orientações do Núcleo IV aos usuários dos serviços de notas e registros, junto ao portal do extrajudicial (http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html).
- Prestação de auxílio e orientação aos Juízes Diretores de Foro e magistrados responsáveis pelos registros públicos por meio de contatos telefônicos, correspondências eletrônicas e deslocamento de equipe correicional.
- Participação e incentivo à realização de eventos de estudos acerca do Direito Notarial e Registral.

- Acompanhamento, atualização, aprimoramento e desenvolvimento do uso do Sistema Hermes – Malote Digital.
- Cumprimento e a ampliação da meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça para realizar inspeções correicionais em, no mínimo, 30% (trinta por cento) das 583 serventias de notas e registros do Estado de Santa Catarina – realização de correições em todos as serventias do Estado até dezembro de 2016.
- Aprimoramento do Sistema do Selo Digital, com a expedição de relatórios que promovem cruzamento de dados (Sistema de Auditoria, com base nos conceitos de business inteligence – BI).
- Ampliação da divulgação eletrônica (notícias publicadas no sítio do Tribunal de Justiça) das atividades relevantes realizadas pelo Núcleo IV no ano de 2015.
- Pedido de aquisição de novas obras para a Biblioteca setorial do Núcleo IV.
- Elaboração da Orientação n. 23, de 2-3-2015, que trata da utilização do endereço de e-mail selo@tjsc.jus.br.
- Elaboração da Orientação n. 24, de 4-9-2015, que trata da suspensão da Limitação Remuneratória dos Interinos ao Teto Constitucional.
- Elaboração da Orientação n. 25, 9-9-2015, que trata do manejo do selo isento nos casos de cancelamento de protesto de CDA.
- Elaboração da Orientação n. 26, de 24-9-2015, que trata do recolhimento dos valores que ultrapassam o teto remuneratório dos interinos.
- Elaboração da Orientação n. 27, de 1º-10-2015, que trata de esclarecimentos sobre a geração da guia de pagamento nos casos de restituição de ressarcimento de atos gratuitos – código de recolhimento 22159.
- Atuação correicional disciplinar com a edição de Portarias que instauram processos administrativos disciplinares.
- No ano de 2015 foram distribuídos para o núcleo IV, 1.883 (Relatório do sistema SAJ, obbtido em 16-11-2015) processos.
- Foram baixados em 2015 o total de 584 (Fonte: SAJ, acesso em 16-11-2015) processos.
- Colhe-se do sistema SAJ que atualmente encontram-se ativos 237 (Fonte SAJ, acesso em 16-11-2015) processos do extrajudicial.
- Cumprimento prioritário de procedimentos oriundos do Conselho Nacional de Justiça.
- Informação mensal da produtividade do Corregedor e do Vice-Corregedor para a Secretaria da Corregedoria, objetivando a posterior remessa ao Conselho Nacional de Justiça do balanço mensal de produtividade dos Desembargadores Corregedores.
- Prestação de atendimento e orientação aos serventuários extrajudiciais, juízes, secretários de Foro e jurisdicionados pelos ramais telefônicos do Núcleo IV, com um total aproximado de 7.000 ligações.
- Termo de Cooperação Técnica entre o Complexo Penitenciário e o Ofício de Registro Civil da comarca de Itajaí.
- Termo de Cooperação Técnica entre o Complexo Penitenciário e o Ofício de Registro Civil da comarca de Joinville.
- Desenvolvimento de minuta do novo Regimento de Emolumentos do Estado de Santa Catarina.
- Aprofundamento da integração do sistema do selo digital de fiscalização com o Sistema Nacional de Informações do Registro Civil (SIRC).

- Lançamento do Novo Sistema de Ressarcimento Eletrônico, ferramenta eletrônica que permite a captura, a partir do Sistema do Selo Digital, das informações dos atos praticados nas serventias extrajudiciais para posterior efetivação do procedimento de reembolso dos atos gratuitos praticados.
- Respostas às consultas por meio do Sistema de Atendimento do Extrajudicial (S@E):

| DESTINATARIO | TOTAL | DESTINATARIO | TOTAL |
|---|---|---|---|
| Abelardo Luz | 6 | Lages | 10 |
| Anita | 2 | Laguna | 6 |
| Araquari | 6 | Lebon Régis | 1 |
| Araranguá | 6 | Mafra | 2 |
| Armazém | 1 | Maravilha | 2 |
| Ascurra | 2 | Mondai | 1 |
| Balneário Camboriú | 13 | Navegantes | 13 |
| Barra Velha | 9 | Orleans | 7 |
| Biguaçu | 7 | Palhoça | 5 |
| Blumenau | 40 | Piçarras | 2 |
| Bom Retiro | 1 | Pinhalzinho | 3 |
| Braço do Norte | 3 | Pomerode | 1 |
| Brusque | 5 | Porto Belo | 5 |
| Camboriú | 2 | Porto União | 1 |
| Campo Belo do Sul | 1 | Presidente Getúlio | 1 |
| Canoinhas | 7 | Quilombo | 1 |
| Capinzal | 3 | Rio do Campo | 1 |
| Capital | 62 | Rio do Sul | 3 |
| São José do Cedro | 1 | Rio Negrinho | 1 |
| Custas | 6 | Santa Rosa | 3 |
| Chapecó | 7 | Ituporanga | 4 |
| Coronel Freitas | 1 | Jaraguá do Sul | 4 |
| Criciúma | 16 | Joaçaba | 4 |
| Curitibanos | 2 | Joinville | 34 |
| Dionísio | 2 | Santo Amaro da Imperatriz | 3 |
| Assessoria Extrajudicial | 1.361 | São Bento | 9 |
| Forquilhinha | 2 | São Carlos | 5 |
| Fraiburgo | 2 | São Domingos | 1 |
| Assessoria FRJ | 11 | São Francisco do Sul | 7 |
| Garopaba | 1 | São Joaquim | 3 |
| Gaspar | 4 | São José | 15 |
| Guaramirim | 5 | São Lourenço do Oeste | 1 |
| Herval d' Oeste | 1 | Sombrio | 5 |
| Ibirama | 3 | Tijucas | 2 |
| Içara | 10 | Timbó | 5 |
| Imbituba | 2 | Trombudo Central | 4 |
| Indaial | 2 | Tubarão | 9 |
| Interino | 44 | Turvo | 3 |
| Ipumirim | 1 | Urubici | 2 |
| Ita | 1 | Urussanga | 9 |
| Itaiópolis | 3 | Videira | 3 |
| Itajaí | 26 | Xanxerê | 1 |
| Itapema | 2 | Xaxim | 3 |

| | | |
|---|---|---|
| Itapoá | 4 | |
| **TOTAL** | | **1.901** |

Fonte: Assessoria de Informática da Corregedoria-Geral da Justiça.

- Participação dos servidores e Vice-Corregedor-Geral nos Encontros e Seminários:

| DATA | LOCAL | EVENTO |
|---|---|---|
| **Março** | Teresina/PI | 68º Encontro do Colégio de Corregedores-Gerais - ENCOGE |
| **Agosto** | Rio de Janeiro/RJ | 69º Encontro do Colégio de Corregedores-Gerais - ENCOGE |
| **Outubro** | Florianópolis/SC | V Encontro dos Registradores de Imóveis de Santa Catarina |
| **Outubro** | Rio de Janeiro/RJ | XX Congresso Notarial Brasileiro |
| **Outubro** | Aracaju/SE | XLII Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil |
| **Novembro** | Balneário Camboriú/SC | XVI Congresso Brasileiro de Direito Notarial e Registral |
| **Novembro** | Barreirinhas/MA | 70º Encontro do Colégio de Corregedores-Gerais - ENCOGE |

- Inspeções correicionais presenciais realizadas nas serventias extrajudiciais do Estado:

**JANEIRO**

| PERÍODO | SERVENTIA | COMARCA |
|---|---|---|
| 26 - 30 | EP. de Canoas, RI e TNOP | Bom Retiro, Urubici |
| 26 - 30 | RCPN | Guaramirim |

**FEVEREIRO**

| PERÍODO | SERVENTIA | COMARCA |
|---|---|---|
| 2 – 6 | EP. Palma Sola, RCPN | Dionísio Cerqueira |
| 2 – 6 | RI + TN, EP. Princesa | Dionísio Cerqueira, São José do Cedro |
| 2 – 6 | TNOP, RCPN | São José do Cedro |
| 2 – 6 | RI, EP. Guarujá do Sul | São José do Cedro |
| 9 – 13 | TN, EP. de Santa Helena, | Descanso |
| 9 – 13 | RCPN + RI, EP. Belmonte (Acervo da EP. de Belmonte esta no RCPN), RCPN, EP. Bandeirante (Acervo da EP. de Bandeirante está no RCPN) | Descanso, São Miguel do Oeste |
| 9 – 13 | TNOP, EP. Paraíso, EP. Barra Bonita | São Miguel do Oeste |
| 9 – 13 | RI, EP. Guaraciaba | São Miguel do Oeste |
| 18 – 20 | TN, RCPN | Tijucas |
| 18 – 20 | RI, Ep. Canelinha | Tijucas |
| 18 – 20 | RI, EP. Nova Trento | São João Batista |
| 18 – 20 | EP. Rio Vermelho e EP. Barra da Lagoa | Florianópolis |
| 23 - 27 | RCPN (dois) | Campo Erê, São Lourenço do Oeste |
| 23 - 27 | RI, TN | Campo Erê |
| 23 - 27 | 1º TN, EP. Saco dos Limões | Florianópolis |
| 23 - 27 | 2º TN e EP. Trindade | Florianópolis |

**MARÇO**

| PERÍODO | SERVENTIA | COMARCA |
|---|---|---|
| 2 – 6 | RCPN, TN | Abelardo Luz |
| 2 – 6 | RI, EP. Ipuaçu | Abelardo Luz |
| 2 – 6 | TN, EP. Coronel Martins, EP. Galvão | São Domingos |
| 2 – 6 | RCPN, RI | São Domingos |
| 9 – 13 | RCPN, TN | Anchieta |
| 9 – 13 | RI, Ep. Romelândia | Anchieta |

| | | |
|---|---|---|
| 9 – 13 | RCPN, TNOP | Itapiranga |
| 9 – 13 | EP. São João do Oeste, EP. Tunápolis, RI | Itapiranga |
| 16 – 20 | RCPN, TN | Palmitos |
| 16 – 20 | RI, EP. Caibi | Palmitos |
| 16 – 20 | RCPN, TN | São Carlos |
| 16 – 20 | RI, EP. Cunhataí, EP. Águas de Chapecó | São Carlos |
| 23 - 27 | RCPN, TN | Mondaí |
| 23 - 27 | RI, EP. Iporã do Oeste, EP. Riqueza | Mondaí |
| 24 - 27 | 1º RI, 4° TN | Florianópolis |
| 30 – 31 | TNOP | Guaramirim |

## ABRIL

| PERÍODO | SERVENTIA | COMARCA |
|---|---|---|
| 6 – 10 | RI, RCPN | Chapecó |
| 6 – 10 | 1º TN, 2º TN | Chapecó |
| 6 – 10 | EP. Cordilheira Alta, EP. Sede Figueira, EP. Guatambu, EP. Nova Itaberada (Acervo de Sede Figueira está na EP. de Nova Itaberaba) | Chapecó |
| 6 – 10 | EP. Marechal Bormann, EP. Caxambu do Sul, EP. Planalto Alegre | Chapecó |
| 13 – 17 | 1º RI, RCPN | Concórdia |
| 13 – 17 | 2º RI + TP, TN | Concórdia |
| 13 – 17 | EP. Presidente Castelo Branco, EP. Alto Bela Vista, EP. Peritiba, EP. Irani | Concórdia |
| 13 – 17 | RCPN + RI | Itá |
| 22 – 24 | TN, EP. Paial | Itá |
| 22 – 24 | RI, RCPN | Seara |
| 22 – 24 | TN, EP. Xavantina, EP. Arvoredo | Seara |
| 22 – 24 | RI, TN | Cunhã Porã |
| 27 – 30 | RI, TN | Pinhalzinho |
| 27 – 30 | RCPN, EP. Nova Erechim, EP. Saudades | Pinhalzinho |
| 27 – 30 | 2º RI, EP. Lagoa da Conceição | Florianópolis |
| 27 - 30 | 3º RI, EP. Pântano do Sul | Florianópolis |

## MAIO

| PERÍODO | SERVENTIA | COMARCA |
|---|---|---|
| 4 – 8 | EP. Faxinal dos Guedes, EP. Bom Jesus, EP. Lajeado Grande, EP. Marema | Xanxerê, Xaxim |
| 4 – 8 | RCPN, RI | Xanxerê |
| 4 – 8 | RCPN, TN | Xaxim |
| 4 – 8 | TN + RI, EP. Entre Rios | Xaxim |
| 11 – 15 | TN, EP. Flor do Sertão | Maravilha |
| 11 – 15 | RCPN, RI | Maravilha |
| 11 – 15 | EP. Bom Jesus do Oeste, EP. Serra Alta, EP. Sul Brasil | Modelo |
| 11 – 15 | TN, RCPN + RI | Modelo |
| 18 – 22 | EP. Nova Veneza, EP. Rio Maina, EP. São Bento Baixo, EP. Siderópolis | Criciúma |
| 18 – 22 | 1º RI, 2º RI | Criciúma |
| 18 – 22 | 1º TN, 2º TN | Criciúma |
| 18 – 22 | RCPN, EP. Treviso | Criciúma |

## JUNHO

| PERÍODO | SERVENTIA | COMARCA |
|---|---|---|
| 1 – 3 | EP. Arroio do Silva, EP. Maracajá, 2º TN | Araranguá |
| 1 – 3 | TN, EP. Pescaria Brava | Laguna |
| 1 – 3 | RI, EP. Ribeirão Pequeno | Laguna |

| | | |
|---|---|---|
| 1 – 3 | TN, RI | Sombrio |
| 8 – 12 | RCPN, TN, EP. Morro Grande | Meleiro |
| 8 – 12 | TN, RCPN + RI | Armazém |
| 8 – 12 | TN, RCPN + RI | Jaguaruna, Forquilhinha |
| 15 – 19 | RCPN, EP. Itoupava, RCPN | Blumenau, Pomerode |
| 15 – 19 | 1º RI, 1º TN | Blumenau |
| 15 – 19 | 2º RI, 2º TN | Blumenau |
| 15 – 19 | 3º RI, 3º TN | Blumenau |
| 22 – 26 | 1º TN, 2º TN, EP. José Boiteux | Ibirama |
| 22 – 26 | RCPN, EP. Doutor Pedrinho | Indaial, Timbó |
| 22 – 26 | EP. Ribeirão da Ilha, EP. Campeche, EP. Santo Antonio de Lisboa | Florianópolis |
| 22 – 26 | RCPN, EP. Barreiros | São José |
| 29 – 3 | RCPN, EP. Atalanta, EP. Leoberto Leal | Ituporanga |
| 29 – 3 | RI, TN | Ituporanga |

## JULHO

| PERÍODO | SERVENTIA | COMARCA |
|---|---|---|
| 6 – 10 | TN, RCPN + RI | Rio do Campo |
| 6 – 10 | 1º TN, 2º TN | Rio do Sul |
| 6 – 10 | 3º RI, EP. Rodeio | Rio do Sul, Ascurra |
| 6 – 10 | RI, TN | Pomerode |
| 13 – 17 | 1º RI, 2º RI | Balneário Camboriú |
| 13 – 17 | 1º TN, 2º TN | Balneário Camboriú |
| 13 – 17 | RCPN + RI | Camboriú |
| 13 – 17 | TN, TN | Camboriú, Piçarras |
| 20 – 24 | 1º RI, 2º RI | Itajaí |
| 20 – 24 | 1º TN, 2º TN | Itajaí |
| 20 – 24 | RCPN, 3º TN | Itajaí |
| 20 – 24 | TN, TN | Navegantes, São João Batista |
| 27 - 31 | RCPN, 2º TN | São Francisco do Sul |
| 27 - 31 | EP. Ubatuba, 2º RI | São Francisco do Sul |
| 27 - 31 | RI, EP. Campinas | São José |
| 27 - 31 | EP. São Pedro de Alcântara, EP. Colônia Santa Teresa | São José |

## AGOSTO

| PERÍODO | SERVENTIA | COMARCA |
|---|---|---|
| 3 – 7 | 1º RI, EP. Pirabeiraba | Joinville |
| 3 – 7 | 2º RI, Ep. Boa Vista | Joinville |
| 3 – 7 | 1º TN, 2º TN | Joinville |
| 3 – 7 | 3º RI, 3º TN | Joinville |
| 10 – 14 | TN, EP. São João do Itaperiú, TN | Barra Velha, Garuva |
| 10 – 14 | EP. Corupá, TN, RI | Jaraguá do Sul, Guaramirim |
| 10 – 14 | RCPN + RI, TN | Araquari |
| 17 – 21 | EP. Passos Maia, EP. Vargeão, RCPN | Ponte Serrada |
| 17 – 21 | RI, TN | Ponte Serrada |
| 17 – 21 | RI, EP. Irati | Quilombo |
| 17 – 21 | RCPN, TN | Quilombo |
| 24 – 28 | EP. Xavatina, EP. Arvoredo, EP. Paial e EP. Belmonte | Seara, Itá, Descanso |
| 24 – 28 | 1º e 2º TNOP | Xanxerê |

## SETEMBRO

| PERÍODO | SERVENTIA | COMARCA |
|---|---|---|
| 31 – 4 | EP. Água Doce, EP. Ibicaré; EP. Luzerna, EP. Nova Petrópolis | Joaçaba |
| 31 – 4 | 2º RI, 1º TN, 2º TN | Joaçaba |
| 31 – 4 | 1º RI, RCPN, EP. Treze Tílias | Joaçaba |
| 8 – 11 | EP. Calmon, EP. Macieira, EP. Rio das Antas, RCPN | Caçador |
| 8 – 11 | 1º TN, 2º TN, RI | Caçador |
| 8 – 11 | EP. Piratuba, RI | Capinzal |
| 14 – 18 | EP. Ipira (Feriado em 15.8), EP. Lacerdópolis, EP. Ouro, TN | Capinzal |
| 14 – 18 | RCPN | Capinzal |
| 14 – 18 | RCPN, RI | Campos Novos |
| 14 – 18 | 1º TN, 2º TN | Campos Novos |
| 21 – 25 | TN, EP. Jaborá, EP. Vargem Bonita | Catanduvas |
| 21 – 25 | RCPN + RI | Catanduvas |
| 21 – 25 | EP. Enseada de Brito, RI | Palhoça |
| 21 – 25 | RCPN, TN | Palhoça |
| 28 – 2 | EP. Erval Velho, TN, RCPN + RI | Herval d´Oeste |

## OUTUBRO

| PERÍODO | SERVENTIA | COMARCA |
|---|---|---|
| 5 – 9 | RI, EP. Monte Carlo, RCPN, TN | Fraiburgo |
| 5 – 9 | RCPN, RI, TN | Lebon Régis |
| 5 – 9 | TN, EP. Anta Gorda, EP. Iomerê | Videira |
| 13 – 16 | RCPN, RI e EP. Pinheiro Preto | Videira e Tangará |
| 13 – 16 | RCPN, EP. Ibiam, TN, RI | Tangará |
| 13 – 16 | RI, TN | Correia Pinto |
| 19 – 23 | 4º RI, 1º TN | Lages |
| 19 – 23 | 2º TN, 3º TN | Lages |
| 26 – 30 | RCPN, EP. Bocaina do Sul, EP. Painel, EP. São José do Cerrito | Lages |
| 26 – 30 | EP. Palmeira, TN | Otacílio Costa |
| 26 – 30 | RI, EP. Anitápolis, | Santo Amaro da Imperatriz |
| 26 – 30 | EP. Barra Clara, EP. Angelina | Santo Amaro da Imperatriz |

## NOVEMBRO/DEZEMBRO

| PERÍODO | SERVENTIA | COMARCA |
|---|---|---|
| 3 – 6 | RI, EP. Timbó Grande | Santa Cecília |
| 3 – 6 | RCPN, TN | Santa Cecília |
| 3 – 6 | RCPN, RI, TN | São Joaquim |
| 3 – 6 | RCPN, Ep. Ratones | Florianópolis |
| 9 – 13 | RCPN, RI, TN | Itaiópolis |
| 9 – 13 | RI, EP. Monte Castelo | Papanduva |
| 9 – 13 | RCPN, TN | Papanduva |
| 9 – 13 | RI, EP. Campo Alegre | São Bento do Sul |
| 16 – 18 | RI | Canoinhas |
| 16 – 20 | 1º RI, 2º RI | Tubarão |
| 16 – 20 | RCPN, 1º TN | Tubarão |
| 16 – 20 | EP. Ingleses, TN, Ep. Paulo Lopes | Florianópolis/Garopaba |
| 19 – 20 | EP. Estreito | Florianópolis |
| 23 – 27 | EP. Irineópolis, EP. Poço Preto | Porto União |

| | | |
|---|---|---|
| 23 – 24 | Ep. Cachoeira do Bom Jesus | Florianópolis |
| 23 – 24 | RI | Itapema |
| 25 – 27 | RCPN, TN, EP. Guaporanga (Acervo da EP de Guaporanga está no RCPN) | Biguaçu |
| 30 - 4 | 1º RI, 2º RI | Mafra |
| 30 - 4 | 1º TN, 2º TN, RCPN | Mafra |
| 30.11 – 4.12 | 1º RI, 4º TN | Lages |
| 30.11 – 4.12 | 2º RI, 3º RI | Lages |
| 30.11 – 4.12 | RCPN + RI | Camboríu |
| 7 – 8.12 | EP. Ibiam | Tangará |

- Inspeções correicionais virtuais realizadas nas serventias extrajudiciais do Estado:

Em 2015 foram realizadas inspeções virtuais em todas as 583 serventias extrajudiciais do Estado, que totalizaram 5.830 relatórios gerados e enviados.

- Totalização de inspeções correicionais:

| ATIVIDADE | QUANTIDADE |
|---|---|
| Inspeções presenciais | 376 |
| Inspeções virtuais | 5.830 |
| **TOTAL** | **6.206** |

- No ano de 2014 foram editados pelo Núcleo IV da Corregedoria-Geral da Justiça:6 provimentos e 50 circulares.

### 3) Comissão dos sistemas eletrônicos extrajudiciais - 2014

#### Projeto do Selo Digital de Fiscalização

O Selo Digital de Fiscalização é a evolução do antigo selo autoadesivo, instituído pela Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998 (alterada pelas Leis Complementares n. 279, de 27 de dezembro de 2004, n. 365, de 7 de dezembro de 2006, n. 408, de 7 de maio de 2008 e n. 429, de 23 de dezembro de 2008), composto por um conjunto de soluções tecnológicas, elaborado com o objetivo principal de aprimorar a segurança dos atos praticados nas serventias extrajudiciais de Santa Catarina.

Desenvolvido pela própria equipe do Poder Judiciário de Santa Catarina, e implantado em parceria com as empresas fornecedoras de sistemas informatizados de automação, trata-se de ferramenta que faz uso de um conjunto padronizado de interfaces de conexão que têm por objetivo a interoperabilidade dos sistemas informatizados usados no Tribunal de Justiça e nos serviços notariais e de registro.

A partir da aplicação do Selo Digital de Fiscalização aos atos extrajudiciais e da remessa obrigatória das informações dos atos pelas serventias que os praticaram para o Poder Judiciário catarinense, tornou-se possível a qualquer interessado que esteja na posse de um documento com Selo Digital proceder, em tempo real, à visualização das informações completas do ato lavrado diretamente no Portal de Consulta, disponível na internet, no endereço http://selo.tjsc.jus.br, o que confere, assim, um alto nível de segurança e transparência à atividade.

É importante destacar que o Selo Digital de Fiscalização desenvolvido em Santa Catarina difere do utilizado em outros Estados em razão, primeiramente, da possibilidade de consulta pelos usuários dos serviços notariais e de registro das informações dos atos e, também, pela alimentação de um banco de dados que pode ser utilizado para o desenvolvimento de outros sistemas informatizados dedicados à auditoria do próprio Selo Digital. Tudo isso se soma, ainda, à possibilidade de as serventias escolherem o

sistema com que desejem trabalhar, dentre as empresas que prestam esse tipo de serviço no mercado. O resultado positivo é aferido pelo incremento da agilidade e da segurança no fornecimento de selos, pela dispensa do manuseio e da estocagem e pela eliminação da possibilidade de extravio, de roubo ou da inutilização das unidades de selos virtuais.

Em 2014, com o propósito da adoção de um novo sistema eletrônico de ressarcimento, atualmente em fase de elaboração, a Corregedoria-Geral da Justiça, por meio da Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais, procedeu ao lançamento da versão 2.1 do sistema do Selo Digital de Fiscalização.

Nessa nova versão, cujo prazo final de implantação encerrou-se em 31 de outubro de 2014, foram disponibilizados novos campos de preenchimento nos modelos dos atos selados, destinados a abarcar as informações necessárias para viabilização do sistema de ressarcimento eletrônico. Para tanto, determinou-se que, até a data mencionada, os sistemas utilizados nas serventias extrajudiciais catarinenses já se encontrassem adaptados para o envio das informações previstas nos novos campos.

Do mesmo modo, em atenção à necessidade de adequação dos serviços informatizados mantidos no âmbito do projeto do Selo Digital de Fiscalização à nova infraestrutura de banco de dados do Poder Judiciário catarinense, a Corregedoria-Geral da Justiça, por meio da Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais, comunicou que os sistemas informatizados de automação utilizados pelas serventias extrajudiciais do Estado deveriam encontrar-se devidamente adaptados aos novos padrões técnicos até 31 de outubro de 2014, de modo a utilizar o servidor de banco de dados Jboss7.

Ao final do prazo acima mencionado, a versão antiga da infraestrutura foi desativada. Naquela data, 31 de outubro de 2014, todas as serventias extrajudiciais do Estado encontravam-se devidamente adaptadas.

A versão atualmente em utilização do Selo Digital é a 2.2.1, lançada em outubro de 2015, que dá suporte aos serviços necessários à implantação do Sistema de Ressarcimento Eletrônico de Atos Gratuitos.

Cumpre informar, ainda, que, desde a implantação (29-6-2011), até o dia 12 de novembro de 2015, foram lavrados ao todo 105 milhões de atos notariais.

Ao longo de 2015 foram apreciados os seguintes processos vinculados à Comissão de Sistemas Eletrônicos, ordenados por data, do mais recente ao mais antigo:

| PROCESSO | PROJETO/ASSUNTO | DATA DA DECISÃO |
|---|---|---|
| **0000532-52.2015.8.24.0600** | Central de Protestos – alteração do boleto de recolhimento de reembolso de CDA | 31-3-2015 |
| **0000564-57.2015.8.24.0600** | Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais (SCI) – remessa dos códigos-fonte do projeto para o TJPI | 30-4-2015 |
| **0013411-62.2013.8.24.0600** | Central Nacional de Protestos – arquivamento | 5-5-2015 |
| **0010259-69.2014.8.24.0600** | Central Estadual de Protestos – CRA – arquivamento | 5-5-2015 |
| **341207-2009.5** | Remessa de Dados do Selo Digital para a Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina | 6-5-2015 |
| **0012534-88.2014.8.24.0600** | Consulta Pública de Procurações enviadas para o Sistema do Selo Digital | 11-6-2015 |
| **0011852-36.2014.8.24.0600** | Implantação da Central de Registro de Títulos e Documentos em Santa Catarina | 11-6-2015 |
| **0001489-53.2015.8.24.0600** | Validade de Assinatura/Certificação Digital em serventias extrajudiciais | 28-8-2015 |
| **0001162-11.2015.8.24.0600** | Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – arquivamento | 22-9-2015 |
| **0001791-82.2015.8.24.0600** | Implantação do Novo Sistema de Ressarcimento Eletrônico de Atos Gratuitos | 21-10-2015 |
| **0001800-44.2015.8.24.0600** | Cessão de Equipamentos de Informática para a Escrivania de Paz do município de Princesa, comarca de São José do Cedro | 22-10-2015 |
| **0011720-76.2014.8.24.0600** | Protesto automatizado de sentenças | 5-11-2015 |

Abaixo, segue a relação de comunicados expedidos pela Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais, que envolve todos os projetos por si desenvolvidos:

| DATA | COMUNICADO | ASSUNTO |
|---|---|---|
| 6-2-2015 | Comunicado n. 1/2015 | Novo horário para a geração diária de selos digitais; |
| 29-5-2015 | Comunicado n. 2/2015 | Orientações técnicas para utilização do novo Sistema de Ressarcimento; |
| 11-6-2015 | Comunicado n. 3/2015 | Projeto piloto do novo Sistema de Ressarcimento Eletrônico de Atos Gratuitos; |
| 26-8-2015 | Comunicado n. 4/2015 | Piloto do novo Sistema de Ressarcimento Eletrônico - Todas as serventias; |
| 15-9-2015 | Comunicado n. 5/2015 | Preenchimento das informações do FRJ enviados para o sistema do Selo Digital; |
| 17-9-2015 | Comunicado n. 6/2015 | Novos itens na tabela padronizada de tipos de atos no sistema do Selo Digital; |
| 20-10-2015 | Comunicado n. 7/2015 | Novo site institucional da Corregedoria-Geral da Justiça; |
| 21-10-2015 | Comunicado n. 8/2015 | Orientações sobre o novo Sistema de Ressarcimento Eletrônico; |
| 21-10-2015 | Circular n. 169 | Lançamento do Novo Sistema de Ressarcimento Eletrônico de Atos Gratuitos. |

Foi também realizada, em 27 de outubro de 2015, videoconferência com o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, a respeito da implantação do Selo Digital naquele Estado. O objetivo dos gestores do TJTO foi o de coletar a experiência catarinense com a adoção da nova ferramenta, em estudos naquela unidade da federação.

No ano de 2015 foram enviados/respondidos aproximadamente 1.500 (mil e quinhentos) e-mails relacionados a dúvidas e questionamentos sobre a implantação e operação do Selo Digital de Fiscalização, e também em relação aos demais projetos levados a cabo pela Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais.

### 4) Projetos do Núcleo IV

Ao longo do ano de 2015 foram geridos no âmbito do Núcleo IV da Corregedoria-Geral da Justiça diversos projetos afetos à matéria extrajudicial, todos iniciados e desenvolvidos com o objetivo de incrementar a qualidade da prestação do serviço público delegado de notas e de registros e racionalizar os procedimentos regulatórios levados a cabo pelo setor e também pelas serventias extrajudiciais. As seguintes iniciativas merecem destaque:

#### Manual de Transmissão de Acervo

A realização do concurso de ingresso e remoção na atividade notarial e de registro é atividade vinculada ao rol das atribuições da 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça. No entanto, em seu curso e, especialmente, quando da sua finalização, exige-se a atuação da Corregedoria-Geral da Justiça em alguns procedimentos. Em decorrência desse fato, após a outorga das delegações pelo Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, surge a demanda de que a Corregedoria acompanhe as atividades de transmissão de acervo dos antigos designados para os novos responsáveis pelo acervo dos cartórios escolhidos no certame. Nessa esteira, identificou-se o seguinte problema:

> *Como auxiliar os magistrados diretores dos foros na atividade de transmissão de acervo aos candidatos aprovados no concurso de ingresso e remoção na atividade de notas e de registros iniciado pelo Edital n. 176/2012?*

Delimitado o problema, foi inaugurado, por meio da Comunicação Interna n. 2/2015, de 26-1-2015, o procedimento administrativo n. 0000065-73.2015, em que se determinou à coordenação do Núcleo IV da

Corregedoria-Geral da Justiça a revisão e a remodelação do Manual de Transmissão de Acervo criado no ano de 2010.

Nesse viés, partiu-se para a construção de um novo manual eletrônico, revisado, ampliado e graficamente moderno, capaz de auxiliar a Direção do Foro na realização da transmissão de acervo.

O material fornece ao Diretor do Foro um norte legislativo e funcional de todas as tarefas que se relacionam com a transferência da responsabilidade de acervo de um interino para um titular. Orienta detalhadamente cada uma das fases necessárias e fornece elementos balizadores dos documentos que envolvem a tarefa, com modelos de portarias e de relatórios de transmissão. Espera-se, com isso, uma padronização nas atividades, capaz de gerar uma melhor recepção e maior segurança aos novos delegatários.

**Sistema de Inspeções Virtuais**

O Selo Digital de Fiscalização foi lançado em Santa Catarina no dia 29 de junho de 2011, com término da implantação em março de 2012. A partir de então, pela estratégia de desenvolvimento tecnológico adotada, tornou-se necessária a avaliação da qualidade das informações remetidas pelas serventias extrajudiciais catarinenses, para que não apenas cumprissem a formalidade exigida pelos campos padronizados dos modelos de atos mas também para que fosse garantido o envio de dados confiáveis, apegados à realidade notarial e de registro, elementos necessários para que o Poder Judiciário catarinense pudesse desenvolver sistemas de gestão que utilizassem essas informações, como programas de apoio à tomada de decisão.

A partir da implantação definitiva do sistema do Selo Digital de Fiscalização, em plena utilização em Santa Catarina desde o primeiro semestre de 2012, e por meio da remessa, pelas serventias notariais e de registro catarinenses do conteúdo completo da integralidade dos atos por elas lavrados, tornou-se possível o desenvolvimento de iniciativas gerenciais que permitissem a utilização dos dados dos atos para o aprimoramento e aperfeiçoamento das atividades de fiscalização e de orientação levadas a cabo pelo Núcleo IV da Corregedoria-Geral da Justiça.

Como primeira iniciativa de controle advinda do projeto do Selo Digital, foi possível o desenvolvimento de uma ferramenta automatizada de análise, verificação de qualidade e geração de relatórios, denominado Sistema de Inspeções Virtuais/Auditoria do Selo Digital de Fiscalização, implantado em outubro de 2013. A partir da sua utilização, até o presente, foi possível realizar-se uma avaliação da qualidade dos atos remetidos pelos serviços notariais e de registro, atividade que possibilitou a realização de inspeções correicionais virtuais na totalidade dos serviços de notas e de registros do Estado em apenas um mês, o que, desde então, repete-se mês a mês.

Atualmente, encontra-se mapeado um conjunto de aproximadamente 300 observações, que são aplicadas automaticamente sobre a totalidade dos atos enviados pelas serventias extrajudiciais ao longo do período analisado. O procedimento inclui a geração de relatórios que consignam não apenas os erros apontados pela metodologia de inspeção virtual mas também a correspondente determinação de melhoria e adequação, além de exibir alguns exemplos de atos enviados com o erro apontado, como forma de possibilitar ao notário/registrador elemento visual para adequação dos atos. A cada mês repete-se o procedimento, com o envio automatizado dos relatórios para cada serventia extrajudicial até o dia 10 do mês subsequente.

Com a utilização dessa ferramenta tecnológica e gerencial, foi possível o desenvolvimento de novos mecanismos de gestão necessários a qualificar as políticas públicas relacionadas aos serviços notariais e de registro, especialmente no tocante à garantia da qualidade das informações dos atos, o que permitiu o envio de dados dos assentos de registro civil para os demais órgãos públicos que os consomem, como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, e, mais especificamente, possibilitou a utilização dos dados dos atos lavrados nas serventias

extrajudiciais catarinenses para alimentação do novo sistema de ressarcimento eletrônico de atos gratuitos, em fase de desenvolvimento, a partir do que se espera a racionalização dos procedimentos de pedido de reembolso desses atos gratuitos praticados pelos delegatários notariais e de registro, agora de maneira automatizada e submetida a um rígido controle de qualidade.

**Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais**

O procedimento de fiscalização e orientação levado a cabo pela Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina nas serventias de notas e de registros, de maneira geral, era executado sem o apoio de sistema informatizado de automação que pudesse conferir maior racionalidade e padronização ao procedimento. Toda a atividade de fiscalização era desenvolvida de maneira manual, com base em documentos de texto elaborados pela equipe de assessores, todavia sem a chancela de documento padrão de correição. Observou-se a necessidade de fazer frente à meta estipulada pela gestão da Corregedoria-Geral da Justiça, que era de realizar atividades correicionais presenciais na totalidade dos 583 serviços notariais e de registro do Estado em um período de dois anos, o que demandava fosse adotada solução tecnológica compatível com o audacioso trabalho e com a qualidade exigida para tanto.

A partir da utilização do sistema de inspeções virtuais e dos inegáveis resultados que produziu para a administração pública em apenas seis meses de uso (dos quais se pode destacar, é claro, a realização contínua e ininterrupta de inspeções em 100% dos serviços de notas e de registros do Estado, mensalmente), foi possível promover a ampliação desta ferramenta tecnológica, de forma a estender a sua utilização também para a realização das inspeções presenciais e, com isso, colocar em prática o projeto do Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais.

O objetivo dessa iniciativa, por meio da criação de ferramenta tecnológica, é o de consolidar as observações previamente estabelecidas, devidamente atualizadas e incrementadas com os novos requisitos legais, normativos e de qualidade previstos no Novo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina.

O desenvolvimento de ferramenta envolveu a divisão do trabalho em duas frentes, quais sejam, (1) o aprimoramento/atualização/criação das regras de negócio/observações que compõem a listagem de tarefas para o trabalho presencial, etapa que contou com a participação da equipe de assessores correicionais divididos por área de especialidade/atuação, e a (2) consolidação das regras de negócio, etapa que envolveu o desenvolvimento tecnológico da ferramenta propriamente dita, das interfaces de acesso ao usuário, do mecanismo de geração e de envio de relatórios e do mecanismo de variação do peso das regras/observações com base nos indicadores de quantidade e qualidade advindos do sistema de business inteligence e do sistema de inspeções virtuais.

Após a realização do projeto piloto, em serventias localizadas nas comarcas da Capital e de Gaspar, entre os dias 2 e 6 de junho de 2014, passou-se a adotar a ferramenta como modelo oficial para a realização da atividade de fiscalização e orientação levada a cabo presencialmente nas serventias extrajudiciais catarinenses.

Superado pouco mais de um ano de utilização da ferramenta pela equipe de assessores correicionais do Núcleo IV da Corregedoria-Geral da Justiça, os resultados foram avaliados como muito positivos pelos gestores do órgão, com destaque para o incremento da quantidade de correições realizadas, de modo a alcançar a totalidade das serventias extrajudiciais do Estado, a padronização da atividade fiscalizatória, a racionalização dos procedimentos de acompanhamento dos relatórios de correições, a portabilidade da ferramenta para os demais setores de fiscalização do Poder Judiciário (exportação para o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, em 2015), a abrangência da atividade de fiscalização e a redução do tempo necessário para encerramento das atividades, muito inferior à sistemática manual outrora utilizada.

Encontra-se prevista, ainda, a implantação de nova funcionalidade que permita o acompanhamento das correições antes da sua autuação no sistema SAJ/5-CGJ, em interface que será acessada pela equipe da

Corregedoria-Geral da Justiça e pelos delegatários dos serviços notariais e de registro, que poderão justificar/comprovar a adoção de procedimento específico em relação a cada item constatado no trabalho correicional.

**Novo Sistema de Ressarcimento Eletrônico de Atos Gratuitos**

Os delegatários do serviço notarial e de registro do Estado de Santa Catarina fazem jus ao reembolso, a título de emolumentos, pelos atos gratuitos que, por força de disposição legal, são obrigados a realizar. Vários atos enquadram-se nessa condição, com destaque para os atos de registro de nascimento e de óbito, habilitação de casamento para os reconhecidamente pobres e atos notariais de inventário e divórcio, também para os reconhecidamente pobres. Antes da utilização dessa ferramenta, o pedido de reembolso, pelos delegatários, era realizado de maneira manual, baseado no preenchimento do código do selo de fiscalização utilizado em cada ato pretensamente ressarcível. Ocorre que tal procedimento manual, ao passo que necessita de intensa vigilância da equipe de servidores responsáveis pela atividade na Corregedoria-Geral da Justiça, acaba também por consumir recursos dos próprios delegatários, em sua maioria responsáveis por serventias consideradas deficitárias, e que, o mais das vezes, têm que contratar funcionários especificamente para desempenho dessa atividade de cadastramento.

A partir da implantação do novo sistema de ressarcimento eletrônico de atos gratuitos, pretende-se aprimorar a atual sistemática de reembolso, com resultados tanto para a administração pública quanto para os delegatários do serviço notarial e de registro. Com o envio dos atos por esses delegatários para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por meio do Selo Digital de Fiscalização, foi desenvolvida nova ferramenta eletrônica que faz uso de um conjunto de regras de negócio preestabelecido, de modo a capturar as informações necessárias para que o pedido de reembolso seja realizado pelo delegatário de maneira automatizada, em sistema próprio disponível na internet com esse objetivo. A cada mês, os notários e registradores que desejem efetuar pedido de reembolso, devem acompanhar os relatórios do sistema de ressarcimento eletrônico para identificar os atos que, na medida em que forem recepcionados pelo Poder Judiciário, amoldem-se às regras e se encontrem, portanto, aptos a ensejar o necessário reembolso. Na mesma ocasião, poderão observar aqueles que porventura incidiram em regra de controle que bloqueie preventivamente o ato para pedido de ressarcimento. Tudo isso sempre até o dia 10 do mês subsequente ao da prática do ato. O projeto piloto, fase atual do desenvolvimento tecnológico e gerencial da ferramenta, foi planejado para estender-se até o mês de outubro, a partir do que, após a necessária validação pela equipe do Núcleo IV da Corregedoria-Geral da Justiça, encontrar-se-á apto para lançamento em caráter oficial. O sistema encontra-se em operação, em caráter oficial e definitivo, desde o dia 1º de novembro de 2015.

Com o lançamento dessa ferramenta, espera-se racionalizar o procedimento de pedido e de concessão de ressarcimento de atos gratuitos, tanto pela óptica do notário e do registrador, para quem o procedimento tornar-se-á mais rápido e automatizado, quanto para o Núcleo IV da Corregedoria-Geral da Justiça, que contará com ferramenta automatizada de validação capaz de proceder à avaliação automática da regularidade de pedido de ressarcimento efetuado, com a possibilidade da geração de relatórios necessários ao acompanhamento do procedimento e maior segurança/assertividade na gestão dos recursos públicos.

**ExtraFácil**

Os serviços extrajudiciais atraem gradativamente a atenção da sociedade brasileira, seja pelo interesse do indivíduo em salvaguardar direitos, seja pelo fato de a prática de determinado ato notarial ou de registro ser condição para fruição de benefícios estatais. Não obstante esse movimento de aproximação entre prestador e tomador de serviço, verifica-se ser acentuado – pelo menos em relação à maior parte da população, inclusive profissionais da área jurídica – o desconhecimento dos procedimentos das serventias

extrajudiciais, o que resulta, por vezes, em dúvidas quanto à legalidade das indicações apresentadas pelos delegatários como requisitos para a prática de atos. Por consequência, não são raros os casos de interessado, por ignorância de regras basilares, formular requerimento de suscitação de dúvida ou mesmo satisfazer exigência indevida. Vê-se, em ambos os casos, realidades nocivas à qualidade do serviço extrajudicial: no primeiro, a falta de esclarecimento do usuário retarda a prestação do serviço extrajudicial e gera demanda ao Poder Judiciário; no segundo, o usuário, por vezes vítima da dinâmica negocial, acaba por aceitar exigência indevida ao não dispor de informações oficiais capazes de fragilizar a glosa apresentada pelo delegatário.

Por conta disso, os órgãos reguladores (Corregedoria-Geral da Justiça e juízes do extrajudicial) há muito oferecem serviços de atendimento aos usuários. Na atualidade, dito atendimento é realizado por meio de contato telefônico – para solução de consultas básicas – ou mediante análise de questionamentos escritos – para casos mais complexos. Os expedientes escritos são examinados tanto em procedimentos administrativos quanto por intermédio da ferramenta S@E.

Sucede que, em razão da crescente demanda por tais serviços, verifica-se que esses instrumentos já não mais se mostram tão eficientes à prevenção de conflitos, por solucionar apenas questões pontuais que chegam ao conhecimento das autoridades - volume que não representa, de longe, os inúmeros casos de divergência entre delegatários e usuários. Outro aspecto que atinge a qualidade dos serviços prestados pelos referidos órgãos reguladores é a ausência de estímulo ao usuário para compreender, de forma sistemática e didática, o funcionamento das serventias extrajudiciais. Por não haver esse incentivo qualificado, o usuário deixa de conhecer previamente os procedimentos extrajudiciais já consolidados e, em razão disso, demanda o órgão regulador para lhe fornecer orientação que já poderia estar a sua disposição.

Nesse passo, criou-se ferramenta, acessível ao público, com linguagem de fácil compreensão, capaz de esclarecer tanto dúvidas básicas quanto questionamentos mais complexos, todos assentados em lei ou estampados em exegese sedimentada pelos órgãos reguladores.

A ferramenta, em linhas gerais, está estruturada em sistema de perguntas e respostas. Em cada tópico, há remissão ao respectivo dispositivo do atual Código de Normas, ou legislação relacionada, sobre o qual será inserido “hyperlink”. Ao clicar sobre esse dispositivo, o usuário é conduzido à subpágina dotada com informações relacionadas ao histórico da norma e aos atos normativos a esta correlacionados.

A disseminação do conhecimento por meio dessa ferramenta poderá, mesmo que a longo prazo, contribuir para a fiscalização da atividade extrajudicial pelo próprio usuário, com reflexos positivos na qualidade do serviço.

**Resultados esperados**

- Disseminação do conhecimento;
- Otimização dos serviços dos órgãos reguladores;
- Fiscalização dos serviços pelos usuários.

**Etapas futuras**

- Atualização contínua dos quesitos formulados;
- Formulação dos quesitos relacionados às soluções de consulta e procedimentos administrativos.

**Manuais de Prestação de Contas de Interinos e Direção do Foro**

Com advento da Resolução n. 80/2009 e da decisão do Processo n. 0005703-87.2010, tornou-se necessária a análise mensal das prestações de contas daqueles que exercem a delegação de serviços

notariais e de registros em caráter precário (interinos) pelas autoridades designantes, quais sejam, os Juízes Diretores dos Foros.

Contudo, as prestações de contas encontravam-se sem parâmetros e modelos padronizados. A escassez de normativos dificultava a proximidade dos interessados com o tema. Diante dessa carência, a Corregedoria-Geral da Justiça, sob o viés da orientação, procurou entender o cenário, buscando meios e desenvolvendo ferramentas para aproximar os envolvidos, orientar e disciplinar o tema.

Identificada a carência, a Assessoria Extrajudicial do Núcleo IV desta Corregedoria-Geral da Justiça tratou o tema com atenção a partir da edição de normativos pontuais e, ato contínuo, avançou no desenvolvimento de uma ferramenta dinâmica, com o propósito inicial de orientação e definição de parâmetros.

Assim surgiram os Manuais de Prestação de Contas dos Interinos e da Direção do Foro das Comarcas, este destinado aos Juízes Corregedores Permanentes e aquele aos prepostos designados das serventias.

Não menos importante, buscou-se capacitar os servidores das comarcas vinculados à Direção do Foro com o curso de Aperfeiçoamento em Direito Notarial e Registral, ministrado na Academia Judicial no 2º semestre de 2014.

Com as medidas iniciais, observou-se a aproximação entre os interinos e a direção do foro local, bem como a padronização do procedimento, gerando menor número de consultas e questionamentos sobre o tema.

Ainda assim, a Assessoria Extrajudicial do Núcleo IV mantém-se vigilante e avança no estudo temático buscando aprimoramento dos manuais de prestação de contas, aos quais se pretende somar nova ferramenta de controle dos procedimentos apresentados, analisados, homologados, rejeitados, com base nos dados do sistema de cadastro em fase de desenvolvimento.

**Correições 2014-2015**

No início do biênio administrativo 2014-2015, definiu-se como meta balizadora da atividade de correição, orientação e apoio do Núcleo IV da Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina a realização de correições presenciais na totalidade das serventias de notas e de registros do Estado. Diante desse desafio, identificaram-se os seguintes problemas:

1. Quais as serventias extrajudiciais que foram visitadas nos últimos 5 anos?
2. Quais as serventias de notas e de registros descritas nos processos do Núcleo IV com deliberação de realização de correições presenciais prioritárias?
3. Como definir o calendário correicional para o biênio?
4. Quais e quantos assessores correicionais participariam das atividades?

Identificados os problemas, buscou-se um método planejado de solucioná-los e, em decorrência disso, partiu-se para o desenvolvimento de um projeto de solução, baseado nas seguintes premissas:

1. Parte da equipe correicional foi escalada para realizar um mapeamento completo das atividades correicionais do Núcleo IV nos últimos 5 (cinco) anos, atividade que resultou no documento denominado “Mapeamento e planejamento correicional 2014/2015”. Delegou-se à comissão de sistemas eletrônicos o desenvolvimento de estudos para a criação de uma ferramenta tecnológica para a realização das atividades de correições, em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça. Foi também autuado procedimento administrativo no sistema de automação do judiciário – SAJ-5/CGJ para o acompanhamento do projeto nos anos de 2014 e 2015;

2. A coordenação do Núcleo IV ficou responsável pela busca e pela individualização no SAJ-5/CGJ de todos os processos autuados que continham deliberação para a realização de correições presenciais prioritárias;
3. Após, partiu-se para a elaboração de um calendário de correições que levou em consideração as questões logísticas de transporte e de deslocamento das equipes de trabalho, a individualização de eventuais feriados municipais nas localidades escolhidas e o desenvolvimento completo nas atividades em cada uma das nove regiões judiciárias de Santa Catarina;
4. Resolvidos os pontos acima, ficou definido pela administração do Núcleo IV que as equipes correicionais trabalhariam em duplas ou trios (de acordo com o porte da serventia), em número de três ou quatro equipes semanais, e que todos os assessores correicionais seriam designados para as atividades.

Com o planejamento estruturado e um constante acompanhamento do desenvolvimento de cada uma das fases do projeto, foi possível, ao iniciar de cada ano, divulgar no Portal do Extrajudicial (http://extrajudicial.tjsc.jus.br), em um hot site específico de correições, os calendários anuais de correições, que contêm a descrição completa de quais serventias seriam objeto de correição semanalmente e os assessores correicionais responsáveis pelas tarefas. O planejamento, que se encontra em plena execução, foi adaptado para equacionar os problemas pontuais enfrentados e resolvidos pelo Núcleo IV ao longo do período de implantação da nova metodologia. Caminha-se com tranquilidade para que, já em dezembro de 2015, sejam encerradas as atividades correicionais do biênio com a presença física da Corregedoria-Geral da Justiça em 100% (cem por cento) dos cartórios extrajudiciais do Estado.

**Sistema de Cadastro das Serventias**

O Sistema de Cadastro das Serventias Extrajudiciais é um conjunto de informações relevantes relacionadas com as serventias extrajudiciais do Estado de Santa Catarina, disponível em um sistema informatizado e que serve como referência essencial às atividades extrajudicial e correicional.

Teve sua informatização iniciada em 1999, para atender ao selo físico de fiscalização implantado pela Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998, e inicialmente consistia num programa centralizado, um software stand alone que registrava os pedidos de compra de selos físicos e a atualização dos dados se dava com base nas informações recebidas pela Corregedoria, por ofícios físicos em sua maioria.

Até 2009 o software foi atualizado de modo intensivo e agregou outros serviços além dos registros de aquisição do extinto selo físico de fiscalização, como:

- Ajuda de custo das serventias deficitárias;
- Ressarcimento dos atos gratuitos praticados pelo notário, registrador e juiz de paz.

Até 2012 foi mantido o mesmo programa, com adaptações e manutenções ao longo do tempo.

Após mais de uma década de uso, o sistema de cadastro dos serviços notariais e de registro revelou-se insuficiente às hodiernas necessidades do Núcleo IV desta Corregedoria-Geral da Justiça, como, por exemplo, o preparo e a realização de inspeções e correições, a elaboração de projetos institucionais, a edição de normas gerais, o levantamento de dados estatísticos, o fornecimento de informações, notadamente aquelas solicitadas pelos desembargadores e as relacionadas aos concursos públicos, entre outras.

Ademais, por ser alimentado apenas por este Órgão de Fiscalização, a inclusão de dados, em grande parte de menor relevância, comprometia o desempenho de outras atividades. Isso porque, a atualização dos dados de 1.095 serviços extrajudiciais demandavam obrigatoriamente duas etapas: a primeira consistente

na remessa dos referidos dados por notários e registradores, e a segunda, no processamento desses expedientes por servidor único destacado para essa atividade (Ordem de Serviço n. 1/2012 do Núcleo IV).

Em razão da sobredita ampliação dos dados existentes, tornou-se praticamente impossível manter inalterado esse procedimento de atualização cadastral. Por conseguinte, o projeto do sistema proposto foi dotado de novas portas de alimentação, administradas por notários, registradores, juízes de paz, secretarias de foro, Corregedoria-Geral da Justiça.

O novo projeto do sistema de cadastro planeja oferecer dados sobre a criação e situação dos serviços e de eventual unidade interligada, a classificação no âmbito da divisão judiciária, os canais de contato e o horário de funcionamento. Planeja, ainda, conter elementos atinentes à sede, à estrutura de informática, ao acervo e sinais públicos. E intenciona ofertar diversos dados do responsável e dos respectivos prepostos, especialmente aqueles relativos aos processos administrativos.

Esse conjunto de dados será crucial para a consecução de políticas institucionais e refletirá no aumento da eficiência dos serviços prestados por esta Corregedoria-Geral da Justiça.

O dispositivo do antigo Código de Normas da Corregedoria que contemplava essa dinâmica era o artigo 1.055.

O projeto foi inicialmente planejado para ser desenvolvido, implantado e mantido em 7 módulos:

1. Básico
2. Avançado
3. Processos
4. Serventia e estrutura de informática
5. Unidades interligadas e juízes de paz
6. Selo digital, ajuda de custo e ressarcimento
7. Classificação no âmbito da divisão judiciária.

A mudança inicial ocorreu em 2012. Com a publicação da Circular n. 20, de 13 de agosto de 2012, o Módulo 1 – Básico do sistema de cadastro online foi posto em operação pela internet e deu efetivo cumprimento ao artigo 1.055 do antigo Código de Normas da Corregedoria, que delegava a atualização dos dados aos notários e registradores, mediante link específico constante no Portal do Extrajudicial. O Módulo 1 - Projeto Básico contemplou informações relacionadas:

- Serventia
- Responsável
- Substituto
- Prepostos
- Livros
- Sinal Público

Com a atualização do Código do Normas, o artigo 434 passou a regular esse proceder, e prevê que o responsável pelo serviço extrajudicial é quem manterá o cadastro do serviço atualizado, nele informando o quadro funcional, as datas de abertura e encerramento dos livros obrigatórios, além de outras informações relevantes à fiscalização dos atos por este Órgão de Orientação.

As inclusões e alterações de dados são realizadas por meio de formulário eletrônico disponível na área restrita do Portal do Extrajudicial. Esses dados estão sob a fiscalização do juiz corregedor permanente, que também possuirá acesso ao ambiente restrito, em versão futura, ainda em desenvolvimento.

Embora o projeto do novo sistema cadastral tenha sido reativado em fevereiro de 2014 com a designação de novo gerente de projeto, devido à priorização de outros projetos e indisponibilidade de recursos humanos, somente em março de 2015 teve seu desenvolvimento efetivamente retomado. Com a troca de gerência do projeto, diante da necessidade de atendimento ao regramento do Código de Normas, no qual constam vários normativos, esparsos, relacionados ao Sistema de Cadastro, alterou-se o antigo conceito de "módulos" para o de "versões", nas quais as entradas e saídas devem ser definidas. Com isso, várias matérias anteriormente divididas em módulos podem ser atendidas no lançamento de uma nova versão do sistema, que traz como marco de lançamento a transposição das dificuldades técnicas.

Em setembro de 2015 a Circular n. 161, de 6 de outubro de 2015, lançou nova versão do Sistema de Cadastro, que é o passo intermediário para a eliminação do antigo programa inicialmente concebido. Atualmente está em fase de desenvolvimento uma nova versão do Sistema de Cadastro, e seu escopo atual, além de visar a eliminação do antigo programa stand alone, busca contemplar os regramentos do Código de Normas, esparsos, já regulamentados, todavia ainda não atendidos.

Estima-se que até o final de 2016, com o desenvolvimento das novas versões, vencidas as necessidades tecnológicas esperadas da nova concepção do Sistema de Cadastro on-line, todos os regramentos do CNCGJ relacionados ao tema sejam cumpridos.

Apresentação dos resultados esperados:

Objetivos específicos: com base nas informações cadastrais alguns dos resultados esperados são:

- Fornecimento de informações básicas da serventia para o público em geral;
- Auxílio no planejamento e na realização de inspeções e correições presenciais;
- Auxílio na elaboração de projetos institucionais (selo digital, inspeção virtual, ajuda de custo, ressarcimento de atos gratuitos, prestação de contas dos interinos, etc.);
- Auxílio na edição de normas gerais;
- Auxílio no levantamento de dados estatísticos;
- Identificação dos concursos em que o(s) serviço(s) foi/foram oferecido(s) sem provimento por titular;
- Identificação da classificação do serviço no âmbito da divisão judiciária;
- Conhecer outros canais de contato com o(s) serviço(s) extrajudicial(is);
- Saber o horário de atendimento ao público e situações que resultem na suspensão dos expedientes;
- Saber qual o vínculo do delegatário com o Poder Público (titular, interino ou interventor);
- Decidir sobre o patamar da remuneração do interventor, com base nas informações da serventia;
- Proporcionar auxílio na fundamentação jurídica para nomeação de interino;
- Conhecer o currículo dos responsáveis pelo serviço;
- Conhecer os dados profissionais e pessoais de todos os prepostos;
- Conhecer os livros gerais e específicos e as respectivas datas de abertura e encerramento;
- Tomar ciência de procedimentos administrativos, procedimentos administrativos preparatórios, prestações de contas de interinos, processo administrativo disciplinar e processo judicial;
- Conhecer a estrutura física (local onde é prestado o serviço) e estrutura de informática da serventia;
- Obter dados sobre selo digital de fiscalização, ressarcimento dos atos gratuitos e ajuda de custo;
- Identificar se possui unidades interligadas (Provimentos n. 13 e 17 e Recomendação n. 18 da Corregedoria Nacional da Justiça);
- Visualizar dados profissionais e pessoais sobre os juízes de paz;

- Possibilitar a anexação e visualização de documentos anexados, e emissão de relatórios;
- Manter histórico dos dados importantes;
- Permitir o acesso de informações específicas referentes ao serviço extrajudicial, mediante a instituição de meios seguros de acesso relacionados ao perfil de cada usuário (público em geral, órgão interno do TJSC, órgão externo, Direção do Foro, etc.) para que o sistema possa ser visualizado ou alimentado pelos diversos órgãos do Poder Judiciário, notários, registradores, juízes de paz etc.
- Auxiliar no fornecimento de informações mais precisas e de modo mais célere aos diversos órgãos e setores (lista de vacância para concursos públicos, sistema Justiça Aberta - CNJ, Pedidos de Providências do CNJ, etc.);
- Servir como base de informações para a tomada de decisões pela Administração (processos de desdobro, desmembramento, anexação, desanexação, fusão, acumulação, desacumulação, e extinção de serventias);
- Enfim, servir como apoio para toda e qualquer atividade correlata ao extrajudicial, que tenha necessidade do fornecimento de informações relativas às unidades extrajudiciais de Santa Catarina.

Etapas que estão por vir:

- Lançamento da nova versão do sistema de cadastro, prevista para meados de 2016;
- Reestruturação do modo de acesso, quando o modelo deixará de ser baseado no ponto de vista da serventia extrajudicial, para ser vinculado à pessoa de acesso;
- Desenvolvimento do controle de acesso baseado em perfis de acesso. Com base nesse princípio será possível atender ao regramento do Código de Normas, que prevê o acesso por vários tipos de perfis de acesso (administrador, delegatário, direção de foro, responsáveis por órgãos externos, etc.);
- Aprimoramento do Sistema de Cadastro, a exemplo do que foi feito no Sistema do Selo Digital, migrando-o para um Sistema de Informações Gerenciais (SIG), com agregação de Business Inteligence (BI), capaz de manipular e personalizar as informações existentes para auxiliar a tomada de decisões pela Administração.

**Revisão do Regimento de Emolumentos**

O objetivo deste projeto consistiu na proposição de reestudo no Regimento de Emolumentos, em razão da prevalência dos valores atuais de determinados tipos de atos, principalmente, o de registro de pessoas naturais, cujas serventias, por falta de recursos, sobretudo nas pequenas cidades, poderia tornar inviável a manutenção dos serviços notariais e de registro.

Com a proposta do novo Regimento de Emolumentos de Santa Catarina, desenvolveu-se um trabalho mais aprofundado que permitiu um reajuste pontual em alguns dos valores dos atos notariais e registrais, os quais, atualmente, se encontram em valor abaixo da realidade que se pratica em outras unidades da Federação. A medida foi necessária especialmente às serventias extrajudiciais economicamente frágeis no Estado, até mesmo para que possam dar continuidade às suas atividades. O estudo, levado a cabo pela Assessoria Extrajudicial do Núcleo IV e pela Assessoria de Custas e Emolumentos, ambas da Corregedoria-Geral da Justiça, levou em consideração as discrepâncias entre os valores atribuídos a atos semelhantes de especialidades diferentes do serviço extrajudicial, de maneira a uniformizá-los. Também se procurou reajustar os valores dos atos específicos dos cartórios de registro civil das pessoas naturais, que, em sua maioria, integram o rol de serventias consideradas deficitárias.

O novo Regimento de Custas e Emolumentos apresenta várias modificações textuais, além de aumento real dos emolumentos de determinados atos, sem perder de vista a atual situação econômica do País e de sua população.

Os benefícios/vantagens esperadas com a aprovação do projeto são os seguintes:

- Propósito do equilíbrio entre a necessidade do reajuste de alguns valores e a intenção de não gerar maiores ônus à sociedade;
- Possibilidade de aumento dos emolumentos das serventias deficitárias;
- Equiparação dos valores de atos idênticos entre todas as especialidades:
- Majoração gradual de emolumentos de acordo com a capacidade econômica do usuário do serviço extrajudicial;
- Tornar as serventias deficitárias atraentes a candidatos aprovados em concurso público.

Espera-se, com a entrada em vigor da lei complementar, em tramitação na Assembléia Legislativa, uma justa remuneração à classe, assim como a correção de discrepâncias contidas no antigo texto legislativo.

**Integração das informações do Selo Digital com os demais órgãos públicos**

Com a adoção do sistema do Selo Digital de Fiscalização, entre os anos de 2011 e 2012, as serventias extrajudiciais de Santa Catarina passaram a enviar as informações completas dos atos lavrados para o banco de dados do Poder Judiciário estadual, de maneira padronizada. Do mesmo modo, sabe-se que essas serventias devem, por força de lei e periodicamente, encaminhar uma série de informações para órgãos públicos diversos, o que ocasiona o consumo de recursos das serventias, tanto de pessoal quanto de estrutura, na medida em que o volume de dados, normalmente, é bastante expressivo.

O objetivo dessa atividade é o de, na medida da necessidade dos órgãos públicos que recebem informações das serventias, disponibilizar as informações por elas enviadas no sistema do Selo Digital para que sejam consumidas por esses órgãos, de maneira centralizada, sem a necessidade de que a serventia proceda ao envio tanto para o TJSC quanto para o órgão demandante. Até o momento, encontram-se em operação os sistemas de integração de dados com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, especificamente em relação às informações dos óbitos lavrados no Estado, e com o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc), em relação às informações de nascimentos, casamentos e óbitos, ainda em sede de projeto piloto nacional.

Espera-se que, com a implantação de novas iniciativas de integração de informações, as serventias extrajudiciais possam remeter os dados dos atos nela lavrados apenas para o Poder Judiciário de Santa Catarina, que, por sua vez, seria o responsável por disponibilizar essas informações para consumo pelos demais órgãos públicos, como IBGE, TRE/SC etc. Haverá, com isso, economia de recursos de serventias, por vezes deficitárias, e do Estado em si, uma vez que terá que gerir apenas uma integração (com o TJSC), e não diversas (com as serventias), como ocorre hoje.

**Sistema Nacional de Informações do Registro Civil (SIRC)**

Foi lançada, em âmbito nacional, a Central Nacional de Informações do Registro Civil (SIRC), por meio do Decreto n. 8.270, assinado pela Presidente da República em 26 de junho de 2014.

O objetivo do projeto é o de que, em cada estado da federação, seja criada uma central de remessa de arquivos, chamada de CER, por meio da qual serão encaminhadas para o sistema nacional as informações dos nascimentos, dos casamentos e dos óbitos lavrados pelos serviços extrajudiciais estaduais, de modo a subsidiar os sistemas de informações nacionais e, com isso, influenciar nas políticas públicas do país.

Por meio de decisão recente do conselho gestor do sistema SIRC, foi criada em Santa Catarina a primeira unidade centralizadora (CER), que ficará sob a responsabilidade do Tribunal de Justiça, órgão que fará a remessa eletrônica e automatizada das informações dos atos obtidos pelo sistema do Selo Digital de cada uma das serventias extrajudiciais catarinenses para o banco de dados do SIRCem todo o País, como forma de alimentar sistema de gerenciamento das informações do registro civil das pessoas naturais.

Para tanto, ao longo do ano foram realizadas reuniões entre a equipe técnica do TJSC e os gestores do SIRC, por meio das quais foi possível o estabelecimento de uma agenda conjunta de desenvolvimento. Encontra-se concluída a ferramenta eletrônica de remessa das informações do Selo Digital para o SIRC, de forma que pendentes apenas os testes finais de conexão com a interface mantida pela Dataprev/INSS.

Tão logo perfectibilizados os necessários e derradeiros testes, as informações estarão aptas a envio para a Central Nacional, atividade que será pioneira no Brasil.

Em 2015 o projeto ingressou na fase de validação das informações enviadas ao longo de um ano, trabalho realizado em parceria com a Dataprev, por meio do qual se está a verificar o acerto do mecanismo de envio de dados e a análise da qualidade das informações remetidas pelas serventias extrajudiciais catarinenses para o sistema.

## 5. Atividades desenvolvidas no Setor do Selo de Fiscalização, Ressarcimento e Ajuda de Custo

1) Reajuste dos valores do benefício da ajuda de custo destinado às serventias deficitárias (Lei Complementar n. 429/2008), nos termos da decisão do Conselho da Magistratura nos autos CGJ-E n. 1446/2009, e pagamento realizado com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2015, com a receita obtida por meio da venda dos Selos Digital de Fiscalização (Tabela 1, abaixo);

**TABELA 1 – AJUDA DE CUSTO**

| MÊS | VALOR R$ |
|---|---|
| Janeiro (1) | R$ 378.008,05 |
| Fevereiro (2) | R$ 378.481,00 |
| Março | R$ 377.927,60 |
| Abril | R$ 377.927,60 |
| Maio (3) | R$ 374.884,20 |
| Junho (4) | R$ 379.449,30 |
| Julho | R$ 377.927,60 |
| Agosto | R$ 377.927,60 |
| Setembro (5) | R$ 410.593,00 |
| Outubro (6) | R$ 379.380,05 |
| Novembro | Pagamento Pendente |
| Dezembro | Pagamento pendente |
| **TOTAL** | **R$ 3.812.506,00** |

Fonte: Setor de Selo - Núcleo IV

(1) Exclusão da Escrivania de paz do distrito de Tigipió, da comarca de São João Batista, que no ano de 2014 comprou quantidade superior a 50% do adquirido pelo Registro Civil da sede da comarca; inclusão da Escrivania de paz do distrito de Anta Gorda, da comarca de Videira, na forma da decisão tomada pelo egrégio Conselho da Magistratura no Pedido de Providências n. 2014.900136-8.

(2) Diferença de valor realizada em favor da Escrivania de paz de Abdon Batista, a título de recomposição da ajuda de custo paga a menor no mês de janeiro de 2015, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, nos Autos n. 0000071-80.2015.8.24.0600.

(3) Suspensão do pagamento da ajuda de custo às escrivanias de paz do distrito de Claraíba e Invernada, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, nos Autos n. 00000545-51.2015.8.24.0600 e 0000433-82.2015.8.24.0600, respectivamente.

(4) Inclusão do pagamento da ajuda de custo às escrivanias de paz do distrito de Claraíba e Invernada, na forma dos Autos n. 00000545-51.2015.8.24.0600 e 0000433-82.2015.8.24.0600, respectivamente, respeitantes, inclusive, a ajuda de custo referente ao mês de maio de 2015.

(5) Ajuda de custo paga de forma extraordinária à escrivania de paz de Coronel Freitas, de acordo com a decisão tomada pelo Conselho da Magistratura no Pedido de Providências n. 2015.900065-8.

(6) Inclusão da Escrivania de paz do distrito de Dalbérgia, da comarca de Ibirama, pelo critério do inciso III do art. 14 da LCe n. 175/1998, bem como pagamento parcial referente ao mês de setembro, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, nos Autos n. 0001767-54.2015.8.24.0600.

2) Pagamento a título de ajuda de custo no exercício de 2015, do valor correspondente a: R$ 1.521,70 para as escrivanias de paz localizadas nos municípios considerados comarcas não instaladas ou em distritos de comarcas de entrância inicial; no valor de R$ 1.244,90 para o registro civil localizado na sede de comarcas de entrância inicial; e no valor de R$ 968,30 para as escrivanias de paz localizadas em distritos de municípios que sejam sede de comarca de entrância final e especial, e que adquiriram, no ano anterior, número de selos de fiscalização inferior a 50% do adquirido pelo registro civil da respectiva sede;

3) Revisão anual das serventias que fazem jus ao benefício da ajuda de custo previsto no inciso III do art. 14 da Lei n. 175/1998;

4) Controle e pagamento do ressarcimento dos atos gratuitos no exercício de 2015 (Tabela 2);

**TABELA 2 – RESSARCIMENTO DOS ATOS GRATUITOS – SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS**

| MÊS | VALOR |
|---|---|
| Janeiro (1) | R$ 1.245.676,40 |
| Fevereiro (2) | R$ 1.294.241,74 |
| Março (3) | R$ 1.234.544,05 |
| Abril (4) | R$ 1.931.002,36 |
| Maio (5) | R$ 1.374.405,02 |
| Junho (6) | R$ 1.604.354,26 |
| Julho (7) | R$ 1.610.168,84 |
| Agosto (8) | R$ 1.671.597,34 |
| Setembro (9) | R$ 1.834.996,12 |
| Outubro (10) | R$ 1.456.895,42 |
| Novembro | Pagamento pendente |
| Dezembro | Pagamento pendente |
| **TOTAL** | **R$ 15.257.881,55** |

Fonte: Setor de Selo - Núcleo IV

(1) Referente a 38.281 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-12-2014 e 10-1-2015, o que totaliza o valor de R$ 1.242.483,12. Análise dos atos bloqueados no mês de dezembro. Pagamento do valor de R$ 3.193,28 incluído no valor total do mês. Foi bloqueada a quantia de R$ 16.509,90, correspondente a 908 atos, cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(2) Referente a 34.253 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-1-2015 e 10-2-2015, o que totaliza o valor de R$ 1.291.171,85. Análise dos atos bloqueados no mês de janeiro. Pagamento do valor de R$ 3.069,89, incluído no valor total do mês. Foi bloqueada a quantia de R$ 17.169,41, correspondente a 698 atos, cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria, na forma da Circular n. 16/2013, de 15/8/2013.0000

(3) Referente a 40.006 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-2-2015 e 10-3-2015, o que totaliza o valor de R$ 1.232.832,28. Análise dos atos bloqueados no mês de fevereiro. Pagamento do valor de R$ 1.711,77, incluído no valor total do mês. Foi bloqueada a quantia de R$ 15.314,92, correspondente a 901 atos, cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(4) Referente a 54.073 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-3-2015 e 10-4-2015, o que totaliza o valor de R$ 1.929.296,59. Análise dos atos bloqueados no mês de março. Pagamento do valor de R$ 1.705,77, incluído no valor total do mês. Foi bloqueada a quantia de R$ 25.370,70, correspondente a 1.097 atos, cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013. Neste mês foi efetuado, também, o pagamento de R$ 84.805,16, que corresponde à verba de ressarcimento, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, no processo n. 0012365-04.2014.8.24.0600.

(5) Referente a 41.059 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-4-2015 e 10-5-2015, o que totaliza o valor de R$ 1.371.381,92 Análise dos atos bloqueados no mês de abril. Pagamento do valor de R$ 3.023,10, incluído no valor total do mês. Foi bloqueada a quantia de R$ 22.430,93, correspondente a 856 atos, cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(6) Referente a 48.782 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-5-2015 e 10-6-2015, o que totaliza o valor de R$ 1.601.467,05. Análise dos atos bloqueados no mês de maio. Pagamento do valor de R$ 2.887,21, incluído no valor total do mês. Foi bloqueada a quantia de R$ 21.567,44 correspondente a 1.366 atos, cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(7) Referente a 53.415 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-6-2015 e 10-7-2015, o que totaliza o valor de R$ 1.605.270,03. Análise dos atos bloqueados no mês de junho. Pagamento do valor de R$ 4.898,81, incluído no valor total do mês. Foi bloqueada a quantia de R$ 118.864,16, correspondente a 4.120 atos, cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(8) Referente a 64.535 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-7-2015 e 10-8-2015, o que totaliza o valor de R$ 1.572.780,98. Análise dos atos bloqueados no mês de julho. Pagamento do valor de R$ 98.816,36, incluído no valor total do mês. Foi bloqueada a quantia de R$ 28.977,30, correspondente a 1.213 atos, cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(9) Referente a 60.028 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-8-2015 e 10-9-2015, o que totaliza o valor de R$ 1.828.484,89. Análise dos atos bloqueados no mês de agosto. Pagamento do valor de R$ 6.511,23, incluído no valor total do mês. Foi bloqueada a quantia de R$ 30.143,65, correspondente a 1.268 atos, cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(10) Referente a 57.390 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-9-2015 e 10-10-2015, o que totaliza o valor de R$ 1.448.322,37. Análise dos atos bloqueados no mês de setembro. Pagamento do valor de R$ 8.573,05, incluído no valor total do mês. Foi bloqueada a quantia de R$ 42.487,23, correspondente a 2.257 atos, cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013. Nesse mês foi efetuado, ainda, o pagamento de R$ 4.920,26, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, no processo CGJ-E 1531/2009, relativo ao ressarcimento complementar de atos isentos praticados entre outubro de 2009 e julho de 2013, cuja quitação havia sido objeto de bloqueio em face de dúvidas quanto à respectiva causa legal de isenção.

## 5) Atualização do sistema de ressarcimento, a fim de aprimorar o controle realizado por esta Corregedoria nos atos gratuitos praticados e cadastrados pelas serventias (juiz de paz, ajuda de custo, CDA's);

## 6) Controle e pagamento do ressarcimento dos atos gratuitos dos juízes de paz no exercício de 2015 (Tabela 3);

**TABELA 3 – RESSARCIMENTO DOS ATOS DOS JUÍZES DE PAZ**

| MÊS | VALOR |
|---|---|
| Janeiro (1) | R$ 13.004,70 |
| Fevereiro (2) | R$ 8.270,25 |
| Março (3) | R$ 8.144,60 |
| Abril (4) | R$ 11.308,65 |
| Maio (5) | R$ 12.427,90 |
| Junho (6) | R$ 25.109,70 |
| Julho (7) | R$ 21.430,95 |
| Agosto (8) | R$ 16.687,25 |
| Setembro (9) | R$ 20.885,20 |
| Outubro (10) | R$ 19.205,50 |
| Novembro | Pagamento pendente |
| Dezembro | Pagamento pendente |
| **TOTAL** | **R$ 156.474,70** |

Fonte: Setor de Selo - Núcleo IV

(1) Referente a 326 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-12-2014 e 10-1-2015. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(2) Referente a 196 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-1-2015 e 10-2-2015. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(3) Referente a 193 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-2-2015 e 10-3-2015. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(4) Referente a 268 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-3-2015 e 10-4-2015. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(5) Referente a 294 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-4-2015 e 10-5-2015. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(6) Referente a 592 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-5-2015 e 10-6-2015. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(7) Referente a 508 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-6-2015 e 10-7-2015. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(8) Referente a 395 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-7-2015 e 10-8-2015. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(9) Referente a 495 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-8-2015 e 10-9-2015. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(10) Referente a 455 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-9-2015 e 10-10-2015. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

7) Disponibilização de 21.564.542 selos de fiscalização digitais para uso nas Serventias Extrajudiciais entre 1º-1-2015 e 31-10-2015 (Tabela 4);

**TABELA 4 – SELOS DIGITAIS ADQUIRIDOS PELAS SERVENTIAS ENTRE 1º-1-2015 E 31-10-2015**

| DISCRIMINAÇÃO | QUANTIDADE |
|---|---|
| Normal | 19.528.868 |
| D.U.T. | 1.340.609 |
| Escritura com Valor | 117.377 |
| Isento | 577.688 |
| **TOTAL** | **21.564.542** |

Fonte: http://app.tjsc.jus.br/biselodig/Home

8) Confecção de certidão com a relação dos serviços de protestos do Estado, por comarca, a pedido de interessados, normalmente para fins de licitação;

9) Fornecimento de informações aos demais setores da Corregedoria, referentes ao ressarcimento dos atos gratuitos e ajuda de custo, com elaboração de relatórios e demais expedientes necessários;

10) Fornecimento de informações relativas aos selos de fiscalização para delegados, peritos, advogados e para a comunidade em geral;

11) Cancelamento de 2.331 selos digitais e devolução da mesma quantidade às serventias solicitantes, por motivo de erro operacional do sistema de informação, entre 1º de janeiro e 31 de outubro de 2015;

12) Redisponibilização, em 697 oportunidades, dos selos digitais adquiridos pelas serventias, em razão de problemas ocorridos no sistema utilizado no cartório, entre 1º de janeiro e 31 de outubro de 2015;

13) Anulação de 3.040 selos, em razão de atos lavrados de qualquer natureza, pelas serventias, com erros, entre 1º de janeiro e 31 de outubro de 2015;

14) Elaboração de minutas de provimentos, circulares, comunicações internas, orientações e comunicados referentes às atribuições do Setor de Selo de Fiscalização;

15) Controle dos casamentos coletivos – aproximadamente 932 cerimônias - ocorridos em todo o Estado;

16) Elaboração de informações, minutas de despachos, pareceres e decisões nos processos que aportaram no Setor de Selo de Fiscalização, que tenham por objeto o consumo e a utilização, nos atos, de selo de fiscalização, e, ainda, nos processos que tem por objeto ressarcimento de atos gratuitos e ajuda de custo.

17) Prestação de atendimento e orientação aos serventuários extrajudiciais, juízes, secretários de foro e jurisdicionados, pelos ramais telefônicos do Setor de Selo (2771 e 2772), relativas a matérias inerentes a

ressarcimento de atos gratuitos, ajuda de custo e selo de fiscalização;

18) Respostas às consultas por meio do Sistema de Atendimento do Extrajudicial (S@E) e do endereço eletrônico cgj.selo@tjsc.jus.br, concernentes a ressarcimento de atos gratuitos, ajuda de custo e selo de fiscalização;

19) Participação da equipe do Setor de Selo de Fiscalização em inspeções correicionais realizadas nas serventias extrajudiciais do Estado.

### 2.5. NÚCLEO V: Direitos Humanos

A garantia dos direitos fundamentais e a promoção da responsabilidade social com ações que aproximem o judiciário da sociedade são alguns dos princípios que norteiam as ações da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina.

A atuação do Núcleo V, nesse contexto, desempenha papel fundamental, por meio de diversas iniciativas empreendidas, tanto na atuação preventiva, como em ações repressivas relativas às violações de direitos humanos, além das atividades inerentes de apoio, orientação e fiscalização do primeiro grau de jurisdição, dentre elas destacam-se:

- Desempenho da atividade correicional, mediante o controle e a fiscalização dos serviços concernentes aos feitos da infância e juventude, execução penal, violência doméstica, idosos, portadores de necessidades especiais e outros setores desamparados; com o objetivo de tornar efetivas as ações afirmativas para as minorias;
- Orientações sobre execução penal – formação do PEC, utilização do Sistema de Automação, utilização do módulo de histórico de partes do Sistema, questões atinentes aos benefícios da execução penal, organização dos processos em cartórios;
- Orientações gerais sobre infância e juventude – formação do Pemse, cadastro de adolescentes em conflito com a lei, remessa e arquivamento do Pemse;
- Apoio ao primeiro grau de jurisdição para a internação de adolescentes em conflito com a lei. Os centros de internação estão superlotados e os juízes, sozinhos, não conseguem encontrar vagas. A Corregedoria-Geral realiza os contatos com o Poder Executivo no intuito de auxiliar o juiz de paz;
- Orientações sobre a Resolução 154/2012, do Conselho Nacional de Justiça, que trata da destinação de penas pecuniárias. É feita uma espécie de análise jurídica e de viabilidade das destinações de tais verbas, além da análise jurídica de minutas de portarias;
- Orientações, dúvidas e explicações acerca da utilização do módulo de histórico de partes;
- Análise jurídica da legalidade das interdições de unidades prisionais do Estado, realizadas por Magistrados de primeiro grau.
- Análise jurídica da legalidade das interdições de unidades socioeducativas, realizadas por Magistrados de primeiro grau.
- Acompanhamento das visitas realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça nos estabelecimentos prisionais e socioeducativos;
- Registro de denúncias sobre violações de direitos humanos (presencial e por meio eletrônico);
- Organizações de eventos, como: Justiça Restaurativa, Direito de Ser Idoso, Conselho da Comunidade;

- Articulações com as redes intersetoriais tratando de assuntos relacionados com Imigrantes, população em situação de rua, LGBTI, Tortura, Saúde Mental, Portadores de Necessidades Especiais, trabalho infantil, tráfico de pessoas, encaminhamento aos egressos;
- Orientações sobre o projeto Audiência de Apresentação, Monitoramento eletrônico de apenados, tramitação direta de inquéritos;
- Articulação com o Poder Executivo, Legislativo, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e Defensoria Pública na implementação de políticas públicas relacionadas aos direitos humanos de competência do Núcleo de Direitos Humanos;
- Orientar e apoiar os magistrados nas questões relacionadas a saúde mental e prestar apoio aos egressos, por meio de contatos com a rede de atendimento;
- Visitas às varas de execuções penais;
- Visitas às unidades prisionais e centros de detenção de adolescentes;
- Articulações com as redes intersetoriais tratando de assuntos relacionados com Imigrantes, população em situação de rua, LGBTI, Tortura, Saúde Mental, Portadores de Necessidades Especiais, trabalho infantil, tráfico de pessoas, encaminhamento aos egressos.
- Atuação em varas de execuções penais para promover a virtualização do acervo de processos das maiores varas de execuções penais do Estado; o que vem colaborando na celeridade da tramitação dos feitos e a eliminação de rotinas burocráticas e repetitivas com a utilização de recursos de tecnologia da informação;

**Casas de acolhimento (Inspeções)**

Apoio, orientação e acompanhamento de inspeções em casas de acolhimento, de acordo com cronograma organizado pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção.

**Unidades prisionais (Inspeções)**

Realização de inspeções em unidades prisionais. No ano de 2015 foram realizadas inspeções extraordinárias em todas as regiões do Estado.

Em algumas situações, a Corregedoria-Geral acompanhou as inspeções realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça no Estado.

**Centros socioeducativos (Inspeções)**

Realização de inspeções em centros socioeducativos em todas as regiões do Estado.

**Atendimento ao público**

Foram realizadas atividades de apoio e orientação aos internos e familiares no sentido de garantia de seus direitos e promoção dos direitos humanos.

As denúncias realizadas por escrito ou pessoalmente no órgão foram autuadas e tomadas as providências para apuração dos fatos, e em algumas situações demandou a avaliação presencial em unidades prisionais.

**Desenvovimento da Justiça de Primeiro Grau**

Realização de atividades de apoio, orientação e fiscalização das unidades judiciárias relacionadas aos direitos humanos.

Nesse sentido, destacam-se a elaboração da orientação de procedimentos para os cartórios judiciais de execução penal e da infância e juventude, e a realização de diagnósticos nas unidades de primeiro grau para a virtualização do acervo.

Houve participação efetiva na implantação do Sistema de Automação do Judiciário, viabilizando a implantação em varas privativas de execução penal, inclusive promovendo a comunicação eletrônica entre as unidades prisionais e as varas de execuções penais.

Apoio efetivo junto à Diretoria de Trabalho Remoto das Execuções Penais, no saneamento do acervo e alimentação de eventos no histórico de partes.

Apoio e orientação aos magistrados para a correta destinação das verbas pecuniárias oriundas das transações penais e penas pecuniárias.

Atuação na solução dos problemas que envolvem o projeto “Lar Legal”, com o levantamento de dados e seleção e organização dos processos para julgamento, no intuito de promover os direitos humanos de populações às margens da sociedade.

Participação efetiva na elaboração do fluxo de trabalho da Infância e Juventude, bem como na avaliação de criações específicas na área e de modelos de expedientes.

Normatização do projeto audiência de apresentação, e análise dos dados para expansão a todas as comarcas do Estado.



No ano de 2015, a partir de uma reestruturação organizacional, foi criada a função de Secretário de Direitos Humanos da Corregedoria-Geral da Justiça, vinculada ao Núcleo V, associada ao desenvolvimento e coordenação de ações que visam promover a dignidade da pessoa humana, com ênfase na garantia dos direitos fundamentais, na evolução da Justiça de primeiro grau para o trato dessas questões e no objetivo estratégico-serviços oferecidos à sociedade.

Lastreada em iniciativas de caráter preventivo, desenvolvendo atividades inerentes ao apoio, orientação e fiscalização do primeiro grau de jurisdição, bem como em ações repressivas relativas às violações de direitos humanos, a atuação do Núcleo V possui papel fundamental na construção dessa realidade.

Entre as atividades desenvolvidas, destacam-se a orientação e apoio aos magistrados, a informação sobre os direitos já estabelecidos, nacional e internacionalmente, a identificação das principais violações e a articulação com os Poderes Executivo e Legislativo, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e Defensoria Pública, para a implementação de políticas públicas relacionadas aos direitos humanos, de competência do Poder Judiciário.

Em grande parte, as ações implementadas buscam evitar a entrada de novos processos no Poder Judiciário, por intermédio do fomento e fiscalização de políticas públicas e das estruturas de serviços da rede de atendimento, atuando na aproximação do Judiciário com a sociedade, para tornar os atos mais efetivos.

Temas como a garantia dos direitos do idoso, os sistemas socioeducativo e prisional, a saúde mental, a prevenção e o combate à tortura foram evidenciados nas atividades desenvolvidas. Destacaram-se os

seguintes projetos:

**Direito de Ser Idoso**




O projeto Direito de Ser Idoso foi lançado pela CGJ em 2012, com o objetivo principal de garantir à população idosa o acesso aos direitos estabelecidos na Constituição Federal, no Estatuto do Idoso, no Código de Processo Civil e na Recomendação n. 14 do CNJ, através de ações que inibam a violência contra a pessoa idosa. Atividades:

- Participação de reuniões mensais com órgãos envolvidos na garantia de direito dos idosos, tendo como principais: a Comissão de Direito do Idoso da OAB, Pastoral do Idoso, Policia Civil, Secretaria Municipal de Assistência e SESC.
- Realização de Evento Estadual, o III Seminário Direito de Ser Idoso – Direito de Envelhecer com Saúde, que teve como temas principais o idoso e a família, a judicialização da saúde, a saúde mental e a sexualidade na terceira idade. O evento contou com um público de 215 inscritos provenientes de 53 municípios, sendo 53% servidores do Judiciário e 47% técnicos que atuam na rede de atendimento ao idoso nos municípios. Destacaram-se as participações de representantes de Secretárias Municipais de Assistência, Conselho Estadual do Idoso, Conselhos Municipais do Idoso e coordenadores de grupos de terceira idade.

**Sistema Socioeducativo**



Fiscalizar e monitorar os programas de execução de medidas socioeducativas de internação, em Centros de Atendimento Socioeducativos – Case. Atividades:

- Inspeções nos Centros de Atendimentos Socioeducativos de Joinville, Lages, Chapecó e Grande Florianópolis.
- Participação de reuniões com o Ministério Público, Secretaria Estadual de Saúde, Ceij, Polícia Civil e Secretaria Municipal de Assistência.
- Envolvimento na organização de evento para implantação da Política de Saúde no Sistema Socioeducativo.

**Sistema Penitenciário**

As ações desenvolvidas buscam garantir os direitos humanos da população que, direta ou indiretamente, permeia o sistema da execução da pena: presos, egressos e familiares. Atividades:

- Realização de inspeções e visitas na Unidade Prisional de Criciúma, Presídio e Penitenciária da Capital, Unidade Prisional Avançada de Laguna, Presídio Masculino e Feminino de Tubarão, Penitenciária de Criciúma, Presídio de Santa Augusta, Penitenciária de Lages, Presídio Regional de

Lages, Penitenciária de São Pedro de Alcântara, Presídio Feminino da Capital e Central de Penas Alternativas de Florianópolis.

- Atendimento de familiares e advogados

**Novos Caminhos, Novas Oportunidades**




Este projeto tem os objetivos de fomentar a constituição de Conselhos da Comunidade no Estado de Santa Catarina e contribuir para o seu efetivo funcionamento.

Os Conselhos da comunidade permitem a participação da sociedade nas diversas instâncias de discussão sobre a temática do preso e de sua relação com a comunidade, assim como no direcionamento das ações do Estado para a justiça social.

No ano de 2015 o projeto passou por uma nova definição de objetivos, com um cronograma de atividades que se iniciou com o diagnóstico para aferir o número de conselhos da comunidade atuantes em Santa Catarina. Busca, a partir desse levantamento, fomentar a instalação de forma estruturada dos conselhos da comunidade em todas as comarcas que são sedes de unidade prisional no decorrer deste ano.

Como resultado das ações associadas a esse projeto, atingiu-se o índice de 93% de Conselhos da Comunidade instalados nas comarcas com unidades prisionais.

Promover a capacitação técnica dos Conselheiros da Comunidade, dos servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina e dos demais atores que operam na Execução é de suma importância para que assumam a função de representantes da comunidade na implementação das políticas penais, objetivando a defesa de direitos, a reinserção social do apenado e do egresso e como consequência inclusive a garantia da justiça social.

Para tal foi realizado o “II Workshop de Qualificação para Conselheiros da Comunidade do Projeto Novos Caminhos, Novas Oportunidades”. O evento capacitou aproximadamente 140 pessoas, entre servidores do Judiciário que participam direta ou indiretamente das atividades dos conselhos, conselheiros da comunidade de todas as regiões do estado que representam os diversos segmentos da sociedade civil, policiais militares, membros da OAB, agentes prisionais, pastorais carcerárias e estudantes.

Destaque para a participação da Academia da Secretaria de Justiça e Cidadania, que considerou como parte da formação dos futuros agentes prisionais a participação no referido evento. O objetivo de efetivar a parceria com a Academia da Secretaria de Justiça e Cidadania é garantir a dignidade da pessoa presa através da formação dos agentes prisionais, considerando a perspectiva da dignidade da pessoa humana e informando sobre o direito à saúde, educação, as diferenças de gênero, a criminalização da juventude e o papel da defensoria no sistema prisional.

**Saúde Mental**



As ações e projetos relativos à saúde mental objetivam garantir os direitos estabelecidos dos portadores de transtornos mentais, com enfoque para a desinstitucionalização dos pacientes com alta médica e/ou cessação de periculosidade, provenientes tanto das internações compulsórias como das medidas de segurança. Atividades:

- Acompanhamento do cadastro de pacientes aptos para o convívio social, com alta médica ou periculosidade cessada.
- Orientação e apoio aos magistrados nas questões relacionadas à saúde mental.
- Composição do grupo de trabalho em Santa Catarina, atendendo à solicitação do Conselho Regional de Psicologia e da OAB para participar do Projeto Nacional Inspeção aos Manicômios – Relatório Brasil, que resultou na elaboração de artigo que compõe a publicação de mesmo nome.
- Representação da Corregedoria-Geral da Justiça no grupo de trabalho interinstitucional estadual para implantação na Secretaria Estadual de Saúde de equipe de acompanhamento e monitoramento das medidas de segurança em tratamento ambulatorial, conforme a Portaria 94 e 95 de janeiro de 2014 do Ministério da Saúde. O grupo realizou 13 reuniões desde junho de 2014, detalhando ações para definição do plano de implantação das equipes de atendimento, que inclui a definição do público a ser atendido e a estrutura da equipe. O grupo de trabalho interinstitucional conta também com a representatividade das Secretarias da Saúde, Justiça, Assistência Social, Ministério Publico Estadual e Federal, Justiça Federal, Defensoria Publica do Estado e da União e o Cosems. Em 15 de dezembro de 2015 foi assinado o Plano de Ação correspondente.

**Prevenção e Combate à Tortura**




Diante da existência de vários processos em 2015 relativos ao tema, e considerando a necessidade de buscar a melhoria e evolução da Justiça, foram iniciadas ações para a reestruturação do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e a instituição dos Mecanismos de Combate à Tortura, em razão da edição da Lei n. 12.847, de 2 de agosto de 2013, regulamentada por decreto presidencial.

Para tal, o Núcleo de Direitos Humanos passou a integrar o grupo de trabalho interinstitucional, composto pelo Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP/12), Defensoria Pública do Estado (DPE/SC), Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (CDH/Alesc), Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina (OAB/SC), Movimento Nacional de Direitos Humanos em Santa Catarina (MNDH/SC), Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CCA/Alesc), Coletivo Catarinense Memória, Verdade, Justiça, Pastoral Carcerária, Instituto Arco-Íris.

O grupo interinstitucional teve como ações a sensibilização da sociedade civil e a responsabilização do Executivo, realizando para tanto 10 encontros durante o ano, que resultaram na realização de duas audiências públicas e na proposição de um projeto de lei.




**Imigrantes**

O Grupo de Trabalho dos Imigrantes – GTI foi constituído em junho de 2015 durante a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos que debateu a situação dos imigrantes em Santa Catarina. O grupo de trabalho tem se reunido todas as primeiras sextas-feiras de cada mês, e realizou 8 encontros.

Fazem parte do GTI as seguintes entidades: Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Ministério Público Federal, Justiça Federal de Santa Catarina, Ministério Público de Santa Catarina, Defensoria Pública da União, Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Secretaria de Estado da Educação, Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC, Pastoral do Migrante, Grupo de Apoio aos Imigrantes Refugiados de Florianópolis, Faculdade Municipal de Palhoça, Oirã – UFSC, Observatório de Migração da UFFS, Observatório de Migração da Unochapecó, Associação Kay Pa Nu de Florianópolis.

## 3. SECRETARIA-GERAL

**Atividades Desenvolvidas**

Durante o ano de 2015 a Secretaria-Geral desenvolveu as atividades elencadas no art. 26, incisos I a XXII, do RICGJ, destacando-se:

- assessoramento ao Corregedor-Geral da Justiça, aos Juízes Corregedores e aos servidores em questões administrativas;
- planejamento e controle do orçamento (PPA 2016-2019 e LOA 2016) da Corregedoria-Geral;
- controle do quadro funcional da Corregedoria e procedimentos relacionados à inclusão e exclusão de servidores, estagiários e terceirizados;
- formulação da escala de férias dos servidores para o ano de 2016 e de escala de plantão para o período de recesso;

- controle das promoções por desempenho e das avaliações de estágio probatório dos servidores lotados na Corregedoria-Geral da Justiça;
- avaliação e acompanhamento de férias, licenças, folgas decorrentes do serviço eleitoral e afastamentos de natureza diversa do corpo funcional da Corregedoria-Geral;
- avaliação mensal dos terceirizados;
- controle patrimonial da Corregedoria-Geral da Justiça;
- solicitação e pedido de baixa de bens à Divisão de Patrimônio;
- apoio ao corpo funcional no que concerne ao fornecimento de materiais, equipamentos de informática e telefonia móvel celular, administração de espaços físicos, solicitação de serviços à Divisão de Artes Gráficas, dentre outros;
- agendamento e disponibilização de veículos e Agentes Operacionais de Serviços Diversos vinculados à CGJ para as viagens a serviço do Corregedor-Geral da Justiça, Vice-Corregedor-Geral da Justiça, Juízes Corregedores e servidores, e requisição de deslocamento para a Divisão de Transportes;
- organização do plantão dos Agentes Operacionais de Serviços Diversos e controle da manutenção dos veículos vinculados à CGJ;
- administração dos serviços de manutenção da estrutura física da Corregedoria-Geral, tais como armazenamento e solicitação de confecção de chaves, reparos e instalações;
- levantamento da necessidade de cursos e consulta para deles participar de cursos na Academia Judicial;
- agendamento de reuniões e disponibilização de recursos (microcomputador, projetor e serviço de copa) para sua realização;
- solicitação de serviços à Divisão de Serviços Gerais (limpeza, abastecimento das máquinas de água, copo);
- controle da utilização e limpeza do refeitório da Corregedoria-Geral da Justiça;
- adaptação da sala de reuniões para possibilitar a realização de vídeoconferências.

### 3.1. DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Dentre as atividades da Divisão Administrativa, contidas no artigo 29 e seguintes do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça, compreendendo a Seção de Expediente e Serviços Gerais, a Seção de Arquivo, Documentação e Publicações e a Seção de Protocolo e Digitalização, foram praticados os seguintes atos e funções:

- Registro de 1.872 processos digitais no SAJ-5/CGJ, além de cadastros de processos digitais no SPA e Central de Atendimento;
- Requisições de serviços;
- Controle dos provimentos, circulares, portarias, requisições de compras;
- Digitalização de processos e documentações;
- Elaboração de ofícios e circulares;
- Encaminhamento de matérias e controle de publicação no Diário da Justiça eletrônico;
- Controle da movimentação de processos (físicos e digitais) e outros papéis registrados;
- Prestação de informações sobre a tramitação de processos, excetuando os de caráter sigiloso;

- Abertura de vista dos processos administrativos às partes ou procuradores munidos do respectivo mandato, e fazer a estes carga dos autos quando deferida pelos Juízes-Corregedores, pelo Corregedor ou Vice-Corregedor;
- Registro e controle dos requerimentos, reclamações e demais expedientes que derem entrada na Corregedoria;
- Requisições e controle do material de expediente e de consumo da Corregedoria;
- Fornecimento de material solicitado pelos demais setores da Corregedoria, e registro de sua distribuição;
- Encaminhamento de processos físicos e ofícios arquivados para o Arquivo Central, conforme a tabela de temporalidade do Tribunal de Justiça;
- Controle de entrada e saída dos processos que lhe são encaminhados, e lavrar os termos competentes;
- Redistribuição das tarefas entre cada uma das 3 seções;
- Readequação interna da lotação de servidores.

### 3.2. DIVISÃO JUDICIÁRIA

Ressalta-se, abaixo, as principais atividades desenvolvidas pela Divisão Judiciária:

- Utilização do saj/estatística como fonte de dados para alimentação das metas do CNJ. Neste ano todas as informações das metas foram geradas pela Assessoria de Informática desta CGJ, com roteiro elaborado pela Divisão, diretamente na base de dados do SAJ/PG.
- Implantação, no início de junho/2015, de nova versão do Bacenjud 2.0. A versão 2.0 do sistema introduziu melhorias significativas, exigindo, de outra parte, adaptações nos cadastros dos usuários, que demandou um intenso trabalho da Seção de Gerenciamento dos Aplicativos Externos. A par disso, ressalta-se a elaboração de orientações e comunicados aos magistrados e servidores.
- Implantação, em junho/2015, do Sistema FCDL/SC (Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina). O Sistema trouxe melhorias significavas aos servidores e magistrados, ao permitir a consulta aos dados cadastrais e histórico cadastral pretérito, para localização de pessoas físicas e jurídicas, bem como a exclusão dos registros, para cumprimento das ordens judiciais on-line.
- Continuidade na utilização do Sistema Hermes – Malote Digital para o recebimento e envio de determinadas informações aos outros órgãos e a este Poder Judiciário.
- Continuidade do procedimento de emissão de certidões de antecedentes criminais, sendo as solicitações de certidões atendidas por meio digital, inclusive a assinatura efetuada pelo Senhor Secretário Geral da Corregedoria Geral da Justiça.
- Suporte diário, através de telefone, e-mail e malote digital acerca da confecção de mandados de prisão, a Comarcas deste Poder.
- Verificação, conferência e correção dos mandados de prisão ativos/inativos junto ao banco de dados desta Corregedoria e que constavam indevidamente vinculados no Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP e no Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP).
- Fiscalização mensal do preenchimento de informações junto ao Sistema de Plantão Judicial da Justiça de Primeiro Grau dos Magistrados e das Turmas Recursais, com intuito de averiguar a correta inserção de dados no referido sistema pelos Secretários do Foro.

- Conferência junto ao saj/pg das informações contidas no histórico de partes relativas aos condenados, com o intuito de sanar eventual erro no preenchimento de informações e, por conseguinte, garantir o envio correto destas ao Tribunal Regional Eleitoral, através do Sistema Integra, bem como ao rol de antecedentes deste Tribunal. Salienta-se que, constatadas quaisquer incompatibilidades entre os sistemas referidos, estas são sanadas através do envio das soluções aos Chefes de Cartório para as devidas correções.
- Atendimento às solicitações da Gerência da Inteligência da Polícia Civil em relação à vinculação de informações dos mandados de prisões entre o Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP e SAJ/PG, como também à Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina em relação aos registros de antecedente.
- Atuar em conjunto à Diretoria de Recursos e Incidentes no que tange ao controle e gerenciamento dos registros das decisões de Revisões Criminais nas Comarcas.
- Acompanhamento dos sistemas do CNJ: Interceptações Telefônicas – Sistema SNCI –, Inspeções em Estabelecimentos Penais – Sistema CNIEP, – Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade – Sistema CNIUIS.
- Controle, no SAJ/Estatística e SAJ/PG, dos prazos de processos de réus presos provisoriamente. Em atendimento ao art. 6º da Resolução n. 66/2009 do CNJ, bimestralmente é feito o monitoramento dos processos de réus presos que estão paralisados há mais de 100 dias.

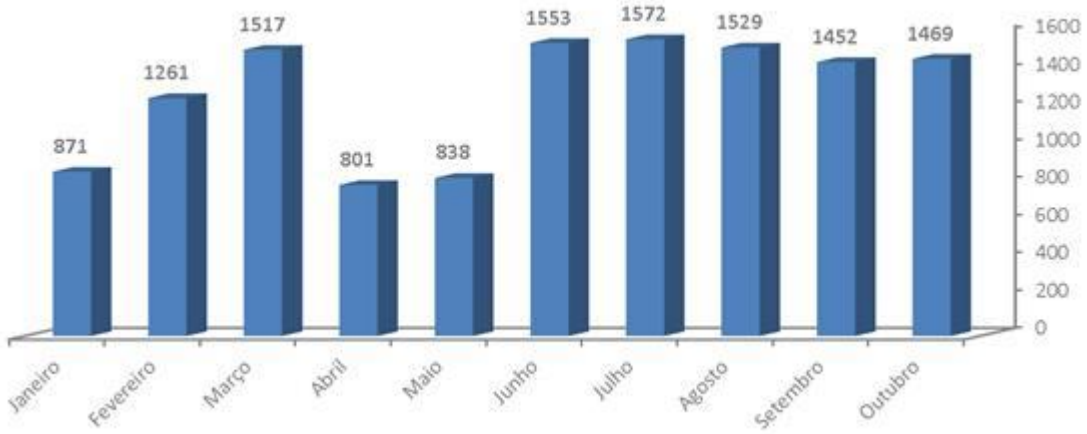
Quanto às atividades rotineiras da Divisão apresentam-se, a seguir, alguns números indicativos:

- Atendimentos realizados pela Seção de Gerenciamento dos Aplicativos Internos, via correio eletrônico:

| SISTEMA | QUANTIDADE DE E-MAILS RESPONDIDOS |
|---|---|
| SAT | 305 |
| Sistemas CNJ | 380 |
| FCDL | 369 |
| Bacenjud | 1.167 |
| Jurisdição Delegada | 3.171 |
| SISP | 1.568 |
| Infoseg | 398 |
| Infojud | 112 |
| Renajud | 613 |
| **TOTAL** | **8.083** |

- Gerenciamento contínuo do banco de dados de mandados de prisão emitidos, com a contabilização do seguinte movimento:

**TOTAL DE MANDADOS EMITIDOS/ALTERADOS - 2015**




- Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos): 87;
- Relatórios de promoção/remoção/opção - juízes inscritos: 441;
- Fornecimento de Certidões de antecedentes criminais: 407;
- Informações prestadas em processos administrativos e atendimento de solicitações dos núcleos e setores externos à CGJ (criação de varas, alteração de competências das unidades, levantamentos estatísticos e etc): 469.

As informações relativas ao movimento forense da Justiça do Primeiro Grau e das Casas da Cidadania seguem como Anexo I e Anexo II, respectivamente.

### 3.3. ASSESSORIA TÉCNICA CORREICIONAL

Apresentam-se, abaixo, as atividades desenvolvidas pela Assessoria Técnica Correicional, no ano de 2015:

- Esclarecimentos e orientações a questões relacionadas ao foro judicial, inclusive reclamações e queixas relativas às unidades judiciárias de 1º Grau de jurisdição, pela central de atendimento, por e-mail, presencial e por telefone.
- Atendimento a dúvidas dos usuários relativas ao Código de Normas.
- Monitoramento de situações específicas vinculadas a processos administrativos, bem como busca de dados solicitados pelo Juiz Corregedor do Núcleo I.
- Análise das portarias encaminhadas pelos magistrados para a Corregedoria.
- Cooperação com a Academia Judicial na revisão dos materiais elaborados pelos conteudistas para os seguintes cursos de educação à distância: Procedimentos Criminais e Execução Penal; Curso da Secretaria do Foro; Curso do SAJ5 e Curso sobre o Plantão Judiciário.
- Acompanhamentos especiais: distribuições cíveis e criminais, vara de precatórias, central de mandados, destinação de armas e bens apreendidos, todos do Foro Central da Capital e 2ª vara da Comarca de Imbituba.
- Assessoramento aos Núcleos desta CGJ nas atividades pertinentes ao setor.
- Participação em reuniões semanais que visam criar padrões de comportamento do SAJ5, tendo como base as dúvidas dos usuários na utilização do processo eletrônico.
- Auxílio na identificação de indicadores e viabilidade técnica de captura de dados, no Projeto Plano de Gestão das Unidades Judiciárias – Aprimorar.
- Acompanhamento do Projeto mês do ajuste estatístico da Justiça de primeiro grau.
- Instruções Processuais e visitas técnicas às unidades judiciárias de primeiro grau.

- Participação nas correições virtuais e presenciais realizadas pela Corregedoria. No ano de 2015 a assessoria técnica correicional acompanhou a Juíza Corregedora do Núcleo III nas atividades em 79 unidades, de forma mista, virtual/presencial, além de outras 72 unidades em que a correição ocorreu de forma remota, o que totalizou 151 correições.
- Estudos para constantes atualizações dos relatórios correicionais.
- Tutoria de 41 novos chefes de cartório nomeados, ficando à disposição para orientações e esclarecimento de dúvidas.
- Acompanhamento de força-tarefa nas comarcas, quando decorrentes de solicitações da Corregedoria.

### 3.4. ASSESSORIA DE CUSTAS E EMOLUMENTOS

#### Atendimentos a Consultas por Telefone, E-mail, Pandion e Pessoal

#### Foro Judicial e Extrajudicial

A Assessoria de Custas atendeu 2.641 pessoas para esclarecimentos acerca de custas iniciais/complementares/intermediárias/finais e de cartas precatórias, bem como sobre condução de oficial de justiça, preparo (TJSC, STF, STJ, Turma de Recursos), protocolo unificado, despesas processuais, atos comuns e isolados, inclusive sobre matérias referentes ao Sidejud.

Atinente aos cálculos processuais e às dúvidas acerca da incidência do imposto de renda, o setor em comento prestou auxílio para 1.008 consulentes.

Respeitante ao SAJ/Custas, os problemas resolvidos e as orientações sobre o funcionamento do sistema, assim como o recebimento de sugestões de melhoramento alcançaram a soma de 1.245 usuários atendidos.

A Assessoria de Custas sanou 644 dúvidas e atendeu a 67 reclamações referentes ao recolhimento de emolumentos nos cartórios extrajudiciais, bem como respondeu 967 questionamentos relativos ao Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, circulares, provimentos, Regimento de Custas e Emolumentos, índices da CGJ e outras legislações.

Por fim, o setor realizou 199 atendimentos pessoais dentre advogados, assessores, servidores e usuários do Poder Judiciário para esclarecer dúvidas.

#### Pareceres Referentes a Custas, Despesas, Emolumentos e Cálculos Judiciais

A Assessoria de Custas elaborou 133 pareceres envolvendo os assuntos relacionados com sua competência.

#### Participação em Grupos de Trabalho, Desenvolvimento de Projetos e Inspeções Correicionais

#### Grupos de Trabalho

O setor em comento participou do seguinte grupo de trabalho:

– Grupo de trabalho para o desenvolvimento de estudos para a revisão do Regimento de Custas e Emolumentos do Estado de Santa Catarina (Lei Complementar Estadual n. 156, 15.5.1997), pertinente à cobrança de emolumentos pelos serviços de notas e registros. Autos n. 0011730-23.2014.8.24.0600 (Portaria n. 51/2014).

**Reuniões**

Abaixo constam as reuniões em que a Assessoria de Custas realizou e participou:

- Projeto de expansão das Centrais Compartilhadas – SAJ/PG;
- Melhorias no SAJ/PG;
- Definição de metas e projetos a serem desenvolvidos pela CGJ no presente exercício;
- Custas na WEB – SAJ/CTS. CGJ, DTI e Softplan;
- Custas – Competência Delegada;
- Web Service para o SAT-SEFAZ. Reunião preliminar com a Secretaria de Estado da Fazenda;
- [IPE-SG] Datas de Entrega dos Itens Priorizados para 1º e 3º ciclo;
- Análise da possibilidade da quitação do boleto de custas da competência delegada por meio de arquivo eletrônico;
- 1) ERS-UNJ-SAJ-SG5.2015.0091[SALT 186400/1]; 2) ERS-UNJ-SAJ-PETSG.2014.0004[SALT 173858]; 3) Reunião Custas - IPE-SG - 25-06-2015 (apresentação Softplan);
- Avaliação do novo site da CGJ.

**Inspeções Correicionais**

As inspeções correicionais aconteceram em parceria com o Núcleo IV e foram as seguintes:

- Registro de Imóveis de Chapecó;
- Inspeção correicional no Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Joinville;
- Inspeção correicional na Escrivania de Paz de Schroeder – Comarca de Guaramirim;
- Inspeção correicional no Registro de Imóveis de Barra Velha.

**Outras atividades**

- Orientação aos contadores judiciais quanto à operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade.
- Atualização das Perguntas e Respostas sobre Custas Processuais.
- Atualização dos valores de custas e emolumentos constantes no Regimento de Custas e Emolumentos.
- Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na internet.
- Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros do SAJ/Custas.
- Atualização das tabelas de condução dos oficiais de justiça.
- Encaminhamento de consultas ao Conselho da Magistratura quanto à cobrança de custas e emolumentos em questões divergentes.

**Projetos em andamento**

Projeto de lei de alteração do Regimento de Custas e Emolumentos para adequação da cobrança de custas no processo eletrônico.

### 3.5. ASSESSORIA DE INFORMÁTICA

A informatização do Poder Judiciário catarinense também tem atuação da Assessoria de Informática, cuja missão é assegurar o pleno funcionamento dos serviços e sistemas necessários à operacionalização da Corregedoria-Geral da Justiça.

A Assessoria de Informática, primando por qualidade e segurança nas atividades propostas, executou no ano de 2015 atividades de desenvolvimento e manutenção dos sistemas, suporte técnico e atendimento a usuários no decorrer deste ano.

Destaque também na participação em grupos de trabalho voltados para concepção de novos projetos, políticas de informatização e apoio a usuários dos sistemas mantidos pela Assessoria de Informática. Relacionamos a seguir as atividades de maior relevância.

### Projeto Aprimorar

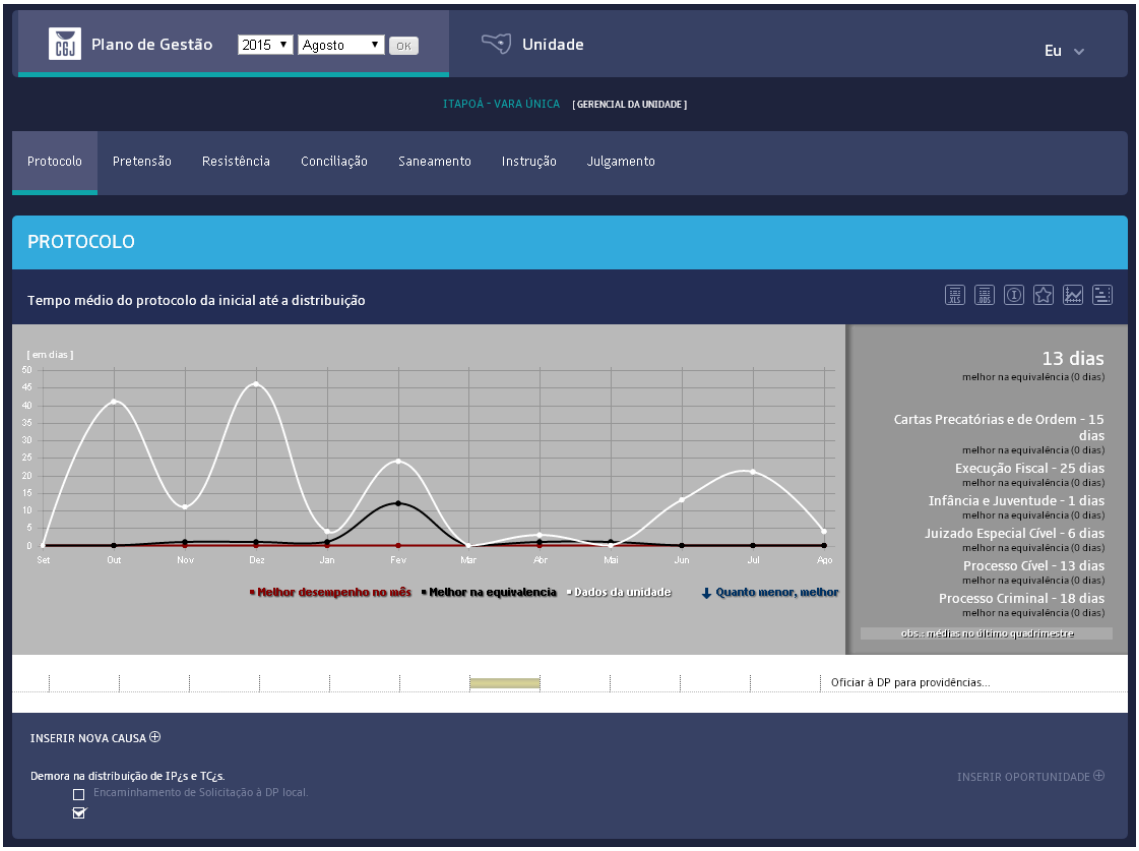
O projeto Aprimorar exige que diversos dados das unidades judiciais estejam disponíveis para a geração de indicadores, bem como a possibilidade do registro de problemas identificados, possíveis soluções e suas ações.

Esse projeto é baseado na captura mensal de dados de diversas fases processuais e a geração de indicadores de acompanhamento. Os indicadores são agrupados por naturezas e podem ser usados para comparação com unidades da mesma equivalência, observando o melhor desempenho no período de quatro meses e as melhores marcas no período de 1 ano.

Os gestores das unidades podem elaborar planos de trabalhos para buscar melhoria de desempenho para cada indicador; para isso, podem identificar as causas dos problemas, apontar oportunidades de melhoria e ações para que seu plano seja concluído.

Dentre os resultados esperados, podemos elencar a melhoria de desempenho das unidades, organização dos trabalhos e a criação de um banco de boas práticas oriundas dos planos de gestão das unidades.

### Correição Virtual



A Corregedoria-Geral da Justiça não dispunha de um sistema informatizado que permitisse a geração automatizada dos relatórios de correição virtual. O processo para obtenção desse material era efetuado de forma manual, o que comprometia a celeridade e a eficácia do trabalho. Além disso, as informações relacionadas a essas correições eram obtidas através da análise e acesso a vários sistemas e fontes de dados, para então serem finalmente agrupadas e tornarem-se o relatório final de correição de uma unidade judiciária.

Visando, então, promover as inovações tecnológicas e racionalizar as atividades de forma a melhorar a produtividade, com foco nos objetivos estratégicos da Corregedoria-Geral da Justiça, voltados à correição e ao procedimento interno, desenvolveu-se um sistema computacional que permitiu auxiliar na obtenção e controle das informações relativas às correições advindas dos sistemas de Inspeção Virtual, SAJ PG5 Comarcas, SAJ PG5 CGJ, SAJ Estatística, Rol de Antecedentes Criminais, entre outros. Informando-se a unidade judiciária a ser inspecionada e o período relativo à correição virtual, o sistema desenvolvido automatiza a geração dos relatórios de correição e gera todos os comprovantes relacionados aos dados obtidos nos sistemas citados anteriormente, permitindo um controle posterior das providências a serem adotadas nas unidades judiciárias e visando o saneamento dos possíveis problemas evidenciados através da análise dos dados extraídos.

**Central de Atendimento da Corregedoria**



Correição Virtual

RELATÓRIOS DE CORREIÇÃO VIRTUAL

CRIAR RELATÓRIO

Autos nº *[Número do Processo]*

Data da 1ª extração: *[dd/mm/aaaa]*

Mês/Estatística: Janeiro ▾ 2015

Comarca: Selecione uma comarca ▾

Unidade: *[Unidade]*

Criar

RELATÓRIOS

| Comarca | Unidade | Mês | Primeira extração | Segunda extração | Ação |
|---|---|---|---|---|---|
| Abelardo Luz | Vara Única | Junho/2015 | 26/08/2015 | | |
| Anchieta | Vara Única | Junho/2015 | 29/07/2015 | | |
| Anita Garibaldi | Vara Única | Junho/2015 | 14/08/2015 | | |
| Barra Velha | 2ª Vara | Agosto/2015 | 01/09/2015 | 01/09/2015 | |
| Araquari | Vara Única | Agosto/2015 | 09/09/2015 | | |
| Ascurra | Vara Única | Julho/2015 | 26/08/2015 | 26/08/2015 | |



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0012327-89.2014.8.24.0600
Ação: Correição Ordinária / Correição geral ordinária
Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina
Requerido: Juízo da 2ª Vara da Comarca de Barra Velha

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES
Número da portaria: 48/2014
Período da correição: de 13 de outubro a 15 de dezembro de 2014

EQUIPE CORREICIONAL
Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern

A Central de Atendimento na Corregedoria tem diversas fontes de entrada, como por exemplo: telefone, e-mail, cartas, ofícios. Uma parte dos atendimentos é autuada como processo administrativo e gera demanda de atendimento por esse sistema, já os e-mails circulam pelos setores da Corregedoria.

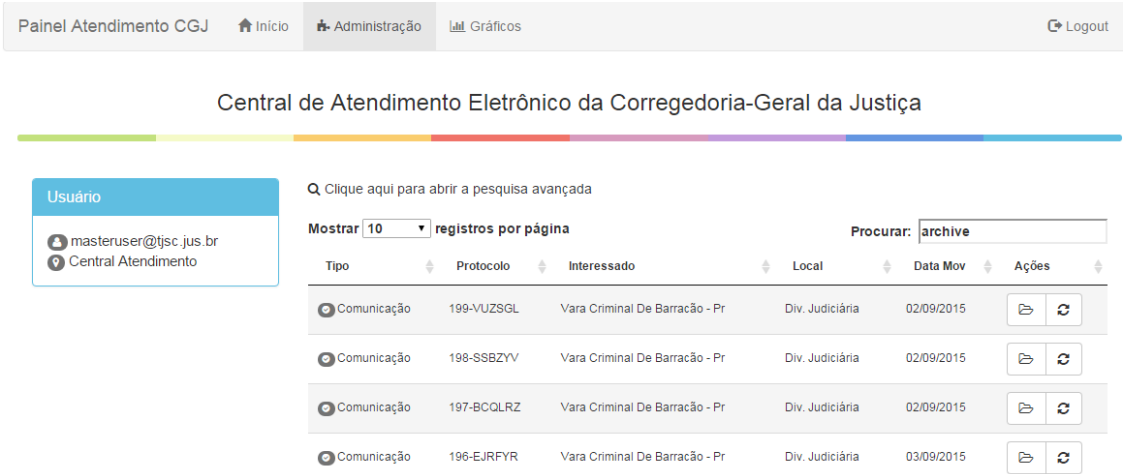
Quando o atendimento se dá por e-mail, apenas os envolvidos têm acesso ao conteúdo, o que dificulta a análise da situação quando consultada a Corregedoria pela parte interessada.

O objetivo desse projeto é a padronização do atendimento com a centralização das solicitações para que todos os setores tenham controle das demandas e as partes envolvidas possam saber do andamento da sua solicitação, e também com a disponibilização de ambiente no site para autoatendimento ou envio de formulário eletrônico e, ainda, com a formação de base de dados para consulta pública e interna, o que tornará ágil a resposta, pois essa base poderá ser consultada, e, quando houver demanda semelhante, não haverá necessidade de encaminhamento ao setor responsável.

A proposta do sistema para a Central de Atendimento é centralizar as consultas, para que os setores tenham controle de todas as demandas e as partes envolvidas possam saber o andamento do

atendimento. Além disto, a resposta do atendimento pode ser eletrônica e rápida, pois a central de atendimento poderá consultar a base de conhecimento para saber se já houve consulta semelhante e, assim, utilizar da mesma resposta anterior, não tendo a necessidade da consulta ser encaminhada ao setor responsável pelo assunto.

### Base de Conhecimento




Devido ao grande número de informações que são geradas ou consumidas pela Corregedoria, há a necessidade de guarda-las de forma que possam ser utilizadas como conhecimento para a produção de novas informações.

Foi desenvolvido, em conjunto com a Diretoria de Tecnologia da Informação, um repositório de informação que, quando classificada e relacionada a um assunto, pode ser utilizada como conhecimento para a produção de pareceres, documentos, respostas a consultas direcionadas à Corregedoria.

Como a base de conhecimento é centralizada, seu uso permite a uniformidade nos atendimentos, disponibilização de consultas ao público externo e elaboração de documentos gerais, tais como manuais, FAQ (perguntas comuns) etc.

### Site da Corregedoria-Geral de Justiça

Tendo em vista a necessidade de atualização de seu Portal, a Corregedoria reorganizou e atualizou suas informações e as dispôs em um novo website, focado no perfil do usuário.

Construído com o objetivo de facilitar o acesso às informações e aos sistemas, o site está organizado por perfis de usuários, os quais concentram assuntos de interesse comum, conforme segue: cidadão, advogado, magistrado, servidor e extrajudicial. Todas as informações foram agrupadas e vinculadas a cada perfil, alinhadas às diretrizes do Conselho Gestor de Tecnologia da Informação.

### ExtraFácil

O desconhecimento sobre os procedimentos das serventias extrajudiciais, dúvidas gerais em maior ou menor grau da população, inclusive de profissionais da área jurídica resulta em crescente número de pedidos de atendimento direcionados a assessoria extrajudicial seja por contato telefônico ou e-mail. Porém, a capacidade de atendimento possui um limite em função dos recursos humanos. A matéria em questão foi compilada e consolidada pelo setor, mas carece de uma ferramenta que dê publicidade às informações.

Foi criada uma ferramenta, acessível ao público, com linguagem de fácil compreensão, capaz de esclarecer tanto dúvidas básicas quanto questionamentos mais complexos. Baseada em um sistema de gerenciamento de conteúdo, gerou um portal que contém os principais temas das serventias notariais e

registrais, e possibilita uma navegação por assunto pelos temas de maior relevância dos serviços extrajudiciais. Possui a característica colaborativa, pois permite que o núcleo responsável crie, modifique e atualize suas páginas de forma fácil e segura através de um navegador, de qualquer local, em qualquer hora. Essas características possibilitam sua atualização constante. Contém mecanismo de busca eficiente para auxiliar o usuário no uso da ferramenta. Além de ter sido planejado como um grande FAQ, o layout da página de pergunta e resposta contém seções que visam comentar e indicar leis, normas, doutrinas e assuntos pertinentes ao tema, que deveras auxilia o usuário.

Houve uma redução dos atendimentos em função de organizar e dispor os principais assuntos, celeridade em resolução de dúvidas recorrentes e, disseminação de conhecimento para melhor prestação jurisdicional à sociedade.

**Geração de Relatórios Estatísticos**

Em atendimento aos pedidos dos Gabinetes do Corregedor e do Vice-Corregedor, dos Juízes Corregedores, das Assessorias dos 5 Núcleos da Corregedoria, Assessoria de Custas, Ceja, Divisão Judiciária e Divisão Administrativa, foram gerados relatórios estatísticos com informações provenientes dos diversos sistemas informatizados. Em casos específicos, foram criadas aplicações para geração, análise e interpretação dos dados extraídos.

Além dos pedidos internos da Corregedoria, a Assessoria de Informática atendeu setores como Presidência do Tribunal de Justiça, Assessoria de Planejamento, Diretoria de Tecnologia da Informação, e de instituições externas, como Conselho Nacional de Justiça, Tribunal Regional Eleitoral, Secretaria de Segurança Pública e Associação dos Magistrados.

As informações e relatórios gerados são utilizados para as correições, tomada de decisão ou instrução de processos administrativos.

**Novo Sistema de Ressarcimento Eletrônico de Atos Gratuitos**

Com a implantação desse projeto, alcançou-se a melhora da antiga sistemática de ressarcimento de atos gratuitos com a consequente otimização dos recursos humano e temporal envolvidos no pedido de ressarcimento.

O novo sistema faz uso das informações enviadas ao banco de dados do selo digital, a fim de eliminar o recadastro do pedido e obtenção de maior segurança jurídica e econômica ao erário público. Algumas tarefas desenvolvidas:

- Criação de novas regras para implantação no Inspeção Virtual em 2015;
- Atualização do manual com as regras para o ressarcimento de atos gratuitos na nova sistemática;
- Estudo para melhoria dos serviços de importação dos dados do selo digital (versão 2.2.0 do selo digital);
- Implementação da ferramenta de importação e tratamento dos dados do selo digital;
- Interface para interação dos delegatários com os dados importados e tratados do selo digital;
- Interface para auditoria dos pedidos de ressarcimento por parte da Assessoria do Núcleo IV;
- Relatórios e ofícios.

**Certidão on-line das serventidas extrajudiciais**

Projeto que busca simplificar os procedimentos internos do Núcleo IV – Serventias Extrajudiciais, Setor de Selo de Fiscalização, com a expedição de certidão on-line relativa às serventias extrajudiciais do Estado de Santa Catarina.

As certidões serão emitidas sem custos aos interessados, mediante simples geração de arquivo no formato ".pdf", de acordo com os dados informados no formulário do portal. Tais expedientes, destituídos de assinatura digital, poderão ser facilmente validados mediante consulta, por meio do código validador, no mesmo portal.

Tendo por norte a melhoria contínua da prestação dos serviços extrajudiciais, a presente ferramenta visa a dar maior celeridade no atendimento aos usuários, para evitar eventuais deslocamentos até a CGJ para a retirada da respectiva certidão.

### Base de Documentos Oficiais – BDO




O sistema tem o objetivo de publicar os seguintes documentos eletrônicos: circular, oficio circular, provimentos e portarias da Corregedoria-Geral da Justiça.

### Atividades diversas realizadas pela Assessoria

São desenvolvidas por este setor, paralelas ao desenvolvimento dos sistemas acima nominados, as seguintes tarefas:

- relatórios estatísticos diversos;
- consultas e pareceres;
- mala direta;
- instalação de softwares e hardwares;
- suporte ao usuário judicial e extrajudicial;
- apresentações em slides;
- alterações de informações no banco de dados;
- capacitação de Assistentes Sociais;
- reuniões da comissão do Selo Digital;
- manutenção do ambiente de servidores web, backup, etc;
- manutenções em todos os sistemas da Corregedoria;
- permissões de acesso aos sistemas internos;
- gestão do conteúdo dos portais da corregedoria e extrajudicial;
- manutenção da Área Restrita Extrajudicial destinada aos cartórios;
- manutenção evolutiva do Sistema de Atendimento Extrajudicial – SAE;
- manutenção do Sistema de Pesquisa de cartórios;

- manutenção do Sistema de Cadastro on-line das serventias;
- manutenção no Sistema de Selo utilizado pelo setor administrativo da Corregedoria.

**Atendimento da Assessoria de Informática**

Realizaram-se atendimentos de suporte a sistemas e orientações aos usuários nos seguintes postos de trabalho:

- Gabinete do Corregedor;
- Gabinete do Vice-Corregedor;
- Gabinetes dos Juízes Corregedores;
- Secretaria da Corregedoria;
- Escrivania Correicional;
- Assessoria Correicional;
- Assessoria de Custas;
- Assessoria Extrajudicial;
- Ceja;
- Divisão Administrativa da CGJ;
- Divisão Judiciária da CGJ;
- Diretoria de Informática;
- Diretoria de Orçamento;
- Cartórios Extrajudiciais;
- Sala de Assistentes Sociais;
- Gabinetes de Juízes;
- Sala de Assessores Judiciários;
- Escrivania;
- Sala dos TSIs.

## 3.6. TÉCNICOS DE SUPORTE EM INFORMÁTICA

O setor de Suporte Técnico de Informática é constituído por quatro Técnicos Judiciários Auxiliares na função de TSIs. Atividades:

Contabilizados 1.853 registros de chamado e atendimento, tais como:

- Manutenção de 8 ultrabooks distribuídos para o Des. Corregedor, Vice-Corregedor, Juízes Corregedores e Secretário da CGJ.
- Instalação de 18 postos de trabalho completos (microcomputador, monitor, mouse e teclado) para novos servidores
- Suporte aos usuários – atendimento aos usuários e manutenção em todos os itens de informática da CGJ localizados nos 11º e 12º andares da Torre I, bem como ao Gabinete do Vice-Corregedor, localizado na Torre II, 4º andar, realização de instalação/manutenção/atualização de softwares (pacote Office 2013, banco de dados Oracle, compactador de arquivos IZArc, Instant messenger Pandion, Microsoft Lync, Java, navegadores Internet Explorer, Google Chrome e Mozilla Firefox, programas relacionados a PDF como Acrobat Reader, PDFSAM, PDFCreator, CutePDF, acesso ao Banco do Brasil e Caixa Econômica); instalação/manutenção/configuração de periféricos

(monitores, placas de vídeo, impressoras/scanners, mouses, teclados, estabilizadores, pen-drives, modens 3G, telefones).

- Suporte ao SAJ5/CGJ – cadastro, exclusão e gerenciamento de perfis de usuários; liberação de documentos; configuração de segunda estação; orientação aos usuários; criação/retificação de modelos institucionais; tomada de ciência e primeiras providências para solução de erros no SAJ5-CGJ; orientações/configurações quanto à assinatura digital; juntada de arquivos em vídeo; gravação de vídeos com erros para repasse à DTI
- Suporte ao SAJ5/Comarcas – cadastro, exclusão e gerenciamento de perfis de usuários (liberação de Comarcas/Varas/Lotações/Funções).

  Instalação dos aplicativos SAJ5/CGJ, SAJ5/CGJ_Teste, SAJ5/Comarcas_Teste, SAJ/EST, SAJ5/Comarcas, SAJ/SG, SAJ5/Protocolo, SAJ/Protocolo_Teste, SAJ/Certidões_Teste.
- Testadas 11 versões do SAJ5/CGJ_Homologação para fins de atualização: 1.5.12-80; 1.5.23-35 - em operação a partir de 3-2-2015; 1.5.23-42 - encontrados os mesmos erros da versão 1.5.23-35; 1.5.23-51 - encontrados os mesmos erros da versão 1.5.23-35; 1.5.23-54 - encontrados os mesmos erros da versão 1.5.23-35; 1.5.23-55; .5.23-57; 1.5.23-59A – em operação a partir de 23-7-2015 até a presente data.
- Suporte à rede – monitoramento de equipamentos de rede de dados, orientação operacional para usuários e configuração para o funcionamento de redes locais e remotas, dando suporte às pastas de rede, bem como mapeamento com criação de atalho.
- Certificado digital – instalação e configuração de certificados digitais, das raízes, bem como das leitoras e dos tokens.
- Telefonia – instalação de aparelhos telefônicos, conexão de ramais ATA (Analógicos) pré-ajustados pela Seção de Telecomunicações da DTI, conforme solicitação do Suporte Técnico de Informática da CGJ. Teste para diagnóstico de falhas nos aparelhos analógicos e digitais. Gerenciamento de grupos de captura e de encaminhamento na telefonia Voip.
- Orientação/Manutenção à Unidade de Resposta Audível - URA da Corregedoria-Geral da Justiça de SC.
- Sistemas internos – oferecer suporte aos sistemas internos. Instalação/suporte do programa Inspeção Virtual para o quadro do Núcleo 3 e Assessores Técnicos Correicionais, bem como aos TSIs das Comarcas; instalação, configuração e atualização do aplicativo Cuida para o quadro da Ceja; instalação, configuração e atualização dos aplicativos Plantão e ROL2009 para o quadro da Divisão Judiciária; instalação, configuração e atualização do aplicativo Selo e SCI para o quadro da Assessoria Correicional Extrajudicial.
- Abertura de 27 chamados em garantia para os equipamentos (notebooks, impressoras, computadores, monitores, celulares, estabilizadores) com acompanhamento dos serviços técnicos prestados pela empresa responsável.
- Manutenção das listas de discussão e e-mails institucionais da CGJ (correge, corregeserv, corregemagis, corregeadm, corregejud, cgjjud).
- Verificação das advertências sobre mensagens maliciosas e encaminhamento ao setor de segurança da DTI.
- Instalação, solicitação de criação de usuário e configuração dos sistemas Caché e Expedição; suporte aos sistemas Malote digital e CNJ.
- Configuração e suporte ao usuário para acesso remoto via VPN e VNC.
- Smartphones – suporte a 9 smartphones. Configuração, backup, restauração tanto na plataforma Apple quanto na Android.

- Tablets – suporte a 2 tablets. Configuração, backup, restauração no sistema operacional Android.
- Constante atualização da lista de contatos da CGJ – manutenção da lista de contatos da Corregedoria com edição de arquivo próprio na unidade de rede \\tjweb\cgjtsi. Os dados desse arquivo e unidade de rede são utilizados em outras tabelas ligadas a rotinas criadas para gerenciamento administrativo (agendamento de reuniões, empréstimo de notebooks – geração automática de termos de responsabilidade e devolução e rastreamento), registro de movimentação no quadro de pessoal, etc.).
- Gerenciamento, supervisão e manutenção do sistema de monitoramento por câmera. Restauração de vídeos.
- Controle de equipamentos de informática para inspeção (notebooks, câmeras fotográficas, pen-drives, modem 3G e projetor) – gerenciamento empréstimo e devolução de 66 notebooks utilizando sistema de controle criado pelos técnicos de suporte em informática. A distribuição de notebooks é rotineira e visa atender deslocamento dos assessores de núcleos quando em inspeções correicionais. Registro de 293 movimentações de empréstimo e devolução de notebooks.
- Patrimônio – movimentação patrimonial (sublotação) dos equipamentos com a realização de relatório de conferência de todo patrimônio de informática, baixa/transferência de bens.
- Organização de cabos de energia, rede, VGA e DVI e supressão de estabilizadores. A sequência de mudanças de layout combinada a ampliações e consequente implementação de novas estações de trabalho, passaram a congestionar os espaços entre equipamentos e mesas com os referidos cabos. A situação passou a implicar em toques acidentais que provocavam desligamentos, queima de fusíveis e estabilizadores, interrupção de acesso à rede e interrupção de sinal de monitores, por vezes comprometendo a integridade do sistema operacional.

Como solução foram implementadas tarefas para reorganização dos cabos com união e fixação, buscando elevar esses elementos do piso.

A medida reduziu os acidentes ao mínimo e não se tem mais registrado ocorrências do tipo desde o início de 2015.

Com essa ação as quedas de energia reduziram-se significativamente e os problemas decorrentes da falha deixaram de ocorrer.

**Implantação do Active Directory**

Além dos atendimentos rotineiros, ocorreram mudanças significativas no parque tecnológico da Corregedoria devido à implantação do Active Directory (AD) e Microsoft Exchange. Tais alterações seguem descritas abaixo:

Configuração dos microcomputadores para operarem subordinados ao Sistema de Diretórios Active Directory – AD. Sistemática implantada a partir de dezembro de 2014 e concluída no 1º semestre de 2015.

Em vídeo divulgado pela Diretoria de Tecnologia da Informação foram exibidas as inovações que acompanham a aquisição do Microsoft AD, Microsoft Exchange e outros produtos da família Microsoft.com. Implemantação que tem por objetivo modernizar o gerenciamento dos equipamentos de informática e as ferramentas de comunicação corporativa.

Facilidades na nova tecnologia:

- administração e gerenciamento das estações de trabalho;
- suporte remoto;
- segurança no acesso;

- discos virtuais pessoais;
- discos departamentais;
- login único.

Benefícios:

- as novas opções de intervenção remota às estações de trabalho conferem maior agilidade ao atendimento a chamados de suporte;
- maior segurança no acesso às estações de trabalho para manutenção de software;
- disponibilização de unidades de disco virtuais destinadas ao armazenamento de documentos de trabalho pessoais e corporativos, com facilidades de cópia de segurança e restauração como forma de prevenção a exclusões acidentais;
- discos departamentais de melhor desempenho e com mais facilidades para compartilhamento de pastas entre equipes de trabalho multisetoriais;
- login único em todas as estações de trabalho;
- serviço de webmail mais moderno e sincronizado;
- aumento da capacidade de armazenamento das caixas de e-mail que passaram a comportar 5Gb;
- possibilidade de configuração da conta de e-mail corporativa em dispositivos móveis Android, IOS, Windows Mobile, etc;
- novo serviço de mensagem instantânea, denominado Lync, que substituirá o Pandion (no momento operam em conjunto no entanto sem integração mútua);

**Migração dos e-mails**

O processo de migração dos e-mails dos magistrados e dos servidores, como também das contas corporativas foi concluído no último semestre do ano de 2015.

Os e-mails pessoais estão agora vinculados a servidores Microsoft Exchange, podendo ser visualizados tanto pelo Outlook Web App quanto pelo Microsoft Outlook de maneira sincronizada, além de ser facilmente configurável para dispositivos móveis garantindo a mesma sincronização.

As contas de e-mail corporativas são gerenciadas pelos TSIs da Corregedoria-Geral e têm configuração diversas descritas nos subitens adiante.

**Conta de e-mail corporativa setorial com redirecionamento**

Criada conta corporativa setorial programa-se regra de encaminhamento para os integrantes do quadro de servidores/assessores e/ou magistrados vinculados ao setor/núcleo. Tal filtro redireciona todas as mensagens recebidas aos usuários apontados no mesmo.

Objetivando preservar o espaço de armazenamento, uma segunda regra exclui as mensagens do servidor de e-mails.

As mensagens são replicadas nas caixas de entrada pessoais, o que configura backups múltiplos.

Cabe a cada usuário administrar o espaço na conta corporativa pessoal organizando e excluindo mensagens conforme a conveniência.

Nesse caso a competência pela administração da conta corporativa setorial é do Suporte Técnico de Informática (TSI's) que adiciona ou suprime usuários nas regras de encaminhamento das respectivas contas.

Essa configuração foi implementada em substituição a várias aliases (listas) que dependiam exclusivamente da DTI para criação e administração.

Os usuários podem, e é recomendado, enviar mensagens com o endereço eletrônico do próprio setor ao qual pertencem, no entanto devem utilizar sua assinatura corporativa pessoal. O procedimento possibilita que as respostas sejam automaticamente enviadas para a conta corporativa setorial dando ciência a todos dos temas discutidos e soluções técnicas próprias da atividade setorial.

**Conta delegada**

Conta setorial que é operada e gerenciada colaborativamente. Apresenta-se como parte da conta corporativa pessoal, ou seja, a caixa de entrada é compartilhada e os e-mails permanecem ligados à conta setorial.

Nessa modalidade todos os comandos realizados por qualquer dos usuários, aos quais o gerenciamento fora delegado, têm impacto para os demais.

A criação ou exclusão de pastas e de e-mails, movimentação de mensagens para outra pasta têm reflex imediato sobre todos os membros delegados na mesma conta.

Os usuários podem, e é recomendado, enviar mensagens com o endereço eletrônico do próprio setor ao qual pertencem, no entanto devem utilizar sua assinatura corporativa pessoal. O procedimento possibilita que as respostas sejam automaticamente enviadas para a conta corporativa setorial dando ciência a todos dos temas discutidos e soluções técnicas próprias da atividade setorial. As mensagens remetidas utilizando a identificação dessa conta são automaticamente arquivadas na caixa de enviados da mesma conta, dando ciência do assunto a todos os integrantes com delegação no endereço eletrônico.

A criação da conta, inclusão e exclusão de delegações dependem da DTI. Os TSIs da Corregedoria não acessam módulo de administração do Exchange.

A gerência da caixa de entrada compete a todos os usuários com delegação.

Essa modalidade, que não redireciona mensagens para a caixa pessoal, não implica em sobrecarga de áreas de armazenamento das contas corporativas pessoais.

Solução implementada para o caso de contas setoriais com fluxo de mensagens mais elevado que o das contas corporativas setoriais com redirecionamento.

Antes dessa solução as limitações de capacidade impunham que as mensagens fossem baixadas individualmente para o aplicativo de correio eletrônico local.

Exceções:

a) A conta de e-mail corporativa cgj.protocolo@tjsc.jus.br funciona seguindo uma estrutura de pastas compartilhadas, em que cada integrante do setor possui uma pasta na conta cgj.protocolo@tjsc.jus.br com sua identificação, integrada à caixa de entrada da conta corporativa pessoal.

O chefe de seção tem acesso total (permissão de escrita e leitura) a todas as mensagens e pastas da mesma conta, distribuindo os e-mails para os demais servidores, podendo movê-los para as pastas de servidores do setor, distribuindo as tarefas de acordo com a conveniência e o volume de trabalho. Esses cplaboradores, por sua vez, têm acesso total somente à pasta com seu nome e acesso de leitura às pastas dos demais colegas.

Na ausência do chefe de seção, o substituto faz o acesso via Outlook Webmail procedendo da mesma forma e implementando a distribuição do expediente.

A solução sistematiza a rotina do protocolo da CGJ utilizando funcionalidades do Microsoft Outllook e Outlook Web.

b) Por características próprias ao expediente local, as contas corporativas setoriais interino@tjsc.jus.br e extrajudicial@tjsc.jus.br, vinculadas ao Núcleo 4, são acessadas exclusivamente via Outlook Web.

c) Listas de discussão mailman

Estas listas são administradas pelos TSIs da Corregedoria. Inclusão, exclusão, permissões de acesso, criação de senha de moderadores e outras características são de competência destes.

Por fim, a implementação das modalidades acima com as contas vinculadas a servidor Exchange e operadas no Microsoft Outlook e/ou Outlook Web confere caráter permanente às mensagens de correio eletrônico até que, seguindo as características de cada uma das modalidades, o titular da conta opte por excluir um e-mail. Isso porque o correio eletrônico deixou de ser baixado para o aplicativo local e está sincronizado com microcomputadores e dispositivos.

A citada implementação de servidor de correio eletrônico e aplicativos dispensa a necessidade de cópias de segurança e backup quando da transferência de servidor/assessor/magistrado de um setor para outro.

**Migração das agendas da Corregedoria**

Buscando otimizar o funcionamento das agendas de compromissos corporativos da Corregedoria, foi criada, ainda vinculada ao Zimbra, conta específica na qual foram reunidas as agendas setoriais e a geral.

Com a implementação do servidor Exchange a nova tecnologia de software impôs a adequação para que o serviço continuasse ativo.

A opção por criar calendário em conta geral - cgj.reunioes@tjsc.jus.br – e, quando da migração para Exchange, em contas setoriais específicas, foi a solução tecnicamente mais ajustada para conferir continuidade aos calendários. Estando vinculados a contas corporativas setoriais de gerência de calendários, as novas gestões sempre têm acesso ao histórico de compromissos e aos que possam ter sido registrados até o último dia da gestão anterior. De outro lado se fossem utilizadas as agendas corporativas pessoais para marcação de eventos de interesse institucional perder-se-ia o acesso a estes quando da sucessão do cargo de Corregedor-Geral, por exemplo.

Os pedidos de agendamento não sofreram alteração e estão vinculados a formulário próprio.

Compete aos TSIs configurar as permissões a usuários para níveis de visualização ou edição, liberando ou revogando acesso conforme ocorre a movimentação funcional entre setores da Corregedoria ou quando integrantes do Órgão deixam o quadro.

As agendas, agora vinculadas ao aplicativo de e-mail Microsoft Outlook, permitem evitar conflitos de horários e compromissos e, quando disponibilizado link completo, confere transparência aos temas discutidos nas reuniões que ocorrem no Órgão, o que não existia enquanto os agendamentos eram vinculados a agendas físicas individualizadas.

**Agendas em operação**

**Agenda da Corregedoria**. Registra e acompanha eventos programados para a sala de reuniões principal da Corregedoria - Gerência do Gabinete do Secretário;

**Agenda do Corregedor**. Registra e acompanha eventos programados especificamente para o Corregedor-Geral - Gerência do Gabinete do Corregedor;

**Agenda do Núcleo 1** – Registra e acompanha eventos programados especificamente para o Juiz Corregedor coordenador do núcleo 1 – Gerência do Gabinete do respectivo gabinete;

**Agenda do Núcleo 3** – Registra e acompanha eventos programados especificamente para o Juiz Corregedor coordenador do núcleo 3 – Gerência do Gabinete do respectivo gabinete;

**Agenda do Núcleo 4** – Registra e acompanha eventos programados especificamente para o Juiz Corregedor coordenador do núcleo 4 – Gerência do Gabinete do respectivo gabinete;

**Agenda do Núcleo 5** – Registra e acompanha eventos programados especificamente para o Juiz Corregedor coordenador do núcleo 5 – Gerência do Gabinete do respectivo gabinete.

Foram gerados links públicos para todas as agendas e são disponibilizados ao Des. Corregedor e Juízes Corregedores e Gabinete do Secretário para que tenham ciência da disponibilidade de dias e horários. À medida que deixam os respectivos cargos não é mais necessário o acesso e este será revogado.

Os links públicos para calendários da CGJ dão acesso a todas as informações, dia e horário ocupados, assunto e local, funcionalidade configurável que compete aos TSIs e segue diretrizes de segurança definidas pela Corregedoria.

Os links também são disponibilizados para assessores/servidores da Corregedoria contemplando o princípio de publicidade da atual gestão.

**Migração das pastas de rede para servidores de arquivos**

Anteriormente, os documentos elaborados pelos servidores da CGJ estavam localizados em unidade de rede identificada como \\tjcgj, segmentado em subpastas. A subpasta \asscor era a que tinha o acesso mais amplo com acesso permitido à maioria dos setores.

Com a migração, cada usuário passou a ter acesso somente à pasta correspondente ao seu setor, conferindo maior segurança aos dados.

As exceções são ajustadas de acordo com a rotina setorial e a necessidade de compartilhamento de informações. A inevitável interação da Assessoria de Informática com outros setores impôs a criação de subpasta nomeada _Assessoria_de_Informatica em cada um dos discos F:/ setoriais, de modo que somente o setor respectivo tem permissão de escrita e o Chefe de Divisão/Coordenador de Núcleo indicam o grau de permissão que será configurado para a Assessoria de Informática (escrita, edição, exclusão, criação de pasta ou somente visualização).

Na modalidade anterior, a vulnerabilidade à exclusão de arquivos e edição equivocada era elevada o que foi bastante minimizado com a nova configuração.

## 3.7. CENTRAL DE ATENDIMENTO

Pela Central de Atendimento da Corregedoria-Geral da Justiça foram prestados vários atendimentos a magistrados, servidores e jurisdicionados, que contabilizam: 4.910 por telefone, 5.530 por correspondência eletrônica e 420 pessoalmente.

## 4. COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

Apresentação - O presente relatório contém informações acerca das atividades desenvolvidas pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção no período de janeiro a novembro de 2015.

Além dos dados relacionados às adoções nacionais, internacionais e às crianças/adolescentes em serviços de acolhimento, detalhamos as demais atribuições da Ceja, que são: habilitação de pretendentes estrangeiros; acompanhamento das adoções internacionais; gestão dos cadastros, estadual (Cuida) e do Conselho Nacional da Justiça (CNA,CNCA); organização de eventos; inspeções aos serviços de acolhimento, e outras que constam detalhadas adiante.

**Projetos/Atividades**

### Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – Cuida

Toda movimentação neste sistema de cadastro de crianças em condições de adoção, de pretendentes à adoção e de entidades de acolhimento (abrigos), é monitorada pela Ceja, assim como o treinamento aos usuários e fornecimento das respectivas senhas de acesso. Também é responsabilidade da Comissão gerar estatísticas com base nas informações inseridas para subsidiar magistrados e técnicos das varas da infância e da juventude do Estado.

- Sistemas do Conselho Nacional de Justiça
- Cadastro Nacional de Adoção (CNA),
- Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA),

Na qualidade de órgão gestor desses cadastros, e assim como ocorre com o sistema estadual – Cuida – a Ceja monitora as informações inseridas, é responsável pela liberação de senhas aos usuários, produz estatísticas, e acompanha toda a movimentação dos sistemas como forma de mantê-los atualizados.

### Projeto de Acompanhamento e Inspeção às Entidades de Acolhimento

As inspeções aos Serviços de Acolhimento são realizadas juntamente com o Juiz Corregedor responsável pelo Núcleo V, a partir de cronograma prévio encaminhado ao Desembargador Corregedor.

A programação de visitas neste ano foi mensal, alcançando todas as regiões do Estado, conforme demonstra o cronograma.

**INSPEÇÕES REALIZADAS EM 2015**

| REGIÃO | PERÍODO | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 9 a 12 março | 8 a 11 junho | 6 a 10 julho | 10 a 12 agosto |
| Sul | | | | |
| Centro Norte | | | | |
| Meio Oeste | | | | |
| Vale do Itajaí | | | | |
| Alto V. do Itajaí | | | | |
| Serrana | | | | |

| COMARCAS | INST. | FAMÍLIA ACOLHEDORA | COMARCAS | INST. | FAMÍLIA ACOLHEDORA |
|---|---|---|---|---|---|
| Abelardo Luz | 1 | | Lages | 2 | 2 |
| Anchieta | 1 | | Laguna | 1 | |
| Anita Garibaldi | 1 | | Lauro Muller | | 1 |
| Araquari | 2 | 2 | Lebon Régis | 1 | |
| Araranguá | 1 | 1 | Mafra | 1 | |
| Bal.Camboriú | 2 | | Maravilha | | 3 |
| Bal. Piçarras | 2 | | Modelo | 1 | 3 |
| Barra Velha | 1 | | Mondaí | 1 | |
| Blumenau | 3 | | Navengantes | 1 | |
| Biguaçu | 3 | | Otacílio Costa | 1 | |
| Braço do Norte | 1 | | Palhoça | 2 | |
| Brusque | 1 | | Palmitos | 1 | 1 |
| Caçador | 1 | 1 | Papanduva | 2 | |
| Camboriú | 2 | | Pinhalzinho | 1 | 1 |
| Campo Belo do Sul | 1 | 1 | Ponte Serrada | 1 | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Campo Erê | 1 | 1 | Porto União | 1 | |
| Campos Novos | 2 | | Pres. Getúlio | | 1 |
| Canoinhas | 3 | | Quilombo | 1 | |
| Capinzal | 1 | | Rio do Sul | 1 | 1 |
| Cap. de Baixo | 1 | | Rio do Campo | | 1 |
| Catanduvas | 1 | 1 | Rio Negrinho | 1 | |
| Chapecó | 5 | 4 | Santa Cecília | 2 | |
| Concórdia | 1 | | São Bento | 1 | 1 |
| Coronel Freitas | 1 | | São Carlos | 1 | 1 |
| Correia Pinto | 1 | 1 | São Domingos | | 2 |
| Criciuma | 2 | | São Francisco do Sul | 1 | |
| Cunha Porã | | 9 | São Joaquim | 1 | 1 |
| Curitibanos | 2 | 2 | São José | 4 | |
| Dionísio Cerqueira | 2 | | São José do Cedro | 1 | 3 |
| Forquilhinha | | 1 | São Lourenço do Oeste | | 3 |
| Florianópolis | 11 | | São Miguel do Oeste | 1 | 1 |
| Fraiburgo | 3 | 3 | Seara | 1 | 2 |
| Garopaba | | 1 | Taió | 1 | |
| | | | Tijucas | 1 | |
| Garuva | 1 | | Timbó | 0 | 0 |
| Gaspar | 3 | 3 | Trombudo. | 1 | 1 |
| Guaramirim | 1 | | Tubarão | 1 | |
| Herval D'Oeste | 1 | | Urubici | 1 | |
| Imbituba | | 1 | Urussanga | 1 | |
| Indaial | 2 | 2 | Videira | 1 | 1 |
| Ipumirim | 1 | | Xanxerê | 2 | |
| Itá | 1 | | Xaxim | 1 | |
| Itajaí | 5 | 1 | | | |
| Itapema | 1 | | | | |
| Itapiranga | | 1 | | | |
| Itapoá | 1 | 1 | | | |
| Ituporanga | 2 | 2 | | | |
| Jaguaruna | 1 | 4 | | | |
| Jaraguá do Sul | 1 | 1 | | | |
| Joaçaba | 1 | | | | |
| Joinville | 5 | 5 | | | |

Fonte: Ceja, 2015

A tabela acima indica em grifo as comarcas onde foram realizadas inspeções em 45 serviços de acolhimento, de 25 comarcas.

**Eventos/Treinamentos**

a) 12º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Balneário Camboriú, nos dias 1º e 2 de outubro, realizado juntamente com a Academia Judicial.

b) 1º Seminário: Ações da Justiça da Infância e da Juventude no Primeiro e no Segundo Grau – 14 de setembro.

c) Participação na XIX Reunião Ordinária do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, realizada dia 17 de abril de 2015, em Salvador/BA.

## DADOS ESTATÍSTICOS

### Sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional

– 3 sessões realizadas;

– 39 processos julgados: 26 de pretendentes italianos, 12 franceses, 1 americano.

### Adoções realizadas

Nacionais/Internacionais

Neste ano, 526 ações de adoção nacional foram sentenciadas procedentes, e 7 internacionais, que corresponde a 14 crianças, uma vez que integram grupos de irmãos.

Observou-se uma mudança sutil que indica elevação da idade das crianças adotadas por brasileiros, também aumentou a receptividade desses por grupos de irmãos e crianças portadoras de necessidades especiais.

### Pretendentes habilitados

3.140 pretendentes habilitados, sendo:

Residentes em Santa Catarina: 2.905 (92,52%)

Estrangeiros: 235 (7,48%)

### Serviços de Acolhimento

190 Serviços de Acolhimento nas modalidades:

– 92 Abrigos Institucionais (48,42%)
– 56 Famílias Acolhedoras (29,47%)

– 34 Casas Lares (17,89%)

– 8 Casas de Passagem (4,21%)

Crianças/Adolescentes acolhidos

1.382 crianças/adolescentes acolhidos.

Sexo feminino – 710 (51,37%)

Sexo masculino – 672 (48,63%)

### Idade

0 a 5 anos – 372 (25,45%)

5 a 10 anos – 277 (22,5%)

Acima de 10 anos – 732 (52,06%)

### Grupos de Estudos e Apoio à Adoção

25 grupos de estudos e apoio à adoção em Santa Catarina, criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela Ceja.

### Propostas

Além das atividades de rotina de competência da Ceja, temos como proposta realizar, juntamente com a Academia Judicial, os eventos:

a) 13º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, com local a definir.

b) Encontro Anual de Técnicos e Oficiais da Infância e Juventude do Poder Judiciário - concomitante ao evento dos Grupos.

c) 2º Seminário: Ações da Justiça da Infância e da Juventude no Primeiro e no Segundo Grau.

d) Dar continuidade às inspeções aos serviços de acolhimento, conforme tabela abaixo

| REGIÕES | PERÍODO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Março | Abril | Maio | Junho | Agosto | Setembro |
| Sul | | | | | | |
| Meio-Oeste | | | | | | |
| Alto Vale do Itajaí | | | | | | |
| Serrana | | | | | | |
| Oeste | | | | | | |
| Centro norte | | | | | | |

## Anexo I

## MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

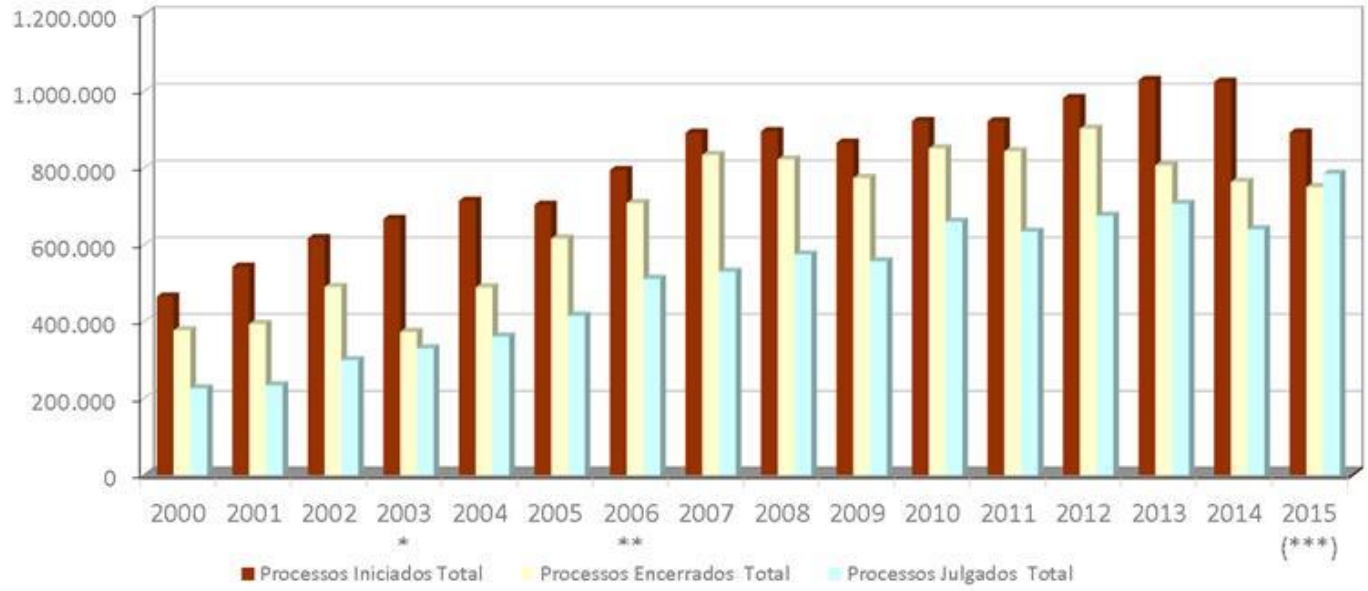
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA - DIVISÃO JUDICIÁRIA
MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO
CONSIDERADAS TODAS AS CLASSES PROCESSUAIS (DE CONHECIMENTO, EXECUÇÕES DE SENTENÇA, INCIDENTES E AS AÇÕES INCIDENTAIS) - MENOS RECURSOS

| Ano | Processos Iniciados Total | Execuções Fiscais Iniciadas | Iniciados SEM Execuções | Processos Encerrados Total | Execuções Fiscais Encerradas | Encerrados SEM Execuções | Processos Julgados Total | Execuções Fiscais Julgadas | Julgados SEM Execuções | Em Andamento final do ano Total | Execuções Fiscais em Andamento | Em Andamento Sem Execuções | Média de Juízes 1º grau em atividade (final do ano) | Média proc. Julg. por juiz - SEM exec fisc | Média proc. julg por juiz - COM Exec Fisc |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2000 | 464.945 | 69.436 | 395.509 | 377.205 | 61.736 | 315.469 | 225.789 | 39.652 | 186.137 | 839.081 | 275.897 | 563.184 | 257 | 724 | 879 |
| 2001 | 542.599 | 116.352 | 426.247 | 393.699 | 64.082 | 329.617 | 233.686 | 28.198 | 205.488 | 987.981 | 328.167 | 659.814 | 249 | 825 | 938 |
| 2002 | 616.933 | 135.412 | 481.521 | 490.228 | 82.101 | 408.127 | 299.203 | 43.265 | 255.938 | 1.114.686 | 381.478 | 733.208 | 260 | 984 | 1.151 |
| 2003 (*) | 667.280 | 142.118 | 525.162 | 372.990 | 10.576 | 362.414 | 330.009 | 43.313 | 286.696 | 1.408.976 | 513.020 | 895.956 | 279 | 1.028 | 1.183 |
| 2004 | 714.434 | 136.602 | 577.832 | 489.021 | 63.243 | 425.778 | 360.786 | 54.486 | 306.300 | 1.634.389 | 586.379 | 1.048.010 | 298 | 1.028 | 1.211 |
| 2005 | 704.333 | 101.933 | 602.400 | 616.176 | 73.485 | 542.691 | 414.856 | 68.076 | 346.780 | 1.722.546 | 614.827 | 1.107.719 | 321 | 1.080 | 1.292 |
| 2006 (**) | 794.603 | 154.514 | 640.089 | 708.469 | 128.986 | 579.483 | 511.242 | 87.663 | 423.579 | 1.808.680 | 640.355 | 1.168.325 | 316 | 1.340 | 1.618 |
| 2007 | 891.623 | 137.153 | 754.470 | 833.772 | 138.500 | 695.272 | 529.360 | 92.297 | 437.063 | 1.866.531 | 639.008 | 1.227.523 | 327 | 1.337 | 1.619 |
| 2008 | 895.640 | 118.915 | 776.725 | 822.255 | 97.678 | 724.577 | 574.739 | 118.390 | 456.349 | 1.939.916 | 660.245 | 1.279.671 | 352 | 1.296 | 1.633 |
| 2009 | 866.152 | 109.555 | 756.597 | 774.026 | 75.450 | 698.576 | 556.998 | 107.197 | 449.801 | 2.032.042 | 694.350 | 1.337.692 | 352 | 1.278 | 1.582 |
| 2010 | 922.197 | 168.052 | 754.145 | 851.085 | 146.461 | 704.624 | 660.013 | 136.031 | 523.982 | 2.103.154 | 715.941 | 1.387.213 | 361 | 1.451 | 1.828 |
| 2011 | 921.528 | 147.302 | 774.226 | 843.562 | 119.994 | 723.568 | 634.011 | 106.965 | 527.046 | 2.181.120 | 743.249 | 1.437.871 | 362 | 1.456 | 1.751 |
| 2012 | 981.849 | 131.652 | 850.197 | 902.366 | 111.583 | 790.783 | 675.483 | 130.898 | 544.585 | 2.260.603 | 763.318 | 1.497.285 | 356 | 1.530 | 1.897 |
| 2013 | 1.028.879 | 123.684 | 905.195 | 807.221 | 141.605 | 665.616 | 706.748 | 107.763 | 598.985 | 2.482.261 | 745.397 | 1.736.864 | 379 | 1.580 | 1.865 |
| 2014 | 1.024.386 | 146.216 | 878.170 | 763.887 | 104.104 | 659.783 | 640.117 | 100.428 | 539.689 | 2.418.189 | 787.509 | 1.630.680 | 398 | 1.356 | 1.608 |

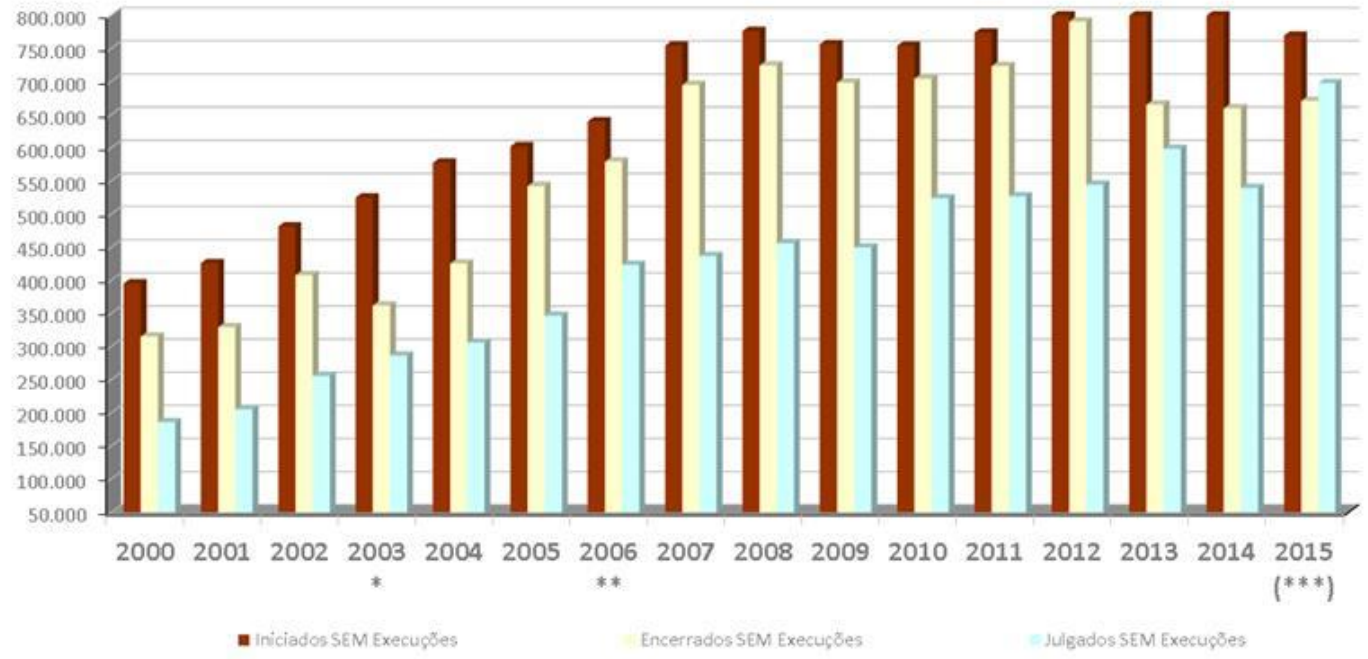
| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2015 (***) | 892.118 | 122.540 | 769.578 | 750.314 | 79.285 | 671.029 | 785.269 | 87.527 | 697.742 | 2.766.857 | 831.041 | 1.935.816 | 412 | 1.694 | 1.906 |

(*) Nos anos de 2000 a 2005 foram ajustados os valores dos processos julgados, em virtude de não mais se considerar os arquivamentos administrativos.
(**) No ano de 2006 a Corregedoria passou a utilizar o Saj/Estatística como ferramenta de trabalho, que possuiu uma metodologia ligeiramente diferenciada dos antigos "mapas estatísticos", o que causou variação na totalização dos dados.
(***) Dados no perído de Jan/15 a Dez/15.

## MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE 1º GRAU - TOTAL GERAL

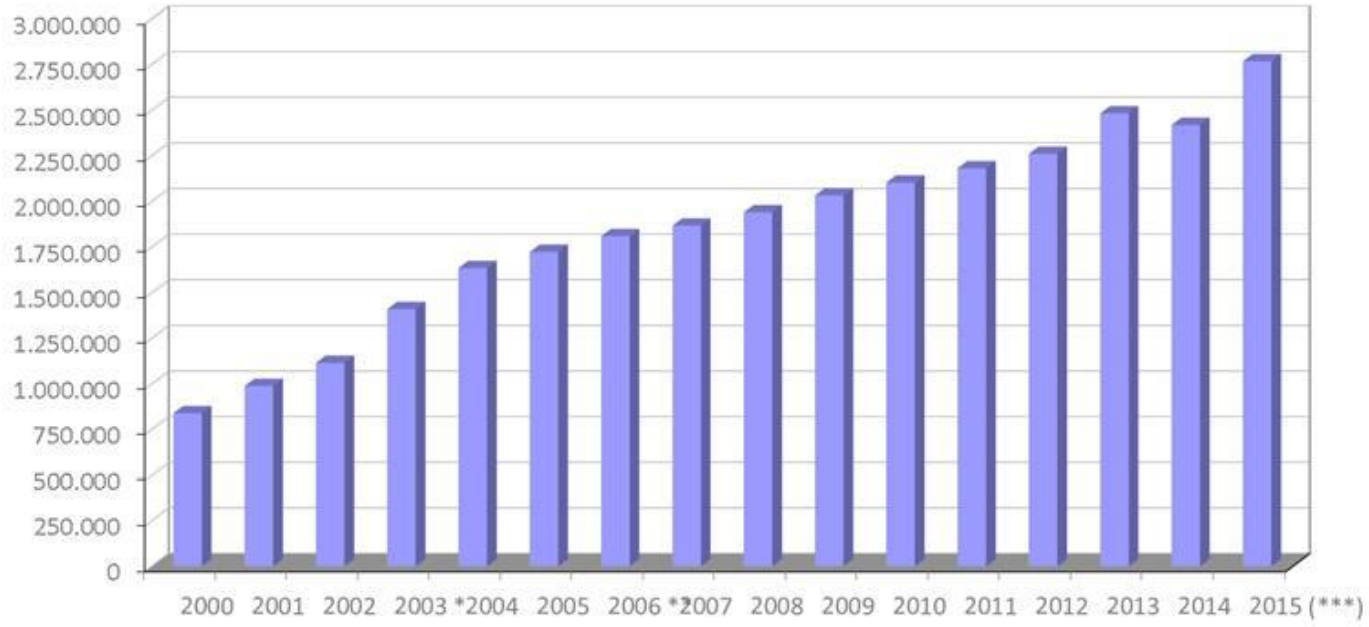



## MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE 1º GRAU - Sem Execuções Fiscais

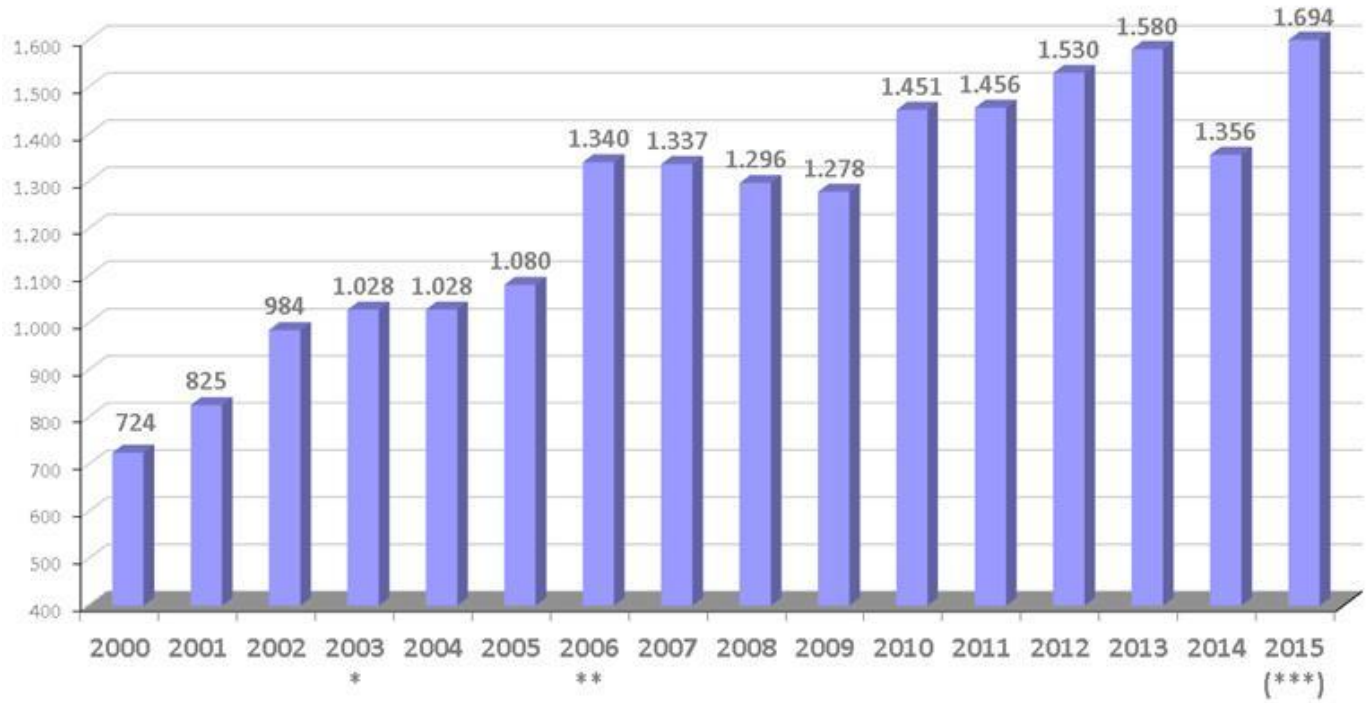



## MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

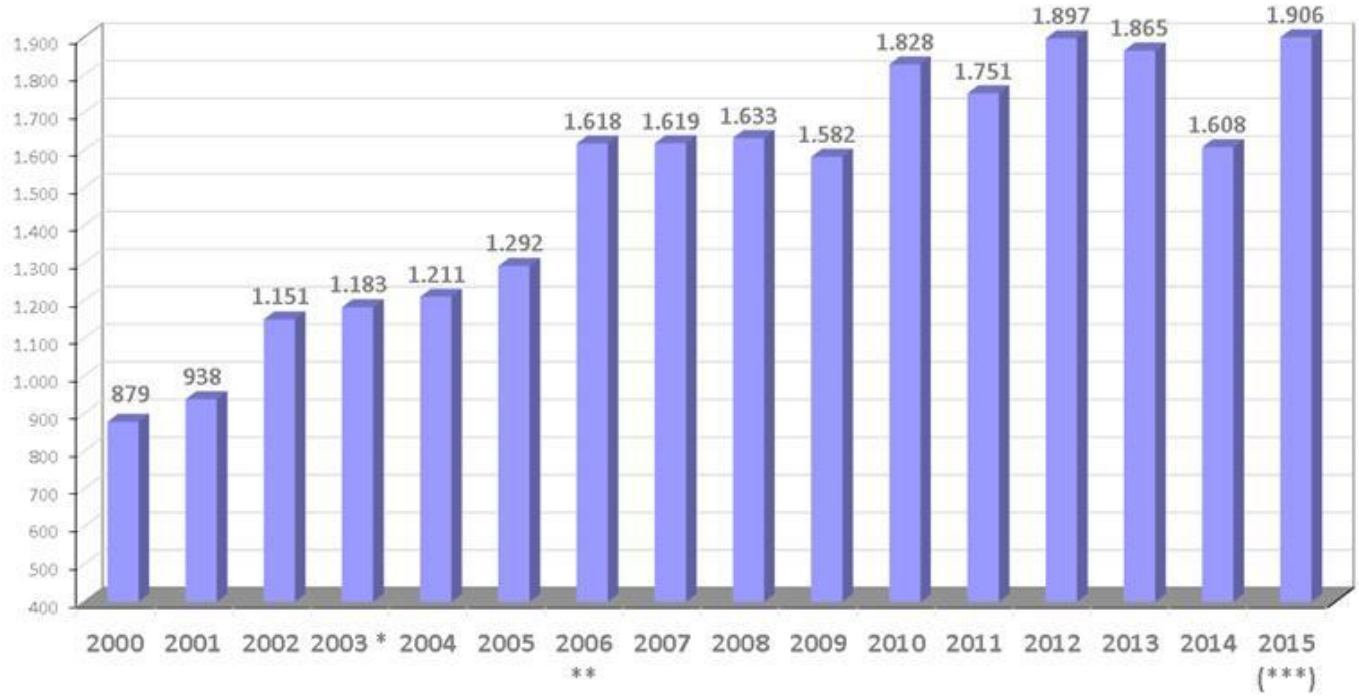
Processos em andamento no final do ano - com Exec. Fiscais




**MÉDIA ANUAL DE PROCESSOS JULGADOS POR MAGISTRADO EM EXERCÍCIO NA JUSTIÇA DE 1º GRAU - sem execuções fiscais**




**MÉDIA ANUAL DE PROCESSOS JULGADOS POR MAGISTRADO EM EXERCÍCIO NA JUSTIÇA DE 1º GRAU - com execuções fiscais**




## Anexo II

## ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA

| ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA<br>PERÍODO: JANEIRO/2015 A NOVEMBRO/2015 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| COMARCA | CASA DA CIDADANIA | TOTAL DE PROCEDIMENTOS INICIADOS | ACORDOS | ACORDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS | QTDE PESSOAS OUVIDAS |
| RIO DO SUL | AGRONÔMICA | 51 | 45 | 88% | 47 |
| JOAÇABA | ÁGUA DOCE | 169 | 139 | 82% | 165 |
| CORONEL FREITAS | ÁGUAS FRIAS | 279 | 88 | 32% | 303 |
| RIO DO SUL | AURORA | 14 | 10 | 71% | 35 |
| ARAQUARI | BALNEÁRIO BARRA DO SUL | 94 | 37 | 39% | 6.882 |
| BALNEÁRIO CAMBORIÚ | BALNEÁRIO CAMBORIÚ | 322 | 232 | 72% | 4.019 |
| TIMBÓ | BENEDITO NOVO | 355 | 220 | 62% | 663 |
| BRUSQUE | BOTUVERÁ | 152 | 32 | 21% | 77 |
| PALMITOS | CAIBI | 40 | 30 | 75% | 16 |
| SÃO BENTO DO SUL | CAMPO ALEGRE | 135 | 148 | 110% | 596 |
| TIJUCAS | CANELINHA | 42 | 42 | 100% | 630 |
| ANITA GARIBALDI | CELSO RAMOS | 56 | 51 | 91% | 1.024 |
| CRICIÚMA | CENTRO | 300 | 9 | 3% | 159 |
| CAMPO BELO DO SUL | CERRO NEGRO | 0 | 0 | 0% | 7 |
| PRESIDENTE GETÚLIO | DONA EMMA | 95 | 41 | 43% | 18 |
| TIMBÓ | DOUTOR PEDRINHO | 217 | 217 | 100% | 24 |
| HERVAL D'OESTE | ERVAL VELHO | 2 | 1 | 50% | 37 |
| QUILOMBO | FORMOSA DO SUL | 4 | 3 | 75% | 5 |
| ITUPORANGA | IMBUIA | 169 | 68 | 40% | 1.943 |
| INDAIAL | INDAIAL | 274 | 145 | 53% | 1.311 |
| ABELARDO LUZ | IPUAÇU | 39 | 26 | 67% | 86 |
| MARAVILHA | IRACEMINHA | 56 | 51 | 91% | 232 |
| JOAÇABA | JOAÇABA | 91 | 29 | 32% | 48 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| IBIRAMA | JOSÉ BOITEUX | 7 | 3 | 43% | 70 |
| CAPINZAL | LACERDÓPOLIS | 227 | 222 | 98% | 84 |
| RIO DO OESTE | LAURENTINO | 271 | 139 | 51% | 194 |
| RIO DO SUL | LONTRAS | 230 | 151 | 66% | 1.122 |
| MARAVILHA | MARAVILHA | 0 | 0 | 0% | 13 |
| TAIÓ | MIRIM DOCE | 33 | 8 | 24% | 11 |
| FRAIBURGO | MONTE CARLO | 59 | 50 | 85% | 0 |
| SÃO JOÃO BATISTA | NOVA TRENTO | 17 | 2 | 12% | 240 |
| ORLEANS | ORLEANS | 463 | 29 | 6% | 0 |
| CAPINZAL | OURO | 26 | 26 | 100% | 61 |
| ABELARDO LUZ | OURO VERDE | 157 | 102 | 65% | 518 |
| DIONÍSIO CERQUEIRA | PALMA SOLA | 48 | 12 | 25% | 1.603 |
| SANTA ROSA DO SUL | PASSO DE TORRES | 26 | 13 | 50% | 195 |
| BALNEÁRIO PIÇARRAS | PENHA | 55 | 40 | 73% | 27 |
| ITUPORANGA | PETROLANDIA | 10 | 4 | 40% | 934 |
| CAPINZAL | PIRATUBA | 25 | 12 | 48% | 76 |
| CORREIA PINTO | PONTE ALTA | 58 | 52 | 90% | 22 |
| TROMBUDO CENTRAL | POUSO REDONDO | 81 | 50 | 62% | 365 |
| PRESIDENTE GETÚLIO | PRESIDENTE GETÚLIO | 65 | 31 | 48% | 43 |
| RIO DO SUL | PRESIDENTE NEREU | 43 | 18 | 42% | 7 |
| CRICIÚMA | PRÓSPERA | 229 | 16 | 7% | 26 |
| CAÇADOR | RIO DAS ANTAS | 51 | 40 | 78% | 37 |
| RIO DO CAMPO | RIO DO CAMPO | 30 | 10 | 33% | 0 |
| RIO DO OESTE | RIO DO OESTE | 15 | 14 | 93% | 63 |
| TIMBÓ | RIO DOS CEDROS | 46 | 41 | 89% | 990 |
| CRICIÚMA | RIO MAINA | 323 | 18 | 6% | 121 |
| ANCHIETA | ROMELÂNDIA | 119 | 91 | 76% | 788 |
| CURITIBANOS | SÃO CRISTÓVÃO DO SUL | 32 | 24 | 75% | 123 |
| TIJUCAS | TIJUCAS | 1.238 | 1.082 | 87% | 171 |
| TIMBÓ | TIMBÓ | 62 | 29 | 47% | 0 |
| SANTA CECÍLIA | TIMBÓ GRANDE | 190 | 40 | 21% | 1.325 |
| JOAÇABA | TREZE TILHAS | 309 | 191 | 62% | 97 |
| ITUPORANGA | VIDAL RAMOS | 88 | 52 | 59% | 363 |
| PRESIDENTE GETÚLIO | VITOR MEIRELES | 0 | 0 | 0% | 0 |
| PRESIDENTE GETÚLIO | WITMARSUM | 69 | 56 | 81% | 347 |
| CAMPOS NOVOS | ZORTÉA | 5 | 5 | 100% | 10 |
| **TOTAL** | | **7.663** | **4.337** | **57%** | **28.373** |

## ACADEMIA JUDICIAL

O Centro de Estudos Jurídicos do Tribunal de Justiça – CEJUR foi criado em 9 de outubro de 1991, pela Resolução n. 14/91-TJ e Portaria n. 557/91-GP, com o objetivo de marcar culturalmente o primeiro centenário do Tribunal de Justiça. Como parte integrante do CEJUR, em 6 de novembro de 2000, pela edição da Resolução n. 06/00-TJ, foi criada a Academia Judicial do Poder Judiciário de Santa Catarina.

O suporte financeiro para seu gerenciamento foi atribuído pela Lei Estadual n. 11.644, de 22 de novembro de 2000, na qual se estabeleceu a destinação, no orçamento do Poder Judiciário catarinense, de valores resultantes de aplicações dos depósitos judiciais em fundo de investimento.

A cada final de gestão a Academia Judicial elabora um relatório que narra todos os cursos e eventos por ela realizados. O relatório do período (2014/2015) está disponível no site da instituição, bem como impresso e disponível aos interessados.

Segue o mapa tático-operacional da Academia Judicial:




Narra-se a seguir os principais projetos realizados e/ou iniciados no ano de 2015.

### 1. Implantação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

O curso foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação e destina-se a servidores efetivos e magistrados lotados na 1ª Região Judiciária – Grande Florianópolis (comarcas da Capital – Foro Bancário, Foro Central, Foro Des. Eduardo Luz, Foro Distrital do Continente, Foro Norte da Ilha –, São José, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e Biguaçu).

Este curso piloto será realizado no prazo de 2 anos e terá a carga horária total de 1.680 horas-aulas, divididas em aulas (1.440 horas-aulas), atividades complementares (80 horas-aulas), estágio supervisionado (80 horas-aulas) e elaboração do trabalho de conclusão de curso (80 horas-aulas).

Foram oferecidas 40 vagas (35 para servidores e 5 para magistrados), além de um cadastro de reserva com mais 10 inscritos para cada classe de participantes.

**2. Implantação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica no Poder Judiciário**

O curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica no Poder Judiciário, autorizado pelo Conselho Estadual de Educação, iniciou em agosto de 2015, e destinou-se aos servidores efetivos do quadro de pessoal do Poder Judiciário catarinense que atuassem como gestores, diplomados em curso de graduação.

**3. Regulamentos de 2015**

3.1 Resolução AJ n. 5/2015 que dispõe sobre o funcionamento da Biblioteca da Academia Judicial Desembargador Noberto Ulysséa Ungaretti;

3.2 Resolução CEJUR n. 1/15 que disciplina o Programa de Residência Judicial

3.3 Resolução AJ n. 2/15 que dispõe sobre a utilização do sistema eletrônico de inscrição de atividades de ensino, pesquisa e extensão gerenciadas pela Academia Judicial

3.4 Resolução AJ n. 3/15 que dispõe sobre o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica do Poder Judiciário

3.5 Resolução AJ n. 4/15 que dispõe sobre o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

3.6 Resolução GP n. 8/15 que institui o Programa de Gestão da Criatividade

3.7 Resolução GP n. 18/15 que estabeleceu novos parâmetros para a composição da equipe de formadores da Academia Judicial, fixou retribuição financeira e deu outras providências (alterada pela Res. 33/15-GP)

3.8 Instrução Normativa n. 1/15-AJ - Estabelece normas e procedimentos complementares à Res. 1/14-AJ, que disciplina os Projetos de Pesquisa e Núcleos de Estudos e Pesquisas (NEPs)

3.9 Portaria n. 38/14-AJ que designou os membros do Núcleo Docente Estruturante do curso superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação

3.10 Portaria n. 3/15-AJ que designou os membros do Comitê de Gestão da Criatividade

3.11 Portaria n. 7/15-AJ que compõe a Comissão Permanente de Avaliação - CPA

**4. Reestruturação do processo avaliativo da Academia Judicial**

Ao longo de 2015 o processo avaliativo da Academia Judicial passou por reestruturação nas seguintes modalidades:

**Autoavaliação Institucional** é realizada uma vez por ano e tem como público-alvo todos os segmentos da AJ: cursistas, pós-graduandos, docentes, gestores e servidores são subdivididos em cinco eixos: Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura Física; que contemplam as dez dimensões previstas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (art. 3º da Lei nº 10.861/04).

**Avaliação de Reação:** já vem sendo aplicada pela AJ, desde 2012, para os cursos e eventos com carga-horária superior a 6 horas/aula, conforme a resolução nº 13/2012-GP.

Tem por objetivo conhecer a opinião dos participantes sobre diversos aspectos: atuação dos instrutores/palestrantes, relevância dos temas abordados para a atividade profissional e estrutura oferecida

Terminada a ação educacional, os participantes e instrutores/palestrantes recebem mensagem eletrônica contendo as orientações para preenchimento do formulário de avaliação no sistema *on line* da AJ,

devendo realizá-lo no prazo estabelecido, sendo-lhes assegurada a confidencialidade.

**Avaliação de Aprendizagem:** aplicada somente para os cursos com carga-horária superior a 36 horas/aula. Objetiva identificar em qual medida os participantes absorveram os conhecimentos proporcionados pelo curso ou evento.

A aprendizagem é verificada pelo instrutor e pode ser avaliada através da observação, da auto-avaliação, de exercícios, estudos de caso e/ou provas objetivas.

É com base no resultado das avaliações de aprendizagem que a Seção de Avaliação e Certificação da AJ elabora o histórico escolar que vai constar do certificado de conclusão do curso.

**Avaliação de Aplicação:** destinada apenas aos cursos e eventos com carga-horária superior a 36 horas/aula. Pretende verificar a ocorrência de melhorias no desempenho dos participantes resultantes da aplicação dos conhecimentos, habilidades e atitudes aprendidos na ação educacional.

Demanda, na maioria das vezes, mais tempo para implementação e depende muito do grau de comprometimento dos gestores do público-alvo.

Por se tratar de uma modalidade mais complexa e de aplicação ainda incipiente, a AJ adotou a estratégia de conhecer a realidade de outras instituições mais experientes ou avançadas no processo, visando obter subsídios para desenvolver a sua própria forma de avaliação. Neste ano de 2015 foram adotadas ações que serão desdobradas e implementadas no próximo ano.

**Avaliação de Resultado:** também reservada aos cursos e eventos com carga-horária superior a 36 horas/aula. Tem por escopo analisar se o curso contribuiu para o alcance da estratégia da instituição. Da mesma forma que a avaliação de aplicação, esta modalidade depende de maiores estudos e troca de experiências, de modo que será abordada conjuntamente com aquela quando dos contatos com as outras instituições.

### 5. Pedido de Credenciamento junto ao Ministério da Educação - MEC

A Academia Judicial recebeu em outubro de 2015 a visita de representantes do Ministério da Educação que fizeram a verificação *in loco* de todas as condições exigidas pela legislação educacional vigente para a oferta de cursos de pós-graduação na modalidade de ensino a distância.

Ao final da visita os avaliadores indicaram nota máxima 5 (cinco) aos critérios avaliativos propostos à instituição, que caso confirmados a AJ poderá ser a primeira escola judicial ligada aos tribunais estaduais, em nível nacional, a obter o credenciamento. O processo está na fase final de análise pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), para que o MEC torne oficial o credenciamento.

### 6. Dicionário Jurídico de Libras

A AJ em parceria com a Fundação Catarinense de Educação Especial está desenvolvendo o primeiro Dicionário Jurídico em Libras do país. Cada palavra terá seu significado traduzido em vídeo ou animação, com consulta diretamente no site das instituições. O projeto foi uma proposta dos alunos da primeira turma do Curso Básico de Libras, uma vez que perceberam a inexistência de interpretação de palavras jurídicas.

As palavras desenvolvidas neste primeiro momento são voltadas ao atendimento ao balcão, ou seja, ao primeiro contato com o cliente externo, sem aprofundamento de significados para audiências.

### 7. Programa de Gestão da Qualidade nos Cursos da AJ

O projeto de criação do programa de gestão da qualidade iniciou no período de 2 a 6 de março de 2015, o qual tem a finalidade de avaliar de forma global a qualidade do ambiente e os processos de trabalho da Academia Judicial, visando com isso tornar o ambiente mais agradável para o desempenho das atividade

laborais e aperfeiçoar os métodos e/ou técnicas de trabalho melhorando os fluxos e a efetividade dos serviços prestados.

As primeiras ações ocorreram no período de 11 a 13 de março de 2015 quando os colaboradores da AJ organizaram seus ambientes de trabalho e na sequência foram avaliados por comissão própria.

Como projeto piloto para implementação do novo formato, restou elaborado um fluxo de trabalho dos cursos *in company*, tendo o Curso de Comunicação e Liderança como referencial e o início do fluxo pela Seção de Avaliação e Certificação.

**8. Programa de Residência em Mediação e Conciliação**

A AJ de maneira pioneira em 2015 desenvolveu a proposta de criação do Programa de Residência em Mediação e Conciliação e encaminhou ao Conselho Gestor do Sistema dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos – CGSJEPASC para análise, estando, assim, em fase de discussões sobre o projeto, visando a futura publicação da resolução, mas por meio do processo SPA n. 9073/2015 o Conselho Técnico-Científico previamente aprovou as diretrizes.

**9. Livro: Os Caminhos da Educação no Judiciário Catarinense**

A AJ em parceria com a Seção de Museu e a Divisão de Artes Gráficas ao longo de dois anos desenvolveu o projeto de criação do primeiro livro que conta a história da Escola de Serviços Judiciários, Centro de Estudos Jurídicos e Academia Judicial.

O livro, que está dividido em quatro capítulos, foi lançado no Congresso do CEJUR, em 4 de dezembro de 2015.

**10. Projetos 2016**

Para 2016 restaram o desdobramento e continuidade das ações apontadas nos projetos de 2015, quais sejam:

- Realizar o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (a partir de março de 2016) e Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica no Poder Judiciário (continuidade deste ano);
- Implantar os modelos de avaliação propostos neste ano;
- Desenvolver os projetos dos cursos de Direito e Gestão Judiciária e de Gestão Interdisciplinar de Conflitos no Judiciário Contemporâneo, na modalidade a distância, caso aprovado o credenciamento pelo MEC;
- Dar continuidade ao desenvolvimento do dicionário jurídico de libras;
- Aplicar o PDCA em outros fluxos de trabalho, além dos cursos in company, realizado neste ano, em conformidade com a gestão da qualidade;
- Implantar a residência em conciliação e mediação na AJ;
- Implantar o projeto “Legislação Anotada”, gerenciado pela Seção de Apoio à Pesquisa.

Além disso, o desenvolvimento dos seguintes projetos:

- Elaborar o plano de desenvolvimento institucional (PDI) do quinquênio de 2017 a 2022;
- Implantar os modelos de avaliação necessários ao reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em conformidade com os regramentos editados pelo MEC e Conselho Estadual de Educação;
- Aplicar a autoavaliação institucional de 2015 com ajustes nos instrumentos de avaliação;
- Acompanhar o desenvolvimento do sistema de gestão da Academia Judicial;

- Desenvolver projetos alinhados à pesquisa, em especial como as revistas, e-books etc;
- Desenvolver em parceria com a Diretoria de Recursos Humanos o Programa de Estágio do Poder Judiciário catarinense.

Quanto aos dados estatísticos temos:

**Análise Pedagógica – 170**

**Informações prestadas em processos administrativos – 863**

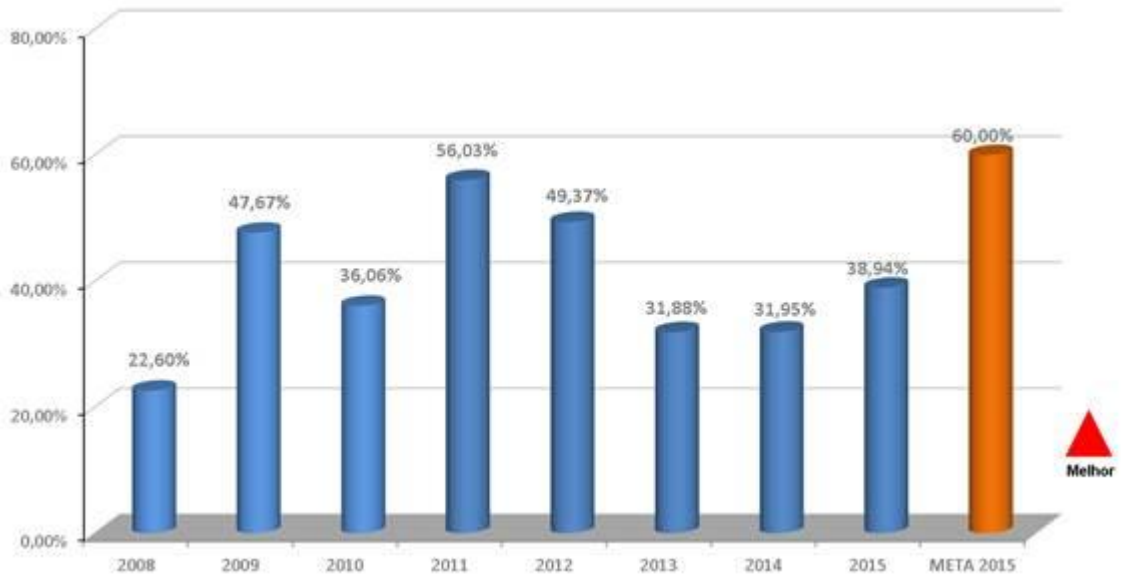
**Ofícios – 185**

**Pareceres – 325**

**Portarias – 33**

**Projetos Pedagógicos – 130**

O indicador AC 1.1. é controlado pela Academia Judicial e pela Diretoria de Recursos Humanos, extraído do mapa estratégico do PJSC na perspectiva de "pessoas e recursos" com o objetivo de "desenvolver permanentemente conhecimentos, habilidade e atitudes" e objetiva o "percentual de colaboradores capacitados", verificando a quantidade de magistrados, servidores, estagiários e bolsistas que participaram de eventos de capacitação promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, como: cursos, internos, cursos externos, seminários, congressos, bolsas de estudo de graduação e pós-graduação, entre outros.




Dados extraídos até 15 de dezembro de 2015.

## DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA

### SECRETARIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA

No ano de 2015, foram distribuídos no Conselho da Magistratura 100 processos e julgados 105 feitos. Foram realizadas 12 sessões ordinárias e emitidos 240 ofícios e expedientes.

| DESEMBARGADOR(A) | PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO | JULGADOS | ACÓRDÃOS ASSINADOS |
|---|---|---|---|
| Nelson Schaefer Martins | 0 | 0 | 0 |
| Luiz Cézar Medeiros | 0 | 27 | 27 |
| Torres Marques | 0 | 6 | 6 |
| Ricardo Fontes | 6 | 23 | 23 |
| Lédio Rosa de Andrade | 1 | 16 | 16 |
| Jorge Luiz de Borba | 0 | 4 | 4 |
| Rejane Andersen | 3 | 5 | 5 |
| Cláudio Valdyr Helfenstein | 2 | 5 | 5 |
| Sônia Maria Schmitz | 1 | 5 | 5 |
| Raulino Jacó Brüning | 0 | 1 | 1 |
| Jairo Fernandes Gonçalves | 2 | 4 | 4 |
| Carlos Adilson Silva | 2 | 9 | 9 |
| **TOTAL** | **17** | **105** | **105** |

Dados atualizados até 7 de dezembro de 2015.
Fonte: SAJ – Conselho da Magistratura e Atas das Sessões.

### SECRETARIA DO CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

No ano de 2015, foram distribuídos no Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais 14 processos e julgados 7 feitos. Foram realizadas 6 sessões ordinárias, expedidos 57 ofícios, 3 circulares e emitidas 20 certidões.

| MEMBRO | PROCESSOS DISTRIBUÍDOS | PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO | PROCESSOS JULGADOS |
|---|---|---|---|
| Des. Nelson Schaefer Martins | 1 | - | 1 |
| Des. Torres Marques | 6 | 4 | 2 |
| Des. Luiz Cézar Medeiros | - | - | - |
| Desa. Sônia Maria Schmitz | - | 1 | - |
| Des. Cláudio Valdyr Helfenstein | 1 | 4 | - |
| Des. Ricardo Fontes | - | - | - |
| Des. Pedro Manoel Abreu | - | - | - |
| Des. Fernando Carioni | 2 | 1 | 2 |
| Des. Cesar Abreu | - | 1 | - |
| Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta | - | - | - |
| Des. Jaime Ramos | - | - | - |
| Des. Moacyr de Moraes Lima Filho | - | 1 | - |
| Des. Jorge Schaefer Martins | - | 1 | - |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Des. João Henrique Blasi | 2 | 2 | 2 |
| Des. Roberto Lucas Pacheco | - | - | - |
| Des. José Inacio Schaefer | - | - | - |
| Des. Carlos Alberto Civinski | - | - | - |
| Des. Ricardo Roesler | - | 2 | - |
| Juiz de Direito de 2º Grau Odson Cardoso Filho | 1 | 1 | - |
| Juiz de Direito Paulo Marcos de Farias | 1 | 1 | - |
| **TOTAL** | **14** | **19** | **7** |

Dados atualizados até 3 de dezembro de 2015.
Fonte: Secretaria do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais.

**TURMA DE RECURSOS**

| ATIVIDADES | QUANTIDADES |
|---|---|
| Envio de Agravos em Recurso Extraordinário, em meio digital, ao Supremo Tribunal Federal, por intermédio do Sistema de Envio de Recursos (S.E.R.). | **135** |
| Envio de Recurso Extraordinário, em meio digital, ao Supremo Tribunal Federal, por intermédio do Sistema de Envio de Recursos (S.E.R.). | **2** |
| Inclusão de Acórdãos/Decisões Monocráticas das Turmas de Recursos na consulta de jurisprudência (SAJ3/SG) | **5.645** |

Dados atualizados até 30 de novembro de 2015.
Fonte: Controle estatístico da Secretaria Administrativa das Turmas de Recursos.

**TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO**

| ATIVIDADES | QUANTIDADES |
|---|---|
| Processos Vindos | **14** |
| Processos Distribuídos | **56** |
| Processos Julgados por Acórdão | **47** |
| Processos Julgados por Decisão Monocrática | **6** |
| Processos em Andamento | **28** |
| Processos Suspensos | **1** |
| Processos Encerrados | **59** |
| Enunciados Publicados | **3** |
| Sessões realizadas | **3** |

Dados atualizados até 30 de novembro de 2015.
Fonte: Controle estatístico da Secretaria Administrativa das Turmas de Recursos.

## NÚCLEO DE REPERCUSSÃO GERAL E RECURSOS REPETITIVOS

O NURER (Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos) é o órgão especializado na gestão dos recursos submetidos à sistemática da Repercussão Geral e dos Recursos Repetitivos, nos termos dos arts. 543-B e 543-C do Código de Processo Civil.

Atividades básicas do Núcleo:

a) Secretaria: uniformização da gestão dos recursos sobrestados, por meio de contabilização e controle estatístico dos processos nessas condições; e

b) Monitoramento de repetitividade: diz respeito à assessoria de análise de temas de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos nos Recursos Especiais e Recursos Extraordinários, anterior ao Juízo de Admissibilidade.

| ATIVIDADES | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | TOTAIS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **SECRETARIA** | | | | | | | | | | | | |
| **Sobrestamento** | | | | | | | | | | | | |
| 2ª Vice-Presidência /STJ | 13 | 89 | 79 | 42 | 34 | 57 | 66 | 111 | 90 | 92 | 114 | 787 |
| 2ª Vice-Presidência /STF | 5 | 18 | 10 | 17 | 19 | 16 | 19 | 25 | 15 | 21 | 0 | 165 |
| 3ª Vice-Presidência /STJ | 70 | 244 | 369 | 213 | 179 | 57 | 183 | 95 | 187 | 90 | 276 | 1.963 |
| 3ª Vice-Presidência e/STF | 2 | 38 | 14 | 137 | 26 | 33 | 4 | 4 | 5 | 5 | 1 | 269 |
| Gabinetes/STJ | 8 | 7 | 4 | 2 | 2 | 4 | 2 | 4 | 2 | 3 | 1 | 39 |
| Gabinetes/STF | 41 | 116 | 221 | 81 | 105 | 75 | 173 | 109 | 51 | 100 | 292 | 1.364 |
| **Sobrestamentos total** | **139** | **512** | **697** | **492** | **365** | **242** | **447** | **348** | **350** | **311** | **684** | **4.587** |
| Cessado sobrestamento | | | | | | | | | | | | 0 |
| 2ª Vice-Presidência /STJ | 1 | 0 | 16 | 50 | 4 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 74 |
| 2ª Vice-Presidência /STF | 2 | 0 | 13 | 23 | 11 | 71 | 6 | 3 | 2 | 0 | 2 | 133 |
| 3ª Vice-Presidência /STJ | 60 | 36 | 12 | 198 | 261 | 771 | 401 | 71 | 124 | 19 | 844 | 2.797 |
| 3ª Vice-Presidência /STF | 4 | 0 | 0 | 212 | 4 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 224 |
| Gabinetes/STJ | 0 | 69 | 15 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 93 |
| Gabinetes/STF | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| **Cessado sobrestamento total** | **67** | **105** | **56** | **483** | **288** | **846** | **407** | **75** | **129** | **19** | **848** | **3.323** |
| Juntada de petição (54434) | 86 | 24 | 123 | 60 | 46 | 29 | 29 | 64 | 91 | 43 | 94 | 689 |
| MONITORAMENTO REPETITIVIDADE | | | | | | | | | | | | |
| Análise de RECURSOS (temas) | | | | | | | | | | | | |
| 2ª Vice-Presidência | 306 | 280 | 342 | 273 | 334 | 384 | 397 | 402 | 320 | 328 | 298 | 3.664 |
| 3ª Vice-Presidência | 194 | 625 | 657 | 491 | 643 | 652 | 673 | 736 | 669 | 651 | 503 | 6.494 |
| **Análise total** | **500** | **905** | **999** | **764** | **977** | **1.036** | **1.070** | **1.138** | **989** | **979** | **801** | **10.158** |

## FLUXO DE PROCESSOS 2015

| FLUXO DE PROCESSOS | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | TOTAIS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Entrada** | | | | | | | | | | | | |
| Recebimento análise | 369 | 896 | 988 | 744 | 990 | 1.098 | 1.123 | 1.163 | 1.007 | 1.025 | 856 | 10.259 |
| Recebimento secretaria | 227 | 492 | 823 | 1.203 | 841 | 487 | 654 | 425 | 382 | 429 | 448 | 6.411 |
| Outros | 135 | 136 | 50 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 5 | 0 | 0 | 330 |
| Recebimento total | 731 | 1.524 | 1.861 | 1.947 | 1.831 | 1.585 | 1.781 | 1.588 | 1.394 | 1.452 | 1.304 | 16.998 |
| **Saída** | | | | | | | | | | | | |
| Remessa Protocolo Judicial | 99 | 40 | 413 | 741 | 323 | 126 | 43 | 57 | 45 | 24 | 24 | 1.935 |
| Remessa DRI* | 35 | 35 | 47 | 66 | 66 | 70 | 26 | 33 | 70 | 55 | 65 | 568 |
| Remessa CERC** | 3 | 58 | 3 | 0 | 2 | 4 | 4 | 2 | 2 | 4 | 0 | 82 |
| Remessa 2ª Vice-Presidência | 352 | 282 | 453 | 362 | 350 | 455 | 404 | 446 | 358 | 337 | 307 | 4.106 |
| Remessa 3ª Vice-Presidência | 375 | 800 | 673 | 954 | 932 | 1.493 | 1.090 | 842 | 835 | 690 | 580 | 9.264 |
| Remessa gabinetes | 4 | 60 | 60 | 23 | 32 | 26 | 11 | 39 | 52 | 24 | 44 | 375 |
| **Remessa total** | **868** | **1.275** | **1.649** | **2.146** | **1.705** | **2.174** | **1.578** | **1.419** | **1.362** | **1.134** | **1.020** | **16.330** |

Dados atualizados até 30 de novembro de 2015.
Fonte: Sistema de Automação do Judiciário – Segundo Grau - SAJ-SG.
* DRI: Diretoria de Recursos e Incidentes.
** CERC: Câmara Especial Regional de Chapecó.

## ACERVO DE RECURSOS SOBRESTADOS POR ÓRGÃO JULGADOR

| ÓRGÃO JULGADOR | RECURSOS REPETITIVOS-STJ | REPERCUSSÃO GERAL-STF | TOTAL |
|---|---|---|---|

| | | | |
|---|---|---|---|
| 2ª Vice-Presidência | 998 | 1.204 | 2.202 |
| 3ª Vice-Presidência | 7.781 | 1.408 | 9.189 |
| Órgão Especial | - | 2 | 2 |
| Câmara Civil Especial | 6 | - | 6 |
| Câmara Especial Regional de Chapecó | 89 | 1.786 | 1.875 |
| Grupo de Câmaras de Direito Público | - | - | 0 |
| Primeira Câmara de Direito Civil | - | 1 | 1 |
| Primeira Câmara de Direito Comercial | 40 | 2.795 | 2.835 |
| Primeira Câmara de Direito Público | 21 | 3 | 24 |
| Segunda Câmara Criminal | - | - | 0 |
| Segunda Câmara de Direito Civil | 3 | - | 3 |
| Segunda Câmara de Direito Comercial | 12 | 3.833 | 3.845 |
| Segunda Câmara de Direito Público | - | 1 | 1 |
| Terceira Câmara de Direito Civil | 1 | - | 1 |
| Terceira Câmara de Direito Comercial | 2 | 3.676 | 3.678 |
| Terceira Câmara de Direito Público | 3 | 1 | 4 |
| Quarta Câmara de Direito Civil | - | - | 0 |
| Quarta Câmara de Direito Comercial | - | 3.163 | 3.163 |
| Quarta Câmara de Direito Público | - | 1 | 1 |
| Quinta Câmara de Direito Comercial | 8 | 2.485 | 2.493 |
| Sexta Câmara de Direito Civil | - | - | 0 |
| **TOTAL** | **8.964** | **20.359** | **29.323** |

Dados atualizados até 30 de novembro de 2014.
Fonte: Sistema de Automação do Judiciário – Segundo Grau - SAJ-SG.

## SECRETARIA TÉCNICA DE ELABORAÇÃO NORMATIVA

A Secretaria Técnica de Elaboração Normativa foi criada pela Resolução GP n. 57 de 17 de dezembro de 2013 e é composta atualmente por uma servidora: Graziela Neis de Alexandre – Chefe da Secretaria Técnica de Elaboração Normativa.

Além das atividades acima descritas, foram realizadas na Secretaria Técnica de Elaboração Normativa a confecção ou a revisão de normas que não se encontram ainda em fase de publicação, bem como a confecção ou a revisão de Projetos de Lei e da justificativa correspondente (este ano, até 7 de dezembro, em número de 25), a revisão de relacionamentos de normas no Sistema de Consulta a Atos Normativos, e o gerenciamento da tabela de numeração de Atos Normativos deste Tribunal.

Para o melhor desempenho das atividades realizadas, a Chefia da Secretaria Técnica participou de todas as Sessões do Tribunal Pleno desta Corte, bem como das reuniões do Comitê de Análise de Competência das Unidades Judiciais e de outros encontros específicos agendados, tratando de temas determinados, de modo a observar, de forma detalhada, todas as discussões envolvendo as normas submetidas à posterior votação (Resolução TJ) ou edição (Resolução GP).

| NORMA | PUBLICADAS | DIGITALIZADAS | INSERIDAS NA BASE DE DADOS DO TJSC |
|---|---|---|---|
| Atos Regimentais TJ | 4 | 4 | 4 |
| Resoluções TJ | 33 | 33 | 33 |
| Resoluções GP | 48 | 48 | 48 |
| Resoluções Conjuntas GP/CGJ | 9 | 9 | 9 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Resoluções CM | 10 | 10 | 10 |
| Resoluções CEJUR | 1 | 1 | 1 |
| Resoluções CGSJEPASC | 0 | 0 | 0 |
| **TOTAL** | **105** | **105** | **105** |

| | | |
|---|---|---|
| **Compilações de Normas** | Realizadas | 30 |
| | Revisadas | 30 |
| | Incluídas no Sistema de Consulta a Atos Normativos | 30 |

Dados atualizados até 7 de dezembro de 2015.

## PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DE ACERVOS EM GABINETES DE DESEMBARGADORES E EM ÓRGÃOS JULGADORES

O Programa de Enfrentamento de Acervos em Gabinetes de Desembargadores e em Órgãos Julgadores, instituído pela Resolução GP n. 2, de 31 de janeiro de 2014, possui como premissas:

a) aprimorar o suporte oferecido aos Desembargadores que ingressam no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

b) auxiliar os Órgãos Julgadores que funcionam temporariamente no mês de janeiro, especialmente em relação às tutelas de urgência, principalmente as postuladas nas ações de habeas corpus e mandado de segurança;

c) prestar apoio técnico à Câmara Civil Especial, competente para apreciar a admissibilidade e os pedidos de efeito suspensivo em agravos de instrumento de decisões interlocutórias de primeiro grau, nos termos do § 1º do art. 12 do Ato Regimental n. 41/2000-TJ, de 9 de agosto de 2000, com redação dada pelo art. 1º do Ato Regimental n. 67/2005-TJ, de 20 de abril de 2005; e

d) prestar apoio técnico ao Juiz de Direito de Segundo Grau designado para atuar como substituto em vaga de Desembargador eventualmente aberta em virtude de aposentadoria ou opção por outra câmara, a fim de evitar o acúmulo de acervo no Órgão Julgador respectivo.

Ao longo do ano de 2015, a equipe de trabalho atuou:

- na Câmara Civil Especial;
- na Primeira Câmara de Direito Civil;
- na Segunda Câmara de Direito Civil;
- na Quarta Câmara de Direito Civil;
- na Primeira Câmara de Direito Comercial;
- na Segunda Câmara de Direito Comercial;
- na Segunda Câmara de Direito Público;
- na Quarta Câmara de Direito Público;
- na Primeira Câmara Criminal; e
- na Quarta Câmara Criminal.

O quadro estatístico adiante transcrito compreende dados contabilizados no período de 7 de janeiro de 2015 a 4 dezembro de 2015, destacando-se que apenas atua como Cooperador o Desembargador Substituto Artur Jenichen Filho, que originalmente integra a Câmara Civil Especial e, pelo Programa de

Enfrentamento de Acervos, auxilia desde o ano de 2014 no julgamento de processos da Primeira Câmara de Direito Civil, acumulando ambas as funções.

Igualmente digno de nota é que o Sistema de Automação da Justiça de Segundo Grau – SAJ/SG o Judiciário, não viabiliza a extração de dados de produção individualizados para o Programa de Enfrentamento de Acervos, defluindo as informações abaixo prestadas de controle semanal de produtividade individual dos servidores lotados no setor.

| ÓRGÃO JULGADOR | MAGISTRADO | QUANTIDADE DE DOCUMENTOS ELABORADOS |
|---|---|---|
| Câmara Civil Especial | Desa. Cláudia Lambert de Faria | 35 |
| Primeira Câmara de Direito Civil | Des. Artur Jenichen Filho | 212 |
| | Des. Domingos Paludo | 135 |
| Segunda Câmara de Direito Civil | Des. Gilberto Gomes de Oliveira | 37 |
| Quarta Câmara de Direito Civil | Des. Stanley Braga/ Des. Altamiro de Oliveira | 182 |
| Primeira Câmara de Direito Comercial | Desa. Janice Goulart Garcia Ubiali | 116 (+ 4 despachos) |
| Segunda Câmara de Direito Comercial | Des. Altamiro de Oliveira | 46 |
| Segunda Câmara de Direito Público | Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli | 31 |
| Quarta Câmara de Direito Público | Des. Edemar Gruber | 194 |
| Primeira Câmara Criminal | Des. José Everaldo Silva | 28 |
| | Des. Luiz Cesar Schweitzer | 42 |
| Quarta Câmara Criminal | Des. Newton Varella Júnior | 35 |
| | Desa. Cinthia Bittencourt | 38 |
| **Total de documentos elaborados** | | **1.131** |

Dados referentes ao período de 7 de janeiro a 4 de dezembro de 2015.
Fonte: Programa de Enfrentamento de Acervos em Gabinetes de Desembargadores e em Órgãos Julgadores.

## PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DE ACERVOS EM GABINETES DE MAGISTRADOS DE PRIMEIRO GRAU

Segue abaixo o relatório de produtividade do Programa de Enfrentamento de Acervos em Gabinetes de Magistrados de Primeiro Grau do ano de 2015, destacando que o total de minutas confeccionadas alcançou, até o dia 7 de dezembro de 2015, o número de 4.913, divididas entre despachos, decisões interlocutórias e sentenças.

| UNIDADE | SENTENÇAS | DECISÕES | DESPACHOS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 2ª Vara de Dir. Bancário da com. da Capital | 254 | 78 | 64 | 396 |
| 3ª Vara de Dir. Bancário da com. da Capital | 173 | 26 | 34 | 233 |
| 1ª Vara Cível da comarca da Capital | 295 | 54 | 22 | 371 |
| 2ª Vara Cível da comarca da Capital | 269 | 83 | 77 | 429 |
| 3ª Vara Cível da comarca da Capital | 85 | 21 | 15 | 121 |
| 4ª Vara Cível da comarca da Capital | 308 | 16 | 14 | 338 |
| 5ª Vara Cível da comarca da Capital | 84 | 16 | 21 | 121 |
| 6ª Vara Cível da comarca da Capital | 301 | 26 | 36 | 363 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 2ª Vara Cível da comarca de São José | 391 | 94 | 262 | 747 |
| 3ª Vara Faz. Pública da com. de Joinville | 58 | 63 | 04 | 125 |
| 2ª Vara Cível da comarca de Joinville | 380 | 115 | 81 | 576 |
| 6ª Vara Cível da comarca de Joinville | 357 | 58 | 69 | 484 |
| 2ª Vara da Família da com. de Joinville | 289 | 85 | 235 | 609 |
| **TOTAL** | | | | **4.913** |

Dados atualizados até 7 de dezembro de 2015.
Fonte: Programa de Enfrentamento de Acervos em Gabinetes de Magistrados de 1º Grau.

## DIVISÃO DE TRAMITAÇÃO REMOTA DAS EXECUÇÕES FISCAIS

No ano de 2015, com o objetivo de aprimorar a utilização dos recursos disponíveis, padronizar a tramitação, torná-la mais célere, aumentar a produtividade e reduzir a quantidade de insumos necessários à prestação jurisdicional, foi criada uma nova seção na Divisão de Tramitação Remota das Execuções Fiscais. Assim, atualmente a referida divisão possui quatro seções: a) Seção de Cumprimento de Atos Postulatórios; b) Seção de Cumprimento de Atos de Garantia; c) Seção de Cumprimento de Atos Resistência/Defesa; d) Seção de Cumprimento de Atos de Extinção e Contadoria.

Outra novidade, em busca dos mesmos objetivos, foi que em maio de 2015 iniciou-se junto à Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o planejamento, a discussão e o treinamento do novo fluxo de trabalho da Seção I: "DTR Fiscal – Seção I", sob a coordenação do Juiz Corregedor Paulo Roberto Froes Toniazzo.

Tal fluxo foi implementado em julho de 2015 e tem como finalidade proporcionar automações nos despachos, decisões e sentenças para que essas vinculem os ofícios, mandados e/ou intimações das partes, alterem o processo de fila de forma automática e, assim, torne a tramitação do processo mais célere, deixando para o cartório o cumprimento, a análise e a realização de outras atividades a ele atribuídas.

Dessa forma, atualmente a Divisão de Tramitação Remota das Execuções Fiscais está trabalhando com dois fluxos de trabalho e uma seção no novo fluxo.

Em 20 de novembro do corrente ano tramitavam 301.173 processos no setor, conforme relatório abaixo, referentes às 26 comarcas vinculadas a essa Divisão.

**PROCESSOS EM ANDAMENTO NA DIVISÃO DE TRAMITAÇÃO REMOTA DAS EXECUÇÕES FISCAIS**

| | COMARCA | MUNICIPAL | ESTADUAL | TOTAL POR COMARCA |
|---|---|---|---|---|
| 1 | ARARANGUÁ | 11.564 | 552 | 12.116 |
| 2 | BALNEÁRIO CAMBORIU | 14.781 | 2.152 | 16.933 |
| 3 | BALNEÁRIO PIÇARRAS | 5.347 | 456 | 5.803 |
| 4 | BIGUAÇU | 12.281 | 397 | 12.678 |
| 5 | BLUMENAU | 25.600 | 7.650 | 33.250 |
| 6 | BRAÇO DO NORTE | 985 | 327 | 1.312 |
| 7 | BRUSQUE | 1.704 | 982 | 2.686 |
| 8 | CAMBORIÚ | 15.630 | 1.141 | 16.771 |
| 9 | CRICIÚMA | 5.143 | 2.578 | 7.721 |
| 10 | GASPAR | --- | --- | --- |
| 11 | GUARAMIRIM | 3.144 | 615 | 3.759 |
| 12 | IMBITUBA | 11.483 | 239 | 11.722 |
| 13 | INDAIAL | 17 | 962 | 979 |
| 14 | ITAJAÍ | 24.534 | 2.893 | 27.427 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 15 | ITAPEMA | 8.662 | 848 | 9.510 |
| 16 | ITAPOÁ | 14.279 | 2 | 14.281 |
| 17 | JARAGUÁ DO SUL | 13.483 | 1.605 | 15.088 |
| 18 | JOINVILLE | 34.867 | 7.601 | 42.468 |
| 19 | NAVEGANTES | 7.244 | 537 | 7.781 |
| 20 | PALHOÇA | 22.260 | 1.071 | 23.331 |
| 21 | PORTO BELO | 10.505 | 310 | 10.815 |
| 22 | RIO NEGRINHO | 2.218 | 587 | 2.715 |
| 23 | SÃO FRANCISCO DO SUL | 10.862 | 33 | 10.895 |
| 24 | TIJUCAS | 3.181 | 466 | 3.647 |
| 25 | TIMBÓ | 5.275 | 597 | 5.872 |
| 26 | URUSSANGA | 1.230 | 383 | 1.163 |
| **TOTAL** | | **266.189** | **34.984** | --------- |
| **TOTAL GERAL** | | | | **301.173** |

Dados atualizados até 20 de novembro de 2015.
Fonte: SAJEstatística.

Em complemento, destacam-se algumas atividades desenvolvidas pela Divisão de Tramitação Remota das Execuções Fiscais no ano de 2015.

Os dados de 2015 foram obtidos especificando-se os servidores da DTR Execução Fiscal, sendo que em 2014, conforme informação do Sajsuporte, os dados foram obtidos de forma genérica, pela Vara e não por servidor.

| | |
|---|---|
| Ofícios Expedidos | 24.833 |
| Mandados Expedidos | 4.685 |
| Certidões Diversas | 38.228 |
| Atos Ordinatórios | 19.978 |
| Juntada de Petições e Documentos | 15.076 |
| Arquivamento Definitivo | 10.733 |
| Outras movimentações e expedientes | 132.454 |
| **TOTAL** | **245.987** |

Dados atualizados até 20 de novembro de 2015.
Fonte: SAJEstatística.

Importante ressaltar que as juntadas contabilizadas são somente as das Petições Intermediárias e Documentos que constam na fila 'Ag. Análise - petição Diversas'. A estatística obtida não considera as Petições Intermediárias 'Ag. Análise (Juntada Automática)', que representam a maioria das petições, as quais a Divisão de Tramitação Remota das Execuções Fiscais analisa e dá o encaminhamento necessário no âmbito do processo.

## DIVISÃO DE TRAMITAÇÃO REMOTA DAS EXECUÇÕES PENAIS

No ano de 2015 foram realizados procedimentos e alterações de rotinas internas visando a melhoria organizacional da Divisão de Tramitação Remota das Execuções Penais com foco em proporcionar maior agilidade e eficiência ao trâmite processual. Pode-se, dentre outras, citar:

a) categorização e movimentação do saldo remanescente dos processos;
b) verificação dos mandados de prisão ativos, cancelamentos e adequações necessárias;

c) retorno à alimentação dos históricos de partes, tanto da comarca da Capital, quanto da comarca de Criciúma;

d) estreitamento da relação entre a divisão, o cartório e o gabinete, de forma a melhorar a comunicação e a prática dos atos;

e) emissão e entrega dos atestados de pena a cumprir aos apenados recolhidos no regime fechado e semiaberto (Penitenciária, Presídio Masculino e Presídio Feminino de Florianópolis, Penitenciária Sul e Presídio Santa Augusta de Criciúma);

f) apresentação de propostas de melhorias e participação em reuniões na Corregedoria-Geral da Justiça; e

g) reuniões com os servidores da divisão para debater sugestões, dúvidas e orientações sobre alterações de procedimentos.

h) Ressalta-se, por fim, que a automação de atividades no Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ/PG, padronização de procedimentos e reavaliação do fluxo das Execuções Penais continuam em estudo e análise para futuras implantações.

| COMARCA | CRICIÚMA | CAPITAL | TOTAL |
|---|---|---|---|
| NÚMERO PROCESSOS NO FLUXO | 8.485 | 8.048 | **16.533** |
| PROCESSOS SUSPENSOS | 144 | 490 | **634** |
| MOVIMENTAÇÕES | 47.636 | 60.251 | **107.887** |
| PROCESSOS EM ANDAMENTO | 2.037 | 3.727 | **5.764** |
| PROCESSOS DE RÉUS PRESOS | 1.363 | 1.501 | **2.864** |

Dados atualizados até 7 de dezembro de 2015.
Fonte: Fonte: SAJEstatística.

## DIVISÃO DE TRAMITAÇÃO REMOTA PENAL

A Divisão de Tramitação Remota Penal foi criada pela Resolução Conjunta GP/CGJ n. 7 de 21 de agosto de 2014, iniciando suas atividades no dia 30 de março de 2015.

Em relação ao quadro funcional, a divisão conta com o apoio de três servidores: o Chefe de Divisão, o Chefe de Seção e uma servidora lotada na comarca de Blumenau de onde trabalha remotamente.

Apesar de a resolução prever que a divisão iniciaria suas atividades com quatro seções, no momento encontra-se em atividade apenas uma, a qual é encarregada da fase de “Cumprimento de Sentença”.

Assim, a partir da liberação da sentença pelo magistrado, o processo alterna automaticamente do fluxo de trabalho da unidade para o fluxo de trabalho da divisão, que se encarrega de promover os atos processuais subsequentes, até o arquivamento definitivo.

No final do mês de março de 2015, quando a divisão iniciou suas atividades, cooperava com a 1ª e a 3ª Varas Criminais da comarca da Capital, e a partir do mês de junho de 2015 passou a cooperar também com a 2ª e a 4ª Varas Criminais da comarca da Capital.

### Processos em andamento na Divisão de Tramitação Remota Penal

A soma dos processos que se encontram nos fluxos de trabalhos da divisão apontam que, em 4 de dezembro de 2015 há 646 processos ativos, assim distribuídos:

| VARA | MOVIMENTAÇÕES |
|---|---|
| 1ª Vara Criminal da comarca da Capital | 215 |

| | |
|---|---|
| 2ª Vara Criminal da comarca da Capital | 90 |
| 3ª Vara Criminal da comarca da Capital | 161 |
| 4ª Vara Criminal da comarca da Capital | 180 |
| **TOTAL** | **646** |

Dados atualizados até 4 de dezembro de 2015.
Fonte: SAJ/PG.

**QUADRO ESTATÍSTICO DE EXPEDIENTES/MOVIMENTAÇÕES/ATIVIDADES**

| VARA | MOVIMENTAÇÕES | EXPEDIENTES EMITIDOS |
|---|---|---|
| 1ª Vara Criminal da comarca da Capital | 3.459 | 1.575 |
| 2ª Vara Criminal da comarca da Capital | 1.092 | 557 |
| 3ª Vara Criminal da comarca da Capital | 3.181 | 1.222 |
| 4ª Vara Criminal da comarca da Capital | 3.231 | 1.305 |
| **TOTAL** | **10.963** | **4.659** |

Dados referentes ao período de 30 de março a 30 de novembro de 2015.
Fonte: SAJ Estatística.

Dentre essas movimentações e expedientes registrados no Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ/PG, destacam-se algumas atividades desenvolvidas pela divisão:

| VARA | ATOS ORDINATÓRIOS | CARTA PRECATÓRIAS | CERTIDÕES (CARTÓRIO) | EDITAIS | MANDADOS | OFÍCIOS | JUNTADAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1ª Vara Criminal da comarca da Capital | 401 | 33 | 553 | 18 | 235 | 313 | 990 |
| 2ª Vara Criminal da comarca da Capital | 207 | 11 | 155 | 4 | 78 | 98 | 248 |
| 3ª Vara Criminal da comarca da Capital | 189 | 14 | 486 | 17 | 224 | 257 | 1.034 |
| 4ª Vara Criminal da comarca da Capital | 243 | 22 | 507 | 17 | 201 | 293 | 1.046 |
| **TOTAL** | **1.040** | **80** | **1.701** | **56** | **738** | **961** | **3.318** |

Dados referentes ao período de 30 de março a 30 de novembro de 2015.
Fonte: SAJ Estatística.

| VARA | RECURSOS ENCAMINHADOS AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA | PROCESSOS DE EXECUÇÃO CRIMINAL | PROCESSOS ARQUIVADOS |
|---|---|---|---|
| 1ª Vara Criminal da comarca da Capital | 86 | 31 | 113 |
| 2ª Vara Criminal da comarca da Capital | 42 | 20 | 35 |
| 3ª Vara Criminal da comarca da Capital | 62 | 36 | 44 |
| 4ª Vara Criminal da comarca da Capital | 48 | 36 | 118 |
| **TOTAL** | **238** | **123** | **310** |

Dados referentes ao período de 30 de março a 30 de novembro de 2015.
Fonte: SAJ Estatística.

## DIVISÃO DE TRAMITAÇÃO REMOTA DE DIREITO BANCÁRIO

A Divisão de Tramitação Remota de Direito Bancário possui 29.130 processos digitais com a “situação em andamento” (no dia 30 de novembro de 2015), referente às 1ª, 2ª e 3ª Varas de Direito Bancário da

comarca Capital, à Vara Regional de Direito Bancário da comarca de Itajaí e à Vara Regional de Direito Bancário da comarca de Balneário Camboriú.

O detalhamento das atividades desenvolvidas está reproduzido na tabela que segue:

**QUADRO ESTATÍSTICO DE EXPEDIENTES/MOVIMENTAÇÕES**

| VARA | OFÍCIOS | MANDADOS/CARTA PRECATÓRIA | CERTIDÕES * | ATOS ORDINÁRIOS | JUNTADA PETIÇÕES / DOCUMENTOS* | TOTAL GERAL DE MOVIMENTAÇÕES NO SAJ (INCLUI AS ACIMA E OUTRAS NÃO ESPECIFICADAS) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1ª Vara de Direito Bancário da comarca da Capital | 4.980 | 2.215 | 19.046 | 7.793 | 27.706 | **159.352** |
| 2ª Vara de Direito Bancário da comarca da Capital | 5.281 | 2.569 | 19.189 | 8.154 | 24.775 | **153.285** |
| 3ª Vara de Direito Bancário da comarca da Capital | 4.952 | 2.420 | 19.123 | 7.889 | 29.286 | **142.555** |
| Vara Regional de Direito Bancário da comarca de Itajaí | 8.480 | 6.836 | 26.557 | 8.872 | 105.659 | **277.180** |
| Vara Regional de Direito Bancário da comarca de Balneário Camboriú | 5.733 | 4.531 | 7.973 | 4.989 | 21.154 | **138.001** |
| **TOTAL** | **29.426** | **18.571** | **91.888** | **37.697** | **208.580** | **870.373** |

Dados atualizados até 30 de novembro de 2015.
Fonte: SAJEstatística.
*O número elevado de certidões e juntadas de petições/documentos deve-se em razão da digitalização do acervo de processos físicos ocorrida durante esse ano.

## DIVISÃO DE TRAMITAÇÃO REMOTA DE EXECUÇÕES E CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS CÍVEIS

A Divisão de Tramitação Remota de Execuções e Cumprimentos de Sentenças Cíveis foi criada pela Resolução Conjunta GP/CGJ n. 8 de 21 de agosto de 2014, e entrou em funcionamento no dia 4 de maio de 2015, com o acervo de processos eletrônicos da 3ª e 6ª Vara Cíveis da comarca da Capital.

Foram criadas quatro seções na divisão, com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos, padronizar a tramitação, torná-la mais célere, aumentar a produtividade e reduzir a quantidade de insumos necessários à prestação jurisdicional:

a) Seção de Atos Postulatórios;
b) Seção de Atos Constritórios;
c) Seção de Atos Recursais;
d) Seção de Expropriação e Pagamento.

Em 9 de dezembro do corrente ano, foram contabilizados 2.781 processos digitais com a situação “em andamento”, oriundos das 3ª e 6ª Varas cíveis da comarca da Capital, distribuídos entre os quatro fluxos das seções existentes.

**QUADRO ESTATÍSTICO DE EXPEDIENTES/MOVIMENTAÇÕES**

| | 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL | 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL | TOTAL |
|---|---|---|---|
| Atos ordinatórios | 521 | 2.616 | 3.137 |
| Certidões | 127 | 743 | 870 |
| Mandados | 110 | 451 | 561 |
| Ofícios | 114 | 396 | 510 |
| Juntadas de petição / documentos | 224 | 1.238 | 1.462 |

Dados referentes ao período de maio a dezembro de 2015.
Fonte: Saj Estatística.

No período de 4 de maio de 2015 a 30 de novembro de 2015 foram lançadas no Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ/PG 17.545 movimentações.

## SECRETARIA ESTATÍSTICA DAS INSTÂNCIAS RECURSAIS

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2015:

- Recebeu **111.288** processos, sendo **92.433** casos novos (recursos de decisões de primeiro grau de jurisdição e ações de competência originária do Tribunal de Justiça de Santa Catarina) e **18.855** incidentes processuais (recursos internos a serem decididos por algum dos órgãos julgadores desta Corte).
- Julgou **110.810** processos, sendo **85.410** por acórdão e **25.400** por decisões monocráticas de relator em gabinete.
- Publicou **86.307** acórdãos assinados no Diário da Justiça Eletrônico.
- Consignou **48.298** despachos como revisores, **133.303** despachos como relatores, e **132.195** votos em sessões, além de **22.137** decisões liminares, todos proferidos por Desembargadores e Juízes de Direito de Segundo Grau.
- Registrou a interposição de **20.920** recursos de competência dos Tribunais Superiores (Recursos Especiais, Recursos Extraordinários e Recursos Ordinários).
- Teve, dentre os despachos que foram proferidos pelos Desembargadores da Segunda e Terceira Vice-Presidências, **19.910** referentes à admissibilidade ou não de Recursos Especiais e Recursos Extraordinários.
- Remeteu a outros Tribunais e aos Tribunais Superiores o total de **12.211** processos. Destes, **11.083** foram enviados ao Superior Tribunal de Justiça e **408** remetidos ao Supremo Tribunal Federal. Houve, ainda, no mesmo período, a baixa à origem de **83.333** processos e o arquivamento de **6.919** processos.
- Realizou **979** sessões de julgamento.

No ano de 2016 a Corte Catarinense inicia seus trabalhos com **81.342** processos pendentes de julgamento. Do volume total desses processos, **3.316** são da competência da Segunda e Terceira Vice-Presidências (recursos aos Tribunais Superiores e incidentes processuais) e **78.026** constam do acervo dos demais órgãos julgadores, da Presidência e da Primeira Vice-Presidência (recursos oriundos da primeira instância, ações de competência originária do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e incidentes processuais).

Existem, ainda, cerca de **29.642** recursos sobrestados no NURER - Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos, que aqui aguardam decisão dos Tribunais Superiores.

### 1. PROCESSOS ENTRADOS

No ano de 2015 foram distribuídos **111.288** processos, sendo **92.433** casos novos (ações de competência originária e recursos oriundos primeiro grau de jurisdição) e **18.855** incidentes processuais (recursos internos a serem decididos por algum dos órgãos julgadores desta Corte). Ocorreram, ainda, **22.806** movimentações de redistribuição.

#### PROCESSOS ENTRADOS

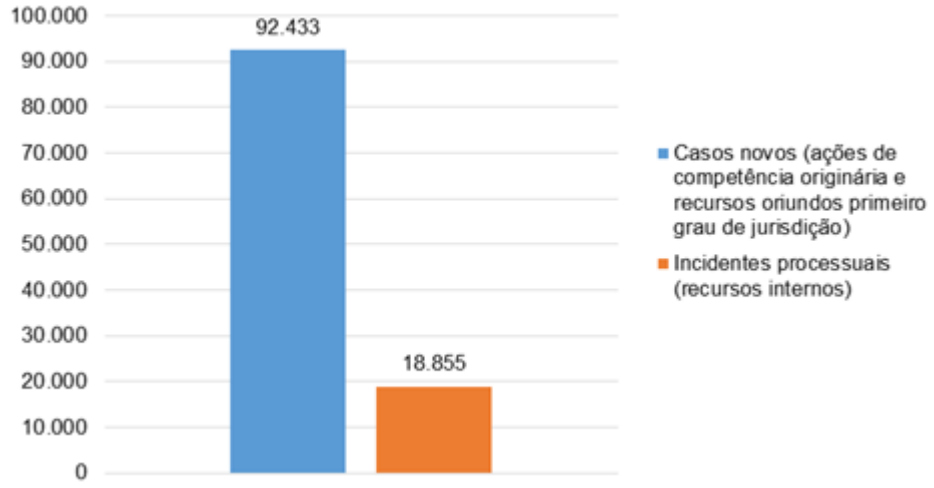



Gráfico 1.1 - Processos Entrados. (Fonte: Sistema de Automação da Justiça de Segundo Grau – SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: mapa 7)

Desta forma, de todos os processos entrados no período, **83%** (oitenta e três por cento) são casos novos e **17%** (dezessete por cento) são recursos internos de decisões proferidas pelo próprio Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

## 2. JULGAMENTOS

No ano de 2015 foram julgados **110.810** processos de competência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sendo **85.410** por acórdão e **25.400** por decisões monocráticas de relator em gabinete.

### JULGAMENTOS POR ACÓRDÃO E POR DECISÃO MONOCRÁTICA

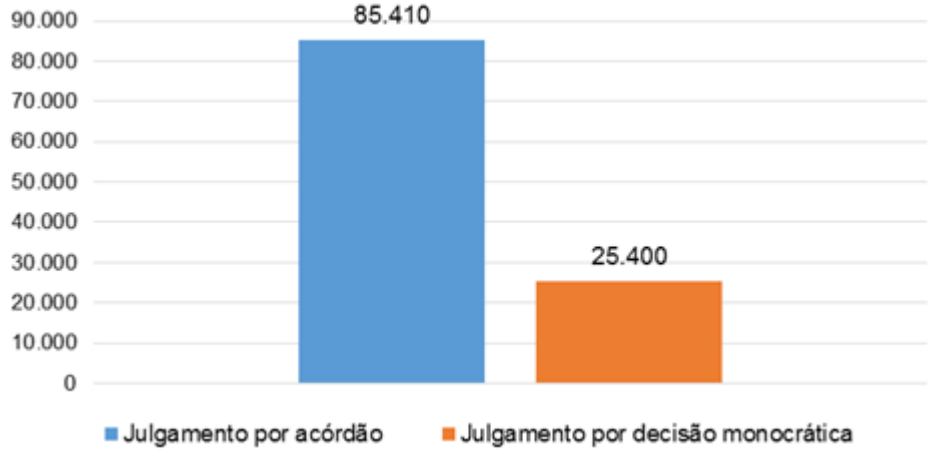



Gráfico 2.1 – Julgamentos por acórdão e por decisão monocrática. (Fonte: Sistema de Automação da Justiça de Segundo Grau – SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: mapa 7).

Assim, de todos os processos julgados no período, **77%** foram decididos por acórdão e **23%** foram solucionados por decisão monocrática.

## 3. PRODUTIVIDADE GERAL NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

A produtividade do Tribunal de Justiça de Santa Catarina no ano de 2015 é representada na tabela a seguir.

**TABELA 3.1 - PRODUTIVIDADE GERAL NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA**

| | |
|---|---|
| Distribuídos e incidentes (entrados) | 111.288 |
| Recebidos por Redistribuição | 22.806 |
| Julgamentos acórdão/decisão monocrática | 110.810 |
| Acórdãos Assinados | 86.307 |
| Despacho do Revisor | 48.298 |
| Despacho do Relator | 133.303 |
| Voto Relator/Revisor | 132.195 |
| Pedido de Vista | 1.893 |
| Recebidos por Transferência | 48.494 |
| Decisões Liminares | 22.137 |

(Fonte: Sistema de Automação da Justiça de Segundo Grau – SAJ/SG. Fonte: Relatórios Estatísticos: Mapa 44)

O gráfico abaixo, por sua vez, demonstra que a quantidade de processos entrados superou o número de processos julgados, com a diferença de **478** processos.

**JULGAMENTOS ENTRADOS X JULGAMENTOS POR ACÓRDÃO E DECISÃO MONOCRÁTICA**

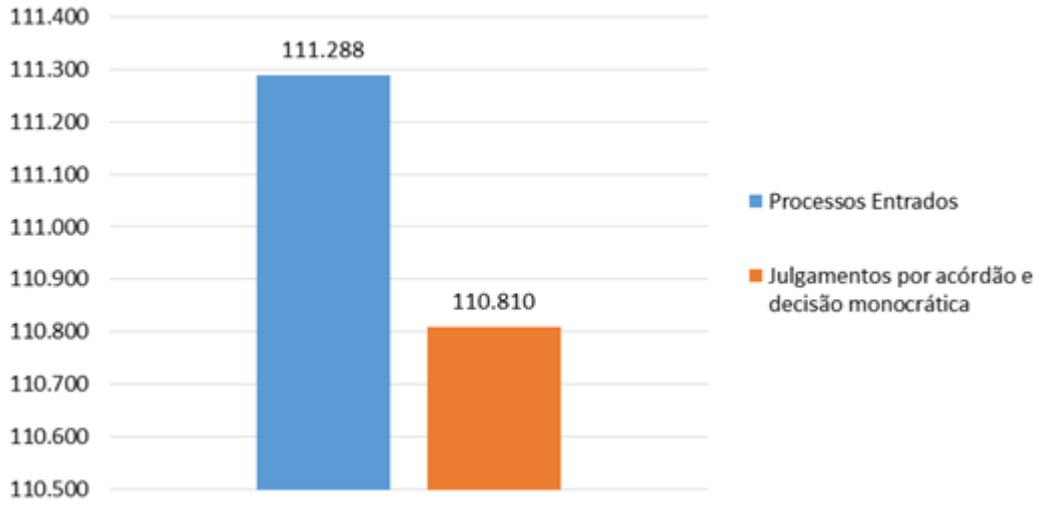



Gráfico 3.1. – Processos entrados x julgamentos por acórdão e decisão monocrática. (Fonte: Sistema de Automação da Justiça de Segundo Grau – SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: Mapa 44).

## 4. PRODUTIVIDADE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA POR ÓRGÃO JULGADOR E MAGISTRADO

Nas tabelas que seguem, a nominata dos Desembargadores componentes de cada órgão julgador foi ordenada segundo a lista de antiguidade dos magistrados no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, constando, ainda, os nomes de todos os magistrados que em algum momento integraram os respectivos órgãos fracionários durante o ano de 2015 (inclusive os que mudaram de Câmara, os aposentados e falecidos).

Saliente-se, outrossim, que todos os dados abaixo colacionados foram extraídos do Sistema de Automação da Justiça de Segundo Grau - SAJ/SG, mapa 44, em 14 de janeiro de 2016.

### 4.1. TABELA DE PRODUTIVIDADE POR ÓRGÃO JULGADOR

| ÓRGÃO JULGADOR | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG. ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Presidência | 98 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Primeira Vice-Presidência | 25 | 4 | 29 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Segunda Vice-Presidência | 311 | 1 | 608 | 0 | 0 | 26 | 0 | 0 | 441 | 0 |
| Terceira Vice-Presidência | 997 | 1 | 2406 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 3.228 | 0 |
| Tribunal Pleno | 30 | 4 | 30 | 27 | 0 | 35 | 26 | 3 | 7 | 0 |
| Órgão Especial | 756 | 691 | 1.985 | 1.972 | 4 | 1.689 | 1.687 | 33 | 480 | 26 |
| Câmara Civil Especial | 21.812 | 413 | 3.289 | 467 | 0 | 23.258 | 466 | 6 | 1.630 | 16.986 |
| Câm. Especial Regional de Chapecó | 6.459 | 292 | 5469 | 4.366 | 2.502 | 5.825 | 6.402 | 34 | 5.982 | 810 |
| Grupo de Câmaras de Direito Civil | 252 | 38 | 316 | 205 | 157 | 466 | 356 | 31 | 106 | 14 |
| Primeira Câmara de Direito Civil | 2.930 | 1.135 | 5.050 | 4.173 | 2.507 | 5.015 | 6.494 | 397 | 761 | 16 |
| Segunda Câmara de Direito Civil | 2.619 | 1.133 | 3.410 | 3.223 | 1.864 | 3.888 | 5.036 | 136 | 1.729 | 14 |
| Terceira Câmara de Direito Civil | 2.660 | 1.100 | 3.751 | 3.675 | 2.068 | 4.985 | 5.716 | 62 | 1.021 | 10 |
| Quarta Câmara de Direito Civil | 2.645 | 1.158 | 3.711 | 3.345 | 2.098 | 4.599 | 5.377 | 102 | 2.487 | 22 |
| Quinta Câmara de Direito Civil | 2.869 | 1.178 | 4.406 | 3.886 | 2.262 | 4.547 | 6.054 | 103 | 660 | 14 |
| Sexta Câmara de Direito Civil | 2.703 | 1.115 | 3.817 | 3.546 | 2.284 | 4.617 | 5.719 | 152 | 1.729 | 21 |
| Grupo de Câmaras de Dir. Comercial | 51 | 7 | 48 | 29 | 17 | 64 | 42 | 2 | 5 | 8 |
| Primeira Câmara de Dir. Comercial | 5.926 | 1.784 | 7.114 | 3.251 | 634 | 4.183 | 3.844 | 22 | 2.261 | 4 |
| Segunda Câmara de Dir. Comercial | 4.547 | 1.893 | 5.920 | 5.031 | 2.863 | 6.780 | 7.707 | 75 | 3.160 | 2 |
| Terceira Câmara de Dir. Comercial | 4.559 | 1.787 | 5.700 | 4.014 | 2.300 | 5.331 | 6.243 | 22 | 2.810 | 3 |
| Quarta Câmara de Dir. Comercial | 4.278 | 1.836 | 5.565 | 5.531 | 3.012 | 6.791 | 8.555 | 17 | 1.822 | 6 |
| Quinta Câmara de Direito Comercial | 4.355 | 1.691 | 5.888 | 5.771 | 3.406 | 6.310 | 9.055 | 12 | 658 | 2 |
| Grupo de Câmaras de Direito Público | 824 | 135 | 986 | 647 | 128 | 1.693 | 770 | 43 | 347 | 314 |
| Primeira Câmara de Direito Público | 5.534 | 1.214 | 6.772 | 5.420 | 3.903 | 6.513 | 9.264 | 131 | 3.503 | 17 |
| Segunda Câmara de Direito Público | 5.751 | 1.152 | 6.991 | 5.460 | 3.461 | 5.886 | 8.931 | 46 | 1.970 | 8 |
| Terceira Câmara de Direito Público | 5.710 | 1.181 | 5.351 | 3.198 | 1.870 | 4.015 | 4.993 | 41 | 4.537 | 11 |
| Quarta Câmara de Dir. Público | 5.558 | 1.196 | 5.362 | 4.290 | 3.244 | 5248 | 7.305 | 131 | 3.533 | 11 |
| Seção Criminal | 542 | 30 | 536 | 421 | 358 | 806 | 736 | 15 | 74 | 61 |
| Primeira Câmara Criminal | 3.998 | 189 | 4.035 | 3.478 | 1.487 | 4.801 | 4.937 | 35 | 1.214 | 799 |
| Segunda Câmara Criminal | 3.943 | 182 | 4.033 | 3.571 | 1.958 | 4.965 | 5.468 | 104 | 816 | 853 |
| Terceira Câmara Criminal | 4.136 | 89 | 3.962 | 3.518 | 1.584 | 5.026 | 5.044 | 30 | 644 | 863 |
| Quarta Câmara Criminal | 4.065 | 102 | 4.229 | 3.792 | 2.327 | 5.556 | 5.968 | 108 | 879 | 939 |
| Plantão Judiciário | 345 | 75 | 42 | 0 | 0 | 371 | 0 | 0 | 0 | 303 |
| **TOTAL GERAL** | **111.288** | **22.806** | **110.811** | **86.307** | **48.298** | **133.303** | **132.195** | **1.893** | **48.494** | **22.137** |

## 4.2. TABELAS DE PRODUTIVIDADE POR ÓRGÃO JULGADOR E MAGISTRADO - PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIAS

### a) Presidência

| PRESIDÊNCIA | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG. ACÓRDÃO/ D. MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
| Des. Nelson Schaefer Martins | 98 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **98** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** |

### b) Primeira Vice-Presidência

| PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
| Des. Torres Marques | 25 | 4 | 29 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **25** | **4** | **29** | **0** | **0** | **5** | **0** | **0** | **0** | **0** |

### c) Segunda Vice-Presidência

| SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
| Des. Cláudio Barreto Dutra | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Sérgio Roberto Baasch Luz | 0 | 0 | 28 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Salete Silva Sommariva | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Sônia Maria Schmitz | 310 | 1 | 572 | 0 | 0 | 25 | 0 | 0 | 441 | 0 |
| Desa. Sônia Maria Schmitz (Cooperador Participante) | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **311** | **1** | **601** | **0** | **0** | **26** | **0** | **0** | **441** | **0** |

### d) Terceira Vice-Presidência

| TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
| Des. Monteiro Rocha | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Rui Fortes | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Jorge Luiz de Borba | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Cláudio Valdyr Helfenstein | 990 | 1 | 2.390 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 3.228 | 0 |
| Des. Cláudio Valdyr Helfenstein (Substituto) | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Sônia Maria Schmitz | 5 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Gilberto Gomes de Oliveira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **997** | **1** | **2.406** | **0** | **0** | **9** | **0** | **0** | **3.228** | **0** |

## 4.3. TABELAS DE PRODUTIVIDADE POR ÓRGÃO JULGADOR E MAGISTRADO

### a) Tribunal Pleno

| TRIBUNAL PLENO | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
| Des. Cláudio Barreto Dutra | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Luiz Cézar Medeiros | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Luiz Cézar Medeiros (Titular participante) | 4 | 2 | 6 | 0 | 0 | 4 | 6 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Nelson Schaefer Martins | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Nelson Schaefer Martins (Titular participante) | 2 | 0 | 6 | 0 | 0 | 6 | 6 | 0 | 4 | 0 |
| Des. Sérgio Roberto Baasch Luz | 2 | 0 | 1 | 1 | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Torres Marques | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Des. Torres Marques (Titular participante) | 8 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Des. Marcus Tulio Sartorato | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Ricardo Fontes | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Ricardo Fontes (Titular participante) | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Maria do Rocio Luz S. Ritta | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Des. Cid Goulart | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Jaime Ramos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. João Henrique Blasi | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Rejane Andersen | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Soraya Nunes Lins | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Raulino Jacó Brüning | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Jairo Fernandes Gonçalves | 1 | 0 | 2 | 2 | 0 | 4 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Des. José Inacio Schaefer | 3 | 0 | 1 | 1 | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. João Batista Góes Ulysséa | 0 | 0 | 1 | 2 | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Ronei Danielli | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Roberto Sartorato | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Robson Luz Varella | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Rodrigo Collaço | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Sérgio Rizelo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Getúlio Corrêa | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Sebastião César Evangelista | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Des. Ernani Guetten de Almeida | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Edemar Gruber | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **30** | **4** | **30** | **27** | **0** | **33** | **26** | **3** | **7** | **0** |

### b) Órgão Especial

| ÓRGÃO ESPECIAL | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
| Des. Gaspar Rubick | 18 | 10 | 44 | 52 | 0 | 36 | 29 | 0 | 2 | 0 |
| Des. Trindade dos Santos | 16 | 16 | 88 | 78 | 0 | 85 | 79 | 1 | 5 | 0 |
| Des. Pedro Manoel Abreu | 25 | 34 | 61 | 78 | 0 | 50 | 43 | 1 | 4 | 2 |
| Des. Cláudio Barreto Dutra | 21 | 32 | 71 | 114 | 0 | 56 | 55 | 0 | 7 | 1 |
| Des. Newton Trisotto | 3 | 8 | 4 | 0 | 0 | 2 | 1 | 3 | 5 | 0 |
| Des. Newton Trisotto (Substituto) | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Luiz Cézar Medeiros | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 4 | 0 | 0 |
| Des. Luiz Cézar Medeiros (Titular participante) | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Des. Vanderlei Romer | 33 | 30 | 72 | 72 | 0 | 63 | 57 | 2 | 6 | 3 |
| Des. Eládio Torret Rocha | 29 | 27 | 56 | 70 | 0 | 55 | 50 | 0 | 3 | 1 |
| Des. Nelson Schaefer Martins | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Des. Nelson Schaefer Martins (Titular participante) | 2 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Sérgio Roberto Baasch Luz | 30 | 25 | 82 | 70 | 0 | 48 | 70 | 2 | 11 | 0 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Monteiro Rocha | 40 | 28 | 156 | 151 | 0 | 59 | 151 | 1 | 3 | 0 |
| Des. Fernando Carioni | 32 | 34 | 62 | 68 | 0 | 54 | 54 | 0 | 0 | 1 |
| Des. Torres Marques | 20 | 0 | 12 | 6 | 0 | 6 | 5 | 1 | 0 | 0 |
| Des. Rui Fortes | 37 | 25 | 122 | 100 | 0 | 104 | 101 | 0 | 90 | 0 |
| Des. Rui Fortes (Substituto) | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 |
| Des. Marcus Tulio Sartorato | 37 | 29 | 118 | 122 | 1 | 121 | 112 | 1 | 6 | 0 |
| Des. Cesar Abreu | 15 | 15 | 50 | 49 | 0 | 51 | 45 | 0 | 5 | 0 |
| Des. Ricardo Fontes | 2 | 0 | 0 | 146 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Ricardo Fontes (Substituto) | 46 | 36 | 179 | 0 | 0 | 148 | 146 | 0 | 102 | 1 |
| Des. Salim Schead dos Santos | 26 | 21 | 69 | 76 | 0 | 56 | 55 | 2 | 15 | 0 |
| Des. Salim Schead dos Santos (Substituto) | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Maria do Rocio Luz S. Ritta | 45 | 30 | 108 | 96 | 0 | 95 | 95 | 1 | 0 | 0 |
| Des. Cid Goulart (Substituto) | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Jaime Ramos | 0 | 0 | 0 | 49 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Jaime Ramos (Substituto) | 12 | 14 | 62 | 0 | 0 | 57 | 52 | 0 | 48 | 1 |
| Des. Alexandre d'Ivanenko | 37 | 26 | 71 | 111 | 1 | 65 | 69 | 1 | 8 | 0 |
| Des. Alexandre d'Ivanenko (Substituto) | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Lédio Rosa de Andrade | 30 | 34 | 130 | 102 | 0 | 109 | 104 | 2 | 4 | 2 |
| Des. Moacyr de Moraes Lima Filho | 34 | 31 | 74 | 76 | 0 | 63 | 58 | 0 | 13 | 5 |
| Des. Moacyr de Moraes Lima Filho (Substituto) | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Jorge Schaefer Martins | 10 | 23 | 25 | 24 | 0 | 27 | 24 | 0 | 63 | 1 |
| Desa. Marli Mosimann Vargas | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Marli Mosimann Vargas (Substituto) | 7 | 14 | 1 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 1 | 2 |
| Des. Sérgio Izidoro Heil | 2 | 5 | 4 | 11 | 0 | 7 | 4 | 2 | 9 | 0 |
| Des. Sérgio Izidoro Heil (Substituto) | 7 | 14 | 10 | 0 | 0 | 8 | 8 | 0 | 2 | 0 |
| Des. José Carlos Carstens Köhler | 1 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. José Carlos Carstens Köhler (Substituto) | 6 | 9 | 1 | 0 | 0 | 12 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Des. João Henrique Blasi | 0 | 0 | 1 | 6 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Des. João Henrique Blasi (Substituto) | 3 | 4 | 4 | 0 | 0 | 5 | 4 | 0 | 4 | 0 |
| Des. Jorge Luiz de Borba | 34 | 21 | 46 | 54 | 1 | 45 | 40 | 0 | 0 | 2 |
| Desa. Rejane Andersen (Substituto) | 1 | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Joel Figueira Júnior (Substituto) | 4 | 3 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Des. Cláudio Valdyr Helfenstein (Substituto) | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Jânio Machado | 20 | 23 | 52 | 59 | 0 | 47 | 46 | 4 | 3 | 1 |
| Desa. Sônia Maria Schmitz | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Des. Henry Petry Junior (Substituto) | 1 | 3 | 1 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Raulino Jacó Brüning | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Raulino Jacó Brüning (Substituto) | 3 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Ronei Danielli | 33 | 36 | 97 | 90 | 0 | 90 | 84 | 1 | 39 | 1 |
| Des. Rodrigo Collaço | 25 | 17 | 46 | 37 | 0 | 41 | 38 | 1 | 17 | 0 |
| Des. Rodrigo Collaço (Cooperador) | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Mariano do Nascimento | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Stanley Braga | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **755** | **691** | **1.985** | **1.972** | **4** | **1.689** | **1.687** | **33** | **480** | **26** |

## c) Câmara Civil Especial

| CÂMARA CIVIL ESPECIAL | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
| Des. Cláudio Valdyr Helfenstein | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| Des. Carlos Alberto Civinski | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Domingos Paludo | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli | 4.748 | 144 | 985 | 146 | 0 | 4.361 | 147 | 1 | 104 | 3.141 |
| Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli (Cooperador Participante) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Desa. Cláudia Lambert de Faria | 4.434 | 111 | 651 | 95 | 0 | 5.273 | 95 | 1 | 116 | 3.431 |
| Desa. Cláudia Lambert de Faria (Cooperador Participante) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Desa. Cláudia Lambert de Faria (Substituto) | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| Des. Luiz Zanelato | 5.921 | 77 | 860 | 120 | 0 | 5.933 | 119 | 0 | 129 | 4.446 |
| Des. Luiz Zanelato (Cooperador Participante) | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 3 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Desa. Denise de Souza Luiz Francoski | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Desa. Denise de Souza Luiz Francoski (Cooperador Participante) | 36 | 2 | 81 | 0 | 0 | 355 | 5 | 1 | 606 | 301 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Desa. Denise de Souza Luiz Francoski (Substituto) | 412 | 3 | 115 | 0 | 0 | 552 | 2 | 0 | 7 | 389 |
| Des. Artur Jenichen Filho | 6.248 | 75 | 531 | 98 | 0 | 6.541 | 96 | 0 | 124 | 5.085 |
| Des. Artur Jenichen Filho (Cooperador Participante) | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Des. Júlio César M. Ferreira de Melo | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Júlio César M. Ferreira de Melo (Cooperador Participante) | 9 | 1 | 62 | 0 | 0 | 219 | 1 | 0 | 544 | 179 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **21.812** | **413** | **3.289** | **467** | **0** | **23.258** | **466** | **6** | **1.630** | **16.986** |

## d) Câmara Especial Regional de Chapecó

**CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Raulino Jacó Brüning | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 23 | 0 | 0 |
| Des. Raulino Jacó Brüning (Cooperador) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Sebastião César Evangelista | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Des. Edemar Gruber | 190 | 4 | 214 | 188 | 95 | 198 | 290 | 0 | 2 | 23 |
| Des. Saul Steil (Cooperador) | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Guilherme Nunes Born | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Denise de Souza L. Francoski | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Artur Jenichen Filho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Luiz Cesar Schweitzer | 912 | 20 | 586 | 597 | 183 | 489 | 598 | 0 | 0 | 58 |
| Des. Rubens Schulz | 1.609 | 75 | 1.540 | 1.244 | 621 | 1.616 | 1.697 | 4 | 293 | 156 |
| Des. Júlio César M. Ferreira de Melo | 948 | 32 | 923 | 930 | 545 | 1.172 | 1.413 | 1 | 17 | 207 |
| Des. Luiz Antônio Zanini Fornerolli | 1316 | 90 | 1.290 | 791 | 601 | 1.149 | 1.339 | 3 | 891 | 179 |
| Desa. Hildemar M. de Carvalho | 674 | 37 | 521 | 330 | 203 | 674 | 537 | 1 | 2.612 | 134 |
| Des. Luiz Felipe Schuch | 696 | 28 | 393 | 286 | 254 | 519 | 528 | 0 | 2.167 | 53 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **6.345** | **286** | **5.469** | **4.366** | **2.502** | **5.825** | **6.402** | **34** | **5.982** | **810** |

## e) Grupo de Câmaras de Direito Civil

**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Trindade dos Santos | 8 | 1 | 4 | 3 | 0 | 5 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Newton Trisotto | 1 | 2 | 1 | 0 | 3 | 1 | 2 | 3 | 20 | 0 |
| Des. Eládio Torret Rocha | 12 | 0 | 14 | 8 | 17 | 19 | 20 | 0 | 2 | 1 |
| Des. Monteiro Rocha | 12 | 3 | 19 | 14 | 5 | 34 | 17 | 1 | 5 | 0 |
| Des. Fernando Carioni | 13 | 1 | 17 | 13 | 4 | 20 | 23 | 0 | 0 | 1 |
| Des. Marcus Tulio Sartorato | 8 | 2 | 12 | 14 | 9 | 22 | 18 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Maria do Rocio Luz S. Ritta | 16 | 4 | 21 | 12 | 7 | 17 | 21 | 3 | 0 | 1 |
| Des. Joel Figueira Júnior | 9 | 2 | 14 | 9 | 10 | 23 | 14 | 1 | 5 | 0 |
| Des. Henry Petry Junior | 7 | 2 | 10 | 8 | 11 | 12 | 19 | 2 | 0 | 1 |
| Des. Alexandre d'Ivanenko | 12 | 3 | 33 | 19 | 3 | 47 | 28 | 0 | 4 | 4 |
| Des. Sérgio Izidoro Heil | 9 | 2 | 11 | 10 | 21 | 21 | 32 | 3 | 0 | 0 |
| Des. Domingos Paludo | 13 | 0 | 18 | 13 | 7 | 31 | 19 | 3 | 0 | 0 |
| Desa. Denise Volpato | 7 | 3 | 17 | 9 | 9 | 26 | 18 | 1 | 2 | 1 |
| Des. Stanley Braga | 4 | 0 | 7 | 6 | 0 | 12 | 6 | 0 | 13 | 0 |
| Des. Saul Steil | 0 | 0 | 0 | 7 | 3 | 1 | 4 | 2 | 0 | 0 |
| Des. Saul Steil (Substituto) | 1 | 0 | 10 | 0 | 0 | 7 | 8 | 0 | 10 | 0 |
| Des. Gilberto Gomes de Oliveira | 0 | 0 | 0 | 4 | 3 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Gilberto Gomes de Oliveira (Substituto) | 7 | 2 | 6 | 0 | 0 | 15 | 5 | 0 | 8 | 0 |
| Des. Jairo Fernandes Gonçalves | 10 | 1 | 18 | 14 | 7 | 17 | 20 | 2 | 0 | 0 |
| Des. Raulino Jacó Brüning | 30 | 2 | 26 | 8 | 5 | 30 | 14 | 0 | 0 | 1 |
| Des. João Batista Góes Ulysséa | 18 | 1 | 17 | 9 | 11 | 31 | 20 | 0 | 1 | 1 |
| Des. Ronei Danielli | 11 | 1 | 14 | 13 | 1 | 21 | 9 | 5 | 0 | 0 |
| Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior (Substituto) | 4 | 1 | 1 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Des. Jorge Luis Costa Beber | 0 | 0 | 1 | 1 | 7 | 0 | 5 | 1 | 0 | 0 |
| Des. Jorge Luis Costa Beber (Substituto) | 9 | 1 | 1 | 0 | 0 | 13 | 0 | 0 | 1 | 2 |
| Des. Odson Cardoso Filho (Substituto) | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Dinart Francisco Machado (Substituto) | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Gerson Cherem II (Substituto) | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Rosane Portella Wolff | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Desa. Rosane Portella Wolff (Substituto) | 8 | 0 | 8 | 0 | 0 | 9 | 7 | 0 | 5 | 0 |
| Des. Artur Jenichen Filho (Substituto) | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Ricardo Bruschi | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Ricardo Bruschi (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 24 | 0 |
| Des. Sebastião César Evangelista | 9 | 3 | 12 | 6 | 12 | 21 | 18 | 3 | 3 | 1 |
| Des. Mariano do Nascimento | 6 | 1 | 0 | 0 | 2 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **252** | **38** | **316** | **205** | **157** | **466** | **356** | **31** | **106** | **14** |

## f) Câmaras de Direito Civil

**PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Joel Figueira Júnior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Joel Figueira Júnior (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Raulino Jacó Brüning | 986 | 345 | 1.501 | 1.080 | 1.189 | 1.306 | 2.107 | 174 | 16 | 3 |
| Desa. Denise Volpato (Cooperador) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Sebastião César Evangelista | 890 | 350 | 1.424 | 1.164 | 665 | 1.375 | 1.629 | 76 | 14 | 4 |
| Des. Sebastião César Evangelista (Progr. de Enfrent. de Acervo 2º Grau) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Sebastião César Evangelista (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Domingos Paludo | 767 | 362 | 1.018 | 909 | 491 | 1.053 | 1.405 | 131 | 27 | 6 |
| Des. Domingos Paludo (Cooperador) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Domingos Paludo (Progr. de Enfrent. de Acervo 2º Grau) | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Domingos Paludo (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Saul Steil (Cooperador Participante) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Gerson Cherem II | 0 | 0 | 0 | 765 | 158 | 0 | 287 | 6 | 0 | 0 |
| Des. Gerson Cherem II (Cooperador Participante) | 122 | 11 | 708 | 0 | 0 | 819 | 675 | 5 | 531 | 0 |
| Des. Gerson Cherem II (Substituto) | 127 | 67 | 145 | 0 | 0 | 149 | 122 | 0 | 1 | 2 |
| Desa. Denise de Souza Luiz Francoski (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Artur Jenichen Filho | 0 | 0 | 1 | 253 | 4 | 1 | 24 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Artur Jenichen Filho (Progr. de Enfrent. de Acervo 2º Grau) | 37 | 0 | 252 | 0 | 0 | 292 | 245 | 5 | 172 | 1 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **2.930** | **1.135** | **5.049** | **4.171** | **2.507** | **5.014** | **6.494** | **397** | **761** | **16** |

**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Trindade dos Santos | 246 | 139 | 301 | 265 | 222 | 290 | 498 | 7 | 5 | 1 |
| Des. Newton Trisotto | 267 | 92 | 241 | 211 | 149 | 360 | 388 | 31 | 500 | 0 |
| Des. Newton Trisotto (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Monteiro Rocha | 682 | 308 | 874 | 850 | 424 | 898 | 1.273 | 28 | 19 | 5 |
| Des. Monteiro Rocha (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. João Batista Góes Ulysséa | 678 | 288 | 741 | 668 | 404 | 899 | 996 | 35 | 19 | 0 |
| Des. João Batista Góes Ulysséa (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Sebastião César Evangelista | 12 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 392 | 0 |
| Des. Saul Steil | 0 | 0 | 0 | 186 | 53 | 1 | 52 | 2 | 0 | 0 |
| Des. Saul Steil (Substituto) | 86 | 66 | 188 | 0 | 0 | 206 | 187 | 0 | 204 | 1 |
| Des. Gilberto Gomes de Oliveira | 0 | 0 | 0 | 947 | 568 | 4 | 553 | 20 | 0 | 0 |
| Des. Gilberto Gomes de Oliveira (Cooperador Participante) | 158 | 18 | 669 | 0 | 0 | 760 | 666 | 5 | 96 | 3 |
| Des. Gilberto Gomes de Oliveira (Substituto) | 369 | 153 | 298 | 0 | 0 | 360 | 296 | 2 | 12 | 2 |
| Des. Gerson Cherem II | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Des. Artur Jenichen Filho | 5 | 0 | 0 | 53 | 32 | 1 | 32 | 2 | 0 | 0 |
| Des. Artur Jenichen Filho (Substituto) | 80 | 26 | 53 | 0 | 0 | 51 | 52 | 0 | 63 | 0 |
| Des. Paulo Ricardo Bruschi | 0 | 0 | 0 | 43 | 12 | 1 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Ricardo Bruschi (Cooperador Participante) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Ricardo Bruschi (Substituto) | 36 | 39 | 45 | 0 | 0 | 53 | 43 | 0 | 419 | 2 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **2.619** | **1.133** | **3.410** | **3.223** | **1.864** | **3.888** | **5.036** | **136** | **1.729** | **14** |

**TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Fernando Carioni | 794 | 335 | 861 | 845 | 915 | 1.316 | 1.759 | 9 | 33 | 1 |
| Des. Fernando Carioni (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Marcus Tulio Sartorato | 762 | 296 | 911 | 903 | 512 | 1.257 | 1.377 | 16 | 110 | 5 |
| Des. Marcus Tulio Sartorato (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 18 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Maria do Rocio Luz S. Ritta | 762 | 359 | 917 | 880 | 549 | 1.178 | 1.431 | 31 | 29 | 3 |
| Des. Saul Steil | 0 | 1 | 0 | 1.047 | 92 | 1 | 102 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Saul Steil (Cooperador Participante) | 228 | 34 | 1.053 | 0 | 0 | 1.102 | 1.038 | 6 | 848 | 1 |
| Des. Saul Steil (Substituto) | 114 | 75 | 9 | 0 | 0 | 111 | 9 | 0 | 1 | 0 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **2.660** | **1.100** | **3.751** | **3.675** | **2.068** | **4.985** | **5.716** | **62** | **1.021** | **10** |

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Eládio Torret Rocha | 551 | 265 | 793 | 714 | 520 | 861 | 1.235 | 6 | 72 | 10 |
| Des. Joel Figueira Júnior | 709 | 271 | 901 | 831 | 450 | 1.112 | 1.244 | 28 | 159 | 3 |
| Des. Joel Figueira Júnior (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Mariano do Nascimento | 226 | 112 | 326 | 309 | 223 | 419 | 549 | 9 | 6 | 0 |
| Des. Stanley Braga | 330 | 194 | 604 | 465 | 262 | 829 | 745 | 22 | 1.657 | 1 |
| Des. Stanley Braga (Progr. de Enfrent. de Acervo 2º Grau) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Des. Altamiro de Oliveira | 0 | 0 | 0 | 10 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Altamiro de Oliveira (Progr. de Enfrent. De Acervo 2º Grau) | 6 | 0 | 10 | 0 | 0 | 60 | 10 | 0 | 186 | 0 |
| Des. Saul Steil | 0 | 0 | 0 | 0 | 16 | 0 | 16 | 4 | 0 | 0 |
| Des. Saul Steil (Substituto) | 40 | 13 | 0 | 0 | 0 | 49 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Des. Jorge Luis Costa Beber | 0 | 0 | 0 | 1.014 | 537 | 7 | 473 | 23 | 0 | 3 |
| Des. Jorge Luis Costa Beber (Cooperador Participante) | 113 | 8 | 560 | 0 | 0 | 649 | 539 | 0 | 376 | 2 |
| Des. Jorge Luis Costa Beber (Substituto) | 562 | 240 | 516 | 0 | 0 | 608 | 478 | 3 | 25 | 3 |
| Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Luiz Zanelato | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Des. Luiz Zanelato (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Dinart Francisco Machado | 0 | 0 | 0 | 1 | 89 | 0 | 87 | 4 | 0 | 0 |
| Des. Dinart Francisco Machado (Substituto) | 100 | 51 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 4 | 0 |
| Desa. Rosane Portella Wolff | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Des. Júlio César M. Ferreira de Melo (Substituto) | 8 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **1.385** | **622** | **2.017** | **1.799** | **1.128** | **2.624** | **2.898** | **68** | **2.256** | **9** |

**QUINTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Sérgio Izidoro Heil | 803 | 354 | 1.200 | 1.070 | 810 | 1.231 | 1.836 | 42 | 18 | 4 |
| Des. Henry Petry Junior | 853 | 310 | 1.232 | 950 | 665 | 1.162 | 1.598 | 14 | 30 | 5 |
| Des. Jairo Fernandes Gonçalves | 773 | 301 | 1.133 | 1.040 | 507 | 1.224 | 1.524 | 16 | 20 | 3 |
| Des. Sebastião César Evangelista | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Saul Steil | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Des. Odson Cardoso Filho | 0 | 0 | 0 | 196 | 51 | 4 | 60 | 4 | 0 | 0 |
| Des. Odson Cardoso Filho (Cooperador Participante) | 21 | 0 | 134 | 0 | 0 | 137 | 125 | 2 | 70 | 0 |
| Des. Odson Cardoso Filho (Substituto) | 47 | 23 | 73 | 0 | 0 | 76 | 61 | 0 | 0 | 1 |
| Desa. Rosane Portella Wolff | 1 | 0 | 1 | 629 | 229 | 2 | 221 | 22 | 0 | 0 |
| Desa. Rosane Portella Wolff (Cooperador Participante) | 80 | 40 | 398 | 0 | 0 | 436 | 395 | 1 | 512 | 0 |
| Desa. Rosane Portella Wolff (Substituto) | 291 | 150 | 235 | 0 | 0 | 275 | 234 | 0 | 10 | 1 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **2.869** | **1.178** | **4.406** | **3.886** | **2.262** | **4.547** | **6.054** | **103** | **660** | **14** |

**SEXTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Monteiro Rocha | 54 | 21 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 564 | 0 |
| Des. Alexandre d'Ivanenko | 666 | 294 | 1.070 | 993 | 658 | 1.360 | 1.640 | 12 | 131 | 7 |
| Des. Alexandre d'Ivanenko (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Ronei Danielli | 576 | 267 | 732 | 577 | 649 | 701 | 1.141 | 79 | 31 | 4 |
| Desa. Denise Volpato | 778 | 285 | 1.160 | 1.156 | 403 | 1.333 | 1.558 | 31 | 81 | 3 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Saul Steil | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Des. Gilberto Gomes de Oliveira | 0 | 0 | 0 | 9 | 5 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Gilberto Gomes de Oliveira (Substituto) | 18 | 25 | 9 | 0 | 0 | 15 | 9 | 0 | 9 | 1 |
| Des. Jorge Luis Costa Beber | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Des. Jorge Luis Costa Beber (Substituto) | 88 | 34 | 1 | 0 | 0 | 118 | 0 | 0 | 48 | 0 |
| Des. Guilherme Nunes Born (Substituto) | 5 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior | 0 | 0 | 0 | 810 | 568 | 0 | 553 | 16 | 1 | 0 |
| Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior (Cooperador Participante) | 109 | 19 | 610 | 0 | 0 | 732 | 595 | 9 | 856 | 3 |
| Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior (Substituto) | 359 | 135 | 234 | 0 | 0 | 352 | 218 | 1 | 8 | 3 |
| Desa. Rosane Portella Wolff | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Rosane Portella Wolff (Substituto) | 20 | 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Denise de Souza Luiz Francoski (Substituto) | 8 | 11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Júlio César M. Ferreira de Melo (Substituto) | 22 | 11 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **2.703** | **1.115** | **3.817** | **3.546** | **2.284** | **4.617** | **5.719** | **152** | **1.729** | **21** |

## g) Grupo de Câmaras de Direito Comercial

**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Gaspar Rubick | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Cláudio Barreto Dutra | 2 | 1 | 3 | 2 | 2 | 5 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Salim Schead dos Santos | 5 | 0 | 7 | 2 | 2 | 5 | 4 | 0 | 0 | 1 |
| Des. Lédio Rosa de Andrade | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Des. José Carlos Carstens Köhler | 2 | 1 | 2 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Rejane Andersen | 3 | 0 | 1 | 0 | 1 | 3 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Rodrigo Cunha | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 | 9 | 1 | 0 | 1 | 1 |
| Des. Jânio Machado | 8 | 0 | 7 | 5 | 1 | 3 | 3 | 1 | 0 | 0 |
| Desa. Soraya Nunes Lins | 3 | 0 | 3 | 2 | 1 | 2 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Des. José Inacio Schaefer | 1 | 2 | 3 | 4 | 1 | 3 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Luiz Fernando Boller | 0 | 0 | 3 | 2 | 0 | 2 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Tulio Pinheiro | 3 | 0 | 4 | 3 | 0 | 8 | 3 | 0 | 0 | 1 |
| Des. Ronaldo Moritz M. da Silva | 8 | 1 | 6 | 6 | 3 | 7 | 8 | 0 | 1 | 2 |
| Des. Robson Luz Varella | 4 | 1 | 2 | 0 | 1 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Mariano do Nascimento | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 1 | 2 |
| Des. Altamiro de Oliveira | 4 | 0 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Altamiro de Oliveira (Substituto) | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 4 | 2 | 1 | 0 | 0 |
| Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli (Substituto) | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Desa. Cinthia B. da Silva B. Schaefer | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Cinthia B. da Silva B. Schaefer (Substituto) | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Des. Dinart Francisco Machado (Substituto) | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Denise de Souza L. Francoski (Substituto) | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **51** | **7** | **48** | **29** | **17** | **64** | **42** | **2** | **5** | **8** |

## h) Câmaras de Direito Comercial

**PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Gaspar Rubick | 514 | 207 | 316 | 96 | 277 | 159 | 368 | 1 | 0 | 0 |
| Des. Ricardo Fontes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Salim Schead dos Santos | 1.775 | 434 | 2.087 | 814 | 181 | 1.052 | 982 | 8 | 58 | 2 |
| Des. Rodrigo Cunha | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Jânio Machado (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Mariano do Nascimento | 534 | 285 | 313 | 188 | 13 | 331 | 201 | 4 | 1.221 | 0 |
| Des. Altamiro de Oliveira (Substituto) | 30 | 14 | 0 | 0 | 0 | 13 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli | 0 | 0 | 0 | 1.474 | 89 | 0 | 69 | 9 | 0 | 0 |
| Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli (Cooperador Participante) | 39 | 5 | 71 | 0 | 0 | 72 | 56 | 0 | 8 | 0 |
| Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli (Substituto) | 1.747 | 521 | 2.293 | 0 | 0 | 1.560 | 1.420 | 0 | 53 | 1 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva B. Schaefer | 8 | 0 | 8 | 679 | 74 | 15 | 75 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva B. Schaefer (Cooperador Participante) | 248 | 12 | 647 | 0 | 0 | 313 | 250 | 0 | 610 | 0 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva B. Schaefer (Substituto) | 1.001 | 286 | 1.379 | 0 | 0 | 651 | 423 | 0 | 311 | 0 |
| Des. Dinart Francisco Machado (Substituto) | 29 | 20 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Artur Jenichen Filho | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **5.926** | **1.784** | **7.114** | **3.251** | **634** | **4.182** | **3.844** | **22** | **2.261** | **4** |

**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Desa. Rejane Andersen | 1.233 | 492 | 1.606 | 1.566 | 608 | 2.139 | 2.043 | 16 | 88 | 0 |
| Desa. Rejane Andersen (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Raulino Jacó Brüning | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Luiz Fernando Boller | 655 | 194 | 1.153 | 1.052 | 516 | 1.181 | 1.529 | 2 | 2 | 0 |
| Des. Robson Luz Varella | 1.487 | 578 | 2.212 | 1.552 | 1037 | 2.027 | 2.576 | 19 | 75 | 1 |
| Des. Robson Luz Varella (Substituto) | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Denise Volpato | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Altamiro de Oliveira | 446 | 316 | 298 | 211 | 282 | 592 | 442 | 16 | 2.735 | 0 |
| Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador Participante) | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Cinthia B. da Silva B. Schaefer (Substituto) | 14 | 3 | 11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Guilherme Nunes Born | 0 | 0 | 0 | 29 | 8 | 2 | 10 | 14 | 0 | 0 |
| Des. Guilherme Nunes Born (Cooperador Participante) | 2 | 0 | 29 | 0 | 0 | 29 | 29 | 0 | 32 | 0 |
| Des. Guilherme Nunes Born (Substituto) | 86 | 36 | 3 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Des. Dinart Francisco Machado | 1 | 0 | 0 | 620 | 406 | 1 | 468 | 5 | 0 | 1 |
| Des. Dinart Francisco Machado (Cooperador Participante) | 58 | 9 | 373 | 0 | 0 | 484 | 371 | 2 | 224 | 0 |
| Des. Dinart Francisco Machado (Substituto) | 552 | 257 | 233 | 0 | 0 | 314 | 232 | 1 | 3 | 0 |
| Des. Gerson Cherem II | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Gerson Cherem II (Substituto) | 11 | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **4.547** | **1.893** | **5.920** | **5.031** | **2.863** | **6.780** | **7.707** | **75** | **3.160** | **2** |

**TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Rodrigo Cunha | 1.338 | 386 | 1.939 | 402 | 655 | 716 | 994 | 9 | 2.026 | 0 |
| Des. Rodrigo Cunha (Substituto) | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Tulio Pinheiro | 1.255 | 520 | 1.827 | 1.661 | 184 | 2.032 | 1.822 | 2 | 62 | 0 |
| Des. Tulio Pinheiro (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Ronaldo Moritz M. da Silva | 1.156 | 498 | 1.400 | 1.425 | 916 | 1.739 | 2.282 | 11 | 169 | 1 |
| Des. Altamiro de Oliveira (Substituto) | 42 | 30 | 0 | 0 | 0 | 71 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Saul Steil | 0 | 0 | 0 | 0 | 38 | 0 | 38 | 0 | 0 | 0 |
| Des. José Everaldo Silva (Substituto) | 60 | 29 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Des. Dinart Francisco Machado (Substituto) | 8 | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Rosane Portella Wolff | 1 | 0 | 0 | 133 | 24 | 0 | 24 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Rosane Portella Wolff (Cooperador Participante) | 7 | 4 | 38 | 0 | 0 | 46 | 38 | 0 | 4 | 0 |
| Desa. Rosane Portella Wolff (Substituto) | 32 | 6 | 70 | 0 | 0 | 56 | 70 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Denise de Souza L. Francoski | 0 | 0 | 0 | 393 | 483 | 67 | 580 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Denise de Souza L. Francoski (Cooperador Participante) | 45 | 5 | 322 | 0 | 0 | 469 | 319 | 0 | 488 | 1 |
| Desa. Denise de Souza L. Francoski (Substituto) | 614 | 302 | 104 | 0 | 0 | 131 | 76 | 0 | 60 | 1 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **4.559** | **1.787** | **5.700** | **4.014** | **2.300** | **5.330** | **6.243** | **22** | **2.810** | **3** |

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Lédio Rosa de Andrade | 1.298 | 558 | 1.717 | 1.687 | 830 | 2.088 | 2.555 | 9 | 95 | 2 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Lédio Rosa de Andrade (Titular participante) | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 3 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Des. José Carlos Carstens Köhler | 958 | 402 | 1.415 | 1.415 | 871 | 1.641 | 2.315 | 0 | 174 | 0 |
| Des. José Inacio Schaefer | 1.201 | 448 | 1.733 | 1.750 | 835 | 1.971 | 2.538 | 7 | 103 | 1 |
| Des. José Inacio Schaefer (Cooperador Participante) | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 4 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Des. José Inacio Schaefer (Substituto) | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Altamiro de Oliveira | 0 | 0 | 0 | 431 | 0 | 0 | 3 | 1 | 0 | 0 |
| Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador) | 2 | 0 | 15 | 0 | 0 | 19 | 15 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador Participante) | 51 | 28 | 191 | 0 | 0 | 253 | 187 | 0 | 190 | 0 |
| Des. Altamiro de Oliveira (Substituto) | 264 | 120 | 233 | 0 | 0 | 365 | 210 | 0 | 46 | 1 |
| Des. Saul Steil (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. José Everaldo Silva | 0 | 0 | 0 | 248 | 476 | 0 | 476 | 0 | 0 | 0 |
| Des. José Everaldo Silva (Cooperador Participante) | 41 | 25 | 204 | 0 | 0 | 301 | 201 | 0 | 1.201 | 2 |
| Des. José Everaldo Silva (Substituto) | 426 | 246 | 50 | 0 | 0 | 145 | 48 | 0 | 13 | 0 |
| Des. Guilherme Nunes Born (Substituto) | 36 | 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **4.278** | **1.836** | **5.565** | **5.531** | **3.012** | **6.791** | **8.555** | **17** | **1.822** | **6** |

**QUINTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Cláudio Barreto Dutra | 1.221 | 506 | 1.221 | 1.132 | 1.610 | 1.319 | 2.619 | 0 | 4 | 0 |
| Des. Cláudio Barreto Dutra (Substituto) | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Jânio Machado | 1.401 | 550 | 1.719 | 1.696 | 844 | 1.909 | 2.527 | 8 | 1 | 0 |
| Desa. Soraya Nunes Lins | 1.244 | 457 | 1.440 | 1.437 | 815 | 1.454 | 2.214 | 0 | 0 | 1 |
| Desa. Cláudia Lambert de Faria | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Des. Guilherme Nunes Born | 0 | 0 | 0 | 1.506 | 137 | 2 | 188 | 2 | 0 | 0 |
| Des. Guilherme Nunes Born (Cooperador Participante) | 210 | 40 | 902 | 0 | 0 | 994 | 902 | 2 | 515 | 0 |
| Des. Guilherme Nunes Born (Substituto) | 278 | 138 | 605 | 0 | 0 | 628 | 604 | 0 | 138 | 0 |
| **Total do órgão julgador** | **4.355** | **1.691** | **5.888** | **5.771** | **3.406** | **6.309** | **9.055** | **12** | **658** | **2** |

## i) Grupo de Câmaras de Direito Público

**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Trindade dos Santos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Pedro Manoel Abreu | 63 | 10 | 76 | 52 | 5 | 110 | 59 | 0 | 9 | 17 |
| Des. Pedro Manoel Abreu (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Newton Trisotto | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Vanderlei Romer | 54 | 9 | 71 | 47 | 5 | 113 | 47 | 1 | 18 | 20 |
| Des. Sérgio Roberto Baasch Luz | 40 | 2 | 58 | 39 | 4 | 90 | 42 | 0 | 22 | 16 |
| Des. Cesar Abreu | 40 | 6 | 56 | 44 | 10 | 79 | 48 | 5 | 23 | 13 |
| Des. Cesar Abreu (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Cid Goulart | 66 | 12 | 78 | 60 | 24 | 129 | 85 | 6 | 4 | 33 |
| Des. Jaime Ramos | 69 | 11 | 74 | 58 | 8 | 133 | 69 | 7 | 1 | 15 |
| Des. João Henrique Blasi | 74 | 5 | 89 | 73 | 12 | 162 | 78 | 11 | 1 | 30 |
| Des. Jorge Luiz de Borba | 56 | 14 | 70 | 35 | 15 | 120 | 54 | 3 | 8 | 25 |
| Des. Rodrigo Cunha | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Sônia Maria Schmitz | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Ronei Danielli | 4 | 2 | 0 | 0 | 1 | 4 | 1 | 1 | 29 | 0 |
| Des. Luiz Fernando Boller | 26 | 7 | 38 | 27 | 4 | 69 | 32 | 0 | 41 | 10 |
| Des. Ricardo Roesler | 61 | 8 | 98 | 57 | 8 | 123 | 68 | 6 | 8 | 15 |
| Des. Ricardo Roesler (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Carlos Adilson Silva | 68 | 10 | 92 | 57 | 10 | 153 | 68 | 0 | 14 | 21 |
| Des. Carlos Adilson Silva (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Carlos Adilson Silva (Titular participante) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Edemar Gruber | 37 | 8 | 63 | 40 | 14 | 129 | 57 | 0 | 88 | 35 |
| Des. Edemar Gruber (Substituto) | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Stanley Braga | 0 | 0 | 0 | 3 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Stanley Braga (Cooperador Participante) | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 3 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Des. Stanley Braga (Substituto) | 16 | 1 | 9 | 0 | 0 | 14 | 0 | 0 | 3 | 4 |
| Des. Paulo Henrique Moritz M. da Silva | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Henrique Moritz M. da Silva (Substituto) | 25 | 4 | 11 | 0 | 0 | 52 | 4 | 0 | 9 | 14 |
| Des. Saul Steil (Substituto) | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli | 0 | 0 | 1 | 10 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli (Substituto) | 13 | 7 | 18 | 0 | 0 | 19 | 10 | 0 | 14 | 5 |
| Des. José Everaldo Silva (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Des. Júlio César Knoll | 0 | 0 | 4 | 12 | 5 | 9 | 5 | 1 | 2 | 3 |
| Des. Júlio César Knoll (Substituto) | 45 | 6 | 22 | 0 | 0 | 67 | 12 | 0 | 36 | 10 |
| Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli (Substituto) | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Francisco Oliveira Neto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Des. Francisco Oliveira Neto (Substituto) | 16 | 2 | 8 | 0 | 0 | 16 | 0 | 0 | 4 | 6 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva B. Schaefer (Substituto) | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Gerson Cherem II | 1 | 0 | 0 | 1 | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Gerson Cherem II (Substituto) | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Desa. Denise de Souza L. Francoski (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Artur Jenichen Filho (Substituto) | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Ricardo Bruschi | 0 | 0 | 0 | 24 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Ricardo Bruschi (Substituto) | 46 | 10 | 46 | 0 | 0 | 69 | 27 | 0 | 9 | 17 |
| **Total do órgão julgador** | **824** | **135** | **986** | **647** | **128** | **1.693** | **770** | **43** | **347** | **314** |

## j) Câmaras de Direito Público

**PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG. ACÓRDÃO D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Newton Trisotto | 0 | 0 | 1 | 1 | 3 | 2 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Jorge Luiz de Borba | 1.495 | 351 | 1.413 | 1.355 | 1.180 | 1.293 | 2.488 | 29 | 179 | 4 |
| Des. Luiz Fernando Boller | 969 | 194 | 781 | 609 | 481 | 805 | 1.118 | 8 | 1.405 | 3 |
| Des. Luiz Fernando Boller (Substituto) | 3 | 0 | 3 | 0 | 0 | 4 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Carlos Adilson Silva | 1.519 | 347 | 2.002 | 1.238 | 940 | 1.477 | 2.137 | 47 | 177 | 4 |
| Des. Paulo Henrique Moritz M. da Silva | 0 | 0 | 0 | 1640 | 811 | 2 | 819 | 22 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Henrique Moritz M. da Silva (Cooperador) | 1 | 0 | 5 | 0 | 0 | 6 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Henrique Moritz M. da Silva (Cooperador Participante) | 267 | 43 | 1.853 | 0 | 0 | 1.825 | 1.553 | 6 | 1.372 | 3 |
| Des. Paulo Henrique Moritz M. da Silva (Substituto) | 556 | 122 | 99 | 0 | 0 | 504 | 80 | 0 | 2 | 0 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva B. Schaefer (Substituto) | 17 | 5 | 0 | 0 | 0 | 15 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Gerson Cherem II (Substituto) | 81 | 12 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Artur Jenichen Filho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Ricardo Bruschi | 1 | 0 | 1 | 577 | 488 | 1 | 499 | 17 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Ricardo Bruschi (Substituto) | 625 | 140 | 614 | 0 | 0 | 578 | 557 | 1 | 368 | 3 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **5.534** | **1.214** | **6.772** | **5.420** | **3.903** | **6.513** | **9.264** | **131** | **3.503** | **17** |

**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Sérgio Roberto Baasch Luz | 1.388 | 237 | 1.495 | 1.079 | 950 | 1.191 | 2.052 | 2 | 389 | 1 |
| Des. Sérgio Roberto Baasch Luz (Substituto) | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 6 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Cid Goulart | 1.680 | 369 | 1.572 | 1.284 | 1.317 | 1.390 | 2.604 | 13 | 19 | 3 |
| Des. João Henrique Blasi | 1.742 | 361 | 1.704 | 1.369 | 859 | 1.451 | 2.209 | 20 | 42 | 0 |
| Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli | 2 | 0 | 4 | 365 | 63 | 4 | 68 | 3 | 0 | 0 |
| Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli (Programa de Enfrent. de Acervo 2º Grau) | 16 | 0 | 128 | 0 | 0 | 91 | 122 | 2 | 1 | 0 |
| Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli (Substituto) | 246 | 80 | 304 | 0 | 0 | 247 | 241 | 1 | 245 | 1 |
| Des. Júlio César Knoll (Substituto) | 54 | 16 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Francisco Oliveira Neto | 0 | 0 | 0 | 1.363 | 272 | 4 | 271 | 5 | 0 | 0 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Francisco Oliveira Neto (Cooperador Participante) | 234 | 15 | 1.285 | 0 | 0 | 1.139 | 1.003 | 0 | 1.263 | 1 |
| Des. Francisco Oliveira Neto (Substituto) | 334 | 59 | 495 | 0 | 0 | 363 | 360 | 0 | 11 | 2 |
| Des. Gerson Cherem II (Substituto) | 41 | 14 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Ricardo Bruschi (Substituto) | 13 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **5.751** | **1.152** | **6.991** | **5.460** | **3.461** | **5.886** | **8.931** | **46** | **1.970** | **8** |

**TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG. ACÓRDÃO D. MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Pedro Manoel Abreu | 1.651 | 300 | 1.765 | 1.061 | 512 | 1.195 | 1.501 | 5 | 347 | 3 |
| Des. Pedro Manoel Abreu (Cooperador Participante) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Pedro Manoel Abreu (Substituto) | 1 | 0 | 5 | 0 | 0 | 3 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Luiz Cézar Medeiros | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Vanderlei Romer | 1.327 | 321 | 1.476 | 827 | 547 | 1.078 | 1.366 | 12 | 103 | 4 |
| Des. Vanderlei Romer (Substituto) | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Cesar Abreu | 1.313 | 252 | 1.056 | 538 | 357 | 605 | 907 | 10 | 707 | 3 |
| Des. Cesar Abreu (Substituto) | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Ronei Danielli | 180 | 34 | 1 | 0 | 2 | 17 | 0 | 2 | 1.252 | 0 |
| Des. Carlos Adilson Silva (Cooperador Participante) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Stanley Braga | 0 | 0 | 7 | 339 | 237 | 2 | 238 | 4 | 0 | 0 |
| Des. Stanley Braga (Cooperador Participante) | 26 | 2 | 235 | 0 | 0 | 337 | 221 | 0 | 53 | 0 |
| Des. Stanley Braga (Substituto) | 353 | 97 | 236 | 0 | 0 | 145 | 119 | 0 | 229 | 0 |
| Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Des. Júlio César Knoll | 0 | 0 | 0 | 432 | 215 | 8 | 207 | 6 | 0 | 0 |
| Des. Júlio César Knoll (Cooperador Participante) | 50 | 6 | 277 | 0 | 0 | 388 | 262 | 0 | 1.582 | 0 |
| Des. Júlio César Knoll (Substituto) | 575 | 137 | 289 | 0 | 0 | 222 | 171 | 0 | 258 | 1 |
| Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli (Substituto) | 3 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Gerson Cherem II (Substituto) | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Ricardo Bruschi | 4 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Ricardo Bruschi (Cooperador Participante) | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Ricardo Bruschi (Substituto) | 222 | 28 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 6 | 0 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **5.710** | **1.181** | **5.351** | **3.198** | **1.870** | **4.015** | **4.993** | **41** | **4.537** | **11** |

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Jaime Ramos | 1.778 | 379 | 1.793 | 1.413 | 1.099 | 1.605 | 2.405 | 33 | 2 | 3 |
| Des. Jaime Ramos (Cooperador Participante) | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Rodrigo Cunha | 5 | 0 | 2 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Sônia Maria Schmitz | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Ricardo Roesler | 1.710 | 376 | 1.617 | 1.221 | 1.015 | 1.428 | 2.116 | 44 | 146 | 5 |
| Des. Ricardo Roesler (Cooperador Participante) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Ricardo Roesler (Substituto) | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Edemar Gruber | 1.272 | 267 | 903 | 779 | 715 | 1.021 | 1.518 | 20 | 1.719 | 1 |
| Des. Edemar Gruber (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Henrique Moritz M. da Silva | 0 | 0 | 0 | 0 | 18 | 0 | 8 | 1 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Henrique Moritz M. da Silva (Substituto) | 97 | 37 | 0 | 0 | 0 | 121 | 0 | 0 | 8 | 0 |
| Des. Saul Steil (Substituto) | 17 | 13 | 1 | 0 | 0 | 16 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. José Everaldo Silva | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 24 | 0 | 0 | 0 |
| Des. José Everaldo Silva (Substituto) | 14 | 3 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Júlio César Knoll | 3 | 0 | 1 | 426 | 148 | 3 | 147 | 5 | 0 | 1 |
| Des. Júlio César Knoll (Cooperador Participante) | 82 | 4 | 297 | 0 | 0 | 311 | 262 | 0 | 132 | 0 |
| Des. Júlio César Knoll (Substituto) | 385 | 79 | 248 | 0 | 0 | 193 | 158 | 0 | 42 | 0 |
| Des. Francisco Oliveira Neto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Ricardo Bruschi | 4 | 0 | 2 | 451 | 249 | 6 | 214 | 24 | 0 | 0 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Paulo Ricardo Bruschi (Cooperador Participante) | 71 | 6 | 464 | 0 | 0 | 490 | 424 | 3 | 1.482 | 1 |
| Des. Paulo Ricardo Bruschi (Substituto) | 118 | 32 | 32 | 0 | 0 | 46 | 28 | 0 | 2 | 0 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **5.558** | **1.196** | **5.362** | **4.290** | **3.244** | **5.248** | **7.305** | **131** | **3.533** | **11** |

## k) Seção Criminal

| SEÇÃO CRIMINAL | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG. ACÓRDÃO D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
| Des. Rui Fortes | 36 | 1 | 35 | 31 | 28 | 58 | 59 | 1 | 2 | 5 |
| Des. Rui Fortes (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Salete Silva Sommariva | 41 | 2 | 40 | 32 | 18 | 65 | 48 | 3 | 7 | 5 |
| Desa. Salete Silva Sommariva (Substituto) | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Des. Moacyr de Moraes Lima Filho | 40 | 5 | 47 | 41 | 47 | 83 | 77 | 2 | 6 | 6 |
| Des. Jorge Schaefer Martins | 32 | 1 | 51 | 45 | 31 | 75 | 77 | 3 | 16 | 5 |
| Desa. Marli Mosimann Vargas | 47 | 2 | 49 | 26 | 52 | 44 | 76 | 0 | 2 | 0 |
| Des. Roberto Lucas Pacheco | 43 | 1 | 39 | 29 | 19 | 46 | 46 | 3 | 4 | 3 |
| Des. Paulo Roberto Sartorato | 31 | 0 | 33 | 24 | 16 | 52 | 36 | 0 | 10 | 7 |
| Des. Carlos Alberto Civinski | 32 | 2 | 45 | 25 | 17 | 37 | 39 | 0 | 10 | 0 |
| Des. Carlos Alberto Civinski (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Rodrigo Collaço | 44 | 4 | 42 | 34 | 24 | 65 | 60 | 2 | 1 | 4 |
| Des. Sérgio Rizelo | 35 | 4 | 40 | 34 | 26 | 58 | 58 | 0 | 5 | 9 |
| Des. Sérgio Rizelo (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Getúlio Corrêa | 43 | 2 | 45 | 35 | 25 | 74 | 56 | 1 | 5 | 9 |
| Des. Getúlio Corrêa (Substituto) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Ernani Guetten de Almeida | 46 | 0 | 60 | 62 | 38 | 94 | 87 | 0 | 3 | 3 |
| Des. Newton Varella Júnior | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Newton Varella Júnior (Substituto) | 6 | 0 | 1 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Des. José Everaldo Silva | 0 | 0 | 0 | 2 | 8 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 |
| Des. José Everaldo Silva (Substituto) | 7 | 2 | 3 | 0 | 0 | 14 | 2 | 0 | 1 | 1 |
| Des. Volnei Celso Tomazini | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Volnei Celso Tomazini (Substituto) | 20 | 0 | 3 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Des. Leopoldo Augusto Brüggemann | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Leopoldo Augusto Brüggemann (Substituto) | 15 | 3 | 2 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva B. Schaefer (Substituto) | 11 | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Des. Luiz Cesar Schweitzer (Substituto) | 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Des. Júlio César M. Ferreira de Melo (Substituto) | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **542** | **30** | **536** | **421** | **358** | **806** | **736** | **15** | **74** | **61** |

## l) Câmaras Criminais

| PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
| Desa. Marli Mosimann Vargas | 1.135 | 24 | 992 | 871 | 707 | 1.193 | 1.551 | 3 | 91 | 200 |
| Desa. Marli Mosimann Vargas (Cooperador) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Roberto Sartorato | 1.067 | 58 | 952 | 781 | 396 | 1.194 | 1.187 | 5 | 35 | 213 |
| Des. Paulo Roberto Sartorato (Substituto) | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Carlos Alberto Civinski | 1.082 | 58 | 1.082 | 904 | 354 | 1.260 | 1.207 | 23 | 62 | 189 |
| Des. José Everaldo Silva | 0 | 0 | 0 | 541 | 3 | 4 | 1 | 1 | 0 | 2 |
| Des. José Everaldo Silva (Cooperador Participante) | 23 | 2 | 121 | 0 | 0 | 120 | 118 | 0 | 311 | 34 |
| Des. José Everaldo Silva (Progr. de Enfrent. De Acervo 2º Grau) | 0 | 0 | 17 | 0 | 0 | 15 | 17 | 0 | 15 | 0 |
| Des. José Everaldo Silva (Substituto) | 382 | 39 | 421 | 0 | 0 | 480 | 406 | 1 | 52 | 107 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva B. Schaefer | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva B. Schaefer (Progr. Enfrent. de Acervo 2º Grau) | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 6 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Guilherme Nunes Born | 0 | 0 | 0 | 36 | 0 | 3 | 0 | 1 | 0 | 3 |
| Des. Guilherme Nunes Born (Cooperador Participante) | 0 | 0 | 37 | 0 | 0 | 36 | 36 | 0 | 63 | 0 |
| Des. Luiz Cesar Schweitzer | 0 | 0 | 0 | 197 | 27 | 0 | 27 | 1 | 0 | 0 |
| Des. Luiz Cesar Schweitzer (Cooperador Participante) | 8 | 2 | 168 | 0 | 0 | 193 | 164 | 0 | 461 | 1 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Luiz Cesar Schweitzer (Substituto) | 198 | 4 | 106 | 0 | 0 | 138 | 88 | 0 | 46 | 34 |
| Des. Júlio César M. Ferreira de Melo | 0 | 0 | 0 | 145 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Júlio César M. Ferreira de Melo (Cooperador Participante) | 1 | 0 | 31 | 0 | 0 | 31 | 31 | 0 | 33 | 0 |
| Des. Júlio César M. Ferreira de Melo (Substituto) | 101 | 2 | 104 | 0 | 0 | 126 | 100 | 0 | 45 | 16 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **3.998** | **189** | **4.035** | **3.478** | **1.487** | **4.801** | **4.937** | **35** | **1.214** | **799** |

**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Desa. Salete Silva Sommariva | 1.119 | 59 | 1024 | 913 | 469 | 1.243 | 1.371 | 27 | 97 | 201 |
| Desa. Salete Silva Sommariva (Substituto) | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Des. Sérgio Rizelo | 1.151 | 57 | 1.020 | 896 | 677 | 1.226 | 1.523 | 20 | 29 | 223 |
| Des. Sérgio Rizelo (Cooperador Participante) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Getúlio Corrêa | 1.171 | 44 | 1.022 | 886 | 448 | 1.259 | 1.371 | 24 | 24 | 207 |
| Des. Getúlio Corrêa (Substituto) | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Des. Newton Varella Júnior | 0 | 0 | 0 | 23 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Des. Newton Varella Júnior (Cooperador Participante) | 1 | 0 | 23 | 0 | 0 | 22 | 23 | 0 | 22 | 0 |
| Des. Volnei Celso Tomazini | 0 | 0 | 1 | 850 | 364 | 28 | 327 | 31 | 1 | 23 |
| Des. Volnei Celso Tomazini (Cooperador Participante) | 70 | 9 | 722 | 0 | 0 | 852 | 673 | 2 | 605 | 105 |
| Des. Volnei Celso Tomazini (Substituto) | 429 | 13 | 213 | 0 | 0 | 310 | 177 | 0 | 30 | 87 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva B. Schaefer (Cooperador Participante) | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva B. Schaefer (Programa de Enfrent. de Acervo 2º Grau) | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 4 | 0 |
| Des. Guilherme Nunes Born | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Guilherme Nunes Born (Cooperador Participante) | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 3 | 3 | 0 | 3 | 0 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **3.943** | **182** | **4.033** | **3.571** | **1.958** | **4.965** | **5.468** | **104** | **816** | **853** |

**TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG.ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Rui Fortes | 1.061 | 14 | 865 | 737 | 318 | 1.101 | 1.033 | 10 | 103 | 211 |
| Des. Rui Fortes (Cooperador Participante) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Des. Rui Fortes (Substituto) | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Des. Alexandre d'Ivanenko | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Moacyr de Moraes Lima Filho | 1.256 | 26 | 1.082 | 935 | 375 | 1.411 | 1.295 | 8 | 35 | 253 |
| Des. Ernani Guetten de Almeida | 1.286 | 38 | 1.260 | 1.152 | 419 | 1.512 | 1.518 | 5 | 55 | 265 |
| Des. Ernani Guetten de Almeida (Cooperador Participante) | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Ernani Guetten de Almeida (Substituto) | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Newton Varella Júnior | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Newton Varella Júnior (Substituto) | 29 | 0 | 6 | 0 | 0 | 13 | 5 | 0 | 7 | 6 |
| Des. Leopoldo Augusto Brüggemann | 0 | 0 | 0 | 627 | 444 | 0 | 486 | 5 | 0 | 0 |
| Des. Leopoldo Augusto Brüggemann (Cooperador Participante) | 39 | 2 | 295 | 0 | 0 | 333 | 281 | 2 | 281 | 13 |
| Des. Leopoldo Augusto Brüggemann (Substituto) | 458 | 9 | 387 | 0 | 0 | 582 | 334 | 0 | 82 | 112 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva B. Schaefer | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva B. Schaefer (Progr. Enfrent. de Acervo 2º Grau) | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 5 | 1 | 0 | 3 | 0 |
| Des. Guilherme Nunes Born | 0 | 0 | 0 | 61 | 28 | 0 | 28 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Guilherme Nunes Born (Cooperador Participante) | 1 | 0 | 59 | 0 | 0 | 58 | 59 | 0 | 68 | 0 |
| Des. Guilherme Nunes Born (Substituto) | 5 | 0 | 4 | 0 | 0 | 6 | 2 | 0 | 9 | 2 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **4.136** | **89** | **3.962** | **3.518** | **1.584** | **5.026** | **5.044** | **30** | **644** | **863** |

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG. ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Jorge Schaefer Martins | 1.100 | 37 | 794 | 667 | 716 | 1.080 | 1.234 | 35 | 66 | 256 |
| Des. Roberto Lucas Pacheco | 1.229 | 24 | 1.044 | 955 | 657 | 1.509 | 1.625 | 29 | 31 | 310 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Rodrigo Collaço | 1.196 | 32 | 1.046 | 883 | 406 | 1.324 | 1.263 | 37 | 37 | 266 |
| Des. Newton Varella Júnior | 0 | 0 | 0 | 539 | 547 | 2 | 559 | 4 | 0 | 0 |
| Des. Newton Varella Júnior (Cooperador Participante) | 40 | 0 | 491 | 0 | 0 | 526 | 475 | 2 | 249 | 10 |
| Des. Newton Varella Júnior (Substituto) | 240 | 5 | 78 | 0 | 0 | 166 | 64 | 0 | 25 | 64 |
| Des. José Everaldo Silva (Cooperador Participante) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva B. Schaefer | 1 | 0 | 0 | 748 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva B. Schaefer (Cooperador Participante) | 33 | 2 | 420 | 0 | 0 | 512 | 409 | 0 | 411 | 0 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva B. Schaefer (Programa de Enfrent. de Acervo 2º Grau) | 4 | 0 | 29 | 0 | 0 | 49 | 28 | 0 | 40 | 0 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva B. Schaefer (Substituto) | 222 | 2 | 327 | 0 | 0 | 387 | 310 | 0 | 20 | 33 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **4.065** | **102** | **4.229** | **3.792** | **2.327** | **5.556** | **5.968** | **108** | **879** | **939** |

## m) Plantão Judiciário

| PLANTÃO JUDICIÁRIO | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MAGISTRADO | DISTRIBUÍDOS/ INCIDENTES | REDISTRIBUIÇÃO | JULG. ACÓRDÃO/ D.MONOCRÁTICA | ACÓRDÃOS ASSINADOS | DESPACHO REVISOR | DESPACHO DO RELATOR | VOTO RELATOR/ REVISOR | PEDIDO DE VISTA | RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA | LIMINARES |
| Des. Ernani Guetten de Almeida (Titular participante) | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Des. Edemar Gruber (Titular participante) | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Stanley Braga (Titular participante) | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Des. Altamiro de Oliveira (Titular participante) | 5 | 5 | 2 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| Des. Paulo Henrique M. M. da Silva (Titular participante) | 10 | 2 | 2 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 | 9 |
| Des. Newton Varella Júnior (Titular participante) | 8 | 1 | 2 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Des. Saul Steil (Titular participante) | 14 | 1 | 2 | 0 | 0 | 13 | 0 | 0 | 0 | 11 |
| Des. Gilberto Gomes de Oliveira (Titular participante) | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli (Titular participante) | 15 | 3 | 1 | 0 | 0 | 17 | 0 | 0 | 0 | 15 |
| Des. Odson Cardoso Filho (Titular participante) | 4 | 2 | 1 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Des. José Everaldo Silva (Titular participante) | 6 | 1 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Des. Volnei Celso Tomazini (Titular participante) | 15 | 3 | 2 | 0 | 0 | 16 | 0 | 0 | 0 | 16 |
| Des. Leopoldo Augusto Brüggemann (Titular participante) | 6 | 1 | 1 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Des. Júlio César Knoll (Titular participante) | 18 | 7 | 2 | 0 | 0 | 26 | 0 | 0 | 0 | 21 |
| Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli (Titular participante) | 4 | 3 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| Desa. Cláudia Lambert de Faria (Titular participante) | 12 | 2 | 0 | 0 | 0 | 15 | 0 | 0 | 0 | 12 |
| Des. Francisco Oliveira Neto (Titular participante) | 18 | 3 | 1 | 0 | 0 | 21 | 0 | 0 | 0 | 20 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva B. Schaefer (Titular participante) | 15 | 0 | 0 | 0 | 0 | 15 | 0 | 0 | 0 | 14 |
| Des. Jorge Luis Costa Beber (Titular participante) | 26 | 5 | 7 | 0 | 0 | 24 | 0 | 0 | 0 | 19 |
| Des. Guilherme Nunes Born (Titular participante) | 4 | 3 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior | 37 | 5 | 5 | 0 | 0 | 31 | 0 | 0 | 0 | 26 |
| Des. Luiz Zanelato | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Luiz Zanelato (Titular participante) | 29 | 1 | 8 | 0 | 0 | 24 | 0 | 0 | 0 | 16 |
| Des. Dinart Francisco Machado (Titular participante) | 11 | 15 | 1 | 0 | 0 | 21 | 0 | 0 | 0 | 12 |
| Des. Gerson Cherem II (Titular participante) | 15 | 3 | 1 | 0 | 0 | 16 | 0 | 0 | 0 | 15 |
| Desa. Rosane Portella Wolff (Titular participante) | 3 | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Desa. Denise de Souza Luiz Francoski (Titular participante) | 5 | 1 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| Des. Artur Jenichen Filho | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Artur Jenichen Filho (Titular participante) | 21 | 1 | 1 | 0 | 0 | 28 | 0 | 0 | 0 | 21 |
| Des. Paulo Ricardo Bruschi (Titular participante) | 16 | 1 | 0 | 0 | 0 | 18 | 0 | 0 | 0 | 15 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Luiz Cesar Schweitzer (Titular participante) | 8 | 2 | 1 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Des. Júlio César M. Ferreira de Melo (Titular participante) | 7 | 1 | 2 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| **TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR** | **345** | **75** | **42** | **0** | **0** | **371** | **0** | **0** | **0** | **303** |

## 5. INTERPOSIÇÃO E ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES.

No ano de 2015, foram interpostos **20.920** recursos destinados aos Tribunais Superiores. Destes, aproximadamente **87,53%** são Recursos Especiais, **9,81%** são Recursos Extraordinários e **2,66%** são Recursos Ordinários, conforme se conclui dos dados apresentados abaixo.

### TABELA 5.1 – INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES

| ÓRGÃO JULGADOR | RECURSOS ESPECIAIS INTERPOSTOS | RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS INTERPOSTOS | MEDIDAS CAUTELARES INTERPOSTAS | EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS | AGRAVOS REGIMENTAIS INTERPOSTOS | RECURSOS ORDINÁRIOS INTERPOSTOS | AGRAVOS DO ART. 544 DO CPC (AGUARDANDO JULGAMENTO) | REENTRADA DE RECURSOS E INCIDENTES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Segunda Vice-Presidência | 4.746 | 1.233 | 38 | 108 | 141 | 549 | 50 | 505 |
| Terceira Vice-Presidência | 13.565 | 819 | 23 | 154 | 744 | 8 | 198 | 4.955 |
| **TOTAL GERAL** | **18.311** | **2.052** | **61** | **262** | **885** | **557** | **248** | **5.460** |

Fonte: Sistema de Automação da Justiça de Segundo Grau – SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: Mapa 46)

No que se refere à admissibilidade dos recursos a serem apreciados nos Tribunais Superiores, os dados apresentados na tabela a seguir demonstram que, no ano de 2015, a Segunda e a Teceira Vice-Presidências do Tribunal de Justiça de Santa Catarina analisaram a admissibilidade de **19.910** Recursos Especiais e Recursos Extraordinários.

### TABELA 5.2 – ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS INTERPOSTOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES

| ÓRGÃO JULGADOR | RECURSOS ESPECIAIS ADMITIDOS | RECURSOS ESPECIAIS NEGADOS | RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS ADMITIDOS | RECURSOS EXTRAODINÁRIOS NEGADOS | DECISÕES DIVERSAS PUBLICADAS | DESPACHOS DIVERSOS NÃO PUBLICADOS | REDISTRIBUIÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Segunda Vice-Presidência | 1.327 | 2.820 | 172 | 810 | 2.878 | 1.929 | 1 |
| Terceira Vice-Presidência | 1.284 | 12.733 | 38 | 726 | 11.510 | 20 | 0 |
| **TOTAL GERAL** | **2.611** | **15.553** | **210** | **1.536** | **14.388** | **1.949** | **1** |

(Fonte: Sistema de Automação da Justiça de Segundo Grau – SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: Mapa 15)

Observa-se que no ano de 2015 aproximadamente **14,37%** Recursos Especiais foram admitidos e **85,63%** não foram admitidos. Quanto aos Recursos Extraordinários analisados no mesmo período, cerca de **12,03%** foram admitidos e **87,97%** não reuniram condições de ascender.

## 6. PROCESSOS REMETIDOS A OUTROS TRIBUNAIS, BAIXADOS À ORIGEM E ARQUIVADOS

No ano de 2015 o Tribunal de Justiça de Santa Catarina remeteu a outros Tribunais e aos Tribunais Superiores o total de **12.211** processos. Destes, **11.083** foram enviados ao Superior Tribunal de Justiça e **408** remetidos ao Supremo Tribunal Federal. Houve, ainda, no mesmo período, a baixa à origem de **83.333** processos e o arquivamento de **6.919** processos.

| | REMETIDOS A OUTROS TRIBUNAIS | REMESSA AO STF | REMESSA AO STJ | BAIXADOS À ORIGEM | ARQUIVADOS | DISTRIBUÍDOS | JULGADOS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL** | **720** | **408** | **11.083** | **83.333** | **6.919** | **111.288** | **110.810** |

(Fonte: Sistema de Automação da Justiça de Segundo Grau – SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: Mapa 10)

## 7. TABELA DE SESSÕES REALIZADAS – POR ÓRGÃO JULGADOR

No ano de 2015 foram realizadas, no total, **979** sessões de julgamento, sendo **970** ordinárias, **6** extraordinárias e **3** administrativas, conforme demonstra a tabela abaixo:

| ÓRGÃO JULGADOR | ORDINÁRIAS | EXTRAORDINÁRIAS | ADMINISTRATIVAS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| Tribunal Pleno | 21 | 0 | 3 | 24 |
| Órgão Especial | 22 | 0 | 0 | 22 |
| Câmara Civil Especial | 13 | 0 | 0 | 13 |
| Câmara Especial Regional de Chapecó | 22 | 0 | 0 | 22 |
| Grupo de Câmaras de Direito Civil | 11 | 0 | 0 | 11 |
| Primeira Câmara de Direito Civil | 44 | 0 | 0 | 44 |
| Segunda Câmara de Direito Civil | 48 | 0 | 0 | 48 |
| Terceira Câmara de Direito Civil | 46 | 0 | 0 | 46 |
| Quarta Câmara de Direito Civil | 47 | 1 | 0 | 48 |
| Quinta Câmara de Direito Civil | 45 | 0 | 0 | 45 |
| Sexta Câmara de Direito Civil | 45 | 0 | 0 | 45 |
| Grupo de Câmaras de Direito Comercial | 10 | 0 | 0 | 10 |
| Primeira Câmara de Direito Comercial | 43 | 0 | 0 | 43 |
| Segunda Câmara de Direito Comercial | 45 | 0 | 0 | 45 |
| Terceira Câmara de Direito Comercial | 43 | 0 | 0 | 43 |
| Quarta Câmara de Direito Comercial | 39 | 0 | 0 | 39 |
| Quinta Câmara de Direito Comercial | 42 | 1 | 0 | 43 |
| Grupo de Câmaras de Direito Público | 11 | 0 | 0 | 11 |
| Primeira Câmara de Direito Público | 46 | 2 | 0 | 48 |
| Segunda Câmara de Direito Público | 46 | 0 | 0 | 46 |
| Terceira Câmara de Direito Público | 46 | 0 | 0 | 46 |
| Quarta Câmara de Direito Público | 44 | 0 | 0 | 44 |
| Seção Criminal | 11 | 0 | 0 | 11 |
| Primeira Câmara Criminal | 46 | 1 | 0 | 47 |
| Segunda Câmara Criminal | 45 | 0 | 0 | 45 |
| Terceira Câmara Criminal | 43 | 1 | 0 | 44 |
| Quarta Câmara Criminal | 46 | 0 | 0 | 46 |
| **TOTAL** | **970** | **6** | **3** | **979** |

(Fonte: Sistema de Automação da Justiça de Segundo Grau – SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: sessão)

## 8. PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO PARA O ANO DE 2016

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina iniciou o ano de 2016 com **81.342** processos em seu acervo, distribuídos conforme demonstrado nas tabelas abaixo.

Destaca-se que os dados foram obtidos diretamente do Sistema de Automação da Justiça de Segundo Grau – SAJ/SG, por meio do relatório de processos pendentes, emitido nos dias 7 e 8 de janeiro de 2016).

### 8.1. PROCESSOS PENDENTES NA PRESIDÊNCIA E NAS VICE-PRESIDÊNCIAS

a) Presidência

| PRESIDÊNCIA | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Des. Nelson Schaefer Martins | 7 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **7** |

b) Primeira Vice-Presidência

| PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA | |
|---|---|
| MAGISTRADO | QUANTIDADE |
| Des. Torres Marques | 3 |
| TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO | 3 |

c) Segunda Vice-Presidência

| SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA | |
|---|---|
| MAGISTRADO | QUANTIDADE |
| Desa. Sônia Maria Schmitz | 893 |
| TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO | 893 |

d) Terceira Vice-Presidência

| TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA | |
|---|---|
| MAGISTRADO | QUANTIDADE |
| Des. Cláudio Valdyr Helfenstein | 2.364 |
| TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO | 2.364 |

## 8.2. PROCESSOS PENDENTES NOS DEMAIS ÓRGÃOS JULGADORES

a) Tribunal Pleno

| TRIBUNAL PLENO | |
|---|---|
| MAGISTRADO | QUANTIDADE |
| Des. Marcus Tulio Sartorato | 1 |
| Des. Cesar Abreu | 1 |
| Desa. Soraya Nunes Lins | 1 |
| Desa. Sônia Maria Schmitz | 1 |
| Des. Jairo Fernandes Gonçalves | 2 |
| Des. Paulo Roberto Sartorato | 1 |
| Des. Robson Luz Varella | 1 |
| Des. Sérgio Rizelo | 1 |
| Des. Ernani Guetten de Almeida | 1 |
| Des. Edemar Gruber | 2 |
| TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO | 12 |

b) Órgão Especial

| ÓRGÃO ESPECIAL | |
|---|---|
| MAGISTRADO | QUANTIDADE |
| Des. Pedro Manoel Abreu | 29 |
| Des. Cláudio Barreto Dutra | 13 |
| Des. Newton Trisotto | 12 |
| Des. Luiz Cézar Medeiros | 1 |
| Des. Eládio Torret Rocha | 13 |
| Des. Nelson Schaefer Martins | 3 |
| Des. Sérgio Roberto Baasch Luz | 19 |
| Des. Monteiro Rocha | 27 |
| Des. Fernando Carioni | 20 |
| Des. Torres Marques | 12 |
| Des. Rui Fortes | 29 |
| Des. Marcus Tulio Sartorato | 10 |

| | |
|---|---|
| Des. Cesar Abreu | 12 |
| Desa. Salete Silva Sommariva | 4 |
| Des. Salim Schead dos Santos | 8 |
| Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta | 33 |
| Des. Alexandre d'Ivanenko | 28 |
| Des. Lédio Rosa de Andrade | 9 |
| Des. Moacyr de Moraes Lima Filho | 8 |
| Des. Jorge Schaefer Martins | 53 |
| Des. Sérgio Izidoro Heil | 12 |
| Des. João Henrique Blasi | 9 |
| Des. Jorge Luiz de Borba | 23 |
| Des. Jânio Machado | 4 |
| Des. Ronei Danielli | 9 |
| Des. Rodrigo Collaço | 15 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **415** |

c) Câmara Civil Especial

| **CÂMARA CIVIL ESPECIAL** | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Des. Rodrigo Cunha | 1 |
| Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli | 1.380 |
| Desa. Cláudia Lambert de Faria | 859 |
| Des. Luiz Zanelato | 1.327 |
| Desa. Denise de Souza Luiz Francoski | 1 |
| Des. Artur Jenichen Filho | 908 |
| Des. Júlio César M. Ferreira de Melo | 412 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **4.888** |

d) Câmara Especial Regional de Chapecó

| **CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ** | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Des. Rubens Schulz | 2.769 |
| Des. Luiz Antônio Zanini Fornerolli | 1.035 |
| Desa. Hildemar Meneguzzi de Carvalho | 2.763 |
| Des. Luiz Felipe Siegert Schuch | 2.433 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **9.000** |

e) Grupo de Câmaras de Direito Civil

| **GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL** | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Des. Newton Trisotto | 22 |
| Des. Eládio Torret Rocha | 12 |
| Des. Monteiro Rocha | 17 |
| Des. Fernando Carioni | 5 |
| Des. Marcus Tulio Sartorato | 2 |
| Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta | 9 |
| Des. Alexandre d'Ivanenko | 12 |
| Des. Sérgio Izidoro Heil | 8 |
| Des. Joel Figueira Júnior | 9 |
| Des. Henry Petry Junior | 2 |
| Des. Raulino Jacó Brüning | 20 |

| | |
|---|---|
| Des. Jairo Fernandes Gonçalves | 6 |
| Des. João Batista Góes Ulysséa | 29 |
| Des. Ronei Danielli | 5 |
| Desa. Denise Volpato | 11 |
| Des. Sebastião César Evangelista | 24 |
| Des. Domingos Paludo | 29 |
| Des. Stanley Braga | 10 |
| Des. Jorge Luis Costa Beber | 3 |
| Des. Gerson Cherem II | 1 |
| Desa. Rosane Portella Wolff | 6 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **242** |

## f) Câmaras de Direito Civil

| **PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL** | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Des. Raulino Jacó Brüning | 665 |
| Des. Sebastião César Evangelista | 1.191 |
| Des. Domingos Paludo | 1.346 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva B. Schaefer | 1 |
| Des. Gerson Cherem II | 565 |
| Des. Artur Jenichen Filho | 45 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **3.813** |

| **SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL** | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Des. Newton Trisotto | 612 |
| Des. Monteiro Rocha | 2 |
| Des. João Batista Góes Ulysséa | 736 |
| Des. Sebastião César Evangelista | 448 |
| Des. Gilberto Gomes de Oliveira | 1.371 |
| Des. Artur Jenichen Filho | 1 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **3.170** |

| **TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL** | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Des. Fernando Carioni | 251 |
| Des. Marcus Tulio Sartorato | 203 |
| Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta | 321 |
| Des. Saul Steil | 336 |
| **Total de processos por órgão** | **1.111** |

| **QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL** | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Des. Eládio Torret Rocha | 650 |
| Des. Joel Figueira Júnior | 924 |
| Des. Luiz Fernando Boller | 1 |
| Des. Stanley Braga | 1.535 |
| Des. Altamiro de Oliveira | 4 |
| Des. Jorge Luis Costa Beber | 421 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **3.535** |

| QUINTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL | |
|---|---|
| MAGISTRADO | QUANTIDADE |
| Des. Sérgio Izidoro Heil | 573 |
| Des. Henry Petry Junior | 436 |
| Des. Jairo Fernandes Gonçalves | 253 |
| Des. Odson Cardoso Filho | 1 |
| Desa. Rosane Portella Wolff | 411 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **1.674** |

| SEXTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL | |
|---|---|
| MAGISTRADO | QUANTIDADE |
| Des. Monteiro Rocha | 593 |
| Des. Alexandre d'Ivanenko | 555 |
| Des. Ronei Danielli | 4 |
| Desa. Denise Volpato | 634 |
| Des. Jorge Luis Costa Beber | 4 |
| Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior | 1.264 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **3.054** |

## g) Grupo de Câmaras de Direito Comercial

| GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL | |
|---|---|
| MAGISTRADO | QUANTIDADE |
| Des. Cláudio Barreto Dutra | 3 |
| Des. Lédio Rosa de Andrade | 2 |
| Desa. Rejane Andersen | 2 |
| Des. Rodrigo Cunha | 2 |
| Des. Tulio Pinheiro | 4 |
| Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva | 5 |
| Des. Robson Luz Varella | 9 |
| Des. Mariano do Nascimento | 2 |
| Des. Altamiro de Oliveira | 2 |
| Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli | 4 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **35** |

## h) Câmaras de Direito Comercial

| PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL | |
|---|---|
| MAGISTRADO | QUANTIDADE |
| Des. Salim Schead dos Santos | 350 |
| Des. Mariano do Nascimento | 1.050 |
| Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli | 581 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer | 436 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **2.417** |

| SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL | |
|---|---|
| MAGISTRADO | QUANTIDADE |
| Desa. Rejane Andersen | 580 |
| Des. Luiz Fernando Boller | 8 |
| Des. Robson Luz Varella | 1.344 |
| Des. Altamiro de Oliveira | 2.526 |

| | |
|---|---|
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer | 1 |
| Des. Guilherme Nunes Born | 5 |
| Des. Dinart Francisco Machado | 1.214 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **5.678** |

| **TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL** | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Des. Rodrigo Cunha | 1.060 |
| Des. Tulio Pinheiro | 1.302 |
| Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva | 2.530 |
| Des. Dinart Francisco Machado | 2 |
| Desa. Denise de Souza Luiz Francoski | 919 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **5.813** |

| **QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL** | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Des. Lédio Rosa de Andrade | 348 |
| Des. José Carlos Carstens Köhler | 231 |
| Des. José Inacio Schaefer | 278 |
| Des. Altamiro de Oliveira | 4 |
| Des. José Everaldo Silva | 1.504 |
| Des. Guilherme Nunes Born | 16 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **2.381** |

| **QUINTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL** | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Des. Cláudio Barreto Dutra | 388 |
| Des. Jânio Machado | 236 |
| Desa. Soraya Nunes Lins | 302 |
| Des. Guilherme Nunes Born | 135 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **1.061** |

### i) Grupo de Câmaras de Direito Público

| **GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO** | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Des. Pedro Manoel Abreu | 23 |
| Des. Newton Trisotto | 1 |
| Des. Sérgio Roberto Baasch Luz | 47 |
| Des. Cesar Abreu | 34 |
| Des. Cid Goulart | 85 |
| Des. Jaime Ramos | 12 |
| Des. João Henrique Blasi | 17 |
| Des. Jorge Luiz de Borba | 44 |
| Des. Ronei Danielli | 30 |
| Des. Luiz Fernando Boller | 32 |
| Des. Ricardo Roesler | 37 |
| Des. Carlos Adilson Silva | 28 |
| Des. Edemar Gruber | 65 |
| Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva | 1 |
| Des. Júlio César Knoll | 2 |

| | |
|---|---|
| Des. Francisco Oliveira Neto | 3 |
| Des. Paulo Ricardo Bruschi | 3 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **464** |

## j) Câmaras de Direito Público

| **PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO** | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Des. Jorge Luiz de Borba | 1.546 |
| Des. Luiz Fernando Boller | 1.567 |
| Des. Carlos Adilson Silva | 1.355 |
| Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva | 1.227 |
| Des. Paulo Ricardo Bruschi | 9 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **5.704** |

| **SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO** | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Des. Sérgio Roberto Baasch Luz | 628 |
| Des. Cid Goulart | 1.432 |
| Des. João Henrique Blasi | 751 |
| Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli | 5 |
| Des. Francisco Oliveira Neto | 988 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **3.804** |

| **TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO** | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Des. Pedro Manoel Abreu | 1.399 |
| Des. Vanderlei Romer | 79 |
| Des. Cesar Abreu | 2.126 |
| Des. Ronei Danielli | 1.447 |
| Des. Júlio César Knoll | 1.404 |
| Des. Paulo Ricardo Bruschi | 37 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **6.492** |

| **QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO** | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Des. Jaime Ramos | 1.361 |
| Des. Ricardo Roesler | 2.401 |
| Des. Edemar Gruber | 2.320 |
| Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva | 4 |
| Des. Saul Steil | 2 |
| Des. José Everaldo Silva | 6 |
| Des. Júlio César Knoll | 19 |
| Des. Paulo Ricardo Bruschi | 1.215 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **7.328** |

## k) Seção Criminal

| **SEÇÃO CRIMINAL** | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Des. Rui Fortes | 20 |
| Desa. Salete Silva Sommariva | 12 |

| | |
|---|---|
| Des. Moacyr de Moraes Lima Filho | 7 |
| Des. Jorge Schaefer Martins | 26 |
| Desa. Marli Mosimann Vargas | 7 |
| Des. Roberto Lucas Pacheco | 17 |
| Des. Paulo Roberto Sartorato | 29 |
| Des. Carlos Alberto Civinski | 11 |
| Des. Rodrigo Collaço | 14 |
| Des. Sérgio Rizelo | 10 |
| Des. Getúlio Corrêa | 15 |
| Des. Ernani Guetten de Almeida | 8 |
| Des. Newton Varella Júnior | 1 |
| Des. Volnei Celso Tomazini | 4 |
| Des. Leopoldo Augusto Brüggemann | 4 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **185** |

## l) Câmaras Criminais

| **PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL** | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Desa. Marli Mosimann Vargas | 579 |
| Des. Paulo Roberto Sartorato | 468 |
| Des. Carlos Alberto Civinski | 281 |
| Des. José Everaldo Silva | 10 |
| Des. Guilherme Nunes Born | 25 |
| Des. Luiz Cesar Schweitzer | 444 |
| Des. Júlio César M. Ferreira de Melo | 20 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **1.827** |

| **SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL** | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Desa. Salete Silva Sommariva | 471 |
| Des. Sérgio Rizelo | 240 |
| Des. Getúlio Corrêa | 278 |
| Des. Newton Varella Júnior | 1 |
| Des. Volnei Celso Tomazini | 282 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer | 6 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **1.278** |

| **TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL** | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Des. Rui Fortes | 536 |
| Des. Moacyr de Moraes Lima Filho | 318 |
| Des. Ernani Guetten de Almeida | 345 |
| Des. Newton Varella Júnior | 10 |
| Des. Leopoldo Augusto Brüggemann | 260 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer | 4 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **1.473** |

| **QUARTA CÂMARA CRIMINAL** | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Des. Jorge Schaefer Martins | 559 |

| | |
|---|---|
| Des. Roberto Lucas Pacheco | 441 |
| Des. Rodrigo Collaço | 280 |
| Des. Newton Varella Júnior | 168 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer | 182 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **1.630** |

m) Plantão Judiciário

| PLANTÃO JUDICIÁRIO | |
|---|---|
| **MAGISTRADO** | **QUANTIDADE** |
| Des. Altamiro de Oliveira | 1 |
| Des. Volnei Celso Tomazini | 5 |
| Des. Leopoldo Augusto Brüggemann | 6 |
| Des. Júlio César Knoll | 6 |
| Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli | 3 |
| Desa. Cláudia Lambert de Faria | 7 |
| Des. Francisco Oliveira Neto | 14 |
| Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer | 4 |
| Des. Jorge Luis Costa Beber | 18 |
| Des. Guilherme Nunes Born | 1 |
| Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior | 20 |
| Des. Luiz Zanelato | 13 |
| Des. Dinart Francisco Machado | 13 |
| Des. Gerson Cherem II | 4 |
| Desa. Denise de Souza Luiz Francoski | 1 |
| Des. Artur Jenichen Filho | 6 |
| Des. Paulo Ricardo Bruschi | 10 |
| Des. Luiz Cesar Schweitzer | 2 |
| Des. Júlio César M. Ferreira de Melo | 4 |
| **TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO** | **138** |

## 9. RECURSOS SOBRESTADOS AGUARDANDO DECISÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Extrai-se da tabela abaixo que, do total de **29.642** recursos sobrestados aguardando decisão dos Tribunais superiores, aproximadamente **30,86%** representam Recursos Especiais e cerca de **69,14%** correspondem a Recursos Extraordinários.

| QUANTITATIVO DE RECURSOS SOBRESTADOS POR ÓRGÃO JULGADOR | | | |
|---|---|---|---|
| **ÓRGÃO JULGADOR** | **RECURSOS REPETITIVOS - STJ** | **REPERCUSSÃO GERAL - STF** | **TOTAL** |
| 2ª Vice-Presidência | 1.069 | 1.251 | **2.320** |
| 3ª Vice-Presidência | 7.893 | 1.413 | **9.306** |
| Órgão Especial | 0 | 2 | **2** |
| Câmara Civil Especial | 6 | 0 | **6** |
| Câmara Especial Regional de Chapecó | 89 | 1.786 | **1.875** |
| Grupo de Câmaras de Direito Público | 0 | 0 | **0** |
| Primeira Câmara de Direito Civil | 0 | 1 | **1** |
| Primeira Câmara de Direito Comercial | 40 | 2.814 | **2.854** |
| Primeira Câmara de Direito Público | 22 | 3 | **25** |
| Segunda Câmara Criminal | 0 | 0 | **0** |
| Segunda Câmara de Direito Civil | 3 | 0 | **3** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Segunda Câmara de Direito Comercial | 12 | 3.857 | **3.869** |
| Segunda Câmara de Direito Público | 0 | 1 | **1** |
| Terceira Câmara de Direito Civil | 1 | 0 | **1** |
| Terceira Câmara de Direito Comercial | 2 | 3.690 | **3.692** |
| Terceira Câmara de Direito Público | 3 | 1 | **4** |
| Quarta Câmara de Direito Civil | 0 | 0 | **0** |
| Quarta Câmara de Direito Comercial | 0 | 3.168 | **3.168** |
| Quarta Câmara de Direito Público | 0 | 1 | **1** |
| Quinta Câmara de Direito Comercial | 8 | 2.506 | **2.514** |
| Sexta Câmara de Direito Civil | 0 | 0 | **0** |
| **TOTAL** | **9.148** | **20.494** | **29.642** |

Fonte: NURER – Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos. Dados atualizados até 31 de dezembro de 2015.

## DIRETORIA DE RECURSOS E INCIDENTES

### 1. AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A Diretoria de Recursos e Incidentes (DRI) implementou melhorias na rotina de trabalho otimizando o cumprimento dos atos processuais. Com efeito, as três Divisões que compõem a Diretoria, Divisão de Editais (DE), Divisão de Cumprimento de Acórdãos e Processamento de Incidentes (DCAPI) e Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores (DRTS) encerraram o ano com suas atividades regularmente em dia.
- A participação da DRI no grupo de homologação do SAJ/SG5, com a designação de um Assessor Técnico para atuar diretamente na configuração de fluxos físicos e digitais de trabalho e no processo de migração do SAJ/SG3 para o SAJ/SG5, juntamente com a empresa Softplan e a Diretoria de Tecnologia da Informação.
- Os gestores e os servidores da DRI participaram dos cursos de Formação de Multiplicadores para Disseminação do Planejamento Estratégico do PJSC 2015-2020; Atualização em Direito Processual Penal; Atualização em Direito Processual Civil; Gestão de Documentos; Curso sobre o Novo Código de Processo Civil – 1ª Edição; Curso de Língua Portuguesa: Tópicos Gramaticais; e Curso de Pós-Graduação em Gestão Estratégica no Poder Judiciário de Santa Catarina – Turma 2015, promovidos pela Academia Judicial.
- A DRI auxiliou na força-tarefa da Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual (DCDP) no período de 04-09-2015 a 18-12-2015, que resultou no cadastramento de 822 recursos.
- A Participação nas reuniões do Corpo Diretivo.

### 2. RELATÓRIO ESTATÍSTICO

| PRODUTIVIDADE – GABINETE | |
|---|---|
| Manifestações em processos administrativos | 12 |
| Participação em reuniões | 58 |
| Participação em reuniões do SAJ5 | 18 |
| Ofícios expedidos | 117 |
| Certidões narrativas | 431 |
| Alvarás judiciais expedidos | 104 |
| Autos de penhora no rosto dos autos expedidos | 104 |

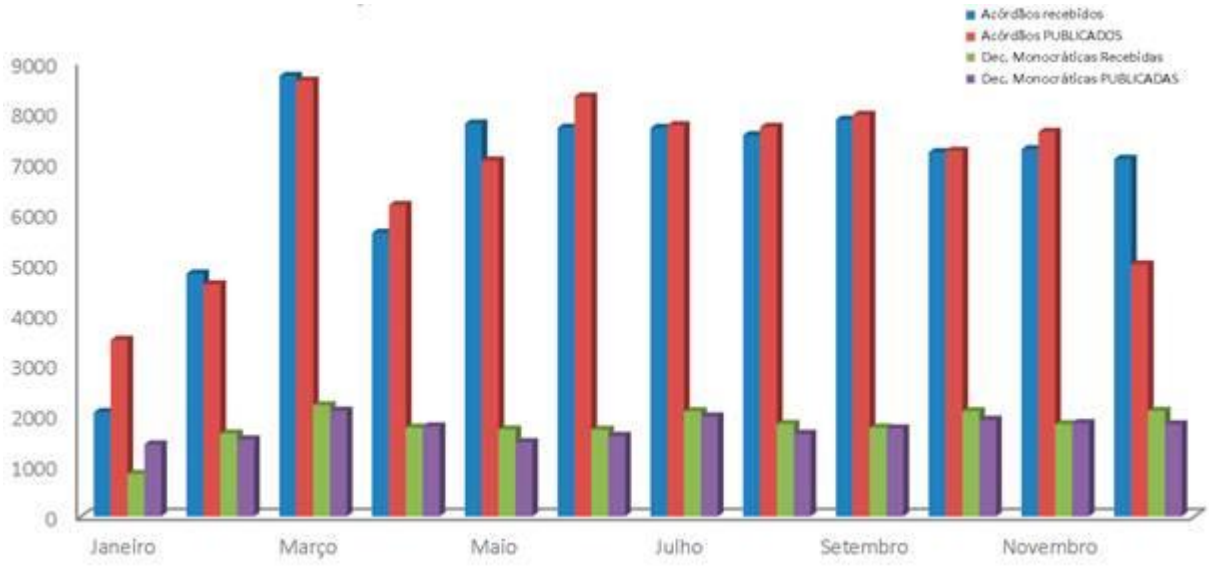
Fonte: SAJ/SG

| PRODUTIVIDADE – DIVISÃO DE EDITAIS | |
|---|---|
| Preparação e publicação de editais | 102.385 |
| Análise de processos | 101.709 |
| Controle de prazos | 141.168 |
| Intimações pessoais | 38.783 |

Fonte: SAJ/SG

**GRÁFICO DE PRODUTIVIDADE – DIVISÃO DE EDITAIS**

**Recebimento e Publicação de Acórdãos e Decisões Monocráticas 2015 – Divisão de Editais**




Fonte: SAJ/SG

| PRODUTIVIDADE – DIVISÃO DE CUMPRIMENTO DE ACÓRDÃOS E PROCESSAMENTO DE INCIDENTES | |
|---|---|
| Cumprimento de acórdãos | 4.538 |
| Análise de petições | 4.040 |
| Arquivamento | 5.998 |
| Baixa à origem | 58.358 |
| Cadastro de incidentes | 17.780 |
| Petições recebidas | 21.715 |
| Petições juntadas | 21.152 |

Fonte: SAJ/SG

| PRODUTIVIDADE – DIVISÃO DE RECURSOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES | |
|---|---|
| Petições/Peças eletrônicas recebidas: | 64.444 |
| Petições/ Peças eletrônicas juntadas: | 65.440 |
| Recursos (REsp, RE e RO), Agravos (art. 544 CPC) e cautelares cadastrados: | 30.186 |
| Intimações expedidas e publicadas (para apresentar resposta nos recursos e agravos): | 25.541 |
| Certidões expedidas de decurso de contrarrazões: | 15.100 |
| Recursos analisados e remetidos à PGJ, ao NURER e concluídos ao 2º e ao 3º Vice-Presidentes: | 38.630 |
| Despachos/Despachos e atos ordinatórios publicados: | 36.296 |
| Processos analisados e baixados à origem/originários remetidos ao arquivo definitivo: | 21.745 |
| Recursos analisados e remetidos fisicamente aos Tribunais Superiores: | 2.364 |
| Recursos analisados e remetidos à Seção de Digitalização: | 9.885 |
| Ofícios expedidos: | 1.566 |
| Agravos Regimentais redistribuídos ao Órgão Especial: | 564 |

Fonte: SAJ/SG

## DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

A Diretoria de Documentação e Informações tem como atribuições diagramar e disponibilizar o Diário da Justiça eletrônico; revisar e padronizar documentos oficiais, digitalizar acórdãos; guardar e conservar os processos judiciais arquivados pelas comarcas e pelo Tribunal de Justiça, deste incluídos os processos administrativos; preservar os documentos e objetos de valor histórico; recepcionar, prestar informações e controlar o acesso do público interno e externo às dependências do Tribunal de Justiça; autuar e cadastrar os processos administrativos; e gerir o acervo bibliográfico do Poder Judiciário catarinense.

É composta pelas Divisões de Atendimento ao Usuário, de Documentação, de Pesquisa e Informação e de Arquivo e Memória do Judiciário, bem como pela Assessoria Técnica e pela Secretaria de Assuntos Específicos.

No ano de 2015, a Diretoria continuou a desenvolver planos de melhoria contínua com acompanhamento dos resultados, com ênfase na otimização dos processos de trabalho e no melhor atendimento aos clientes, internos e externos. Os resultados do trabalho desenvolvido são percebidos nos números apresentados.

### 1.1 Divisão de Atendimento ao Usuário

É composta pela Seção de Atendimento e Informações e pela Seção de Protocolo.

O Setor de Crachás, vinculado à Divisão, é responsável pela confecção de crachás de identificação para magistrados, servidores, comissionados, estagiários e voluntários do Poder Judiciário de Santa Catarina, e para os contratados do Tribunal de Justiça.

No ano de 2015 foram confeccionados 2.570 crachás, conforme a tabela a seguir:

| CONFECÇÃO DE CRACHÁS | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Modalidade** | **Jan** | **Fev** | **Mar** | **Abr** | **Mai** | **Jun** | **Jul** | **Ago** | **Set** | **Out** | **Nov** | **Dez** | **TOTAL** |
| Servidor do TJ | 9 | 4 | 6 | 5 | 7 | 7 | 3 | 5 | 2 | 4 | 3 | 0 | 55 |
| Servidor de Comarca | 21 | 17 | 25 | 14 | 8 | 29 | 7 | 23 | 14 | 27 | 10 | 3 | 198 |
| Estagiário do TJ | 18 | 24 | 14 | 28 | 11 | 28 | 34 | 34 | 27 | 38 | 16 | 10 | 282 |
| Estagiário de Comarca | 150 | 0 | 30 | 60 | 0 | 0 | 0 | 10 | 10 | 20 | 0 | 0 | 280 |
| Voluntário | 0 | 1 | 8 | 5 | 0 | 5 | 3 | 7 | 3 | 2 | 2 | 0 | 36 |
| Contratado | 12 | 21 | 15 | 14 | 59 | 9 | 11 | 8 | 10 | 2 | 17 | 10 | 188 |
| Advogado | 10 | 7 | 14 | 11 | 10 | 5 | 3 | 10 | 9 | 12 | 10 | 3 | 104 |
| 2ª via | 50 | 69 | 68 | 78 | 71 | 51 | 65 | 64 | 130 | 85 | 60 | 55 | 846 |
| 2ª via Advogado | 0 | 2 | 5 | 5 | 3 | 0 | 1 | 2 | 3 | 2 | 5 | 5 | 33 |
| Crachá da Recepção | 0 | 0 | 15 | 0 | 19 | 0 | 315 | 15 | 10 | 10 | 0 | 70 | 454 |
| Outros | 0 | 8 | 15 | 3 | 11 | 23 | 6 | 7 | 10 | 11 | 0 | 0 | 94 |
| **TOTAL** | **270** | **153** | **215** | **223** | **199** | **157** | **448** | **185** | **228** | **213** | **123** | **156** | **2.570** |

Fonte: controle estatístico da Divisão de Atendimento ao Usuário.

A Divisão, além de gerir as seções a ela vinculadas, também disponibilizou 36 carteiras de identidade funcionais para os magistrados e 132 para os servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Ainda, procedeu à manutenção do sistema de acesso aos prédios do Tribunal de Justiça; ao fornecimento de relógios protocolizadores eletrônicos para todas as comarcas e para o Tribunal de Justiça; e à instalação de Centro de Atendimento e Informações nas comarcas.

A Seção de Atendimento e Informações é a responsável pelo controle do acesso às dependências do Tribunal de Justiça e é integrada pelo Centro de Atendimento e Informações, pela Recepção e pela Central

de Cadastramento.

Os Centros de Atendimento e Informações foram criados para proporcionar atendimento diferenciado aos usuários internos e externos do Poder Judiciário de Santa Catarina. Instalados no Tribunal de Justiça e em algumas comarcas do Estado, esses setores são responsáveis por recepcionar e orientar o público em geral prestando informações relativas à estrutura organizacional, ao quadro funcional do Tribunal de Justiça e das comarcas, e aos dados gerais do Poder Judiciário e de outras instituições; fornecer horário das sessões das câmaras e pauta das sessões de julgamento e das audiências; e orientar a utilização dos terminais de autoatendimento.

Seguem os dados estatísticos:

| CENTRO DE ATENDIMENTO E INFORMAÇÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Mês | Atendimento presencial | Atendimento telefônico | Atendimento eletrônico | Total de atendimentos |
| Janeiro | 297 | 1.137 | 180 | 1.614 |
| Fevereiro | 314 | 1.539 | 234 | 2.087 |
| Março | 530 | 1.835 | 600 | 2.965 |
| Abril | 279 | 1.613 | 247 | 2.139 |
| Maio | 206 | 1.248 | 194 | 1.648 |
| Junho | 487 | 1.723 | 465 | 2.675 |
| Julho | 630 | 1.535 | 221 | 2.386 |
| Agosto | 623 | 1.450 | 186 | 2.259 |
| Setembro | 468 | 1.368 | 159 | 1.995 |
| Outubro | 587 | 1.736 | 198 | 2.521 |
| Novembro | 553 | 1.882 | 124 | 2.559 |
| Dezembro | 386 | 1.445 | 30 | 1.861 |
| **TOTAL** | **5.360** | **18.511** | **2.838** | **26.709** |

Fonte: controle estatístico da Seção de Atendimento e Informações.

| CENTRO DE ATENDIMENTO E INFORMAÇÕES DAS COMARCAS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Comarcas | Atendimento presencial | Atendimento telefônico | Atendimento eletrônico | Total de atendimentos |
| Araranguá | 15.913 | 2.127 | 0 | 18.040 |
| Balneário Camboriú | 13.947 | 11.817 | 539 | 26.303 |
| Biguaçu | 7.040 | 920 | 4 | 7.964 |
| Blumenau | 49.001 | 3.917 | 0 | 52.918 |
| Brusque | 22.014 | 1.950 | 1.440 | 25.404 |
| Camboriú | 16.050 | 1.811 | 0 | 17.861 |
| Campos Novos | 57.230 | 21.817 | 0 | 79.047 |
| Capital | 21.068 | 6.056 | 0 | 27.124 |
| Chapecó | 36.298 | 10.075 | 0 | 46.373 |
| Concórdia | 31.179 | 2.587 | 0 | 33.766 |
| Criciúma | 10.198 | 9.919 | 119 | 20.236 |
| Curitibanos | 15.003 | 6.649 | 0 | 21.652 |
| Itajaí | 88.364 | 23.842 | 2.304 | 114.510 |
| Itapema | 3.766 | 0 | 2 | 3.768 |
| Jaraguá do Sul | 23.064 | 953 | 619 | 24.636 |
| Joaçaba | 6.439 | 2.304 | 110 | 8.853 |
| Joinville | 12.727 | 9.168 | 0 | 21.895 |
| Lages | 21.836 | 5.237 | 0 | 27.073 |
| Laguna | 10.236 | 1.687 | 0 | 11.923 |
| Navegantes | 10.096 | 964 | 0 | 11.060 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Otacílio Costa | 5.797 | 0 | 0 | 5.797 |
| Palhoça | 56.682 | 5.614 | 409 | 62.705 |
| Rio do Sul | 14.496 | 798 | 0 | 15.294 |
| São Bento do Sul | 11.218 | 9.226 | 926 | 21.370 |
| São José | 4.753 | 8.328 | 0 | 13.081 |
| São Miguel do Oeste * | 1.450 | 276 | 0 | 1.726 |
| Tubarão | 9.849 | 5.729 | 22 | 15.600 |
| Urussanga | 12.080 | 273 | 0 | 12.353 |
| Xanxerê | 8.963 | 857 | 0 | 9.820 |
| **TOTAL** | **596.757** | **154.901** | **6.494** | **758.152** |

Fonte: controle estatístico das comarcas.
(*) Centro de Atendimento instalado na comarca em 12-11-2015

A Recepção tem por atribuições: identificar magistrados, autoridades, visitantes e colaboradores e orientá-los sobre a localização dos setores internos do Tribunal, os números telefônicos, os eventos, as pautas e as sessões de julgamento; contatar os servidores e os funcionários e recepcionar as turmas de acadêmicos.

A Central de Cadastramento, por sua vez, responsabiliza-se pela identificação dos usuários externos que desejam ter acesso às dependências do Tribunal de Justiça mediante o fornecimento de crachá de identificação pessoal; pelos registros das informações pessoais dos usuários no sistema de acesso; pela disponibilização do crachá temporário no caso de esquecimento de crachá permanente; e por confeccionar crachás permanentes para os advogados inscritos na Seccional de Santa Catarina da Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos da Resolução n. 9/2008-TJ. Os dados estatísticos coletados foram:

| ACESSOS - TJ | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Mês** | **Visitantes** | **Estudante em visita institucional** | **Advogados** | **Total de acessos** |
| Janeiro | 3.766 | 0 | 1.414 | 5.180 |
| Fevereiro | 4.008 | 0 | 2.193 | 6.201 |
| Março | 4.075 | 157 | 2.912 | 7.144 |
| Abril | 4.039 | 160 | 2.399 | 6.598 |
| Maio | 4.090 | 548 | 2.401 | 7.039 |
| Junho | 5.468 | 62 | 2.987 | 8.517 |
| Julho | 5.348 | 0 | 2.987 | 8.335 |
| Agosto | 3.684 | 156 | 2.781 | 6.621 |
| Setembro | 3.917 | 567 | 2.844 | 7.328 |
| Outubro | 4.786 | 522 | 2.955 | 8.263 |
| Novembro | 4.771 | 190 | 3.132 | 8.093 |
| Dezembro | 4.066 | 43 | 1.812 | 5.921 |
| **TOTAL** | **52.018** | **2.405** | **30.817** | **85.240** |

Fonte: sistema DMPAccess.

A Seção de Protocolo é o setor responsável por receber, protocolizar, cadastrar no sistema, preparar e encaminhar aos setores competentes processos administrativos e precatórios. Tem, ainda, as seguintes atribuições: gerenciar e atualizar o Sistema de Protocolo, atender usuários internos e externos e orientá-los sobre os Precatórios e a utilização dos Sistemas de Protocolo Administrativo.

A Seção teve participação efetiva na criação e no desenvolvimento do processo eletrônico administrativo (SPA), mediante trabalho de parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação, notadamente no que tange à criação e à compilação das tabelas de classes e de assuntos.

Eis a estatística de produtividade anual:

| PROTOCOLO ADMINISTRATIVO | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| MÊS | PROCESSOS ADMINISTRATIVOS | PRECATÓRIOS | PETIÇÕES/ PRECATÓRIOS | CANCELAMENTO DE PROCESSOS | SPA | TOTAL |
| Janeiro | 1.949 | 8 | 101 | 10 | 1 | 2.069 |
| Fevereiro | 1.721 | 8 | 133 | 16 | 3 | 1.881 |
| Março | 2.059 | 6 | 145 | 19 | 646 | 2.875 |
| Abril | 1.464 | 7 | 106 | 12 | 345 | 1.934 |
| Maio | 2.573 | 4 | 178 | 11 | 353 | 3.119 |
| Junho | 1.897 | 10 | 386 | 35 | 574 | 2.902 |
| Julho | 1.957 | 2 | 175 | 11 | 658 | 2.803 |
| Agosto | 1.912 | 0 | 206 | 20 | 537 | 2.675 |
| Setembro | 1.633 | 2 | 175 | 27 | 637 | 2.474 |
| Outubro | 1.538 | 1 | 146 | 11 | 626 | 2.322 |
| Novembro | 1.553 | 1 | 156 | 19 | 818 | 2.547 |
| Dezembro | 965 | 0 | 76 | 11 | 512 | 1.564 |
| **TOTAL** | **21.221** | **49** | **1.983** | **202** | **5.710** | **29.165** |

Fonte: sistemas PTC e SAJ.

### 1.2 Divisão de Documentação

É composta por três seções: Revisão; Padronização e Conferência de Acórdãos; e Publicações.

À primeira compete, no Poder Judiciário de Santa Catarina, revisar documentos administrativos e judiciais; orientar a produção de documentos; confeccionar o Guia Prático de Redação do Tribunal de Justiça; revisar a revista Jurisprudência Catarinense e o Anuário das Turmas de Recursos; e elaborar dicas de Português para o Portal do Servidor.

Os servidores da Seção de Revisão, para a elaboração do Manual de Redação de Documentos Judiciais, pesquisaram um total de 272 verbetes e expressões em dicionários gerais, jurídicos, etimológicos, de regências verbal e nominal, de sinônimos e de dificuldades da língua portuguesa, gramáticas, manuais de redação e padronização de textos, guias de revisão, normas técnicas, legislações, além de consultar sítios especializados e a Academia Brasileira de Letras. Também consultaram a grafia de 4.998 palavras compostas, singulares e plurais, hifenizadas ou não.

Além disso, realizaram atividades de correção e padronização de documentos para grande parte da estrutura administrativa e judiciária do Tribunal de Justiça, a saber: Gabinete da Presidência; Gabinete da 1ª Vice-Presidência; Corregedoria-Geral da Justiça; Diretoria-Geral Administrativa; Diretoria-Geral Judiciária; Diretoria de Recursos Humanos; Diretoria de Saúde; Diretoria de Infraestrutura; Diretoria de Tecnlogia da Informação; Diretoria de Recursos e Incidentes; Diretoria de Documentação e Informações; Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude – Ceij; Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos; Comissão Permanente de Jurisprudência; Conselho de Administração do Sistema de Depósitos Judiciais – Sidejud; e gabinetes.

Os servidores dessa Seção elaboraram 12 dicas de Português para o Portal do Servidor e revisaram 175 sentenças de juízes em processo de vitaliciamento, além de aplicar formulário representativo das correções sugeridas nessas sentenças.

Foram corrigidos 304 acórdãos e revisados 133 documentos administrativos, dentre os quais: agenda e calendário do ano subsequente ao deste relatório, apostilas, comunicados, discursos, informativos, páginas para o novo portal, ofícios, pareceres, portarias, programações de evento, relatórios, resoluções etc.

O livro das comarcas de Santa Catarina, as revistas Jurisprudência Catarinense – números 129 e 130 – e o segundo Anuário das Turmas de Recursos também foram revistos.

De 7 de janeiro a 18 de dezembro de 2015, foram revisados os seguintes documentos, consoante demonstrativo abaixo:

| DOCUMENTOS REVISADOS | | |
|---|---|---|
| **Tipo de Documento** | **Quantidade** | **Páginas** |
| Acórdão | 304 | 4.080 |
| Agenda | 3 | 844 |
| Anuário | 1 | 640 |
| Artigo | 3 | 63 |
| Calendário | 1 | 30 |
| Cartilha | 1 | 9 |
| Convite | 1 | 2 |
| Dica | 10 | 14 |
| E-mail | 2 | 2 |
| Folder | 2 | 20 |
| Guia | 1 | 27 |
| Informativo | 11 | 95 |
| Instrução Normativa | 1 | 3 |
| Livro | 8 | 255 |
| Manifestação | 4 | 9 |
| Manual | 4 | 121 |
| Ofício | 1 | 6 |
| Orientação | 7 | 90 |
| Parecer | 16 | 62 |
| Placa | 1 | 11 |
| Portal | 35 | 229 |
| Portaria | 1 | 4 |
| Programação | 1 | 6 |
| Provimento | 3 | 5 |
| Relatório | 9 | 495 |
| Resolução | 4 | 12 |
| Revista | 2 | 2.585 |
| Sentença | 175 | 1.343 |
| **TOTAL** | **602** | **10.923** |

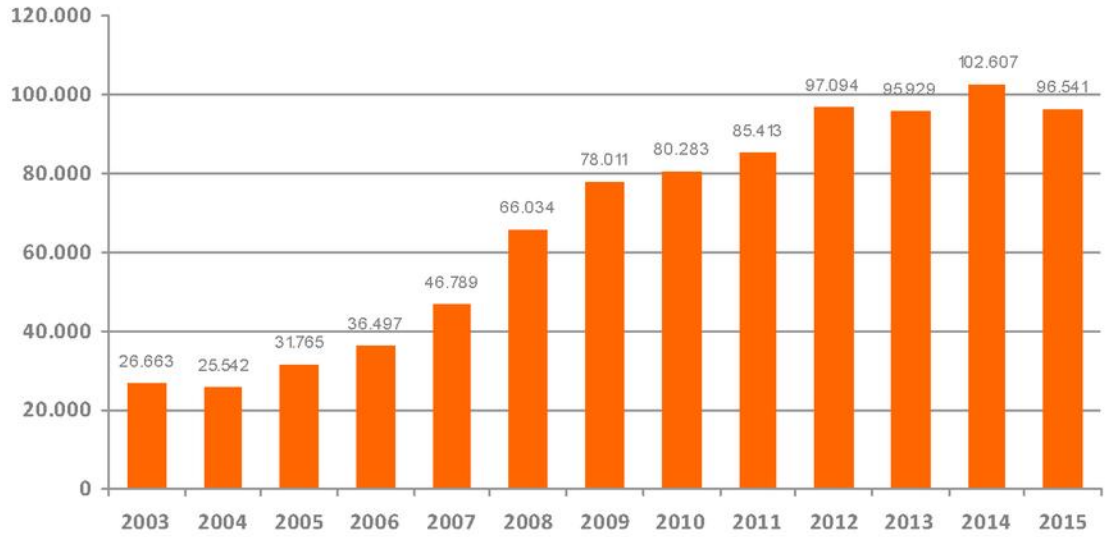
Fonte: controle estatístico da Seção de Revisão.

A Seção de Padronização e Conferência de Acórdãos é a responsável por submeter os acórdãos assinados à formatação estabelecida em resolução; verificar a concordância ou discrepância entre o documento assinado e o disponibilizado em meio eletrônico; zelar pela exatidão das informações contidas na autuação, na certidão de julgamento, no acórdão assinado e no disponibilizado em meio eletrônico; conferir campos específicos desse documento (tipo de processo ou incidente, número dos autos, comarca de origem, relator, ementa, vistos, decisão, custas e assinatura); e incluir votos vencidos e vencedores no arquivo eletrônico.

Nela, foram padronizados 87.964 acórdãos recebidos de gabinetes (encaminhados para publicação entre os dias 7 de janeiro e 18 de dezembro de 2015); além de 7.355 que foram remetidos pela Seção aos gabinetes de desembargador e de juízes substitutos de segundo grau para retificação do texto, como, por exemplo, a data de assinatura do acórdão ou a data da sessão de julgamento, o nome das partes e dos

desembargadores que participaram do julgamento, a decisão, a ortografia da ementa, dentre outros; 1.136 processos foram remetidos à Divisão de Secretaria de Órgãos Julgadores da Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual para retificação de certidão de julgamento, reautuação/correção no cadastro processual, juntada de petições e publicação de despachos; e 86 à Divisão de Editais, o que totalizou 96.541 conferências no período de 7 de janeiro a 18 de dezembro de 2015.

**NÚMERO DE ACÓRDÃOS CONFERIDOS POR ANO**




Fonte: Sistema SAJ/SG.

Por fim, a Seção de Publicações tem por atribuições diagramar o Diário da Justiça eletrônico e disponibilizá-lo no site do Poder Judiciário de Santa Catarina; publicar matérias administrativas do Poder Judiciário catarinense em periódicos de grande circulação no Estado e no Diário Oficial; e digitalizar os acórdãos julgados no Tribunal de Justiça.

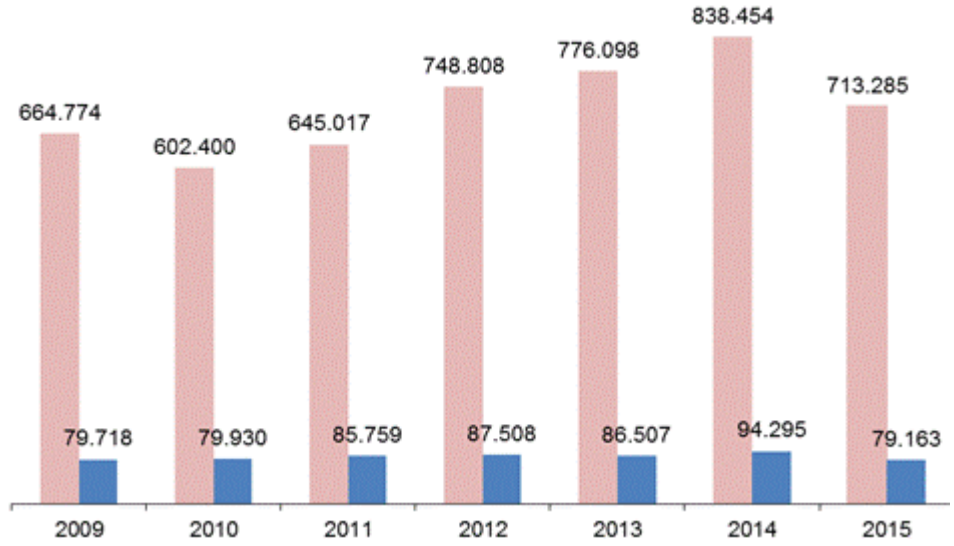
Na seção, foram digitalizados 79.163 acórdãos, que totalizaram 713.285 páginas digitalizadas, conforme quadros abaixo:

**NÚMERO DE ACÓRDÃOS E DE PÁGINAS DIGITALIZADAS POR MÊS**

| Mês | Acordãos Digitalizados | Páginas Digitalizadas |
|---|---|---|
| Janeiro | 2.097 | 18.821 |
| Fevereiro | 5.073 | 45.262 |
| Março | 8.371 | 73.520 |
| Abril | 5.677 | 51.555 |
| Maio | 7.783 | 71.617 |
| Junho | 7.689 | 68.244 |
| Julho | 7.716 | 71.988 |
| Agosto | 7.492 | 67.028 |
| Setembro | 7.840 | 69.920 |
| Outubro | 7.483 | 68.398 |
| Novembro | 5.175 | 46.070 |
| Dezembro | 6.767 | 60.862 |
| **TOTAL** | **79.163** | **713.285** |

Fonte: Sistema de Digitalização de Acórdãos (SDA).

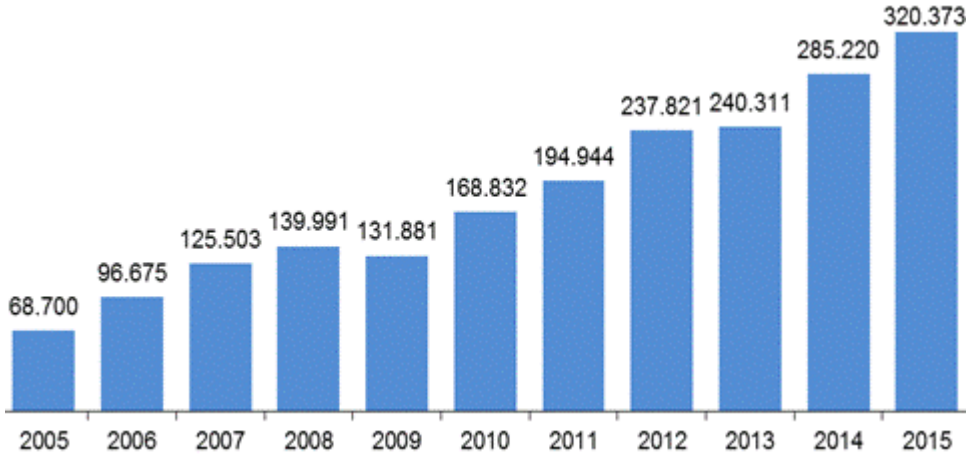
**NÚMERO DE PÁGINAS E DE ACÓRDÃOS DIGITALIZADOS POR ANO**




Fonte: Sistema de Digitalização de Acórdãos (SDA).

De 7 de janeiro a 18 de dezembro de 2015, foram diagramadas e disponibilizadas no site do Poder Judiciário de Santa Catarina 239 edições do Diário da Justiça eletrônico, duas delas extraordinárias. No total, foram publicadas 320.373 matérias.

**NÚMERO DE MATÉRIAS PUBLICADAS NO DJE POR ANO**




Fonte: Módulo de Apoio à Editoração (MAE).

A Seção também foi responsável pela publicação no jornal Diário Catarinense de, aproximadamente, 280 matérias provenientes da Diretoria de Material e Patrimônio. No Diário Oficial do Estado foram publicadas 57 matérias do Poder Judiciário de Santa Catarina, e no Diário Oficial da União, uma matéria.

### 1.3 Divisão de Pesquisa e Informação

A Divisão de Pesquisa e Informação (DPI) tem por escopo a aquisição, o tratamento técnico, a distribuição e as baixas de obras bibliográficas para magistrados, bibliotecas setoriais e demais setores do Poder Judiciário catarinense.

Além de proporcionar e gerenciar interface entre a informação e seus usuários, a DPI também coordena a Biblioteca Desembargador Marcílio Medeiros, que tem por finalidade dar suporte bibliográfico às atividades do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; às demandas de magistrados, por meio de envio de

obras por malote e digitalização de artigos de periódicos; e também disponibilizar o empréstimo local para permitir o acesso democrático à informação ao público em geral.

No ano de 2015, a Divisão priorizou o mapeamento de seus fluxos de trabalho, o controle de seu acervo, a atualização do sistema Pergamum de gerenciamento de bibliotecas e a implantação de sua homepage.

A partir do referido mapeamento, foram detectadas algumas oportunidades de aprimorar o atendimento e a eficiência dos setores, dentre as quais se destacam: a descentralização das atividades operacionais realizadas pela Chefia de Divisão; as cobranças de livros em atraso e de multas pendentes; o uso do processo eletrônico para baixas e doações de obras inservíveis; o incentivo para atualização de acervos de diretorias e setores do Judiciário catarinense; o controle do recebimento e da distribuição dos periódicos para magistrados e setores; e a ampliação dos horários de atendimento da Biblioteca Desembargador Marcílio Medeiros.

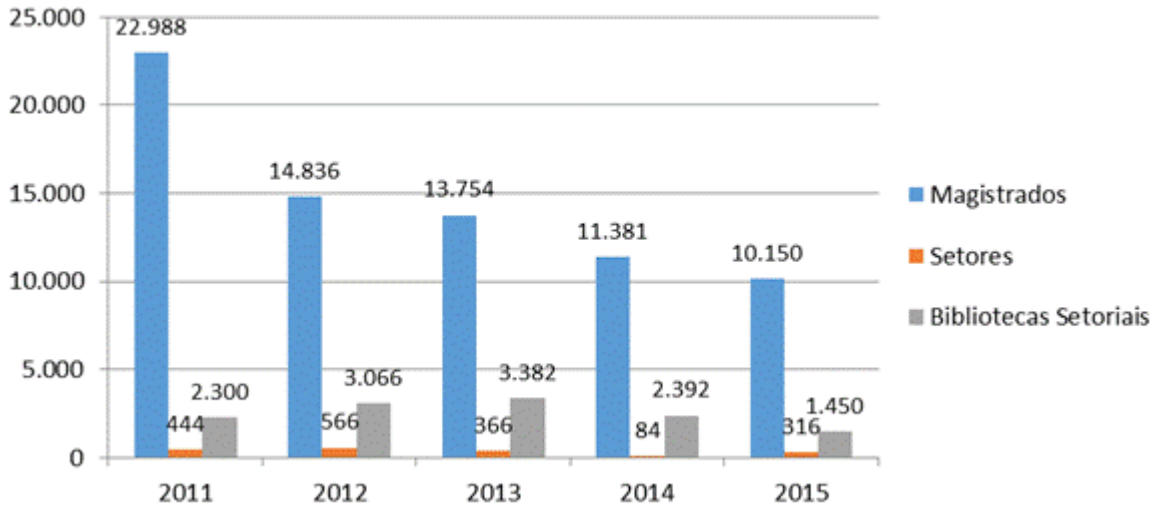
A Divisão é composta pelas Seções de Bibliotecas Setoriais, de Processamento Técnico e de Referência.

As atividades principais da primeira são: orientar os atendentes e usuários das bibliotecas setoriais; auxiliar os magistrados e assessores no esclarecimento de dúvidas sobre requisições de obras bibliográficas; cadastrar, catalogar e classificar os livros recebidos; fazer a distribuição, o empréstimo e o encaminhamento dos livros para magistrados e setores do Poder Judiciário catarinense; entre outras atividades relacionadas à compra de livros.

Em 2015 foram realizadas alterações na sistemática de aquisição de obras, com o propósito de diminuir o intervalo de tempo entre o recebimento e o envio das obras aos requisitantes.

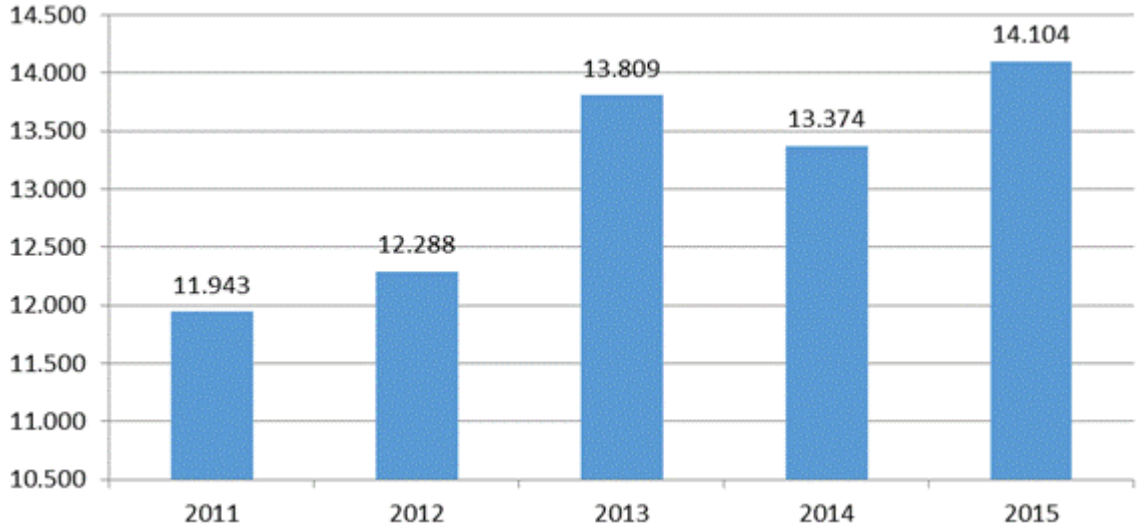
Os dados referentes às atividades da Seção de Bibliotecas Setoriais são os seguintes:

**AQUISIÇÃO DE OBRAS BIBLIOGRÁFICAS POR REQUISITANTE**




Fonte: Sistema Pergamum.

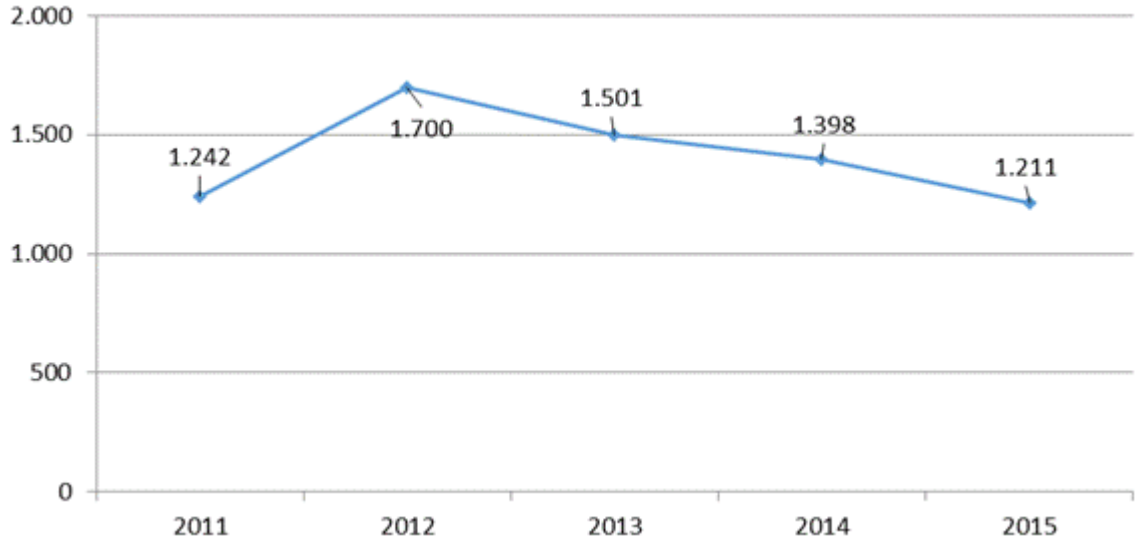
**EMPRÉSTIMOS DE OBRAS NAS BIBLIOTECAS SETORIAIS**




Fonte: Sistema Pergamum.

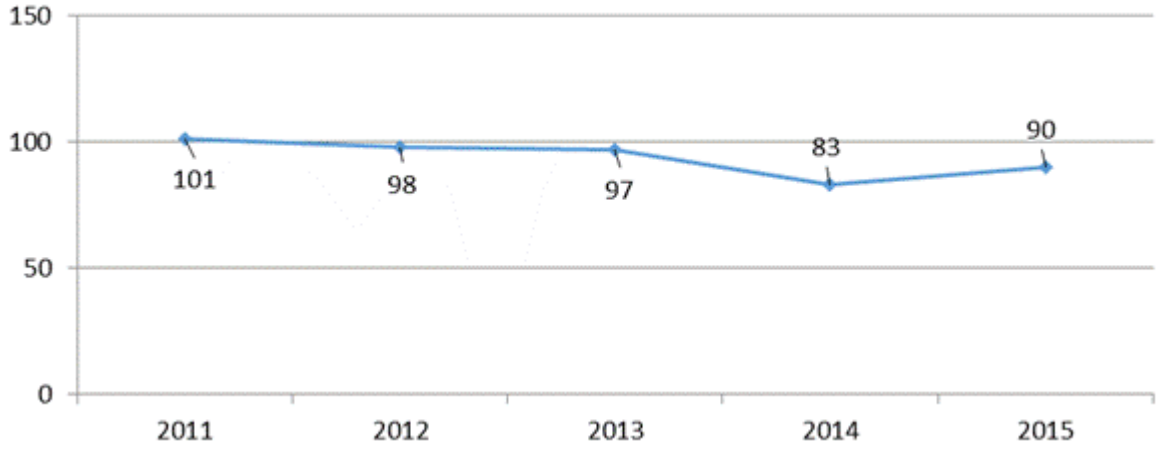
A Seção de Processamento Técnico elabora a relação de obras a serem adquiridas e encaminhadas para a Biblioteca Desembargador Marcílio Medeiros. Além disso, realiza o registro, a indexação, a catalogação e a classificação dos livros, CDs, DVDs, monografias, teses, artigos de doutrina e publicações periódicas adquiridos por compra ou recebidos por doação; transforma os dados em informações disponíveis para consulta e empréstimo; elabora a relação de obras para baixa do acervo e contata instituições públicas interessadas em adquiri-las; e dispensa os necessários cuidados especiais às obras raras. Neste ano, os procedimentos foram alterados para dar mais celeridade às baixas de obras inservíveis e ocorreu reforma na sala de obras raras, o que melhorou as condições de conservação e armazenamento do acervo.

**AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA A BIBLIOTECA DESEMBARGADOR MARCÍLIO MEDEIROS**



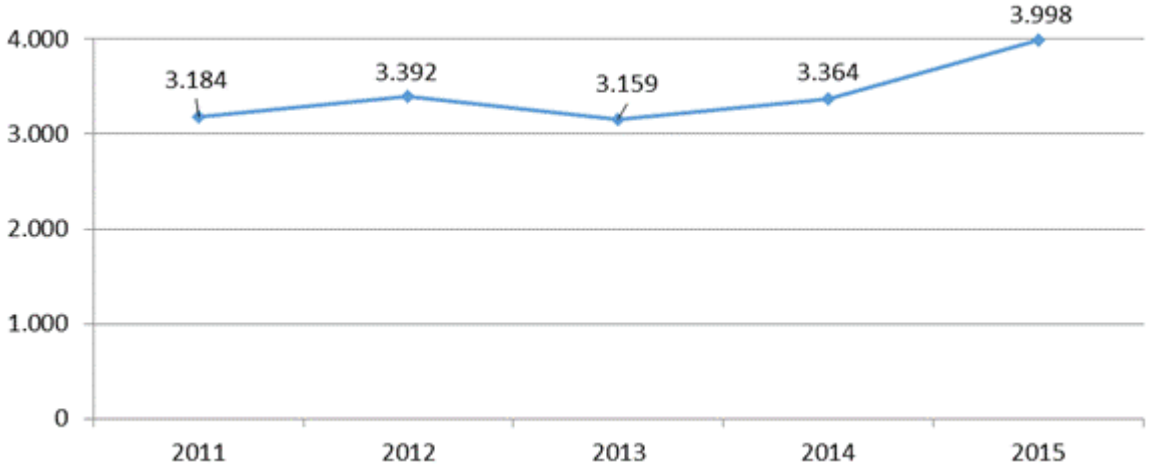

Fonte: Sistema Pergamum.

**AQUISIÇÃO DE PERIÓDICOS PARA A BIBLIOTECA DESEMBARGADOR MARCÍLIO MEDEIROS**




Fonte: Sistema Pergamum.

**INDEXAÇÃO DE ARTIGOS DE PERIÓDICOS PARA A BIBLIOTECA DESEMBARGADOR MARCÍLIO MEDEIROS**

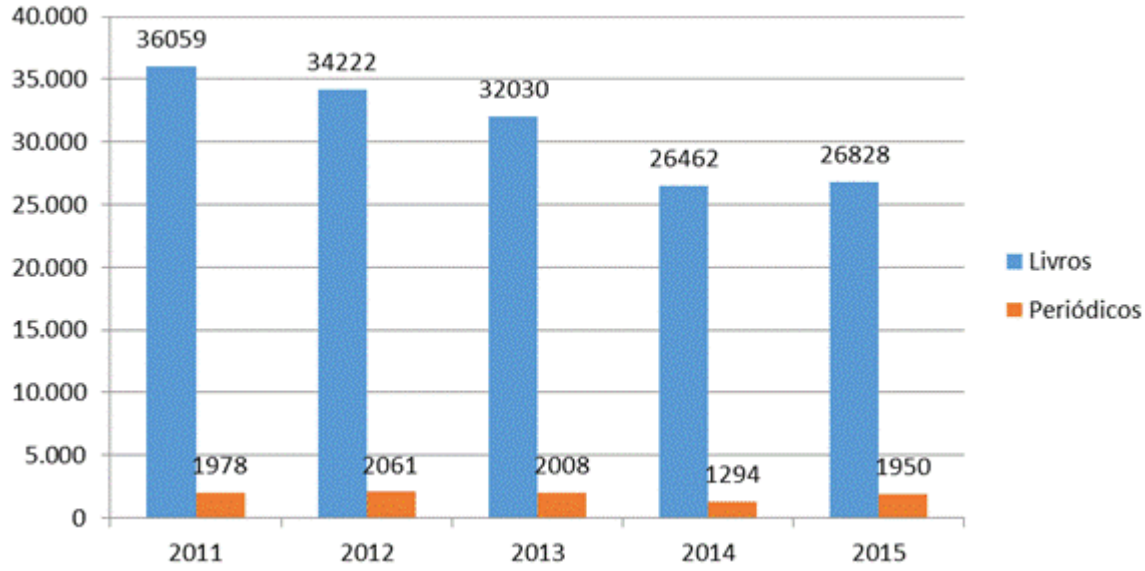



Fonte: Sistema Pergamum.

Na Seção de Referência são fornecidos suportes informacionais e é promovida a orientação dos usuários. É disponibilizada assistência direta e técnica, com a divulgação dos serviços oferecidos pela biblioteca. Durante este ano foi atualizado o sistema Pergamum de gerenciamento das bibliotecas e feito o inventário dos acervos de livros, periódicos, multimeios e obras raras da Biblioteca Desembargador Marcílio Medeiros, o qual resultou na coleta de dados referentes a 64.110 registros de obras bibliográficas.

Dados relativos aos empréstimos:

**EMPRÉSTIMOS DE OBRAS NA BIBLIOTECA DESEMBARGADOR MARCÍLIO MEDEIROS**




Fonte: Sistema Pergamum.

## LIVROS MAIS EMPRESTADOS EM 2015

| POSIÇÃO | EMPRÉSTIMOS | AUTOR | TÍTULO |
|---|---|---|---|
| 1 | 80 | LENZA, Pedro. | Direito constitucional esquematizado. 16. ed. |
| 2 | 73 | MELLO, Celso Antônio Bandeira de. | Curso de direito administrativo. 31. ed. |
| 3 | 72 | PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. | Direito constitucional descomplicado. 12. ed. |
| 3 | 72 | MAZZA, Alexandre. | Manual de direito administrativo. 4. ed. |
| 4 | 71 | ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. | Direito administrativo descomplicado. 22. ed. |
| 5 | 69 | LENZA, Pedro. | Direito constitucional esquematizado. 17. ed. |
| 6 | 60 | MAZZA, Alexandre. | Manual de direito administrativo. 3. ed. |
| 6 | 60 | DIAS, Maria Berenice. | Manual de direito das famílias. 9. ed. |
| 7 | 59 | ABREU, Pedro Manoel; LAMY, Eduardo de Avelar; OLIVEIRA, Pedro Miranda de (Coord.). | Processo e democracia: o processo jurisdicional como um locus da democracia participativa e da cidadania inclusiva no estado democrático de direito. |
| 8 | 57 | GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios; LENZA, Pedro (Coord.). | Direito processual civil esquematizado. 3. ed. |
| 8 | 57 | CAVALIERI FILHO, Sergio. | Programa de responsabilidade civil. 10. ed. |
| 8 | 57 | MADALENO, Rolf. | Curso de direito de família. 5. ed. |
| 9 | 55 | MARTINO, Agnaldo; LENZA, Pedro (Coord.). | Português esquematizado: gramática - interpretação de texto : redação oficial - redação discursiva. 3. ed. |
| 10 | 52 | DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. | Direito administrativo. 26. ed. |
| 10 | 52 | DIAS, Maria Berenice. | Manual das sucessões. 3. ed. |

Fonte: Sistema Pergamum.

## LIVROS MAIS RESERVADOS EM 2015

| POSIÇÃO | QUANTIDADE | AUTOR | TÍTULO |
|---|---|---|---|
| 1 | 114 | BUENO, Cassio Scarpinella. | Novo Código de Processo Civil anotado. |
| 2 | 56 | LENZA, Pedro. | Direito constitucional esquematizado.18. ed. |
| 3 | 109 | MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. | Novo Código de Processo Civil comentado. |
| 4 | 605 | ABREU, Pedro Manoel; LAMY, Eduardo de Avelar; OLIVEIRA, Pedro Miranda de (Coord.). | Processo e democracia: o processo jurisdicional como um locus da democracia participativa e da cidadania inclusiva no estado democrático de direito. |
| 4 | 86 | NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. | Comentários ao Código de Processo Civil: novo CPC - Lei 13.105/2015. |
| 5 | 26 | AMARAL, Guilherme Rizzo. | Comentários às alterações do novo CPC. |
| 6 | 28 | CHIMENTI, Ricardo Cunha. | Direito tributário. 17. ed. |
| 7 | 38 | MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. | Novo curso de processo civil: volume 1 - teoria do processo civil. |
| 8 | 60 | ALEXANDRE, Ricardo. | Direito tributário esquematizado. 9. ed. |
| 8 | 18 | ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. | Resumo de direito administrativo descomplicado. 7. ed. |
| 9 | 49 | BRASIL. Leis, etc.. | Vade Mecum RT. 11. ed. |
| 10 | 24 | MASSON, Cleber. | Direito penal esquematizado: volume 1 - parte geral. 7. ed. |

Fonte: Sistema Pergamum.

**PERIÓDICOS MAIS EMPRESTADOS EM 2015**

| POSIÇÃO | EMPRÉSTIMOS | TÍTULO |
|---|---|---|
| 1 | 219 | REVISTA DE PROCESSO |
| 2 | 113 | REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO PROCESSUAL – RDDP |
| 3 | 96 | REVISTA DOS TRIBUNAIS |
| 4 | 79 | REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL – RBDPRO |
| 5 | 62 | REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES |
| 6 | 55 | REVISTA JURÍDICA CONSULEX |
| 7 | 47 | REVISTA JURÍDICA |
| 8 | 45 | REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS |
| 9 | 42 | REVISTA IOB DE DIREITO DE FAMÍLIA |
| 10 | 40 | REVISTA DE DIREITO IMOBILIÁRIO |

Fonte: Sistema Pergamum.

**ASSUNTOS MAIS PESQUISADOS**

| EMPRÉSTIMOS | CLASSE |
|---|---|
| 6.179 | DIREITO PROCESSUAL – TEORIA GERAL DO PROCESSO |
| 5.749 | DIREITO CIVIL |
| 3.572 | DIREITO PENAL |
| 3.440 | DIREITO ADMINISTRATIVO |
| 2.528 | DIREITO CONSTITUCIONAL |
| 984 | DIREITO COMERCIAL |

Fonte: Sistema Pergamum.

## 1.4 Divisão de Arquivo e Memória do Judiciário

É a responsável pela guarda, de forma centralizada, dos processos judiciais findos arquivados e da documentação administrativa arquivada e produzida pela Secretaria do Tribunal de Justiça; pelo acompanhamento e atualização dos fluxos das atividades desempenhadas pelas seções a ela vinculadas; além do gerenciamento do seu quadro de pessoal e das atividades relativas à manutenção dos galpões que abrigam seu acervo e setores administrativos.

O setor conta com equipe de servidores efetivos, estagiários e terceirizados que atuam em galpões localizados nos municípios de São José e de Palhoça. Além disso, há, em sua estrutura, o Museu do Judiciário e a Capela Ecumênica, localizados no prédio-sede do Tribunal de Justiça.

Em 2015 a equipe da Divisão empreendeu esforços para finalizar a organização de seu acervo de caixas de arquivo, higienizar e catalogar processos antigos sem cadastro nos sistemas de automação judiciária e otimizar as suas instalações prediais. Além disso, foram retomadas as atividades de eliminação de autos judiciais findos, nos termos da Resolução n. 30/2014 - TJ.

Essas ações resultaram em considerável redução do tempo de atendimento dos pedidos de disponibilização da documentação administrativa e processual arquivada, destinação para reciclagem de aproximadamente 35 toneladas de papéis extraídos de autos judiciais e ampliação da capacidade de recebimento de caixas de arquivo.

Em meados de julho de 2015, foi iniciada a reforma global do prédio localizado no município de Palhoça, adquirido pelo TJSC para abrigar a sede da Divisão.

Apesar da inexistência de infraestrutura administrativa no local, coube ao setor o acompanhamento da execução da obra e a adoção de medidas que permitissem a conservação do acervo de processos judiciais

armazenados nas duas estruturas de porta-paletes instaladas no referido prédio, a continuidade das atividades de desarquivamento e rearquivamento de processos do mencionado acervo, o remanejamento para o local de sistema de armazenagem de aço de caixas de arquivo anteriormente instalado num dos galpões locados no município de São José e a transferência de todo o seu conteúdo, ou seja, 160 mil caixas de processos judiciais findos.

Cinco seções compõem a Divisão de Arquivo e Memória do Judiciário.

A Seção de Preparo Técnico, responsável pelo recebimento, guarda e disponibilização da documentação administrativa arquivada da secretaria do Tribunal de Justiça, realizou no período atividades de organização e catalogação de seu acervo documental, físico e microfilmado, buscando celeridade no atendimento dos pedidos de acesso ao acervo sob sua custódia.

Seguem os dados estatísticos da Seção:

**DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

| Mês | Caixas de processos administrativos recebidas | Caixas de documentos recebidas | Remessa física de processos e documentos | Remessa digital de processos e documentos | Pesquisa em documentos microfilmados | Processos catalogados (localizados no acervo de microfilmes) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Janeiro | 570 | 9 | 164 | 124 | 120 | 0 |
| Fevereiro | 3.371 | 7 | 151 | 172 | 50 | 0 |
| Março | 4.278 | 18 | 164 | 178 | 127 | 0 |
| Abril | 316 | 0 | 216 | 81 | 179 | 0 |
| Maio | 63 | 0 | 162 | 78 | 14 | 7.318 |
| Junho | 119 | 0 | 310 | 108 | 285 | 2.647 |
| Julho | 153 | 0 | 438 | 167 | 192 | 0 |
| Agosto | 278 | 0 | 226 | 231 | 248 | 100 |
| Setembro | 164 | 0 | 215 | 147 | 498 | 1.606 |
| Outubro | 0 | 43 | 243 | 107 | 259 | 9.769 |
| Novembro | 185 | 0 | 238 | 98 | 102 | 9.797 |
| Dezembro | 199 | 0 | 55 | 92 | 144 | 0 |
| **TOTAL** | **9.696** | **77** | **2.582** | **1.583** | **2.218** | **31.237** |

Fonte: controle estatístico da Seção de Preparo Técnico.

A Seção de Alocação e Localização, responsável pelo desarquivamento e rearquivamento dos processos judiciais findos de primeiro grau solicitados pelas comarcas e demais setores do Tribunal de Justiça, apresentou a estatística a seguir:

**DESARQUIVAMENTO E REARQUIVAMENTO DE PROCESSOS JUDICIAIS FINDOS DE PRIMEIRO GRAU**

| Mês | Processos solicitados | Processos desarquivados | Processos rearquivados |
|---|---|---|---|
| Janeiro | 3.306 | 4.325 | 2.965 |
| Fevereiro | 4.000 | 3.921 | 3.166 |
| Março | 5.939 | 5.816 | 4.319 |
| Abril | 3.206 | 4.041 | 2.120 |
| Maio | 5.375 | 4.401 | 2.460 |
| Junho | 6.451 | 6.081 | 4.598 |
| Julho | 6.413 | 7.427 | 5.355 |
| Agosto | 6.797 | 6.081 | 4.788 |
| Setembro | 5.700 | 4.349 | 4.392 |
| Outubro | 4.934 | 6.341 | 4.886 |
| Novembro | 4.884 | 4.045 | 4.738 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Dezembro | 2.110 | 1.996 | 2.746 |
| **TOTAL** | **59.115** | **58.824** | **46.533** |

Fonte: sistema SAJ/ARC e controle estatístico da Seção de Alocação e Localização.

No ano de 2015, o setor retomou a atividade de verificação e identificação de processos judiciais antigos sob sua guarda, não inseridos nos sistemas de automação judiciária, o que possibilitou o registro de localização de aproximadamente 42 mil processos distribuídos em 2.300 caixas.

Na Seção de Controle Cadastral, responsável pelo recebimento, conferência e alocação das caixas de processos judiciais findos de primeiro grau para arquivamento centralizado, tem-se a seguinte estatística:

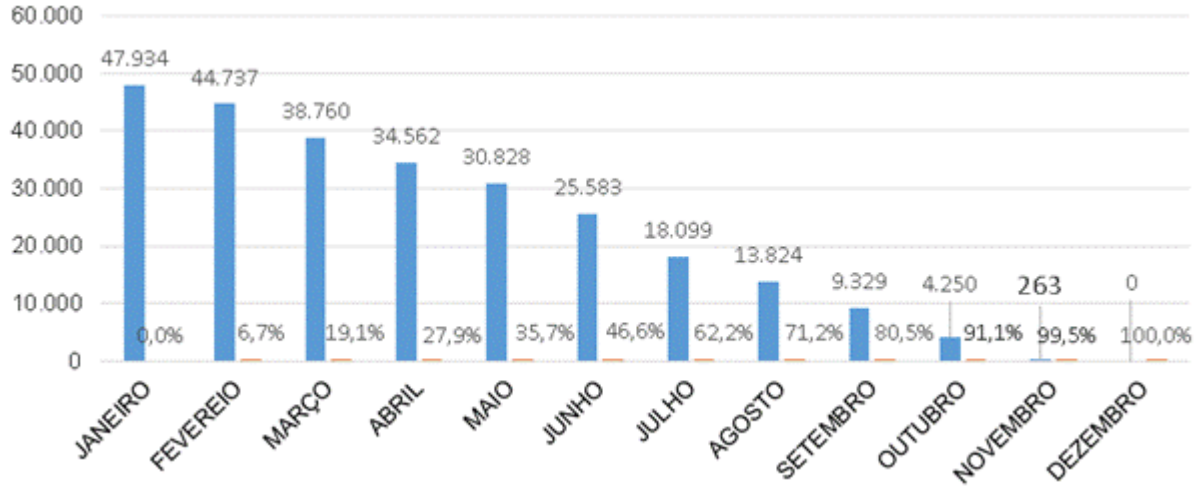
| RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA DE CAIXAS DE PROCESSOS JUDICIAIS FINDOS DE PRIMEIRO GRAU | | | |
|---|---|---|---|
| **Mês** | **Numeração distribuída** | **Caixas recebidas** | **Caixas conferidas** |
| Janeiro | 0 | 1.045 | 3.509 |
| Fevereiro | 1.016 | 1.273 | 3.197 |
| Março | 1.228 | 662 | 5.977 |
| Abril | 2.280 | 0 | 4.198 |
| Maio | 940 | 350 | 3.734 |
| Junho | 1.016 | 92 | 5.245 |
| Julho | 740 | 400 | 7.484 |
| Agosto | 3.242 | 1.304 | 4.275 |
| Setembro | 1.920 | 817 | 4.495 |
| Outubro | 1.997 | 1.520 | 6.253 |
| Novembro | 1.900 | 1.938 | 5.925 |
| Dezembro | 0 | 910 | 1.262 |
| **TOTAL** | **16.279** | **10.311** | **55.554** |

Fonte: controle estatístico da Seção de Controle Cadastral.

Umas das metas alcançadas pelo setor em 2015 foi a eliminação do passivo de caixas de processos judiciais originários das comarcas que aguardavam por conferência, o que contribuiu sobremaneira para a rápida localização de processos durante as atividades de desarquivamento.

Segue abaixo gráfico representativo da evolução desses trabalhos:

**PASSIVO DE CONFERÊNCIA**




Fonte: controle estatístico da Seção de Controle Cadastral.

A equipe da Seção de Controle Cadastral foi, ainda, responsável pelo remanejamento de aproximadamente 250 mil caixas de arquivo, atividade que viabilizou a instalação de nova estrutura de aço para armazenamento de caixas na futura sede da Divisão, no município de Palhoça, e o remanejamento de estrutura similar anteriormente instalada em galpão locado no município de São José.

Na Seção de Digitalização e Pesquisa, responsável pela preparação, digitalização, indexação e remessa eletrônica dos processos judiciais ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, pela guarda temporária dos autos físicos respectivos, enquanto aguardam o julgamento nas respectivas cortes superiores, e, também, pelo gerenciamento do arquivo definitivo de processos findos originários do Tribunal de Justiça catarinense, foram coletados os seguintes dados:

**DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS AO STJ E STF**

| Mês | Processos recebidos | Processos enviados à DRI para remessa física ao STJ/STF | Processos enviados eletronicamente ao STJ | Processos enviados eletronicamente ao STF |
|---|---|---|---|---|
| Janeiro | 358 | 0 | 383 | 29 |
| Fevereiro | 675 | 0 | 570 | 14 |
| Março | 1.099 | 0 | 763 | 13 |
| Abril | 498 | 7 | 561 | 6 |
| Maio | 979 | 1 | 742 | 12 |
| Junho | 1.049 | 2 | 1.120 | 15 |
| Julho | 1.491 | 3 | 1.346 | 17 |
| Agosto | 847 | 2 | 1.012 | 16 |
| Setembro | 728 | 4 | 807 | 15 |
| Outubro | 709 | 1 | 628 | 3 |
| Novembro | 850 | 5 | 789 | 14 |
| Dezembro | 461 | 0 | 758 | 4 |
| **TOTAL** | **9.744** | **25** | **9.479** | **158** |

Fontes: sistemas SAJ/SG e ISTJ.

**ARQUIVAMENTO E DESARQUIVAMENTO DE PROCESSOS EM GUARDA TEMPORÁRIA E DEFINITIVA**

| Mês | Processos arquivados definitivamente | Processos arquivados temporariamente | Processos desarquivados |
|---|---|---|---|
| Janeiro | 985 | 1.598 | 741 |
| Fevereiro | 17 | 605 | 547 |
| Março | 512 | 835 | 946 |
| Abril | 1.429 | 7 | 709 |
| Maio | 779 | 844 | 854 |
| Junho | 727 | 538 | 1.028 |
| Julho | 403 | 1.132 | 699 |
| Agosto | 884 | 847 | 594 |
| Setembro | 528 | 788 | 1.156 |
| Outubro | 992 | 403 | 941 |
| Novembro | 929 | 904 | 1.454 |
| Dezembro | 270 | 0 | 97 |
| **TOTAL** | **8.455** | **8.501** | **9.766** |

Fonte: controle estatístico da Seção de Digitalização e Pesquisa.

Em março de 2015, o setor retomou os trabalhos de eliminação de processos judiciais findos, com fundamento na Tabela de Temporalidade Unificada instituída pela Resolução n. 30/2014-TJ.

No período, o setor analisou 9.904 caixas de processos findos de 2º grau e eliminou 4.148 caixas, destinando para trituração e reciclagem aproximadamente 35 toneladas de papel extraídas de autos

judiciais.

Seguem os dados estatísticos da mencionada atividade:

| ELIMINAÇÃO DE CAIXAS | | |
|---|---|---|
| **Mês** | **Caixas movimentadas** | **Caixas eliminadas** |
| Janeiro | 0 | 0 |
| Fevereiro | 0 | 0 |
| Março | 312 | 147 |
| Abril | 458 | 227 |
| Maio | 551 | 312 |
| Junho | 1215 | 674 |
| Julho | 715 | 280 |
| Agosto | 1085 | 355 |
| Setembro | 1505 | 525 |
| Outubro | 1641 | 650 |
| Novembro | 1492 | 618 |
| Dezembro | 930 | 360 |
| **TOTAL** | **9.904** | **4.148** |

Fonte: controle estatístico da Seção de Digitalização e Pesquisa.

Por fim, à Seção de Museu cabe gerenciar o Museu do Judiciário Catarinense, órgão criado pela Resolução n. 4/1991-TJ, e responsabilizar-se pela aquisição, guarda, preservação, pesquisa histórica, exposição e difusão da memória do Poder Judiciário, bem como pela administração da Capela Ecumênica do Judiciário.

Em 2015, o setor realizou atividades de conservação preventiva do acervo documental, que resultaram na higienização, identificação, catalogação e acondicionamento de 13.709 processos judiciais manuscritos e documentos administrativos com valor para a memória institucional.

Além disso, a partir das atividades de pesquisa histórica sobre a o Poder Judiciário catarinense foi possível a produção de duas importantes obras impressas sobre a Justiça estadual: a terceira edição atualizada do livro “Comarcas de Santa Catarina”, lançado no início do segundo semestre, e o livro “Os Caminhos da Educação no Poder Judiciário de Santa Catarina”, elaborado em parceria com o Centro de Estudos Jurídicos, a Academia Judicial e a Divisão de Artes Gráficas. Com o Núcleo de Comunicação Institucional foi iniciado o “Projeto Memórias”, para criação de vídeos institucionais sobre personalidades do Judiciário catarinense e de livros sobre memórias, com ênfase no Tribunal de Justiça.

Na sala de exposições do Museu foram realizados eventos previstos na agenda nacional do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Assim, no mês de maio, por ocasião da Semana Nacional de Museus, houve a exposição temática “Museus para uma Sociedade Sustentável”, que, além de apresentar acervo de inventários judiciais, ofereceu palestra no auditório do Tribunal de Justiça. Paralelamente, como incentivo à leitura, a Seção desenvolveu espaço cultural para a troca de livros e mídias digitais entre os servidores e outros usuários. Com a Academia Judicial e a Secretaria de Gestão Socioambiental, participou da VI Semana do Meio Ambiente, na qual organizou e promoveu duas palestras que versaram sobre o tema cultura de paz e meio ambiente.

No mês de setembro, a Seção de Museu participou da “Primavera dos Museus” com a exposição “Museus e Memórias Indígenas”, por meio da mostra de autos judiciais sobre o tema, de obras da artista plástica Maria Lúcia Mendes Gobbi sobre a mesma temática e de artefatos indígenas, além de apresentação, no auditório do Tribunal de Justiça, do coral indígena infantil da aldeia do Morro dos Cavalos e de palestra que teve como tema a visão guarani sobre território.

Na Seção de Museu, temos a seguinte estatística sobre atendimentos realizados em 2015:

| ATENDIMENTOS DA SEÇÃO DE MUSEU | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Mês | Pesquisadores atendidos | Visitantes museu | Instituições atendidas | Visitantes capela | Processos históricos catalogados |
| Janeiro | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Fevereiro | 12 | 16 | 0 | 65 | 1.256 |
| Março | 08 | 129 | 12 | 141 | 1.158 |
| Abril | 07 | 351 | 7 | 82 | 1.227 |
| Maio | 08 | 167 | 6 | 125 | 1.054 |
| Junho | 11 | 320 | 10 | 90 | 1.773 |
| Julho | 08 | 23 | 0 | 64 | 1.555 |
| Agosto | 10 | 81 | 05 | 49 | 1.445 |
| Setembro | 13 | 277 | 10 | 109 | 1.539 |
| Outubro | 11 | 275 | 10 | 68 | 1.417 |
| Novembro | 12 | 200 | 3 | 136 | 1.040 |
| Dezembro | 3 | 48 | 1 | 122 | 245 |
| **TOTAL** | **100** | **1.887** | **64** | **1.051** | **13.709** |

Fonte: controle estatístico da Seção de Museu

## ASSESSORIA ESPECIAL

### PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Relatório dos processos que tramitaram na Assessoria Especial - DGA no período de 01/01/2015 a 01/12/2015.

| CLASSE DO ASSUNTO | QUATIDADE |
|---|---|
| ACADEMIA JUDICIAL | 9 |
| AÇÕES CORREICIONAIS DE CONTROLE INTERNO E DE OUVIDORIA | 1 |
| ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL | 360 |
| APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO | 1 |
| APOSENTADORIA | 141 |
| ASSESSORIA E PLANEJAMENTO | 9 |
| AUDITAGEM | 7 |
| AVERBAÇÃO E DESAVERBAÇÃO | 25 |
| CERTIDÃO | 8 |
| CONCESSÕES | 6 |
| CONCURSOS | 24 |
| CONTRATUAL | 269 |
| CONTRATUAL E PATRIMONIAL | 305 |
| CORREGEDORIA GERAL | 12 |
| CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL/ADMINISTRATIVA | 233 |
| DISPOSIÇÃO | 44 |
| ENCARGO PATRONAL/RECOLHIMENTO | 2 |
| ENGENHARIA | 29 |
| FINANÇAS | 13 |
| GERAL | 1.493 |
| GUARDA E SEGURANÇA | 6 |
| INFORMÁTICA | 1 |
| ISENÇÕES E AJUSTES DE PAGAMENTO | 94 |
| LICENÇAS | 1 |
| LICENÇAS E HORÁRIOS DIFERENCIADOS | 40 |
| LICITAÇÃO | 11 |
| MANIFESTAÇÃO | 204 |
| PAGAMENTOS | 499 |
| PATRIMÔNIO | 9 |
| PROGRAMAS/PROJETOS | 9 |
| RECADASTRAMENTO | 3 |
| REGULAMENTAÇÃO | 1 |
| RELATÓRIOS | 3 |
| CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA | 82 |
| **TOTAL** | **4.220** |

## ASSESSORIA DE MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA

A Assessoria de Modernização Judiciária do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina criada pela Resolução GP n. 28 de 9-5-2013 é órgão permanente da estrutura do Tribunal de Justiça, vinculada à Diretoria-Geral Administrativa e tem como atribuições: a) implantar serviços nas atuais unidades jurisdicionais, quando conveniente, e naquelas ainda não instaladas, competindo-lhe, nesse âmbito, o diagnóstico e a consultoria das unidades judiciais, a capacitação de servidores e o acompanhamento posterior; b) zelar pela adoção de boas práticas administrativas e de medidas voltadas à racionalização e uniformização de procedimentos e métodos de trabalho; c) gerenciar o Programa de Digitalização de Processos Judiciais; d) diagnosticar a solução apropriada às oportunidades de melhoria encontradas pela Corregedoria-Geral da Justiça nos relatórios de inspeção correcional.

### GERÊNCIA DE CAPACITAÇÃO

| COMARCA | UNIDADE | PERÍODO |
|---|---|---|
| Capital | Vara de Precatórias, Recuperações Judiciais e Falências | março |
| Capital | 1ª Cível | maio |
| Itapoá | Contadoria | julho e agosto |
| Imbituba | 2ª Vara | setembro e outubro |
| Capital | Distribuição | outubro e novembro |
| Fórum Bancário da Capital | Distribuição | dezembro |

### GERÊNCIA DE DIAGNÓSTICO E CONSULTORIA

| COMARCA | UNIDADE | PERÍODO |
|---|---|---|
| Chapecó | 3ª Vara Criminal | fevereiro a agosto |
| São José | Oficialato de Justiça | março |
| Indaial | 2ª vara Cível | abril |
| Capital | Distribuição Cível | março a agosto |
| Capital | Precatórias, Recuperações Judiciais e Falências | março a outubro |
| Capital | Vara de Execuções contra a Fazenda Pública e Precatórios | abril a dezembro |
| Joinville | Secretaria do Foro | abril a junho |
| Araranguá | Secretaria do Foro | junho |
| Chapecó | Contadoria | julho a dezembro |
| Imbituba | 2ª Vara | julho a outubro |
| Balneário Camboriú | Serviço Social | agosto |
| Curitibanos | Vara Criminal | agosto |
| Blumenau | Secretaria do Foro | agosto e setembro |
| Itapoá | Contadoria | setembro e outubro |
| Balneário Camboriú | Secretaria do Foro | setembro |
| Balneário Camboriú | Distribuição | outubro |
| São José | Serviço Social | outubro |
| Blumenau | 3ª Vara Criminal | outubro e novembro |

| | | |
|---|---|---|
| Fórum Bancário da comarca da Capital | Cartório | novembro |

## GERÊNCIA DE INSTALAÇÃO DE UNIDADES JUDICIAIS

| COMARCA | UNIDADE | PERÍODO |
|---|---|---|
| Chapecó | 2º Juizado Especial Cível | fevereiro |
| Blumenau | 2º Juizado Especial Cível | março |
| Palhoça | Juizado Especial Cível | março |
| Jaraguá do Sul | 2ª Vara Criminal | abril |
| Capital | Unidade Judiciária de Cooperação | setembro |
| Capital | 5ª Vara Criminal | setembro |
| Concórdia | Juizado Especial Cível e Criminal | setembro |
| Pomerode | 2ª Vara | setembro |
| Gaspar | Vara da Família, Infância, Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões | dezembro |

## GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO

| COMARCA | UNIDADE | PERÍODO |
|---|---|---|
| Itajaí | 2ª Vara Cível | setembro |
| São José | Distribuição Cível Criminal | março |
| Joinville | Distribuição Criminal | Janeiro a julho |
| Itajaí | Secretaria do Foro | junho e julho |
| Araquari | Vara Única | setembro |
| Blumenau | Acompanhamento de cônjuge | março |
| Joinville | | março |
| Itapoá | | abril |
| Lages | | abril |
| Capital | | abril |
| Capital | | setembro |
| Xanxerê | | setembro |
| Indaial | | setembro |
| São João Batista | | outubro |
| Fraiburgo | | outubro |
| Joinville | | novembro |

## PROGRAMA DE DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS:

| COMARCA | UNIDADE | Nº de Processos e/ou caixas digitalizados |
|---|---|---|
| Chapecó | 2ª Vara da Fazenda Pública e Vara Regional de Execuções Fiscais e 2ª Vara da comarca de Concórdia (vara filha) | 917 |
| Balneário Camboriú | Vara Regional de Direito Bancário e 1ª Vara da comarca de Itapema (vara filha) | 3.222 |

| | | |
|---|---|---|
| Itajaí | Vara Regional de Direito Bancário, 1ª e 2ª Varas da comarca de Navegantes e 1ª Vara da comarca de Balneário Piçarras (varas filhas) | 4.233 |
| Capital | Fórum Bancário (1ª, 2ª e 3ª Varas de Direito Bancário) | 12.196 |
| | 1ª Vara Cível | 390 |
| | 3ª Vara Cível | 312 caixas |
| | 5ª Vara Cível | 421 |
| | 6ª Vara Cível | 993 caixas |
| | 1º e 2º Juizados Especiais Cíveis | 343 |
| São José | Vara de Execução Penal | 795 |
| Imbituba | Juizado Especial Criminal | 223 |
| Blumenau | 3ª Vara Criminal | 155 |
| Gaspar | Executivo Fiscal Municipal | 192 |

## UNIDADES CAPACITADAS PARA DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS

| COMARCA | UNIDADE | PERÍODO |
|---|---|---|
| São José do Cedro | Vara Única | fevereiro |
| Catanduva | Vara Única | fevereiro |
| Criciúma | Unidade Judiciária de Cooperação | junho |
| Tijucas | 2ª Cível | julho |
| Balneário Camboriú | 3ª Cível | julho |
| Blumenau | 1ª Cível | julho |
| Joinville | 1ª Vara de Direito Bancário | agosto |
| Blumenau | Vara de Direito Bancário | setembro |
| Blumenau | Juizado Especial Criminal | setembro |
| Palhoça | Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho e Registro Público | outubro |
| Criciúma | 4ª Cível | outubro |
| São José | Juizado Especial Criminal | outubro |
| Capital | 5ª Cível | dezembro |
| Brusque | Vara Cível | dezembro |
| Brusque | Vara Comercial | dezembro |

## SECRETARIA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

O ano de 2015 foi marcado pela publicação da Resolução n. 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, de 3 de março do mesmo ano, que disciplinou a criação e a competência das unidades socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e a implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável. Em sintonia com a normativa do CNJ, o PJSC publicou a Resolução n. 28/15-GP que criou a Comissão de Gestão Socioambiental e alterou a denominação da Secretaria de Gestão Ambiental para Secretaria de Gestão Socioambiental, com adequação das atribuições.

O Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Santa Catarina – PLS/PJSC foi aprovado, por unanimidade, no Conselho de Gestão, Modernização Judiciário, de Políticas Públicas e Institucionais em 9 de outubro de 2015. O documento servirá de instrumento vinculado ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário e representa o aprimoramento do trabalho já desenvolvido pela Secretaria de Gestão Socioambiental. Ele possibilita a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social, bem como estimula a reflexão e a mudança dos padrões de compra, consumo e gestão documental dos órgãos do Poder Judiciário. O PLS/PJSC é composto por objetivos, indicadores, metas, responsabilidades, planos de ações e previsão de resultados, conforme as diretrizes da Resolução 201/15-CNJ. Configura, assim, ferramenta essencial de gestão em relação a um planejamento sustentável, racionalização de gastos e dos processos e estímulo a uma gestão inovadora, com fundamento na transparência e na informação considerando a visão sistêmica do órgão.

A partir da vigência da Resolução 28/15, a Secretaria de Gestão Socioambiental passa a ter atribuições relacionadas à Comissão homônima para planejar e executar as ações, projetos e programas, com base em um planejamento estratégico que abrange a responsabilidade social e ambiental. As ações socioambientais, incluindo-se aquelas afetas aos eixos temáticos da A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública, do Ministério do Meio Ambiente, da qual este TJSC é signatário, passaram a integrar o PLS/PJSC. Paralelamente, os dados estatísticos sobre gestão socioambiental são colacionados pela SGS em planilhas para registro, anotação do histórico e elaboração de estatística para a realização de relatórios anuais, planejamento, e consulta de informações.

A gestão de resíduos sólidos, atividade de destaque da Secretaria de Gestão Socioambiental, foi ampliada em 2015, com a expansão dos serviços de coleta de bens apreendidos e com o início das contratações para coleta de resíduos recicláveis nas comarcas do Estado.



*Coleta Bens Apreendidos para Destruição (Fonte: arquivo pessoal)*

A situação dos bens apreendidos judicialmente foi apontada pelo CNJ como um problema crônico nacional que afeta a imagem da administração do Poder Judiciário. No Judiciário catarinense, isso é parte do passado: a Secretaria de Gestão Socioambiental completou um ano de exitosas contratações, inéditas no país, de serviço para coleta, transporte e destruição dos bens apreendidos judicialmente, contemplando a destinação adequada dos resíduos resultantes do processo de destruição. A multiplicação dos resultados positivos obtidos no Tribunal de Justiça às comarcas de Santa Catarina foi um desafio superado.

O outro destaque foi o início da contratação de serviços para a gestão ambientalmente correta dos resíduos recicláveis gerados nas comarcas, vencendo as barreiras impostas pela ausência de serviço público de coleta seletiva nos municípios sede das comarcas. O serviço de coleta seletiva solidária, com destinação dos materiais recicláveis às cooperativas de catadores, foi implantado na Região Sul, de Garopaba à Santa Rosa do Sul, até a Serra Catarinense, incluindo Bom Retiro, Urubici e São Joaquim, além dos fóruns da Região Noroeste, entre Xanxerê, Ponte Serrada e São Lourenço do Oeste.




*Coleta Seletiva - Fórum de Araranguá (Fonte: arquivo pessoal)*

A conclusão bem-sucedida do projeto-piloto de compostagem dos resíduos orgânicos gerados no Tribunal de Justiça – sede e Unidade Presidente Coutinho – foi um incentivo para a contratação de empresa especializada, a qual realiza a coleta, o transporte e a destinação dos resíduos de poda e jardinagem e de pó de café das copas à compostagem, com retorno para o contratante de 5% do volume recolhido, sob a forma de adubo orgânico, que é utilizado nos jardins do Tribunal de Justiça. A meta anual, que incluía a inclusão da comarca de Criciúma no projeto, foi ultrapassada a partir da abrangência de mais sete fóruns da região.



*Compostagem de Resíduos Orgânicos (Fonte: arquivo pessoal)*

Foi concluído o projeto que irá adequar a logística reversa das lâmpadas fluorescentes à Política Nacional de Resíduos Sólidos, preconizada pela Lei Federal n.º 12305/2010, o que aprimorará a gestão dos contratos vigentes. O mesmo se aplica aos projetos básicos concluídos pela Secretaria de Gestão Socioambiental em dezembro do corrente, os quais visam uma solução definitiva para os bens e materiais inservíveis acumulados no TJ e nas comarcas com a destinação adequada dos resíduos resultantes do processo de inutilização.

Em cumprimento ao disposto na Recomendação n. 37/2011-CNJ e na Resolução n. 30/2014-TJ, foram eliminadas trinta toneladas de processos findos e os resíduos resultantes foram encaminhados à reciclagem.



Eliminação de Processos Findos (Fonte: arquivo pessoal)

Houve forte ênfase na divulgação interinstitucional, com a finalidade incentivar as boas práticas socioambientais em outros órgãos públicos, com a realização de palestras e visitas técnicas. A equipe da SGS recepcionou representantes da COMCAP, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Tribunal Justiça do Mato Grosso do Sul, e Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Palestras interinstitucionais sobre o trabalho desenvolvido pela SGS foram realizadas no Tribunal de Justiça do Espírito Santo, Universidade do Estado de Santa Catarina (ESAG), Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região, CESUSC e Associação dos Juízes Federais de SC – AJUFESC e CELESC.

Dentre as atividades culturais e educativas consolidadas, destacaram-se a Semana do Meio Ambiente (6ª edição em 2015) e a Campanha Sinal Verde para a Conciliação, em parceria com a Coordenadoria Estadual do Sistema de Juizados Especiais e Sistemas Alternativos de Solução de Conflitos (5ª edição em 2015). A VI Semana do Meio Ambiente realizou ações com foco no tema “A Paz e a Sustentabilidade”. O TJ e as comarcas participantes realizaram palestras e exposições artístico-educativas.




*Banner Eletrônico (Fonte: Divisão de Artes Gráficas - DIE)*



*Entrega de mudas na Comarca de Navegantes (Fonte: arquivo pessoal)*



*Entrega de canecas na Comarca de Ibirama (Fonte: arquivo pessoal)*

Segue o relatório parcial quantitativo do ano de 2015, com fechamento em 30 de novembro do corrente:

| **RELATÓRIO QUANTITATIVO – SECRETARIA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**<br>PERÍODO JAN-NOV 2015 | |
|---|---|
| **SERVIÇOS** | **QUANTIDADE** |
| RESÍDUOS RECICLÁVEIS COLETADOS – TJ SEDE E FÓRUM CENTRAL (KG) | **55.822** |
| RESÍDUOS RECICLÁVEIS DE PAPEL – TJ SEDE (KG) | **30.357** |
| RESÍDUOS RECICLÁVEIS DE PAPELÃO – TJ SEDE (KG) | **5.214** |
| RESÍDUOS RECICLÁVEIS DE PLÁSTICO, METAL E VIDRO – TJ SEDE (KG) | **12.437** |
| RESÍDUOS RECICLÁVEIS COLETADOS TJ – UPC (KG) | **1.382** |
| RESÍDUOS RECICLÁVEIS – COMARCAS COM CONTRATO (KG) | **49.540** |
| BITUCAS RECOLHIDAS E ENCAMINHADAS À RECICLAGEM TJ (KG) | **61** |
| DESTINAÇÃO ADEQUADA LÂMPADAS FLUORESCENTES (UN) | **31.813** |
| DOCUMENTOS SIGILOSOS E BENS APREENDIDOS PARA DESTRUIÇÃO (KG) | **34.015** |
| ELIMINAÇÃO DE PROCESSOS FINDOS E DESTINAÇÃO À RECICLAGEM (KG) | **30.000** |
| RESÍDUOS DE PODA E JARDIM PARA COMPOSTAGEM (KG) | **2.020** |
| RESÍDUOS DE PÓ DE CAFÉ PARA COMPOSTAGEM (KG) | **13.770** |
| POSTO DE ENTREGA VOLUNTÁRIA DE ÓLEO – CONVÊNIO REÓLEO (L) | **45** |
| DESTINAÇÃO ADEQUADA PILHAS/BATERIAS/ELETROELETRÔNICOS (KG) | **16.921** |
| ENTREGA COLETORES P/RECICLÁVEIS 50L (UN) | **495** |
| ENTREGA COLETORES P/RECICLÁVEIS INOX (UN) | **39** |
| ENTREGA COLETORES P/RECICLÁVEIS 15L (UN) | **852** |
| ENTREGA DE SACOS 100 L P/ RECICLÁVEIS (CENTO) | **439** |
| ENTREGA DE SACOS 50 L P/ RECICLÁVEIS (CENTO) | **625** |
| ENTREGA DE BITUQUEIRAS (UN) | **52** |
| PARECERES EM PROC. ADM. DE GESTÃO AMBIENTAL (UN) | **212** |
| ASSINATURA ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS (UN) | **7** |
| ASSINATURA CONTRATOS NOVOS (UN) | **5** |
| GESTÃO DE CONTRATOS (UN) | **18** |
| GESTÃO CONVÊNIOS (UN) | **5** |
| ELABORAÇÃO PROJETOS BÁSICOS LICITAÇÕES (UN) | **14** |
| REQUISIÇÕES DE COMPRA DIRETA (UN) | **45** |
| IMPLEMENTAÇÃO COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS IN LOCO COMARCAS | **33** |
| COMPOSTO ORGÂNICO PRODUZIDO COM OS RESÍDUOS COMPOSTÁVEIS (KG) | **618** |
| CADERNOS TJSC RECICLA PRODUZIDOS COM MATERIAL DESCARTÁVEL – PEQUENO (UN) | **1.679** |
| CADERNOS TJSC RECICLA PRODUZIDOS COM MATERIAL DESCARTÁVEL – GRANDE (UN) | **1.008** |
| SACOS DE CLIPES TJSC RECICLA PRODUZIDOS COM MATERIAL DESCARTÁVEL (UN) | **183** |
| CONTEÚDO INFORMATIVO/EDUCATIVO DESENVOLVIDO | **2** |
| AÇÕES ARTÍSTICO-EDUCATIVAS EM EVENTOS AMBIENTAIS NO TJSC E NAS COMARCAS | **10** |
| CAMPANHAS | **2** |
| PALESTRAS | **9** |
| PARTICIPAÇÃO DA SGS EM CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, CURSOS E OUTROS | **5** |

| | |
|---|---|
| ATENDIMENTO PESSOAL A ESTUDANTES, PESQUISADORES, COMISSÕES E OUTROS | **15** |

## SECRETARIA EXECUTIVA

As atividades da Secretaria Executiva encontram-se regulamentadas pelo art. 5º da Resolução 28/2013 – GP, dentre as quais se lhe atribui: auxiliar o Diretor-Geral Administrativo no controle da agenda e dos despachos, competindo-lhe a conferência de documentos e organização de arquivos; dar suporte para atendimento e apoio a clientes internos e externos, bem como o acompanhamento e preparação de reuniões; redigir e controlar os expedientes solicitados pelo Diretor-Geral Administrativo; organizar arquivos e controlar documentos e correspondências, distribuindo-os dentro de sua complexidade e importância; planejar, organizar e executar atividades secretariais específicas.

## PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Relatório dos processos que tramitaram na Secretaria Executiva - DGA no período de 01/01/2015 a 01/12/2015.

| CLASSE DO ASSUNTO | QUATIDADE |
|---|---|
| ACADEMIA JUDICIAL | 2 |
| AÇÕES CORREICIONAIS DE CONTROLE INTERNO E DE OUVIDORIA | 1 |
| ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL | 2.259 |
| APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO | 1 |
| ASSESSORIA E PLANEJAMENTO | 10 |
| AUDITAGEM | 1 |
| AVERBAÇÃO E DESAVERBAÇÃO | 6 |
| CONCURSOS | 40 |
| CONTRATUAL | 92 |
| CONTRATUAL E PATRIMONIAL | 1.099 |
| CORREGEDORIA GERAL | 112 |
| CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL/ADMINISTRATIVA | 13 |
| DEVOLUÇÃO DE CUSTAS | 2 |
| DISPOSIÇÃO | 9 |
| ENCARGO PATRONAL/RECOLHIMENTO | 7 |
| ENGENHARIA | 8 |
| FINANÇAS | 12 |
| GERAL | 150 |
| GUARDA E SEGURANÇA | 58 |
| INFORMÁTICA | 1 |
| LICITAÇÃO | 5 |
| MANIFESTAÇÃO | 77 |
| PAGAMENTOS | 2.412 |
| PATRIMÔNIO | 56 |
| PROGRAMAS/PROJETOS | 3 |
| RELATÓRIOS | 6 |
| REMOÇÃO | 242 |
| SINDICATOS E/OU ASSOCIAÇÕES DE CLASSES | 13 |
| SOLICITAÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS | 8 |
| SOLICITAÇÃO/DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO CNJ | 2 |
| PROCESSOS ADMINISTRATIVOS ELETRÔNICOS – SPA | 1.594 |

| | |
|---|---|
| PEDIDOS DE DESPESA COM DESLOCAMENTO – SGDD | **9.087** |
| PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO – WORKFLOW | **7.707** |
| **TOTAL** | **25.095** |

## DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) possui como principal atribuição o gerenciamento de ações destinadas ao cumprimento de metas, propostas e diretrizes traçadas pela Administração do Poder Judiciário de Santa Catarina, no que se refere à:

- Fiscalização e acompanhamento de obras (construção, reforma e ampliação);
- Coordenação da conservação/manutenção predial;
- Coordenação da manutenção (corretiva/preventiva) de elevadores/plataformas elevatórias, de sistemas de climatização, de subestações de energia elétrica, etc.;
- Elaboração de projetos de engenharia e arquitetura;
- Elaboração de estudos de leiaute;
- Análise de requisições de compra pertinentes às áreas de engenharia e arquitetura;
- Análise e acompanhamento de editais de licitação relacionados a essas áreas.

Alguns números traduzem a importância do trabalho desempenhado pela equipe da Diretoria de Engenharia e Arquitetura:

- Atualmente, a DEA gerencia cerca de **150 edificações**, que, juntas, somam uma área de quase **300 mil m²** (englobando Fóruns e Casas da Cidadania).
- Para tanto, são necessários recursos de grande monta: somente durante 2015, foi administrado um orçamento de aproximadamente **R$ 74 milhões** (conforme a Lei Orçamentária Anual).

Além disso, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura atua diariamente nos prédios-sede do Tribunal de Justiça, atendendo a chamados emergenciais (nas áreas de climatização, de elevadores, de instalações elétricas e de manutenção predial em geral). Durante 2015, foram cerca de **4.600 atendimentos**.

### 1. OBRAS CONCLUSAS

| Nº | LOCALIDADE | OBRA | Nº DO CONTRATO | INVESTIMENTO (SEM ADITIVOS) | DATA DE CONCLUSÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | BLUMENAU | Reforma parcial do Salão do Júri (cobertura) | 172/2014 | R$ 519.172,15 | 17/07/2015 |
| 02 | CAPITAL – SEDE | Instalação de películas de proteção solar em esquadrias | 09/2015 | R$ 146.644,10 | 08/05/2015 |
| 03 | CAPITAL – SEDE | Reforma parcial da impermeabilização da laje de cobertura do Salão do Júri | 237/2013 | R$ 235.332,86 | 24/01/2015 |
| 04 | CAPITAL – SEDE | Reforma parcial (13º pavimento) | 12/2014 | R$ 716.200,23 | 13/01/2015 |
| 05 | FRAIBURGO | Reforma parcial – esquadrias, porta giratória e acessibilidade | 06/2014 | R$ 510.390,86 | 25/09/2015 |
| 06 | ITUPORANGA | Cercamento | 40/2015 | R$ 194.090,60 | 09/09/2015 |
| 07 | POMERODE | Reforma global e ampliação | 186/2013 | R$ 3.396.301,65 | 01/09/2015 |
| 08 | SÃO JOSÉ | Reforma de passeio público e estacionamento, bem como cercamento do terreno | 66/2014 | R$ 458.258,91 | 26/01/2015 |
| 09 | TJ – TORRE II | Ampliação da antiga Diretoria Judiciária | 51/2013 | R$ 426.874,05 | 28/04/2015 |
| 10 | TJ – TORRE II | Reforma parcial para adequações necessárias à obtenção de “Habite-se” junto ao Corpo de Bombeiros | 248/2013 | R$ 124.278,16 | 02/02/2015 |

Fonte: Controle da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA



Reforma global e ampliação do Fórum da Comarca de Pomerode (Foto: DEA)

## 2. OBRAS EM EXECUÇÃO

| N° | LOCALIDADE | OBRA | Nº DO CONTRATO / EMPENHO | INVESTIMENTO (SEM ADITIVOS) |
|---|---|---|---|---|
| 01 | ARARANGUÁ | Reforma parcial | 28/2015 | R$ 945.169,50 |
| 02 | CANOINHAS | Construção de nova sede | 51/2015 | R$ 17.111.887,48 |
| 03 | CAPITAL – DES. EDUARDO LUZ | Reforma parcial | 2/2014 | R$ 1.011.582,49 |
| 04 | CAPITAL – SEDE | Instalação de porta giratória | 138/2015 | R$ 96.890,40 |
| 05 | CHAPECÓ | Reforma parcial (cobertura) | 170/2012 | R$ 920.503,44 |
| 06 | GASPAR | Construção de nova sede | 1/2014 | R$ 18.903.062,04 |
| 07 | IMBITUBA | Reforma parcial | 180/2012 | R$ 221.992,11 |
| 08 | ITAIÓPOLIS | Reforma parcial e construção de garagem | 206/2012 | R$ 673.010,55 |
| 09 | NAVEGANTES | Construção de nova sede | 60/2014 | R$ 16.324.488,52 |
| 10 | RIO DO SUL | Construção de nova sede | 5/2014 | R$ 24.839.582,86 |
| 11 | SÃO BENTO DO SUL | Reforma parcial | 228/2014 | R$ 1.297.424,52 |
| 12 | SÃO CARLOS | Reforma parcial | 62/2015 | R$ 626.744,65 |
| 13 | TJ – UNIDADE ALMIRANTE LAMEGO | Reforma global - para ocupação do prédio | 88/2015 | R$ 2.379.843,93 |
| 14 | TJ – ARQUIVO CENTRAL | Cercamento | 183/2015 | R$ 450.409,01 |
| 15 | TJ – ARQUIVO CENTRAL | Reforma global | 82/2015 | R$ 14.270.645,97 |
| 16 | TJ – TORRE I | Instalação de novos elevadores | 23/2015 | R$ 1.635.000,00 |
| 17 | TJ – TORRE II | Recuperação de sacadas, brises e passarelas | 233/2013 | R$ 554.024,24 |

Fonte: Controle da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA



Reforma global do Arquivo Central (Foto: DEA)



Reforma global do Arquivo Central (Foto: DEA)



Construção do novo Fórum de Navegantes (Foto: DEA)



Construção do novo Fórum de Gaspar (Foto: DEA)



Construção do novo Fórum de Gaspar (Foto: DEA)



Construção do novo Fórum de Gaspar (Foto: DEA)

## 3. MANUTENÇÕES REALIZADAS (climatização)

| Nº | LOCALIDADE | OBJETO | Nº DO CONTRATO |
|---|---|---|---|
| 01 | BLUMENAU | Manutenção (preventiva e corretiva) nos sistemas de climatização dos Fóruns Central e Universitário | 182/2010 |
| 02 | BRUSQUE | Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização | 123/2015 |
| 03 | CAMPO ERÊ | Manutenção no sistema de calefação | 109/2012 |
| 04 | CAPITAL – DES. EDUARDO LUZ | Manutenção (preventiva e corretiva) nos dois equipamentos chiller (resfriadores de líquido) do sistema de climatização central | 57/2013 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 05 | CAPITAL – DES. EDUARDO LUZ | Manutenção (preventiva e corretiva) nos climatizadores tipo cassete, modulares, hidrônicos, de embutir, ventiladores, acessórios e componentes do circuito hidráulico de água gelada do sistema de climatização | 137/2013 |
| 06 | CAPITAL - SEDE | Manutenção (preventiva e corretiva) nos resfriadores de líquido, nos condicionadores de ar do tipo Fan-coil e hidrônicos, nas bombas primárias e secundárias, nas torres de arrefecimento, nas caixas de volume de ar variável, do sistema de climatização | 184/2013 |
| 07 | CAPITAL - NORTE DA ILHA | Manutenção (preventiva e corretiva) nos sistemas de climatização | 183/2010 |
| 08 | CHAPECÓ | Manutenção (preventiva e corretiva) nos sistemas de climatização | 64/2012 |
| 09 | CRICIÚMA | Manutenção do sistema de climatização (Salão do Júri) | 154/2010 |
| 10 | ITAJAÍ | Manutenção (preventiva e corretiva) nos sistemas de climatização do Salão do Júri | 177/2010 |
| 11 | JARAGUÁ DO SUL | Manutenção (preventiva e corretiva) nos sistemas de climatização | 185/2010 |
| 12 | JOINVILLE | Manutenção (preventiva e corretiva) nos sistemas de climatização do Salão do Júri | 184/2010 |
| 13 | PALHOÇA | Manutenção (preventiva e corretiva) nos dois equipamentos chiller (resfriadores de líquido) do sistema de climatização central | 54/2013 |
| 14 | PALHOÇA | Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização | 179/2015 |
| 15 | PODER JUDICIÁRIO | Manutenção (preventiva e corretiva) nos aparelhos de ar-condicionado instalados nas edificações do Poder Judiciário - Região da Grande Florianópolis | 123/2014 |
| 16 | PODER JUDICIÁRIO | Serviços continuados de instalação de equipamentos de ar-condicionado do tipo split, modelo hi-wall e piso-teto, nas edificações do Poder Judiciário - Região da Grande Florianópolis | 162/2014 |
| 17 | SÃO JOAQUIM | Manutenção no sistema de calefação | 108/2012 |
| 18 | SÃO JOSÉ | Manutenção do sistema de climatização | 113/2011 |
| 19 | TJ - TORRE I | Manutenção (preventiva e corretiva) nos equipamentos de climatização do tipo “janeleiro” | 167/2013 |
| 20 | TJ - TORRE I | Manutenção (preventiva e corretiva) nos equipamentos de climatização do tipo split, split inverter, self contained, VRV, dentre outros | 226/2013 |
| 21 | TJ - TORRE II | Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização | 217/2013 |
| 22 | TUBARÃO | Manutenção (preventiva e corretiva) nos sistemas de climatização do Salão do Júri | 233/2011 |
| 23 | URUBICI | Manutenção no sistema central de calefação | 104/2012 |

Fonte: Controle da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

## 4. MANUTENÇÕES REALIZADAS (elevadores e plataformas elevatórias)

| Nº | LOCALIDADE | OBJETO | Nº DO CONTRATO |
|---|---|---|---|
| 01 | ACADEMIA JUDICIAL | Manutenção (preventiva e corretiva) dos elevadores | 51/2011 |
| 02 | BLUMENAU | Manutenção de dois elevadores | 80/2011 |
| 03 | CAPITAL – DES. EDUARDO LUZ | Manutenção (preventiva e corretiva) de elevador | 08/2015 |
| 04 | COMARCAS DIVERSAS | Manutenção em elevadores instalados nos prédios dos Fóruns/unidades judiciárias de Palhoça, Capital, Norte da Ilha, Direito Bancário, São José, São Joaquim, Joaçaba, Chapecó, Joinville, Brusque, Lages, Balneário Camboriú e Concórdia | 187/2013 |
| 05 | CRICIÚMA | Manutenção de dois elevadores | 215/2011 |
| 06 | ITAJAÍ | Manutenção de dois elevadores | 81/2011 |
| 07 | PODER JUDICIÁRIO | Manutenção (preventiva e corretiva) nas plataformas elevatórias instaladas em prédios do Poder Judiciário | 18/2014 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 08 | SÃO JOSÉ - ANEXO | Manutenção (preventiva e corretiva) em elevadores instalados no prédio anexo ao Fórum da comarca de São José | 19/2015 |
| 09 | TJ - TORRE I | Manutenção de elevadores | 27/2010 |
| 10 | TJ – TORRE II | Manutenção (preventiva e corretiva) de 4 elevadores | 167/2012 |
| 11 | TJ - UPC | Manutenção (preventiva e corretiva) de dois elevadores | 88/2011 |

Fonte: Controle da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

## 5. OUTRAS MANUTENÇÕES REALIZADAS

| Nº | LOCALIDADE | OBJETO | Nº DO CONTRATO |
|---|---|---|---|
| 01 | BRUSQUE | Manutenção predial (preventiva e corretiva) | 178/2014 |
| 02 | CAPITAL - SEDE | Manutenção (preventiva e corretiva) do grupo gerador | 148/2012 |
| 03 | CAPITAL - SEDE | Manutenção (preventiva e corretiva) de pele de vidro | 148/2013 |
| 04 | COMARCAS DIVERSAS | Manutenção (preventiva e corretiva) em paredes de divisórias leves, paredes de gesso acartonado, forro modular, forro de gesso acartonado, piso laminado de madeira e piso vinílico para os prédios das Regiões: I - Sul do Estado; II - Grande Florianópolis; III - Vale do Itajaí | 125/2013 |
| 05 | COMARCAS DIVERSAS | Manutenção do sistema preventivo contra incêndio em unidades do Poder Judiciário | 07/2013 |
| 06 | COMARCAS DIVERSAS | Manutenção do sistema preventivo contra incêndio em unidades do Poder Judiciário | 08/2013 |
| 07 | COMARCAS DIVERSAS | Manutenção do sistema preventivo contra incêndio em unidades do Poder Judiciário | 09/2013 |
| 08 | COMARCAS DIVERSAS | Manutenção (preventiva e corretiva) em paredes de divisórias leves, paredes de gesso acartonado, forro modular, forro de gesso acartonado, piso laminado de madeira e piso vinílico para os prédios das Regiões: I - Sul do Estado; II - Grande Florianópolis; III - Vale do Itajaí | 126/2013 |
| 09 | COMARCAS DIVERSAS | Pintura de prédios do Poder Judiciário – Região I (Sul do Estado) | 193/2013 |
| 10 | COMARCAS DIVERSAS | Manutenção (preventiva e corretiva) de pintura em prédios do Poder Judiciário – Região III (Vale do Itajaí) | 195/2013 |
| 11 | COMARCAS DIVERSAS | Manutenção (preventiva e corretiva) de pintura em prédios do Poder Judiciário - Região IV (Norte do Estado) e Região VI (Oeste do Estado) | 196/2013 |
| 12 | COMARCAS DIVERSAS | Manutenção (preventiva e corretiva) de pintura em prédios do Poder Judiciário – Região V (Região Serrana) | 197/2013 |
| 13 | COMARCAS DIVERSAS | Manutenção predial (preventiva e corretiva) para prédios do Poder judiciário - Região I (Sul do Estado) | 21/2014 |
| 14 | COMARCAS DIVERSAS | Manutenção predial (preventiva e corretiva) para prédios do Poder judiciário - Região VI (Oeste do Estado) | 23/2014 |
| 15 | COMARCAS DIVERSAS | Execução de serviços de instalação, conservação e manutenção das instalações elétricas e de telecomunicações em prédios do Poder Judiciário - Região I (Sul do Estado) | 27/2014 |
| 16 | COMARCAS DIVERSAS | Serviços de instalação e manutenção das redes elétricas e de telecomunicações em prédios do Poder Judiciário - Região IV (Norte do Estado); Região V (Região Serrana); Região VI (Oeste do Estado) | 29/2014 |
| 17 | PODER JUDICIÁRIO | Manutenção (preventiva e corretiva) de vidros e películas em esquadrias de unidades do Poder Judiciário | 111/2013 |
| 18 | PODER JUDICIÁRIO | Serviços continuados de limpeza de reservatório de água e desentupimento do sistema hidrossanitário de prédios locados e de propriedade do Poder Judiciário - Região da Grande Florianópolis | 176/2012 |
| 19 | PODER JUDICIÁRIO | Manutenção (preventiva e corretiva) de pintura em prédios do Poder Judiciário – Região II (Grande Florianópolis) | 194/2013 |
| 20 | PODER JUDICIÁRIO | Manutenção de películas em esquadrias de unidades do Poder Judiciário – Região da Grande Florianópolis | 218/2013 |
| 21 | PODER JUDICIÁRIO | Manutenção (preventiva e corretiva) em estações de tratamento de esgoto (ETEs) de prédios do Poder Judiciário | 241/2013 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 22 | PODER JUDICIÁRIO | Execução de serviços de instalação, conservação e manutenção das instalações elétricas e de telecomunicações em prédios do Poder Judiciário - Região II (Grande Florianópolis) e Região III - Vale do Itajaí | 28/2014 |
| 23 | PODER JUDICIÁRIO | Manutenção predial (preventiva e corretiva) em prédios do Poder judiciário - Região II (Grande Florianópolis) | 22/2014 |
| 24 | TJ - TORRE II | Manutenção corretiva em esquadrias da Glazing | 164/2013 |

Fonte: Controle da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

## 6. OBRAS E SERVIÇOS EM LICITAÇÃO

| Nº | LOCALIDADE | OBJETO |
|---|---|---|
| 01 | BARRA VELHA | Reforma Parcial – sistema preventivo contra incêndio e substituição da cobertura |
| 02 | BOM RETIRO | Reforma parcial – adequação de acessibilidade |
| 03 | BRUSQUE | Manutenção do sistema de climatização |
| 04 | CAPITAL - SEDE | Manutenção (preventiva e corretiva) de esquadrias |
| 05 | CHAPECÓ | Reforma parcial – adequação do sistema preventivo contra incêndio |
| 06 | COMARCAS DIVERSAS | Manutenção (preventiva e corretiva) de pintura em prédios do Poder Judiciário – Região Sul |
| 07 | COMARCAS DIVERSAS | Manutenção (preventiva e corretiva) de portas automáticas de prédios do Poder Judiciário - Grande Florianópolis |
| 08 | CORREIA PINTO | Instalação de porta giratória |
| 09 | CRICIÚMA | Instalação de novos elevadores |
| 10 | FRAIBURGO | Manutenção (preventiva e corretiva) de plataforma elevatória |
| 11 | PALHOÇA | Manutenção (preventiva e corretiva) do sistema de climatização |
| 12 | TRIBUNAL DE JUSTIÇA | Contratação emergencial, por um período de 6 meses, de serviços continuados de manutenção (preventiva e corretiva) do grupo gerador de energia |
| 13 | TRIBUNAL DE JUSTIÇA | Manutenção (preventiva e corretiva) em nobreak do CPD |
| 14 | TRIBUNAL DE JUSTIÇA | Manutenção corretiva no sistema nobreak de fornecimento de energia elétrica ao CPD |
| 15 | TJ – TORRE I | Reforma dos pavimentos 5º, 5ºA e 6º |
| 16 | TJ – TORRE I | Manutenção (preventiva e corretiva) em equipamentos de climatização tipo janeleiro |
| 17 | TJ – TORRE II | Instalação de novo sistema de iluminação do Tribunal Pleno |
| 18 | TJ – TORRE II | Manutenção preventiva em sistema de CFTV (Circuito Fechado de TV) |
| 19 | TJ - UPC | Manutenção (preventiva e corretiva) em elevadores |
| 20 | SÃO BENTO DO SUL | Contenção de talude |
| 21 | SÃO JOSÉ | Manutenção (corretiva e preventiva) em elevadores |

Fonte: Controle da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

## 7. PROJETOS DE ENGENHARIA EM DESENVOLVIMENTO (contratados)

| N° | LOCALIDADE | OBJETO | Nº DO CONTRATO / EMPENHO | VALOR |
|---|---|---|---|---|
| 01 | BALNEÁRIO CAMBORIÚ | Atualização do projeto preventivo contra incêndio do prédio do antigo Fórum | 107/2015 | R$ 8.080,00 |
| 02 | CAMPOS NOVOS | Elaboração de projeto preventivo contra incêndio e de projeto hidrossanitário destinados às obras de construção do novo Fórum | 151/2015 | R$ 45.000,00 |
| 03 | CAMPOS NOVOS | Elaboração do projeto estrutural destinado à construção do novo Fórum | 131/2015 | R$ 74.200,00 |
| 04 | CAPITAL – DES. EDUARDO LUZ | Adequação de uma prancha do projeto preventivo contra incêndio do Fórum | 99/2015 | R$ 4.556,36 |
| 05 | CHAPECÓ | Readequação do projeto de cabeamento estruturado do prédio do Fórum | 142/2015 | R$ 10.350,00 |
| 06 | CRICIÚMA | Elaboração de projetos de cabeamento estruturado, de infraestrutura e de equipamentos para o sistema de CFTV do prédio do Fórum | 119/2015 | R$ 25.285,00 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 07 | CRICIÚMA | Elaboração do projeto preventivo contra incêndio do Fórum | 43/2014 | R$ 13.730,31 |
| 08 | FRAIBURGO | Elaboração dos projetos de cabeamento estruturado, telefônico e de infraestrutura para CFTV do prédio do Fórum | 132/2015 | R$ 11.840,00 |
| 09 | IMBITUBA | Elaboração de projetos (hidrossanitário e preventivo contra incêndio), bem como aprovação destes, destinados à construção do novo Fórum | 129/2014 | R$ 17.191,96 |
| 10 | ITUPORANGA | Atualização do projeto preventivo contra incêndio, conforme instruções normativas do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina para o prédio do Fórum | 173/2014 | R$ 4.475,00 |
| 11 | JOINVILLE | Adequação do projeto preventivo contra incêndio do prédio do Fórum | 48/2013 | R$ 17.500,00 |
| 12 | LAGUNA | Atualização do projeto preventivo contra incêndio do prédio do Fórum | 43/2015 | R$ 13.800,00 |
| 13 | LAURO MÜLLER | Elaboração de relatório técnico e projeto de reforço da estrutura do prédio do Fórum | 20/2015 | R$ 33.618,53 |
| 14 | TIJUCAS | Atualização do projeto preventivo contra incêndio do prédio do Fórum | 41/2015 | R$ 5.750,00 |
| 15 | TRIBUNAL DE JUSTIÇA | Adequação do projeto de cabeamento estruturado dos edifícios Torre I e II e respectivas áreas externas do TJSC, visando à ampliação de novo sistema de CFTV | 100/2015 | R$ 19.350,00 |
| 16 | TJ – TORRE I | Finalização do projeto preventivo contra incêndio da Torre I e sua unificação com o da Torre II, incluindo aprovação do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina | 29/2015 | R$ 38.600,00 |
| 17 | VIDEIRA | Atualização do projeto preventivo contra incêndio do prédio do Fórum | 157/2014 | R$ 8.140,00 |

Fonte: Controle da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

## 8. PROJETOS DE ENGENHARIA EM DESENVOLVIMENTO (DEA)

| Nº | LOCALIDADE | OBJETO |
|---|---|---|
| 01 | ANCHIETA | Adequações de acessibilidade |
| 02 | BALNEÁRIO CAMBORIÚ | Reforma global e ampliação |
| 03 | BLUMENAU | Reforma global e ampliação (estacionamento coberto) |
| 04 | BLUMENAU – FÓRUM UNIVERSITÁRIO | Adequações de acessibilidade e do sistema preventivo contra incêndio |
| 05 | CAMPOS NOVOS | Construção de nova sede |
| 06 | CAPITAL – DES. EDUARDO LUZ | Instalação de porta giratória e adequações do preventivo contra incêndio |
| 07 | CAPITAL – ESTREITO | Reforma parcial e ampliação (estacionamento coberto) |
| 08 | CAPITAL – SEDE | Instalação de CFTV (Circuito Fechado de TV) |
| 09 | DESCANSO | Instalação de porta giratória |
| 10 | HERVAL DO OESTE | Construção de nova sede |
| 11 | IMBITUBA | Construção de nova sede |
| 12 | ITAPEMA | Instalação de porta giratória |
| 13 | JARAGUÁ DO SUL | Adequação do sistema preventivo contra incêndio e do sistema de tratamento de esgoto |
| 14 | LAGES | Instalação de porta giratória e adequações do projeto preventivo contra incêndio |
| 15 | PALMITOS | Adequações de acessibilidade |
| 16 | PONTE SERRADA | Adequações de acessibilidade |
| 17 | SÃO FRANCISCO DO SUL | Substituição completa da cobertura |
| 18 | SÃO JOSÉ | Reforma global do prédio anexo ao Fórum |
| 19 | TIMBÓ | Construção de nova sede |
| 20 | TUBARÃO | Reforma global |

Fonte: Controle da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

## 9. PROJETOS SEM PROSSEGUIMENTO EM RAZÃO DE LICITAÇÕES DESERTAS / FRACASSADAS / CANCELADAS

| Nº | LOCALIDADE | OBJETO | Nº LICITAÇÃO | SITUAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 01 | TJ – TORRE I | Manutenção (preventiva e corretiva) de 5 elevadores | 35/2015 | Cancelada |
| 02 | TRIBUNAL DE JUSTIÇA | Manutenção (preventiva mensal, corretiva ilimitada emergencial) do grupo motor gerador de emergência | 156/2015 | Fracassada |

Fonte: Controle da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

## 10. ATENDIMENTO A CHAMADOS (2º GRAU)

| DESCRIÇÃO | QUANTIDADE |
|---|---|
| Climatização | 689 |
| Elevadores / plataforma elevatória | 231 |
| Área elétrica | 1550 |
| Área civil | 2162 |
| **TOTAL** | **4632** |

Fonte: Divisão de Manutenção Predial de 2º Grau / DEA
Observação: atendimentos realizados em todas as edificações que integram o Tribunal de Justiça (Torres I e II, Unidade Presidente Coutinho, Gráfica, Almoxarifado, Divisão de Patrimônio, Arquivo Central, Academia Judicial). Não inclui serviços demandados por meio de processos administrativos, bem como aqueles originados dentro da própria DEA.

## 11. ALTERAÇÕES DE LEIAUTE

| DESCRIÇÃO | QUANTIDADE |
|---|---|
| Solicitações recebidas (processos eletrônicos - SPA) | 219 |
| Projetos elaborados (processos eletrônicos - SPA) | 216 |

Fonte: Divisão de Projetos / DEA

## 12. VIAGENS A SERVIÇO

| DESCRIÇÃO | QUANTIDADE |
|---|---|
| Aéreas e terrestres | 412 |

Fonte: Controle da Secretaria / DEA
Dados computados até dia 15/12/2015.

## 13. ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS

| TIPO DE DOCUMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|
| Criação de Processos Eletrônicos (SPA) | 332 |
| Ofícios | 308 |
| Comunicações Internas | 379 |
| Pareceres Técnicos | 36 |
| Requisições de Compra | 170 |
| Relatórios de Vistoria | 90 |
| Relatórios de Fiscalização | 117 |
| **TOTAL** | **1.100** |

Fonte: controle da Secretaria da DEA e SPA
Dados computados até dia 15/12/2015.
Observação: em relação a anos anteriores, houve uma expressiva redução no número de pareceres e comunicações internas em função de muitos desses documentos serem inseridos agora em processos eletrônicos (nos quais recebem numeração própria do SPA).

## 14. TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS

| TIPO DE DOCUMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|
| Recebimento de Processos Administrativos (físicos) | 3.551 |
| Envio de Processos Administrativos (físicos) | 3.536 |
| Recebimento de Processos Administrativos Eletrônicos (SPA) | 7.947 |
| Envio de Processos Administrativos Eletrônicos (SPA) | 6.956 |
| Recebimento de Requisições de Compra | 896 |
| Envio de Requisições de Compra | 1.266 |
| Recebimento de Notas Fiscais | 290 |
| Envio de Notas Fiscais | 251 |
| Recebimento de Notas de Empenho | 1.195 |
| **TOTAL** | **25.888** |

Fontes: PTC – Sistema de Protocolo; SPA; Sistema de Expedição de Correspondências; Controle de Documentos da Secretaria/DEA
Dados computados até 15/12/2015
Observação: as tramitações incluem as movimentações efetuadas dentro da própria DEA; ou seja, um mesmo processo pode representar mais de um envio/recebimento.

## 15. OUTRAS ATIVIDADES

| ATIVIDADE | QUANTIDADE |
|---|---|
| Abertura de chamados de TSI (internos) | 302 |

Fonte: controle de chamados / DEA
Dados computados até 15/12/2015
Observação: não estão computados chamados efetuados por e-mail, pandion ou telefone.

## DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O relatório a seguir representa as atividades desenvolvidas pela Diretoria de Tecnologia da Informação, no exercício de 2015.

As informações estão classificadas por Divisão e os subitens representam projetos e atividades levadas a efeito nas áreas de planejamento, *software* e *hardware*.

No que tange ao Gabinete do Diretor, em cumprimento as suas atribuições, foram desenvolvidas as atividades de planejamento, organização, execução e controle das atividades de tecnologia da informação, em consonância com as diretrizes do CGInfo e com o apoio da estrutura organizacional e operacional da Diretoria, com o objetivo de levar a efeito as atividades alinhadas.

Para dar suporte à realização dos diversos projetos, buscou-se investir na renovação e ampliação permanente da estrutura de tecnologia, considerando-se *hardware* e *software*, com a manutenção de uma política sistemática de aquisição e renovação de todo parque tecnológico e desenvolvimento ou aquisição de sistemas, possibilitando a melhoria da prestação dos serviços ao cidadão.

Essas complexas atividades só foram viabilizadas graças ao esforço de toda a diretoria que, capitaneada por seu Gabinete, conseguiu integrar todas as áreas, de gestão de conhecimento ao equipamento, do extrajudicial ao terceiro grau e órgãos agregados de apoio e fiscalização.

Em cada etapa, em cada atividade, buscou-se agregar valor aos serviços oferecidos pelo Poder Judiciário Catarinense, seja pelo desenvolvimento de novas soluções, atualização ou mesmo pela manutenção e suporte de *softwares*, no ideal de atender sempre mais e melhor tanto usuários internos quanto externos, sendo o serviço gratuito ou não.

## DIVISÃO DE SISTEMAS ADMINISTRATIVOS

No decorrer do ano de 2015 a Divisão de Sistemas Administrativos realizou a entrega dos seguintes projetos e sistemas:

### Sistema Integrado de Registro Civil

Sistema que envia dados de nascimento, casamento e óbito, a partir da base do Sistema do Selo Digital, para o sistema do Governo Federal.

### Sistema de Gratificações Especiais

Sistema para Gerenciamento da concessão de gratificações especiais.

### Sistema Gerenciador de Despesas com Deslocamentos - versão 1.7

Novas funcionalidades para apoio à DOF e DGA no pagamento de despesas com deslocamentos (diárias, ressarcimentos de combustível e adicionais).

### Sistema de Requisição Eletrônica de Precatórios

Sistema para agilização dos processos relativos a precatórios por meio de fluxo eletrônico.

### Sistema de Cadastro de Serventias

Novo sistema em substituição do sistema Delphi.

**Sistema para Licença Prêmio**

Sistema para gerenciamento da concessão e gozo da licença prêmio.

**Sistema de Voto Eletrônico**

Sistema para realização de eleições e consultas por meio de voto eletrônico.

**Sistema de Cadastro extrajudicial**

Versões 2.1.0 e 2.2.20 que incorporam as funcionalidades da versão Delphi, que será desativada, além de nova modelagem de dados para suportar novas demandas.

**Selo Digital - BI**

Limpeza de atos duplicados do BD.

**Sistema de Consulta de arrecadação extrajudicial**

Sistema para consulta de arrecadação das serventias (disponibilizada para candidatos aprovados no concurso notarial e registral).

**SCI - Módulo pré-autuação**

Sistema de justificativa/contestação dos itens apontados para as serventias antes de autuação de processo administrativo.

**Sistema de Cálculo e Retenção de Impostos (CRI)**

Versão 2.0 do sistema, inclui cálculo de INSS e IR

**Solução Informatizada para a DEA**

Análise de Requisitos, Estudos Preliminares e Projeto-Base de Sistemas diversos para atender necessidades da Diretoria de Engenharia e Arquitetura.

**Sistema de Depósitos Judiciais (Sidejud)**

Integração com a SEFAZ para saques em favor do Estado de SC e implementação do Fundo de Reserva dos Municípios, em atendimento à LC 151/2015.

**Sistema de Seleção de Estagiários**

Versão 2.0, com novo processo seletivo e ferramentas administrativas

**Sistema para Movimentação na carreira de magistrados**

Nova versão, possibilitando nova modalidade de concurso.

**Sistema de registro de ponto**

Registro de entradas e saídas dos colaboradores, com relatórios gerenciais, em substituição aos relógios-ponto instalados.

**Bug do milênio**

Implantação de versão corretiva que resolve definitivamente as questões geradas pelo bug do milênio.

**Cadastro de bens imóveis**

Novo cadastro de bens imóveis para a DMP.

**Contratação de Fábrica de Software para sistemas DRH e DMP**

Contratação de fábrica de software para manutenção de sistemas da DRH e DMP

**Automação Processos de Substituição, Cooperação e Folga de Plantão para magistrados**

Sistema para gestão de processo de negócio da Comagis.

**Framework TJ**

Versão 3.0 do framework de desenvolvimento, padronizando e qualificando o processo de desenvolvimento.

**Sistema Gerenciador de Unidades Organizacionais**

Aplicação para gerenciamento do ciclo de vida das undades organizacionais no ambiente do TJSC.

**Sistema de Controle de Demandas**

Nova versão do sistema, agregando facilidades para a gestão de contratos e demandas internas.

## DIVISÃO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

Entende-se por Gestão do Conhecimento (GC) o conjunto de processos dirigidos a criação, captura, armazenamento, compartilhamento, aplicação e reutilização do conhecimento. Nos dias atuais, GC tem ganho cada vez mais espaço nas organizações em função do seu alto poder transformador, sobretudo pelo aumento da capacidade em agir, inovar e transformar processos, produtos e serviços.

O Poder Judiciário de Santa Catarina possui um objetivo estratégico para “Concretizar a Gestão do Conhecimento” e, durante este ano de 2015, a Divisão de Gestão do Conhecimento avançou de forma significativa em todas as suas frentes de atuação, prospectando, desenvolvendo e implantando ferramentas de TI associadas à GC. Dentre os principais projetos executados destacaram-se:

**Sistema de Processo Administrativo - SPA**

Com a publicação da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 7 de 26 de outubro de 2015 o sistema SPA foi instituído como ferramenta oficial de cadastramento, tramitação e classificação de processos administrativos em meio eletrônico no âmbito do Poder

Judiciário do Estado de Santa Catarina (PJSC).

Nesse sentido, em 2015, ganhou força a expansão do uso do sistema SPA, iniciada em 2014, por meio de: capacitações de servidores representantes de todas as diretorias administrativas e judiciais do TJSC (são contabilizadas atualmente 100 horas de capacitação, distribuídas em 25 turmas e com alcance de aproximadamente 450 usuários capacitados na modalidade presencial, além das várias capacitações

informais, dado o estímulo feito à replicação do conhecimento); credenciamento de novos setores, especialmente nas comarcas; bem como a partir da habilitação de novas classificações de processos administrativos eletrônicos.

Outra iniciativa que gerou e continua gerando bons resultados é a autuação de processos por meio de formulários padronizados, pois garantem a completude e a qualidade do requerimento inicial. Vários destes formulários já foram desenvolvidos, como, por exemplo, solicitação de serviços da Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA), requerimentos de certidões de tempo de contribuição / negativa de demissão ou exoneração a bem do serviço público / comprovação de atividade profissional, inscrição no Teletrabalho, alteração de horário de trabalho com redução da carga-horária e etc., e outros que estão em desenvolvimento e em breve serão disponibilizados, como, por exemplo, pedidos de licença tratamento saúde, participação em cursos/eventos e devolução de custas.

Em números, a utilização do sistema SPA resume-se atualmente aos seguintes dados: cerca de 20.125 processos já criados, dos quais cerca de 10 mil estão ativos; cerca de 170 mil documentos emitidos; mais de 218 setores habilitados; mais de 860 usuários com permissão para receber, incluir documentos e tramitar os processos, 821 assuntos distintos habilitadas para tramitação.

Para 2016 a meta é continuar a expandir o uso do sistema SPA nas comarcas, através da capacitação por meio de cursos na modalidade à distância, numa parceria entre a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e a Academia Judicial (CEJUR), bem como aprimorar o sistema SPA com desenvolvimento, e consequente disponibilização, de novas funcionalidades como, por exemplo, apensamento, tornar peças sem efeito, localizar e editar documentos, marcadores, entre outras.

### Sistema de consulta de Jurisprudência

Considerando a quantidade de usuários e a importância do sistema de consulta a jurisprudência catarinense para o meio jurídico, diversas melhorias foram realizadas durante 2015. Ao longo do ano, ampliou-se as categorias de documentos disponibilizadas, destacando-se as tratativas para integração com os documentos gerados pela nova versão do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ) - versão 5, a ser implantada no Segundo Grau do Egrégio. Em relação ao Informativo da Jurisprudência, no decorrer no ano de 2015, o serviço foi executado de forma periódica, atingindo cerca de 23.000 cidadãos a cada envio.

Ainda, em relação aos sistemas agregados ao portal de Consulta à Jurisprudência, foi disponibilizado o Anuário das Turmas de Recursos do ano de 2015. O Anuário é uma publicação anual do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, composta de julgados selecionados pela Comissão Permanente de Jurisprudência, sob responsabilidade gerencial da Divisão de Documentação da Diretoria de Documentação e Informações, com circulação nacional.

Para fins estatísticos e de análise, o sistema de Consulta à Jurisprudência recebe, em média, 8 mil visitas diárias. Entre os meses de outubro e novembro de 2015, por exemplo, o portal recebeu mais de 280 mil visitas, com quase 80 mil usuários distintos, incluindo diversas nacionalidades (Estados Unidos, Reino Unido, Espanha, Israel, Rússia, Índia, Panamá, Argentina, Itália, França, Polônia, Portugal, etc.). Tais dados demonstram a utilidade da ferramenta e quão significativa ela é para a sociedade.

### Sistema Hermes - Malote Digital

No cotidiano do PJSC, muitos documentos precisam ser trocados entre os diversos setores. Muitos destes documentos são trocados por meio de malotes internos ou serviços dos Correios. Com a resolução nº 100/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi instituído o Sistema Hermes - Malote Digital, com o propósito de possibilitar a troca de documentos oficiais em meio eletrônico entre os diversos órgãos do Poder Judiciário Nacional.

Em 2015, houve grande adesão ao sistema por parte das Unidades Prisionais do Estado, tendo um total de vinte e oito unidades cadastradas. Além disso, em esforço conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça, foram habilitadas as novas serventias extrajudiciais. No período compreendido entre dezembro de 2014 e novembro de 2015, mais de 630 mil documentos foram enviados pela ferramenta, o que trouxe grande celeridade e economia ao erário, na ordem de 3.5 milhões de reais ao ano, considerando insumos e custos postais.

**Ferramenta genérica de Busca Textual**

Considerando a expressiva produção de documentos eletrônicos no Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC), fica evidente a necessidade de uma boa gestão documental e, consequentemente, do apoio sistêmico às atividades envolvidas nessa área, como, por exemplo, a definição de metadados, indexação e pesquisa de documentos. Com tal propósito, uma ferramenta de apoio foi concebida pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), sendo implantada nos seguintes contextos:

- Jurisprudência Administrativa
- Consulta de atos Normativos
- Doutrina do CEJUR
- Acórdãos do Conselho da Magistratura
- Decisões Monocráticas das Turmas Recursais
- Acórdãos das Turmas Recursais

Em 2015, melhorias foram implementas no sistema, principalmente baseadas nas sugestões dos usuários, visando sempre à evolução do serviço e suporte às necessidades advindas das atividades diárias de cada setor. Além disso, houve a implantação do Sistema na Corregedoria-Geral da Justiça, permitindo a indexação de Circulares, Ofícios, Provimentos e Atendimentos do Sistema de Atendimento do Extrajudicial - *SAE*.

**Portal da Transparência**

Com a promulgação da Lei de Acesso à Informação e a necessidade de maior transparência aos atos públicos, o papel da Tecnologia da Informação tem sido essencial. O PJSC dispõe de um portal destinado à publicação de várias informações de interesse da sociedade, as quais requerem confiabilidade e atualização constante. Nesse sentido, a Diretoria de Tecnologia da Informação muitas vezes atua como consolidadora das informações, cruzando dados de sistemas diversos. Durante o ano de 2015, por exemplo, os diversos custos das comarcas foram levantados e atualizados com o apoio da DTI.

**Processômetro**

Foi disponibilizado no ano de 2015 o “Processômetro do PJSC”, que tem por objetivo apresentar ao jurisdicionado uma visão quantitativa dos processos que entram (novos) e saem (julgados) em primeira e segunda instância. A atualização dos dados é realizada semanalmente pela equipe da Divisão de Gestão do Conhecimento.

**Inteligência de Negócios (Business Intelligence)**

As linhas de pensamento administrativo moderno indicam que uma gestão eficaz e eficiente, em qualquer organização, pressupõe a existência de uma infraestrutura informacional para tomada de decisão. Construir, alimentar e compartilhar essa infraestrutura não é tarefa simplória, pois a informação geralmente encontra-se dispersa na cabeça das pessoas, nos vários sistemas de informação e em mídias

diversas. Além disso, a tecnologia vem impactando o cenário dos negócios e acelerando de forma exponencial o ritmo das mudanças: a Internet, a mobilidade, a computação em nuvem e a geração quase infinita de dados obrigam as empresas e seus gestores a repensarem suas estratégias, seus modelos de negócios e suas técnicas de gestão.

Ciente desse cenário, a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), atenta à evolução tecnológica, comprometida com a realização da justiça e motivada por experiências positivas em outros órgãos públicos, como, por exemplo, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), acredita que tecnologias baseadas no conceito de Business Analytics, Data Discovery e Self-Service BI possam trazer ganhos significativos na gestão do PJSC. Diante disto, diversas iniciativas foram realizadas no ano de 2015, como prospecção e avaliação de ferramentas, participação em eventos especializados e tratativas com a finalidade de proposição de Prova de Conceito (POC) com os fornecedores de soluções do mercado. As experiências adquiridas neste ano projetam um ano de 2016 de bastante avanço no tema.

**Diário de Justiça Eletrônico**

O Diário de Justiça Eletrônico (DJE) é o documento oficial de publicações do Poder Judiciário em Santa Catarina, sendo um dos serviços mais acessados no portal WEB da instituição. Diante da sua importância, os serviços associados à sua confecção, disponibilização e acesso estão em evolução constante. Durante o ano de 2015, as melhorias a seguir foram disponibilizadas aos usuários e merecem destaque:

- Melhorias nas ferramentas de apoio na diagramação do DJE
- Integrações com sistemas internos, automatizando o envio de diversos tipos de matérias
- Suporte e integração com o Sistema de Automação do Judiciário (SAJ) - versão 5, a ser implantada no Segundo Grau do Egrégio

Cerca de 285 mil matérias foram publicadas em 2015 no DJE por intermédio das ferramentas desenvolvidas pela Diretoria de Tecnologia da Informação.

Durante o ano de 2015, deu-se continuidade ao Projeto Multicadernos, que consiste na possibilidade da segmentação do Diário da Justiça em Cadernos independentes numa mesma edição. Esta é uma necessidade apontada pela Divisão de Documentação, da DDI. Além disso, várias oportunidades de melhorias foram identificadas na versão atual e estão contempladas no escopo do projeto Multicadernos. A previsão de entrega desta nova versão é para o primeiro semestre de 2016.

**Sistema de Voto Eletrônico**

Com base nas publicações das Resoluções TJ 20/2014-TJ e 32/2014-TJ, desenvolveu-se o Sistema de Voto Eletrônico no ano de 2014, tendo como principal objetivo apoiar o processo de escolha dos representantes do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina no Comitê Gestor Regional para Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Foi utilizada uma nova concepção de desenvolvimento, no caso, utilizando-se recursos de diversas seções. As Divisões de Gestão do Conhecimento e Divisão de Sistemas Administrativos estiverem envolvidas. A gerência do projeto ficou a cargo da primeira e o desenvolvimento do sistema a cargo da última. A Presidência do TJSC, por meio da ASPLAN, estava definida como cliente do projeto.

A utilização se deu nas eleições para composição do Comitê Gestor Regional para priorização do Primeiro Grau, realizada em Fevereiro de 2015.

**Sistema de Envio de Recursos ao STF - SER**

O SER é o sistema utilizado pelo TJSC para realizar o envio de recursos extraordinários e agravos em recursos ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 2015, houve avanços nas tratativas iniciadas em 2014 com a equipe técnica do STF para aperfeiçoar os mecanismos de integração e facilitar o fluxo de documentos entre as duas Cortes. Avançou-se também nos contatos feitos com a empresa Softplan para que a integração, nos moldes do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), seja implantada em versão posterior a versão 5 do sistema SAJ-SG que será implantada no TJSC no início de 2016.

Em razão da implantação supracitada, foram demandadas adequações no sistema SER. Essas adequações estão em andamento e serão implantadas em conjunto com a implantação da versão 5 do sistema SAJ-SG.

**Sistema de Envio de Recursos ao STJ - iSTJ**

O sistema iSTJ é a ferramenta utilizada pelo TJSC para enviar recursos especiais ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

No ano de 2015, uma nova versão foi implantada. Além disso, houve avanços nas tratativas iniciadas em 2014 com a equipe técnica da empresa Softplan para que a integração, nos moldes do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), seja implantada em versão posterior a versão 5 do sistema SAJ-SG que será implantada no TJSC no início de 2016.

Em razão da implantação supracitada, foram demandadas adequações no sistema iSTJ. Essas adequações estão em andamento e serão implantadas em conjunto com a implantação da versão 5 do sistema SAJ-SG.

**Sistema de Gestão Acadêmica da Academia Judicial**

O Sistema de Gestão Acadêmica da Academia Judicial permite gerenciar os diversos cursos e eventos oferecidos pela instituição, bem como os pedidos individuais para cursos e eventos externos. Para cada curso, além das informações básicas, é feito o seu agendamento e são cadastrados os participantes e instrutores. Durante a execução do curso, o sistema é responsável pelo controle de presença, e após sua finalização são construídos e emitidos os relatórios dos encontros e relatórios finais do curso. O sistema também disponibiliza as avaliações aos participantes e instrutores, possui um módulo de certificação e de extração de relatórios. Além da gestão dos cursos e eventos o sistema também faz o controle da Residência Judicial.

O suporte ao Sistema de Gestão Acadêmica da Academia Judicial gerou até 25/11/2015 um total de 102 demandas, tanto de manutenções corretivas como de manutenções evolutivas. Este quantitativo representa uma redução de 58,4% em relação ao ano de 2014 e indica que as alterações corretivas realizadas no sistema no ano de 2014 surtiram o efeito desejado.

Dentre as manutenções evolutivas realizadas em 2015, destaca-se o módulo de “Envio de e-mails automáticos”. Este módulo tem como objetivo enviar e-mails de forma automática para os participantes e responsáveis pelas indicações em cursos e eventos da Academia Judicial, com informações sobre sua indicação ou exclusão para participar de curso/evento, prazos e orientações para confirmação de inscrição e pedidos de diárias.

A implantação do módulo de “Envio de e-mails automáticos” permitiu a utilização efetiva da funcionalidade de “Descentralização das Inscrições”, disponibilizado pelo módulo de Inscrições em 2014. O propósito destas ações foi a redução da carga de trabalho Secretaria Acadêmica com atividades de cadastro e gerenciamento de participantes para cursos/eventos, e assim possibilitar uma maior oferta de cursos/eventos pela Academia Judicial.

Neste ano também foi desenvolvida e disponibilizada no site da Academia Judicial a consulta às informações dos cursos/eventos, proporcionando informações às dúvidas mais recorrentes dos participantes sobre os cursos/eventos da Academia Judicial.

A retomada do projeto do Novo Sistema de Gestão Acadêmica no fim do ano de 2014 pautou a maior parte das atividades desenvolvidas pela Seção no ano de 2015. O objetivo do novo sistema é realizar a gerência de todo o ciclo de trabalho da Academia Judicial, de forma mais robusta e integrada aos demais sistemas da instituição, corrigindo problemas existentes no sistema atual. A intenção é melhorar consideravelmente as informações para o público interno e externo, e ter uma melhor gerência e autonomia nas atividades da Academia Judicial. Para compor os Estudos Preliminares determinados pela Resolução 182/13 – CNJ foram realizadas diversas atividades, entre elas: acompanhamento das apresentações de empresas fornecedoras de softwares de Gestão Acadêmica; elaboração de documento com 208 requisitos para o novo sistema, fruto de reuniões com as diversas áreas da Academia Judicial; e contato com empresas fornecedoras de software para verificar a aderência de seus sistemas aos requisitos identificados pela Academia Judicial. É importante destacar que durante a etapa de levantamento de requisitos, percebeu-se que o sistema não deveria apenas atender a área de Gestão Acadêmica, como também as Áreas Financeira e de Gestão (de forma geral). Além disso, verificou-se a necessidade de atendimento a diversas resoluções e particularidades da Academia Judicial.

Como resultado de todo este estudo chegou-se a conclusão que nenhuma solução de mercado atende os requisitos da Academia Judicial em sua plenitude, e caso opte-se por esta solução, customizações serão necessárias. Outra possibilidade é o desenvolvimento de um sistema sob medida, que atenda às necessidades atuais, e possa ser alterado para necessidades futuras.

Assim, os Estudos Preliminares estão na fase de escolha da solução que melhor atenda às necessidades da área demandante, considerando-se os diversos aspectos envolvidos. A expectativa é que no ano de 2016 seja realizada licitação para contratação da solução escolhida pela equipe de planejamento da contratação.

### Ambiente Virtual de Aprendizagem

Em relação ao trabalho de gestão do sistema Moodle, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) adotado pelo TJSC, foram realizadas as seguintes atividades no ano de 2015:

- Atualização da versão do Moodle (2.4.1 para 2.8.1) nos servidores de desenvolvimento, homologação e produção: Esta atividade envolveu também a atualização de versão do MySQL e PHP nestas máquinas; A atualização de versão teve como objetivo oferecer melhores funcionalidades, principalmente em relação à configuração de notas de cursos, aspectos de usabilidade e segurança. Manter o ambiente atualizado também facilita o intercâmbio de cursos entre diferentes instituições de ensino;
- Suporte à configuração dos cursos oferecidos na plataforma;
- Suporte de segundo nível aos participantes dos cursos oferecidos na plataforma;
- Realização de testes de carga e tunning do ambiente, permitindo até 600 usuários simultâneos em cursos ministrados no Ambiente Virtual da Academia Judicial.

### Portal institucional

Em novembro de 2015, foi disponibilizada a nova versão do portal do Poder Judiciário catarinense. Criado com o objetivo precípuo de proporcionar a melhoria da comunicação institucional, o projeto está centrado em uma plataforma que prevê o desenvolvimento contínuo da ferramenta, de modo a evitar a obsolescência do portal e das informações ali contidas.

Além de evolução gráfica e tecnológica, o novo portal passou por um processo de reorganização da arquitetura da informação, permitindo que as informações sejam encontradas de forma mais rápida e intuitiva, por estarem organizadas de forma a fazer parte de um contexto mais amplo. Com relação a esse ponto, a propósito, uma poderosa ferramenta de busca foi disponibilizada, possibilitando que qualquer

conteúdo de interesse seja encontrado a partir de termos e palavras-chave. Ainda na esteira dessa reorganização, diversas informações constantes do novo portal foram agrupadas em “perfis” de usuário (cidadão, advogado, magistrado e servidor), com menus configurados de forma a facilitar o acesso e ampliar a visibilidade dos itens mais relevantes.

Os cuidados com a comunicação são destaque na nova versão do portal. Antes do lançamento, a equipe da Divisão de Gestão do Conhecimento visitou diversas comarcas do Estado, mostrando as principais novidades e sanando as dúvidas de magistrados e servidores. No lançamento, foi fornecido um *tour* guiado, para que os usuários se familiarizassem com a mudança. Além disso, foi reformulado o formulário de contato e criado um dispositivo que permite reportar erros nas páginas, o que transforma o usuário em parte da engrenagem e faz com que o procedimento de correção seja extremamente ágil e dinâmico.

**Sites e hotsites**

Naturalmente, o portal institucional não existe de forma isolada. Assim, acompanhando seu lançamento e alinhados à política de reorganização da arquitetura da informação já mencionada, foram implantados também diversos sites específicos, todos seguindo os mesmos padrões do principal, dentre os quais podemos citar os portais do Servidor, Gestão Estratégica, Gestão Orçamentária e Financeira, Gestão Socioambiental, Sala de Imprensa, Infância e Juventude, Biblioteca, Ouvidoria Judicial e Ouvidoria dos Servidores. Aqueles que já existiam foram completamente migrados e reformulados, enquanto os demais foram criados seguindo os padrões e buscando os objetivos citados.

Mesmo com os esforços concentrados no desenvolvimento do portal, e antes de seu lançamento oficial, outros projetos referentes à disponibilização de informações via internet foram executados. Nesse sentido, podemos citar o portal do XXXVII Fonaje, com o objetivo de divulgar o Fórum Nacional de Juizados Especiais que foi realizado em Florianópolis no mês de maio, o site Extrafácil, como apoio à Corregedoria-Geral da Justiça no sentido de facilitar o acesso da sociedade às informações de serviços extrajudiciais e a atualização do *hotsite* - bem como a respectiva divulgação - da Semana do Meio Ambiente, projeto ligado à Secretaria de Gestão Ambiental e que ocorreu no período de 5 a 11 de junho de 2015. Também foi atualizada a pesquisa de satisfação dos colaboradores do Poder Judiciário catarinense. Mais que isso, foram produzidas páginas institucionais diversas, a exemplo dos projetos “Central Rosa” e “Dê um Basta na Violência Contra a Mulher”.

**Formulários eletrônicos**

Durante o ano, foram concebidos e colocados à disposição dos usuários diversos formulários eletrônicos, em atendimento a solicitações efetuadas por setores internos, com destaque para os seguintes:

- Formulário de Solitação da Carteira de Identidade Funcional de Magistrados
- Formulário de Ingresso - 1º Grau
- Formulário de Ingresso - 2º Grau
- Fale Conosco - Ouvidoria dos Servidores (Formulário de Manifestação)
- Pesquisa de Satisfação dos serviços prestados pela Concessionária do Restaurante/Lanchonete do Tribunal de Justiça (empresa Bom Bocado)
- Propostas das Metas Nacionais 2016 do PJSC
- Formulário para Manifestação (Central de atendimento à mulher em situação de violência)

**Legislação anotada**

No que diz respeito ainda a ferramentas de Gestão do Conhecimento, foram evoluídos e ampliados os códigos referentes à Legislação Anotada do Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR), cujos ambientes

permitem a construção colaborativa dos códigos comentados por servidores e magistrados do Poder Judiciário catarinense, se constituindo em um verdadeiro repositório de conhecimento institucional.

**Inovação tecnológica**

Na seara tecnológica, foram adquiridas novas licenças da ferramenta de gestão de portais *Liferay versão Enterprise 6.1*, requisito indispensável para a oferta dos serviços relativos ao novo portal, em especial no que concerne aos aspectos de disponibilidade e segurança. Outrossim, foram desenvolvidos pela equipe técnica novos *templates* (modelos) e toda a programação dos artefatos necessários ao suporte das atividades desenvolvidas pela Divisão. Para que tal objetivo fosse atingido, além da dedicação dos servidores em pesquisa e estudo autônomo dos novos recursos, foram realizados investimentos para participações em cursos, treinamentos e simpósios especializados, dentre os quais destacamos o curso *Java Enterprise*, o *Liferay Symposium Brasil 2015* e o treinamento oficial *Styling Liferay with Themes*, que se converteram em conhecimento agregado à instituição.

**Suporte e manutenção**

Por fim, sem perder de vista a inovação, durante todo o ano de 2015 foram mantidos e aprimorados os serviços de manutenção e atendimento ao usuário, além da necessária sustentação ao e-mail e portal institucionais, de modo a tornar as mudanças e novidades menos impactantes ao usuário de tecnologia da informação do Poder Judiciário. Tais serviços estiveram disponíveis aos usuários através de formulários de contato, mensagens eletrônicas (e-mail) e atendimento telefônico.

**Ações Diversas**

Além dos sistemas e projetos destacados acima, a Divisão de Gestão do Conhecimento manteve em operação, realizando ações de manutenção corretiva e de suporte, os seguintes sistemas e serviços:

- **Push - TJSC**: Serviço de notificação sobre a movimentação processual da justiça de 1º e 2º graus, além das Turmas de Recursos.
- **PTC - Protocolo Administrativo:** Sistema que permite o gerenciamento, consulta e movimentação de processos administrativos físicos.
- **CPA - Controle de Processos Administrativos**: Sistema de gerenciamento de prazos dos processos administrativos no Gabinete da Presidência do TJSC.
- **DPA - Distribuição de Processos Administrativos**: Sistema de distribuição de processos administrativos físicos.
- **SDA - Sistema de Digitalização de Acórdãos**: Sistema que tem como objetivo auxiliar a Diretoria de Documentação e Informações (DDI) no gerenciamento de acórdãos, apoiando principalmente as rotinas de digitalização de acórdãos assinados e busca dos mesmos em coletâneas virtuais.
- **Pergamum:** Sistema que realiza todo o gerenciamento das obras da Biblioteca Central do TJSC e de todas as 13 Bibliotecas Setoriais distribuídas pelo Estado. No ano de 2015, foi atualizada a versão do sistema para a plataforma web, atualização prevista no contrato 085/2015.

**DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE DADOS**

- Melhoria de infraestrutura nas Comarcas: novos servidores locais. Impactos/Benefícios: Renovação do parque tecnológico das Comarcas; Servidores mais modernos e mais eficientes; Continuidade e ampliação da implantação do projeto MS Active Directory; Aumento de capacidade para os servidores de gravação de audiência nas Comarcas;

- Melhoria de infraestrutura no Datacenter: novo servidor de backup. Impactos/Benefícios: Modernização e ampliação do atual equipamento; Maior capacidade e performance; menor tempo de recuperação; Crescimento Planejado para os próximos 5 anos;
- Melhoria de infraestrutura no Datacenter: novos servidores de processamento. Impactos/Benefícios: Ampliação da capacidade atual de processamento; Maior capacidade para os servidores do SAJ/PG5 e implantação da infraestrutura do SAJ/SG5
- Implantação dos servidores Liferay. Impactos/Benefícios: implantação do novo portal;
- Criação da infraestrutura do SAJ/SG5. Impactos/Benefícios: Preparação para a implantação do Processo Eletrônico de Segundo Grau;
- Implantação Dynatrace. Impactos/Benefícios: Análise em tempo real da infraestrutura de serviços do Portal E-SAJ; permite análise detalhada das transações e análise da atividade do usuário no portal; Pró-atividade nas ocorrências que possam impactar o Portal;
- Melhoria de infraestrutura no Datacenter: novo Exadata. Impactos/Benefícios: Atualização tecnológica dos servidores de banco de dados; Maior capacidade de processamento e armazenamento para o banco de dados do SAJ/PG5 e implantação do SAJ/SG5; Início da implantação do ambiente de redundância;
- Melhoria de infraestrutura no Datacenter: dois novos equipamentos para backup exclusivo das bases do SAJ. Impactos/Benefícios: Maior capacidade e velocidade de recuperação para os backups exclusivos do SAJ/PG5 e SAJ/SG5; Início da implantação do ambiente de redundância;
- Melhoria na infraestrutura dos servidores EAD. Impactos/Benefícios: Aumento da capacidade de fornecimento de cursos virtuais e quantidade de usuários conectados;
- Migração de servidores de bancos de dados para a Sala Cofre (SELO/FOLHA/SAJ/SG3). Impactos/Benefícios: Melhoria na capacidade de processamento e melhoria na segurança da informação em ambiente seguro.
- Migrações de serviços para o ambiente seguro da sala cofre. Impactos/Benefícios: Melhoria na capacidade de processamento e melhoria na segurança da informação em ambiente seguro;

**DIVISÃO DE SISTEMAS JUDICIAIS DO SEGUNDO GRAU**

**PROJETOS**

- Projeto de Implantação do Processo Eletrônico no TJSC (IPE-SG):
  - § Elaboração do Projeto Básico e negociação para Implantação do Sistema SAJ5/SG no Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJSC.
  - § Planejamento da execução do Projeto IPE-SG;
  - § Configurações dos fluxos de trabalho para o trâmite processual digital e físico dos processos no sistema SAJ5/SG para o TJSC;
  - § Homologação do sistema SAJ5/SG para a implantação no TJSC;
  - § Definição e especificação de requisitos referentes às regras de novas funcionalidades para tornar o SAJ5/SG adequado às necessidades do TJSC;
- Projeto de Extração de Dados para o Selo Justiça em Números;
- Projeto de Extração de Dados para atender à Resolução 76 - Terceira Edição (Justiça em Números);
- Projeto de Extração de Dados para atender ao Ofício 07-290/2015 do Tribunal de Contas da União – TCU para auditoria de natureza operacional no Ministério da Saúde e em outros órgãos e entidades;

- Elaboração do Projeto Básico para os serviços de Manutenção Adaptativa, Manutenção Evolutiva e Desenvolvimento Sob Demanda com a Softplan.

## ATIVIDADES OPERACIONAIS

- Capacitações:
  - § Capacitação dos Servidores dos Gabinetes da CERC (Ação do Projeto de Ambientação e Capacitação dos Gabinetes de Juízes de Direito de 2º Grau) gerenciado pela DGJ.
- Suporte Técnico de 2º Nível:
  - § Relatórios, solicitados pelos usuários do sistema, que não são passíveis de extração via sistema;
  - § Resoluções de problemas e dúvidas dos sistemas SAJ3/SG, SAJ3/GGS e SAJ5/SG para os usuários do TJSC, Turma de Uniformização e Turmas Recursais;
- Homologação e Atualização de Versões do SAJ/SG:
  - § Homologação e atualização em produção de novas versões do SAJ3/SG, SAJ3/GGS, SAJ3/ADM, SAJ5/ADM, SAJ5/PRO, SAJ5/SG e Portal e-SAJ;
  - § Abertura e controle de chamados do SAJ3, SAJ5 e Portal e-Saj junto a empresa responsável pelos sistemas;

## DIVISÃO DE SISTEMAS JUDICIAIS DO PRIMEIRO GRAU

### Centrais de Mandados Compartilhadas

O compartilhamento de Centrais de Mandados atende as comarcas integradas para o cumprimento de mandados. Após o compartilhamento das centrais, todos os mandados de processos físicos ou digitais terão o mesmo comportamento e seguirão pelo fluxo para a Central de Mandados competente.

A expansão do Projeto de Compartilhamento de Centrais teve continuidade em novembro/2015, com o compartilhamento das Comarcas de Blumenau, Gaspar, Brusque, São João Batista e Tijucas, com previsão de atingir todas as Comarcas do Estado até abril/2016.

### Ativação de Centrais de Mandados de varas únicas

Com a expansão do Projeto de Compartilhamento de Centrais, verificou-se a necessidade da ativação das Centrais de Mandados nas comarcas que até então distribuíam diretamente os mandados em cartório. Com a ativação, os mandados passam a ser distribuídos pela Central de Mandados, e não mais pelo cartório.

Com validação da CGJ/SC, desde fevereiro/2015 foram instaladas as Centrais de Mandados nas Comarcas de Gaspar, Santo Amaro da Imperatriz, Içara, Trombudo Central, Maravilha e Ituporanga, e a ativação das demais Centrais de Mandado em Comarcas de Varas Únicas de SC, tem previsão de término para janeiro/2016.

### Distribuição Automática de Iniciais

Com a disponibilização da rotina para distribuição automática, as petições iniciais recebidas por meio do portal e-SAJ (internet) são cadastradas e distribuídas automaticamente pelo sistema, sem a necessidade de intervenção manual. Esta funcionalidade foi disponibilizada em todas as Comarcas do Estado de Santa Catarina no dia 15 de outubro de 2015.

**Certidões automáticas de Publicação e Registro de sentença**

Configuração dos fluxos de trabalho do SAJ/PG para emissão automática de Certidão de Publicação e Registro de Sentença diretamente nos autos digitais, dispensando qualquer intervenção dos usuários, conferindo assim maior celeridade aos atos processuais. Esta funcionalidade foi disponibilizada em todos os fluxos de trabalho no dia 26/01/2015.

**Ajustes no SAJ/PG5 para atendimento às inovações do Decreto Lei n. 911/69**

Criação de classe, assuntos, novos expedientes de instituição, bem como configuração dos fluxos de trabalho para atendimento da Lei n. 13.043/2014 que inovou o Decreto-Lei n. 911/69. Os ajustes de sistema foram realizados visando atendimento ao disposto na lei, mas com significativa automação a fim de diminuir ao máximo a intervenção do usuário promovendo assim agilidade nos procedimentos cartorários. Esta funcionalidade foi disponibilizada em 03/03/2015.

**Certidões automáticas de apensamento e desapensamento**

Configuração dos fluxos de trabalho do SAJ/PG para emissão automática das certidões de apensamento e desapensamento diretamente na pasta digital dos processos, sem a necessidade de intervenção dos usuários, conferindo assim maior celeridade aos atos processuais. Esta funcionalidade foi disponibilizada em todos os fluxos de trabalho no dia 25/06/2015.

**Plantão Judiciário**

O Plantão Judiciário permite a distribuição eletrônica dos feitos no plantão judicial, evitando o deslocamento do servidor até o fórum, bem como permite o despacho do processo de forma remota pelo magistrado de Plantão.

Após o projeto-piloto na Comarca de São José, em dezembro de 2014, no decorrer do ano de 2015 o projeto foi implantando nas Comarcas da Capital, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Balneário Camboriú, Camboriú, Itajaí, Navegantes, Balneário de Piçarras, Joinville, Itapoá e Garuva. Nestas comarcas, foi realizado treinamento presencial juntamente com a CGJ/SC.

Encerrando as implantações previstas para o ano de 2015, as Comarcas de Chapecó, Xaxim e Coronel Freitas receberão a nova funcionalidade e terão seu treinamento realizado através de Videoconferência.

**Liberação do Perfil Pessoa Física**

O perfil Pessoa Física disponibilizado no portal e-SAJ permite às partes, mesmo sem a constituição de advogado, peticionar eletronicamente nos Juizados Especiais Cíveis e consultar petições, necessitando de certificado digital válido. Esta funcionalidade foi disponibilizada no dia 31/07/2015.

**Liberação do Perfil Atermador**

O perfil Atermador disponibilizado no portal e-SAJ permite utilizar os sistemas de peticionamento eletrônico de iniciais e intermediárias, bem como a consulta das petições realizadas na Web. Desta forma, este serviço permite que atermadores possam enviar e consultar petições sem a necessidade de deslocamento até o Fórum. Esta funcionalidade foi disponibilizada no dia 23/01/2015.

**Contratos**

Participação na equipe de elaboração e negociação do contrato de manutenção evolutiva, que visa contratar empresa especializada em sistema integrado de gestão de processos judiciais físicos e virtuais de primeira e de segunda instância, para os serviços de evolução do Sistema.

**Alterações do novo CPC**

Participação no grupo de trabalho para estudar a necessidade de implementação no SAJ, das alterações do novo CPC e participação no curso do Novo CPC ofertado pela CERS corporativo.

**Colaboração com o desenvolvimento do PJE**

Disponibilizados 2 (dois) analistas da DSJPG, a pedido do CNJ, de janeiro a julho/2015, para auxiliar no desenvolvimento e evolução do Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico.

**Configuração de Fluxos para o CEJUSC**

Participação em Grupo de Trabalho, que envolveu servidores das Comarcas, para definições de procedimentos, análise de criação de varas virtuais, competências, fluxo do processo eletrônico e modelos de expedientes. Para aplicação das funcionalidades, criou-se 02 (dois) fluxos de trabalho específicos para utilização pelo CEJUSC em cada comarca.

**Integração SAJ x SISP**

Participação em reuniões com a Softplan, SISP e CGJ/SC, para análise de configurações e definições de procedimentos para permitir o intercâmbio eletrônico de Auto de Prisão em Flagrante.

**Integração SAJ/PG e SAJ/SG**

Realização de testes no sistema para configuração e validação da integração do sistema SAJ de Primeiro e Segundo Grau.

**Curso de Gerenciamento de Rotinas**

Participação no Grupo de Trabalho para elaboração do “Curso de Gerenciamento de Rotinas - Processos Físicos e Digitais”, com confecção de 13 aulas, validadas pela CGJ/SC, as quais estão sendo formatadas pela Academia Judicial para disponibilização aos servidores.

**Projeto IPE/PG**

Continuidade do Projeto IPE/PG, que compreende a supervisão e a fiscalização do contrato 172/2013. Os serviços de suporte técnico remoto, prestados pela empresa Softplan, se estenderam até o mês de Junho do ano de 2015, onde a equipe operacional acompanhou a qualidade e eficácia dos chamados abertos pelos usuários internos através do portal de atendimento ao cliente da empresa.

**Atividades Operacionais**

- Homologação de 46 versões de correção do SAJ/PG5;
- Análise, testes e validação de mais de 41 versões do portal e-SAJ;
- Abertura e Controle de 336 SALTs do SAJ/PG5 e portal e-SAJ;
- Atendimento de mais de 427 chamados de Suporte de 2º nível, representando dúvidas, problemas, necessidades de configurações e sugestões dos usuários de primeiro grau;
- Aprovação de 110 propostas de solução, contemplando novas funcionalidades para o SAJ/PG;
- Elaboração de 144 Pareceres Administrativos;
- Reuniões semanais para definição de procedimentos junto a CGJ/SC;

- Elaboração de “DIR - Definição Inicial de Requisitos” para encaminhamento à Softplan, referente aos assuntos de Improbidade Administrativa, Alterações no Push, Módulo de Certidões, Consulta ao CNA nos Sistemas Judiciais, Integração com TRF4, Melhorias no Portal e-SAJ e Resolução 113 do CNJ;
- Desenvolvimento, por Analista da DSJPG, de testes automatizados para validação das versões de correção no SAJ/PG;

**Atividades Diversas**

- Participação de servidor da Divisão como instrutor no Curso para novos TSI’s;
- Alteração da “Orientação nº 47 - Procedimentos para cadastro de petições de processos dependentes exclusivamente para o Sistema”, juntamente com a CGJ/SC;
- Elaboração, juntamente com a CGJ/SC, de Orientação sobre o Cumprimento de sentença, Cumprimento Provisório de Sentença e Cumprimento Provisório de Decisão;

## DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

No decorrer do ano de 2015 a Divisão de Equipamentos de Informática realizou a distribuição dos seguintes equipamentos e quantidades:

| DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS 2015 | QUANTIDADE |
|---|---|
| MICROCOMPUTADORES | 1.365 |
| MONITORES | 1.280 |
| NOBREAKS | 2.234 |
| IMPRESSORAS | 128 |
| MESAS DE SOM | 39 |
| MICROFONES | 118 |
| SCANNERS | 150 |
| TOTAL | 5.314 |

Elaboração de estudos técnicos e projetos visando a atender as seguintes demandas:

- Baterias p/ Nobreak 3Kva e 5Kva;
- Cartuchos e toners coloridos;
- Controle de Acesso;
- Digitalizadora de Microfilmes e Microfichas;
- Manutenção de Nobreak 3Kva e 5KVa;
- Manutenção de Scanner;
- Materiais de rede;
- Microcomputadores;
- Monitores de vídeo;
- Notebook para CGJ e Plantões Judiciais;
- Scanner portátil;
- Software Academia Judicial;
- Softwares Adobe;
- Tablets.

## DIVISÃO DE REDE DE COMUNICAÇÃO

- Conclusão da implantação da nova infraestrutura da sala cofre do TJSC;
- Ampliação do link de Internet, passando de 400Mbps para 600Mbps;
- Aquisição de 58 switches e 40 minigbics para serem instalados no TJSC ou no core das redes das comarcas;
- Contratação 13 novos pontos de Interconexão de fibra com o CIASC;
- Distribuição de 352 switches para as comarcas e unidades do TJSC, no período de 01/01/2015 até 25/11/2015;
- Baixa de 96 equipamentos de rede;
- Aquisição de 21 conversores de mídia;
- Aquisição de 80 cordões de fibra óptica para conexão exclusiva em minigbics;
- Aquisição da renovação da licença do PRTG;
- Abertura de 154 chamados para as comarcas;
- Migração das redes antigas para novo endereçamento IP migrando o controle do DHCP para o servidor do AD;
- Administração do DHCP do AD do TJSC e de suas unidades da grande Florianópolis;
- Suporte remoto a problemas de rede das comarcas e das unidades do TJSC;
- Configuração dos equipamentos de redes;
- Análise do desempenho de aplicações, utilizando-se da solução integrada para monitoramento do desempenho da rede;
- Elaboração dos documentos para ampliação da rede wireless do TJSC;
- Elaboração dos documentos para aquisição de 530 switches e 200 minigibcs para manutenção e ampliação das redes das comarcas;
- Elaboração dos documentos para renovação da garantia dos módulos da solução integrada para monitoramento do desempenho da rede;
- Desenvolvimento de ferramenta que permite a visualização do consumo do link MPLS de cada comarca. Esta ferramenta foi disponibilizada principalmente aos Técnicos de Suporte a Informática para auxiliar nas suas atividades diárias;
- Desenvolvimento de módulo de cadastro e de gestão das fibras contratadas pelo CIASC;
- Configuração da segurança dos acessos de dados dos mutirões da Justiça.
- Aquisição de solução integrada de serviços de segurança nas redes de dados e computadores (Solução de Segurança);
- Aquisição de solução de gerência de comunicação entre redes (firewall) utilizando da tecnologia de inspeção profunda da comunicação e reconhecimento de aplicações passantes - proteção dos dados do Data Center e Comunicação com a Internet, entrante e sainte, bem como proteção de todas as conexões do PJSC com outros órgãos (CIASC, STJ);
- Instalação física do novo firewall de aplicação na sala-cofre, bem como inspeção do serviço executado pela fornecedora do equipamento;
- Início da implantação da nova solução de firewall de aplicação - Palo Alto;
- Início da implantação da nova solução de VPN (virtual private networking) para usuários remotos;
- Implantação de VPN para comunicação com o TRE-SC;

- Fim da implantação de solução de segurança: endpoint, e-mail e web, bem como correlação de eventos e análise avançada de ameaças;
- Administração da solução de segurança, em conjunto com prestadora de serviços;
- Acompanhamento do contrato da solução de segurança, bem como aplicação de penalidades na empresa contratada;
- Administração do sistema de análise de malware desconhecido;
- Administração e abertura de chamados com a fornecedora da protocoladora do SAJ-5;
- Acompanhamento do contrato do Sistema de Carimbo de Tempo ICP-Brasil;
- Atualizações do sistema de Carimbo de Tempo ICP-Brasil;
- Participação como consultores no projeto de adequação da solução de carimbo do tempo do SAJ para o padrão ICP-Brasil;
- Revisão da Infraestrutura de proxy-cache para acesso à Internet/Web;
- Operação da estrutura de proxy-cache para acesso à Internet/Web;
- Manutenção do sistema de mensageria instantânea do PJSC (Instant Messenger/Pandion);
- Manutenção do sistema OpenVPN;
- Análise, projeto e implementação de sistema de contabilidade de tempo de conexão ao OpenVPN;
- Manutenção do sistema de fornecimento da hora (NTP - Network Time Protocol);
- Pesquisa de novas tecnologias de acesso remoto seguro;
- Acompanhamento das Ameaças ao OpenSSL e das novas tecnologias de encriptação, autenticação e integridade;
- Pesquisa de novas tecnologias relacionadas a bibliotecas de criptografia;
- Assistência técnica na reemissão de certificados digitais para servidor Web por conta da obsolescência de algoritmos de criptografia e hash;
- Pesquisa de métodos de autenticação e autorização para uso uniforme no acesso a sistemas diversos (TACACS+, Kerberos);
- Upgrade e atualização do firewall utilizado pelo Sistema de Acesso à web (proxy);
- Manutenção do firewall Checkpoint utilizado como interface com Internet, CIASC, CNJ e nossa DMZ;
- Consultoria técnica para assuntos relativos à segurança computacional;
- Manutenção da disponibilidade dos sistemas de segurança bem como do acesso à Internet;
- Análise de vantajosidade das soluções instaladas visando à renovação dos contratos;
- Atualização dos dispositivos, *softwares*, soluções e demais sistemas de segurança (Linux, NTP, DNS).

## DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

### SEÇÃO DE DISPOSITIVOS DE COMUNICAÇÃO

A Seção de Dispositivos de Comunicação é responsável pelo gerenciamento e fiscalização dos contratos referentes aos serviços de ADSL, conexão móvel e telefonia celular.

Para cada serviço, as atividades executadas foram as seguintes:

#### ADSL (contratos 212/2009 e 15/2015)

- Projeto de migração de linhas ADSL do contrato 212/2009 para o 15/2015. Tempo previsto: 3 meses. 90% concluídos em 8 meses;
- Empresa impedida administrativamente de atender o contrato em sua totalidade;
- Comunicação quanto o descumprimento do contrato 15/2015
- Elaboração de DOD para nova contratação do serviço;
- Controle e gerenciamento de linhas e respectivos pedidos de instalação, transferência de endereço, cancelamentos e abertura de chamados técnicos;
- Conferência de faturas para pagamento, bem como informação quanto aos atendimentos realizados fora do prazo contratual.

**Conexão Móvel (contrato 175/2010)**

- Elaboração de DOD, EP e PB para nova contratação do serviço. Aguardando publicação de edital pela DMP;
- Controle e gerenciamento de linhas e dispositivos;
- Solicitação de reparo em caso de problemas;
- Conferência de faturas para pagamento;
- Comunicação de dispositivos extraviados ou roubados/furtados.

**Telefonia Celular (contrato 173/2010)**

- Elaboração de EP para nova contratação do serviço. Aguardando direcionamento da Presidência (processo 559893-2014.1);
- Controle e gerenciamento de linhas e aparelhos;
- Solicitação de reparo em caso de problemas e de roaming internacional;
- Conferência de faturas para pagamento;
- Comunicação de dispositivos extraviados ou roubados/furtados.

## SEÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

A Seção de Telecomunicações é responsável pela implantação, configuração e manutenção das centrais telefônicas instaladas no parque do PJSC, também pela gerencia e fiscalização dos contratos referentes aos serviços de telefonia fixa e consultoria do sistema Asterisk (softwares utilizados nas centrais telefônicas). Por se tratar de um serviço com inúmeros atendimentos e intervenções da equipe, fica muito difícil elencar todas. Segue abaixo as principais atividades efetuadas no ano de 2015.

- Vistoria e instalação de telefonia VoIP nas comarcas de Seara, Barra velha, Xaxim, Capivari de Baixo, Sombrio.
- Manutenção preventiva, com a substituição de servidores de telefonia nas comarcas de Chapecó, Coronel Freitas, Fraiburgo, Lages e Joinville.
- Elaboração de DOD, EP e PB para a aquisição de 200 telefones IP(VoIP).
- Elaboração de DOD, EP para aquisição de servidores de telefonia de alta performance.
- Criação de 1.500 ramais.
- Criação de 500 rotas VoIP entre comarcas.
- Fiscalização e controle do serviço de suporte à tecnologia asterisk (VoIP).

- Fiscalização e controle do contrato de telefonia fixa com a operadora OI.
- Elaboração de DOD, EP e PB para a aquisição de equipamentos ATA (adaptadores de telefonia analógica).
- Implantação do sistema de monitoramento remoto das centrais telefônicas de todas as comarcas, através do programa Zabix.
- Upgrade da versão de software do sistema Asterisk;
- Virtualização dos sistemas de Tarifação e Intimafone;
- Implantação de um servidor de Fax para a central telefônica do TJSC.

## DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

A Diretoria de Infraestrutura (DIE) é responsável pelas atividades relativas aos serviços gráficos, de transporte, de limpeza e de copa e serviços de apoio, tais como: audiovisual, recebimento e expedição de correspondências, fotocópias, carga e descarga, móveis sob medida, persianas, comunicação visual, controle dos custos referentes à água, esgoto e energia elétrica do Poder Judiciário de Santa Catarina, gerenciamento e controle dos serviços inerentes à compra de passagens aéreas e aquisição de refeições para os Tribunais do Júri, entre outros. Em 2015, a DIE deu continuidade à sistemática de otimização dos fluxos de trabalho, a fim de promover agilidade e eficiência nos serviços prestados. A exemplo, elaborou minutas de resolução para disciplinar os serviços de fotocópia, passagens aéreas e serviços postais para o Poder Judiciário de Santa Catarina, bem como implementou qualificação contínua dos servidores nos processos de trabalho na área de licitações e contratos administrativos.

### 1. DIVISÃO DE APOIO OPERACIONAL

A Divisão de Apoio Operacional, composta por seis seções, é responsável pelo controle e gerência do fluxo de correspondências e processos entre todos os setores e unidades do Estado; serviços de fotocópia, guilhotina, encadernação e apoio aos gabinetes da Justiça de 2º Grau; serviços de carregamento e descarregamento de cargas, montagem e desmontagem de móveis no prédio sede do Tribunal de Justiça e anexos, gerência e acompanhamento das mudanças nas dependências do Tribunal de Justiça e atendimento de autoridades e público em geral nos elevadores do Tribunal de Justiça; aquisição e manutenção de persianas, comunicação visual e móveis sob medida, aquisição de fragmentadoras de grande e pequeno portes, desumidificador de papel e carrinhos para transporte de processos, distribuição de carimbos automáticos; gestão e fiscalização dos serviços de audiovisual e aquisição de equipamentos de audiovisual para o Tribunal de Justiça e Salões dos Tribunais do Júri das Comarcas que compõem o Poder Judiciário de Santa Catarina; controle das despesas decorrentes do fornecimento de água/esgoto e de energia elétrica; gerenciamento e controle de aquisição de passagens aéreas e gerenciamento e controle dos contratos e requisições de despesas decorrentes das sessões do Tribunal do Júri das comarcas do Estado, entre outras atividades correlacionadas.

No exercício de 2015, a Divisão de Apoio Operacional buscou as seguintes metas: otimizar recursos, dar continuidade na implementação de padrões e normas visando critérios de atendimento e gerenciar e controlar as atividades desenvolvidas pelas seções vinculadas à Divisão.

Nesse período, merecem destaque as seguintes atividades desenvolvidas:

- Modernização do sistema de sonorização dos salões de Tribunais do Júri das comarcas de Ibirama e Joaçaba;
- Instalação de comunicação visual e de persianas nas comarcas do Estado, dando continuidade à padronização adotada no Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Continuidade no estudo que visa normatizar as nomenclaturas utilizadas nas placas de comunicação visual instaladas nas unidades que compõem o Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Elaboração de 46 projetos básicos para aquisição e fornecimento de refeições para sessões do Tribunal do Júri;
- Elaboração de proposta de minuta de resolução para disciplinar os serviços de fotocópia, passagens aéreas e serviços postais.

#### 1.1 Seção de Apoio

A Seção de Apoio desenvolveu no ano de 2015* as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos.

### 1.1.1 Comunicação Visual

Com relação às atividades desenvolvidas na área de comunicação visual no ano de 2015*, foram adquiridos, instalados e disponibilizados produtos como placas acrílicas, placas de estacionamento, murais e demais materiais para 54 (cinquenta e quatro) comarcas que compõem o Poder Judiciário de Santa Catarina e Tribunal de Justiça, conforme quantitativo abaixo.

| COMUNICAÇÃO VISUAL | |
|---|---|
| Valor gasto para aquisição e instalação (R$) | 144.553,84 |
| Comarcas atendidas (com exceção da Comarca da Capital) | 46% |
| Comarca da Capital - Fóruns e Unidades Judiciárias atendidas | 60% |
| Tribunal de Justiça – unidades atendidas (Torres I e II, Unidade Presidente Coutinho, Câmara Regional de Chapecó, Complexo da BR-101 em São José) | 100% |

* Mês de dezembro não foi contabilizado.

### 1.1.2 Móveis sob Medida

Com relação à área de móveis sob medida, em 2015* foram adquiridos e instalados móveis sob medida em 16 comarcas que compõem o Poder Judiciário de Santa Catarina e Tribunal de Justiça, conforme quantitativo abaixo.

| MÓVEIS SOB MEDIDA | |
|---|---|
| Valor gasto para aquisição, instalação e deslocamentos (R$) | 146.271,10 |
| Comarcas atendidas (com exceção da Comarca da Capital) | 14% |
| Comarca da Capital - Fóruns e Unidades Judiciárias atendidas | 25% |
| Tribunal de Justiça – unidades atendidas (Torres I e II, Unidade Presidente Coutinho, Câmara Regional de Chapecó, Complexo da BR-101 em São José) | 50% |

* Mês de dezembro não foi contabilizado.

### 1.1.3 Persianas

Na área de persianas, em 2015* foram adquiridos e instalados 3.571,48 m² de persianas nas comarcas e unidades administrativas que compõem o Poder Judiciário de Santa Catarina e Tribunal de Justiça, conforme quadro abaixo.

| PERSIANAS | |
|---|---|
| Valor gasto para aquisição, instalação e deslocamentos (R$) | 197.914,14 |
| Valor gasto para conserto (R$) | 97.370,12 |
| Quantidade de persianas adquiridas (em metragem quadrada) | 3.571,48 |

* Mês de dezembro não foi contabilizado.

### 1.1.4 Carimbos automáticos

Com relação à aquisição e à distribuição de carimbos automáticos e materiais complementares (resina, refis, tinta de carimbo), em 2015* foram distribuídos materiais para 95 comarcas que compõem o Poder Judiciário de Santa Catarina e para todas as unidades administrativas/judiciais do Tribunal de Justiça.

| CARIMBOS |
|---|

| | |
|---|---|
| Valor gasto para aquisição de carimbos, resinas, refis e tintas para carimbos (R$) | 34.622,08 |
| Aquisição de carimbos | 1.832 |
| Aquisição de refis para carimbos | 937 |
| Aquisição de resinas para carimbos | 15 |
| Aquisição de tintas para carimbo | 179 |

* Mês de dezembro não foi contabilizado.

### 1.1.5 Serviço de Chaveiro

Com relação à prestação de serviço de chaveiro, com aquisição de chaves, conserto e abertura de fechaduras de portas e móveis e demais serviços no Tribunal de Justiça e Comarca da Capital, segue quantitativos abaixo:

| SERVIÇO DE CHAVEIRO | |
|---|---|
| Aquisição de chaves | 1.878 |
| Consertos de fechaduras de portas e de móveis | 75 |
| Abertura de fechaduras de portas e de móveis | 80 |
| Outros serviços | 167 |
| Valor gasto (R$) com Contrato n. 146/2014 (Prestação de serviço técnico de chaveiro com fornecimento de mão de obra e materiais, nas dependências do Fórum da Comarca da Capital, Tribunal de Justiça e anexos). | 19.366,00* |
| Valor gasto (R$) com consertos e aquisição de chaves por meio de requisição de compra para demais unidades que compõem o Poder Judiciário de Santa Catarina | 25.727,90 |

* Meses de novembro e dezembro não foram contabilizados

### 1.1.6 Fragmentadoras de pequeno e de grande porte

Com relação à aquisição e à distribuição de fragmentadoras de pequeno e de grande porte, os números abaixo demonstram apenas a reposição e/ou conserto de equipamentos avariados, pois houve distribuição de equipamentos novos para todo o Estado nos anos anteriores.

| FRAGMENTADORA DE PEQUENO E DE GRANDE PORTE | |
|---|---|
| Fragmentadoras de pequeno porte novas distribuídas para setores e/ou gabinetes do Tribunal de Justiça | 3 |
| Fragmentadoras de grande porte distribuídas para Comarcas | 1 |
| Fragmentadoras reaproveitadas e redistribuídas | 14 |
| Consertos de fragmentadoras de pequeno porte nos gabinetes e nas diretorias do Tribunal de Justiça e na Unidade Presidente Coutinho | 14 |

* Mês de dezembro não foi contabilizado.

### 1.1.7 Desumidificadores de papel

Com relação à aquisição e à distribuição de desumidificadores de papel, em 2015 não houve aquisição de desumidificadores novos, tendo em vista que houve distribuição de equipamentos novos para todo o Estado nos anos anteriores. O quadro abaixo demonstra os equipamentos reaproveitados e redistribuídos.

| DESUMIDIFICADOR DE PAPEL | |
|---|---|
| Quantidade de equipamentos reaproveitados e redistribuídos | 20 |

* Mês de dezembro não foi contabilizado.

### 1.1.8 Carrinhos para transporte de processos

Com relação à aquisição e à distribuição de carrinhos para transporte de processos em 2015, foram distribuídos entre onze comarcas e demais gabinetes e/ou setores do Tribunal de Justiça. Houve o reaproveitamento de sete carrinhos que foram devolvidos por falta de uso.

| CARRINHO PARA TRANSPORTE DE PROCESSOS | |
|---|---|
| Quantidade distribuída | 10 |
| Quantidade de carrinhos reaproveitados e redistribuídos | 7 |

* Mês de dezembro não foi contabilizado.

### 1.1.9 Demais atividades

Atividades que fazem parte da rotina da Seção de Apoio realizadas no ano de 2015*

| ATIVIDADES | |
|---|---|
| Processos administrativos analisados | 48 |
| Requisições de compra analisadas com emissão de parecer técnico | 122 |
| Requisições de compra emitidas pela Seção | 26 |
| E-mails recebidos e enviados (interno e externo) | 50.506 |
| Notas fiscais analisadas e encaminhadas para pagamento | 412 |
| Análise dos leiautes de comunicação visual e de móveis sob medida | 148 |
| Projetos básicos confeccionados | 5 |
| Viagens técnicas | 15 |

* Mês de dezembro não foi contabilizado.

## 1.2 Seção de Audiovisual

A Seção de Audiovisual desenvolveu no ano de 2015* as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos.

### 1.2.1 Sonorização

A prestação de serviço de sonorização para a comarca da Capital e Tribunal de Justiça, bem como aquisição de equipamentos, materiais e gastos com manutenção para o Tribunal de Justiça, foram feitos conforme tabela abaixo:

| SONORIZAÇÃO | |
|---|---|
| Valor gasto para prestação do serviço de sonorização- Contrato 191/2012* | R$ 407.125,95 |
| Horas prestadas do serviço de sonorização para o Tribunal de Justiça e Comarca da Capital* | 10.605 horas |
| Valor gasto com aquisição de equipamentos, materiais e manutenção para Tribunal de Justiça e Comarcas | R$ 572.416,22 |
| Valor gasto com modernização de sistema de som do Tribunal do Júri da Comarca de Joinville | R$ 152.500,00 |
| Valor gasto com modernização de sistema de som do Tribunal do Júri da Comarca de Indaial | R$ 64.000,00 |
| Valor gasto com modernização de sistema de som do Tribunal do Júri da Comarca de Lages | R$ 86.500,00 |

* Mês de dezembro não foi contabilizado.

Foram desenvolvidos e concluídos projetos de modernização do sistema de sonorização dos Salões dos Tribunais de Júri das comarcas de Ibirama e Joaçaba. Ainda, estão em fase de elaboração os projetos de sonorização das comarcas de São Miguel do Oeste, Barra Velha, Seara, Araranguá, Ipumirim, Fraiburgo, Pomerode, Laguna, Porto União, Palmitos e Camboriú.

### 1.2.2 Agendamento de espaços no Tribunal de Justiça

Quanto ao agendamento de espaços no Tribunal de Justiça para realização de eventos e reuniões, segue tabela referente ao ano de 2015*:

| AGENDAMENTOS | |
|---|---|
| Quantidade total de agendamentos | 507 |
| Quantidade de agendamentos para utilização do Auditório do Tribunal Pleno | 126 |
| Quantidade de agendamentos para utilização da sala de reunião do HS da Torre II | 96 |
| Quantidade de agendamentos para utilização da sala de reunião do 8º andar | 146 |
| Quantidade de agendamentos em locais diversos | 139 |

* Mês de dezembro não foi contabilizado

### 1.2.3 Equipamentos audiovisuais

Com relação à aquisição de equipamentos audiovisuais, no ano de 2015* foram adquiridos:

| | |
|---|---|
| **PROJETOR MULTIMÍDIA** | |
| Projetores multimídia adquiridos | 16 |
| Valor gasto para aquisição de projetores multimídia | R$ 42.880,00 |
| **TELA DE PROJEÇÃO COM TRIPÉ** | |
| Telas adquiridas | 25 |
| Valor gasto para aquisição de telas | R$ 10.200,00 |
| **TELA ELÉTRICA MOTORIZADA** | |
| Telas adquiridas | 5 |
| Valor gasto para aquisição de telas | R$ 7.550,00 |
| **MESA DE SOM** | |
| Mesas de som adquiridas | 10 |
| Valor gasto para aquisição de mesas de som | R$ 17.994,40 |
| **MICROFONE GOOSENECK** | |
| Microfones adquiridos | 82 |
| Valor gasto para aquisição de microfones | R$ 137.779,68 |
| **FONE DE OUVIDO** | |
| Fones específicos adquiridos | 3 |
| Valor gasto para aquisição de fones | R$ 1.950,00 |
| **SELETOR E DISTRIBUIDOR VGA** | |
| Seletores e distribuidores VGA adquiridos | 8 |
| Valor gasto para aquisição de seletores e distribuidores VGA | R$ 8.420,96 |
| **RACK DE SOM** | |
| Racks de som adquiridos | 3 |

| | |
|---|---|
| Valor gasto para aquisição de racks de som | R$ 4.800,00 |
| **CAIXA ACÚSTICA** | |
| Caixas adquiridas | 12 |
| Valor gasto para aquisição de caixas | R$ 62.488,80 |
| **MICROFONE DE MÃO SEM FIO** | |
| Microfones adquiridos | 20 |
| Valor gasto para aquisição de microfones | R$ 58.320,00 |
| **MICROFONE DE LAPELA** | |
| Microfones adquiridos | 16 |
| Valor gasto para aquisição de microfones | R$ 50.526,24 |
| **NO-BREAK** | |
| No-breaks adquiridos | 2 |
| Valor gasto para aquisição de no-breaks | R$ 16.429,78 |
| **PROCESSADOR DE SINAIS** | |
| Processadores de sinais adquiridos | 3 |
| Valor gasto para aquisição de processadores de sinais | R$ 12.427,80 |
| **CABO USB PASSIVO** | |
| Cabos USB passivo adquiridos | 12 |
| Valor gasto para aquisição de cabo USB passivo | R$ 840,00 |
| **CABO USB ATIVO** | |
| Cabos USB ativo adquiridos | 15 |
| Valor gasto para aquisição de cabo USB ativo | R$ 2.475,00 |
| **TOTAL** | **R$ 435.082,66** |

* Mês de dezembro não foi contabilizado.

### 1.2.4 Demais atividades

Atividades que fazem parte da rotina da Seção de Audiovisual realizadas no ano de 2015*:

| ATIVIDADES | |
|---|---|
| Processos administrativos analisados | 29 |
| Requisições de compra analisadas com emissão de parecer técnico | 22 |
| Requisições de compra emitidas pela Seção | 3 |
| Viagens técnicas | 11 |
| Elaboração de projetos de instalação de sistema de som | 3 |

* Mês de dezembro não foi contabilizado.

### Seção de Carga e Descarga

A Seção de Carga e Descarga desenvolveu no ano de 2015* as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos:

### Serviços de Marcenaria

Com relação às atividades desenvolvidas pela Seção de Carga e Descarga nos serviços de marcenaria no ano de 2015*, o que engloba a montagem, desmontagem e consertos de móvel padrão, segue quantitativo abaixo:

| SERVIÇO DE MARCENARIA | |
|---|---|
| Montagem de móvel | 440 |
| Conserto de móvel | 600 |

* Mês de dezembro não foi contabilizado.

### 1.3.2 Mudanças e Movimentação de Móveis

Com relação às atividades desenvolvidas na parte de movimentação de móveis e mudanças de gabinetes e de setores do Tribunal de Justiça no ano de 2015*, segue quantitativo abaixo:

| MUDANÇAS E MOVIMENTAÇÃO DE MÓVEIS | |
|---|---|
| Mudança de gabinetes/setores no prédio sede e anexos | 12 |
| Movimentação de móveis | 3.278 |

* Mês de dezembro não foi contabilizado.

### 1.3.3 Recolhimento de Material

Com relação às atividades desenvolvidas na parte de recolhimento de material, o que engloba bens para baixa patrimonial, volumes entregues nas dependências do Tribunal de Justiça e movimentação de caixas plásticas com processos no ano de 2015*, segue quantitativo abaixo:

| RECOLHIMENTO DE MATERIAIS | |
|---|---|
| Busca de materiais para baixa | 3.448 |
| Movimentação de caixas plásticas com processos | 16.322 |
| Volumes entregues | 17.988 |

* Mês de dezembro não foi contabilizado.

### 1.3.4 Monitoramento dos Elevadores

Com relação às atividades desenvolvidas no monitoramento dos elevadores das Torres I e II do Tribunal de Justiça no ano de 2015*, segue quantitativo abaixo:

| MONITORAMENTO DE ELEVADORES | |
|---|---|
| Abertura de chamados dos elevadores à Diretoria de Engenharia e Arquitetura | 394 |

* Mês de dezembro não foi contabilizado.

### 1.3.5 Demais atividades

Atividades que fazem parte da rotina da Seção de Carga e Descarga realizadas no ano de 2015*:

| ATIVIDADES | |
|---|---|
| E-mails recebidos | 4.052 |
| E-mails de feedback de serviços especializados | 204 |
| Controle de veículos da portaria na área de carga e descarga | 10.887 |
| Descarregamento de caminhão | 152 |
| Requisições de compra analisadas com emissão de parecer técnico | 5 |
| Requisições de compras emitidas pela Seção | 4 |

| | |
|---|---|
| Montagem de gabinetes/setores/salas nas unidades do Tribunal de Justiça | 11 |
| Reconfiguração/manutenção/entrega de controles remotos do portão de veículos | 73 |
| Acompanhamento de eventos ocorridos no Tribunal Pleno, realizando atividade de condução do elevador para portadores de necessidades e serviço de portaria da área de carga e descarga | 6 |

* Mês de dezembro não foi contabilizado.

### 1.4 Seção de Controle de Custos

A Seção de Controle de Custos desenvolveu no ano de 2015* as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos:

### 1.4.1 Controle das despesas decorrentes do fornecimento de Água e Esgoto

Com relação às atividades desenvolvidas na parte de gerenciamento das despesas com água/esgoto, foram autuadas, analisadas e encaminhadas à unidade responsável pelo pagamento 499 faturas referentes a 139 hidrômetros que abastecem os imóveis sob a responsabilidade do Poder Judiciário de Santa Catarina, totalizando as despesas abaixo:

| DESPESAS - FORNECIMENTO DE ÁGUA/ESGOTO | |
|---|---|
| Janeiro | R$ 98.531,20 |
| Fevereiro | R$ 117.956,46 |
| Março | R$ 132.778,64 |
| Abril | R$ 97.995,79 |
| Maio | R$ 90.224,58 |
| Junho | R$ 101.484,03 |
| Julho | R$ 107.853,94 |
| Agosto | R$ 119.713,10 |
| Setembro | R$ 118.414,50 |
| Outubro | R$ 112.874,69 |
| Novembro | R$ 20.086,90 |
| Dezembro | R$ 0,00 |
| Total 2015* | R$ 1.117.913,83 |
| Hidrômetros | 139 |

* Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.

### 1.4.2 Controle das despesas decorrentes do fornecimento de Energia Elétrica

Com relação às atividades desenvolvidas na parte de gerenciamento das despesas com energia elétrica, foram autuadas, analisadas e encaminhadas à unidade responsável pelo pagamento 133 faturas referentes a 235 unidades consumidoras que abastecem os imóveis sob a responsabilidade do Poder Judiciário de Santa Catarina, totalizando as despesas abaixo:

| DESPESAS - ENERGIA ELÉTRICA | |
|---|---|
| Janeiro | R$ 759.960,23 |
| Fevereiro | R$ 933.972,32 |
| Março | R$ 1.041.075,43 |
| Abril | R$ 944.635,29 |
| Maio | R$ 841.007,64 |

| | |
|---|---|
| Junho | R$ 833.554,09 |
| Julho | R$ 824.264,27 |
| Agosto | R$ 921.508,94 |
| Setembro | R$ 917.074,90 |
| Outubro | R$ 898.976,98 |
| Novembro | R$ 13.488,33 |
| Dezembro | R$ 0,00 |
| **TOTAL 2015*** | **R$ 8.929.518,42** |
| Unidades consumidoras | 235 |

* Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.

### 1.4.3 Aquisição de Passagens Aéreas

Com relação às atividades desenvolvidas na parte de aquisição de passagens aéreas, todos os pedidos recebidos foram examinados e tratados, resultando na emissão de 2.369 (dois mil trezentos e sessenta e nove) trechos para capacitação e representação de magistrados, servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina e autoridades convidadas. Efetuaram-se também as análises e controles das faturas quinzenais, com encaminhamento à unidade responsável pelo pagamento, totalizando as despesas abaixo:

| AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS | |
|---|---|
| Capacitação Nacional | R$ 500.284,28 |
| Capacitação Internacional | R$ 96.086,36 |
| Representação Nacional | R$ 359.502,47 |
| Representação Internacional | R$ 0,00 |
| **TOTAL 2015*** | **R$ 955.873,11** |

* Levantamento realizado em 27 de novembro 2015. Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.

### 1.4.4 Despesas com as sessões do Tribunal do Júri

Com relação às atividades voltadas às sessões do Tribunal do Júri, tramitaram 680 requisições de compras referentes à alimentação, ao transporte de jurados, locações de espaços físicos, pernoite e material de consumo demandadas pelas Sessões no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina, totalizando as despesas abaixo:

| DESPESAS COM SESSÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI | |
|---|---|
| Valor gasto com alimentação | R$ 1.089.846,62 |
| Valor gasto com transporte de jurados | R$ 4.685,00 |
| Valor gasto na locação de espaços físicos | R$ 6.595,00 |
| Pernoites | R$ 1.984,76 |
| Material de Consumo | R$ 330,90 |
| Faxina das salas de sessões locadas/cedidas | R$ 250,00 |
| **TOTAL 2015*** | **R$ 1.098.676,38** |

* Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.

Ainda com relação às sessões do Tribunal do Júri, a Seção de Controle de Custos gerenciou 31 Atas de Registro de Preços, lançando no Sistema de Registro de Preços aproximadamente 63 requisições para o fornecimento de almoços, lanches e/ou jantares para sessões de Júri. A fim de dar continuidade às atas já

existentes, bem como ampliar o fornecimento de alimentação via Ata de Registro de Preço, foram elaborados, autuados e monitorados 46 Projetos Básicos em 2015.

### 1.4.5 Controle das despesas com Tributos Municipais

Com relação às atividades relacionadas ao gerenciamento de tributos municipais, foram encaminhados 59 carnês de IPTU/coleta de lixo/contribuições para pagamento em parcela única anual, referentes aos imóveis sob responsabilidade do Poder Judiciário de Santa Catarina, totalizando as despesas abaixo:

| TRIBUTOS MUNICIPAIS | |
|---|---|
| **TOTAL 2015*** | **R$ 154.072,58** |

* Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.

### 1.4.6 Demais controles

Registre-se que a Seção de Controle de Custos encaminhou outros pagamentos em 2015, relativos às despesas condominiais de residências funcionais destinadas a magistrados e aos rateios de gastos junto ao Departamento de Transportes e Terminais do Estado de Santa Catarina – DETER e à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO. Tais despesas referem-se à manutenção de Juizados da Infância e Juventude no Terminal Rodoviária Rita Maria e no Aeroporto Internacional Hercílio Luz, respectivamente. Estes gastos foram encaminhados para pagamento no total de 46 boletos, totalizando as despesas abaixo:

| DEMAIS CONTROLES | |
|---|---|
| COND. – IMÓVEL FUNCIONAL DE VIDEIRA | R$ 4.920,00 |
| CONDOMÍNIO – IMÓVEL FUNCIONAL DE TAIÓ | R$ 1.680,00 |
| INFRAERO | R$ 1.136,17 |
| DETER | R$ 757,63 |
| **TOTAL 2015*** | **R$ 8.493,80** |

* Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.

Além dos controles das despesas já citadas, a seção é responsável por acompanhar, mensalmente, as despesas relacionadas abaixo:

- Restaurante Bom Bocado: referente ao rateio de despesas com água e energia elétrica do restaurante localizado no prédio do Tribunal de Justiça - Torre I (Contrato n. 142/2014);
- COOMARCA - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados, Membros do Ministério Público e Profissionais do Direito Catarinense Ltda. – referentes ao rateio de despesas com água, energia elétrica e limpeza do Posto de Atendimento a Cooperados localizado na Torre I do Tribunal de Justiça, conforme Permissão de Uso n. 182/2012;
- Bookpartners – Bookpartners Brasil Editora e Distribuidora de Livros Ltda. – referentes à participação nas despesas condominiais de energia elétrica e água da sala que ocupou até abril/2015 no Edifício Ewaldo Moritz, mesmo prédio que abriga a Academia Judicial;
- Banco do Brasil – referentes aos custos de manutenção de energia elétrica e água dos postos de atendimento bancário (PAB's) e postos de atendimento eletrônico (PAE's) instalados nas unidades pertencentes ao Poder Judiciário, conforme contrato 240/2013;
- Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça - ASTJ: referente ao rateio de despesas com água e energia elétrica da sede urbana, localizada na BR 101 – anexo ao Almoxarifado do Tribunal de Justiça (Cessão de Uso 001/2006).

| VALORES APURADOS | |
|---|---|
| Restaurante do Tribunal de Justiça | R$ 45.517,19 |
| COOMARCA | R$ 4.530,55 |
| Livraria Bookpartners | R$ 1.400,00 |
| PAE's e PAB's - Banco do Brasil | R$ 18.338,78 |
| Assoc. dos Servidores do TJ - ASTJ | R$ 19.373,30 |
| **TOTAL 2015*** | **R$ 91.159,82** |

* Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.

### 1.4.7 Demais atividades

Atividades que fazem parte da rotina da Seção de Controle de Custos realizadas no ano de 2015*:

| ATIVIDADES | |
|---|---|
| Análise de editais de processos licitatórios | 44 |
| Requisições de compra analisadas com emissão de parecer técnico | 680 |
| Faturas de despesas de água/esgoto e de energia elétrica analisadas e encaminhadas para pagamento | 632 |
| Boletos referentes às despesas apontadas no item 1.4.6 analisados e encaminhados para pagamento | 46 |
| Carnês e boletos referentes às despesas apontadas no item 1.4.5 analisados e encaminhados para pagamento | 59 |
| Notas fiscais referentes à aquisição de refeições por meio de Ata de Registro de Preços para sessões dos Tribunais do Júri analisadas e encaminhadas para pagamento | 362 |
| Notas fiscais referentes à aquisição de passagens aéreas analisadas e encaminhadas para pagamento | 22 |
| Projetos básicos elaborados | 46 |
| Elaboração de proposta de resolução | 1 |

* Mês de dezembro não foi contabilizado integralmente.

## 1.5 Seção de Correspondência

A Seção de Correspondência movimentou a seguinte quantidade de correspondências e processos em 2015*:

### 1.5.1 Serviços postais

Com relação aos serviços prestados ao Poder Judiciário de Santa Catarina no ano de 2015*, seguem dados:

| SERVIÇOS POSTAIS | |
|---|---|
| **TIPO** | **QUANTIDADE** |
| TELEGRAMAS | 1.296 |
| CARTAS | 303.198 |
| SEDEX | 4.889 |
| PAC | 318 |
| AR DIGITAL | 601.760 |

| | |
|---|---|
| Prioritário (Internacional) | 39 |
| **TOTAL DE CORRESPONDÊNCIAS POSTADAS** | **911.500** |
| Malotes Transportados (Quant./Peso-Kg) | 42.526 / 351.309 |

* Os meses de novembro e dezembro não foram contabilizados.

### 1.5.2 Movimentação de correspondências e de processos

Concernente às atividades executadas pela Seção de Correspondência, destaca-se a movimentação de correspondências e de processos, conforme quantitativo abaixo:

| MOVIMENTAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIAS E PROCESSOS | |
|---|---|
| Processos recebidos pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina | 60.390 |
| Correspondências Recebidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina | 100.901 |
| Correspondências entre setores via Seção de Correspondência | 17.333 |
| Processos encaminhados | 163.337 |
| Correspondências enviadas para as comarcas por malote | 29.638 |
| Telegramas encaminhados pelo Tribunal de Justiça | 1.428 |
| Correspondências encaminhadas pelo Tribunal de Justiça via Correios | 19.267 |
| Malote Digital | 17.152 |
| **TOTAL GERAL DE CORRESPONDÊNCIAS E PROCESSOS** | **409.446** |

* Mês de dezembro não foi contabilizado.

### 1.5.3 Atividades complementares

Atividades que fazem parte da rotina da Seção de Correspondência realizadas no ano de 2015*:

| ATIVIDADES | |
|---|---|
| Requisições de compra analisadas com emissão de parecer técnico | 1 |
| E-mails recebidos e enviados (interno e externo) | 8.169 |
| Pareceres emitidos em processos administrativos | 21 |
| Faturas encaminhadas para pagamento | 13 |
| Análise de editais de licitação | 2 |
| Projetos básicos confeccionados | 2 |
| Análise e revisão da proposta de resolução sobre serviços de correspondência | 1 |

* Mês de dezembro não foi contabilizado.

## 1.6 Seção de Fotocópia

A Seção de Fotocópia desenvolveu no ano de 2015* as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos:

### 1.6.1 Fotocópias

Com relação ao serviço de fotocópias, seguem quantitativos das fotocópias extraídas pelos diversos setores do Tribunal de Justiça e para o público externo.

| FOTOCÓPIAS | |
|---|---|
| MÊS | QUANTIDADE |
| Janeiro | 99.660 |
| Fevereiro | 112.652 |
| Março | 122.244 |
| Abril | 98.941 |
| Maio | 97.899 |
| Junho | 124.663 |
| Julho | 130.022 |
| Agosto | 125.917 |
| Setembro | 133.260 |
| Outubro | 105.345 |
| Novembro | 91.177 |
| **TOTAL** | **1.241.780** |

* O mês de dezembro não foi contabilizado.

## Encadernações

Concernente aos serviços de encadernação, a tabela abaixo demonstra o quantitativo realizado para os diversos setores do Tribunal de Justiça Santa Catarina.

| ENCADERNAÇÕES | | |
|---|---|---|
| MÊS | ESPIRAL | UNIBAND |
| Janeiro | 162 | 0 |
| Fevereiro | 37 | 0 |
| Março | 59 | 0 |
| Abril | 52 | 1 |
| Maio | 90 | 0 |
| Junho | 84 | 0 |
| Julho | 27 | 0 |
| Agosto | 77 | 0 |
| Setembro | 43 | 2 |
| Outubro | 40 | 0 |
| Novembro | 50 | 29 |
| **TOTAL** | **721** | **32** |

* O mês de dezembro não foi contabilizado.

## Atendimentos aos gabinetes/setores do Tribunal de Justiça

Com relação ao atendimento de serviços efetuados nos gabinetes e nos diversos setores deste Tribunal de Justiça:

| ATENDIMENTO A GABINETES E DIVERSOS SETORES | |
|---|---|
| **MÊS** | **QUANTIDADE** |
| Janeiro | 1.510 |
| Fevereiro | 2.350 |
| Março | 3.417 |
| Abril | 2.956 |
| Maio | 2.841 |
| Junho | 3.039 |
| Julho | 3.427 |
| Agosto | 3.285 |
| Setembro | 3.097 |
| Outubro | 3.211 |
| Novembro | 3.092 |
| **TOTAL** | **32.225** |

* O mês de dezembro não foi contabilizado.

### 1.6.4 Atividades complementares

Atividades que fazem parte da rotina da Seção de Fotocópia realizadas no ano de 2015*:

| ATIVIDADES | |
|---|---|
| Requisições de compra analisadas com emissão de parecer técnico | 1 |
| Requisição de compra emitida pela Seção | 2 |

* O mês de dezembro não foi contabilizado.

## 2. DIVISÃO DE ARTES GRÁFICAS

A Divisão de Artes Gráficas, composta por três seções, é responsável pela realização dos serviços gráficos do Poder Judiciário de Santa Catarina, cuja regulamentação reside na Resolução GP n. 56/2013.

Com o advento do hotsite da Divisão de Artes Gráficas - www.tjsc.jus.br/grafica - houve uma facilidade para as unidades requisitantes conhecerem e terem acesso aos trabalhos desenvolvidos no setor gráfico, criando necessariamente um incremento nos serviços, com mais de mil Guias de Produção (nomenclatura utilizada para a ordem de serviço).

A Divisão de Artes Gráficas, observando as necessidades das unidades requisitantes, em 2015 conferiu atenção especial às demandas de produtos virtuais. Prova inequívoca dessa assertiva é que, ao cotejar o Relatório de Gestão de 2014 com este, constata-se precisamente um aumento de 102%.

Na vanguarda de projetos gráficos que possam otimizar os recursos públicos e trazer benesses à Instituição e à sociedade, a Divisão de Artes Gráficas inovou em 2015 ao inserir o *QR Code* num de seus produtos gráficos. Tal tecnologia veio para agregar valor ao produto e também trazer comodidade e segurança na transmissão dos dados para telefones com tecnologia compatível. Em 2015, foram confeccionados mais de 8.900 unidades do produto; logo, o *QR Code* veio enobrecer esse processo, chancelando mais um diferencial para o Poder Judiciário de Santa Catarina.

Em 2015, foram executados diversos projetos gráficos para o Poder Judiciário de Santa Catarina. Pode-se destacar que a elaboração de e-books alcançou incremento de mais de 80%, refletindo assim a importância dos serviços virtuais. Ainda, a elaboração e confecção de inúmeros materiais para eventos, congressos, cerimônias; a Revista Jurisprudência Catarinense e o Anuário das Turmas de Recursos (inclusive com versões em e-book), a 3ª edição do Livro "Comarcas de Santa Catarina", o Livro "Caminhos da Educação" da Academia Judicial, *banners* físicos e virtuais, elaboração de pop up para datas comemorativas, dentre outros trabalhos.

Por fim, apresenta-se relatório que traça o panorama geral das atividades desenvolvidas pelas três seções que compõem a Divisão de Artes Gráficas: Seção de Criação e Fotolitografia, Seção de Impressão Gráfica e Seção de Acabamento Gráfico.

**Seção de Criação e Fotolitografia**

A Seção de Criação e Fotolitografia é o setor responsável pela elaboração dos projetos gráficos. Conta com profissionais da área de Designer Gráfico e *web designer*, e atua no atendimento personalizado às unidades requisitantes, bem como na execução de serviços de gravações e fotolitografia para posterior impressão em equipamentos especializados.

No ano de 2015, pode-se constatar acréscimo de pedidos e de elaboração de leiautes. Os produtos requisitados à Divisão de Artes Gráficas, por meio do formulário *briefing* no *hotsite*, recebem a devida elaboração dos *designers*, isso ocorre tanto nos serviços impressos como nos virtuais. Abaixo segue o detalhamento das principais atividades e os números atinentes a estas.

**Solicitações de Serviços**

Cumpre destacar que o segmento de atendimento às Solicitações de Serviços – oriundas do preenchimento do formulário *briefing* no hotsite – abrange as interlocuções entre as unidades requisitantes e a Divisão de Artes Gráficas e suas seções. A Divisão ao implantar esta metodologia de trabalho na Seção de Criação e Fotolitografia trouxe vários pontos positivos, que merecem destaque, tais como:

a) a padronização para registros de entradas de solicitações de serviços;
b) a aplicação de *follow up* – acompanhamento – para a correta inserção no cronograma de trabalho;
c) a observância às normativas atinentes às produções de serviços gráficos.

O acompanhamento dos pedidos via hotsite e via requisições de abastecimento do almoxarifado central resultaram nos seguintes números:

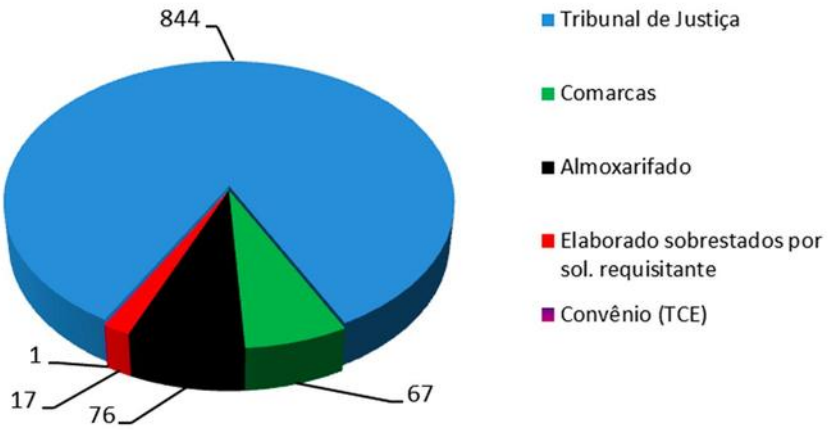
| TIPO DE SOLICITAÇÃO | QUANTIDADE |
|---|---|
| Número de solicitações de serviços – hotsite | 445 |
| Trabalhos via Requisição do Almoxarifado Central | 76 |
| Atendimento convênio (TCE) | 1 |

Fonte: Mapa/2015 - *até 18/11/2015

A demanda de e-mails com o objetivo de efetivar os registros de serviços, para a remessa de leiautes para unidades requisitantes e para o órgão de supervisão é crescente em patamares correlativos aos números dos trabalhos. Não se pode mensurá-los, mas tem-se uma projeção de aproximadamente mais de 3 mil e-mails, em 2015, destinados exclusivamente ao atendimento.

### Atendimento ao Poder Judiciário de Santa Catarina e Convênios

Os serviços executados pela Seção de Criação e Fotolitografia, seja advindos das solicitações de serviços via hotsite, das requisições do almoxarifado central ou dos atendimentos decorrentes de Convênios, demandaram a emissão de 1.005 Guias de Produção, uma vez que um pedido gera comumente mais de uma ação. Estes serviços destinaram-se a atender o Poder Judiciário de Santa Catarina e Convênios que a Instituição mantém com outros setores da Administração Pública. Para evidenciar a quantidade de atendimentos por setores, apresenta-se o gráfico abaixo:




Fonte: Mapa/2015 - *até 18/11/2015

Ao segmentarmos as demandas contidas no gráfico, de forma setorizada e na modalidade física e virtual, podemos assim descrever os pleitos:

| SOLICITANTE | FÍSICOS | VIRTUAIS | TOTAL |
|---|---|---|---|
| ACADEMIA JUDICIAL | 65 | 48 | 113 |
| CGJ | 51 | 27 | 78 |
| DCDP | 2 | 0 | 2 |
| DDI | 35 | 5 | 40 |
| DEA | 4 | 0 | 4 |
| DGA | 27 | 11 | 38 |
| DGJ | 12 | 0 | 12 |
| DIE | 58 | 22 | 80 |
| DMP | 6 | 0 | 6 |
| DOF | 1 | 0 | 1 |
| DRH | 47 | 13 | 60 |
| DS | 1 | 1 | 2 |
| DRI | 19 | 0 | 19 |
| DTI | 0 | 2 | 2 |
| Convênio (TCE) | 1 | 0 | 1 |
| Gab. Desembargadores e Juízes de 2º Grau | 39 | 3 | 42 |
| Presidência e Órgãos Vinculados | 261 | 86 | 347 |
| Comarcas | 62 | 3 | 65 |
| Almoxarifado | 76 | 0 | 76 |
| Elaborado sobrestados por solicitação requisitante | 17 | 0 | 17 |
| **TOTAL** | **784** | **221** | **1.005** |

Fonte: Mapa/2015 - *até 18/11/2015

### 2.1.3 Trabalhos elaborados na Seção

A execução de trabalhos que ensejaram a intervenção de um profissional *designer* para sua elaboração, diagramação, criação ou adequação para posterior inserção no processo produtivo estão descritos em números. Os dados apresentados na tabela abaixo trazem o tipo de serviço requisitado e a quantidade de vezes que esse figurou nas atividades da Seção de Criação e Fotolitografia:

| PRODUTO | QUANTIDADE SOLICITAÇÕES |
|---|---|
| ADESIVO PRISMA | 27 |
| ADESIVO SERR / CORTE E VINCO | 11 |
| AGENDA - MIOLO | 3 |
| APOSTILAS DIVERSAS | 12 |
| ARTE PARA IMPRESSÃO EXTERNA | 4 |
| ATUALIZAÇÃO DE TEXTO | 45 |
| BANNER IMPRESSO | 25 |
| BANNER VIRTUAL | 42 |
| BLOCOCOLA (EVENTO) | 27 |
| BLOCO WIRE-O (EVENTO) | 24 |
| CALENDÁRIO MESA | 3 |
| CAPA CD / DVD | 12 |
| CAPA DIVERSA (AGENDA PRESIDENTE) | 27 |
| CAPA DURA - AGENDA | 1 |
| CAPA PROC. C/LAM.1º GRAU | 6 |
| CAPA PROC. C/LAM.2º GRAU | 20 |
| CAPA PROC. S/LAM.1º GRAU | 1 |
| CAPA PROC. S/LAM.2º GRAU | 1 |
| CARTÃO (GAB. DES./PRES./ MENOS CONVITE) | 14 |
| CARTÃO DE VISITA / LAMINADO | 70 |
| CARTÃO ESTACION. / LAMINADO | 1 |
| CARTAZ | 37 |
| CARTILHA CAPA | 21 |
| CARTILHA MIOLO | 22 |
| CERTIFICADO | 10 |
| CONVITE IMPRESSO | 19 |
| CONVITE VIRTUAL | 21 |
| CRACHA EVENTOS | 23 |
| DIAGRAMAÇÃO | 18 |
| E-BOOK | 9 |
| EMBALAGENS DIVERSAS | 9 |
| ETIQUETA ADES. CORTE/VINCO | 18 |
| ETIQUETA ADES. SERR. | 21 |
| ETIQUETA ADESIVA - LAMINAÇÃO | 1 |
| ETIQUETA ADESIVA (RÓTULO CD/DVD) | 10 |
| FICHA (PROGRAMAÇÃO, ETC.) | 12 |
| FLYER | 2 |
| FOLDER | 12 |

| | |
|---|---|
| GUARDA | 16 |
| HOTSITE | 1 |
| IDENTIDADE VISUAL | 40 |
| ILUSTRAÇÃO | 1 |
| LIVRO CAPA DURA | 7 |
| LIVRO CAPA SIMPLES | 7 |
| LIVRO MIOLO (secundário) | 12 |
| LOGO | 6 |
| MANUAL | 9 |
| MAPAS | 7 |
| MIOLO BLOCO | 25 |
| MÓBILES | 1 |
| PAPEL A4 - TIMBRADO | 4 |
| PAPEL A4 SOLTO COM IMPRESSÃO | 1 |
| PASTA EVENTOS | 19 |
| PERIÓDICO VIRTUAL | 9 |
| POP UP | 5 |
| PROJETO | 2 |
| RECUPERAÇÃO DE CAPA | 21 |
| RESTAURAÇÃO FOTOS | 1 |
| SACOLAS | 1 |
| TARJETAS/ETIQUETAS NÃO ADESIVAS | 47 |
| TEMPLATE | 5 |
| TERMO DE POSSE | 10 |
| TESTES DIVERSOS | 12 |
| VETORIZAÇÃO | 6 |

Fonte: Mapa/2015 - *até 18/11/2015

### 2.1.4 Gravação de chapas para offset

A seguir, o quantitativo dos serviços de gravação de chapas para impressão em offset nas impressoras Catu e Shinohara.

| TIPO DE SERVIÇO | QUANTIDADE |
|---|---|
| Gravação de chapa offset impressora Catu | 61 |
| Gravação de chapa offset impressora Shinohara | 3.049 |
| **TOTAL** | **3.110** |

Fonte: Controle Chapas – 2015. - *até 18/11/2015

### Seção de Impressão Gráfica

A Seção de Impressão Gráfica é o setor responsável pela realização de impressão digital PB e colorida, offset (4 cores e monocolor), impressão em grandes formatos (*plotter*), impressão térmica e corte (guilhotina) de todos os materiais gráficos.

O ano de 2015, houve incremento de aproximadamente 100% no número de impressões digitais PB e colorida, 40% no número de impressões offset e 35% em impressões térmicas.

Abaixo, seguem as tabelas que evidenciam em números a produção da seção:

### Tabela 1

| TABELA DE IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA E PRETO E BRANCO | |
|---|---|
| **IMPRESSORAS** | **QUANTIDADE** |
| CANON - Imagerunner Advance C9280 | 220.521 |
| TERMO TRANSFERÊNCIA P/ CÓDIGO DE BARRA - ZEBRA | 15.000 |
| CANON IP 1135 - DTV 0193 | 274.513 |
| CANON IP 1135- DTV 0229 | 464.058 |
| Plotter CANON IPF9100 | 555 |
| **TOTAL** | **974.647** |

Fonte: Controle de Produção da Seção de Impressão Gráfica
*Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2015

### Tabela 2

| TABELA DE IMPRESSÃO OFF SET | |
|---|---|
| **IMPRESSORAS** | **QUANTIDADE** |
| CATU 660 | 1.468.960 |
| SHINOHARA | 3.294.817 |
| **TOTAL** | **4.763.777** |

Fonte: Controle de Produção da Seção de Impressão Gráfica
* Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2015

### Seção de Acabamento Gráfico

A Seção de Acabamento Gráfico é responsável pela etapa final dos serviços de produção gráfica, ou seja, realiza todas as ações necessárias ao acabamento dos produtos, o que engloba serviços de dobra, intercalação, costura, encadernação *hotmelt*, plastificação, corte e vinco, serrilha, grampeamento, perfuração, blocagem, hotstamping, corte de *wire-o*, dentre inúmeros outros.

A tabela a seguir elenca o volume de materiais produzidos mensalmente e a quantidade de etapas:

| TABELA DE COMPARATIVO MENSAL DE PROCESSOS DE ACABAMENTO | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **MÊS** | | **- (A) –** | **- (B) –** | **B/A** |
| | **GUIAS DE PRODUÇÃO FINALIZADAS** | **PRODUTOS ENTREGUES (un)** | **QUANTIDADE DE ETAPAS DE ACABAMENTO (un)** | |
| jan/15 | 47 | 209.150 | 347.941 | 1,66 |
| fev/15 | 66 | 145.473 | 720.331 | 4,95 |
| mar/15 | 56 | 867.093 | 1.022.901 | 1,17 |
| abr/15 | 20 | 119.652 | 251.250 | 2,09 |
| mai/15 | 17 | 3.952 | 13.339 | 3,37 |
| jun/15 | 75 | 658.357 | 802.263 | 1,21 |
| jul/15 | 80 | 149.571 | 835.520 | 5,58 |
| ago/15 | 72 | 3.102.424 | 773.465 | 0,24 |
| set/15 | 91 | 144.339 | 1.172.279 | 8,12 |
| out/15 | 92 | 172.752 | 1.489.318 | 8,62 |
| nov/15 | 113 | 134.064 | 546.513 | 4,07 |
| dez/15* | - | - | - | - |
| **TOTAIS** | **729** | **5.706.827** | **7.975.120** | |

Fonte: Controle de Produção da Seção de Acabamento Gráfico
* Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2015

Abaixo, segue quantitativo de etapas/acabamentos efetivados manualmente e por máquinas:

### Acabamento Manual

| TABELA DE ACABAMENTO MANUAL | |
|---|---|
| **PROCESSOS** | **QUANTIDADE ANO*** |
| Colagem | 36.150 |
| Colocação de fita, elástico, corda, wire-o e barra de madeira | 44.854 |
| Contagem | 3.214.421 |
| Corte, refilo e perfuração | 155.516 |
| Corte de wire-o | 22.487 |
| Costura a mão | 14.096 |
| Dobradura | 221.131 |
| Empacotamento com papel/caixa/cintagem | 17.631 |
| Encadernação com espiral | 26 |
| Limpeza | 172.879 |
| Intercalação | 859.388 |
| Rebitagem | 131 |
| Revisão/inspeção | 1.070.849 |
| **TOTAL** | **5.829.559** |

Fonte: Controle de Produção da Seção de Acabamento Gráfico
* Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2015

### Acabamento com máquina

| TABELA DE ACABAMENTO COM MÁQUINA | |
|---|---|
| **PROCESSOS** | **QUANTIDADE ANO*** |
| Blocagem com prensa pneumática | 155.821 |
| Corte e vinco | 296.728 |
| Corte com serrilhadeira | 56.333 |
| Corte automático de garra duplo anel (wire-o) | 30.964 |
| Costura automática | 129.468 |
| Dobradura automática | 607.840 |
| Empacotamento com plástico termoencolhível | 286.100 |
| Encadernação térmica com capa plástica | 55 |
| Encadernação com garra duplo anel (wire-o) | 14.322 |
| Encadernação com cola quente (hot melt) | 1.319 |
| Grampeamento automático | 133.128 |
| Impressão térmica de estampa metálica (hot stamping) | 4.450 |
| Laminação térmica | 377.155 |
| Perfuração com broca | 10.600 |
| Perfuração para garra duplo anel (wire-o) | 41.273 |
| **TOTAL** | **2.145.556** |

Fonte: Controle de Produção da Seção de Acabamento Gráfico
* Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2015

## 3. DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

A Divisão de Serviços Gerais, composta por três seções, é responsável pelos serviços de copeiragem, limpeza e jardinagem do prédio sede do Tribunal de Justiça e da Unidade Presidente Coutinho; pela gerência dos serviços de jardinagem, desinsetização e desratização, limpeza de vidros externos, fornecimento de água mineral, gás, café, leite e locação de máquinas automáticas para o preparo de bebidas quentes para as unidades do Poder Judiciário de Santa Catarina, entre outros.

No ano de 2015, a Divisão de Serviços Gerais teve como objetivo a otimização de recursos, melhoria dos serviços, continuidade na implementação de padrões e normas para atendimento ao público interno e externo, além da gerência e controle das atividades desenvolvidas pelas seções vinculadas à Divisão.

### 3.1 Seção de Copa

Em 2015, a Seção de Copa fez a gestão e fiscalização de 22 contratos, dentre eles os de água mineral, de gás GLP à Central de Gás do Tribunal de Justiça e de locação máquinas automáticas para o preparo de bebidas quentes, além de 33 atas de registro de preços para aquisição de diversos produtos e equipamentos, entre eles: açúcar cristal e refinado, água mineral, bebedouro elétrico, café em pó e solúvel, leite em pó e UHT, cafeteira elétrica, copo em polipropileno de 180ml, dispenser para copos de 180ml e 110ml e poupa-copos, fogão elétrico, forno micro-ondas, frigobar, garrafa térmica e refrigeradores.

Além da prestação de serviços de copeiragem e garçonaria, os quais atendem as sessões das câmaras cíveis e criminais, sessões do pleno e demais reuniões, a Seção de Copa atende chamados para troca de bombonas, manutenção e higienização de bebedouros e máquinas automáticas para o preparo de bebidas quentes, além da distribuição de materiais de consumo e de limpeza nas dez copas distribuídas no Tribunal de Justiça.

#### Demais atividades

Além dos serviços supracitados, a Seção analisou pedidos oriundos dos setores do Tribunal de Justiça e das comarcas e distribuiu equipamentos, conforme números apresentados abaixo:

| REQUISIÇÕES DE COMPRA ANALISADAS DURANTE O ANO 2015 | QUANTIDADE |
|---|---|
| Água | 301 |
| Leite | 252 |
| Gás | 12 |
| Itens de copa | 35 |
| Serviços | 75 |
| **CHAMADAS/ ATENDIMENTO DE ÁGUA MINERAL – TRIBUNAL DE JUSTIÇA** | **QUANTIDADE** |
| Média mensal | 885 |
| **EQUIPAMENTOS DISTRIBUÍDOS DURANTE O ANO DE 2015** | **QUANTIDADE** |
| Bebedouro | 52 |
| Cafeteira elétrica | 9 |
| Fogão Elétrico | 33 |
| Frigobar | 9 |
| Refrigerador | 10 |
| **GERENCIAMENTO DE MÁQUINAS DE CAFÉ (CONSERTO/MANUTENÇÃO)** | **QUANTIDADE** |
| Locadas | 27 |

Tabela 1: Serviços prestados pela Seção de Copa até 16/11/2015.
Fonte: Elaboração própria

#### Seção de Limpeza

Em 2015, a Seção de Limpeza fez gestão e fiscalização de contratos de lavação de vidros, tratamento de piso vinílico e desinsetização/desratização. Ainda, atuou, em conjunto com a Diretoria de Recursos Humanos, na fiscalização do contrato de prestação de serviços de limpeza e do contrato de jardinagem.

A Seção de Limpeza atua na elaboração de projetos básicos e acompanhamento de atas de registro de preços para aquisição de bens permanentes, entre eles: lavadoras de alta pressão, máquinas de lavar roupas, enceradeiras industriais, aspiradores de pó, placas sinalizadoras, carros funcionais, embaladores de guarda-chuva, refis para os embaladores de guarda-chuva, sachets de álcool em gel e dispensers de papel toalha e álcool em gel. Também atua na organização de eventos realizados na sede do Tribunal de Justiça.

**Demais atividades**

A Seção de Limpeza ainda elabora pareceres técnicos nas requisições de compra, para aquisição de produtos de limpeza não estocáveis, produtos e serviços de desinsetização e desratização, compra de insumos e serviços de jardinagem, dentre outras demandas. Em 2015, além dos serviços rotineiros supraditos, as seguintes ações foram realizadas pela Seção de Limpeza, com o intuito de melhorar os serviços prestados:

a) Atualização da Normativa de Jardinagem para o Poder Judiciário de Santa Catarina e Orientações Complementares sobre Jardinagem, disponíveis no *site* do TJSC;

b) Gestão operacional do contrato de revitalização do gramado do Fórum da Comarca de Catanduvas, com realização de visita técnica para alocação da obra e fiscalização da execução das etapas dos serviços;

c) Elaboração de novos projetos básicos para contratação de serviços continuados de lavação de vidros;

d) Realização de pesquisa de satisfação no prédio sede - Tribunal de Justiça, a fim de verificar a qualidade dos serviços prestados e identificar os principais pontos a serem melhorados.

Em 2015, referida seção analisou pedidos oriundos dos setores do Tribunal de Justiça e das comarcas e distribuiu produtos/equipamentos, conforme números apresentados abaixo:

| REQUISIÇÕES DE COMPRA ANALISADAS DURANTE O ANO 2015 | QUANTIDADE |
|---|---|
| Produtos Limpeza Comarcas | 365 |
| Produtos e Serviços de jardinagem | 94 |
| **EQUIPAMENTOS DISTRIBUÍDOS DURANTE O ANO DE 2015** | **QUANTIDADE** |
| Sachets de Álcool em Gel | 6.616 |
| Dispenser de Papel Toalha | 313 |
| Dispenser de Papel Higiênico | 306 |
| Dispenser de Álcool em Gel | 681 |
| Aspirador de Pó | 7 |
| Enceradeira Industrial | 3 |
| Lavadoras de Alta Pressão | 7 |
| Máquinas de Lavar Roupa | 9 |
| Placas Sinalizadoras de Piso Molhado | 75 |
| Embalador de Guarda-chuva | 12 |
| Refil para Embalador de Guarda-chuva | 169 |

Tabela 1: Serviços prestados pela Seção de Limpeza até 16/11/2015.
Fonte: Elaboração própria

### 3.3 Seção de Serviços – Unidade Presidente Coutinho

A Seção de Serviços – Unidade Presidente Coutinho atende às diretorias/setores instalados no Centro Executivo ACCR; é responsável pelo gerenciamento dos serviços de limpeza, copa e vigilância no referido prédio, atuando de forma similar a um síndico/administrador.

#### 3.3.1 Demais atividades

| CHAMADAS / ATENDIMENTO DE ÁGUA MINERAL | QUANTIDADE |
|---|---|
| Média mensal | 155 |
| **CHAMADAS / ATENDIMENTOS DE LIMPEZA** | **QUANTIDADE** |
| Média mensal | 65 |
| **DEMAIS SOLICITAÇÕES DE SERVIÇOS** | **QUANTIDADE** |
| Média mensal | 60 |

Fonte: Elaboração própria

## 4. DIVISÃO DE TRANSPORTE

A Divisão de Transporte é responsável pelo controle, acompanhamento e gerência dos serviços referentes aos veículos integrantes da frota oficial (infrações de trânsito, sinistros, seguro da frota, abastecimentos, manutenção da frota, entre outros) mudança de magistrados, transporte de cargas em virtude de reforma parcial ou global das unidades do Poder Judiciário de Santa Catarina, serviço de transporte aos desembargadores com veículo executivo, quando da ocorrência das sessões na Câmara Especial Regional de Chapecó – CERC, bem como serviço de transporte aos magistrados e servidores do Poder Judiciário quando da chegada ao aeroporto em Chapecó, mediante a locação de veículo e ainda o serviço de transporte executivo para eventos na grande Florianópolis. Abaixo segue tabela contendo as despesas geradas com a prestação dos serviços que se encontram sob a responsabilidade da Divisão de Transporte

### 4.1 Despesas com Mudanças de Magistrados

| MÊS | GASTOS EM (R$) |
|---|---|
| Janeiro | 26.977,20 |
| Fevereiro | 16.146,48 |
| Março | 15.654,76 |
| Abril | 22.410,96 |
| Maio | 6.790,36 |
| Junho | 16.366,16 |
| Julho | 16.221,28 |
| Agosto | 20.089,15 |
| Setembro | 29.561,95 |
| Outubro | * |
| Novembro | 43.480,05 |
| Dezembro | * |
| **TOTAL** | **213.698,35** |

* Valores não contabilizados

### 4.2 Despesas com Transportes de Cargas (mudanças das unidades)

| MÊS | GASTOS (R$) |
|---|---|

| | |
|---|---|
| Janeiro | * |
| Fevereiro | * |
| Março | * |
| Abril | * |
| Maio | * |
| Junho | 116.939,20 |
| Julho | |
| Agosto | 15.650,83 |
| Setembro | 7.238,17 |
| Outubro | 9.089,30 |
| Novembro | * |
| Dezembro | * |
| **TOTAL** | **148.917,50** |

* Valores não contabilizados

### 4.3 Despesas com Transporte Executivo em Chapecó (Desembargadores)

| MÊS | CONTRATO | GASTOS (R$) |
|---|---|---|
| Janeiro | 136/2012 | * |
| Fevereiro | 136/2012 | * |
| Março | 136/2012 | 5.884,65 |
| Abril | 136/2012 | * |
| Maio | 136/2012 | 4.707,72 |
| Junho | 136/2012 | 2.353,86 |
| Julho | 136/2012 | 2.746,17 |
| Agosto | 136/2012 | 3.530,79 |
| Setembro | 136/2012 | 2.353,86 |
| Outubro | 136/2012 | 2.353,86 |
| Novembro | 136/2012 | * |
| Dezembro | 136/2012 | * |
| **TOTAL** | | **23.930,91** |

* Valores não contabilizados

### 4.4 Despesas com aluguel de veículo em Chapecó

| MÊS | CONTRATO | GASTOS (R$) |
|---|---|---|
| Janeiro | 167/2014 | * |
| Fevereiro | 167/2014 | * |
| Março | 167/2014 | * |
| Abril | 167/2014 | 2.714,34 |
| Maio | 167/2014 | * |
| Junho | 167/2014 | 334,44 |
| Julho | 167/2014 | 1.114,80 |
| Agosto | 167/2014 | 4.618,43 |
| Setembro | 167/2014 | 1.560,72 |
| Outubro | 167/2014 | 1.722,14 |
| Novembro | 167/2014 | * |
| Dezembro | 167/2014 | * |
| **TOTAL** | | **12.064,87** |

* Valores não contabilizados

### 4.5 Despesas com transporte executivo para eventos na Grande Florianópolis

| MÊS | CONTRATO | GASTOS (R$) |
|---|---|---|
| Janeiro | 69/2015 | * |
| Fevereiro | 69/2015 | * |
| Março | 69/2015 | * |
| Abril | 69/2015 | * |
| Maio | 69/2015 | 26.712,00 |
| Junho | 69/2015 | * |
| Julho | 69/2015 | * |
| Agosto | 69/2015 | * |
| Setembro | 69/2015 | 890,00 |
| Outubro | 69/2015 | * |
| Novembro | 69/2015 | * |
| Dezembro | 69/2015 | * |
| **TOTAL** | | **27.602,00** |

### 4.6 Seção de Manutenção da Frota

A Seção de Manutenção da Frota gerencia a aquisição de combustível e a manutenção da frota atual de 284 veículos do Poder Judiciário de Santa Catarina, distribuídos na sede do Tribunal de Justiça e nas comarcas do Estado. O serviço é controlado por meio de sistema de gerenciamento eletrônico.

### 4.6.1 Despesas com combustível (R$)

| MÊS | VEÍCULOS COMARCAS | VEÍCULOS DESEMBARGADORES | VEÍCULOS SECRETARIA TJ | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| Janeiro | 6.647,06 | 11.243,71 | 12.850,53 | 30.741,30 |
| Fevereiro | 10.784,51 | 17.100,02 | 24.868,32 | 52.752,85 |
| Março | 9.897,45 | 21.214,63 | 29.980,70 | 61.092,78 |
| Abril | 6.145,64 | 15.871,55 | 19.628,98 | 41.646,17 |
| Maio | 10.689,81 | 17.129,86 | 15.766,46 | 43.586,13 |
| Junho | 16.179,43 | 18.657,61 | 22.410,79 | 57.247,83 |
| Julho | 18.345,13 | 17.581,96 | 24.000,10 | 59.927,19 |
| Agosto | 12.328,92 | 17.752,74 | 23.220,78 | 53.302,44 |
| Setembro | 10.792,98 | 16.600,07 | 26.588,91 | 53.981,96 |
| Outubro | 11.757,72 | 17.652,79 | 27.806,29 | 57.216,80 |
| Novembro | * | * | * | * |
| Dezembro | * | * | * | * |
| **TOTAL** | **113.568,65** | **170.804,94** | **227.121,86** | **511.495,45** |

* Valores não contabilizados

### 4.6.2 Despesas com Manutenção da Frota (R$)

| MÊS | MANUTENÇÃO GERAL | REVISÃO | SEGURO/ FRANQUIA/SINISTRO |
|---|---|---|---|
| Janeiro | 12.383,54 | 1.440,00 | 2.776,88 |
| Fevereiro | 20.499,68 | 783,00 | 37.404,65 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Março | 32.280,52 | 240,00 | 7.039,71 |
| Abril | 34.899,98 | * | 148.999,99 |
| Maio | 13.648,87 | 3.696,36 | 15.569,44 |
| Junho | 25.907,38 | 592,00 | 600,00 |
| Julho | 42.983,06 | * | 5.928,10 |
| Agosto | 47.198,44 | * | 1.709,96 |
| Setembro | 41.246,40 | * | * |
| Outubro | 44.028,67 | * | * |
| Novembro | * | * | 9.020,43 |
| Dezembro | * | * | * |
| **TOTAL** | **315.076,54** | **6.751,36** | **229.049,16** |
| **TOTAL GERAL** | | | **550.877,06** |

* Valores não contabilizados

### 4.7 Seção de Gerenciamento da Frota

Segue abaixo, a média mensal referente aos atendimentos prestados pela Seção de Gerenciamento da Frota à Secretaria do Tribunal de Justiça e aos Desembargadores que aderiram à Central de Transporte Institucional:

| ATENDIMENTOS | | |
|---|---|---|
| **30 Desembargadores** | **Secretaria do tjsc** | **Total mensal** |
| 437 | 632 | 1.069 |

Abaixo, a média de viagens realizadas pelos Agentes Operacionais de Serviços Diversos da Seção de Gerenciamento da Frota:

| PEDIDOS DE VIAGENS (MÉDIA) | | |
|---|---|---|
| **Mensal** | **Semanal** | **Diário** |
| 70 | 17,5 | 3,5 |

Observação: os veículos lotados nas comarcas são de responsabilidade dos gestores cadastrados nas respectivas comarcas, a Seção de Manutenção da Frota apenas orienta quanto aos procedimentos.

## DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

A Diretoria de Material e Patrimônio – DMP possui como principal atribuição a operacionalização de procedimentos administrativos para a seleção da proposta mais vantajosa objetivando contratações de obras, serviços, compras, alienação e locação, por meio de licitação, dispensa e inexigibilidade de licitação, que são fontes de legalidade e legitimidade para a formalização dos contratos administrativos deste Poder Judiciário catarinense.

Além disso, cuida de prover o abastecimento de materiais (compra, estocagem e distribuição) para as diversas unidades judiciárias, por seu intermédio ou em parceria/colaboração com as demais Unidades Demandantes do TJSC.

É responsável ainda pelo controle dos bens imóveis e, também, por operacionalizar o controle de uso e guarda dos bens considerados permanentes, por meio de sua patrimonialização (etiquetamento patrimonial), bem como de sua contabilização e emissão de regras de fiscalização do respectivo uso.

Neste ano de 2015, deu-se continuidade às ações iniciadas em 2014, visando a melhor contribuição para o alcance dos objetivos estratégicos delineados pelo Poder Judiciário Catarinense em todas as Divisões desta Diretoria.

Dentre as atividades realizadas, ressalta-se a criação do Plano de Licitação Institucional – PLI, que objetiva estabelecer quantas e quais licitações aportarão na DMP no exercício de 2016, o controle, os prazos e a gerência das atividades internas, bem como auxiliar no gerenciamento dos prazos e atividades de todas as Unidades que requisitam contratações à DMP, contribuindo sobremaneira para o aumento da execução orçamentária da instituição.

Neste exercício, em parceria com a Academia Judicial, a DMP buscou tornar mais fluentes os fluxos e rotinas de trabalho com todas as áreas, promovendo cursos de capacitação em temas ligados às contratações oriundas da Tecnologia da Informação (DOD), da Arquitetura e Engenharia, de Recursos Humanos (terceirização de mão de obra) e, ainda, em relação às licitações na modalidade de Pregão - Presencial e Eletrônico. Realizamos ainda, 02 (dois) Workshops ministrados pela Assessoria Técnico-Jurídica desta Diretoria, objetivando maior aproximação com as unidades requisitantes de licitações, bem como instrui-las sobre procedimentos a serem adotados para melhorar o fluxo dos processos, assim como as informações necessárias na instrução e no preenchimento dos Projetos Básicos que dão início às licitações.

O inventário de bens permanentes encontra-se em fase final, devendo ser ultimado dentro dos próximos meses. Registre-se que, pela primeira vez, o cuidado com estes bens está próximo de se chegar ao ideal. Continuaremos em busca deste objetivo.

Enfim, os dados a seguir apresentados representam o desempenho dos servidores da DMP na consecução dos objetivos traçados pela gestão 2014/2015.

## DADOS ESTATÍSTICOS DA DIRETORIA

### Gabinete da Direção

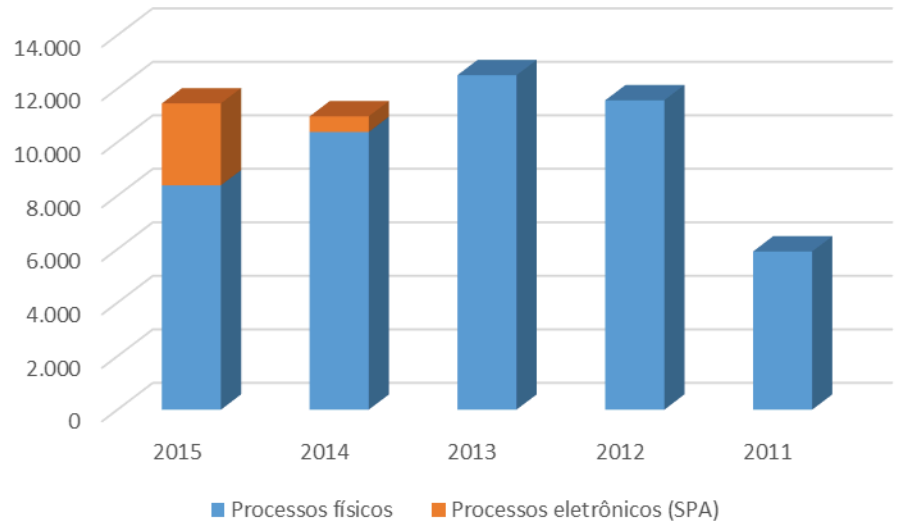
### Secretaria

**TABELA 1 – MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS NO GABINETE**

| | | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Processos cadastrados no gabinete** | | **2.323** | 2.619 | 2.780 | 3.795 | 1.297 |
| **Processos tramitados no gabinete** | Físicos | **8.387** | 10.381 | 12.502 | 11.565 | 5.912 |
| | Eletrônicos (SPA) | **3.115** | 583 | | | |

Fonte: Dados do setor

**GRÁFICO 1 – MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS NO GABINETE**




Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

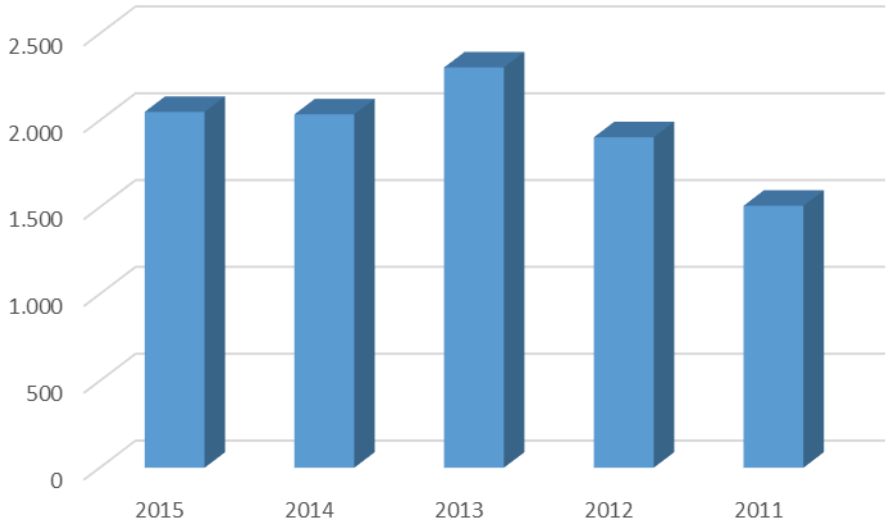
## Assessoria

**TABELA 2 – ATIVIDADES DA ASSESSORIA**

| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Pareceres jurídicos | 2.049 | 2.035 | 2.305 | 1.903 | 1.508 |
| Análise de minutas de editais e contratos | 470 | 483 | 849 | 1.498 | 806 |
| Análise de minutas de convênios | 44 | 40 | 47 | 105 | 96 |
| Análise de minutas de Termos aditivos | 533 | 466 | 477 | 588 | |
| Regularização de bens imóveis | 21 | 18 | 13 | 28 | |
| Assessoramento por e-mail, por telefone e em reuniões | 6.257 | 3.750 | 2.789 | 2.370 | |
| Realização de treinamento para as unidades (3h cada) | 6 | 3 | 10 | 8 | |

Fonte: Dados do setor

**GRÁFICO 2 – PARECERES JURÍDICOS**




Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

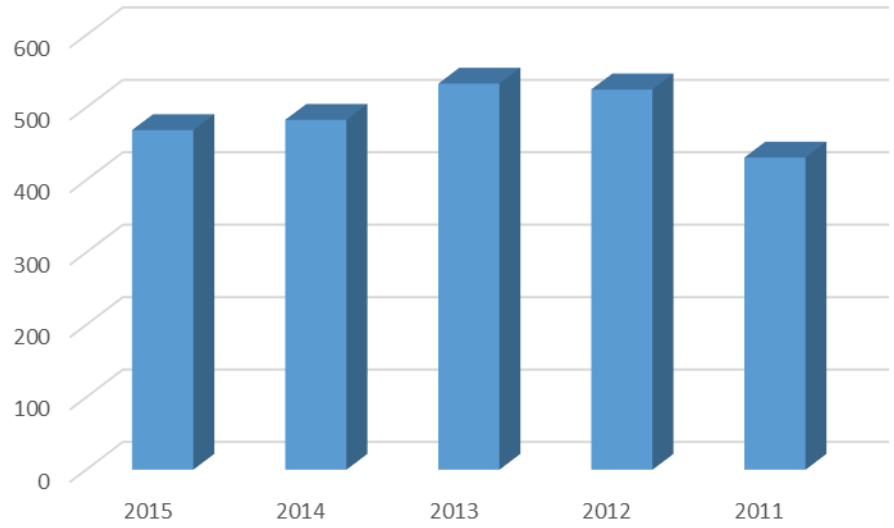
## Divisão de Licitação

**TABELA 3 – PROCEDIMENTOS REALIZADOS**
INSTRUÇÃO, ELABORAÇÃO DE EDITAIS E CONTRATOS ATÉ A CONTRATAÇÃO

| | | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Concorrências | | 4 | 7 | 14 | 12 | 20 |
| Tomadas de Preço | | 8 | 9 | 36 | 52 | 50 |
| Convites | | 1 | 0 | 0 | 18 | 14 |
| Dispensas de Licitação | | 73 | 37 | 42 | 42 | 51 |
| Inexigibilidades de Licitação | | 132 | 139 | 144 | 149 | 77 |
| Leilões | | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 |
| Pregões | Presenciais | 29 | 242 | 265 | 186 | 197 |
| | Eletrônicos | 198 | | | | |
| Modalidade ainda não definida | | 23 | 47 | 31 | 65 | 21 |
| Total de procedimentos licitatórios | | 469 | 483 | 533 | 525 | 431 |

Fonte: Dados do setor

**GRÁFICO 3 – TOTAL DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS**




Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

**GRÁFICO 4 – PREGÕES ELETRÔNICOS X PRESENCIAIS**




Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

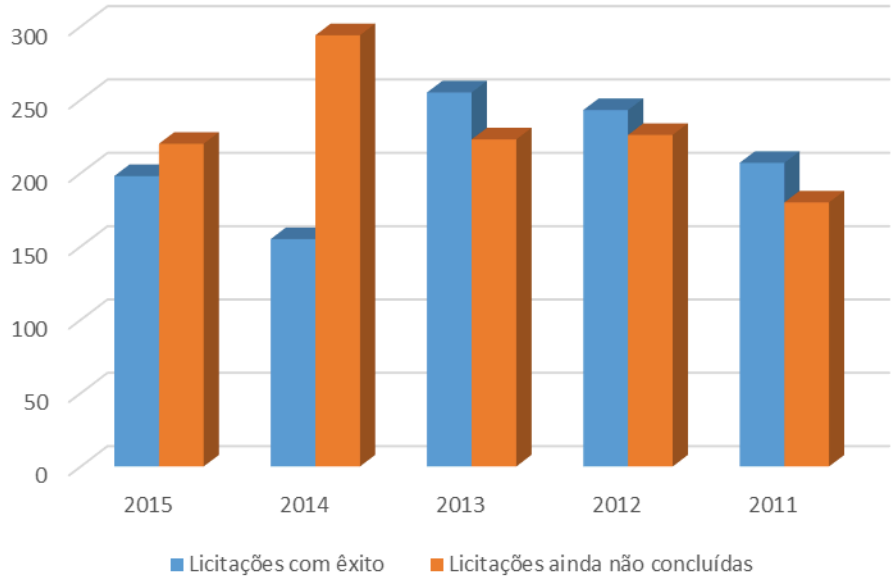
**TABELA 4 – SITUAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Licitações ainda não concluídas | 220 | 294 | 223 | 226 | 180 |
| Licitações com êxito | 198 | 155 | 255 | 243 | 207 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Licitações canceladas | **12** | 11 | 26 | 31 | 21 |
| Licitações desertas | **25** | 19 | 22 | 17 | 14 |
| Licitações fracassadas | **13** | 4 | 7 | 6 | 6 |
| Licitações revogadas | **1** | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Licitações anuladas | **0** | 0 | 0 | 1 | 3 |
| Total de procedimentos licitatórios | **469** | **483** | **533** | **525** | **431** |

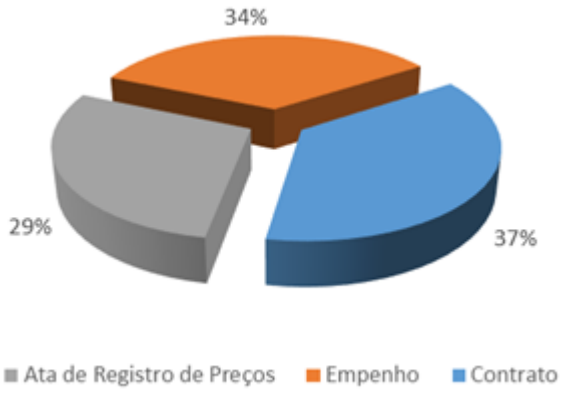
Fonte: Dados do setor

**GRÁFICO 5 – SITUAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**




Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

**GRÁFICO 6 – AJUSTES RESULTANTES DAS LICITAÇÕES EXITOSAS**




Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

**TABELA 5 – ATIVIDADES DA SEÇÃO DE CONTROLE DE FORNECEDORES**

| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Pedidos de Reserva Orçamentária | **478** | 556 | 586 | 532 | 484 |
| Termos de Referência | **483** | 525 | 539 | 519 | 390 |
| Cadastro de fornecedores | **804** | | | | |
| Credenciamentos | **18** | | | | |
| Quantidade média quinzenal de atualizações cadastrais | **700** | 700 | 625 | 520 | 500 |
| Informações complementares (diversas) | **159** | 138 | 109 | 103 | |

Fonte: Dados do setor

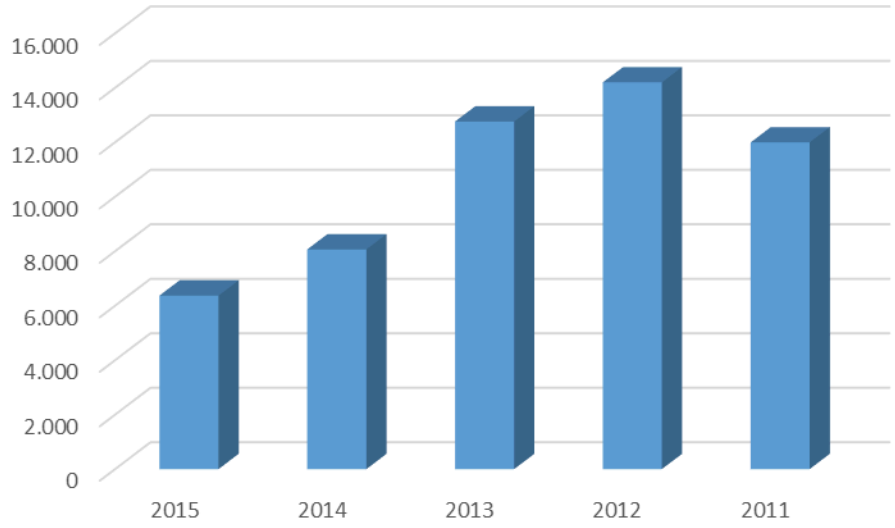
## Divisão de Compras

**TABELA 6 – AQUISIÇÕES DIRETAS**

| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Número de requisições de compra** | **6.369** | 8.064 | 12.759 | 14.197 | 11.993 |
| Valor gasto por aquisições diretas (R$) | **4.813.462** | 5.243.614 | 5.834.898 | 5.502.387 | NI |

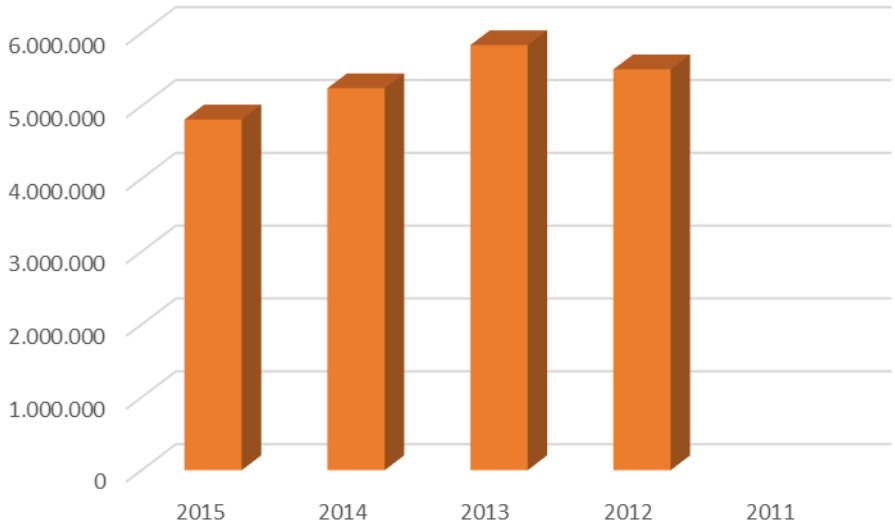
Fonte: Dados do setor. NI (Não informado)

**GRÁFICO 6 – AQUISIÇÕES DIRETAS**




Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

**GRÁFICO 7 – VALOR GASTO POR AQUISIÇÕES DIRETAS**




Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

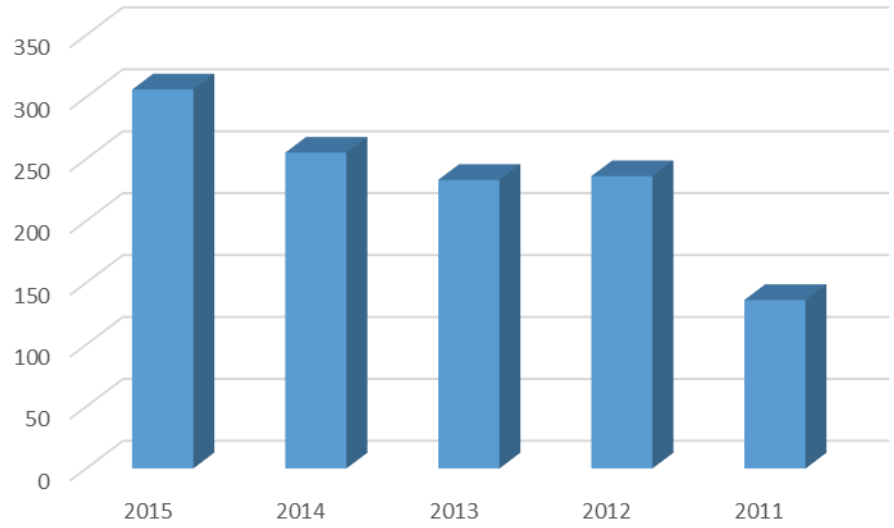
**TABELA 7 – ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

| | | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Número de atas de registro de preços** | | **306** | 255 | 233 | 236 | 136 |
| **Quantidade de pedidos relativos as atas** | | **15.024*** | 2.533 | 1.374 | 1.654 | 1.811 |
| **Valor gasto por atas de registro de preços** | Empenhado | **48.856.345** | 38.836.793 | 5.982.954 | 14.778.984 | 17.496.878 |
| | A empenhar | **171.972** | | 14.617 | 700.702 | 3.688.006 |

* Incorporados os pedidos de livros (11.233 pedidos)

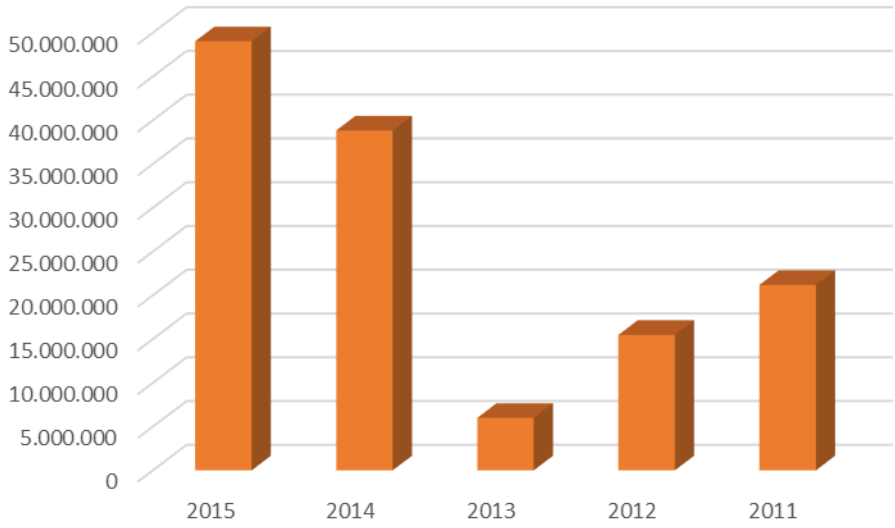
Fonte: Dados do setor

**GRÁFICO 7 – ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**




Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

**GRÁFICO 7 – VALOR GASTO POR ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**



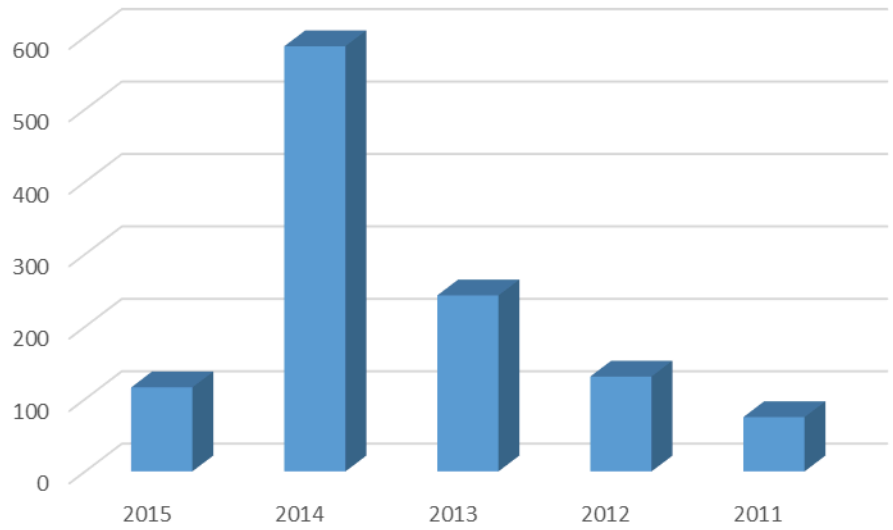

Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

**TABELA 8 – AQUISIÇÕES POR EMPENHO**

| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Número de aquisições por empenho** | **116** | 587 | 243 | 131 | 75 |
| **Valor gasto por aquisições por empenho (R$)** | **2.645.133** | NI | NI | NI | NI |

Fonte: Dados do setor. NI (Não informado)

**GRÁFICO 8 – AQUISIÇÕES POR EMPENHO**




Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

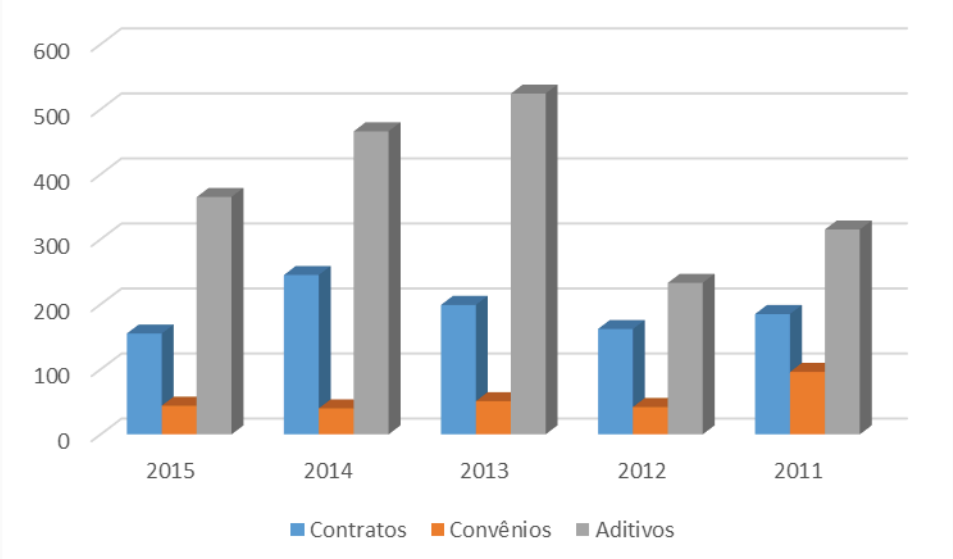
## Divisão de Contratos

**TABELA 9 – MOVIMENTAÇÕES E ATIVIDADES**

| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Movimentação de processos - entradas | 6.574 | 7.245 | 7.727 | 7.254 | 6.575 |
| Movimentação de processos - saídas | 6.572 | 7.076 | 7.780 | 6.928 | 6.715 |
| Movimentação de proc. Eletrônicos (SPA) – entradas | 968 | 270 | | | |
| Movimentação de processos Eletrônicos (SPA) – saídas | 600 | 181 | | | |
| Contratos celebrados | 147 | 214 | 185 | 150 | 180 |
| Convênios celebrados | 44 | 40 | 51 | 42 | 96 |
| Comodatos celebrados | 8 | 31 | 14 | 12 | 5 |
| Termos aditivos elaborados (contratos) | 305 | 411 | 477 | 212 | 315 |
| Termos aditivos elaborados (convênios) | 60 | 55 | 47 | 21 | |
| Contratos prorrogados | 168 | 135 | 121 | 145 | 215 |

Fonte: Dados do setor

**GRÁFICO 9 – NÚMERO DE TERMOS CELEBRADOS**




Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

| TABELA 10 – VALORES GASTOS POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
| ADSL / Internet / Redes | 7.060.490 | 6.253.873 | 3.459.877 | 4.397.381 | 701.214 |
| Aquisição de licença informática | 2.949.127 | 8.768.217 | 2.090.680 | 17.290.382 | 315.960 |
| Chaveiro | 32.493 | 89.991 | 76.330 | 67.376 | 31.494 |
| Coleta de lixo / Resíduos / Bens apreendidos | 587.563 | 366.593 | 93.373 | 31.948 | 32.307 |
| Consultoria técnica | 1.206.176 | 21.350 | 680.819 | 51.424 | 235.654 |
| Controle de pragas | 204.723 | 224.452 | 340.601 | 77.253 | 36.415 |
| Cursos | 550.498 | 506.180 | 421.839 | 188.102 | 307.122 |
| Desenvolvimento e execução de Projetos de Pesquisa | 232.800 | | | 177.480 | 141.525 |
| Elaboração de Projetos | 502.896 | 223.711 | 298.140 | 1.244.120 | 512.393 |
| Emergências médicas | 20.000 | 20.000 | 11.748 | 11.748 | 33.960 |
| Eventos | 226.493 | 67.684 | 214.097 | 161.298 | 133.495 |
| Gerenciamento de frota | 1.876.071 | 1.023.000 | 1.341.190 | 1.419.026 | 741.600 |
| Higienização de processos | | | | 600.000 | 620.000 |
| Locação de equipamentos | 197.332 | 166.352 | 51.153 | 72.500 | 437.743 |
| Locação de veículo | 62.583 | 38.500 | 25.560 | 11.448 | 17.589 |
| Locação de mão-de-obra | 48.487.291 | 38.866.892 | 28.352.275 | 30.249.629 | 27.392.619 |
| Monitoramento eletrônico | 357.220 | 244.837 | 366.877 | 18.161 | 402.686 |
| Mudança de magistrados | 290.000 | 330.000 | 266.108 | 552.969 | 226.513 |
| Passagens Aéreas | 1.275.000 | 1.035.000 | 696.879 | 696.878 | 632.395 |
| Prestação de Serviços Bancários | 3.161.547 | 2.512.000 | 556.000 | 2.061.000 | 2.000.000 |
| Produção e veiculação de programas de televisão | 193.960 | 225.600 | 123.800 | 146.200 | 649.960 |
| Publicações | 123.871 | 177.748 | 126.240 | 82.800 | 72.000 |
| Serviços de gravação de som e filmagem | 455.000 | 525.000 | 300.000 | 98.500 | 166.275 |
| Serviços de informática | 3.528.785 | 20.523.483 | 4.605.821 | 6.742.068 | 4.520.052 |
| Serviços de microfilmagem | | | 180.000 | 800.000 | 600.000 |
| Serviços de plotagem | 15.000 | 7.000 | 15.000 | 15.000 | 8.000 |
| Serviços de reprodução fotostática | 1.343 | 1.000 | 20.013 | 97.470 | 3.000 |
| Serviços gráficos | | | | 880.000 | |
| Serviços postais | 14.680.500 | 13.112.273 | 10.455.869 | 11.005.869 | 9.985.336 |
| Transporte de mercadorias | 1.150.000 | 1.000.000 | 840.000 | 840.000 | 755.146 |
| Vigilância | 31.383.923 | 28.161.834 | 23.766.200 | 11.751.291 | 5.796.746 |
| Total | 120.812.687 | 124.492.568 | 79.776.488 | 91.839.321 | 57.509.202 |

Fonte: Dados do setor

| TABELA 11 – VALORES GASTOS POR AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
| Equipamentos | 16.873.296 | 7.341.048 | 1.792.957 | 4.018.550 | 4.932.728 |
| Veículos | | | 447.000 | 219.800 | 5.878.000 |
| Total | 16.873.296 | 7.341.048 | 2.239.957 | 4.238.350 | 10.810.728 |

Fonte: Dados do setor

| TABELA 12 – VALORES GASTOS POR AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSUMO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
| Gêneros alimentícios | 547.390 | 537.868 | 594.579 | 291.787 | 435.489 |
| Materiais de consumo | 591.399 | 673.455 | 830.566 | 1.361.612 | 549.154 |
| Total | 1.138.789 | 1.211.323 | 1.425.145 | 1.653.399 | 984.643 |

Fonte: Dados do setor

| TABELA 13 – VALORES GASTOS POR TELEFONIA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Telefonia fixa | 736.166 | 839.024 | 1.150.099 | 1.794.731 | 1.318.756 |
| Telefonia móvel | 1.031.487 | 978.699 | 1.183.086 | 1.648.700 | 1.430.691 |
| Total | 1.767.653 | 1.817.722 | 2.333.185 | 3.443.431 | 2.749.447 |

Fonte: Dados do setor

**TABELA 14 – VALORES GASTOS POR MANUTENÇÃO**

| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Climatização | 1.066.640 | 859.416 | 395.018 | 383.865 | 322.717 |
| Calefação | 72.648 | 68.545 | 29.802 | 35.402 | 32.528 |
| Elevadores/Plataformas elevatórias | 451.846 | 421.923 | 300.634 | 335.863 | 291.482 |
| Equipamentos | 812.804 | 457.655 | 8.168 | 4.608 | 418.695 |
| Sistemas de informática | 16.010.273 | 8.883.641 | 3.271.968 | 3.919.432 | 9.445.967 |
| Elétrica | 3.976.691 | 1.827.944 | 817.262 | 1.577.929 | 214.282 |
| Predial | 8.741.011 | 8.952.390 | 5.663.572 | 55.000 | 197.625 |
| Total | 31.131.914 | 21.471.514 | 10.486.424 | 6.312.099 | 10.923.295 |

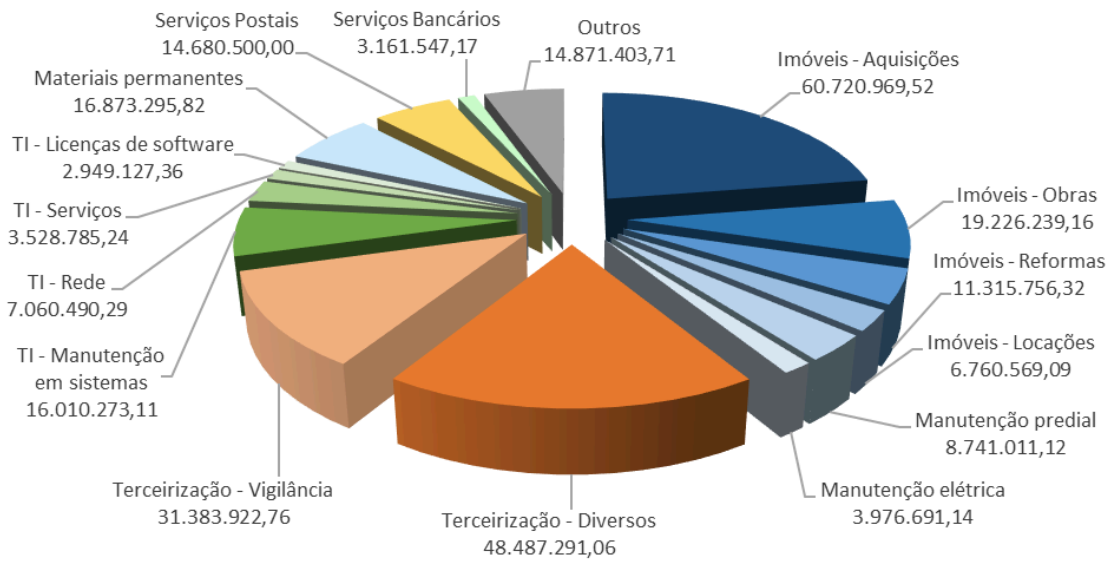
Fonte: Dados do setor

**TABELA 15 – VALORES GASTOS POR IMÓVEIS**

| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Locação | 6.760.569 | 7.861.015 | 7.082.872 | 5.734.643 | 5.633.567 |
| Construção | 19.226.239 | 60.067.133 | 13.407.193 | 1.900.399 | 1.635.922 |
| Reforma | 11.315.756 | 3.712.321 | 11.004.520 | 4.859.721 | 2.023.498 |
| Aquisição | 60.720.970 | | 19.498.000 | | |
| Total | 98.023.534 | 71.640.470 | 50.992.585 | 12.494.763 | 9.292.987 |

Fonte: Dados do setor

**GRÁFICO 10 – VALORES GASTOS X CLASSIFICAÇÃO**




Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

## Divisão de Almoxarifado

**TABELA 16 – REQUISIÇÕES**

| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Requisições de materiais processadas | 17.176 | 19.941 | 21.224 | 19.264 | 20.326 |
| Requisições de compra | 99 | 133 | 169 | 150 | 237 |

Fonte: Dados do setor

**TABELA 17 – INCLUSÕES NO ESTOQUE**

| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Por compra | 3.875 | 4.835 | 5.085 | 5.768 | 5.195 |
| Formulário - Gráfica | 166 | 153 | 396 | 424 | 390 |
| Itens de materiais movimentados | 78.006 | 90.741 | 103.050 | 103.630 | 106.038 |

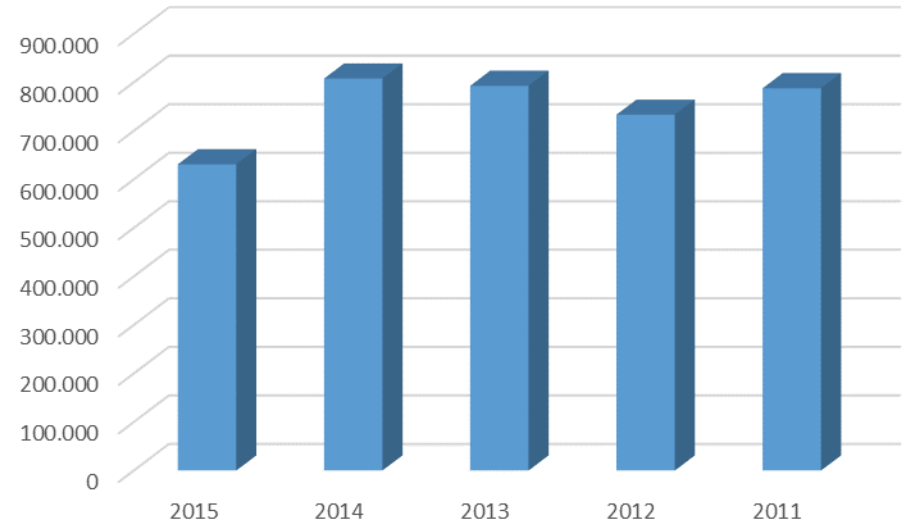
Fonte: Dados do setor

**TABELA 18 – TRANSPORTE**

| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Volumes transportados para Comarcas | 43.711 | 57.086 | 54.538 | 45.708 | 53.364 |
| Númeo de remessas para Comarcas | 2.821 | 2.862 | 3.036 | 3.253 | 3.396 |
| Peso dos materiais transportados (Kg) | 630.736 | 807.536 | 792.608 | 732.993 | 787.519 |
| Valor das mercadorias transportadas (R$) | 11.335.655 | 22.678.121 | 13.267.491 | 11.959.003 | 17.250.143 |

Fonte: Dados do setor

**GRÁFICO 11 – PESO DOS MATERIAIS TRANSPORTADOS (KG)**




Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

**TABELA 19 – VALORES MOVIMENTADOS (R$)**

| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Material de Consumo | 9.387.987 | 10.353.822 | 16.897.172 | 11.871.429 | 16.124.029 |
| Material Permanente | 54.583.476 | 61.656.052 | 22.520.437 | 30.448.187 | 25.759.742 |
| Total de procedimentos licitatórios | 63.971.463 | 72.009.874 | 39.417.609 | 42.319.616 | 41.883.771 |

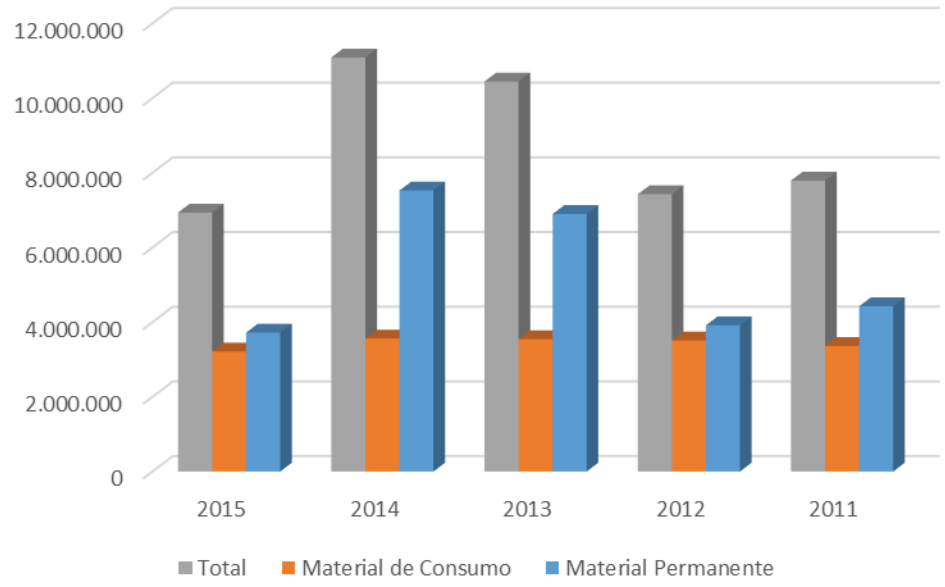
Fonte: Dados do setor

**TABELA 20 – VALOR DO ESTOQUE (R$)**

| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Material de Consumo | 3.215.277 | 3.561.215 | 3.544.518 | 3.510.218 | 3.365.503 |
| Material Permanente | 3.718.410 | 7.524.201 | 6.897.897 | 3.915.307 | 4.426.312 |
| Total | 6.933.687 | 11.085.416 | 10.442.414 | 7.425.525 | 7.791.815 |

Fonte: Dados do setor

**GRÁFICO 1 – VALOR DO ESTOQUE (R$)**




Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

## Divisão de Patrimônio

| TABELA 21 – INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
| Aparelhos de Equipamentos de Comunicação | 657 | 725 | | | |
| Aparelhos de Medição e Orientação | 30 | 6 | | | |
| Aparelhos e Utensilios Domésticos | 29 | 38 | | | |
| Aparelhos, Equip. Utens.Med.Odont.Laboratório | 15 | 4 | | | |
| Coleções de materiais bibliográficos | 12.140 | 13.258 | 15.849 | 16.606 | 26.992 |
| Edifícios | 5 | 4 | | | |
| Equipaemntos para Aúdio, Video e Foto | 326 | 2.415 | | | |
| Equipamentos de Processamento Dados | 3.235 | 14.831 | | | |
| Equipamentos e instalações | | | 9.094 | 6.325 | 7.938 |
| Equipamentos Hidraúlico e elétricos | 738 | 1.104 | | | |
| Equipamentos Manobra Patrulhamento | 1 | 1 | | | |
| Equipamentos Proteção, Segurança e Socorro | 270 | 122 | | | |
| Máquinas e Equiptos Energéticos | 2.314 | 3.116 | | | |
| Máquinas e Equiptos Gráficos | 1 | 4 | | | |
| Máquinas Equiptos. Natureza Indústria | 3 | 8 | | | |
| Máquinas, Ferramentas e Utensilios | 1 | 2 | | | |
| Máquinas, Instr. Utensílios Escritório | 156 | 290 | | | |
| Máquinas, motores e aparelhos | | | 4.327 | 3.817 | 7.355 |
| Máquinas, Utensilios e Equiptos.Diversos | 971 | 820 | | | |
| Mobiliários | 5.574 | 8.608 | 7.073 | 5.908 | 9.534 |
| Software | 43 | 100 | | | |
| Terrenos | 7 | 4 | | | |
| Veículos | 4 | 38 | 45 | 34 | 114 |
| Total | 26.520 | 45.498 | 36.388 | 32.690 | 51.933 |

Fonte: Dados do setor

| TABELA 22 – TRANSFERÊNCIA DE BENS | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
| Acessórios para automóveis | 8 | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Aparelhos de Equipamentos de Comunicação | 1.920 | 2.975 | | | |
| Aparelhos de Medição e Orientação | 118 | 128 | | | |
| Aparelhos e Utensilios Domésticos | 56 | 84 | | | |
| Aparelhos, Equip. Utens.Med.Odont.Laboratório | 31 | 106 | | | |
| Coleções de materiais bibliográficos | 7.715 | | | | |
| Edifícios | 1 | 5 | | | |
| Equipaemntos para Aúdio, Video e Foto | 907 | 2.763 | | | |
| Equipamentos de Processamento Dados | 13.945 | 30.019 | | | |
| Equipamentos e instalações | | | 17.374 | 5.833 | 602 |
| Equipamentos Hidraúlico e elétricos | 2.378 | 3.044 | | | |
| Equipamentos Manobra Patrulhamento | 1 | 1 | | | |
| Equipamentos Proteção, Segurança e Socorro | 362 | 320 | | | |
| Máquinas e Equiptos Energéticos | 7.469 | 9.480 | | | |
| Máquinas e Equiptos Gráficos | 2 | 13 | | | |
| Máquinas Equiptos. Natureza Indústria | 11 | 6 | | | |
| Máquinas, Ferramentas e Utensilios | 3 | 2 | | | |
| Máquinas, Instr. Utensílios Escritório | 2.072 | 3.520 | | | |
| Máquinas, motores e aparelhos | | | 16.466 | 4.071 | 5.375 |
| Máquinas, Utensilios e Equipamentos Diversos | 2.267 | 3.782 | | | |
| Mobiliário Geral | 18.484 | 35.692 | 34.577 | 3.411 | 2.852 |
| Obbras de arte e peças para museu | 2 | | | | |
| Softwares | 74 | 79 | | | |
| Terrenos | 1 | 6 | | | |
| Veículos | 70 | | | | |
| Total | 57.897 | 92.025 | 68.417 | 13.315 | 8.829 |

Fonte: Dados do setor

**TABELA 23 – BENS MÓVEIS BAIXADOS**

| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Acessórios para automóveis | 1 | | | | |
| Aparelhos de Equipamentos de Comunicação | 378 | 713 | | | |
| Aparelhos de Medição e Orientação | 19 | 7 | | | |
| Aparelhos e Utensilios Domésticos | 47 | 43 | | | |
| Aparelhos, Equip. Utens.Med.Odont.Laboratório | 4 | 2 | | | |
| Coleções de Materiais Bibliográficos | 4.839 | 6.076 | 4.756 | 5.777 | 6.138 |
| Equipamentos de Processamento Dados | 3.506 | 3.348 | | | |
| Equipamentos diversos | | | 1.799 | 992 | 2.031 |
| Equipamentos Hidraúlico e elétricos | 1.172 | 368 | | | |
| Equipamentos para Aúdio, Video e Foto | 17 | 14 | | | |
| Equipamentos Proteção, Segurança e Socorro | 32 | 40 | | | |
| Máquinas e Equiptos Energéticos | 78 | 182 | | | |
| Máquinas e Equiptos Gráficos | 1 | | | | |
| Máquinas Equiptos. Natureza Indústria | 2 | 1 | | | |
| Máquinas, Instr. Utensílios Escritório | 2.770 | 500 | | | |
| Máquinas, motores e aparelhos | | | 2.351 | 1.412 | 3.427 |
| Máquinas, Utensilios e Equiptos.Diversos | 684 | 299 | | | |
| Mobiliário Geral | 3.607 | 2.459 | 3.272 | 2.543 | 2.180 |
| Utensílios | | | | 36 | 802 |
| Veículos | 22 | 10 | 41 | 3 | 0 |
| Total | 17.179 | 14.062 | 12.219 | 10.763 | 14.578 |

Fonte: Dados do setor

**TABELA 24 – ALIENAÇÃO DE BENS**

| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Processos de baixa e doação | 115 | 108 | 177 | 129 | 139 |
| Processos de inutilização | 434 | 54 | 47 | 1 | 1 |
| Transferidos a outros órgãos | 38 | 32 | 18 | 18 | 30 |
| Entidades atendidas | 126 | 92 | 148 | 137 | 120 |

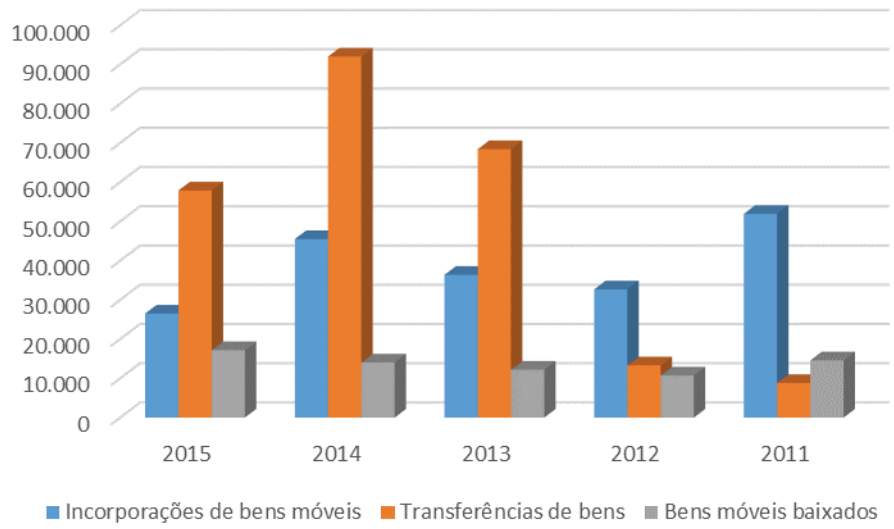
Fonte: Dados do setor

**TABELA 25 – BENS MÓVEIS CONSERTADOS**

| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Equipamentos diversos e mobiliário em geral | 186 | 78 | 153 | 321 | 691 |

Fonte: Dados do setor

**GRÁFICO 1 – MOVIMENTAÇÕES DE BENS**




Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

## DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

### 1. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

O Orçamento do Poder Judiciário de Santa Catarina é composto por duas Unidades Orçamentárias: Tribunal de Justiça e Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ.

#### a) UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça contempla os repasses recebidos pelo Tesouro do Estado, representados pelo duodécimo (9,31% da Receita Líquida Disponível) e as receitas arrecadadas pelo Fundo Social e SEITEC (no mesmo percentual), bem como a receita oriunda do Sistema de Depósitos Judiciais – Sidejud (Lei Estadual n.º 15.327/2010, art. 3º, §2º). Ademais, acrescentam-se a esta Unidade Orçamentária os recursos destinados ao pagamento de precatórios judiciais e os da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz (LC n.º 127/1994).

Os recursos do repasse do Governo do Estado, denominado duodécimo, podem ser aplicados no pagamento de despesas com:

- Pessoal ativo e inativo do Judiciário;
- Manutenção em geral do Judiciário;
- Material de consumo (gêneros alimentícios, despesas médicas/odontológicas, gás);
- Veículos de representação e de serviços em geral;
- Contratação de bolsistas;
- Terceirização (substituição de cargos efetivos extintos).

Os recursos do Sidejud podem ser aplicados no pagamento de despesas com:

- Construção, reforma, instalação e manutenção de Casas da Cidadania e Fóruns Municipais nos municípios que não sejam sede de comarca e nos distritos e bairros das cidades com alto índice demográfico;
- Instalação, desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades dos Juizados Especiais;
- Modernização das bibliotecas e dos arquivos do Poder Judiciário;
- Manutenção da Academia Judicial e aperfeiçoamento dos magistrados;
- Capacitação e aperfeiçoamento dos servidores;
- Manutenção, serviços, equipamentos e sistemas de informática;
- Aquisição e manutenção de mobiliário e de veículos;
- Implantação e manutenção dos sistemas de segurança do Poder Judiciário;
- Manutenção e aprimoramento do Sistema de Gestão Centralizada de Depósitos sob Aviso à Disposição do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

No tocante às verbas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz transferidos ao Poder Judiciário por força da LC n.º 127/94, cumpre observar que, por não fazerem parte do duodécimo, convém não os considerar quando se tratar de execução

orçamentária. O mesmo tratamento será dado à descentralização orçamentária e financeira oriunda do IPREV.

Referente a precatórios, o orçamento teve como dotação inicial R$ 155 milhões. Com a suplementação ocorrida durante o exercício, teve dotação orçamentária final de R$ 173.911.980,43. Contudo, foram pagos R$ 55.870.972,39. O detalhamento do pagamento de precatórios aos credores é abordado no item que trata desse assunto no presente relatório.

Quanto ao orçamento para pagamento de servidores inativos e pensionistas da categoria de Serventuários da Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz, foi consignada dotação inicial de R$ 690 mil. No exercício foi empenhada e paga a importância de R$ 259.187,47.

### b) UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA – FRJ

A receita da Unidade Orçamentária do Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ – composta pela arrecadação de custas judiciais e extrajudiciais, taxa judiciária, selo de fiscalização, SAT (recebimentos de cobranças de dívida ativa) e indenizações e restituições.

Os recursos afetos a esta Unidade Orçamentária poderão ser aplicados no pagamento de despesas com:

- Construções e reformas de prédios;
- Manutenção e conservação de edificações do Poder Judiciário;
- Capacitação de magistrados e servidores;
- Material de consumo;
- Material permanente;
- Mobiliário e sua adaptação;
- Implementação dos serviços de informática;
- Manutenção da gráfica e de equipamentos;
- Serviços de limpeza, jardinagem, lavação de toalhas;
- Devolução de custas;
- Terceirização;
- Contratação de estagiários.

Dentro desse contexto, as receitas totais previstas no orçamento de 2015 totalizam R$ 1.691.005.474,00:

| FONTE DE RECURSO | RECEITA ORÇADA PARA 2015 |
|---|---|
| Duodécimo | R$ 1.294.005.474,00 |
| SIDEJUD | R$ 200.000.000,00 |
| FRJ | R$ 197.000.000,00 |

Importante salientar que a receita orçada na fonte de recursos oriundos do Tesouro do Estado – duodécimo – foi deduzida do valor estimado de insuficiência financeira do IPREV, no montante de R$ 26.000.000,00.

O balanço orçamentário detalha as receitas arrecadadas e as despesas realizadas no período. Salienta-se que a contabilidade pública não utiliza a nomenclatura "lucro" ou "prejuízo", mas sim "superávit" e "déficit".

O superávit da execução orçamentária é resultado tanto do excesso de arrecadação (receitas arrecadadas superiores às estimadas), quanto da economia orçamentária (despesas realizadas menores que as

fixadas). Por outro lado, o déficit provém exatamente do contrário: arrecadação menor que a prevista. Porém, não se considera como formador do déficit a execução de despesa maior que a fixada, pois, em respeito ao princípio do equilíbrio orçamentário, a execução das despesas deve acompanhar a evolução das receitas.

Nesse sentido, a soma das receitas auferidas no exercício de 2015 nas três fontes de recursos totalizou R$ 1.662.951.855,15. Comparando a receita prevista com a realizada, chega-se ao resultado de frustração da arrecadação no montante de R$ 54.053.618,85. Entretanto, o déficit de arrecadação deve ser analisado de forma isolada por fonte de recursos:

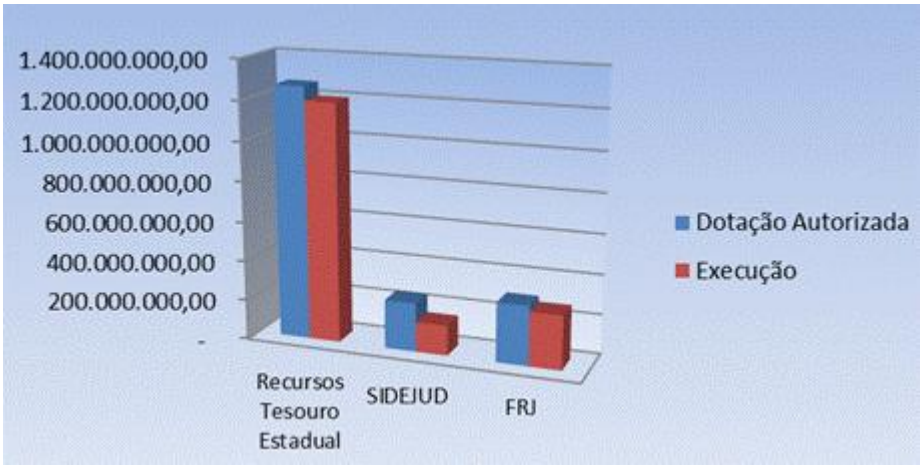
| FONTE DE RECURSO | RECEITA PREVISTA | RECEITA REALIZADA | EXCESSO/DÉFICIT DE ARRECADAÇÃO | % |
|---|---|---|---|---|
| **Recursos oriundos do Tesouro do Estado*** | 1.320.005.474,00 | 1.234.287.532,32 | (85.717.941,68) | -6,5% |
| **SIDEJUD** | 200.000.000,00 | 223.711.570,51 | 23.711.570,51 | +11,85 |
| **FRJ** | 197.000.000,00 | 204.952.752,32 | 7.952.752,32 | + 4% |

*Receita prevista é resultado da orçada em R$ 1.294.005.474,00 acrescida da importância prevista para insuficiência financeira do IPREV no valor de R$ 26.000.000,00.

Quanto às depesas, a dotação orçamentária autorizada ao final do período perfez o montante de R$ 1.899.567.785,88; que é o resultado da dotação orçamentária inicial (R$ 1.691.005.474,00) mais os créditos adicionais abertos com recursos oriundos do superávit financeiro de 2014, do excesso de arrecadação e de anulações de dotações orçamentárias, que somam o valor de R$ 208.562.311,88. Contudo, importante destacar que, no período, ocorreram limitações de empenho no valor de R$ 98.217.422,70, visando ao equilírio do orçamento (LRF, art. 9º). Da dotação total disponível, foram assumidas despesas orçamentárias (empenhadas) na ordem de R$ 1.619.807.498,38.

O índice de execução orçamentária, cujo conceito firma-se na comparação entre a dotação orçamentária autorizada e as despesas empenhadas no período, em 2015 atingiu 90%.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**




O resultado positivo entre o saldo do Ativo Financeiro e do Passivo Financeiro representa o superávit financeiro. Esse valor é transferido para o exercício seguinte com a finalidade de compor o próximo orçamento, sendo operacionalizado por meio de abertura de créditos adicionais.

O superávit financeiro do Poder Judiciário apurado em seu Balanço Patrimonial em 31-12-2015 foi de R$ 295.369.640,98. O ativo financeiro apresentou o valor de R$ 5.386.456.679,38. Esse valor é composto pela soma das disponibilidades do Tribunal e do FRJ, os depósitos judiciais e as consignações (excluídos os

valores referentes a precatórios). Por outro lado, o passivo financeiro, que é composição de restos a pagar e outras obrigações, apresentou saldo de R$ 5.091.087.038,40.

Nos itens seguintes, as informações supracitadas são explanadas de forma detalhada e segregadas por fonte de recurso.

## 1.1. RECURSOS ORIUNDOS DE REPASSES DO TESOURO ESTADUAL

As receitas oriundas de repasses do Tesouro Estadual são a principal fonte de recursos do Poder Judiciário, pois representam 74% do total das receitas auferidas.

Conforme mencionado, a previsão de arrecadação de receitas dessa fonte de recurso foi de R$ 1.320.005.474,00 (R$ 1.294.005.474,00 de dotações orçamenmtárias mais R$ 26.000.000,00 da insuficiência financeira do IPREV), Contudo, a arrecadação foi de R$ 1.234.287.532,32. Destarte, resultou no déficit de arrecadação de R$ 85.717.941,68, isto é, houve uma arrecadação 6,5% abaixo da estimada.

| | RECEITA PREVISTA | RECEITA REALIZADA | SUPERÁVIT/DÉFICIT |
|---|---|---|---|
| **RLD** | R$ 1.256.850.000,00 | R$ 1.176.889.346,81 | -R$ 79.960.653,19 |
| **Fundo Social** | R$ 32.032.892,00 | R$ 30.991.692,29 | -R$ 1.041.199,71 |
| **Seitec** | R$ 24.122.582,00 | R$ 11.479.399,47 | -R$ 12.643.182,53 |
| **Remu. Dep. Bancário** | R$ 7.000.000,00 | R$ 8.420.160,18 | R$ 1.420.160,18 |
| **BB - folha - contrato 240/2013** | - | R$ 5.234.942,72 | R$ 5.234.942,72 |
| **Indenizações e restituições** | - | R$ 1.271.990,85 | R$ 1.271.990,85 |
| | **R$ 1.320.005.474,00** | **R$ 1.234.287.532,32** | **-R$ 85.717.941,68** |

Importante notar que 95% dessa fonte de recurso são oriundos do repasse de 9,31% da Receita Líquida Disponível – RLD. No que tange à evolução dessa receita ao longo de 2015, é importante destacar que foi fortemente afetada pela grave crise econômica que assolou o país e que, segundo previsões do mercado (Relatório Focus), permanecerá no ano de 2016. O mercado estima para 2015 uma recessão de 3,71%. Em 2016 a previsão é de retração de 2,95%.

A RLD prevista para 2015 foi de R$ 13.500.000.000. Contudo, ao final do período resultou em R$ 12.627.118.016,48. Desse modo, observa-se a ocorrência de déficit de arrecadação de R$ 872.881.983,52. Destaca-se que em todos os meses houve arrecadação abaixo da prevista, com exceção do mês de julho, que teve excesso de arrecadação de apenas R$ 2,9 mi.

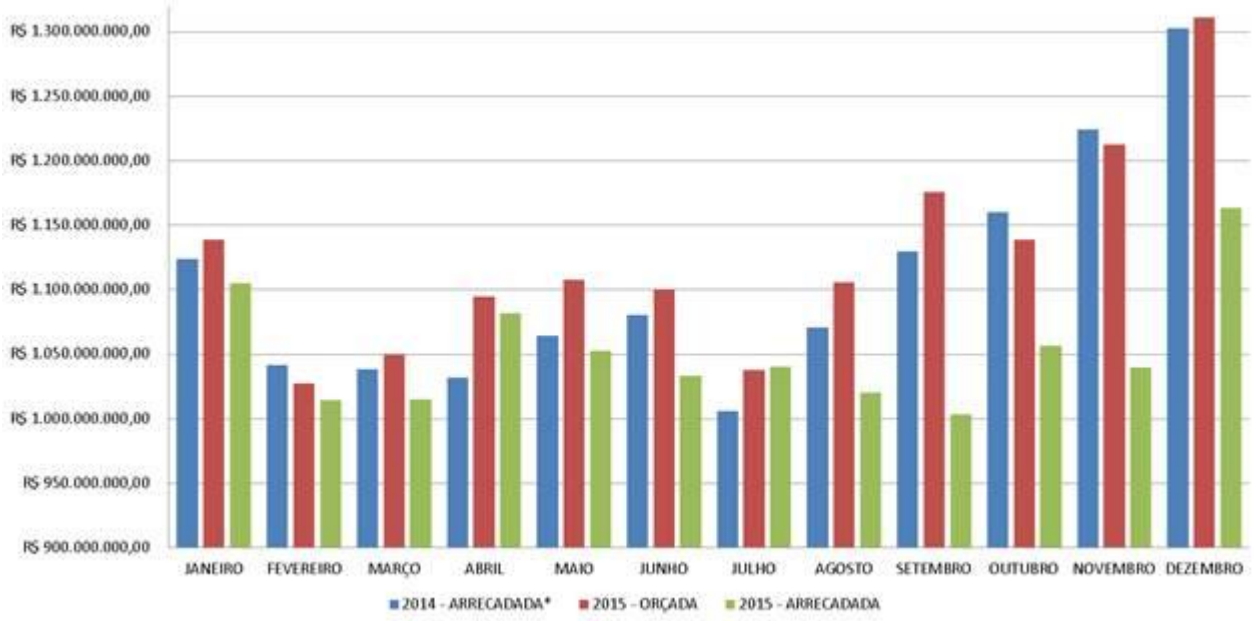
| MESES | 2015 | | EXCESSO/DÉFICIT 2015 MENSAL | % DO PREVISTO | % DO TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2015 ORÇADA | 2015 ARRECADADA | | | |
| **JAN** | 1.138.554.902,46 | 1.104.959.007,01 | (33.595.895,45) | -3,0% | 3,8% |
| **FEV** | 1.027.462.324,14 | 1.014.662.054,13 | (12.800.270,01) | -1,2% | 1,5% |
| **MAR** | 1.050.137.310,67 | 1.015.375.805,38 | (34.761.505,29) | -3,3% | 4,0% |
| **ABR** | 1.095.062.322,21 | 1.082.095.609,76 | (12.966.712,45) | -1,2% | 1,5% |
| **MAI** | 1.107.617.176,60 | 1.052.909.655,77 | (54.707.520,83) | -4,9% | 6,3% |
| **JUN** | 1.100.171.153,13 | 1.033.332.890,35 | (66.838.262,78) | -6,1% | 7,7% |
| **JUL** | 1.037.497.395,55 | 1.040.466.958,73 | 2.969.563,18 | 0,3% | -0,3% |
| **AGO** | 1.105.730.014,51 | 1.020.273.970,69 | (85.456.043,82) | -7,7% | 9,8% |
| **SET** | 1.175.404.583,04 | 1.003.283.090,42 | (172.121.492,62) | -14,6% | 19,7% |
| **OUT** | 1.138.794.682,23 | 1.056.671.140,64 | (82.123.541,59) | -7,2% | 9,4% |
| **NOV** | 1.212.724.656,47 | 1.039.960.117,13 | (172.764.539,34) | -14,2% | 19,8% |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| DEZ | 1.310.843.478,97 | 1.163.127.716,47 | (147.715.762,50) | -11,3% | 16,9% |
| TOTAL | 13.500.000.000,00 | 12.627.118.016,48 | (872.881.983,52) | | 100% |

Conforme demonstrado acima, a recessão da economia afeta consideravelmente a arrecadação do Estado. Entretanto, a Administração deve se atentar a outro índice econômico que tem grande impacto nas finanças públicas, que é a inflação. Se por um lado a recessão afeta negativamente a receita, no outro, a inflação faz com que as despesas públicas aumentem. Nesse sentido, é importante comparar a RLD auferida em 2015 e em 2014. Para tanto, é necessário corrigir esta última pela inflação verificada no período.

No gráfico que segue é possível comparar a RLD orçada e arrecadada em 2015 bem como a RLD arrecadada em 2014 corrigida pelo IPCA.

**RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL**




*RLD de 2014 corrigida pelo IPCA do período.

Aplicando-se o IPCA na RLD auferida em 2014, obtêm-se o total de **R$ 13.275.107.694,22**. Desse modo, a RLD de 2015 é **R$ 647.989.677,74** menor do que a RLD de 2014 corrigida pela inflação. Assim, pode-se afirmar que esta receita teve uma retração real de **4,88%** em comparação ao exercício anterior.

Destaca-se que a referida retração, apesar de existir desde o primeiro mês do ano, foi agravada no segundo quadrimestre. A diferença entre a RLD de 2015 e de 2014 (corrigida pela inflação) representa **85,5%** da retração total do ano. Esse comportamento da receita no final do período demonstra, com nitidez, a tendência de que a crise de arrecadação será estendida para o início de 2016.

No que tange às despesas dessa fonte de recurso, no exercício de 2015, a dotação orçamentária inicial foi de R$ 1.294.005.474,00. Durante o exercício, foram abertos créditos adicionais na ordem de R$ 52.950.812,07 oriundos do superávit financeiro apurado no balanço de 2014, de R$ 7.419.071,99 provenientes de excesso de arrecadação e R$ 791.614,98 referentes às conversões de multas em receitas vinculadas a contratos fomentados com os recursos do Sidejud. Entretanto, ocorreram anulações na ordem de R$ 13.341.428,09, referentes à recomposição da estimativa de insuficiência do IPREV. Desse modo, após as modificações supracitadas, a dotação orçamentária foi de R$ 1.341.825.544,95.

Durante o referido exercício, em cumprimento ao que dispõe o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, verificado o déficit de arrecadação nessa fonte de recurso, este Tribunal efetuou a limitação de empenho

na importância de R$ 94.949.694,90.

As despesas orçamentárias empenhadas nessa fonte de recurso importaram em R$ 1.197.208.976,60. Desse montante, 99,6% são relativos a despesas com Pessoal Ativo e Encargos Assistenciais com Inativos e R$ 4.546.235,18 (0,4%) foram destinados à manutenção de serviços administrativos gerais.

O índice de execução orçamentária dessa fonte representou 94,5%.

Quanto ao ativo financeiro relacionado a esta fonte de recurso, ao final do exercício apresentou saldo de R$ 54.603.954,26. Esse valor é composto pelas disponibilidades do Tribunal, pelas consignações e pelos rendimentos de aplicações financeiras. Por outro lado, o passivo financeiro (restos a pagar e outras obrigações) representou R$ 1.872.169,95. Desse modo, o superávit financeiro verificado no balanço patrimonial em 31-12-2015 importou em R$ 52.731.784,31.

Apesar de neste exercício ter ocorrido um forte déficit de arrecadação nessa fonte de recurso, o superávit financeiro foi possível graças às ações prudenciais do Poder Judiciário concretizadas na limitação dos empenhos (contingenciamento) e na suspensão do pagamento de determinadas despesas (Res. GP n. 36/2015). Esse resultado positivo ganhará importância para a cobertura das prováveis frustrações na arrecadação de 2016, viabilizando a manutenção do equilíbrio orçamento.

### 1.2. RECURSOS ORIUNDOS DE RECEITAS DO SISTEMA DE GESTÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - SIDEJUD

A dotação orçamentária inicial dessa fonte de recurso foi de R$ 200.000.000,00. Entretanto, o comportamento da arrecadação resultou no excesso de arrecadação de R$ 23.711.570,51, ou seja, a Receita auferida no exercício foi de R$ 223.711.570,51.

Esse resultado teve origem no aumento da taxa Selic em percentual superior ao estimado pelo Banco Central (Relatório Focus) em meados de 2014. Quando da elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2015, o mercado previa uma taxa Selic média de 11,88% para 2015. Porém, a referida taxa, ao final do período, se manteve em 14,15% e sua média no ano foi de 13,47%.

Ademais, importante notar que o patrimônio líquido do Fundo de Investimento passou de R$ 4.122.010.379,17, no início do ano, para R$ 5.024.744.253,22, ao final de 2015, resultando em um aumento de 22%.

Realizou-se a abertura de créditos adicionais no valor de R$ 45.617.344,62, sendo utilizado, para tanto, superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de exercício anterior, bem como os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

As despesas orçamentárias empenhadas somaram R$ 151.006.206,58, sendo R$ 14.758.836,86 em capacitação e aperfeiçoamento dos servidores, R$ 76.880.969,02 em manutenção, serviços e equipamentos de informática, R$ 53.162.879,06 em manutenção e serviços administrativos gerais e R$ 6.203.521,64 na aquisição e reforma de imóvel para abrigar áreas administrativas e judiciais do Poder Judiciário.

Considerando a dotação orçamentária autorizada de R$ 245.617.344,62, e não havendo contingenciamento nessa rubrica, revelou-se um índice de execução orçamentária de 61,5%.

Em virtude do superávit recebido de 2014, excesso de arrecadação e da economia orçamentária foi apurado superávit financeiro em 2015 de R$ 181.336.322,20.

O ativo financeiro relacionado a esta fonte de recurso, ao final do exercício, foi de R$ 5.225.956.493,42. Nesse valor incluem-se o *spread* do Sidejud e o montante de depósitos judiciais aplicado no Fundo de Investimento do Judiciário. O passivo financeiro, por sua vez, composto por restos a pagar e o saldo de depósitos judiciais verificado no Sidjeud, representou R$ 5.044.620.171,22.

### 1.3. RECURSOS DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA - FRJ

A dotação orçamentária inicial para essa fonte de recurso foi estimada em R$ 197.000.000,00. A arrecadação apurada foi de R$ 204.952.752,32.

No que tange às receitas, considerando o mês de sua competência, o FRJ obteve Excesso de Arrecadação na ordem de R$ 6.083.970,80. Entretanto, esse resultado deve ser analisado de forma separada por fonte de recurso, de modo a viabilizar o contingenciamento em cada uma delas:

| FRJ | R$ 6.083.970,80 |
|---|---|
| Custas Judiciais e Extrajudiciais e Rec. Diversas (FR 0269) | R$ 8.877.564,93 |
| Taxa Judiciária | R$ 474.133,67 |
| SAT - Fonte 0119 | -R$ 848.188,24 |
| Remuneração dos Depósitos Bancários | -R$ 814.060,74 |
| Selo de Fiscalização | -R$ 1.252.232,87 |
| Remun. Depósitos Bancários - Selo de Fiscalização | -R$ 353.245,95 |

Apesar de apontar para o superávit total, é verificada a necessidade de limitação de empenhos em cada fonte de recurso que apresentou déficit, no montante apontado no quadro acima.

Suplementou-se o orçamento na ordem de R$ 115.124.896,31 com a utilização do superávit financeiro acumulado em exercícios anteriores, bem como dos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

As despesas orçamentárias empenhadas importaram em R$ 271.592.315,20, sendo direcionadas da seguinte maneira: R$ 6.593.266,26 em ampliações de Fórum; R$ 55.863.291,96 na aquisição de imóvel para abrigar áreas administrativas e judiciais do Poder Judiciário; R$ 12.068.425,85 em construções; R$ 30.390.488,12 na coordenação do selo de fiscalização; R$ 156.117.263,67 em manutenção dos prédios do Poder Judiciário, dos serviços administrativos gerais e dos serviços e equipamentos de informática; e R$ 10.559.579,34 em reformas.

Observada a dotação orçamentária autorizada de R$ 299.183.784,09 (já deduzido o valor do contingenciamento de R$ 12.941.112,22) e considerando as despesas empenhadas supracitadas, demonstra-se um índice de execução orçamentária de 90,8%.

O ativo financeiro relacionado a esta fonte de recurso foi de R$ 105.896.231,70. Nesse valor incluem-se as receitas decorrentes das Custas Judiciais e Extrajudiciais, do Selo de Fiscalização, SAT (cobrança de dívida ativa) e da Taxa Judiciária, Receitas diversas, bem como de seus respectivos rendimentos. Já o passivo financeiro (restos a pagar e outras obrigações) representou R$ 44.594.697,23. Nesses termos, o superávit financeiro totalizou R$ 61.301.534,47.

## 2. RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu normas gerais de finanças públicas, voltadas para o controle da despesa, do resultado fiscal e do endividamento. As despesas com pessoal são as que mais despertam a atenção dos gestores públicos em razão de serem as mais representativas.

### 2.1 DESPESAS COM PESSOAL

A mencionada Lei trouxe dispositivos para limitar as despesas com pessoal em relação à receita corrente líquida - RCL, estabelecendo 6% como limite legal, 5,7% como limite prudencial e 5,4% como limite de alerta.

No relatório apurado referente ao período de janeiro/2015 a dezembro/2015, a despesa líquida com pessoal do Poder Judiciário importou em R$ 1.010.299.588,15, equivalente a 5,21% da RCL, portanto dentro dos limites legal e prudencial, conforme demonstrativo abaixo:

| | | (Últimos 12 Meses) |
|---|---|---|
| **DESPESA COM PESSOAL** | **LIQUIDADAS** | **INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1]** |
| | **(a)** | **(b)** |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | **1.224.920.847,59** | **90.699,35** |
| Pessoal Ativo | **1.020.806.055,68** | **90.699,35** |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | **204.114.791,91** | **0,00** |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | **0,00** | **0,00** |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | **214.621.259,44** | **90.699,35** |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | **21.799.593,36** | **31.654,01** |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | **19.786.410,06** | **0,00** |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | **8.207.380,34** | **59.045,34** |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | **164.827.875,68** | **0,00** |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | **1.010.299.588,15** | **0,00** |

| **APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL** |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | **19.409.870.961,23** | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | **1.010.299.588,15** | **5,21%** |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | **1.164.592.257,67** | **6,00%** |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | **1.106.362.644,79** | **5,70%** |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | **1.048.133.031,91** | **5,40%** |

FONTE: SIGEF - Comparativo da despesa autorizada, liquidada e paga; e Secretaria de Estado da Fazenda no que concerne a RCL

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota: 1 - Durante o exercício somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nota: 2 - As despesas liquidadas relativas ao pagamento de proventos aos servidores inativos pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz (Subação 9380 - Encargos com inativos), no valor de R$ 33.981.844,31, não foram consideradas, pois não se trata de servidores contratados pelo Estado, mas tão somente agentes colaboradores por meio de delegação do Poder Público.

O percentual de 5,21% de gasto com pessoal em relação à RCL ficou abaixo da estimativa inicial em decorrência do déficit na arrecadação dos recursos do duodécimo, acarretando redução nos repasses no montante de R$ 94.949.694,90 e como consequência, o referido valor não pôde ser gasto em decorrência do contingenciamento.

## 2.2 LIMITAÇÕES DE EMPENHO E DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (CONTIGENCIAMENTO)

A cada bimestre o gestor deve verificar se as receitas arrecadadas nas fontes de recursos estão de acordo com as estimativas. Caso ocorra arrecadação inferior, proceder-se-á à "limitação de empenho", o que significa que parte do orçamento será contingenciado, de forma retomar o equilíbrio orçamentário.

No exercício financeiro de 2015, foi necessário contingenciar nos montantes discriminados conforme segue:

| RECEITA | VALOR |
|---|---|
| **Duodécimo** | **-R$ 94.949.694,91** |
| Receita Líquida Disponível | -R$ 81.265.312,67 |
| Fundo Social | -R$ 1.041.199,71 |
| SEITEC | -R$ 12.643.182,53 |
| **FRJ** | **-R$ 3.267.727,80** |
| SAT - Fonte 0119 | -R$ 848.188,24 |
| Remuneração dos Depósitos Bancários | -R$ 814.060,74 |
| Selo de Fiscalização | -R$ 1.252.232,87 |
| Remuneração dos Depósitos Bancários - Selo Fiscalização | -R$ 353.245,95 |
| **TOTAL** | **-R$ 98.217.422,71** |

## 2.3 RESTOS A PAGAR

São considerados restos a pagar as despesas empenhadas que não foram pagas até o fim do exercício financeiro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Contudo, para proceder à inscrição dessas despesas, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina a existência de disponibilidade de caixa.

Em 2015, a inscrição de restos a pagar, nas três fontes de recursos, representou a quantia de R$ 47.128.185,29, enquanto a disponibilidade de caixa para fazer frente a essas despesas totalizou R$ 345.291.084,44.

## A DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

A Diretoria de Recursos Humanos é responsável pelo gerenciamento e supervisão do quadro de pessoal do Poder Judiciário, tanto da Justiça de Primeiro Grau, quanto da Secretaria do Tribunal de Justiça, envolvendo servidores efetivos e comissionados, inativos, juízes de paz, estagiários, voluntários e terceirizados.

Esse trabalho envolve o controle do ingresso na carreira, com o acompanhamento dos processos de nomeação dos servidores, de contratação de estagiários e terceirizados, e de adesão dos voluntários.

É responsável, também, pelo controle da movimentação na carreira dos servidores (remoção, disposição, lotação etc.), pelo registro de todos os incidentes ocorridos durante a vida funcional dos colaboradores do Poder Judiciário, e pela elaboração da folha de pagamento dos magistrados, servidores, inativos (incluídos os juízes de paz e extrajudiciais) e estagiários.

Controla, ainda, as avaliações de desempenho e de estágio probatório dos servidores, e os afastamentos legais, direitos, deveres e benefícios dos colaboradores.

No presente relatório serão apresentadas informações mais detalhadas sobre os principais programas e atividades de responsabilidade da Diretoria de Recursos Humanos.

## 1. BENEFÍCIOS

### 1.1 BOLSA DE ESTUDOS

O Tribunal de Justiça mantém o Programa de Bolsa de Estudos, destinado a Magistrados e Servidores, para cursos de graduação, pós-graduação e para o curso da Escola Superior da Magistratura.

Por intermédio do programa, o Poder Judiciário custeia 70% do valor da mensalidade e 100% do Curso de Direito.

No ano de 2015 foram oferecidas 330 vagas para cursos de graduação e 70 vagas para o curso de preparação para ingresso na magistratura, promovido pela ESMESC, conforme segue:

| BOLSA DE ESTUDOS | | |
|---|---|---|
| **GRADUAÇÃO** | **1º SEMESTRE** | **2º SEMESTRE** |
| Total de Bolsas disponíveis | 330 | 330 |
| Total de Bolsas renovadas | 159 | 178 |
| Total de Bolsas concedidas | 35 | 36 |
| **Total de Bolsas remanescentes** | **136** | **116** |
| **ESMESC** | **1º SEMESTRE** | **2º SEMESTRE** |
| Total de Bolsas disponíveis | 70 | 70 |
| Total de Bolsas renovadas | 31 | 18 |
| Total de Bolsas concedidas | 12 | 30 |
| **Total de Bolsas remanescentes** | **27** | **22** |

Foram, ainda, beneficiados com bolsas de estudo para cursos de pós-graduação na área jurídica 98 servidores, e 21 nas demais áreas.

### 1.2 GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

A gratificação de nível superior, prevista no art. 14 da Lei Complementar n. 90/93, é destinada a servidores não ocupantes de cargo de nível superior que tenham graduação escolar superior.

A tabela abaixo indica o quantitativo de servidores que recebem a gratificação de nível superior desde o ano de 2007:

| ANO | QUANTIDADE DE SERVIDORES QUE RECEBEM A GRATIFICAÇÃO |
|---|---|
| 2007 | 1.975 |
| 2008 | 2.403 |
| 2009 | 2.659 |
| 2010 | 2.703 |
| 2011 | 2.557 |
| 2012 | 2.868 |
| 2013 | 3.129 |
| 2014 | 2.975 |
| 2015 | 2.965 |

Esta gratificação é percebida por 43,95% dos servidores efetivos do Poder Judiciário.

### 1.3 AUXÍLIO-CRECHE

O auxílio-creche, previsto na Resolução n. 09/01-GP, beneficia 949 servidores, conforme dados da folha de pagamento do mês de novembro de 2015. Neste ano, foram deferidos 257 pedidos.

### 1.4 VALE-TRANSPORTE

O vale-transporte corresponde à parcela de gastos que exceder a 6% da remuneração e é creditado mensalmente em folha de pagamento.

Em 2015, foram contemplados com o benefício 7 servidores, em média, no decorrer do ano.

### 1.5 AUXÍLIO-SAÚDE

O auxílio-saúde, benefício previsto na Resolução n. 12/2014–TJ, é o benefício assistencial concedido para custeio parcial de despesas com plano de assistência médica/odontológica e seguro saúde, do titular ou dos dependentes. Em 2015, o benefício foi concedido a 3.290 servidores.

## 2. TJ-CONSIG

O sistema TJ-Consig, implantado em 28/07/2009, representou uma importante mudança nos procedimentos de consignações facultativas em folha de pagamento. Além de não ter custo nenhum ao Poder Judiciário, houve economia de material e de tempo de serviço, tendo em vista a informatização de um procedimento que até então era manual.

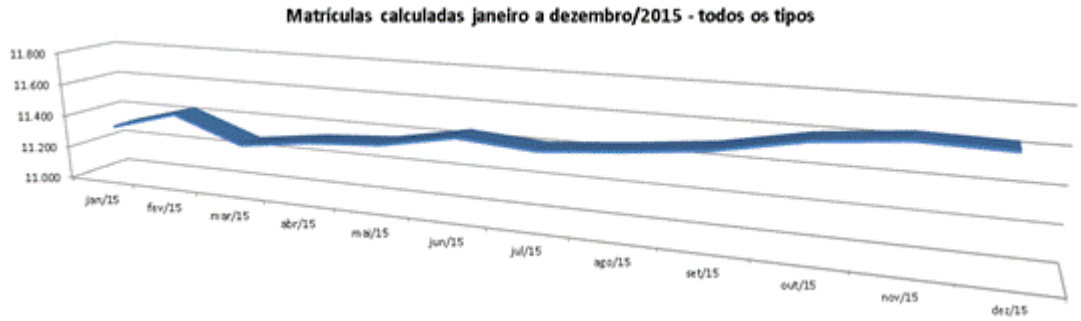
Na última folha processada, de novembro de 2015, foram implementadas aproximadamente 23.136 consignações, que significam R$ 8.332.620,87 em descontos facultativos.

## 3. FOLHA DE PAGAMENTO (MATRÍCULAS CALCULADAS)

Apresenta-se abaixo a relação de matrículas calculadas durante os meses do ano de 2015 de acordo com o vínculo possuído com o Tribunal de Justiça.

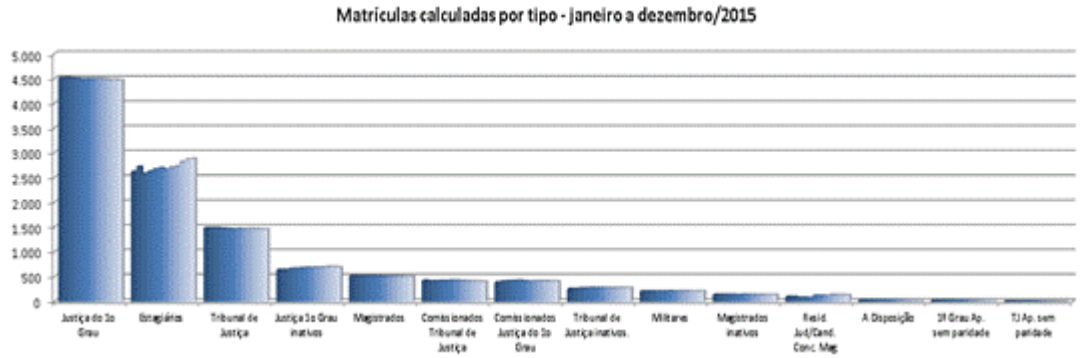
| MATRÍCULAS CALCULADAS POR TIPO - JANEIRO A DEZEMBRO/2015 | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TIPO | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ |
| Justiça do 1º Grau | 4.511 | 4.521 | 4.502 | 4.499 | 4.486 | 4.491 | 4.493 | 4.494 | 4.483 | 4.473 | 4.478 | 4.469 |
| Estagiários | 2.620 | 2.720 | 2.575 | 2.624 | 2.671 | 2.693 | 2.663 | 2.701 | 2.727 | 2.819 | 2.869 | 2.885 |
| Tribunal de Justiça | 1.484 | 1.480 | 1.480 | 1.471 | 1.465 | 1.462 | 1.465 | 1.460 | 1.468 | 1.466 | 1.461 | 1.461 |
| Justiça 1º Grau inativos | 638 | 641 | 657 | 665 | 672 | 679 | 681 | 685 | 694 | 701 | 701 | 697 |
| Magistrados | 513 | 513 | 512 | 512 | 512 | 510 | 509 | 508 | 506 | 506 | 505 | 504 |
| Comissionados TJ | 422 | 413 | 410 | 414 | 417 | 422 | 420 | 417 | 415 | 413 | 410 | 404 |
| Comiss. Justiça do 1º Grau | 387 | 405 | 410 | 418 | 420 | 411 | 406 | 409 | 410 | 414 | 412 | 408 |
| TJ inativos | 255 | 256 | 267 | 268 | 272 | 275 | 272 | 276 | 275 | 277 | 278 | 278 |
| Militares | 207 | 204 | 203 | 207 | 206 | 208 | 206 | 210 | 210 | 207 | 210 | 212 |
| Magistrados inativos | 135 | 135 | 135 | 134 | 132 | 134 | 135 | 134 | 133 | 133 | 133 | 134 |
| Resid. Jud/Cand. Conc. Mag | 98 | 97 | 80 | 77 | 66 | 117 | 119 | 114 | 137 | 138 | 136 | 131 |
| A Disposição | 25 | 25 | 24 | 24 | 24 | 24 | 24 | 24 | 25 | 25 | 24 | 23 |
| 1º Grau Ap. sem paridade | 22 | 23 | 24 | 24 | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 | 24 | 24 | 24 |
| TJ Ap. sem paridade | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| **TOTAL** | **11.319** | **11.435** | **11.281** | **11.339** | **11.368** | **11.451** | **11.418** | **11.457** | **11.508** | **11.598** | **11.643** | **11.632** |

Fonte: FOLHA – relatório da rotina AU/FE




Fonte: Relatório Contábil do sistema de Folhas de Pagamento.

## Matrículas calculadas por classe de janeiro a dezembro de 2015




Fonte: Relatório Contábil do sistema de Folhas de Pagamento

## 4. SERVIDORES ATIVOS POR TEMPO DE ADMISSÃO

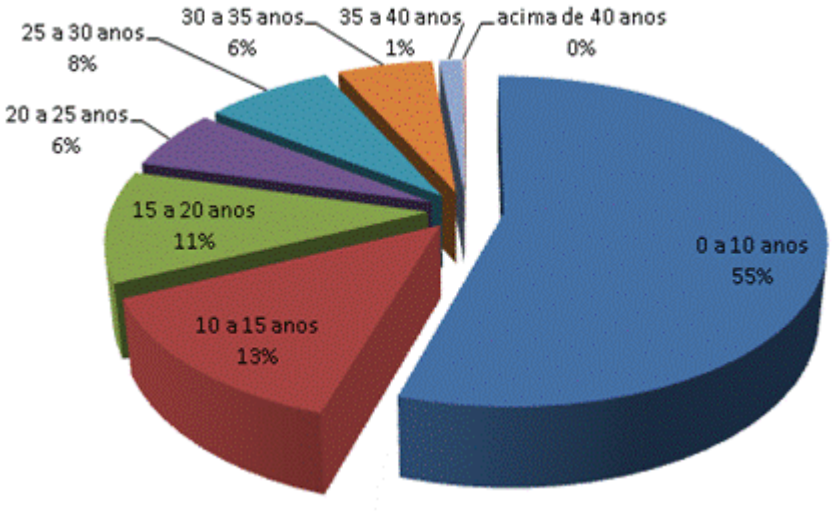
A seguir expõe-se a quantidade de servidores e magistrados em atividade, e o tempo que estes se encontram vinculados a este Poder.

| SERVIDORES ATIVOS POR TEMPO DE ADMISSÃO |
|---|

| Tempo | Quantidade | Percentual |
|---|---|---|
| 0 a 10 anos | 3.696 | 54,82% |
| 10 a 15 anos | 901 | 13,36% |
| 15 a 20 anos | 738 | 10,95% |
| 20 a 25 anos | 402 | 5,96% |
| 25 a 30 anos | 518 | 7,68% |
| 30 a 35 anos | 386 | 5,73% |
| 35 a 40 anos | 93 | 1,38% |
| acima de 40 anos | 8 | 0,12% |
| **TOTAL** | **6.742** | |

Fonte: SHF - relatório 74 da rotina RE/GE - dia 14/12/2015

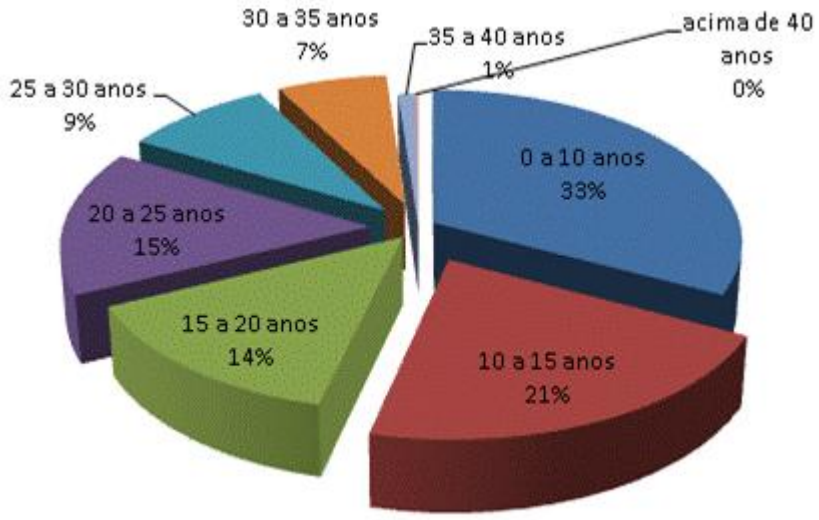
## Servidores ativos por tempo de admissão




Fonte: SHF - relatório 74 da rotina RE/GE - dia 14/12/2015

| MAGISTRADOS ATIVOS POR TEMPO DE ADMISSÃO | | |
|---|---|---|
| **Tempo** | **Quantidade** | **Percentual** |
| 0 a 10 anos | 164 | 32,54% |
| 10 a 15 anos | 107 | 21,23% |
| 15 a 20 anos | 71 | 14,09% |
| 20 a 25 anos | 78 | 15,48% |
| 25 a 30 anos | 45 | 8,93% |
| 30 a 35 anos | 33 | 6,55% |
| 35 a 40 anos | 5 | 0,99% |
| acima de 40 anos | 1 | 0,20% |
| **TOTAL** | **504** | |

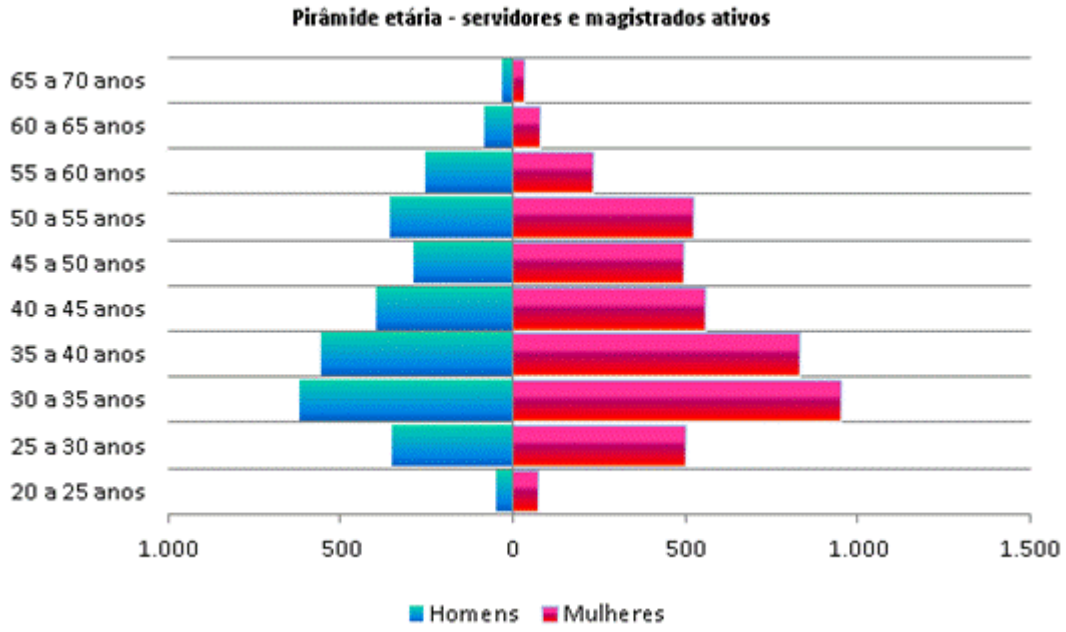
Fonte: SHF - relatório 74 da rotina RE/GE - dia 14/12/2015




Fonte: SHF - relatório 74 da rotina RE/GE - dia 14/12/2015

## 5. PIRÂMIDE ETÁRIA

Demonstra-se na tabela e no gráfico abaixo a composição do quadro do Tribunal de Justiça de Santa Catarina de acordo com a faixa etária e o sexo dos seus componentes.




Fonte: FOLHA - relatório da rotina RE/GE 104 - tipos 1,2,5,23,24 - dia 14/12/2015

## 6. TERCEIRIZAÇÃO

No que se refere aos funcionários terceirizados que laboram junto ao Poder Judiciário, o ano de 2015 encerra com 2.324 postos preenchidos nas seguintes áreas de atuação: Acabamento Gráfico, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Carga e Descarga, Copeira, Desenhista Industrial Gráfico, Engenheiro Mecânico, Garçom, Impressor de Corte e Vinco, Impressor de Serigrafia, Jardineiro, Marceneiro, Office-boy, Operador de Acabamento, Operador de Guilhotina, Operador de Sistemas, Porteiro, Preparador de

Matrizes de Corte e Vinco, Recepcionista, Servente, Técnico em Edificações, Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado, Vigilante Armado e Zelador.

Do total de 2.324 postos, 1.568 estão distribuídos às Comarcas e 756 à Secretaria do Tribunal de Justiça.

As empresas que atuaram junto ao Poder Judiciário em 2015 prestando serviços de mão de obra terceirizada foram: Canadense Administração e Serviços Ltda., Intersept Ltda., Liderança Limpeza e Conservação Ltda., Lince Segurança Eletrônica Ltda.-ME, Lince Segurança Patrimonial Ltda.-ME, Mobra Serviços de Vigilância Ltda e Suricate Serviços Terceirizados Ltda. Epp.

## 7. ESTAGIÁRIOS

O Poder Judiciário Catarinense encerra o ano de 2015 com 2.538 estagiários remunerados contratados na área de Direito, distribuídos em Cartórios e Gabinetes de 1º e 2º graus, e Diretorias da Secretaria do Tribunal.

Cumpre destacar, também, que, ao final deste ano, 445 vagas encontram-se ocupadas por estagiários remunerados nas Diretorias e comarcas deste Tribunal nas áreas de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Arquivologia, Artes Visuais, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Cinema, Comunicação Social, Desing, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Automação, Engeharia de Produção, Engenharia de Produção Civil, Engenharia de Produção Elétrica, Engenharia de Produção Mecânica, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Mecânica, Farmácia, História, Jornalismo, Letras (Português), Museologia, Pedagogia, Psicologia, Publicidade e Propaganda, Serviço Social e Ensino Médio.

Assim, verifica-se que o Poder Judiciário Catarinense termina o ano de 2015 com um total de 2.983 estagiários em seu quadro.

## 8. VOLUNTÁRIOS

Em 2015 foram preenchidas 417 vagas para serviço voluntário nas áreas de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Arquivologia, Artes Visuais, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Cinema, Comunicação Social, Desing, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Automação, Engeharia de Produção, Engenharia de Produção Civil, Engenharia de Produção Elétrica, Engenharia de Produção Mecânica, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Mecânica, Farmácia, História, Jornalismo, Letras (Português), Museologia, Pedagogia, Psicologia, Publicidade e Propaganda, Serviço Social.

## 9. NOMEAÇÕES

Durante o ano de 2015, ocorreram 243 nomeações de servidores para cargos efetivos deste Poder e 295 para cargos comissionados, totalizando 538 nomeações durante o ano.

Destas, destaca-se que 24 nomeações que se destinaram ao provimento de cargos efetivos e 16 de cargos comissionados decorreram de cargos criados por Lei Complementar, o que totaliza um aumento de 40 servidores no quadro deste Poder no ano de 2015.

## 10. ABONOS DE PERMANÊNCIA

O Abono de Permanência é o benefício concedido ao servidor efetivo que tenha alcançado todos os requisitos para se aposentar previstos na legislação em vigor (idade e tempo de contribuição), e optou por permanecer em atividade, até, no máximo, atingir a idade para a aposentadoria compulsória (70 anos).

O benefício é o reembolso do valor da contribuição previdenciária descontada mensalmente do servidor para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (IPREV).

Em 2015, foram concedidos 57 abonos de permanência aos servidores efetivos deste Poder.

## 11. APOSENTADORIAS

É o direito conferido ao servidor público ocupante de cargo efetivo de se desvincular das atividades laborais, com a percepção de proventos mensais, após o cumprimento dos requisitos de idade e tempo de serviço exigidos pela Constituição da República Federativa do Brasil, sendo que, em 2015, foram concedidas 119 aposentadorias aos servidores deste Poder.

## 12. LICENÇAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Conforme previsto nos artigos 64 a 68 da Lei Complementar Estadual n. 6.745/1985, será concedida licença para tratamento de saúde (LTS) remunerada ao servidor que, por determinação médica e com a concordância da Junta Médica Oficial do Poder Judiciário, necessitar afastar-se por mais de 3 dias para tratamento de saúde.

No ano de 2015 foram realizadas 2.273 concessões de licença para tratamento de saúde de servidores neste Poder.

Outra modalidade de Licença para tratamento de Saúde é aquela destinada ao acompanhamento de pessoa da família (art. 69 da LCE n. 6.745/1985 e LCE n. 47/1992), sendo que no ano de 2015 foram concedidas 1733 licenças.

## 13. CERTIDÕES

Durante o ano de 2015 foram emitidas as seguintes certidões pela Diretoria de Recursos Humanos:

| CERTIDÃO | QUANTIDADE |
|---|---|
| Tempo de serviço | 54 |
| Narratória | 8 |
| Para atender à Resolução n. 156/12 do Conselho Nacional de Justiça | 18 |
| Transcrições funcionais | 146 |
| Emitida para a COMAGIS | 0 |
| Atividade profissional | 52 |
| Diversas | 552 |
| **TOTAL** | **830** |

## 14. ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL

### 14.1 PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES

A pesquisa tem como objetivo medir a satisfação dos colaboradores desta Instituição em relação a componentes estruturais, organizacionais e comportamentais presentes no ambiente de trabalho. Seus resultados são utilizados como indicadores para o planejamento e desenvolvimento de ações que visem à melhoria constante do ambiente de trabalho na Instituição.

A pesquisa aplicada em 2014, entre os dias 15-10-2014 e 30-11-2014, apresentou como resultado, divulgado em fevereiro de 2015, o índice de 62,96 % que reflete o grau de satisfação dos servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina em relação aos componentes pesquisados.

Seguem abaixo os resultados por questão pesquisada:

| QUESTÃO | COMPONENTE PESQUISADO | SATISFAÇÃO |
|---|---|---|
| 1 | Disponibilização de treinamentos necessários ao desenvolvimento de seu trabalho. | **47,00%** |
| 2 | Oportunidade de promoção em seu cargo efetivo. | **32,00%** |
| 3 | Compreensão da missão e visão do Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC). | **67,00%** |
| 4 | Atendimento que recebe de outras áreas do PJSC. | **62,00%** |
| 5 | Clareza dos seus direitos e obrigações. | **70,00%** |
| 6 | Adoção, em seu ambiente de trabalho, das medidas de sustentabilidade disponibilizadas pelo PJSC. | **65,00%** |
| 7 | Qualidade do serviço prestado pelo PJSC à sociedade. | **65,00%** |
| 8 | Condições de segurança oferecidas no ambiente de trabalho. | **59,00%** |
| 9 | Condições físicas de trabalho oferecidas. | **61,00%** |
| 10 | Ações preventivas de saúde oferecidas pelo PJSC. | **42,00%** |
| 11 | Equipamentos, materiais e sistemas disponibilizados para o desenvolvimento do trabalho. | **64,00%** |
| 12 | Política de benefícios do PJSC. | **44,00%** |
| 13 | Plano de saúde disponibilizado pelo PJSC. | **39,00%** |
| 14 | Proporcionalidade entre a remuneração recebida e o trabalho desempenhado por você. | **46,00%** |
| 15 | Número de colaboradores para o desempenho das tarefas em seu setor. | **51,00%** |
| 16 | Distribuição das tarefas entre os integrantes de sua equipe. | **67,00%** |
| 17 | Cooperação entre os integrantes de sua equipe para a realização das atividades. | **76,00%** |
| 18 | Tratamento que você recebe de seus colegas de equipe no ambiente de trabalho. | **83,00%** |
| 19 | Sua realização profissional pelo trabalho desempenhado no PJSC. | **68,00%** |
| 20 | Seu comprometimento com o PJSC. | **88,00%** |
| 21 | Comunicação com seu superior hierárquico. | **80,00%** |
| 22 | Orientação, por parte de seu superior hierárquico, quanto a aspectos que podem melhorar seu desempenho profissional. | **74,00%** |
| 23 | Contribuição de seu superior hierárquico para que o trabalho da equipe seja realizado de forma mais eficiente. | **73,00%** |
| 24 | Possibilidade de participação da equipe na definição dos objetivos e métodos de trabalho. | **70,00%** |
| 25 | Valorização de seu trabalho por parte de seu superior hierárquico. | **73,00%** |
| 26 | Valorização de seu trabalho pela sua equipe. | **78,00%** |
| 27 | Oportunidades oferecidas com base na competência profissional demonstrada. | **56,00%** |
| | **ÍNDICE GERAL DE SATISFAÇÃO APURADO NA PESQUISA** | **62,96%** |

Por possuir ciclo anual, o formulário da Pesquisa de Satisfação dos Colaboradores 2015 foi disponibilizado na página eletrônica do Poder Judiciário no período de 15 de outubro a 30 de novembro de 2015. O resultado será divulgado em fevereiro de 2016.

## 14.2 HOMENAGEM AOS SERVIDORES APOSENTADOS

Para a Homenagem 2015 aos servidores aposentados, foi realizado um trabalho conjunto entre a Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Pessoal e a Divisão de Artes Gráficas. Foram elaboradas 61

placas, posteriormente encaminhadas a cada servidor que se aposentou no período compreendido entre setembro de 2014 a agosto de 2015.

### 14.3 INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS

Elaboração de diagnósticos, trabalhos em grupo e acompanhamento de servidores que apresentam baixo desempenho nas avaliações de desempenho e estágio probatório ou encaminhados pela Corregedoria-Geral de Justiça ou outros setores do Tribunal de Justiça.

Em 2015, foram acompanhados 115 servidores de todo o Estado, além de terem sido realizadas 43 avaliações psicológicas. Ainda, foi realizado um trabalho de diagnóstico em 13 comarcas e 02 trabalhos de grupo finalizados, e mais um iniciado, que terá sequência em 2016, em virtude da Resolução GP 36/15.

### 14.4 ENTREVISTAS DE LOTAÇÃO E RELOTAÇÃO

Realização de entrevistas para lotação ou relotação de servidores no Tribunal de Justiça. Foram realizadas 10 entrevistas de lotação e 09 de relotação, durante o ano de 2015.

### 14.5 PROGRAMA DE MELHORIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL

Tem como objetivo apresentar, em um determinado momento, o grau de satisfação ou insatisfação dos servidores, identificar causas e por meio delas implementar ações que propiciem condições para maior satisfação no trabalho. O programa foi realizado em 04 comarcas no ano de 2015.

### 14.6 CARTÕES PARA LICENÇA

A Seção Psicossocial Organizacional elabora cartões virtuais para enviar aos servidores em licenças especiais. Os cartões são enviados para o e-mail dos servidores em nome da Diretoria de Recursos Humanos – DADP – SPO.

Foram enviados ao total 819 cartões para os servidores, sendo 135 licenças Gala, 323 licenças Nojo, 227 licenças Nascimento (paternidade e gestação) e 02 licenças adoção e 132 doações de sangue.

## 15. FORMULÁRIOS

### 15.1 FORMULÁRIO DE INGRESSO

Desenvolvido pela Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Pessoal, da Diretoria de Recursos Humanos, o formulário de ingresso tem por objetivo levantar dados sobre o perfil do servidor que está ingressando no Poder Judiciário catarinense e servir como uma ferramenta para o planejamento de mudanças na Organização. Foram cadastrados 160 formulários de ingresso.

### 15.2 FORMULÁRIO DE DESLIGAMENTO

O Formulário de Desligamento é um instrumento que busca conhecer como o servidor que está saindo do Poder Judiciário percebeu a Organização e como se sentiu trabalhando nela enquanto fez parte do quadro de servidores, além de servir como uma ferramenta para o planejamento de mudanças na Organização. No ano de 2015 foram cadastrados 169 formulários de desligamento, sendo 72 formulários referentes a pedido de exoneração e 97 de aposentadoria.

### 15.3 RECADASTRAMENTO

O recadastramento de servidores aposentados é realizado pela SPO quando solicitado pela Seção de Registro de Informação. A solicitação é feita quando o aposentado não tem condições de realizar seu recadastramento no próprio Tribunal, então algum profissional da SPO desloca-se até a residência do aposentado para verificar suas condições de saúde, comprovando ou não a impossibilidade de deslocamento deste servidor até o Tribunal de Justiça. No corrente ano foram realizadas 3 visitas de recadastramento.

## DIRETORIA DE SAÚDE

A Diretoria tem por finalidade realizar, mediante atendimento ambulatorial, a prestação direta de assistência médica e odontológica, de enfermagem, psicológica e social, compreendendo as ações de prevenção de doenças, recuperação e promoção da saúde e qualidade de vida de magistrados e servidores. Para tanto, conta com a prestação de serviços das áreas a seguir.

### 1. JUNTA MÉDICA

A Junta Médica Oficial do Poder Judiciário de Santa Catarina, vinculada à Diretoria de Saúde, tem como atribuições proferir despacho final em pedidos de licença para tratamento de saúde própria e em pessoa da família, bem como analisar e emitir pareceres em processos de aposentadoria por invalidez, de admissão de servidores em concurso público do quadro do Poder Judiciário e de outros problemas relacionados à saúde, conforme demonstra o quadro abaixo.

| ASSUNTO | TOTAL DE PROCESSOS |
|---|---|
| LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE | 2.064 |
| LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PRORROGAÇÃO | 519 |
| LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA | 1.881 |
| LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PF EM PRORROGAÇÃO | 99 |
| PERÍCIAS | 331 |
| ADMISSÃO | 245 |
| LICENÇA GESTAÇÃO | 49 |
| REMOÇÃO | 34 |
| PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO | 31 |
| ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA | 26 |
| HOMOLOGAÇÃO DE LAUDO DE ESTAGIÁRIO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA | 20 |
| READAPTAÇÃO FUNCIONAL | 19 |
| AVALIAÇÃO | 18 |
| ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA | 17 |
| APOSENTADORIA POR INVALIDEZ | 16 |
| GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE | 16 |
| PRORROGAÇÃO DA READAPTAÇÃO | 10 |
| ACIDENTE EM SERVIÇO | 9 |
| PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS | 9 |
| REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA | 9 |
| OUTROS | 8 |
| GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE | 4 |
| DISPOSIÇÃO | 3 |
| ISENÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA | 3 |
| RELOTAÇÃO | 3 |
| CONSULTA | 2 |
| PEDIDO DE MARGEM CONSIGNÁVEL | 2 |
| LICENÇA AMAMENTAÇÃO | 1 |
| LICENÇA ESPECIAL | 1 |
| **TOTAL DE PROCESSOS DE JANEIRO A NOVEMBRO DE 2015** | **5.449** |

Fonte: Dados coletados do *software* de gerenciamento Sisclínica.

### 2. DIVISÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

Esta divisão tem por missão contribuir para o desenvolvimento e preservação da segurança e da saúde dos magistrados e servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina, oferecendo serviços especializados realizados pela Seção dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho e Seção de Ergonomia. Vejamos.

Dentre as ações desenvolvidas pela Seção de SESMT, destacam-se:

- Aquisição e distribuição de cadeiras de rodas para todas as comarcas com o objetivo de dar mais conforto e acessibilidade às dependências dos fóruns para as partes, testemunhas e seus procuradores que apresentam algum tipo de impossibilidade de se locomover normalmente;
- Aquisição de maca-poltrona dobrável para a Diretoria de Saúde, equipamento primordial na remoção de pessoas no Tribunal uma vez que foi desenvolvida especialmente para que a mesma possa entrar nos elevadores, em caso de emergência e assim atingir o objetivo que é de socorro rápido;
- Orçamentos e empenhos de exames para o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;
- Elaboração de projeto básico para aquisição de Equipamento de Proteção Individual – EPI;
- Distribuição de Equipamento de Proteção Individual - EPI, destinados à Gráfica, Arquivo, Biblioteca, Diretoria de Saúde e comarcas;
- Aquisição de Jalecos à Diretoria de Saúde;
- Informações e pareceres em processos administrativos de solicitação de insalubridade e acidentes em serviço;
- Avaliação, a pedido da Junta Médica, de ambientes de trabalho, com levantamento de riscos ambientais e de riscos associados ao trabalho para relotação de servidores que possuem limitações físicas;
- Providências quanto à elaboração de Laudo Técnico das Condições do Ambiente do Trabalho – LTCAT, individual e coletivo;
- Elaboração de Projeto Básico para produção de LTCAT - Laudo Técnico das Condições do Ambiente do Trabalho, PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e EMO – Exames Médicos Ocupacionais, para todas as unidades do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Dentre as ações desenvolvidas pela Seção de Ergonomia, destaca-se:

- Avaliação, a pedido da Junta Médica, de ambientes de trabalho, com levantamento de riscos ambientais e de riscos associados ao trabalho para relotação de servidores que possuem limitações físicas;
- Avaliação e definição de novos equipamentos de proteção para magistrados e servidores;
- Desenvolvimento de soluções para postos de trabalho de pessoas portadoras de deficiência;
- Desenvolvimento de projeto para atendimento às necessidades nas salas de audiências e turmas de recursos;
- Elaboração de projeto básico para aquisição de acessórios ergonômicos;
- Avaliação de novos acessórios ergonômicos para servidores e magistrados;
- Avaliação ergonômica dos postos de trabalho das Varas Cíveis da Comarca da Capital;
- Participação no programa de Teletrabalho;
- Análise técnica para aquisição de cadeiras para pessoas altas, de pequeno porte e para portadores de obesidade;

- Definição e distribuição de cadeira operacional para magistrados;
- Desenvolvimento de projeto para atendimento às necessidades nas salas de audiências e turmas de recursos.

Após as avaliações dos ambientes de trabalho, dos mobiliários e dos equipamentos de proteção, a Divisão de Segurança e Saúde Ocupacional propôs adequações às necessidades de trabalho e do trabalhador, com consequente controle dos riscos inerentes às funções e garantia de acessibilidade, resultando nas seguintes ações.

| AÇÃO | 2015 |
|---|---|
| Distribuição de EPI | 5.099 |
| Avaliação de dados antropométricos dos servidores e magistrados do PJSC | 258 |
| Distribuição de acessórios ergonômicos | 193 |
| Intervenções ergonômicas | 131 |
| Especificação de mobiliário | 25 |
| Avaliação de amostras de mobiliário | 25 |
| Resposta processual e pareceres | 22 |
| Avaliação ambiental | 16 |
| Avaliação de amostras de acessórios ergonômicos | 8 |
| Programa de Controle de Saúde Ocupacional | 3 |

Fonte: Dados internos da DSSO.

## 3. DIVISÃO DE SAÚDE AMBULATORIAL

A Divisão de Saúde Ambulatorial é responsável por fomentar e coordenar as campanhas preventivas e educativas na área da saúde, elaborar projetos na área da saúde, acompanhar os trabalhos desenvolvidos na Seção Psicossocial Ambulatorial, Enfermagem, Farmácia e Ambulatório Médico.

### Campanha Vacina da Gripe

Em 2015, foram imunizados 6.692 magistrados e servidores ativos, abrangendo 124 unidades do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

### Atendimento de Emergência Médica

É um serviço especializado de atendimento médico móvel, objetivando a preservação da vida de funcionários, colaboradores e daqueles que necessitarem circular/permanecer nas dependências das unidades protegidas. Visa prestar atendimento de emergência (caso de vida ou morte) ou de urgência médica (deve ser feito com rapidez, mas não corre risco de vida). Ao todo são treze áreas protegidas.

| ATENDIMENTO EM CONSULTÓRIO MÉDICO | |
|---|---|
| PROFISSIONAL | TOTAL DE CONSULTAS |
| Renato Grillo Flach | 933 |
| Graciela de Oliveira Richter | 893 |
| José Carlos Nascimento | 741 |
| Karina Cocco Monteiro de Freitas | 710 |
| Luiz Alberto Neves May | 342 |
| TOTAL | 3.619 |

Fonte: Dados coletados do *software* de gerenciamento Sisclínica.

## Seção de Enfermagem

O serviço de enfermagem interviu de forma integrada com os demais setores do ambulatório médico na assistência à saúde dos magistrados e servidores, bem como exerceu atividades de prevenção, promoção e recuperação da saúde em geral, obtendo os seguintes dados estatísticos.

| AÇÕES | TOTAL DE AÇÕES |
|---|---|
| Comprimidos | 1.213 |
| Líquido | 98 |
| Pressão Arterial | 950 |
| Eletrocardiograma | 5 |
| Curativo | 111 |
| Retirada de Pontos | 10 |
| Nebulização | 43 |
| Injeção Intramuscular | 283 |
| Injeção Subcutânea | 48 |
| Injeção Endovenosa | 16 |
| Emergência | 129 |
| Avaliação Enfermagem | 48 |
| Temperatura | 60 |
| **TOTAL** | **3.023** |

Fonte: Dados internos da Seção de Enfermagem.

## Seção Psicossocial Ambulatorial

A Seção Psicossocial Ambulatorial é formada por Psicólogas e Assistentes Sociais.

Em 2015, as Psicólogas realizaram 1.361 consultas de atendimento, acompanhamento e tratamento psicológico aos magistrados e servidores encaminhados pela Junta Médica e Diretoria de Recursos Humanos, para análise dos processos de licença para tratamento de saúde, readaptação, relotação, aposentadoria por invalidez, admissão e outros relacionados à saúde psicológica.

| PROFISSIONAL | TOTAL DE CONSULTAS |
|---|---|
| Liliane Cardoso Pereira | 521 |
| Fernanda Chede Rotolo Caldas | 400 |
| Luciana Raupp Di Bernandi | 263 |
| Marilda Marcondes de Mattos | 177 |
| **TOTAL** | **1.361** |

Fonte: Dados coletados do *software* de gerenciamento Sisclínica.

Da mesma forma, as Assistentes Sociais perfizeram um total de 1.204 atividades, sendo estas distribuídas em elaboração de estudos sociais solicitados pela Junta Médica, por meio de entrevistas, visitas domiciliares, a Instituições de Saúde, aos locais de trabalho, informações quanto à remoção e relotação por motivo de saúde.

| TIPO DE ATIVIDADE | DANIELA L. INFELD | ADRIANA O. ROMER | TOTAL |
|---|---|---|---|
| Pareceres à Junta Médica | 69 | 185 | 254 |
| Entrevistas | 212 | 558 | 770 |
| Visitas domiciliares, Instituições de Saúde e locais de trabalho | 36 | 130 | 166 |
| Cidades visitadas | 9 | 5 | 14 |
| **TOTAL** | **326** | **878** | **1.204** |

Fonte: Dados internos das Assistentes Sociais.

### Seção de Farmácia

A Seção de Farmácia tem por objeto oferecer aos magistrados e servidores medicamentos a preço de custo, mediante apresentação de prescrição médica e/ou odontológica.

A Farmácia atende a todas as Comarcas e Circunscrições. No ano de 2015, foram realizados 8.712 atendimentos.

## 4. DIVISÃO DE SAÚDE ORAL

A Divisão de Saúde Oral presta serviços contínuos de atendimento odontológico aos Magistrados e Servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Atualmente contamos em nosso quadro com quatro odontólogos atuando nas áreas de Prevenção, Dentística Restauradora, Prótese, Endodontia e Cirurgia Oral Menor.

Abaixo apresentamos as informações consolidadas referentes ao período de janeiro a novembro de 2015 onde constam o número de pacientes atendidos, o número de consultas realizadas, o total geral de procedimentos executados, os dias trabalhados em atendimento clínico ou em outras atividades e os dias não trabalhados e finalmente, a média dos procedimentos realizados por dia por dentista.

| DENTISTAS | PACIENTES | CONSULTAS | PROCEDIMENTOS |
|---|---|---|---|
| **Maria Eugênia B. Burg** | 583 | 678 | 1.213 |
| **José Eduardo C. Shiozawa** | 491 | 551 | 1.646 |
| **Reginaldo Reitz** | 475 | 624 | 1.277 |
| **Lauro Bragaglia** | 313 | 448 | 1.649 |
| **Eduardo Dutra da Silva (*)** | 28 | 34 | 67 |
| **TOTAL** | **1.890** | **2.335** | **5.852** |

Fonte: Dados coletados do *software* de gerenciamento odontológico Prodent.

(*) Dr. Eduardo Dutra da Silva aposentou-se em julho do corrente ano, sendo consideradas as informações referentes aos meses de janeiro a junho/2015.